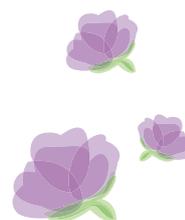


Gênero na
Amazônia



Belém, n. 24, julho/dezembro, 2023



GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero

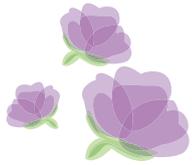


Coordenação

Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)
Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA)
Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA)
Maria Angelica Motta Maués (UFPA)
Telma Amaral Gonçalves (UFPA)

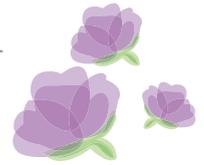
Conselho Científico

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA); Adriane Lima (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA) - *In Memoriam*; Cecilia Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo (UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Hildete Pereira de Melo (UFF); Iraildes Caldas Torres (UFAM); Jorge Lyra (UFPE); Jussara Reis Prá (UFRGS); Laura Duque Arrazola (UFRPE); Ligia Melo (Fundação Joaquim Nabuco); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Luiz Augusto Pinheiro Leal (UFPA); Marcia Tavares (NEIM/UFBA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP); Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); Maria Mary Ferreira (UFMA); María Rosal Nadales (Universidad de Córdoba/Espanha); Mercedes Arriaga Flórez (Universidad de Sevilla/Espanha); Scarleth Yone O’hara Arana (UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).



REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 24, julho/dezembro, 2023



Editoras

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É coordenadora do GEPEM/UFPA e coordenadora do Observatório Regional Norte da Lei Maria da Penha.

Eunice Ferreira dos Santos é Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); graduada em Letras; mestrado em Teoria Literária; doutorado em Letras (UFMG); vice-coordenadora do GEPEM e coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/GEPEM. Desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

Maria Cristina Alves Maneschy é Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Graduada em Ciências Sociais pela UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e Doutora em Sociologia pela Universidade Toulouse-Le Mirail, na França. Realiza pesquisas sobre gênero, desenvolvimento e meio ambiente.

Maria Angelica Motta Maués é Professora associada 2 (IFCH/UFPA); graduada em História pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Antropologia Social/UnB; doutorado em Sociologia/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. Atua na área de antropologia, com ênfase em gênero, família, infância e identidade. Coordena a Linha de Pesquisa do GEPEM - Gênero, Identidade e Cultura.

Telma Amaral Gonçalves é Professora Adjunto 4 (IFCH/UFPA); Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA); graduada em Ciências Sociais/UFPA; mestrado em Antropologia/UFPA; doutorado em Ciências Sociais/PPGCS/UFPA. Coordena a linha de pesquisa Gênero, Corpos e Sexualidades (GEPEM/UFPA). Área temática: gênero, afetividades, sexualidades, diversidade sexual.

Adelma Pimentel é Professora Titular na UFPA. PHD em Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento pela UEVORA-PT; Orientadora de mestrado e doutorado na UFPA, linha de pesquisa: Fenomenologia: teoria e Clínica.

Copyright ©2023/Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/ 19.02.1998.

STAFF EDITORIAL

Edição

Adelma Pimentel
Maria Luzia Miranda Álvares
Maria Cristina Alves Maneschy
Telma Amaral Gonçalves

Editores do Periódico para Web

João Santiago Lisboa
Ana Carolina Álvares Branco
Adelma Pimentel

Projeto Gráfico

Ana Carolina Álvares Branco

Formatação Eletrônica

Ana Carolina Álvares Branco

Capa (criação e arte)

André Stenico

Revisão Técnica

Responsabilidade dos/as autores/as a revisão gramatical final do texto.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/ GEPEM.
- n. 24 (jul./dez. 2023). - Belém: GEPEM, 2023.

ISSN 2238-8184

Qualis B2

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).
Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110
Fone: (91)3201-8215.

E-mails: generonaamazonia@gmail.com; aninha.branco@hotmail.com;
luziamiranda@gmail.com

Sites: www.periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/www.gepem-ufpa.com.br

Blogs: www.gepemacontece.blogspot.com.br; gepem-ufpa.com.br/observatorio

Fanpage: www.facebook.com/projetogepem Instagram: [@gepemufpa](https://www.instagram.com/gepemufpa)



DOSSIÊ

Gênero, Poderes e Resistências em contextos amazônicos

Sumário/Sumario/Contents

APRESENTAÇÃO

..... 13

Maria Luzia Miranda Álvares

Maria Cristina Alves Maneschy

Ana Carolina Álvares Branco



SEÇÃO A

Cultura e Resistência na construção da equidade de gênero

“As Guardiãs do Saber” Afirmação Identitária e de Resistência: As Mulheres do Samba de Cacete do Quilombo do Igarapé-Preto-Baião/PA

..... 19

“Como Guardianes del Conocimiento” Afirmación de Identidad y resistencia: Las mujeres de la Samba de Cacete del Quilombo de Igarapé-Preto-Baião/PA

“As Guardians of Knowledge” Affirmation of Identity and Resistance: Women of the Samba de Cacete of the Quilombo do Igarapé-Preto-Baião/PA

Daélem Maria Rodrigues Pinheiro

O Bloco do Rebuceteio: rede de apoio nos corpos territoriais em performance carnavalesca

..... 35

El Bloco del Rebuceteio: la red de apoyo en los entes territoriales en el carnaval

The Rebuceteio Group: support network in the territorial bodies in carnival performance

Fernanda Jaime Andrade

Teatro Afro-ameríndio Feminista Decolonial: Manifesto Pauta Negra e Alecrim Vozes Mulheres 53

Teatro Afroameríndio Feminista Decolonial: Manifiesto Pauta Negra y Alecrim Vozes Mulheres

Decolonial Feminist Afro-Amerindian Theater: Manifesto Pauta Negra and Alecrim Vozes Mulheres

Ingrid Gomes de Freitas

A Trajetória de Carolina de Jesus: a representação do (não) lugar da mulher negra na Literatura Brasileira 69

La Trayectoria de Carolina de Jesus: la representación del (no) lugar de la mujer negra en la literatura brasileña

The Trajectory of Carolina de Jesus: the representation of the (non) place of black women in Brazilian literature

Joyce Cristina Farias de Amorim

Mulheres Negras: diálogos sobre a trajetória de mulheres negras ligadas ao “Círculo de Leituras Negritadas” de Castanhal com o feminismo/mulherismo 85

Mujeres Negras: diálogos sobre la trayectoria de mujeres negras vinculada al “Círculo Negro de Lectura” de Castanhal con el feminismo/mujerismo

Black Women: dialogues about the trajectory of black women linked to Castanhal’s “Black Reading Circle” with feminism/ womanism

Luciane de Sena Camões

“Tentáculos/Raíces” de Jhulie Cabral: em uma análise interpretativa literária das reações teóricas Ecofeministas e Decoloniais 103

“Tentáculos/Raíces” por Jhulie Cabral: un análisis interpretativo literario de las reacciones teóricas Ecofeministas y Decoloniales

“Tentacles/Roots” by Jhulie Cabral: a literary interpretative analysis of Ecofeminist and Decolonial theoretical responses

Lucideyse de Sousa Abreu

Negra é a Mão que Limpa o Brasil: trabalhadoras domésticas no romance Solitária de Eliana Alves Cruz 115

Negra es la Mano que Limpia el Brasil: trabajadoras domésticas en el romance Solitária de Eliana Alves Cruz

Black is the Hand that Cleans Brazil: domestic workers in the novel Solitária by Eliana Alves Cruz

Luzia Gomes Ferreira

Infância e Gênero no Currículo da Formação em Pedagogia: avanços e retrocessos 133

Infância y Género en el Currículo de Formación en Pedagogía: avances y retrocesos

Childhood and Gender in the Pedagogy Training Curriculum: advances and setbacks

Maria Izabel Alves dos Reis

Entre a Emergência e as Interrupções da Voz em Um Útero é do Tamanho de um Punho, de Angélica Freitas 151

Entre el Surgimiento y las Interrupciones de la Voz en Um Útero é do Tamanho de um Punho, de Angélica Freitas

Between the Emergence and Interruptions of the Voice in Um Útero é do Tamanho de um Punho, by Angélica Freitas

Mayara Haydée Lima Sena

Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: memórias de Isa e Leila Jinkings e suas lutas contra a Ditadura Civil-Militar-Empresarial 159

Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: memórias de Isa y Leila Jinkings y sus luchas contra la Dictadura Civil-Militar-Empresarial

Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: memories of Isa and Leila Jinkings and their struggles against the Civil-Military-Business Dictatorship

Priscila Herondina Reis de Souza

SEÇÃO B

Violência de gênero em diferentes dimensões

Violência Sexual contra Crianças no Interior do Pará: estudo nos municípios de Capanema e São João de Pirabas 173

Violencia Sexual contra Niños en el Interior de Pará: un estudio en los municipios de Capanema y São João de Pirabas

Sexual Violence against Children in the Interior of Pará: a study in the municipalities of Capanema and São João de Pirabas

Adiele Nataly Alves Lopes

Violência Doméstica Contra a Mulher, Dependência Econômica e Outros Entraves: iniciando uma breve análise 191

Violencia Doméstica Contra las Mujeres, Dependencia Económica y Otros Obstáculos: iniciando um breve análisis

Domestic Violence Against Women, Economic Dependence and Other Obstacles: starting a brief analysis

Fabiola Saraiva Barbosa Mota do Espirito Santo

Mulher, Envelhecimento e Relações de Poder: notas sobre a materialidade dos direitos humanos e as violências sofridas por mulheres idosas no Brasil 205

Mujeres, Envejecimiento y Relaciones de Poder: apuntes sobre la materialidad de los derechos humanos y la violencia sufrida por ancianas en Brasil

Women, Aging and Power Relations: notes on the materiality of human rights and violence suffered by elderly women in Brazil

Luani Lobo da Gloria

Violência Contra Mulheres Negras no Estado do Pará 221

Violencia Contra Mujeres Negras En el Estado de Pará

Violence Against Black Women in the State of Pará

Maria Santana dos Santos Pinheiro Teixeira

Na Trama dos Socos e Ofensas Racistas: as nuances da violência racial-genderizada na violência doméstica 235

En la Trama de los Golpeos y Delitos Racistas: los matices de la violencia racial-genderizada en la violencia doméstica

In the Plot of Punches and Racist Offenses: the nuances of racial-genderized violence in domestic violence

Samara Tirza Dias Siqueira

Mulheres Interrompidas pelo Poder do Patriarcado - a loucura 251

Mujeres Interrumpidas por el Poder del Patriarcado - la locura

Women Interrupted by the Power of Patriarchy - the madness

Silvana Maria Palheta Pires Coelho

SEÇÃO C

Trabalho feminino, Cuidados e Direitos

Maternar: instinto materno? Não, trabalho feminino 269

Maternidad: ¿instinto maternal? No, el trabajo de las mujeres

Mothering: maternal instinct? No, women's work

Alice do Socorro Louzada Moraes

Atividades Domésticas Exercidas por Mulheres Idosas: um estudo exploratório nas publicações da revista Gênero na Amazônia (Belém-PA) 289

Actividades Domésticas Realizadas por Mujeres Mayores: un estudio exploratorio en las publicaciones de la revista Gênero na Amazônia (Belém-PA)

Domestic Activities Performed by Elderly Women: an exploratory study in the magazine's papers Gênero na Amazônia (Belém-PA)

Kellen Irene Rabelo Borges

O Conflito Existente na Legislação Atual entre o Recebimento da Aposentadoria por Mulheres que Cuidam de Pessoas com Deficiência e a Manutenção do Benefício de Prestação Continuada

.... 311

El Conflicto Existente en la Legislación Vigente entre la Percepción de la Jubilación por Parte de las Mujeres que Cuidan a Personas con Discapacidad y el Mantenimiento de la Prestación Continuada en Efectivo

The Existing Conflict in the Current Legislation Between the Receipt of Retirement by Women Caregiver for People With Disabilities and the Continuous Cash Benefit maintenance

Laudiane Farias do Nascimento Miranda

SEÇÃO D

Políticas Públicas, Saúde, Direito e Legislação

Projeto Casulo: um estudo sobre a implementação de um serviço de saúde para pessoas transexuais

.... 331

Projeto Casulo: un estudio sobre la implementación de un servicio de salud para personas transgénero

Project Casulo: a studying on the implementation of a health service for transgender people

Ana Caroliny do Nascimento Pinho

“Estou Sendo Presa pela Terceira Vez Doutora, mas Prefiro Traficar do que Ver Meu Filho Fazendo”: feminização da pobreza, vulnerabilidades e encarceramento

.... 349

“Me Detienen por Tercera Vez Doctor, pero Prefiero Traficar que Ver a Mi Hijo Hacerlo”: feminización de la pobreza, vulnerabilidades y encarcelamiento

“I am Being Arrested for the Third Time Doctor, but I’d Rather Deal Than See My Son Doing it”: feminization of poverty, vulnerabilities and incarceration”

Karen Gabriely Sousa Santos

A Incorporação do Femicídio como Tipo Penal nos Países Latino-Americanos 371

La Incorporación del Femicidio como Tipo Penal en los Países Latinoamericanos

The Incorporation of Femicide as Criminal Type in Latin American Countries

Manoel Rufino David de Oliveira

SEÇÃO E

Participação e Representação política de mulheres

O Movimento das Mulheres Originárias na Luta por seus Direitos 389

El Movimiento de Mujeres Indígenas en la Lucha por sus Derechos

The Indigenous Women's Movement in the Fight for their Rights

Cristiane Modesto do Nascimento

Trajetória de Vida de Lívia Duarte: representação política por uma mulher afroamazônida 405

Trajectory of Vida de Lívia Duarte: representación política de una mujer afroamazónica

Life Trajectory of Lívia Duarte: political representation by an Afro-Amazonian woman

Eveny da Rocha Teixeira

AGRADECIMENTOS 425



DOSSIÊ: Gênero, Poderes e Resistências em contextos amazônicos

As sociedades contemporâneas são tributárias de muitas práticas conquistadas direta ou indiretamente por movimentos feministas. O mundo hoje não seria o mesmo sem o voto das mulheres, sem seu trabalho reconhecido, sem sua cidadania social, seu livre arbítrio e leis antiviolação e discriminação. Tudo isso teve enormes reflexos na educação das novas gerações na direção da liberdade e do respeito humano. Foram passos decisivos na construção dos Estados Democráticos de Direito. Os conceitos de desenvolvimento e de justiça hoje incorporam a dimensão de gênero e se buscam aprimorar indicadores para medir as desigualdades que afetam as mulheres e captar a interseccionalidade nos diferentes domínios da vida social. Sabe-se, no entanto, que muitos Estados nacionais não se empenham na produção e difusão de tais indicadores. Mas, é inegável que o progresso teórico e metodológico da pesquisa embasada pelas teorias de gênero e feminista tem ajudado a melhorar os instrumentos analíticos da sociedade. Um exemplo notável é dado pelos censos demográficos de diferentes países, mais sensíveis para apreender como as mulheres e os homens vivem, trabalham e participam da vida social e política, em suas diferenças e desigualdades.

Não obstante os avanços, processos de desigualdades seguem firmes, com especificidades regionais que merecem atenção. Na representação política e de governo, as mulheres estão em grande desvantagem, o que tem uma série de implicações. Por outro lado, o feminismo permanece em grande parte desconhecido e, assim sendo, alvo de incompreensão, críticas e ataques infundados, a exemplo do argumento que faz dele o outro lado do machismo, isto é, um projeto análogo de hierarquia, apenas uma troca de sinais na dominação de gênero. Sabemos que é justamente o contrário, pois o potencial da teoria crítica feminista é de renovar a cultura, as práticas sociais e a economia, sempre no sentido da inclusão social e da justiça. Estudos feministas procuram elevar o cuidado à condição de categoria econômica central na organização das sociedades, juntamente com trabalho e renda, produção, mercado e desenvolvimento.

Embora os diversos feminismos tenham contribuído na conquista de direitos e reconhecimento social, político e econômico das mulheres, desde a segunda metade do século XX, estas análises permanecem pouco enraizadas na prática de instituições públicas e privadas, assim como de movimentos sociais pertinentes. E, portanto, são pouco eficazes na promoção da equidade de gênero. A lacuna é maior no que diz respeito à inserção regional, isto é, o contexto latino-americano pós-colonial, que suscita questões e desafios próprios.

Na atual ressurgência de forças contrárias às conquistas dos direitos das mulheres e minorias, essas questões se tornam mais prementes. Vivemos mudanças econômicas que transformam profundamente o mundo do trabalho sem que compreendamos ainda com toda clareza como se imbricam trabalho e vida pessoal e familiar, os cuidados com as famílias e as comunidades e as políticas públicas e privadas de gestão social e empresarial. Por pressões de mercado, removem-se certas proteções sociais herdadas dos Estados de Bem-Estar Social, de seus sistemas de seguridade social, justamente quando os empregos se tornam mais instáveis e os postos de trabalho atravessam fronteiras nacionais. Ademais, trabalhadoras e trabalhadores precisam dedicar mais tempo para se manterem empregáveis, auto empreendedores e, portanto, dotados de competências diversificadas.

Deste modo, antes mesmo que se reconheça a paridade de valor entre todas as atividades necessárias à vida, dentro e fora da esfera mercantil, retoma-se a ênfase na superioridade

do mercado como fonte do bem-estar e a profissão ou o emprego como bases onde ancorar identidade social e autoestima. O mesmo individualismo exacerbado que ataca as proteções sociais cobra de cada um e cada uma a capacidade de buscar a sobrevivência no mercado. Nesse contexto, toda desigualdade de gênero, ainda mais se somada a outros eixos de desigualdades salientes na América Latina, amplia as desvantagens para as mulheres. Sobre elas recai o fardo maior de cuidar das famílias e das comunidades, muitas vezes em situação de aguda precariedade.

Diante desse panorama, foi proposto e realizado o Curso de Especialização “Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina”, ofertado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero, da Faculdade de Ciências Sociais e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará (GEPEM/FACS/IFCH/UFPA). Seu público-alvo foi de graduados em Ciências Sociais e áreas afins, como Direito, Literatura, Artes, Comunicação, Psicologia, História e Serviço Social. Mais de 200 pessoas se inscreveram ao processo seletivo, o que indica o grande interesse nessas temáticas. Foram selecionados 58 candidatos, acima do previsto originalmente, por causa dessa demanda tão expressiva. Todavia, devido às prorrogações durante o período pandêmico, a limitações de acesso à internet para aulas online por residentes em áreas interioranas, além de casos de adoecimento de estudantes, ocorreram desistências. Assim, o Curso formou 27 especialistas. As atividades se desenvolveram ao longo de 2021 e 2022, totalizando 390 horas distribuídas entre aulas, atividades práticas, participação em seminários e elaboração de monografia. O presente Dossiê é resultado das monografias finais dos discentes desse Curso.

Como se verá na leitura dos artigos aqui apresentados, a proposta do curso orientou o olhar para a historicidade da diversidade sociocultural de povos distintos. Isso importa para que se compreenda como a economia mundial se conecta com essa diversidade, seja sufocando-a ou aproveitando elementos como a biodiversidade e os saberes locais. Em termos de conteúdo, foram abordadas quatro temáticas de grande relevo na região: poder e violência; desenvolvimento; ruralidades; políticas públicas.

Os 24 (vinte e quatro) artigos neste Dossiê foram selecionados, analisados e agrupados nas seguintes seções temáticas: “Cultura e resistência na construção da equidade de gênero” (Seção A), “Violência de gênero em diferentes dimensões” (Seção B), “Trabalho feminino, cuidados e direitos” (Seção C), “Políticas públicas, saúde, direito e legislação” (Seção D) e “Participação e representação política de mulheres” (Seção E).

Os textos conseguem abordar, nos seus variados temas, a situação das mulheres (e de gênero) no passado e no presente, inseridas dentro de um contexto político, social, educacional, na busca por direitos e na resistência por meio da propagação (e reflexão) da cultura e da literatura. Os textos também apontam para um novo leque de assuntos/temas a serem abordados por pesquisadoras/es daqui em diante, ao se observar, com mais intensidade, questões como as das mulheres idosas ou das mulheres advindas de povos originários. Insere-se um espaço para uma discussão acerca do feminismo decolonial e do ecofeminismo.

Nesses termos, é com alegria que o GEPEM traz a seus leitores o presente Dossiê. Temos a certeza de que os assuntos e abordagens trazem luzes para o conhecimento de múltiplas dimensões das relações de gênero em contextos diversificados. Também, sobre formas de



resistir às exclusões, no plano do trabalho, das políticas públicas, da vida cotidiana e da cultura.
Boa leitura!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), dezembro de 2023.

Maria Luzia Miranda Álvares

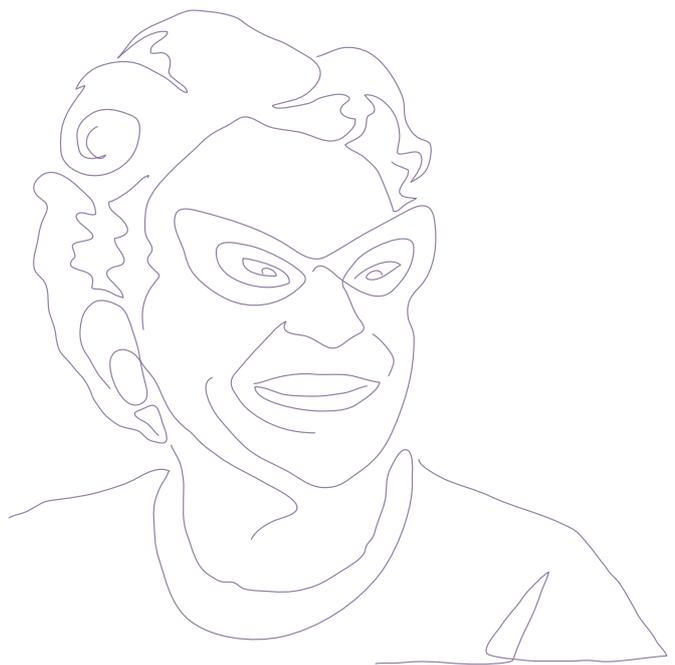
*Doutora em Ciência Política. Docente voluntária da Faculdade de Ciências Sociais/UFPA.
Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e
Relações de Gênero-GPEM*

Maria Cristina Alves Maneschy

Doutora em Sociologia (Université Toulouse Le Mirail, França (1993) Docente do PPGSA/UFPA

Ana Carolina Álvares Branco

*Especialista em Produção Audiovisual/Estácio Belém.
Graduada em Design de Produto/IESAM.*





Seção

A

**Cultura e Resistência na
construção da equidade de
gênero**



“As Guardiãs do Saber” Afirmação Identitária e de Resistência: As Mulheres do Samba de Cacete do Quilombo do Igarapé-Preto-Baião/PA ¹

"Como Guardianes del Conocimiento" Afirmación de Identidad y resistencia: las mujeres de la Samba de Cacete del Quilombo de Igarapé-Preto-Baião/PA

"As Guardians of Knowledge" Affirmation of Identity and Resistance: Women of the Samba de Cacete of the Quilombo do Igarapé-Preto-Baião/PA

Daélem Maria Rodrigues Pinheiro

Resumo: Este artigo analisa as experiências, vivências e o papel das mulheres dentro do samba de cacete, como afirmação identitária e de resistência. A análise está fundamentada em leituras que versem a história das mulheres, enquanto diversas, Rago (1995), a formação dos quilombos e do samba de cacete no baixo Tocantins, Pinto (2010), (2007), (2004), (2020). Tem como principal objetivo, compreender as experiências e vivências das mulheres do samba de cacete como as guardiãs deste saber ancestral. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo com entrevista e análise documental. Os sujeitos entrevistados foram as mulheres que fazem parte do grupo de samba de cacete Águas Negras, da comunidade quilombola de Igarapé Preto/PA. Os resultados consistiram em compreender o samba de cacete como resistência, especialmente, pelo papel desempenhado pelas mulheres que repassam este saber de geração para geração.

Palavras Chave: Mulheres. Quilombo. Samba de Cacete. Igarapé-Preto.

Resumen: Este artículo analiza las experiencias, vivencias y el papel de las mujeres dentro de la samba de cacete, como afirmación identitaria y resistencia. El análisis se basa en lecturas que tratan de la historia de las mujeres tan diversas, Rago (1995), la formación de quilombos y samba de cacete en el bajo Tocantins, Pinto (2010), (2007), (2004), (2020). Su principal objetivo es comprender las experiencias de las mujeres de la samba de cacete como custodias de este conocimiento ancestral. La metodología utilizada fue la investigación de campo con entrevistas y análisis de documentos. Los sujetos entrevistados fueron las mujeres que forman parte del grupo de samba de cacete Águas Negras, de la comunidad quilombola de Igarapé Preto/PA. Los resultados consistieron en entender la samba de cacete como resistencia, especialmente por el papel que desempeñan las mujeres que transmiten este conocimiento de generación en generación.

Palabras Claves: Mujeres. Quilombo. Samba de Cacete. Igarapé-Preto.

Abstract: This article analyzes the experiences and the role of women within the samba de cacete, as an identity affirmation and resistance. The analysis is based on readings that deal with the history of women as diverse, Rago (1995), the formation of quilombos and samba de cacete in the lower Tocantins, Pinto (2010), (2007), (2004), (2020). Its main objective is to understand the experiences of the women of samba de cacete as the custodians of this ancestral knowledge. The methodology used was field research with interviews and document analysis. The subjects interviewed were the women who are part of the samba de cacete group Águas Negras, from the quilombola community of Igarapé Preto/PA. The results consisted in understanding the samba de cacete as resistance, especially through the role played by women who pass on this knowledge from generation to generation.

Keywords: Women. Quilombo. Samba de Cacete. Igarapé-Preto.

¹ Este trabalho foi apresentado como requisito para conclusão da Especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEM/UFPA, contando com a orientação da Professora Doutora Ruth Almeida. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo. É dedicado a todas as mulheres fazedoras de cultura, responsáveis por transmitir o saber ancestral afro-brasileiro durante séculos. Agradeço as mulheres do quilombo de Igarapé-Preto que confiaram em mim para compartilhar suas histórias e memórias. Um agradecimento especialmente para Cecília Santos e Amanda Santos.

Daélem Maria Rodrigues Pinheiro – Licenciada em História, pela Universidade Federal do Pará- Campus Cametá, Bolsista PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), CAPES- UFPA (2017 à 2018). E-mail: daelemrodrigues180@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Há poucas décadas se tem uma inclusão efetiva das histórias das mulheres na historiografia. Isso se dá a partir da entrada das mulheres no âmbito do trabalho e das reivindicações especialmente de ativistas e feministas na década de 1960/1970. A qual reivindicavam “uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação” (SCOTT, 1999, p.64), a partir disto, passou a ter uma “história das mulheres” mais específica do ponto de vista do conhecimento teórico-metodológico. Essas e outras inquietações a respeito da mulher e as ampliações de novas fontes deram a possibilidade de se estudar a história das mulheres dentro de uma historiografia feminina de mulheres diversas, rompendo uma episteme da mulher como universal que não leva em conta raça e classe.

Nesse sentido, essas mesmas discussões no Estado do Pará, Norte do Brasil, tem-se, segundo as análises de Álvares (1998) uma similaridade com o outros estados do Brasil, em pesquisas que efetivassem a história das mulheres e as relações de gênero. Quanto a discussão sobre a história das mulheres, inicialmente, “sem ser integrado a um projeto feminista, mas em torno de demandas pelo tema mulher” (ÁLVARES, 1998), ou seja, nas décadas de 1980 e especialmente 1990 as pesquisas em torno das mulheres começavam a ter um envolvimento intelectual sobre os estudos das mulheres e posteriormente uma discussão entrelaçada das mulheres e as questões de gênero enquanto análise.

Assim, mesmo com esses avanços significativos, ainda percebemos um certo deleite em pesquisas voltadas para as mulheres que estão dentro das comunidades quilombolas do baixo Tocantins, em especial, análises que tratem das experiências e vivências dessas mulheres nos quilombos e suas vivências no samba de cacete. Destaque, no entanto, para os trabalhos de Pinto (2010), (2007), (2004), (2020) e Silva (2020). Apesar das mulheres estarem muitas vezes nesses lugares destinados aos homens, a liderança, como aponta Pinto (2007) “estima-se que o quilombo do Mola ou do Itapocu foi formado na segunda metade do século XVIII, constituídos por mais de trezentos negros e sob a liderança de uma mulher, denominada Maria Felipa Arranha” uma das referências de lideranças feminina que migrou por varias regiões do baixo Tocantins. A figura emblemática de Maria Felipa Arranha nos faz refletir sobre os lugares de liderança serem mesmo destinados inclusivamente aos homens, ou a historiografia colocou a história dessas mulheres em uma zona silenciosa.

Dessa forma, como a historiografia das mulheres esteve em um cânone literário, a história dos quilombos só teve importante impulso em 1970 e 1980 (FIABANI, 2012), dentro de uma pauta recente da historiografia. Isto aconteceu somente após a constituição de 1988, pois, antes disto, “nas primeiras décadas após a abolição, não despertou o interesse sistemático das ciências sociais brasileiras.” (FIABANI, 2012, p.27). Dessa maneira, somente após a constituição de 1988 tem um aumento significativo pelo interesse das narrativas das comunidades quilombolas.

Vale fazer um recuo histórico para compreendermos como se forjam os quilombos no Brasil, mas especificamente como se forjam os quilombos no baixo Tocantins, Amazonia paraense. Pois, no que tange a presença negra na região Norte, tal assunto era considerado de pouca relevância dentro da historiografia brasileira e desconsiderava que tivesse influência negra na dinâmica cultural da região, pois, considerava-se que apenas o processo escravocrata indígenas na região, conforme discutido por Funes (2022).

Essa percepção da Amazônia como uma região marcadamente de cultura indígena fez com que a escravidão e a cultura africanas fossem colocadas num

segundo plano, constituindo um vazio na historiografia, o que fica mais evidente ao se buscar estudos sobre as comunidades negras, quilombolas ou não, que constituíram ao longo da história amazônica. (FUNES, 2022, p. 49)

Em meados do século XVII, iniciou-se o transatlântico forçado de negros do continente africano para o Brasil. O Brasil foi o país que mais recebeu africanos advindo principalmente do Porto de Luanda - Angola e pertenciam a povos diversos, línguas, culturas e religiosidades. Isto culminou para ressignificações culturais e religiosas afro-brasileiras. O processo escravocrata ocorrido no Brasil do século XVII se desenvolveu em todo território nacional, em alguns Estados do país logo no início do século, outros, como no Norte do Brasil, iniciada “sobretudo na segunda parte do século XVIII, com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM) que regularizou o comércio negreiro para a região amazônica” (SILVA, 2020, p. 110), devido a aspiração do Marquês de Pombal. Salles (1971) descreve como este empreendimento colonial visava o comércio e a partir dele foram sendo introduzindo negros nos Estados do Pará e do Maranhão.

Se por um lado o processo escravocrata foi pautado em uma lógica colonial baseada em teorias raciais, apoiadas no darwinismo social em uma certa “superioridade branca” que desumanizavam o negro (com consequências raciais até hoje). Por outro lado, a história do povo negro também foi marcada por lutas e resistências tanto individuais quanto coletivas, como culturais e religiosas. Um dos atos de rebeldia/resistência contra o sistema escravista, deu-se por meio das fugas.

As fugas foram uma hemorragia incessante na produção escravista. Fugiam trabalhadores escravizados, de ambos os sexos, crianças jovens, adultos ou já idosos; fugiam cativos das cidades, das residências, das embarcações, das chácaras, das fazendas, das olarias, das charqueadas. Fugia o cativo crioulo, que não conhecia outra vida, e o africano apenas ou há muito chegado ao Brasil, que vivera em liberdade. (FIABANI, 2012. p. 08)

Nesse contexto, resultante destas fugas, acabou-se formando os quilombos, os quais se intensificaram durante o século XVIII, em um processo de resistência contra a hegemonia colonial vigente. Assim começaram a forma-se os primeiros quilombos² no Brasil.

Nesse sentido, os quilombos serviam não só como lugar de fuga, mas também se constituíam muitas vezes como comunidades coletivas e auto produtivas, diferentemente do que a muito a história eurocêntrica conta como comunidades isoladas, os quilombos construíram locais que favoreciam práticas econômicas e culturais. Como apontado por Pinto, 2004.

Sabe-se, atualmente, que as teorias acerca dos quilombos como comunidades isoladas por própria opção são infundadas, pois, os fugitivos resistentes do escravismo, além de se preocuparem em proteger e defender os redutos construídos por eles também procuravam estabelecer-se em locais que favorecessem possíveis práticas econômicas. (PINTO, 2004, p. 51)

Dito isso, as fugas sucederam-se em todo o país, assim, na Amazônia tocantina não foi diferente, de modo que, também se constituiu vários quilombos por toda a região. Na região do baixo Tocantins, Amazônia paraense, a população negra sempre foi considerável, segundo Gomes:

² “Essas comunidades foram conhecidas no passado sobretudo como mocambos e quilombos” (FIABANI, 2012. p. 11)

Em termos demográficos – ao longo do século XIX e XX – a população negra sempre foi considerável. Em 1848, a população escrava da região desta vasta área (excetuando-se Mocajuba, sobre a qual não dispomos de dados), que abrangia as localidades de Barcarena, Mojú, Acará, Guamá, Igarapé-Miri, Abaeté, Cametá, Baião e Oeiras, era de 11.199, sendo 51% (5.702) de homens. A população cativa infantil já alcançava 30% do total da população. (GOMES, 2006, p. 282)

Isto resultou em várias comunidades remanescentes³ como a comunidade de Igarapé preto, localizado no município de Baião, Norte Paraense, as “Comunidades encravadas nas florestas reivindicavam experiências inter e trans culturais, de troca matérias até de reivindicação identitária” (GOMES, 2006, p. 17). O Samba de Cacete é uma dessas manifestações culturais afrodiáspóricas, constituída a partir da Amazônia paraense, que está presente nestas comunidades quilombola como forma identitária e cultural.

Portanto, o Samba de Cacete envolve música, canto e dança como elementos dos batuques afro brasileiros. De acordo com Pinto (2010), “o Samba de Cacete é uma espécie de batucada com participação de todos os presentes naquele momento” (PINTO, 2010, p. 40), criando forma e sendo símbolo de autoafirmação identitária. O Samba de Cacete, tradicionalmente é realizado nos convidados⁴. O nome advém dos pequenos cacetes de madeira que são utilizados para fazer a marcação na parte de trás dos tambores, a marcação inicial é feita na parte da frente do tambor onde encontra-se o couro. Pinto (2010) descreve tal experiência, analisamos:

Recebe o nome de Samba de Cacete porque os únicos instrumentos musicais são dois tambores feitos de troncos de pau, com aproximadamente um metro e meio de comprimento, escavados no interior, tendo em uma das extremidades um pedaço de couro, e quatro cacetinhos de madeira. No momento do samba, os batedores ou caceteiros, em número de 04, sentam-se em cima dos tambores, um de costas para o outro; o que fica do lado que tem couro batuca com as mãos, e o que fica na outra extremidade bate com os cacetinhos. Os batedores ou caceteiros cantam as estrofes enquanto os dançarinos e as dançarinas, em tons unissonantes, fazem o coro. A melodia, assim como a dança, começa em ritmo lento e vai evoluindo até tornar-se alucinante. A dança é solta, as mulheres geralmente giram em torno de si mesmas, gestualizando conforme a letra da música, se esquivando para que os cavalheiros não consigam tocá-las. (PINTO, 2010, 40 e 41)

Compreendemos que é a partir dessas histórias orais que o Samba de Cacete permanece no cotidiano das comunidades quilombolas, o ritmo é marcado por dois tambores grandes (feitos de couro e madeira) tocados na horizontal por quatro pessoas, dois sentados na extremidade dianteira do tambor fazem a marcação rítmica no couro e dois sentados na extremidade traseira do tambor fazem a marcação na madeira com o cacete. Os homens cantam e as mulheres dançam e respondem com o coro.

³ Por lei são definidas comunidades remanescentes de quilombo como descrito no Artigo 2º do Decreto Federal nº 4.887/2003, “são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

⁴ É uma forma de trabalho coletivo dentro das comunidades, especialmente, na realização da plantação da maniva.

A problemática neste trabalho será investigar a experiência, vivência e o papel das mulheres dentro do samba de cacete, como afirmação identitária e de resistência. Para além disto, buscamos compreender quais os significados simbólicos e rituais de tal prática cultural que vem sendo repassada de geração a geração durante séculos. Especialmente dentro da comunidade quilombola de Igarapé Preto. Minha hipótese é que as mulheres que fazem parte do Samba de Cacete são as responsáveis por manter e transmitir a tradição passando de geração em geração, as mulheres como guardiãs do saber. Para confirmar essa hipótese foram entrevistadas seis mulheres do grupo Água Negra, sendo elas: Ana Lopes Moreira (68 anos), Benedita Regina Arnold (Dona Bena, 63 anos), Elza Maria dos Santos (48 anos), Cecília Santos (anos), Amanda Santos (23 anos).

1. O Quilombo de Igarapé-preto e o Samba de Cacete

O território quilombola de Igarapé-preto faz fronteira com as cidades de Oeiras e Baião, no Estado do Pará – norte da Amazônia, o acesso a comunidade se dá através do transporte de ônibus. Atualmente moram cerca de 500 famílias, as famílias mais antigas são a família que possuem o sobrenome Machado e a família de sobrenome Santos. Com a ampliação da comunidade e a expansão da população, o território foi “ganhando” ruas, tendo entre 4 ou 5 ruas, dentre essas, destaque para duas, a rua principal que tem como nome de Vicente Piranga (*in* memória), a homenagem deu-se pelo fato dele ter sido um dos moradores mais velhos da comunidade.

A segunda rua intitulada “rua tia Mariazinha” (*in* memória), é uma homenagem a parteira mais antiga da comunidade.

No que se refere à base econômica, a comunidade quilombola do Igarapé Preto se sustenta, especialmente, em torno da agricultura, com a plantação da roça e a produção dos derivados da mandioca. Outra atividade econômica é a pesca. Em tempos específicos, a pescaria é feita no Igarapé da comunidade.

Nas lembranças das entrevistas, a história da formação da comunidade de Igarapé-preto, através da memória, se intercrucza com a própria história do Samba de Cacete. O qual nas lembranças das moradoras mais velhas, o samba de cacete foi constituindo-se a partir da relação do trabalho na roça de forma coletiva, o convidado, conforme aponta a moradora e membro do grupo de samba de cacete, Dona Cecília Santos (2022), “o samba de cacete sempre foi assim, a gente, eu lembro, ia para a roça fazer os convidados, vinha da roça para casa das pessoas cantando samba, todo mundo se divertindo, foi expandindo o samba”. Compreendemos, a partir da fala da Cecília Santos (2022), neste trecho da entrevista, dois pontos relevantes que devem ser ressaltados: primeiro, a construção identitária cultural dentro da comunidade; segundo, o trabalho coletivo atrelado à diversão.

Dessa forma, os dois pontos supracitados como sinônimo de resistência frente a perspectiva eurocêntrica, se dá por meio do repasse de geração a geração através da memória, neste sentido, os autores Pinto, Pinho, Grado (2020) afirmam que “a memória revela-se de fundamental importância para a compreensão do processo histórico-social vivido pelos descendentes dos “resistentes da escravidão”, tratando especificamente de uma história de resistência à escravidão, forjada dentro da Amazônia paraense.

Partindo desse contexto, o Samba de cacete esteve presente nos convidados, assim como também nas festas dos santos padroeiros das comunidades. Este tem em comum a coletividade e é por meio das festas dos santos padroeiros e dos convidados que há o “estreitamento dos laços

de companheirismos, ensinamentos para os mais velhos e experiências de resistências” (PINTO, PINHO, GRADO, 2020). Estes pontos aparecem de igual maneira nas falas das mulheres entrevistadas na comunidade remanescente de quilombo de Igarapé Preto, como podemos observar em um trecho da entrevista da dona Raimunda Arnold (2022):

Eu conheci o samba de cacete desde a minha infância, porque no passado existia os convidados das plantas de roças e eu lembro muito bem que quando a gente ia de “entre vespa”, a gente dançava o samba a noite inteira. Os “batedor” já morreram, o Lauriano, o Dico, Ramiro, “era” “esses um” e meu padrinho Alexandre, todos esses eram batedores e “tinha” mais que também participam *né*, e a gente participava a noite inteira, ia pro roçado, plantava maniva, de lá nós “volta” e dançava mais um pouco do samba. (RAIMUNDA ARNOLD, 2022)

Compreendemos, a partir da análise deste relato, que o Samba de cacete está atrelado à uma perspectiva de trabalho coletivo, indo de encontro com a prática capitalista do trabalho individual compulsório. Assim, a diversão coletiva se faz presente bem antes do ato em si do trabalho, o “entre vespa”, citado pela dona Raimunda, significa que um dia antes eles se reuniam para dançar o Samba de cacete. Ou seja, o Samba de cacete estava presente como a celebração antes e após o trabalho, muitas das vezes regado a gingibirra⁵. Outro ponto de destaque no rememorar de Dona Raimunda, são as lembranças dos mais antigos batedores que já partiram.

Dessa forma, o Samba de cacete tem uma história de séculos na região tocantina e vem sendo repassada de geração a geração, por meio da história oral. A oralidade se faz importante como uma das relações entre a cultura do continente africano e do Brasil, dentro do processo afrodiaspórico, os saberes africanos se desenvolvendo em outros formatos.

Por isso, a história oral é fundamental pois, “através das lembranças dos netos e bisnetos de quilombolas, possibilita uma incursão em suas raízes históricas, tornando vivo um passado que sempre esteve presente em suas memórias” (FUNES, 2022, p. 57) e é a partir da memória e das histórias das mulheres do quilombo de Igarapé preto que percebemos a história e suas transformações do Samba de cacete dentro da comunidade. Com isto, dona Cecília Santos (2022) afirma que “o samba é muito, muito, muito antigo. A gente que é mais novo” (CECILIA SANTOS, 2022). Dito isto, inferimos que esta é uma memória insurgente que nasce a partir das narrativas desses espaços que foram/são espaços de resistência.

Dentro da história do Samba de cacete de Igarapé-preto que perpassa, inicialmente, pelos convidados e pelas festas dos santos padroeiros, houve uma reestruturação, com o passar do tempo, e começou a ser organizado enquanto grupo cultural, porque “antes trabalhavam muito em mutirão, nas roças, fazia os convidados. Agora não tem muito mais isso. Mas o Samba não acabou, ele continuou, mas na comunidade.” (CECILIA SANTOS, 2022)

Foi neste contexto que começaram a surgir os grupos de Samba de cacete, uns dos primeiros grupos da comunidade de Igarapé preto, surgiu no contexto em que a comunidade estava lutando pelo direito a terra reconhecida enquanto território remanescente de quilombo. Segundo as entrevistadas, essa organização ocorreu em meados de 1999.

Esse primeiro grupo de Samba de cacete de Igarapé preto, tem o nome de “Topa tudo”. O grupo é composto pelas pessoas mais idosas da comunidade, dentre eles a Dona Raimunda Ar-

⁵ A mistura é feita a partir da Cachaça (geralmente a 51), água, a raiz da planta gengibre e açúcar.

naud, o senhor Domingos Machado e o senhor José Estandilau (Zé Cotó), estes últimos são os mestres do samba de cacete que vivem na comunidade.

Durante as entrevistas, observa-se que, por causa do cenário pandêmico da Covid-19 (iniciado em 2020), houve a necessidade de as mulheres mais novas organizarem um outro grupo de Samba de cacete. Pois, os idosos da comunidade enquanto grupo de risco, ficaram mais em suas casas. Desta maneira, tem-se a criação do segundo grupo de Samba de cacete na comunidade quilombola de Igarapé-preto, denominado de “Água Negra”, no qual José Estandilau (Zé Cotó) é o mestre do grupo. Os grupos, apesar de nomes diferentes, sempre que possível se unem para tocar e cantar o samba de cacete juntos.

A formação do segundo grupo, Águas negras, deu-se em meados de 2021, sob a coordenação de uma mulher, Marcia Santos. O nome do grupo é uma referência a cor da água do igarapé que “corta” a comunidade (água gelada com tom escuro), conforme relata Cecilia Santos (2022). “A gente sentou, como vai ser nome, aí, vamos colocar...porque a água do igarapé ela é negra/preta” (CECILIA SANTOS, 2022). O grupo conta com 25 pessoas entre homens e mulheres, sendo que, desse total apenas um homem dança, além dele, tem mais outros dois homens que são o tocador da parte da frente do tambor e o tocador do cacete atrás do tambor. Na fotografia, a seguir, tem a maioria das pessoas que compõe o grupo, o que é importante de analisar é a presença das mulheres em números significativos e, para além disto, a diferença de gerações.

Figura 1: Grupo de samba de Cacete “Águas Negra”



Fonte: Amanda Santos, 2021.

No samba de Cacete encontram-se dois tambores, feito de couro (geralmente do veado). Os tambores são tocados por quatro pessoas, dois na frente e dois atrás. O ritmo é marcado da frente para trás em um mesmo ritmo sonoro. Em uma junção, de toque, ritmo e canto, os tocadores da frente marcam o toque e o ritmo e cantam, os tocadores do cacete acompanham e as mulheres dançam e respondem o corro, porém o que muda entre cantador e coro é a intensidade (timbre diferentes). Na figura, a seguir, observamos que o mestre José Estandilau (Zé Cotó) está ensinando os mais novos da comunidade o toque e o ritmo do samba de cacete.

Figura 2: Saberes ancestrais de geração para geração



Fonte: Amanda Santos, 2021.

Dessa forma, observamos que o ritual da dança se dá de várias maneiras, as mulheres em rodas, dançando sozinhas ou dançando com um parceiro. As mulheres seguram na ponta da saia e rodam, giram em passos lentos em consonância com a música, assim, temos um corpo como um lugar de memória. A memória corporal como suporte da identidade. O ritual do Samba de Cacete, geralmente dura uma hora, que é denominada de uma fornada, depois tem uma pausa e depois pode ter outra fornada e assim sucessivamente.

Para além das mulheres dançando e respondendo o coro no samba de cacete, elas têm um papel fundamental de guardar este saber e repassar para as futuras gerações. No tópico a seguir, será apresentado a história de seis mulheres do grupo Água Negra, essas mulheres são de gerações distintas, sendo elas: Ana Lopes Moreira (68 anos), Benedita Regina Arnold (Dona Bena, 63 anos), Elza Maria dos Santos (48 anos), Cecilia Santos (43 anos), Amanda Santos (23 anos).

2. As Guardiãs do Saber do Grupo *Água Negra*

Para além dos mestres do Samba de cacete, as mulheres são conhecedoras e responsáveis por manter e repassar essa herança cultural. Através da oralidade, em uma relação direta com o continente africano, de uma tradição viva como “elemento de identidade e etnicidade desta comunidade negra remanescente de mocambeiros” (FUNES, 2022, p. 42). Deste modo, as mulheres são responsáveis por manter a cultura, sendo que “a valorização da mulher pelas diferentes culturas negro-africanas sempre se deu a partir da função materna” (GONZALEZ, 2020, 201), indo de encontro como o pensamento de Gonzalez (2020), foram entrevistadas três gerações de mulheres do Samba de cacete de Igarapé-preto, o que liga essas mulheres, além do samba de cacete, é a ligação materna de aprendizado do Samba de cacete, ou seja, foram suas mães que lhe iniciaram e

foram elas que iniciaram suas filhas e as filhas já levam as filhas e filhos. Dentro de suas diferenças e pontos em comum, conheceremos a trajetórias dessas mulheres guardiãs do saber do samba de cacete de Igarapé Preto.

Benedita Regina Arnold, também conhecida na comunidade como Dona Bena, tem 63 anos de idade e é filha dos primeiros moradores da comunidade. Nascida e criada na comunidade de Igarapé-preto, sempre participou do samba de cacete desde a sua infância até os dias de hoje, dançando e cantando. A sua ligação com o samba é descrita pela mesma como “eu sempre gostei, desde a minha infância, eu gostei, meio, dava um trabalhinho porque tem que cantar pra tu dançar né” (BENEDITA ARNOLD, 2022), esse contato com o samba de cacete deu-se desde muito pequena através de sua mãe, a mesma descreve “desde quando eu nasci, desde quando eu me entendo, ia com minha mãe com minha avó” (BENEDITA ARNOLD, 2022), a mãe de Dona Benedita Arnold é Lorença e a avó era Maria Arnold, que também dançavam e cantavam no samba de cacete.

Figura 3: Benedita Regina Arnold



Fonte: Daélem Pinheiro, 2022.

Ana Lopes Miranda Silva, tem 68 anos de idade, uma das primeiras professoras da comunidade (aposentada), e também faz parte das mulheres do samba de cacete de Igarapé-preto. Com sete anos teve que sair da comunidade para estudar na cidade de Baião (na época era até o quinto ano), posteriormente tornou-se professora de Igarapé-preto. Sua relação com o samba de Cacete se dá depois da sua vinda de Baião, aos trezes anos de idade, nas rodas de Samba de cacete de Chiquinha Lopes (tia Chiquinha). Ao perguntar durante a entrevista quem lhe iniciou no samba e cacete, Ana Silva responde: “Era minha mãe, todo ano era festa lá do santo Antônio, a gente ia pra lá. A minha mãe também dançava Samba de cacete”, (ANA LOPES, 2022). A mãe da Ana Lopes é da geração de mulheres que iniciaram no samba de cacete por meio dos convidados.

Figura 4: Ana Lopes Moreira

Fonte: Daélem Pinheiro, 2022

Elza Maria dos Santos, tem 48 anos de idade. Sempre participou do Samba de cacete. A sua entrada no Samba de cacete também se deu por intermédio de sua mãe, Maria Vitória dos Santos, a mesma relata “ela sempre participava do samba, com essa coisa dela, a gente já foi pegando também o ritmo do samba, ela era de outro grupo dos mais velhos, nosso grupo tá recente, só que a gente já sabe como é dançar né, dançar o samba de cacete” (ELZA SANTOS, 2022).

Dessa forma, este aprendizado se dá por meio da oralidade cantada e dançada, do contato entre as mais velhas e as mais novas. Dona Elza continua “a gente ia participava com a mamãe pra lá pro Teófilo, tinha uma senhora chamada tia Fortunata, ela sempre fez, essas coisas, sempre fazia, agora que ela ficou adoentada que não faz mais, mas ela sempre fazia, aí aprendemos com ela cantar, dançar” (ELZA SANTOS, 2022). Assim, por meio das mais velhas que cantam e as mais novas repetem o coro, o aprendizado vai se desenvolvendo em ciclo de permanência da cultura identitária em uma função materna.

Figura 5: Elza Maria dos Santos

Fonte: Daélem Pinheiro, 2022

Cecilia Maria dos Santos, tem 43 anos e é moradora do quilombo de Igarapé Preto, nascida e criada na Vila, é irmã de Elza Santos. A mesma teve seu primeiro contato com o samba de cacete através de sua mãe Maria Vitória dos Santos, participa do samba de cacete a mais de 15 anos. Sobre sua vivência por meio de sua mãe no samba de cacete, Cecilia Santos (2022) descreve “ela era uma dançarina, eu acompanhava ela quando a gente ia pra roça, pra outras coisas, pra dança, eu acompanhava ela, aí eu aprendi”. (CECILIA SANTOS) Dona Cecília Santos, aprendeu o samba com a mãe Maria vitória, já repassou para a filha Amanda Santos e para os netos Maria (4 anos) e Vinicius (4 anos). Dona Cecília Santos, também afirma como o samba de cacete é visto como parte integrante da cultura da comunidade, “o samba ele sempre existiu, é a cultura da nossa comunidade né, na verdade eu já não sou das primeiras né, já sou de uma geração mais... mas eu sempre participei” (CECILIA SANTOS, 2022). Para além disto, a mesma e a filha são as costureiras das roupas do samba de cacete.

Figura 6: Cecilia Santos



Fonte: Daélem Pinheiro, 2022

A mais novas das entrevistadas foi a Amanda dos Santos, filha de Cecilia dos Santos e Mãe da Maria Cecília dos Santos (4 anos), as três gerações pertencem ao Samba de cacete de Igarapé-preto. Amanda dos Santos participa do samba de cacete de Igarapé-preto, desde os 10 anos de idade, quando ia com sua avó materna, a Dona Maria Vitória dos Santos. Amanda dos Santos em entrevista relata que a sua avó a levava para os convidados e assim a mesma foi aprendendo o samba de cacete, a vó também lhe ensinava na casa a cantar e a dançar.

Em um trecho da nossa entrevista Amanda Santos, 2022, descreve: “olha eu danço no samba, eu acho, desde os meus dez anos, que eu ia com a vovó pro primeiro grupo que tem, que é o mestre o tio Machado, desde criança ela sempre me levou” (AMANDA SANTOS), hoje em dia Amanda faz parte do grupo mais recente o Água Negra. Na foto a seguir Amada Santos é a que está no meio junto com sua mãe e as primas.

Figura 7: Amanda Santos com a Mãe e as primas



Fonte: Amanda Santos, 2022

As mulheres dentro do samba de cacete, em sua maioria ocupam os espaços do coro e da dança. No entanto, tocar o tambor e o cacete é geralmente ocupado pelos mestres do samba de cacete ou pelos homens. Todavia, ser uma mestra do samba de cacete, não é “proibido”, apesar das poucas mestras existentes, ou mesmo poucas mulheres que tocam. Nestas perspectivas e para ter-se a continuidade e permanência do samba de cacete pulsante na comunidade de Igarapé-preto, o grupo Água Negra, começou a realizar oficinas de toque para os mais novos, como uma forma de repassar o conhecimento e despertar o interesse pela cultura, como relata dona Cecília Santos (2022):

A gente tá até fazendo oficinas pra aprender né, com as crianças, agente tá fazendo com as crianças pra continuar, né a cultura. Porque, se agente não fazer não vai pra frente, com o tempo vai acabar, se não fizer, aí a gente já tá fazendo oficinas pra dar continuidade né, tem esse meu filho menor que já sabe bater, que já aprendeu. Estamos vendo se as mulheres também aprendem, elas vão pra lá, no ritmo”. (CECÍLIA SANTOS, 2022)

As oficinas são outras formas que essas mulheres encontram para que a cultura não acabe. Pois, dentro da cosmologia do saber ancestral afrodiaporico, os saberes vão sendo repassado do mais velho para os mais novos em um processo de aprendizado da observação, o saber fazer e a repetição. Se este, mais velho parte, e o mais novo não se interessa pela cultura, a mesma acaba morrendo, ou se predendo. Outro ponto, que vale destacar dentro da “preocupação” dessas mulheres do samba de cacete é com que as mulheres também possam aprender a tocar os tambores, seja na marcação da frente (na parte do coro) seja na marcação na parte de trás do tambor, com os paus. Amanda Santos (2022) coloca que

É muito difícil ter uma menina que toque....porque as meninas gostam mais de dança, porque já foi um costume desde os antigos, pra ti ver é só a tia Raimunda que sabe tocar, nenhuma mulher mais sabe, a filha dela, da Bena que agora tá aprendendo a Elmira, ela sabe tocar. (AMANDA SANTOS, 2022)

As figuras 8 e 9, abaixo, são referentes a oficina realizada pelo grupo Água Negra. Na figura 8, observamos o mestre ensinando as crianças da comunidade a marcar o toque e o ritmo no tambor e também ensinando as meninas a tocar. Ressaltando também essa relação do mestre em repassar o conhecimento para os mais novos. De igual modo a figura 9, nesta destaque para Dona Cecília Santos, que também está a observar o mestre José Estandilau.

Figura 8: Mestre José Estandilau ensinando o toque do samba de cacete



Fonte: Daélem Pinheiro, 2022.

Figura 9: Mestre José Estandilau ensinando o toque do samba de cacete



Fonte: Daélem Pinheiro, 2022.

Outro ponto que as mulheres estão tentando dar continuidade é na presença dos homens na roda de samba de cacete. O samba de cacete pode ser dançado só, como também em conjunto. No entanto, tem uma falta significativa dos homens para formarem os pares, “nós já batalhamos bem para conseguir os homens pra dançar, dançar. Porque, não dança agarrado, os homens vão acompanhando e a gente não conseguiu, tem só um que dança com a gente” (CECILIA SANTOS, 2022).

Nesse sentido, dona Elza Santos (2022) também toca no mesmo assunto e diz: “somos várias mulheres, só é um homem que dança no nosso samba, que dança, o restante bate tambor, bate atrás, mais que dança mesmo é só o meu esposo” (ELZA SANTOS), o nome do esposo de Elza é Raimundo, ele dança com todas as mulheres dos do grupo Água Negra.

Outro aspecto importante dentro do samba de Cacete são as letras das músicas cantadas, têm uma fundamental importância tanto, para a história oral sendo cantada, como o que cada letra tem um significado. Falando especificamente do quilombo de Igarapé preto, muitas das letras são construções das pessoas das próprias comunidades e que foram sendo passadas de gerações para gerações.

Dona Raimunda Arnold conta sobre a construção das letras das pessoas da comunidade “porque ‘diante’ não tinha comunicação com gente de fora era eles mesmo que cantavam, no meu conhecimento eu não via ninguém ensinando” (RAIMUNDA ARNOLD, 2022), o conhecimento oral das composições que versam sobre o cotidiano e também sobre as variadas formas de resistência dos ancestrais que passaram por esse mesmo território. Três trechos de letras foram lembrados nas entrevistas por Dona Benedita Arnold:

Tem a Majirona, “Majirona lerê, meu castelo lerê, tenbo sono mais não durmo, dormirei quando tu fores lerê”. Essa é uma e tem a outra que é “cajueiro pequenino mineiro pau, quem te derrubou no chão, mineiro pau, mineiro pau”. Essa é outra “tem, tem, tem oruar pega a bolotinha não me deixe chorar” (BENEDITA ARNOLD, 2022)

Nesse sentido, as letras das músicas são repassadas de geração a geração, algumas a mais de quatro séculos. No quilombo de Igarapé preto, encontrei dois nomes como referências que compõem hoje em dia a letra das músicas que são cantadas no samba de cacete. O primeiro é seu Domingos machado (um dos fundadores do grupo Topa tudo) e a outra é a Dona Raimunda que compõe a seguinte letra: “Eee rosa minha flor, quem foi que te apanhou lá da roseira (Homens cantam). Foi eu, rosa minha flor, foi eu que te apanhou lá da roseira (mulheres respondem)”. Essa música tem um significado, conta a história do que é e como é feito os roçados, para plantar a maniva⁶ Amanda Santos (2022), explica:

Essa música retrata os homens cavando na enxada que é quando vai plantar e as mulheres se abaixando quando elas respondem “foi eu, rosa minha flor, foi eu que te apanhou lá da roseira” eles estão plantando, são as mulheres plantando lá no convidado. (AMANDA SANTOS, 2022)

Desta forma, a letra descrita acima aponta para esta relação das comunidades quilombolas em uma outra relação com o trabalho, uma relação de coletividade e resistentes aos moldes capitalistas do trabalho compulsório.

⁶ Planta que da raiz dará a mandioca, utilizada na produção da farinha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O samba de cacete atua como um mecanismo de resistência tanto dentro dos quilombos no período colonial, quanto a sua permanência e resistência nas comunidades remanescentes de quilombo do período pós colonial. Faz parte da própria constituição identitária da comunidade de Igarapé-preto e tem a história e a memória guardada e repassada por meio das mulheres.

Assim, o cantar e tocar, vão para além do cultural, mas também faz uma referência aos ancestrais, aos mais velhos, como expressa Cecilia Santos (2022) “o sentimento pra mim a gente tá representar aqueles que já foram né, dá um sentimento de tu tá lá dançando e representando um povo que já foi embora e que já dançou muito e que já cantou” (CECILIA SANTOS, 2022).

No viver cotidiano das comunidades negras rurais da região do Tocantins, no Pará, norte da Amazônia, modos de vida, experiências, assim como a identidade dos remanescentes de antigos quilombolas, vêm sendo vivenciados, aprendidos, alimentados e transmitidos por meio dos gestuais das danças, nas letras das músicas, nas "fornadas de Samba de Cacete". (PINTO, 2007, p. 15)

Uma das maiores preocupações entre as mulheres entrevistadas é que o Samba de cacete não acabe, é através da memória, da dança, do canto das oficinas que elas estão fazendo com que os saberes sejam transmitidos, tendo efeito na permanência dessa cultura. As mulheres tem um papel fundamental, as guardiãs do saber do Samba de cacete de Igarapé-preto, segue uma linha matriarcal, são as mulheres, mães, tias, avós que alimentam a cultura, que mantém o samba de cacete vivo, que contam a história de séculos de comunidades inteiras, remanescente de antigos quilombos da Amazonia paraense, com história de exaltação, resistência e alegria do povo preto.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda *Histórias, saberes e práticas: os estudos sobre mulheres entre as paraenses*. Texto preliminar originalmente apresentado em três Mesas Redondas de avaliação da trajetória dos Núcleos de Estudos e Pesquisas das universidades, durante o 7o Encontro da REDOR, em set./1998.
- FIABANI, Adelmir Mato. *Palboça e pilão: o quilombo, da escravidão as comunidades remanescentes (1532-2004)*. 2. Ed.—São Paulo: Expressão popular, 2012.
- FUNES, Eurípedes Antônio. “*Nasci nas Matas, Nunca Tive Senhor*”: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas. São Paulo: FFLCH/USP —Departamento de História, 2022.
- GOMES, F. S. . "No Labirinto dos rios, furos e igarapés": camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, C. XIX-XX. *História Unisinos* , v. 4, p. 281-292, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flavia Rios, Marcia Lima. — 1ª ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina*. Belém: Editora Açai, 2010.

_____. *Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*. Paka-Tatu: Belém, 2004.

_____. *Memória, oralidade, danças e rituais em um povoado amazônico* / Benedita Celeste de Moraes Pinto – Cametá: 2007.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes; PINHO, Vilma Aparecida de; GRADO, Beleni Saléte. História, memória e educação dos remanescentes quilombolas de boa esperança – Pará. *Trabalho necessário*. V.18, n° 37, set-dez (2020), ISSN: 1808-799 X.

RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. Publicação original: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971. 336 p. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: *A Escrita a história: novas perspectivas* / Peter Burke (org.); tradução de M agda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. - (Biblioteca básica) 1999.

SILVA, Micele do Espírito Santo da. *Samba de cacete: expressão cosmovisiva de um povo*. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de História- UFPA/Cametá. 2020.

O Bloco do Rebuceteio: rede de apoio nos corpos territórios em performance carnavalescaⁱ*El Bloco del Rebuceteio: la red de apoyo en los entes territoriales en el carnaval**The Rebuceteio Group: support network in the territorial bodies in carnival performance***Fernanda Jaime Andrade**

Resumo: A fim de sustentar uma prática contrária aos padrões patriarcais e as performances heteronormativas, o bloco do Rebuceteio marcou posição por meio das memórias dos integrantes dele, através da identidade de gênero representadas socialmente nas performances de rua ocorridas durante os quatro anos de evento. Ainda é proposta desse trabalho averiguar as situações de violência física e simbólica ocorridas tanto no interior dele, entre pares, quanto a que foi estabelecida com o público externo ao bloco, quando de sua passagem nas ruas, em outras palavras, entre os objetivos específicos desse trabalho está o da análise do pilar dessa violência, ou seja, qual a estrutura histórico cultural que sustenta a violência contra a identidade de gêneros? Portanto, o aporte teórico metodológico da pesquisa que guiará a compreensão dessa problemática é a corrente dos estudos subalternos da América Latina no âmbito do decolonialismo, além da História Cultural que servirão como suporte para a investigação do contexto social que engendra a construção dessa violência e os estudos de gênero.

Palavras Chave: Identidade. Gênero. Carnaval. Corpo. Território.

Resumen: Para apoyar una práctica contraria a los estándares patriarcales y las actuaciones heteronormativas, el bloque Rebuceteio se pronunció a través de las memorias de sus integrantes, a través de la identidad de género socialmente representada en las representaciones callejeras que se realizaron durante los cuatro años del evento. Aún así, es una propuesta de este trabajo, investigar las situaciones de violencia física y simbólica que se daban tanto en el interior de la misma, entre pares, como la que se establecía con el público fuera de la manzana, en su paso por las calles, es decir, entre los objetivos propios de este trabajo se encuentra el análisis del pilar de esta violencia, es decir, ¿cuál es la estructura histórica cultural que sustenta la violencia contra la identidad de género? Por tanto, el aporte teórico metodológico de la investigación que orientará la comprensión de esta problemática es la corriente de los estudios subalternos de América Latina en el ámbito del decolonialismo, además de la Historia Cultural que servirá de sustento para la indagación del contexto social que engendra la construcción de esta violencia y los estudios de género.

Palabras Claves: Identidad. Género. Carnaval. Cuerpo. Territorio.

Abstract: In order to support a practice contrary to patriarchal standards and heteronormative performances, the Rebuceteio block took a stand through the memories of its members, through the gender identity socially represented in the street performances that took place during the four years of the event. Still, it is a proposal of this work, to investigate the situations of physical and symbolic violence that occurred both inside it, between peers, and that which was established with the public outside the block, when passing through the streets, in other words, between the objectives specific to this work is the analysis of the pillar of this violence, that is, what is the historical cultural structure that sustains violence against gender identity? Therefore, the methodological theoretical contribution of the research that will guide the understanding of this problem is the current of subaltern studies of Latin America in the scope of decolonialism, in addition to Cultural History that will serve as support for the investigation of the social context that engenders the construction of this violence and the gender studies.

Keywords: Identity. Gender. Carnival. Body. Territory.

ⁱ Este artigo foi apresentado ao Programa de Pós-graduação em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América-Latina a nível de Especialização, sob orientação da Profa. Dra. Adriane Lima. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Fernanda Jaime Andrade –Mestra em História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará, na linha de pesquisa Trabalho, Cultura e Etnicidade (2016). Possui especialização em Relações Étnicorraciais, pela Universidade Federal do Pará -UFPA (2011), ao Instituto de Ciências da Educação - ICED, Núcleo de Formação de Professores e Relações Étnicorraciais – GERA. E-mail: fernandajaimeandrade@gmail.com

INTRODUÇÃO

“Chama a mulherada, as queens, as trans, as operadas, as buças nervosas pra avenida/ Todas juntas, livres, sem controle, sem censura, embucetadas por uma bucetania”

Samba enredo 2016.

Era quase carnaval de 2016 quando três amigas conversavam sobre a festa em Belém. Reclamavam das demandas sobrecarregadas das mulheres: o cuidado com os filhos, a rotina exaustiva de trabalhos domésticos sendo conciliados com trabalhos externos, o baixo salário pago para mulheres. Enfim, uma longa conversa sobre opressões sociais femininas que culminou num grito, uma delas disse: “Vamos fazer um rebuceteio!”. Nesse momento, uma rede veloz de comunicação feminina construiu o Bloco do Rebuceteio, um bloco de rua, com banda de fanfarra, com fantasias e sem cordões de isolamento. Não houve autorização para ir às ruas, marcaram o encontro e existiram nele em rede de apoio, em denúncias, em protestos, em alegria, em união e respeito umas com as outras. Por quatro anos consecutivos – 2016 a 2019 –, o cortejo se transformou à medida em que o público brincante escolheu o espaço do bloco para reforçar vozes silenciadas.

A palavra “Rebuceteio”, em diferentes dicionários, significa *reunião com muitas pessoas fazendo barulho*. Além dessa tradução, “Rebuceteio” exprime reunião de grupo de mulheres lésbicas em situação de bagunça ou promiscuidade. A proposta desse coletivo cultural entende o “Rebuceteio” como uma reunião de pessoas denunciando o feminicídio, a homofobia, a transfobia, as violências contra mulheres e grupos LGBTQI+¹ de maneira artística, lúdica.

Embora possa parecer ofensivo ou grosseiro, o nome do bloco é tão somente o reforço de desejos de estar nas ruas com segurança e liberdade para performar existências sem preconceitos, sem discriminações, sem censuras. Por isso, o cortejo nas ruas da Cidade Velha (bairro localizado em Belém do Pará) inclui apresentação de bandas, performances teatrais, performances *Drag Queen*, batuque de tambores e banda de fanfarra. É uma festa entre pessoas que compartilham amor em cortejo pelas ruas deste bairro de celebração de culturas belenense. A intenção desse movimento cultural era ocupar as ruas festejando a potência feminina em cada uma das pessoas agregadoras de resistência das políticas públicas que impõe nossa invisibilidade em sociedade.

Para tanto, neste artigo analisarei as letras de quatro sambas de enredo, compostos pelos artistas do bloco, a fim de apreender como na poesia das músicas e performances teatrais esse movimento cultural educa a sociedade colocando em evidência assuntos como feminicídio, violência, lgbtqifobia, transfobia, entre outras questões, que marcam limites ao território desses corpos femininos que resistem a qualquer imposição.

A respeito dos quatro sambas de enredo analisados neste artigo, é importante ressaltar a originalidade das letras e melodias de cada um deles, compostos pelos integrantes do bloco. Nestes sambas, palavras são usadas pelo poder que emanam no que tangem às denúncias, empoderamentos, redes de apoio. Chamo atenção para uma palavra em particular, que se repete em cada estrofe dos sambas e marchinhas: *buceta*. Buscando a etimologia da palavra, sabe-se que a origem é latina, de *buxus* / *buxo*, madeira utilizada em trabalhos suaves de onde era possível construir

¹ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, *Queer*, Intersexuais, mais as outras categorias de gênero em uso (THEBORN, 2006).

caixas pequenas, as *buxis*². Ainda, segundo o dicionário Michaelis, é uso não chulo do idioma³. Para integrantes e brincantes do bloco, “rebuçeteio”, “buceta”, “vulva”, “vagina”, “xiri”, “charque” são chamamentos, vocativos de uma irmandade, de uma “bucetania”, como diz a letra de um dos sambas. Neste sentido, significados coloniais, religiosos, patriarcais que menosprezam ou subjagam o corpo feminino são combatidos com neologismos, novas formas de ver e falar enaltecendo o poder feminino.

Foi pensando nessas questões que surgiu a proposta do cortejo cultural Bloco do Rebuçeteio, no qual mulheres, homens, *drag queens*, travestis, transgêneros, lésbicas, *gays*, bissexuais, *queers*⁴, intersexos puderam performar seus corpos nas ruas de forma livre, respeitosa, segura, sem transfobia, julgamentos ou qualquer situação que pudesse colocar em risco estes brincantes.

Neste sentido, o objetivo específico desse artigo é elucidar como o Bloco do Rebuçeteio traduz a transgressão da ordem heteronormativa, pois, ao mesmo tempo em que ele se apresenta como resistência, também é palco de disputas e conflitos. Neste caminho, o bloco agrega debates e posturas de acordo com as mudanças da sociedade; portanto, assuntos como feminismo, performance *queer*, transgeneridade, feminicídio, violência contra gêneros, racismos e antirracismos, discriminações, censura e objetificação da mulher são temas que também estão no cerne dessa proposta cultural.

O recorte estudado nessa proposta será o período do carnaval, entre os anos de 2016 a 2019. Neste período, foram compostos seis sambas autênticos que traduziram em poesia a manifestação cultural carnavalesca dentro dos desdobramentos do significado desse período na transformação social da vida dos sujeitos estudados por essa pesquisa, abordados no campo de estudos da historiografia decolonial e dos debates sobre a interseccionalidade⁵.

1. O Bloco do Rebuçeteio

Rebuçeteio! É! Rebuçeteio! Vamos pirar com todo este esteio!

Marchinha do Bloco do Rebuçeteio, 2016.

A fim de sustentar uma prática contrária aos padrões patriarcais e as performances cisgênero heteronormativas, o Bloco do Rebuçeteio visa marcar posição por meio da identidade de gênero representada socialmente nas performances de rua ocorridas durante o cortejo. Ainda, é proposta desse trabalho pensar as situações de violência física e simbólica normatizadas em espaços privados e públicos por meio de denúncias que são expostas nas letras dos sambas de enredo compostos por integrantes e colaboradores do bloco, bem como nas performances *drag queen* e rodas de conversa.

² Fonte: *buceta*. Origem da Palavra. Disponível em <https://origemdapalavra.com.br/palavras/buceta/>.

³ Fonte: *boceta*. Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/boceta/>. Acesso em 2022.

⁴ *Queer* é uma posição de contestação aos regimes de poder que produzem a identidade e a diferença. Trata-se muito mais de um modo de vida, uma estética da existência. A política e o modo de vida *queer* dinamitam os regimes biopolíticos da representação, de modo que todos os corpos possam ser habitáveis e que todas as vidas possam existir na diferença que as constitui (BUTLER, 2003, 2006).

⁵ Sobre o conceito de interseccionalidade, a pesquisa se dedicará aos estudos da socióloga Sirma Bilge (2009). Além disso, os estudos da jurista Kimberlé W. Crenshaw também apoiarão o debate sobre a interseccionalidade será melhor desenvolvido nas páginas que seguem.

Para além disso, o estímulo posto é o do entendimento da realidade histórica com especificidades nas interações sociais, nos conflitos e nos compartilhamentos culturais, que são capazes de diversas apropriações e redefinições das disputas simbólicas e dos papéis historicamente estabelecidos, bem como, situados em contextos de concorrência e competição.

Sendo assim, os diversos grupos sociais têm seu espaço preservado como se estivessem conservados em sua autonomia na troca de significados entre redes simbólicas e próprias de transferências. Sob este ângulo, ao invés da hierárquica construção de um evento de “público de massas”, o Bloco do Rebuceteio defende que o cortejo cultural é composto de diversos sujeitos, e por isso, a massificação cultural não significa homogeneidade entre indivíduos em sociedade, a fim de demonstrar as múltiplas formas que cada grupo social se envolve, evidenciando o dinâmico processo das relações culturais. Para tanto, o bloco ofereceu, em 2018, rodas de conversas nas quais esses temas foram discutidos com a comunidade na presença de especialistas, quais sejam, professores, influenciadores culturais, artistas, lideranças comunitárias e coletivos de movimentos sociais. É o caso do coletivo Noite Suja, de performances *drag queens* que colaboram com essa proposta de projeto. Além dele, o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará – Gempac –, referência internacional na luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras do sexo, ofereceu ao público da roda de conversa palestras sobre saúde sexual feminina, violência contra mulheres e educação sexual.

As discussões abarcaram questões relacionadas ao papel da mulher no contexto da construção da identidade de mulheres em trânsito de percepção de si mesmas e do mundo, agindo como sujeitas ativas e dinâmicas da história. Todas elas significam suas vidas, a tradução de si, na narrativa histórica que constroem sobre os costumes e mentalidade do contexto histórico e cultural onde estamos inseridos. Estas narrativas dão a forma física da história, mostra a intimidade dos acontecimentos com historicidade. E, por meio da proposta do Cortejo Cultural Bloco do Rebuceteio, não apenas essas mulheres, mas um grupo bem mais diversos em representações de identidades de gênero, têm lugar para viver suas performances em conjunto. Daí a importância dessa partilha, pois preserva a memória de uma coletividade.

As várias experiências vividas por cada indivíduo possuem sua própria temporalidade e sua própria história. Porém, as similitudes do passado possibilitam ao grupo o reconhecimento de sua identidade através do tempo. Assim, a memória, elemento de unidade de um grupo, está imbricada num sentimento de tempo contínuo, fluido que age entre o que já foi vivido e o que se vive no presente. Nessa continuidade temporal se sustenta o grupo, capaz de recuperar do passado aquilo que está vivo. Neste viés, o Bloco do Rebuceteio busca oportunizar um contraponto a ordem social heteronormativa no âmbito de resistências e disputas por meio da atuação/transgressão das performances desses corpos. A problemática investigada busca compreender como o Bloco do Rebuceteio seria um contraponto à ordem social heteronormativa no âmbito de resistências e disputas por meio da atuação/transgressão dessas mulheres. Ou seja, se visa encontrar de qual maneira o bloco é lugar de questionamento entre as práticas discursivas normativas e as outras diversas formas de manifestação de resistência.

O movimento prevê um cortejo cultural nas ruas do já mencionado bairro da Cidade Velha, em Belém, com participação de banda de fanfarra, performances do coletivo *drag queen* Noite Suja, desfile do grupo Grupo de mulheres prostitutas do Estado do Pará – Gempac, em homenagem a Lourdes Barreto, sua fundadora –, bem como desfile de fantasias dos brincantes do cortejo e apresentação de artistas musicais da cidade. Ainda, o cortejo oferece exposições e vendas de serviços

e produtos de pequenas empreendedoras oferecendo à comunidade durante a concentração do cortejo suas produções, portanto, oportunizando a circulação de produtos e serviços de mulheres cis e transgêneros diante de um público que agrega as resistências desse grupo social. O Bloco do Rebuteteio saía em cortejo pelas ruas da Cidade Velha sempre no primeiro dia de carnaval, organizado de forma coletiva e voluntariamente, cujo objetivo era expressar a força da união feminina contra imposições sociais patriarcais sobre a existência das mulheres.

2. O Corpo: performance e território

Alto Lá! Esse corpo me pertence! Vou falar!

Samba, 2017

Por meio desse imperativo do samba enredo, este artigo tenciona avaliar a perspectiva da questão da violência contra gêneros na cidade de Belém do Pará⁶, a partir da análise das letras de quatro sambas de um bloco de carnaval de rua, o Bloco do Rebuteteio, cujas estrofes reverberam vozes femininas performadas nos corpos em cortejo pelas ruas do Bairro da Cidade Velha. Sendo assim, este artigo propõe uma análise sobre as denúncias, protestos, anúncios cantadas por mulheres, pessoas LGBTQIA+, homens, pessoas transgêneros, entre outras diversas identidades de gêneros que sentiram no bloco a oportunidade, sobretudo a rede de apoio no corpo território ocupando o espaço público com mensagens normalmente silenciadas para dentro do espaço privado.

Para tanto, a investigação intenciona o entendimento da trajetória dessas pessoas mediante a memória do bloco como um desafio das performances de gênero, das identidades e representações sociais analisados sob a ótica de como as diversas violências contra gêneros podem ocorrer num espaço que se identifica como transgressor e de resistência social, como propunha o Bloco do Rebuteteio no samba enredo: “A nau chegou aqui e nos vestiu/ Ainda assim a buceta resistiu/ Querem nos cobrir, querem nos parar... 2017”⁷. Para isto, analiso os sambas de enredo elaborados pelos integrantes do bloco – homenageadas pelo grupo, fundadoras e brincantes –, que através dele, viram oportunidade em transgredir a ordem normativa patriarcal⁷. A memória guardada nos testemunhos dessas pessoas, apoiadas pelas músicas e registros visuais vão contribuir para o entendimento da ruptura das significações de gênero e poder, construídas mutuamente em direção a compreensão da tensão contra as performances de gêneros não normativos⁸, como preconiza a estrofe: “Não tem mais jeito a buceta vai falar, 2017”⁷.

Nesse sentido, Pantoja (2018) aponta todo o compromisso da reprodução humana é atribuído socialmente às mulheres, ao passo que aos homens os estímulos sociais são destinados ao trabalho produtivo, a inserção ao mercado capitalista, distinguindo, trabalhos que são desempe-

⁶ Ao longo do texto será explicada a forma como a categoria gênero é utilizada nesse estudo imbricada ao conceito de violências de gênero e violências simbólicas.

⁷ O conceito de patriarcalismo estará direcionado aos estudos da autora Gerda Lerner que confirma a análise marxista sobre o patriarcado pontuando a subjugação feminina no marco do surgimento das propriedades privadas. Portanto, o controle da sexualidade femininas e de seus corpos torna-se evidente neste marco temporal. (LERNER, 1990).

⁸ Gêneros não normativos para essa pesquisa significam todas as existências de gêneros contrários ao padrão patriarcal heteronormativo. Neste sentido, Scott (1990) afirma o gênero como uma categoria de análise abrangente de inúmeros aspectos sistemáticos, logo, conceber o convívio dinâmico das relações humanas não permite pensar o homem e a mulher dentro de uma noção fixa de gêneros, na qual se estabelecem relações de poder como constructo das relações sociais.

nhados por homens daqueles executados por mulheres valorando, dessa forma, mais o “trabalho de homens”. Sob essa lógica, afirma que os homens sempre são incentivados a agir na esfera pública/produzida, ao passo que para as mulheres o incentivo é à esfera reprodutiva, neste caminho os homens apropriam-se de funções sociais de forte valor agregado: políticas, religiosas, militares, culturais (KERGOAT, 2009).

A contribuição dessas mulheres ao bloco ocorreu por meio de ações individuais e coletivas que construíram a oportunidade da existência do evento. Essas mulheres atuam em sociedade através de diversas ações, responsabilidades, resistências e representações. Sobre elas, infelizmente, após o término do carnaval, durante o período de matrículas escolares, uma das “puxadoras” de samba, sofreu represália da instituição de música onde tentou matricular a filha, em 2016. A matrícula da aluna foi negada porque a mãe estava envolvida com o bloco de mulheres feministas. Isto ocorreu devido às hostilidades publicadas no perfil do *Instagram* do Bloco do Rebuteteio⁹, no qual o nome da cantora era exposto, um dos rastros da violência simbólica ocorridos no bloco.

Para além disso, quando os perfis do mencionado coletivo foram criados e divulgados em redes sociais como o *Facebook*¹⁰ e o *Instagram*, a repercussão entre um grupo de pessoas da cidade foi negativa, pois consideraram o nome do bloco ofensivo e grosseiro, portanto, não representativo da luta feminina. “Rebuteteio”, em vários dicionários diferentes, significa reunião com muitas pessoas fazendo barulho, essa era a ideia do bloco: fazer estrondo denunciando o feminicídio, a homofobia, a transfobia. Ainda assim, desagregos foram cometidos contra brincantes do bloco, como diz a letra do samba: “Assédio não pode ser silenciado/ Cola junto vamos expor esses caralhos¹¹/ Rebuteteio contra toda tirania/ Na internet chove crítico de artista” (CRUZ; RAMOS, 2017).

Em 2018, a coordenação do bloco decidiu homenagear uma mulher paraense cuja trajetória tenha garantido apoio e trocas com outras mulheres: Lourdes Barreto, ativista de direitos humanos. A sua celebração, no ano de 2018, foi composto o tema “TodXs contra Censura”, além de também participar da roda de conversa promovida pelo bloco. Essa mulher representou a resistência e transgressão de todas as outras mulheres envolvidas com o bloco de carnaval. No âmbito profissional exerce trabalho como prostituta, caminho que proporcionou a fundação do primeiro grupo de apoio as pessoas profissionais do sexo no Pará (o já citado GEMPAC). Lourdes Barreto é referência internacional na luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras do sexo, o que a torna figura pública na cidade de Belém.

Todas elas significam suas vidas, a tradução de si, na narrativa histórica que constroem sobre os costumes e mentalidade das décadas dos anos 2000. Na edição de si, destacam-se relações fa-

⁹ A saber, <https://www.facebook.com/blocodorebuteteio/>.

¹⁰ A saber, <https://www.instagram.com/orebuteteiobelem/>.

¹¹ De acordo com Carlos Mrinheiro: 'Por outro lado, o Dicionário Eletrônico Houaiss diz que o vocábulo é de «origem] duv[idosa]; Leo Spitzer propôs o lat[im] *characūlus, dim[inutivo] de *charax,ācis, do gr[ego] chárax,akos, "esteio, estaca, empa"; apesar de tal étimo satisfazer tanto semântica quanto foneticamente, o voc[ábulo], que por sua sufixação arcaica (dim[inutivo] em -cūlus) teria de ser uma f[orma] bastante antiga, jamais foi encontrado em lat[im], como, argutamente, lembra Corominas». Disponível em: 'Por outro lado, o Dicionário Eletrônico Houaiss diz que o vocábulo é de «origem] duv[idosa]; Leo Spitzer propôs o lat[im] *characūlus, dim[inutivo] de *charax,ācis, do gr[ego] chárax,akos, "esteio, estaca, empa"; apesar de tal étimo satisfazer tanto semântica quanto foneticamente, o voc[ábulo], que por sua sufixação arcaica (dim[inutivo] em -cūlus) teria de ser uma f[orma] bastante antiga, jamais foi encontrado em lat[im], como, argutamente, lembra Corominas». Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-origem-da-palavra-caralho/29050>. Acesso em 08 jan. 2023.

miliares, o papel da mulher no contexto da heteronormatividade¹², a construção da identidade de mulheres em trânsito de percepção de si e do mundo no qual age como sujeita ativa e dinâmica da história. Para além disso, existem também silêncios, especialmente àqueles relacionados a desejos mais íntimos, aqueles que não poderiam ser declarados de forma mais nítida. Nesse caso, às vezes, por meio de códigos, essas mulheres narram seus desejos menos confessáveis.

A narrativa dessas mulheres dá a forma física da história, mostra a intimidade dos acontecimentos com historicidade. E foi por meio da fundação do Bloco do Rebuteteio que não apenas essas mulheres, mas um grupo bem mais diverso em representações de gênero, acharam lugar para viver suas performances em conjunto com outras pessoas que são contrárias às normas cisgêneras heteronormativas¹³. Por este caminho, a análise dos testemunhos dessas pessoas pode contribuir para observação do comportamento histórico social das mulheres, sobre resistência e transgressão a ordem cisgênero heteronormativa, ocorridas, em Belém do Pará, região da Amazônia Oriental, entre os anos de 2016 e 2019, no recorte carnavalesco do calendário no estado. Daí a importância de seu estudo e preservação de suas análises em aspectos culturais, educacionais, sociais. Assim, no samba enredo de 2018, manifestam-se estes sentimentos: “Chega de medo/ Chega de abuso/ Transfobia, estupro/ Chega, acabou/ Cercar nossos corpos/ Censurar nunca mais/ As bucetas não temem/ Não se rendem jamais!” (CRUZ; RAMOS, 2018).

Como afirma Henrique (2009. p. 38), ao analisar as “Confissões” de Rousseau, o indivíduo, no ato autobiográfico, mais do que conhecer a si, pretende ser reconhecido pelo outro. Nos movimentos sociais carnavalescos é notável essa confirmação de si no âmbito social. Os temas que mais se repetem ao longo dos anos do bloco são violência e liberdade, pois traduzem as preocupações com seus aspectos físicos e suas construções como mulheres. A constância na repetição de temas marca uma trajetória de construção de si e coletiva, uma forma de se ver e entender no mundo, como diz Ângela Gomes (2004, p. 13), por ser “exatamente porque o ‘eu’ do indivíduo moderno não é contínuo e harmônico que as práticas culturais de produção de si se tornam possíveis e desejadas, pois são elas que atendem à demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo”(GOMES, 2004. p. 13).

Como constructo elaborado historicamente a identidade agrega características “próprias” das mulheres, são elas: docilidade, fragilidade, descrição, fala baixa, abnegação tudo define a “identidade feminina”. Essa imposição social heteronormativa transmite a noção de que as pessoas são iguais, sentem igual, contudo, como um processo, uma narrativa, um discurso sempre se pauta pela posição do outro, pelo olhar do outro, de acordo com Stuart Hall. Neste sentido, a identidade figura como uma narrativa, uma representação (HALL, 1997. P. 49).

Sujeitos marginalizados historicamente sempre tiveram suas identidades marcadas pelo olhar colonizador do outro. Nesta perspectiva, a contemporaneidade confronta os sujeitos a identidades variadas e dinâmicas, com as quais se identificam, por sua vez, as mulheres que impõe suas caracte-

¹² A heteronormatividade abrange conceitos como o sexismo relacionando-o com o sistema patriarcal que perpassa a sociedade atual e que serve como um conservador de padrões sociais normativos. A hierarquia estabelecida dentro dessas relações privilegia o masculino colocando o patriarca como o senhor ou chefe da família, sustentando a dominação e submissão femininas entre os homens que cercam a vida de mulheres: o seu pai ou o seu marido (THEBORN, 2006).

¹³ “Cisgênero é outra palavra subentendida a ser levada em conta: diferentemente de transgênero, remete a pessoas cuja identidade e expressão de gênero corresponde ao sexo atribuído ao nascimento. Ao mesmo tempo em que visibiliza as especificidades de pessoas trans, paradoxalmente, naturaliza o modelo cisgênero e binário dos sexos o que, agência a interpretação destas vivências como uma identidade de gênero em si mesma e que, por estarem fora da norma, precisam ser nomeadas” (GOMES, 2018).

rísticas sem submeter-se ao silenciamento social são frequentemente marginalizadas, ridicularizadas e humilhadas por meio de clichês já naturalizados, como o da loucura ou da histeria (ROCHA-COUTINHO, 2004. p. 4).

Ainda, os conceitos de memória, representação, biografia e identidade serão abordados na conjuntura do debate da História Cultural, contribuindo no amadurecimento das análises sobre violências simbólicas o estudo de gêneros na perspectiva de interseccionalidade trazendo para a luz da análise discussões sobre sexualidade e teoria *queer* como contribuição à estrutura da categoria do estudo de gênero. Sendo assim, mais uma categoria de análise merece atenção no estudo, qual seja a categoria da interseccionalidade, visando a utilização do conceito na linha de raciocínio da autora Sirma Bilge, que alega que “a interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado” (BILGE, 2009).

O delineamento desse debate faz-se necessário por conta das ações praticadas pelo grupo de mulheres durante a performance no bloco: a organização, a coordenação, a atuação no cortejo, as violências físicas e simbólicas sofridas nos quatro anos de evento e a transformação no olhar de si sobre a própria identidade como mulher.

Aqui pra nós ditadura não morreu/ Carro prata, carro preto todo dia/
Chora mãe, chora filho, chora tia/ Na Amazônia etnocídio elimina/ E morre
puta, morre drag em cada esquina/ Racista, fascista não insista/ Rebuteteio é
liberdade e inclusão/ CHUPA CUZÃO! (CRUZ; RAMOS, 2018).

O recorte temporal da análise desse trabalho é o carnaval. O decurso desse período no Brasil é vivido como o extraordinário, o exótico, o animalesco, a época em que os limites sociais podem ser testados, rompidos, transgredidos. São momentos de coisas extraordinárias, no sentido de ser permitido e se permitir transgressões que, em um cotidiano regrado e cheio de imposições, não seriam possíveis. Ademais, as manifestações populares são compreensões de códigos simbólicos de valores que servem a um contexto social, cultural e político. Ou seja, estão contidas em representações nas repercussões das manifestações artísticas.

Para além disso, o estímulo posto é o do entendimento da realidade histórica com especificidades nas interações sociais, nos conflitos e nos compartilhamentos culturais, que são capazes de diversas apropriações e redefinições das disputas simbólicas e dos papéis historicamente estabelecidos, bem como situados em contextos de concorrência e competição, como nos diz Costa (2016). À vista disso, o carnaval não representa apenas uma “válvula de escape” de tensões sociais, antes, é uma condição de análise das manifestações sociais intérprete de valores culturais que criticam a ordem social estabelecida aos membros de comunidades, como afirma Natalie Davis (1990, p.87). A festa é, portanto, uma forma de analisar o grupo social que a subsidie no âmbito de suas tensões e ordem, como se vê no samba de 2018: “Sou mana preta/ Cheia de valor/ Nzinga na vida/ Axé de ioiô/ Sou libanesa, Síria, japonesa/Sou refugiada/ Sou por mais amor” (CRUZ; RAMOS, 2018). Sendo assim, o sentido ritual do momento de sua realização é uma explicação histórica do esforço de uma comunidade em manter suas práticas sociais marcadas por subversões de papéis tradicionais, por momentos de liberdade e, também, proximidade entre as pessoas.

Neste sentido, “os ritos marcariam momentos de mudança de posição na estrutura social, permitindo ao pesquisador acessar não apenas mecanismos de coesão do grupo como também seus conflitos” (PEREIRA, 2016). Por tudo isso, é que se considera a correlação dessas festas no contexto da suspensão da ordem cotidiana, cuja linguagem se comunica nos símbolos carnavalescos, quais sejam, os cortejos, os desfiles, as fantasias, as músicas, as performances. Em Belém, nos anos 2000, também se encontravam relações de poder dentro e fora das festas de carnaval, como afirma Maurício Costa (2016), “Dessa maneira, a festa não entra em contradição com a sociedade, já que “ambas pertencem à mesma ordem das coisas, que é a ordem do ‘vivido”” (COSTA, 2016, p. 244).

Sendo assim, os diversos grupos sociais tem seu espaço preservado como se estivessem conservados em sua autonomia na troca de significados entre redes simbólicas e próprias de transferências. Sob este ângulo, ao invés da hierárquica construção de um evento de “público de massas”, o autor defende que a manifestação carnavalesca é composta de diversos sujeitos, como concorda o trecho da marchinha de 2018 do bloco: “Rebuceteio é bloco sem censura/ Tem sapatão, bicha e puta sem frescura (2X)/ E Pula as manas, pula os velhos, as Drag Queen/ Vamos gritar sem censura até o fim !” (MARCHINHA, 2018). E por isso, a massificação cultural não significa homogeneidade entre indivíduos em sociedade, para além disso, demonstra as múltiplas formas que cada grupo social se envolve, logo, evidencia o dinâmico processo das relações culturais (PEREIRA, 1997).

Nesta linha de raciocínio, se procura elucidar como o Bloco do Rebuceteio traduz a transgressão da ordem heteronormativa, pois, ao mesmo tempo em que ele se apresenta como resistência, também é palco de disputas e conflitos. Neste caminho, o Bloco foi agregando debates e posturas de acordo com a mudança dessas discussões nas universidades, nas redes sociais virtuais, nas rodas de conversas entre amigos, portanto, assuntos como feminismo, performance *queer*, transgeneridade, feminicídio, violência contra gêneros, racismos e antirracismo, discriminações, censura, objetificação da mulher também foram discutidos enfaticamente pelos integrantes do Bloco.

Reitero aqui o debate sobre mulher, porém, outros gêneros fora do padrão da heteronormatividade se inserem na discussão, uma vez a posição social de liberdade vem sendo construída por mulheres há séculos, ainda assim, o debate a respeito dos direitos igualitários entre mulheres e homens permanecem no afrontamento da atualidade. Afinal, “nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato seja imbricado no discurso hegemônico” (ALMEIDA, 2010, p. 12). Recentemente outros gêneros ganharam espaços em artigos e debates acadêmicos e na mídia em busca desse direito a equidade, é proposta desse movimento cultural de mulheres amplificar as vozes de outros gêneros, quais sejam, cisgêneros, transgêneros, interssexo, binários, no sentido de apreender seus significados e representações de conceitos aqui decorridos. Embora o discurso verse sobre o binarismo homem/mulher, a proposta é ir além desse conceito, a fim de interpretar os lugares pleiteados por diversos gêneros.

3. A Violência Pública Contra os Corpos

“Na Amazônia etnocídio elimina/ E morre puta, morre drag em cada esquina”

Samba, 2018.

O carnaval na Cidade Velha, nessas décadas do século XXI, já não eram como a população do bairro costumava desfrutar. Era época dos blocos de rua identificados por abadás, época de blocos de rua isolados por cordões de segurança, época de blocos de rua cujo acesso só era permitido através do pagamento de ingressos. Foi pensando nessas questões que surgiu o Bloco do Rebuteteio, um bloquinho de carnaval de rua organizado por uma família que reuniu outras famílias onde mulheres, homens, *drag queens*, travestis, transgêneros, lésbicas, gays, bissexuais, *queers*, intersexos puderam performar seus corpos nas ruas de forma livre, respeitosa, segura, sem transfobia, julgamentos ou qualquer situação que colocasse em risco os brincantes. Desde o início, o bloco foi um trabalho coletivo e voluntário, portanto a divisão de tarefas ocorria de maneira dinâmica, onde a pessoa se voluntariava a ajudar com doações, organizando estruturas, contratando segurança, sendo assim, as pessoas que coordenavam as ações variavam a cada ano.

A grande maioria dos brincantes do bloco era morador dos bairros ladeados do local onde o bloco fazia concentração para o cortejo, composto por intelectuais, artistas, músicos, professores, ambulantes, pequenos empreendedores, militantes políticos, autônomos, somando um número considerável de grupos de classe média e classe baixa¹⁴ encorpando o bloco e confirmando o caráter das relações interseccionais ocorridas nele. A escolha do bloco de carnaval como fonte da pesquisa adveio da observação da ação dessas três mulheres no bloco do Rebuteteio como agentes transformadoras do contexto que as cerca. Mas também, a inquietação em presenciar as violências que ocorreram desde o primeiro ano do evento, em 2016, e principalmente, do rumo dado a elas pós-cortejo.

Nessa sequência, foram quatro anos da edição do bloco, sendo o último em 2019, cujo término foi marcado por estúpida violência protagonizada pelos seguranças da casa de show onde o bloco finalizou o cortejo¹⁵. Nessa noite, duas mulheres foram agredidas fisicamente, inclusive uma teve os dentes quebrados por conta do golpe que recebeu do chefe de segurança da casa. Ainda, o rapaz que acompanhava as mulheres também foi agredido saindo do local com os supercílios sangrando. Esse grupo de amigos eram homoafetivos. Infelizmente, esse não foi o único caso de violência dentro do Bloco do Rebuteteio no qual, nos quatro anos de evento, presenciou-se violências contra mulheres e pessoas LGBTQI+. Abaixo, a nota de repúdio publicada na rede social do bloco no ano de 2019.

NOTA DE REPÚDIO

O bloco do Rebuteteio vem a público repudiar com veemência a violência sofrida pelas manas na festa ocorrida no bar Centro Histórico.

Não entendemos como alguém pode ir pular o carnaval num bloco que prega o respeito à diversidade, ao amor, à liberdade dos corpos em performance social e pratica um crime. Sim! Você que agrediu as meninas é UM CRIMINOSO! (...)

Somos solidárias as manas e não vamos nos silenciar diante dessa estupidez. Às meninas vítimas dessa ignorância, estamos dispostas a acompanhá-las

¹⁴ O termo classe média e classe baixa é utilizado nessa proposta de pesquisa de acordo com os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2019.

¹⁵ Esclareço que essa equipe de seguranças foi a única não contratada pela organização do bloco, posto que, como o bloco não recebia patrocínio, a casa de show do ano de 2019 doou não somente o espaço físico, mas toda a equipe de funcionários da casa

onde for preciso para apurar esse crime. Somos tuas testemunhas. (...)

O bloco do Rebuceteio é manifestação livre de corpos em respeito às múltiplas identidades. Não segregando as diferenças, mas juntando todas as nossas diferenças em respeito irrestrito e absoluto a cada uma delas.

NÃO VAMOS NOS CALAR!!! NÃO VAMOS TOLERAR TUA VIOLÊNCIA!!!¹⁶

O depoimento dessas mulheres significativas para o bloco são analisados em direção ao entendimento daquilo que as outras fontes revelam, os sambas enredo e marchinhas a fim de analisá-los quanto seu caráter de denúncia à homofobia, à transfobia, ao racismo e ao feminicídio, a fim de que sejam compreendidos os dados sobre violência contra mulher e outros gêneros constituindo a análise das relações de poder praticadas culturalmente ao longo da história, mantendo desse modo a institucionalização das violências contra gêneros que não se enquadram nos padrões patriarcais historicamente naturalizados, como retrata o samba enredo do ano de 2019:

No espelho a imagem refletida/Traz a marca dos amores e feridas/ Brincadeiras de outros tantos carnavais/ Onde eu pulava, me esbaldava e pedia mais/ (...) O dinheiro que faz falta/ O machismo que ainda mata/ E a porra de um governo opressor/ Que é um horror/ É tempo de dar/ Tempo de dar amor/ Desarmar o ódio/(...) feministas, trans e bichas/ São flores que se abrem na avenida/ Todas juntas são mais fortes, mais unidas/ Sororidade é o princípio da vida/ E não me venha com essa de fraquejada/ Que sou forte, sou uma índia icamiaba/ Sou cabana da quebrada. (CRUZ; RAMOS, 2019).

E essa denúncia é nítida na letra do samba enredo do ano de 2019, especialmente nas queixas sobre feminicídio, controle, força e liberdade. Assegura-se nenhuma vítima de violência permanece inerte ao ato violento se insurgindo de alguma forma contra o agressor - “Todas juntas são mais fortes, mais unidas/ Sororidade é o princípio da vida” – como afirma o samba enredo (SAFFIOTI, 2001. P. 115). Porém, as mulheres não possuem, de acordo com a autora, um projeto de dominação-exploração¹⁷,

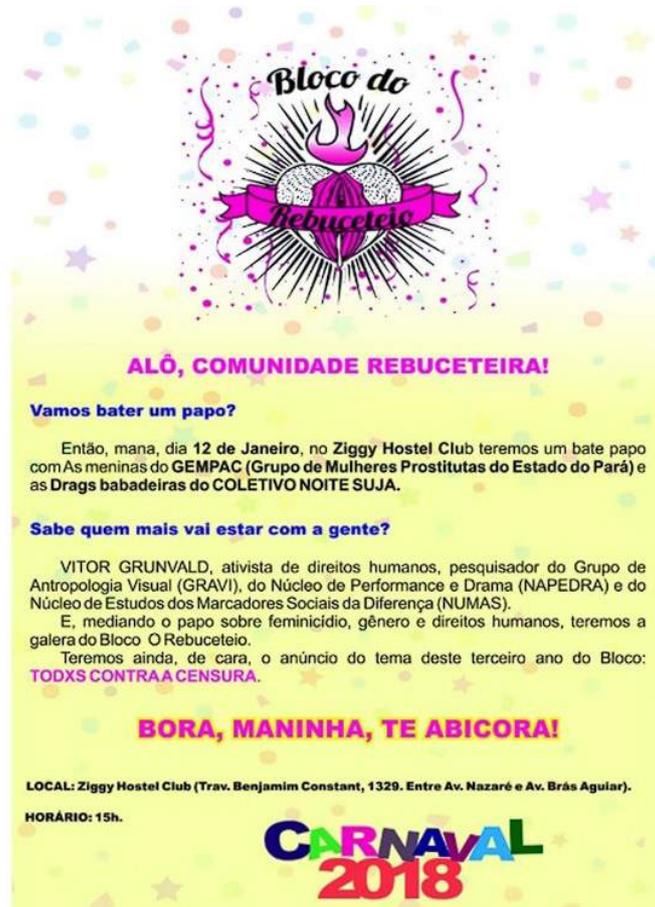
nada impede também que uma mulher perpetre este tipo de violência contra um homem ou contra outra mulher. A ordem das bicadas na sociedade humana é muito complexa, uma vez que resulta de três hierarquias/contradições – de gênero, de etnia e de classe. (SAFFIOTI, 2001. p. 117).

¹⁶ Nota de repúdio publicada pela coordenação do Bloco do Rebuceteio depois da violência ocorrida em 2019 no perfil do movimento cultural da rede social *Facebook*.

¹⁷ De acordo com Saffioti (2001 p. 117) é utilizado “o conceito de dominação-exploração ou exploração-dominação, porque se concebe o processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração (...) De raiz weberiana, esta concepção divide uma realidade una. Esta já constitui razão suficiente para se recusar esta maneira de pensar. Existem, também, mais dois motivos: exploração e dominação não são, cada um de per se processos diferentes, separados [...]. No fenômeno do abuso sexual, por exemplo, pode haver exploração econômica, quando o abuso visa à prostituição de outrem, como pode haver exclusivamente a obtenção de benefícios próprios, como o prazer, sem vantagens financeiras. Assim, prefere-se entender exploração-dominação como um único processo, com duas dimensões complementares.”

Nesta perspectiva, o cortejo cultural tornou-se o espaço onde todas as vozes poderiam falar. Por isso, as rodas de conversa (anos 2017 a 2019) oferecidas pelo bloco possuíam intuito de analisar o alcance social dos debates que objetivavam refletir sobre os temas dos quais o bloco fazia denúncias. Como por exemplo, a roda de conversa que ocorreu no dia 12 de Janeiro de 2018, em um hostel no bairro de Nazaré, área central da cidade¹⁸. O comunicado diz o seguinte: “Alô, comunidade rebuceteira! Vamos bater um papo?” No cartaz, o bloco divulga a data do encontro, o local, e anuncia a homenageada e o tema do carnaval daquele ano: “TodXs contra a censura”¹⁹.

Figura 01 - Cartaz do Bloco do Rebuceteio de 2018, divulgando data, horário e local do festejo de 2018.



Fonte: Cartaz Bloco do Rebuceteio, Carnaval 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/blocodorebuceteio/>

Isso comprova que a coordenação do bloco se preocupava em posicionar suas ideologias, trajetórias e possibilidades de um carnaval mais consciente, seguro, entre pares.

A autora Adriane Lima (2019) trabalha com a epistemologia feminista de autoras da América Latina nos aspectos da importância das transformações que a educação proporciona em figuras masculinas e femininas em sociedade. Portanto, afirma que, historicamente, a racialização e patriarcalismo subjugaram corpos e saberes de forma a violentar as ações em comunidade, compartilhamentos, afetos, subalternizando principalmente as mulheres. O objetivo é mostrar diferentes

¹⁸ O bairro de Nazaré localiza-se no centro da cidade de Belém, concentrando alguns pontos turísticos em suas vias, como também as áreas mais caras do mercado imobiliário da cidade.

¹⁹ BLOCO DO REBUCETEIO. *Alô, comunidade rebuceteira!*. Belém, 2018. Cartaz.

lugares e discursos da sociedade ocidental cujas regras interferem diretamente sobre a privação dos corpos femininos nos espaços públicos por meio do poder exercido pelo patriarcado (LIMA, 2019; QUIJANO, 2005)

Quijano (2005) não separa a raça do poder em aspectos coloniais e sim historiciza as classificações raciais, apesar de não fazer o mesmo quanto ao gênero. Neste sentido, o autor não coloca a mulher como líder de comunidade; ao invés disso, aponta os abusos que as mulheres estão submetidas, como se fosse apenas esse o lugar delas. Logo, pensando o conceito de patriarcado como universal, situa ainda os padrões heteronormativos e biologizantes, resultando em dois vieses de colonização da mulher latino-americana foi duas vezes: pela raça e pelo sexo. Todavia, a interseccionalidade aponta as relações de poder em variados aspectos, sendo assim, não estão apenas na raça e sexo (LUGONES, 2011).

O trabalho da mulher passa a não ser mais integrado na comunidade é desvalorizado no patriarcado capitalista e empobrece as mulheres. São pontos de luta com identidade cultural resgate de cosmovisão integral, de autocrítica metodológica e acadêmica como resgate das raízes históricas: projeto de gestão e produção comunitária (COLETANI, 2014). Isto também é entendido como forma de educação, à vista disso, a educação popular é entendida como recurso metodológico no Cortejo Cultural, porque é o movimento dinâmico que proporciona fazer o questionamento da realidade entre outras perspectivas, isto é demarcação decolonial. Esse é o cerne do movimento. Por este viés, viver em coletividade as rodas de conversas significava partilhar anseios, desejos, dores, afetos, apoio da mesma forma como gostaríamos de estar nas ruas.

No que diz respeito a conceitos como memória, tempo, subjetividade, identidade, espaço público e privado, narrativas orais e história das representações, o movimento cultural Bloco do Rebuteteio pretendia perscrutar as sociabilidades compartilhadas por esses sujeitos no cotidiano de suas performances sociais para assim compreender como essa existência empreendeu seu próprio ritmo ao processo das construções de gênero e como isso ainda é ponto de tensão gerador de várias violências contra os diversos gêneros participantes do Cortejo. Segundo Bloch (2001), sempre trabalharemos com os testemunhos do próximo, pois nos registros podemos perceber através da impressão do outro: questões do cotidiano, de valores, de tradições.

De acordo com Le Goff (1990, p. 547), “[...] o documento não é inócuo. É antes de qualquer coisa o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram [...]”. Isto porque a história analisa a sociedade e os grupos que dela fazem parte sob perspectiva exterior, a memória analisa experiências pessoais a partir do grupo e faz analogias para que seus membros se reconheçam. Então, a história vivida está dentro do conceito de memória coletiva. Neste trecho do samba de 2017 é possível perceber esse reconhecimento: “Sou Icamiaba/ Descendente de Jaci/ Arranquei um seio/ Tenho a força de parir/ Sangro, e sangro muito/O sangue de muitas mais/ São todas mulheres/ Guerreiras dos buceiais” (CRUZ; RAMOS, 2018).

As várias experiências vividas por cada indivíduo possuem sua própria temporalidade e sua própria história. Porém, as similitudes do passado possibilitam ao grupo o reconhecimento de sua identidade através do tempo. Assim, segundo Marina Maluf (1995), a memória, elemento de unidade de um grupo, está imbricada num sentimento de tempo contínuo, fluido que age entre o que já foi vivido e o que se vive no presente. Nessa continuidade temporal se sustenta o grupo, capaz de recuperar do passado aquilo que está vivo, assim como se faz a relembração. Como afirma Peter

Gay (1989, p. 20): “[...] os homens, nem mesmo os loucos, não inventam simplesmente seu mundo. Os materiais que empregam para construí-lo são quase todos de domínio público”.

Segue-se assim o raciocínio de Saffioti (2001) no que tange a produção do conhecimento sobre mulher sob os vários aspectos de análise. Logo, é possível compreender a relutância das mulheres ao sistema de “exploração-dominação”, inclusive alcançando as relações interétnicas e de classe, ainda que nem sempre haja sucesso na resistência. Neste viés, a reação das mulheres contra o agressor não ocorre de maneira individual, há necessidade de auxílio externo. Ainda que no samba fosse cantado em coro e repetidamente: “Chega de medo/ Chega de abuso/ Transfobia, estupro/ Chega, acabou!” (CRUZ; RAMOS, 2018).

Portanto, no caso do Bloco do Rebuceteio, houve privação desse auxílio na esfera policial, logo, a reação de resistência se deu nas redes sociais com amplo alcance de apoio, ainda que isso não tenha garantido que outras agressões e violências fossem contidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência produzida pelo patriarcalismo não atinge apenas mulheres, alcança também outras categorias de gênero e sexualidade que não se encaixem nos padrões do patriarcado. Butler (1990) designa o termo “Gêneros inteligíveis” para pessoas que conservam relação de congruência entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo. Desta maneira, diversas matrizes de gênero podem ser pensadas no que tange à prática de fontes subversivas, embora possam ser confundidas como desordem, são antes de tudo, um conceito de performance, pois “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; aquela identidade é, pela performance, constituída pelas próprias ‘expressões’ consideradas seus resultados” (BUTLER, 1990, p. 25).

Por isso, faz sentido pensar o gênero como categoria histórica dentro de “modelagens sociais” não apenas relacionadas ao sexo binário. A historiografia apoderou-se do debate sobre gênero tardiamente, bem como da categoria analítica das mulheres, proporcionando uma negligência no desenvolvimento desses debates, talvez por isso ainda soe estranho estudar gênero na academia, portanto, tornando a demanda optativa (PEDRO, 2007). Assim outras disciplinas das ciências humanas apropriaram-se das questões de gênero, tais como a sociologia, a antropologia, a psicologia, o direito, a educação, a assistência social. Por essa razão, este projeto surge para acrescentar outros olhares de análise sobre violências de gênero sob a luz da historiografia.

Nesse sentido, a construção do patriarcalismo foi padronizada a partir da estrutura eurocêntrica de colonização proporcionando, assim, marcadores de dominação, subjugação e violências contra qualquer pessoa que não se encaixasse dentro dessa estrutura. Para Heleieth Saffioti (2001), a construção patriarcal de sociedade conferiu aos homens o poder de violentar comportamentos que não se enquadrem na conduta ditada pelo patriarcalismo, fazendo com que sua imposição de regras seja um “projeto de dominação-exploração” tolerado socialmente, ao ponto de naturalizar violências para a garantia da obediência (QUIJANO, 1992. p. 118; SAFFIOTI, 2001. p. 115)

Crenshaw (1994), jurista norte americana, foi quem lançou o conceito de interseccionalidade para refletir sobre as interrelações entre raça e gênero que, por sua vez, estariam relacionadas à questão de classe e sexualidade. A proposta de interseccionalidade considera que a questão da identidade possui múltiplas fontes subdivididas em duas categorias: *inteseccionalidade estrutural* e *interseccionalidade política*. A categoria *estrutural* posiciona a mulher de cor na interrelação com a raça e



o gênero, denunciando a violência conjugal, o estupro e as respostas as tais violências. A categoria *política* abarca as políticas feministas e antirraciais que marginaliza a questão da violência às mulheres de cor (isto é, não-brancas).

As pesquisas em torno desse conceito jurídico chegaram dentro das universidades, e outras pesquisadoras debruçaram-se sobre a teoria. Por sua vez, Sirma Bilge (2009) sintetizou que a “interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado”. Isto é, Bilge refuta a hierarquização dos eixos que tratam das diferenças sociais: sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual (BILGE, 2009, p. 70).

Em outras palavras, o que a autora busca esclarecer é a necessidade em estudar a categoria da inteseccionalidade tentando ver a relação de classe social como igualmente visível, da mesma forma em que se faz com o par gênero-raça. Ou seja, não apenas as relações sociais entre sexo, classe e raça devem ser analisadas pela sua complexidade e dinâmica. Sem a análise de classe concomitante aos estudos de raça e gênero, a controvérsia não é vencida. Portanto, para Hirata (2014), há um termo a ser visto: “interseccionalidade de geometria variável”, isto é, “existem três relações sociais fundamentais que se imbricam, e são transversais, o gênero, a classe e a raça, para outros a intersecção é de geometria variável, podendo incluir, além das relações sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais, como a de sexualidade, de idade, de religião etc” (HIRATA, 2014. p. 65-66).

Este artigo objetivou estudar os conceitos de interseccionalidade das autoras Hirata, Bilge e Crenshaw, citadas anteriormente, a fim de compreender como as relações de violências física e simbólicas alcançaram essas cinco mulheres a ponto de transformar suas rotinas e ações sociais em enfrentamentos e resistências aos padrões cisgêneros heteronormativos. A organização social opera como uma engrenagem simbólica a fim de legitimar a dominação masculina, qual seja pela divisão social do trabalho, a distribuição de tarefas destinadas a mulheres e homens, o espaço de ocupação permitido aos dois sexos, os instrumentos utilizados por essa dominação simbólica. Em outras palavras, a dominação de categorias de gênero social são imbricadas de violência simbólica, por isso é possível que categorias sociais violentadas também produzam violência, ainda que isso não configure uma condescendência com aqueles que provocam a violência, os homens.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra. "Prefácio". IN: SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogenes*, 1 (225): 70-88. 2009.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble – Feminism and the Subversion of identity*. Londres, Routledge, Chapman & Hall, Inc., 1990.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLENTANI, Francesca G. **Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América**. Ed. Corte y Confección, Ciudad de México, Primera edición digital, 2014. Disponible en: <http://francescagargallo.wordpress.com/>

COSTA, Antonio Maurício Dias da. A questão do popular na música da Amazônia paraense da primeira metade do século XX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 63, 2016, p. 86-102.

_____, Antonio Maurício Dias da ; GOMES, Fernando Henrique da Silva. O Carnaval da Saúde e a política cultural da Secretaria de Cultura do Pará. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 13, n. 28, p. 241-259, jan./abr. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: FINEMAN, Martha Albertson; MYKITUK, Roxanne (orgs.). *The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, pp. 93-118, 1994.

CRUZ, Carlos Vera; RAMOS, Marcelo. *Bocetas, flores do tempo*. Belém: Casarão Floresta Sonora, 2019.

_____. *Samba Enredo*. Belém: Casarão Floresta Sonora, 2016.

_____. *Samba Enredo*. Belém: Casarão Floresta Sonora, 2017.

_____. *Samba Enredo*. Belém: Casarão Floresta Sonora, 2018.

DAVIS, Natalie. Z. *Culturas do povo: Sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

FREITAS, Sonia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Trad. Denise Bottmann. 1.a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, A. de C. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: _____. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004. p. 7-24.

GOMES, Romeu et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*. 2018, v. 23, n. 6.

HALL, Stuart. The local and the global: globalization and ethnicity.. IN: D. Anthony (Ed.), *Culture, globalization and the world system*. Contemporary conditions for the Representation of identity (pp. 18- 68). Minneapolis: University of Minnesota Press. 1997.

- HIRATA, Helena et al (Orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. _____.
- Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, gênero, pp. 61-73, junho 2014.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. et al (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 67-75 20
- LE GOFF, J. Os sonhos na cultura e na psicologia colectiva do Ocidente medieval. In: _____. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993 (1977).
- _____. Documento/monumento. In: _____. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.
- LERNER, Gerda. *La Creación del Patriarcado*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.
- LIMA, Adriane R.S. de Lima. Não somos uma, somos diversas: por uma epistemologia das mulheres do Sul. In: *Educação para mulheres na América Latina: um olhar decolonial sobre o pensamento de Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper*. Curitiba: Appris, 2019.
- LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*. Universidad Andina Simón Bolívar del Ecuador, vol 6, nº2, 2011, p. 105-119.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 195-222.
- PANTOJA, Flaviana de Moraes. *Das recatadas d'A Palavra às modernas da Folha do Norte: mulheres nas páginas de jornais paraenses (1940-1945)*. Dissertação de mestrado. 2018.
- PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, 2007, p. 281-300
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Sobre confetes chuteiras e cadáveres: a massificação cultural do Rio de Janeiro de lima barreto. *Projeto História*, São Paulo, (14), fev. 1997.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; O'DONNELL, Julia. Cultura em movimento: Natalie Davis entre a antropologia e a história social. *Dossiê: História e etnologia: diálogos interdisciplinares*. História Unisinos. Unisinos. 2016. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/5798/579862722003/html/>. Acesso em.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidade/racionalidad. *Peru Indígena*, 13(29): 11-20, 1992.
- _____. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: LANDER, Edgar (org.). *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas em Psicologia da SBP*, 2004, Vol. 12, no 1, 2– 17. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SAFFIOTTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: *Cadernos Pagu*, v. 0, n.16, pp. 115-136. 2001.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS. Vol. 6, n. 2, Jul/dez, 1990.
- THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. Trad. Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.



Teatro Afro-ameríndio Feminista Decolonial: Manifesto Pauta NegrA e Alecrim Vozes Mulheresⁱ

Teatro Afroameríndio Feminista Decolonial: Manifesto Pauta NegrA y Alecrim Vozes Mulheres

Decolonial Feminist Afro-Amerindian Theater: Manifesto Pauta NegrA and Alecrim Vozes Mulheres

Ingrid Gomes de Freitas

Resumo: O trabalho encruza aspectos de discurso cênico baseado no pensamento feminista decolonial de dois espetáculos teatrais frutos da Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará - ETDUFPA, *Manifesto Pauta NegrA* (2018) e *Alecrim Vozes Mulheres* (2022), concebidos enquanto proposta de encenação por Ingrid Gomes, que trabalhou somente com mulheres afro-ameríndias amazônidas. Tatear o fazer teatral como dispositivo de contra discursos racistas e sexistas, assim como outras camadas que interseccionam opressões as quais os corpos participantes dos processos enfrentam cotidianamente.

Palavras Chave: Teatro. Feminismo decolonial. Mulheres afro-ameríndias.

Resumen: El trabajo cruza aspectos del discurso escénico a partir del pensamiento feminista decolonial de dos espectáculos teatrales resultantes de la Escuela de Teatro y Danza de la Universidad Federal de Pará - ETDUFPA, *Manifesto Pauta NegrA* (2018) y *Alecrim Vozes Mulheres* (2022), concebidos como una propuesta escénica de Ingrid Gomes, quien trabajó únicamente con mujeres amazónicas afroamerindias. Puntear el hacer teatral como dispositivo para contrarrestar los discursos racistas y sexistas, así como otras capas que entrecruzan las opresiones a las que se enfrentan cotidianamente los cuerpos que participan en los procesos.

Palabras Claves: Teatro. Feminismo decolonial. Mujeres afro-ameríndias.

Abstract: The work intersects aspects of scenic discourse based on the decolonial feminist thought of two theatrical shows resulting from Federal University of Pará Theater and Dance School - ETDUFPA, *Manifesto Pauta NegrA* (2018) and *Alecrim Vozes Mulheres* (2022), conceived as a staging proposal by Ingrid Gomes, who worked only with Afro-Amerindian Amazonian women. Tapping the theater making as a device to counter racist and sexist discourses, as well as other layers that intersect oppressions which the bodies participating in the processes face on a daily basis.

Keywords: Theater. Decolonial Feminism. Afro-American Indians women.

ⁱ Este artigo é resultado do Curso de Especialista em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina – UFPA sob a orientação da Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Ingrid Gomes de Freitas – Educadora, encenadora, produtora cultural e dramaturga. Mestranda em Artes pelo PPGARTES-UFPA. Graduada em Licenciatura em Teatro pela UFPA. Pós-graduanda em Gestão Cultural Contemporânea – Itaú Cultural. E-mail: ingridarte.educadora@gmail.com

INTRODUÇÃO.

Foram incontáveis vezes que fui e voltei a este escrito. Por pouco, não desisti. Na verdade, por muito, muitas vivências me impulsionam criar possibilidades para o estar na academia, a exemplo desta especialização que saltei de alegria e agradei a seleção em 2020, ter a oportunidade de estudar com mulheres intelectuais que construíram e constroem histórias que operam para uma sociedade com equidade de direitos, fortaleceu esta caminhada. Então, driblar a impostora que cerca meus movimentos neste momento de escrita é mais um ato de resistência para um processo de quebras de discursos que nos freiam enquanto agentes. Para alargar caminhos abertos, reverencio as mulheres ancestrais; as do passado, as do futuro e todas que estão em presença. Não estamos sozinhas. Vamos prosear?

Proponho neste artigo trilhos de percepção de como a arte pode contribuir na contra-corrente das colonialidades (QUIJANO, 2005), que são resquícios estruturais e estruturantes de herança do período colonial, que, na contemporaneidade sustenta-se como verdade única. Chimamanda Adiche (2019) nos exorta para o perigo destas histórias que alimentam discursos hierarquizantes eurocêntricos trazidos e construídos no território latino, que, como manobra, são categorizados como únicas e inquestionáveis, que foram cruciais para se instaurar o racismo no Brasil, a partir de uma didática de violência física e psicológica para se obter o controle de corpos indígenas e africanos, e assim favorecer uma supremacia histórica para descendentes de colonizadores.

Maria Lugones (2008) aponta em suas reflexões, baseadas nestas estruturas, pautadas na questão de raça, imbricações que, neste processo de colonização, tencionam outras camadas que dialogam entre si e as tornaram mais fortes. Ao teorizar a respeito de colonialidade de gênero em que se concentram as opressões da modernidade alimentadas pelas opressões racializadas e capitalistas, esta socióloga conceitua o que chama de *feminismo decolonial* como possibilidade de superação das amarras da *colonialidade de gênero*.

E como não há neutralidade na arte, todo e qualquer formato possui um discurso estético-político – o que me permite entender que minha ginga enquanto artista afro-indígena na Amazônia paraense vem traçando uma história por um viés do pensamento feminista decolonial.

Deste modo, discorrerei brevemente sobre dois trabalhos cênicos: *Manifesto Pauta Negra* (2018) e *Alecrim Vozes Mulheres*, espetáculos de cunho decolonial, pois, desde a idealização até a conclusão de seus respectivos resultados de experimentação cênica, focados em narrativas de mulheres amazônidas – das quais todas são não-brancas, algumas se identificam como negras amazônidas, outras como afro-ameríndias.

Neste trabalho, portanto, nomeio o teatro que fizemos como **afro-ameríndio**, a fim de visibilizar estes corpos fazedores de poéticas enquanto aspectos de cruzamentos de identidades, as cosmovisões afro-brasileiras e de povos indígenas, de onde estamos em movimento de reflexão da fronteira colonial, em que nos encontramos no “viajar-entre-mundos” (LUGONES, 1987), que permearam os processos criativos destes experimentos de elaborações de discursos cênicos, que foram vivências artísticas voltadas para o autocuidado, história ancestral, com estas cosmopercepções, questionamentos e defesas de narrativas excluídas, posicionando-se em corporeidades de resistência neste território de criação. Ou seja, busca de empoderamento nos aspectos que Joice Berth (2018) trata:

Na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento de si mesmo e de suas

mais variadas habilidades humanas, de sua história e, principalmente, de um entendimento quanto a sua posição social e política. (BERTH, 2018, p.21)

Estes ajuntamentos na arte que nos tratou, estimulando-nos a traçar com base em nossos saberes e partilhas coletivas uma dialética entre aspectos de ação prática acerca de um manejo até então desconhecido para nós, em razão destas experiências em coletivo terem sido o primeiro contato enquanto artistas de teatro, com estética-poética que estávamos em feitura e teorizamos concomitantemente com a práxis por perspectiva do pensamento feminista decolonial de acordo com minha análise. Este movimento nos coloca em protagonismo, haja vista que criamos possibilidades de produção criativas e executivas com estas narrativas com nossos corpos que se colocaram em escavação de ancestralidade sob uma postura de contra-discursos das colonialidades, para Collins (2019), já que:

As teorias sociais produzidas por mulheres negras de grupos diversos não costumam surgir da atmosfera de sua imaginação. Ao contrário, elas refletem o esforço dessas mulheres para lidar com as experiências vividas em meio a opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade, etnia e religião. (COLLINS, 2019, p.43)

Deste modo, na qualidade de artistas do *entre lugar*, em um território amazônica nortista, penso que mergulhamos em experiências no *aqui e agora*, para lidarmos com nossas contradições humanas, em um processo de entendimento que para o sistema colonial nossas ancestrais escravizadas foram colocadas numa posição de não-humanidade. A exemplo inspirador, se tem a estória da escritora, abolicionista e ativista dos direitos da mulher estadunidense Sojourner Truth, que participou do sufrágio ao lado de mulheres brancas e enfrentou o racismo com o discurso “*E eu não sou uma mulher?*”, pronunciado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio. Além disso, também questionamos a hegemonia neste tempo atual, no qual temos muitas feridas marcadas pelo passado escravocrata e patriarcal, e estamos imersas em normas e normatividades estabelecidas pelas colonialidades estruturantes. No entanto, temos referências para continuarmos a lutar, nos afirmar enquanto mulheres agentes na reivindicação de dignidade, pelo bem viver.

Assim, o objetivo deste artigo articula que os discursos cênicos elaborados por mulheres amazônicas racializadas protagonizam agenciamentos de si e da coletividade de caráter micropolítico para subversão de discursos de poder a respeito de suas corporeidades. Para isto, busco refletir a partir dos espetáculos: *Manifesto Pauta Negra* e *Alecrim Vozes Mulheres*, através da pontuação de referências e induções para criação, destacando trechos das dramaturgias e registros fotográficos que são discursos cênicos de dramaturgia pessoal das corporeidades das artistas dos processos de criação, entende-se como dramaturgia não somente o texto, mas todas as texturas que compõe a poética dos referidos espetáculos.

1. *Manifesto Pauta Negra*

“o lixo agora vai falar, e numa boa”¹

O corpo que se auto-afirma é o corpo que agride o corpo padrão dominante em todos os aspectos, desde o estético, até ao campo político propriamente dito. É um corpo capaz de

¹ Frase de Lélia Gonzalez, intelectual e ativista brasileira, considerada a primeira mulher negra a se dedicar aos estudos de raça e gênero no Brasil.

subverter o corpo padrão dominante. (AMADOR DE DEUS, 2008).

Figura 1: Cena “racismo reverso” do trabalho cênico *Manifesto Pauta Negra*, apresentado durante o IX Seminário Internacional de Dramaturgia Amazônida (2019).



Foto: Tarsila Rosa.

Começo com Lélia Gonzalez e Zelia Amador de Deus, para tecer apontamentos sobre este espetáculo, apresentando uma sequência de movências de intelectualidade negra brasileira que asentaram caminhos para que o *Manifesto Pauta Negra* pudesse existir. As reverberações de suas falas mobilizaram nossas entranhas para ocupar o palco com narrativas de vida com firmeza, onde enfrentamos a exclusão, espaço que em suma maioria somos apagadas e invisibilizadas.

Em 2018, após atravessamentos de situações de racismo na Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará - ETDUFPA, o qual pessoas negras denunciaram *blackface*² de um discente durante a finalização de uma disciplina do curso técnico de interprete criador em teatro, episódio que fortaleceu minha cuíra para compreender aqueles ruídos que estavam em fervura no referido espaço institucional. Para um lugar em que a maior porcentagem do alunato é negra, a ausência de afro-referências e referências indígenas no plano de ensino dos cursos, delibera a anulação de epistemologias de produções não eurocentradas, ação nomeada por Nilma Lino Gomes (2011) de *pedagogia das ausências* que solidificam a colonialidade de saber nas instituições educacionais, ou seja, desfavorecem que o corpo discente identificasse algumas nuances de racismo, o que para alguns neste caso pareceu apenas uma cena, para outros indivíduos frequentadores do local, este ato escarneceu uma ferida, a que Grada Kilomba (2019) se refere como *ferida colonial*.

Interessante que se fala muito que nós, discentes, precisamos primeiramente estudar os que são considerados cânones para termos embasamento para questioná-los. Mas não refletem que esta elite intelectual dos considerados *cânones*, que contribui para com o ínfimo acesso ao conhecimento de nossas histórias de cunho ancestral (afro-brasileiro e indígenas), por firmar-se em uma hierarquia do que pode ser caracterizado como arte e não.

Desde modo, o *Manifesto Pauta Negra* é resultado da minha proposta de encenação, chamado *As Manas Pretas* para o projeto de extensão da UFPA, *Novos Encenadores*, coordenado pela professora Olinda Charone, em 2018. Com duas temporadas (2018 e 2019), esta obra foi encenada no IX Seminário Internacional de Dramaturgia Amazônida, no Teatro Universitário Cláudio Barradas e,

² *Blackface*. prática de origem estadunidense que artistas brancos pintavam-se de preto para ridicularizar pessoas negras como entretenimento.

em 2022, sendo contemplado pelo Edital da Fundação Cultural do Pará; Pauta Livre com a apresentação única no Teatro Margarida Schivasappa.

Manifesto Pauta Negra surgiu de um processo cênico colaborativo composto por mulheres negras amazônidas, que com o decorrer dos encontros deste grupo, friccionou-se outra identidade de racialidade amazonida pelas próprias participantes, afro-améríndia ou afro-indígena. Ressalto que este espetáculo pretendeu transitar e aprofundar-se na importância das narrativas performáticas que foram apresentadas por estas mulheres, com cunho político de enfrentamento, de auto-afirmação para a luta contra o extermínio, exploração, apagamento e silenciamento de tais corpos.

Durante o processo criativo, nos encontrávamos no confronto de ideologias no qual o Brasil está imerso, vivenciamos as crescentes políticas de controle nas decisões na perspectiva macropolítica para a preservação de privilégios, executando diversas estratégias para a supremacia do capitalismo, a exclusão de políticas públicas que foram conquistadas por meio de luta de movimentos sociais, que garantiam um mínimo de dignidade aos que alcançaram, período de intensa perda destes direitos, principalmente no mandato do ex-presidente neoliberal Jair Bolsonaro de extrema direita, com uma conjuntura macropolítica brasileira, que disparou as desigualdades em território brasileiro. Ínterim, este, no qual percebíamos o controle ordenado pelo conservadorismo que se tornam base para a manutenção da estrutura colonial, altamente excludente e marginalizante aos corpos que não estão dentro de padrões normalizantes construídos pelos grupos dominantes.

Desta maneira, nosso trabalho iniciou em um ano de muitas lutas, e tínhamos a certeza que precisávamos realizar um *manifesto*. É necessário compreender a potência de micropolíticas como o *Manifesto Pauta Negra*, que se contrapõe aos desmandos do conservadorismo, movendo-se em combate contra a narrativa única, os discursos dos grupos dominantes que sempre causaram invisibilidade de corpos subalternos. Para tal o fio condutor para criação foi o ato de falar. A teórica cultural, feminista e queer de ascendência chicana Gloria Anzaldúa, em um seu ensaio *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo* (2000), faz reverberar em mim um teatro político que comporta um caminho para se fazer arte, e fricciona o motivo de ser conduzida a caminhar por este viés de Teatro Afro-améríndio com perspectivas do pensamento feminista decolonial. Em suas palavras

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome.

Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você.

Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência.

Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDÚA, 2000, p. 232)

Compreender o mundo por meio da possibilidade de partilha da multidisciplinaridade de conhecimentos e da necessidade de me expressar em corporeidades. No entanto, o que aqueles corpos querem expressar? O que foi negado e silenciado são esses dizeres engasgados na garganta (corpo), no qual, por vezes, não interliga com questões sociais que este corpo-identidade perpassou e perpassa. É nesta consciência de hoje e urgência de expressão que também compreendo na colonialidade do poder, do saber e do ser não são singulares ao grupo, e nunca serão, antes de mim e deste grupo sempre existiram outros, em tantos outros corpos políticos semelhantes.

Logo, o emaranhado de opressões, a interseccionalidade se apresenta em pauta e percebo que é uma Pauta NegrA, com cruzamentos em gênero, classe e raça. Assim, esta reflexão sobre este espetáculo neste contexto socioespacial se amplia e ressoa, na crença de que o reconhecimento de si e em comunidade se faz politicamente no fazer e experimentações.

Este processo criativo seguiu o fluxo das possibilidades em que foram criadas/inventadas para a feitura deste discurso cênico coletivo. Após três meses de encontros, que ocorriam duas vezes por semana, no período vespertino, na ETDUFPA, nos quais partilhamos referências, vivências com jogos e dinâmicas teatrais baseadas na práxis do *Teatro do Oprimido*³, a fim de nos integrarmos enquanto coletivo, haja vista que a maioria das participantes não se conheciam; tatear nossos traumas enquanto mulheres racializadas com conversas e teatro.

Viver este processo permitiu que eu elaborasse um dispositivo de encenação/dramatúrgico para que coletivamente todas pudessem protagonizar o ato, a fala e ecoar liberdade no palco com suas corporeidades. A exemplo, partilho um trecho dramatúrgico de uma cena elaborada durante um encontro do GTU⁴ *As manas pretas*, em setembro de 2018. Após justamente, a apresentação do roteiro/dramatúrgico que dialogava diretamente com a encenação do espetáculo; Dalila Costa e Daisy Feio, participantes do processo criativo, tiveram um momento de debruçamento juntas para criarem a partir de suas vivências esta cena: mãe e filha, sobre racismo institucional, o peso de ser mãe solo, afeto e esperar. Neste diálogo percebemos a afetação do público, em auto reconhecimento da vivência ficcionada no espetáculo *Manifesto Pauta NegrA*.

CENA 7 – Mãe e Filha

(Espaço vazio, filha cabisbaixa entra no espaço, em dado momento desce um balanço, filha inicia a música “quanto vale minha vida?”, senta-se nele e balança-se até que sua mãe aparece).

“Quanto vale minha vida pra você? Quanto vale minha vida pra você? É tão fácil me causar uma ferida. É efêmera pra você a minha vida as dores transcendem o corpo é um sentimento de dor e sufoco elas gritam e pedem por socorro, e quanto vale? A menina se transformou em mulher por sua pele preta o mundo a machucou e por seu cabelo o mundo a aprisionou.” (Música de Julliana Matemba)

³ Método e modelo cênico-pedagógico que tem como objetivo a conscientização social, criado pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal.

⁴ Acrônimo de Grupo de Teatro Universitário.

MÃE: Oh vida de mata cobra! Meu pé ta inchado, as mão só calo, não consigo nem me abaixar no chão.

FILHA: Mas ainda não são nem 11 da manhã, mãe.

MÃE: E desde quando mãe tem horário pra ficar cansada?

FILHA: Principalmente quando é mãe e pai ao mesmo tempo.

MÃE: Esqueça isso. Vá na casa de Neuza pedir 10 reis emprestado pra pagar a tua passagem. Depois eu dou jeito de pagar.

FILHA: Não mãe, eu não vou pra faculdade essa semana mãe.

MÃE: Como assim tu não vai? Tu tá judiando de mim é? Depois de tudo que a gente passou vem me fazer corpo mole a essa altura do campeonato?

FILHA: Não é corpo mole. Eu não me sinto bem lá, as pessoas não me tratam bem, não tem ninguém igual a mim. Eles falam como se eu não fosse inteligente o suficiente pra estar lá porque eu passei por cota. Eles pensam que aqui na nossa cidade não tem nada. Eles acham que não sou inteligente porque estudei a vida inteira em escolas públicas. Eles não querem fazer trabalho comigo e eu nunca posso aparecer nas gravações, sempre tenho que ficar por trás das câmeras. Eles dizem que eu nunca vou poder estar na bancada de um jornal porque meu perfil não se encaixa. Mãe, eu sei que é por causa da minha pele e do meu cabelo. Acho que eles têm razão mesmo, aquele não é meu lugar. Me sinto inferior.

MÃE: Nunca mais diga isso! Nunca mais diga que você não deve estar em algum lugar que é seu. Todas as vezes que uma preta chega em algum lugar, significa que essa pessoa ralou muito, ou que outras pessoas ralaram pra que ela chegasse lá, tu mereces estar lá por todas que não conseguiram, eu mesma só aprendi a escrever meu nome, só trabalhava pra comer e nem escola tinha nessa comunidade, e ainda vieram me dizer que eu não subi na vida por falta de querer. Mas agora chegou a tua vez, e no dia da tua formatura, quando tu segurar o teu diploma a minha mão vai tá embaixo segurando junto e de todas as outras também. Entende o que eu tô falando?

FILHA: Eu entendi mãe. A senhora ainda vai ver uma jornalista de turbante na Tv.

(Após este momento elas fazem a quebra da quarta parede e se apresentam contando um pouco de sua luta em ser mulher negra estudante e saem. As luzes se apagam gradativamente, e uma guerreira capoeirista se direciona para um foco a pino, executando partituras de gratidão e reverência na frente de uma projeção que apresenta muitas mulheres negras que são nossas referências, exemplo de força e resistência).

(FREITAS, 2020, p. 249)

Cultivamos neste discurso a consciência de que mulheres que são historicamente condicionadas socialmente a situações de precariedade e subordinação. Neste sentido, para nós enquanto Grupo de Teatro Universitário, cenas como estas nos são o que chamo de *banho cênico*, a utopia possível neste enunciado com importância de retirar o julgo imposto pelas colonilidades e nesta provocamos a subversão por meio do fortalecimento de duas gerações de mulheres, neste diálogo ficcional entre mãe e filha que possuem reverberações de vida das duas atrizes-performes e do coletivo.

Figura 2: Cena “Mãe e Filha” do trabalho cênico *Manifesto Pauta Negra*, apresentado durante o IX Seminário Internacional de Dramaturgia Amazônida (2019).



Foto: Tarsila Rosa.

A (po)ética estética do espetáculo aborda rasuras de diversos discursos de poder identificados e propostos em nossas trocas no processo criativo, estas que são expressas por meio de denúncias, de resistências, reivindicações de direitos, de enxergamento e alargamento de nossas potências. Trazemos narrativas banhadas na escrevivência (EVARISTO, 2017) das integrantes do GTU – As manas pretas. Por tanto este discurso cênico coletivo é um aquilombamento de artistas que colocou em pauta as lutas e existências plurais não somente de mulheres racializadas amazônidas, como de camadas outras de opressões que o racismo, patriarcado e capitalismo alimentam.

2. *Alecrim Vozes Mulheres: das feridas coloniais para poéticas decoloniais*

O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra.

– Grada Kilomba.

Durante uma atividade no curso *Dramaturgia Negra: a Palavra viva*, promovida pela iniciativa *Itaú Cultural*, proposta da dramaturga, roteirista, atriz e curadora Dione Carlos, iniciei a escrita da dramaturgia que inicialmente nomeei de *Movência*, em fevereiro de 2020. Começo a tessitura desta escrita para cena a partir de um indutor criativo, o poema “Vozes Mulheres”, de Conceição Evaristo, que trata sobre amor e esperança para/de corpos subalternizados de mulheres negras.

No mesmo ano, já em meio às incertezas e horrores da pandemia de COVID-19, retomei a escrita para realizar uma inscrição no Edital do coletivo de teatro *A Digna*, do estado de São Paulo, no qual o texto, agora por nome *Alecrim*, foi selecionado para participar do *E-book Breves Tessituras da Cidade*. Posteriormente, em 2021, foi experimentado cenicamente na modalidade virtual em audiovisual, com recursos do Prêmio Rede Virtual de Arte e Cultura, da Fundação Cultural do Pará, elenco composto por duas mulheres afro-amazônidas de município de São Domingos do Capim-PA, Claudete Passos e Klaryane Pimentel, que construíram sua primeira experiência no campo teatral/audiovisual. E em 2022, este texto se alarga e é encenado no Teatro Universitário Cláudio

Barradas, por meio do edital da IV Mostra TUCB, em que as participantes são todas mulheres estudantes da ETDUFPA afro-ameríndias amazônidas.

Sendo assim, para este processo criativo, se propôs ampliar a dramaturgia textual, inserindo a presença de mais uma personagem. Experimentar coletivamente um processo criativo para o teatro presencial, com mulheres artistas/estudantes que puderam manusear suas vozes em dramaturgias possíveis em reflexão de um feminismo decolonial. Então, os atravessamentos deste texto prévio tencionaram narrativas pessoais da autora acentuadas por violências de gênero/raça/classe, saúde mental e possibilidades de inventar passagens para o amor como cura (HOOKS, 2021) dentro de relações afetivas familiares, à exemplo do texto dramático. Propõe uma artesanaria poética da escrita para cena, tida como indutor para alargar a potência da elaboração das dramaturgias deste discurso cênico com relação às colonialidades e movências decoloniais, com foco na interseccionalidade, haja vista que o espetáculo conta o entrelaçamento de vivências de três mulheres afro-ameríndias; mãe, neta e avó e como a construção falopatriarcal ceifou a vida de uma delas pelo feminicídio.

Com uma encenação de elaboração de cenas não lineares, a artesanaria de contar histórias que se cruzam em texturas sensoriais de memórias ancestrais das participantes, no qual exortamos o invisível da presença de corpo amado e saudoso para vivicar, segundo Martins (2021),

A ancestralidade é clivada por um tempo curvo, recorrente anelado; um tempo espiralar, que retorna, restabelece e também transforma, e que em tudo incide. Um tempo ontologicamente experimentado como movimentos contíguos e simultâneos de retroação, prospecção e reversibilidades, dilatação, expansão e contensão, contração e descontração, sincronia de instâncias, compostas de presente, passado e futuro. (MARTINS, 2021, p. 63).

É neste tempo espiralar de alquimia deste discurso cênico que trouxemos questionamentos e denúncias das estruturas sociais que nos afetam cotidianamente, que reinventamos rotas de fugas com tecnologias ancestrais afrodiáspóricas e indígenas, dilatamos saberes inferiorizados lançando mão, boca, estômago, coração para o sentir de si e de seres que nos assentam em ritual artístico decolonial.

Figura 3: O trabalho cênico *Alecrim Vozes Mulheres* sendo apresentado na IV Mostra Cênica TUCB. Atrizes: Ângela Gabriela, Racquel Prudente e Rosa Rio.



Foto: Tarsila Rosa.

Alecrim vozes mulheres traz à para o palco o trabalho doméstico de mulheres, o feminicídio, a cobrança do trabalho/estudo que nos coloca em condição de esgotamento e por fruto o fracasso haja vista que aprendemos a nos autocobrar sucesso sem autocuidado, característica das colonialidades. A subversão que acompanha desde o início desta poética/estética se potencializa no último ato do espetáculo, no diálogo ente vó e neta, na presença de Mariana que mesmo após sua morte física violenta. Esta observação condiz às curvas da ancestralidade serem “presididas pelos antepassados venerados, pois sua imanência e presença são condições imprescindíveis para o pulso e fluxo ininterruptos e contínuos do existir” (MARTINS, 2021), como podemos tatear nessa passagem da peça *Alecrim Vozes Mulheres*:

Dionísia Jaciara: Vó, é por ela!

Raimunda: Eu sei. Eu sei... é por ela, por você, por mim, por um futuro.

Ela, que é por ela

Não estar aqui

Está para além de Aruanda

Levou rasteira da vida-faca cortante de futuro.

Dionísia Jaciara:

Cantou... e ninguém ouviu. Eu não sou ninguém? Sou afro-ameríndia que nem ela. Na obrigação de ganhar a corrida-sobrevivência.

Nas cozinhas senzalas...

Houve ainda as mãos que antes, em algum momento, lhe foram de acalanto. A golpearam com tamanha veemência.

Era o amor de cobertura amarga de ciúme.

Raimunda: Isto, não amor.

Lhe arrancou aos poucos dos passos bailados, arrastada para clausura foi o pássaro ventania.

Aos bocados seu brilho tornou-se custoso.

Dionísia Jaciara: Ei, Aqui tem vida, sim.

(ao fim do último verso, Dionísia Jaciara, envolve-se em partituras corporais para o desenrugar do coração. Raimunda observa a escrita corpo da menina futuro e contagiada por suas insurgências no tempo-espço, transborda-se em risos, que tornam-se sonoridade de cura para o dançar de Dionísia Jaciara... De repente envolvida pelo riso da avó, extasiada, aproxima-se daquela cujo o sorrir não cessa, calmamente toca o rosto de Raimunda e fixa o olhar de reconhecimento atemporal do caminhar afrodiaspórico. Silêncio. As duas encontram-se no olhar. Tocam-se. Abraçam-se. Luz à pino compõe o encontro. Mariana em presença entra na musicalidade tocando maracas, abençoa enquanto gira em dança em volta do amor curador (...) Dionísia achegasse ao espelho e percebe-se bela. Encantada consigo se enfeita. Raimunda lhe presenteia com seu colar e senta-se em um banco, carrega um alquidar com flores, espada de iansã, água e muito alecrim, enquanto macera as ervas, Dionísia se assenta aos seus pés e inicia um ponto de Oxum:

Orayêê orayêê ô

Orayêê mamãe oxum

Oxum oxum
Orayêê mamãe das águas
Orayêê mamãe oxum
Orayêê na cachoeira
Com suas águas vem lavar
Lavar, lavar
A dor de toda humanidade
Na correnteza transformar
Hinário Vida Espiritual – Catarina Knoedt.

(em Banho de proteção e fortalecimento. Mariana segue em benção. As três reconhecem seus reflexos no espelho).

Blackout.

(FREITAS, 2022, p. 154)

Elaboramos um espetáculo de teatro a partir de um processo colaborativo horizontal. Com a promoção de discussões sobre violências de gênero/raça e saúde mental de mulheres, por um prisma de estudos da interseccionalidade, possibilitando contribuições para as elaborações poéticas estéticas do espetáculo; encorpadas na cenografia com um espaço cênico intimista, acolhedor e com imagens-força de casas antigas de familiares ancestrais, figurino em diálogo com as ervas e tingimentos naturais, polifonia de vozes na sonoplastia e batuque acústico que interage em performance juntamente com a cena, iluminação que intensificava nosso discurso em dramaturgia própria.

Figura 4: Equipe técnica do processo criativo no ritual de estreia do trabalho cênico *Alecrim Vozes Mulheres*, antes de ser apresentado na IV Mostra Cênica TUCB. (Ingrid Gomes, Ângela Gabriela, Mila Guedes, Ana Carolina, Beatriz Melo, Dalila Costa, Racquel Prudente, Kedma Castro e Rosa Rio).



Foto: Tarsila Rosa.

Com embasamento de arquétipos oriundos de epistemes de religiões africanas e indígenas para imagens motrizes da encenação e preparação corporal das atrizes. Contribuiu para a feitura das poéticas cênicas enquanto campo artístico profissional a partir desta experimentação consciente para um tratamento de feridas coloniais.

Desde a equipe técnica formada por mulheres afro-ameríndias amazônidas, todas estudantes da ETDUFPA, possuíam um posicionamento político que foram construídas a partir e com suas experiências de vida, não no sentido de dar voz, de centralizá-la, mas de realmente enxergar corpos em sua pluralidade e não por base de preconceitos, que causam exclusões e violências, na balança das hierarquizações; ou a nível de “enxergar” somente para propor uma representatividade limitada e que invisibiliza. Se pretendeu, mais uma vez, criar um espaço de aquilombamento para que pudéssemos tecer poetizações sobre si, sobre vidas, como maneira de fortalecimento individual e coletivo, sendo os corpos a motriz de criação.

3. Poéticas Decolonias em Possibilidades

Se pautaram narrativas cênicas sob a perspectiva do pensamento feminista decolonial em que os discursos são construídos a partir do corpo-memória de mulheres artistas ameríndias-afro amazônidas, trilhando caminhos micropolíticos de um teatro engajado em vermos a possibilidade de falarmos e sermos ouvidas. Deste modo, nos revigoramos em subjetividade e de maneira coletiva enquanto processo criativo e, como partilha das construções poéticas para com público diverso, tencionando favorecer um teatro que decoloniza pensamentos por tecermos reflexões outras, em que rasuramos imagem de controle adocedora da malha social que nos coloca á margem do sistema de poder cisfalopatriarcalcolonialcapitalístico.

Enquanto artistas/agentes, buscamos um teatro como aliado para friccionar narrativas de promovem nosso adoecimento em todas instancias de nossos corpos que são coisificados, compreendo que nossa movência tem sido dispositivo de resistência política e emancipatória, haja vista que as violências macroestruturais atuam de diversas maneiras:

Ao manter os princípios da dominação, e da hierarquia de saberes, a ciência moderna continua a operar com distinções que separam e tornam invisíveis grupos, culturas, etnias, valores e *ethos*. Essas distinções atravessam a vida social, com marcadores de classe e condição social. Podem ser vistos na discriminação de gênero, de cor, de origens e na produção de estigmas, e com eficácia simbólica. (CASTRO, 2019)

Recordo que durante umas das partilhas na oficina de Teatro do Oprimido, com Barbara Santos no Fórum Mundial, em 2018, na Bahia, uma das participantes, uma mulher trans, pontuou o fato de o *estar* na rua ser demasiadamente perigoso, que nossas trocas dentro de uma sala de ensaio não alcançavam o externo, que era desesperador ver-se de mãos atadas e impotente diante de estruturas genocidas. Eu, que estava me aproximando de discussões feministas e antirracistas, ouvir naquele momento uma mulher corajosa e sabedora de mundos, acendeu uma chama para me perceber enquanto agente de minha história.

Podemos até não sermos ouvidas em determinados espaços, mas antes colocavam máscara de flandres em pessoas escravizadas para que não pudessem se alimentar e cometer suicídio para salvarem-se do julgo dos “senhores”, máscara que lhes tapava a boca. Hoje, conseguimos falar e gritar sem pedir licença, e cultivar a consciência sobre tais violências, assim nos lavamos da culpa da qual a sociedade opressora nos suja.

Ademais, acredito que estes movimentos artísticos estão junto às lutas contra-coloniais que

diversos setores estão empenhados, mesmo que saibamos que o teatro com toda esta perspectiva não é uma intervenção direta aos garimpeiros, que, a mando de empresários, tacam fogo em aldeias. Infelizmente, não é armadura contra as balas que atravessam os corpos dos filhos das mães pretas, não finda as lidas desumanizantes das mulheres negras que possuem como única alternativa trabalhar como empregada doméstica na casa de “brancos donos de tudo” (EVARISTO, 2017, p. 24-25). Tampouco, há proteção quando uma mulher afro-ameríndia graduada, estudante de epistemologias feministas e estudo de gênero, sofre violência policial, pois toda esta estrutura necropolítica ainda nos comprime ferozmente e atualiza suas maneiras de nos controlar.

No entanto, são legítimas nossas movências nestas estruturas quando nos banhamos de cenas decoloniais para respirarmos em nossa multiuniversalidade, onde tateamos nossas dores e alegrias. Ou seja, são ações que podem reverberar e dançar em luta. Que estes banhos sejam curadores de nossos corpos e contribuição para o letramento racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar esta crítica-reflexiva sobre a sociedade a partir destes trabalhos em teatro sob perspectivas de feminismo decolonial, aciona o esperar de uma construção de convivências inter-relacionais que combatem no campo micropolítico as colonialidades de saber, ser, poder e de colonialidade de gênero (LUGONES, 2007), o qual concentro como base epistemológica para compreender através da experiência na práxis deste fazer teatral procedimentos metodológicos movidos por engajamento político de protagonismo de artista indígena-afro-amazônidas, sendo estas representatividades corpos-políticos situados no entre lugar, que gingam com suas existências-resistências na criação de poéticas que denomino como decoloniais, ou seja, são *banhos cênicos* de insurreição para o bem viver.

A menina girou em espiral
Veio e foi como maré
Na maré cheia que subiu o cais das lacunas
Fez-se redemoinho em si de sentires
No ato de indagar de mundos
A maré veio e foi até que chegou em si
As andanças em águas, percorreu em respiros
Submergiu para resistir
No beber de seus ancestres
Veias vagalumes desenham as raízes motrizes
De que algoz algum apaga
Sabida de ouvido atento
Se aprumou para limpar os ruídos que a tornavam invisível
Escutar vozes de espíritos outros
É que a deixa em gira de existência
Colhe aqui, ali e acolá
As ervas que se apresentam e que vai em busca
Sempre acompanhada
Preparar seu banho em processo do ritual de banhar-se.
(Ingrid Gomes, 05 de fevereiro de 2023).

Para decolonizar com/em artes cênicas, trata-se de caminhos de saberes invisibilizados em encruzas articulados para o reconhecimento das universalidades que desmontam padrões hierarquizantes e que subalternizam, as políticas de controle que são estruturais e estruturantes, permeiam culturalmente e politicamente, segundo Walsh (2009) acerca de decolonização:

Não pretendemos simplesmente desarmar, desfazer ou reverter o colonial, quer dizer, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões deixassem de existir. A intenção, antes, é assinalar e provocar um posicionamento - uma postura e atitudes contínuas - de transgredir, intervir, insurgir e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta no qual podemos identificar, visibilizar e alentar “lugares” de exterioridade e construções alternativas. (WALSH, 2009, p. 14-15)

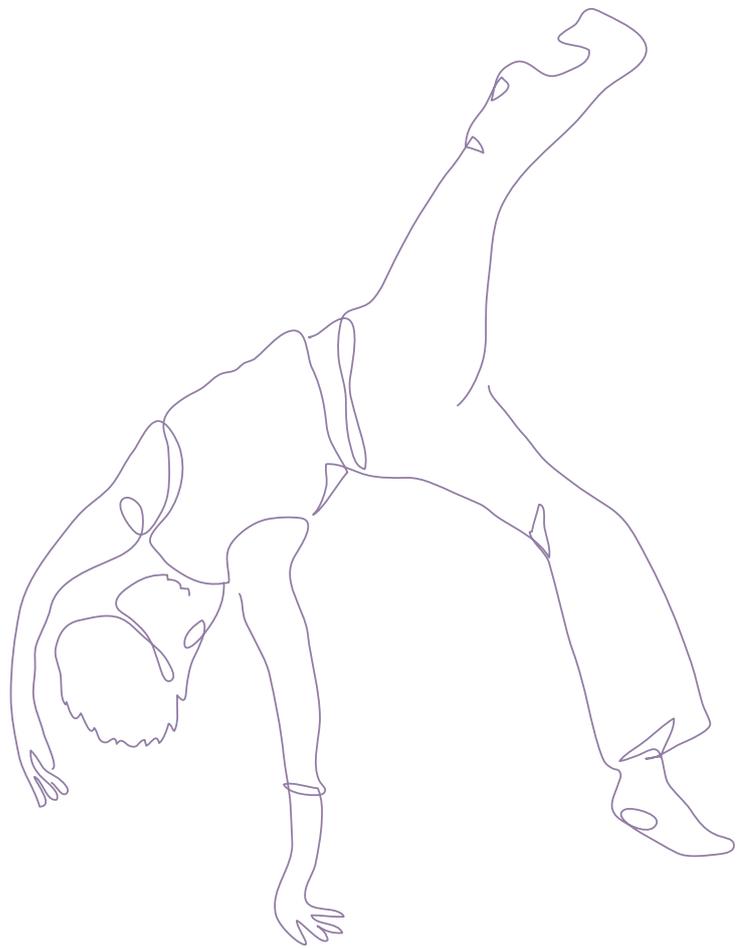
Diante disto, criar discursos cênicos com mobilidade a poéticas/estéticas, contribuem para nosso agenciamento de maneira direta as ações necropolíticas do Estado, bem como interferem historicamente em nossa subjetividade e coletividade nos apartando de cosmovisões que foram/são subalternizadas. Estes espetáculos que estão continuamente em processo reforçam construtos desta perspectiva feminista decolonial, afim de desnortizar discursos de poder que conscientemente e inconscientemente aprendemos a reforçá-los por meio da reprodução.

Logo, pontuo que estes espetáculos não promovem reflexão somente no sentir do ato, ou seja, apenas no momento da apresentação, porém desde o início do processo de criação que se dá epifania primeira de uma ideia a ser gestada coletivamente e certamente na reverberação no depois da experiência.

Portanto, o teatro também passa por um processo de decolonização de maneira que trabalhamos com especificidades de corporeidades amazônidas, que abrimos um caminho para provocar a existência e permanência destes corpos no teatro. Tal sistemática resulta em nossos corpos criarem maneiras para que não estejamos em esgotamento de ser na feitura, um dos caminhos da importância que este fazer continue, pois além de operar como enfrentamento, o desejo mais movente das políticas deste trabalho tem sido de criar possibilidade para a amorosidade subjetiva e coletiva.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma história única*. Trad. 9j. São Paulo. Editora: Companhia das Letras, 2019.
- AMADOR DE DEUS, Zélia. *OS HERDEIROS DE ANANSE: movimento negro, ações afirmativas e sistema de cotas para negros na Universidade - Tese (doutorado)*, UFPA, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém-PA-2008.
- ANZALDÚA, Gloria. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo”. Trad. Édina de Marco. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- CASTRO, Edna. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: Edna Castro. (Org.). *Pensamento crítico latino-americano*. 1ed. São Paulo: Editora Annablume / Editora CLACSO, 2019.
- COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo. Boitempo. 2019.
- EVARISTO, Conceição. “Vozes-Mulheres”. In: EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FREITAS, Ingrid Gomes De. Pauta Negra (Dramaturgia coletiva). In: MARTINS, Bené; GIBSON, Bárbara. *Coletânea Jovens Dramaturgos Amazônidas*. Belém: Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Artes, 2020. — (*Coleção Teatro do norte brasileiro*; v. 1). Disponível em https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/917/8/Livro_ColetaneaJovensDramaturgos_v1.pdf.
- _____. Alecrim - Vozes Mulheres. In: MARTINS, Bené; GIBSON, Bárbara. *Coletânea Jovens Dramaturgos Amazônidas*. Belém: Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Artes, 2022. — (*Coleção Teatro do norte brasileiro*; v. 3). Disponível em <https://drive.google.com/file/d/14vPYgiIuiCHrSEO4kHy-ecmRikk7JbjK/view>.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Sociedade & Política*, v. 10, n. 18, 2011.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.
- HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Trad. Stephanie Borges. Editora: Elefante, 2021.
- _____. *E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo*. Trad. Libanio Bhuvi. Rio de Janeiro. Editora: Rosa dos Tempos, 2019.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro. Editora: Cobogó; 1ª edição, 2019.
- LUGONES, María. *Colonialidade e gênero*. Bogotá Tabula Rsa, 2008.
- _____. “Playfulness, “World”-Travelling, and Loving Perception”. *Hypatia*, 2:3–19, 1987.
- MARTINS, Maria Leda. *Performances do tempo espiralar: Poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro. Editora: Cobogó. 2021.
- QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, 2009.



A Trajetória de Carolina de Jesus: a representação do (não) lugar da mulher negra na Literatura Brasileira¹

La Trayectoria de Carolina de Jesus: la representación del (no) lugar de la mujer negra en la literatura brasileña

The Trajectory of Carolina de Jesus: the representation of the (non) place of black women in Brazilian literature

Joyce Cristina Farias de Amorim

Resumo: O presente artigo é o resultado de um estudo bibliográfico sobre a vida e a obra de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), cuja análise foi desenvolvida à luz do pensamento feminista negro. O intuito foi apresentar e discutir de forma breve e significativa a trajetória histórica e intelectual da autora de *Quarto de Despejo: o diário de uma favelada* (1960). Os pontos fortes analisados neste estudo refletem a questão da representatividade e da resistência da mulher negra intelectual e/ou mesmo da escrita literária de autoria feminina negra, culminando em reflexões sobre o (não) lugar da mulher negra, em espaços majoritariamente masculino e branco. Dessa forma, partindo deste pressuposto, o presente estudo se constituiu a partir do entrecruzamento de fios teóricos conceituais relacionados a gênero, raça, classe e literatura afro-brasileira, com base em Ribeiro (2019), Berth (2019), Souza e Lima (2006) e Duarte (2011), dentre outras referências.

Palavras Chave: Mulher negra. Representatividade. Feminismo. Literatura.

Resumen: Este artículo es el resultado de un estudio bibliográfico sobre la vida y obra de Carolina María de Jesús (1914-1977), cuya investigación se desarrolló a la luz del pensamiento feminista negro. El objetivo fue presentar y discutir de forma breve y significativa la trayectoria histórica e intelectual del autor de *Cuarto de desechos y otras obras* (1960). Las fortalezas analizadas en este estudio reflejan la cuestión de la representatividad y la resistencia de las mujeres negras intelectuales y/o incluso de la escritura literaria de autoras negras, culminando en reflexiones sobre el (no) lugar de las mujeres negras, en espacios predominantemente masculinos y blancos. Así, a partir de ese supuesto, el presente estudio se constituyó a partir de la intersección de hilos teóricos conceptuales relacionados con el género, la raza, la clase y la literatura afrobrasileña, con base en Ribeiro (2019), Berth (2019), Souza y Lima (2006). y Duarte (2011), entre otras referencias.

Palabras Claves: Mujer negra. Representatividad. Feminismo. Literatura.

Abstract: This article is the result of a bibliographical study on the life and work of Carolina Maria de Jesus (1914-1977), whose analysis was developed in the light of black feminist thought. The aim was to briefly and meaningfully present and discuss the historical and intellectual trajectory of the author of *Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus* (1960). The strengths analyzed in this study reflect the question of representativeness and resistance of intellectual black women and/or even literary writing by black female authors, culminating in reflections on the (non) place of black women, in predominantly male and white spaces. Thus, based on this assumption, the present study was constituted from the intersection of conceptual theoretical threads related to gender, race, class and Afro-Brazilian literature, based on Ribeiro (2019), Berth (2019), Souza and Lima (2006) and Duarte (2011), among other references.

Keywords: Black woman. Representativeness. Feminism. Literature.

¹ Artigo apresentado como avaliação final e de conclusão de curso, de Especialização Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América-Latina, tendo sido orientada pela Prof.^a Dr.^a Adriane Raquel Santos de Lima. Agradeço às/ aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

INTRODUÇÃO.

De acordo com Aronovich (2019), “o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina” há séculos. E a manutenção desse sistema patriarcal se baseia em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. Ou seja, existe uma estrutura que, basicamente, contribuiu para que a mulher fosse vista historicamente como um ser inferior.

É bem verdade que, entre os séculos XIX e XX, um número significativo de mulheres intelectuais se faziam presentes na imprensa, no rádio, no teatro e outros espaços da arte e da cultura. Todavia, muitas delas faziam parte da alta sociedade. Ainda assim, é importante ressaltar que a representação dessas mulheres, ainda que mínima, foi muito significativa para a formação histórica nacional, sem falar nos nomes de mulheres negras que, apesar de não tão explorados pela historiografia, contribuíram para a formação identitária do país.

Pois, quando se pensa o recorte de raça, a representação de mulheres negras intelectuais é quase nula na historiografia brasileira ou mesmo na historiografia da literatura brasileira, tratando de forma mais específica. Não se quer aqui afirmar que elas (essas mulheres negras) não tenham ocupado os mais diferentes espaços como os acima citados. Na verdade, o que se sabe é que, ao longo da história, muito se demorou para o reconhecimento do protagonismo da mulher negra. Este é um debate que encontra nas raízes históricas da escravidão o embasamento necessário para compreender e combater o racismo e a misoginia ainda entranhados na sociedade contemporânea e que silenciaram nomes como o de Maria Firmina dos Reis e o de Carolina de Jesus. Ainda assim, é importante enfatizar que a história do povo negro não começa com a escravidão, e sim muito antes. Este é um debate amplo e complexo que se encontra no campo das relações de poder.

Pensando o poder de outra forma, pode-se dizer que, historicamente, a relação entre mulher e poder ainda é considerado insuficiente, e que “a relação entre mulher negra e poder é um tema praticamente inexistente. Falar dele é, então falar do ausente” (CARNEIRO, 2020, p. 274). É como dizer que, dentre tantas outras possibilidades, a mulher negra, durante séculos, foi relegada ao silêncio, à invisibilidade ou mesmo a um não-lugar. Resumidamente, o mais importante é compreender que “mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada” (CARNEIRO, 2020, p. 50).

Sendo assim, o presente estudo destaca o nome de Carolina de Jesus e a traz para o centro das discussões, por compreendê-la enquanto uma mulher negra intelectual muito representativa para a Literatura (Afro) Brasileira, bem como bastante significativa para o pensamento feminista negro. É por esses, dentre outros motivos, que aqui se apresenta e se discute a trajetória de vida e intelectual de Carolina.

Em suma, a escritora Carolina de Jesus se tornou bastante conhecida por meio da publicação da obra *Quarto de Despejo: O diário de uma favelada*, escrito entre 1955 e 1960. Foi um trabalho de reconhecimento internacional. Como sua principal obra, apresenta traços de uma narrativa literária de caráter testemunhal, na qual se constitui também pela autoficção. Carolina escreveu sobre a sua vida difícil na favela do Canindé, uma narrativa atravessada pela fome do alimento, de (re)existir, de sonhos e de escrever um livro.

1. Escrivências Negras: o legado intelectual de Carolina de Jesus na e para a História da Literatura (Afro) Brasileira

Escrivência é um termo muito utilizado por Conceição Evaristo, também uma escritora lite-

rária contemporânea. Este termo está diretamente ligado às narrativas de autoria negra nas quais a autora fala tanto de si como também evoca um “nós”. Por isso, denomina-se, neste, *Quarto de despejo* enquanto *escrevivências* de Carolina.

Carolina Maria de Jesus nasceu no dia 14 de março de 1914, em Sacramento, Minas Gerais. Era filha de uma lavadeira, e tinha outros sete irmãos. Teve uma vida difícil, e, por gostar de ler, chegou a ser acusada injustamente de feitiçaria, chegando a ser presa. Carolina conseguiu estudar somente até o segundo ano do primário, foi uma mulher que não teve a oportunidade de concluir sequer a educação básica, mas considerá-la analfabeta e/ou de pouca instrução seria uma análise muito simplista caso se considere o alto nível de conhecimento demonstrado em seu estilo narrativo.

Mesmo sem poder frequentar a escola por mais tempo como gostaria, Carolina desenvolveu um significativo gosto pela leitura e pela arte de escrever ao longo da vida. Era mulher cultíssima. Segundo a própria, dizia ter “apenas dois anos de grupo escolar, mas [procurou] formar o [seu] caráter” (JESUS, 1963, p. 31). Esta mineira se mudou para São Paulo, como muitos brasileiros, histórica e culturalmente, em busca de oportunidades. Trabalhou como empregada doméstica, mas, quando engravidou pela primeira vez, passou a morar na rua e a se sustentar como catadora de papel. Tempos depois, foi “despejada” na Favela do Canindé. É neste lugar que Carolina, de um modo tortuoso e doloroso, encontra um espaço para (sobre)viver e que também serviu, para o bem e para o mal, de inspiração para produzir seus escritos. Escritos estes que revelam os traumas e o sofrimento de se viver na favela, em condições subumanas, e, ainda assim, encontrava na leitura e na escrita a motivação para sonhar e manter-se viva, bem como manter viva a esperança dentro de si. Ansiava por dias melhores. Por uma melhor qualidade de vida. E apostava na publicação de seu livro.

Quarto de Despejo, título de seu livro, representa a metáfora do lugar onde Carolina residia. Nesta antologia, ela escrevera sobre o seu cotidiano, sobre tudo o que via e o que lhe acontecia de uma forma única, revelando em detalhes as injustiças sociais que a acompanhava, como ela bem relatou em muitas passagens da obra, como, por exemplo: “... Esquentei o arroz e os peixes e dei para os filhos. Depois fui catar lenha. Parece que vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato felicidade” (JESUS, 1963, p. 72).

Conhecida como Bitita, Carolina teve três filhos, frutos de relacionamentos diferentes. E sua maior preocupação diária era conseguir alimentar a si mesma e a eles, seus filhos. A fome a assombrava todos os dias. No que consiste a relacionamentos, Carolina ressaltou, ao longo da narrativa, que se manteve solteira por opção, gerada pelas frustrações que teve, o que já se caracteriza como traços subversivos para as convenções da sociedade da época. Uma mulher que criou seus filhos sozinha e que demonstrou não acreditar no casamento, ela o via como uma prisão. Rejeitava os homens dizendo que tinha um propósito que era o de escrever um livro.

Por muito tempo, Carolina, praticamente todos os dias, escrevia em cadernos velhos que encontrava em meio ao lixo, que foi se tornando em diário. Até que um dia conheceu um jornalista chamado Audálio Dantas, que foi até a favela do Canindé com o intuito de realizar uma reportagem sobre o lugar e as condições de vida das pessoas que residiam nele, pois despertava interesse e curiosidade da imprensa local naquele período. Neste encontro, Carolina apresentou ao jornalista seus escritos, que, conseqüentemente, encantaram Audálio. O diário de Carolina tornou-se, tempos depois, no livro *Quarto de Despejo: o diário de uma favelada*, que foi publicado

em 1960. Um verdadeiro sucesso de vendas no Brasil e em outros países, inclusive traduzido em treze línguas.

Mesmo tendo feito muito sucesso, algumas polêmicas surgiram com o lançamento da obra de Carolina. Enquanto alguns fizeram críticas negativas sobre o livro, outros questionaram a veracidade de sua autoria. Situações que permitiram pensar a ideia de preconceito de raça, gênero e classe, a se considerar que Carolina era uma mulher negra, pobre e da favela. Além disso, algumas críticas apontavam que o sucesso de Carolina se dava mais pela curiosidade, como se estivessem diante do exótico, do que pelo interesse intelectual de uma obra prima. Mas toda essa polêmica não ofuscou o sucesso de Carolina. Pois grandes nomes da Literatura Brasileira saíram em sua defesa, como Manuel Bandeira e Clarice Lispector.

Com o livro publicado e conseguindo obter algum recurso financeiro com a venda, Carolina deixou a favela e foi morar no Alto de Santana. Investiu parte do seu dinheiro na publicação de um novo livro intitulado *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), mas não obteve o mesmo sucesso. Ainda assim, Carolina recebeu homenagens importantes, como a da Academia Paulista de Letras e da Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo, bem como foi agraciada com a Orden Caballero Del Tornillo, na Argentina. Nos anos seguintes, são publicados, além dos já citados, as obras *Pedaços da Fome* (1963), *Provérbios* (1965), entre outros. Após obter êxito com *Quarto de despejo* e certa frustração com *Casa de alvenaria*, não demorou muito para que Carolina fosse esquecida pelo mercado editorial e pela imprensa, o que resultou em seu retorno à condição de vida de antes. Ela não voltou para a favela, mas, em 1969, ela se mudou com os três filhos para um sítio no bairro de Parelheiros, em São Paulo, onde viveu até seus últimos dias de vida, falecendo no dia 13 de fevereiro de 1977. E, desde então, forma-se um longo hiato de esquecimento após a sua morte.

Acredita-se que a força do movimento negro e do movimento feminista negro tenham contribuído para que o nome de Carolina voltasse aos discursos e estudos acadêmicos. Mulher negra oriunda da pobreza extrema, Carolina é hoje um dos nomes mais estudados, pois ela registrou de uma forma singular, literariamente, sobre a sua própria vida e trouxe temas sociais de alta relevância e complexidade, marcando, assim, a Literatura no Brasil e tendo seu nome como um dos principais símbolos para o movimento feminista negro.

Carolina se tornou, nos dias atuais, referência para a Literatura Afro-brasileira e/ou Literatura Negra. Tais termos são muito utilizados na academia para definir a produção literária de autoria negra, e, ao longo do tempo, tem sido alvo de significativos debates em relação ao sentido que representam. Pois,

para muitos teóricos e escritores do Brasil [...] tanto o termo ‘negro(a)’ como a expressão ‘afro-brasileiro(a)’ são utilizados para caracterizar uma particularidade artística e literária ou mesmo uma cultura em especial. Com base nesse raciocínio, ambos os termos são vistos como excludentes [...]. No caso do Brasil, por exemplo, se deveria levar em conta a cultura brasileira e não apenas a cultura negra. (SOUZA; LIMA, 2006, p. 12)

Basicamente, se quer dizer que tudo o que a branquitude produz é considerado Literatura Brasileira, mas, quando se trata da negritude, sua respectiva produção precisa de classificação, precisando pertencer a uma categoria, como *Literatura Afro-brasileira* ou mesmo *Literatura Negra*. É um debate complexo que permite observar essa questão tanto sob a ótica da exclusão como, também,

possibilita pensar que, embora se compreenda que tudo o que se produz literariamente no Brasil seja Literatura Brasileira, o não uso dessas especificações mantém, além da exclusão, a invisibilidade da produção literária de autoria negra, o que, na verdade, já vem ocorrendo historicamente. Enfim,

nessa lógica, o uso da expressão 'literatura brasileira' para designar todas as formas literárias produzidas no Brasil não conseguiria responder à questão: por que grande parte dos escritores negros ou afro-descendentes não é conhecida dos leitores e os seus textos não fazem parte da rotina escolar? (SOUZA; LIMA, 2006, p. 12)

Esse questionamento acompanha a sociedade há muito tempo. E ainda há muitos outros questionamentos a serem respondidos. Houve muitos silenciamentos. E, mais do que nunca, sabe-se da importância da reparação histórica. Mas, de qualquer forma, a intenção é esclarecer que o mais significativo a se fazer é propor reflexões e construir debates sobre e a partir da Literatura produzida no Brasil, e buscar melhor compreender os mecanismos de exclusão que foram legitimados historicamente pela sociedade, levando em consideração o que os próprios excluídos neste processo pensam/pensaram e dizem/disseram a respeito, de forma explícita e/ou implicitamente, por meio de seus escritos e registros. Faz-se importante observar como estes se reconhecem, sejam enquanto escritores, enquanto intelectuais que produzem e contribuem tanto na/para a Literatura como para a Epistemologia.

Segundo Duarte (2011), o termo *afro-brasileira* contemplaria um número mais significativo de escritores negros e/ou afrodescendentes, e a classificação *Literatura Negra* seria bem mais específica. O que, por um lado, é louvável, porque valoriza e enaltece os escritos e os escritores que foram apagados pela universalização histórica branca e masculina; por outro, há o risco de ocorrer ainda mais segregação. Tais considerações evidenciam a importância da discussão conceitual, que, embora não interfira, contribui com a necessidade de enaltecer a importância e a força que a produção intelectual, literária ou não, que as escritoras negras vêm ganhando nos últimos tempos.

Sobre esse processo de exclusão que ocorreu com muitas escritoras, está o caso da tentativa de apagamento/silenciamento de Carolina de Jesus e seus escritos por décadas, antes mesmo de sua morte. Uma grande escritora que obteve reconhecimento internacional com o seu primeiro livro, mas que não conseguiu com as demais obras que produziu, ainda em vida. Uma vez que isso nada tem a ver com a falta de qualidade de seus trabalhos, é interessante analisar a situação de Carolina sob a ótica da interseccionalidade, para compreender os motivos dela ter enfrentado tantos obstáculos e preconceitos enquanto mulher negra, mãe solo, querer tornar-se escritora, ser moradora de favela, ser pobre, entre outros fatores.

O fato é que Carolina foi silenciada pela historiografia da Literatura Brasileira, e retorna décadas depois com a força dos movimentos de grupos subalternizados, como o movimento negro e o movimento feminista que, a partir da década de 1970, passaram a ocupar cada vez mais os mais diversos espaços da sociedade, inclusive nas academias.

De todo modo, é interessante enfatizar/anunciar que a discussão/divergência existe, mas também se quer ressaltar/justificar que, como forma de enaltecimento, valorização e reconhecimento, há tanto tempo negados/silenciados, como no caso de Carolina, desde os últimos dias de sua vida, se quer aqui afirmar que Carolina de Jesus e seus escritos são, ao longo deste trabalho, acompanhados do termo **negro**, pois este é compreendido como forma de respeito e de reverên-

cia, sendo que, ainda nos dias de hoje, há a necessidade de romper e desconstruir o racismo estrutural em que a sociedade ainda se constitui, em diferentes espaços, em diferentes áreas e em diferentes discursos, e de que, infelizmente, na Literatura, durante muito tempo, se fez e ainda se faz presente.

2. Carolina de Jesus e o Feminismo Negro

Historicamente, a “diversidade da formação da população brasileira tem sido negligenciada” (BERTH, 2019, p. 58) nos mais diferentes espaços e discursos. E, nos dias atuais, “o reforço do protagonismo dos movimentos sociais, especialmente do Feminismo Negro”, estão conseguindo fazer “com que outros discursos e demandas venham para o centro da discussão”, como assegura Berth (*idem*). Dessa forma, “conceitos como lugar de fala e representatividade passaram a ganhar espaço e força” (*ibidem*, p. 59-60).

É interessante pensar que “lugar” é, talvez, uma das palavras-chave da narrativa e de Carolina enquanto escritora e enquanto mulher negra. Tudo gira em torno do lugar, seja ele geográfico, social, literário, de gênero, de raça, entre outros. Inclusive, o título dado à narrativa é *Quarto de Despejo*, que, metaforicamente, como já fora dito anteriormente, refere-se ao lugar onde Carolina morou, a favela do Canindé, e também pela forma como chegou até ele e como era morar neste lugar. Como ela bem descreve na passagem a seguir:

... As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quanto estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 1963, p. 33)

Observar a descrição que Carolina faz em relação ao lugar e sobre como é morar nele, compreende-se e se pressupõe o lugar social de Carolina. O lugar em que está uma mulher negra, pobre, residente de favela e mãe solo de três filhos. Por outro lado, entende-se que, tão importante quanto discutir o lugar, é discutir o não lugar, que, no caso de Carolina, está relacionado à invisibilidade da mulher negra intelectual. Além de Carolina, muitas outras experienciaram tentativas de silenciamento e apagamento. Não se pode esquecer que, mesmo com o sucesso de sua primeira obra, Carolina morreu ignorada e esquecida.

A obra de Carolina foi questionada e criticada pelo cânone, salvo alguns que saíram em sua defesa, e foi classificada como Literatura marginal, mas pode ser compreendida enquanto *Literatura de testemunho*. Sobre isso, é importante dizer que, de acordo com Salgueiro (2012, p. 291), “a noção fundadora de testemunho vem da chamada ‘literatura do Holocausto’, emblemática pelos relatos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial”. Seligmann-Silva (2008, p.71) complementa que ocorreu “uma revisão da noção de literatura justamente porque do ponto de vista do testemunho ela passa a ser vista como indissociável da vida, a saber, como tendo um compromisso com o real”, como é o caso da narrativa de Carolina. Para melhor esclarecer, Salgueiro (2012) nota que

há, em suma, inúmeras modalidades de testemunho, seja em relação a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.), seja em relação a formas de expressão do testemunho

(memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc.). (SALGUEIRO, 2012, p. 284)

Tal descrição contribui para justificar a classificação de *Quarto de Despejo* como Literatura de testemunho, uma vez que relata, de forma literária, a história real da vida sofrida de uma mulher negra que criava seus três filhos sozinha, em meio a tantas dificuldades, e, mesmo assim, buscava forças e inspiração para escrever sobre tudo o que lhe acontecia, em cadernos reutilizados, os quais ela transformou em diário. Diário este que, anos depois, se tornou a sua primeira obra de sucesso. Nele, constavam os traumas de uma mulher e sua luta por sobrevivência. Algo que também está no alicerce da luta do movimento feminista negro.

Por muito tempo, Carolina foi silenciada, e hoje sua voz se faz ouvir em muitos espaços e, por meio dessa voz, a de muitas outras mulheres. É imprescindível saber quem por muito tempo deteve o direito à voz, e de quem sempre precisou/precisa de autorização para falar, como afirmou Ribeiro (2019). Portanto, é necessário compreender que *lugar de fala* é saber que se trata muito mais do que uma simples emissão de voz, de falar, de emitir palavras, mas de se fazer ouvir, e isso está relacionado muito mais a uma questão/discussão com marcas/traços de subversão do que de inversão, como defendem Berth (2019) e Ribeiro (2019), que também alegam que “lugar de fala” tem a ver com saberes situados. E, neste sentido, Carolina foi uma mulher subversiva, que não se calava, que questionava, que não aceitava a condição de não lugar. Definitivamente, uma pauta feminista.

Faz-se necessário ainda considerar que Carolina viveu no auge da Ditadura Militar, momento da história em que as opressões contra as mulheres ainda era muito mais intensa. De acordo com Rago (2013),

desde os anos 1970, em meio à violenta ditadura militar que se estabeleceu no país entre 1964 e 1985, muitas mulheres se uniram e passaram progressivamente a criar novos modos de existir, ocupando os espaços públicos, desenvolvendo novas formas de sociabilidade, reivindicando direitos e transformando a vida social, política e cultural. (RAGO, 2013, p. 24)

Carolina tinha um pensamento revolucionário que se compatibilizava com os movimentos sociais que ganhavam força na época, como o movimento negro e o movimento feminista. Embora não tenha feito parte desses movimentos, Carolina construía sua luta individual, pois, ainda que se diga que ela foi uma mulher com restrita instrução formal, era inegável a grande conhecedora que ela foi dos graves problemas sociais que historicamente assolavam o país, além da plena consciência de que ela era um desses oprimidos. Ela foi uma mulher que acreditava que os seus escritos eram o seu melhor e maior instrumento de denúncia contra tudo o que sofria. Não à toa, Carolina, assim como muitas outras mulheres intelectuais, viria a se tornar uma referência para o pensamento feminista negro.

De certa forma, é importante reconhecer que muitas mulheres negras construíram e deixaram o seu legado ao longo da história, mas que estiveram relegadas a um não lugar na historiografia durante muito tempo, e que somente agora nos últimos anos nomes como o de Maria Firmina dos Reis e o de Carolina de Jesus vêm sendo retirados do lugar de invisibilidade. Pois, o fato é que muitas mulheres negras

vêm historicamente produzindo saberes e insurgências. Colocá-las num lugar de quem nunca rompe o silêncio, mesmo com todos os limites impostos estruturalmente, seria confiná-las à mesma lógica que vem se combatendo? Seria confiná-las a um beco sem saída, sem qualquer possibilidade de transcendência. Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias. (RIBEIRO, 2019, p.75)

Tais questionamentos levantados por Ribeiro (*idem*), dentre outros que poderiam ser acrescentados, são essenciais para que se possa melhor compreender o que é lugar de fala, e, a partir dele, perceber, dentro desse projeto de colonização, quem sempre foram os sujeitos autorizados a falar (*ibidem*, p. 77). Outro ponto importante é o que alerta Spivak (2010, *apud* Ribeiro, 2019, p. 75) sobre o cuidado de não romantizar os sujeitos que resistem, pois mulheres negras que vivem em situação de pobreza, que trabalham arduamente para sustentar os filhos – sozinhas –, não podem se reduzir a uma simples história de superação, a se considerar que muitas mulheres no Brasil vivem em condições semelhantes ao de Carolina, e que só é possível classificar essa questão como um retrato cruel da desigualdade social no país, fruto da má distribuição de renda e ausência de políticas públicas.

Além do *lugar de fala*, outro termo muito utilizado é o *empoderamento*, e é possível considerar tanto a escrita de Carolina quanto a própria escritora como empoderadas. E, muito embora a palavra *empoderamento* seja muito utilizada, ela não têm sido explorada e compreendida na sua essência, como nos alerta Berth (2019). Faz-se necessário, inicialmente, perceber que se está diante de um conceito complexo, que vem sendo utilizado/explicado de modo equivocado e incompleto. Na maioria das vezes, sendo restrito a uma questão puramente estética, o que, na verdade, não a exclui, mas também não a prioriza. A estética é um dos pontos discutíveis dentro da compreensão de empoderamento. Berth (*idem*) anuncia que, embora seja um termo muito atual, para defini-lo, faz-se necessário voltar no tempo e (re)lembrar que Paulo Freire, uma das maiores referências na/da educação, já utilizava este vocábulo, ao inferir que *empoderar-se* é um processo que se inicia com a consciência crítica da realidade aliada a uma prática transformadora. No mais, Berth (*ibidem*) concorda e defende que a consciência crítica é condição indissociável do empoderamento, isto é, o instrumento de emancipação política e social (*Op. Cit.*, p. 45-54). É neste sentido que Carolina e sua escrita se classificam como empoderadas.

Dentre os equívocos de entendimento de *empoderamento*, nota-se compreendê-lo apenas como desenvolvimento *individual*; porém, Berth (*Op. Cit.*) defende que ele pode ser tanto quanto **coletivo**. Para a autora, essa dupla polaridade do verbete significa que há

duas faces indissociáveis do mesmo processo, pois o empoderamento individual está fadado ao empoderamento coletivo, uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento. (BERTH, 2019, p. 54)

Dessa forma, compreende-se então que *empoderamento*, na verdade, é um fator resultante da junção de indivíduos que se desconstroem e se reconstroem num processo contínuo, tendo como resposta as transformações sociais que beneficiarão a coletividade (*Op. Cit.*, p. 54).

Quando se trata de *pontos de partida*, Ribeiro (2019, p. 60), baseada em Collins (2016), afirma que não se está falando necessariamente somente de experiências individuais, e sim de condições sociais que permitem ou não que grupos subalternizados acessem lugares de cidadania. Ribeiro (*idem*) frisa que a intenção *mister* é promover um debate estrutural, no sentido de entender como o lugar social ocupado por determinados grupos limitam oportunidades. O que pode levar a refletir questões como, por exemplo, *por que Carolina obteve sucesso com o primeiro livro e não com outros? E por que Carolina morreu esquecida pela imprensa e pelo mercado editorial?* Nas palavras de Ribeiro (2019),

a teoria do ponto de vista feminista precisa ser discutida a partir da localização social dos grupos nas relações de poder. Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos. (RIBEIRO, 2019, p. 60-61)

A partir disso, se compreende a necessidade de discussão e da análise de questões que envolvem sujeitos subalternizados à luz da interseccionalidade, e não se pensar na universalização do sujeito somente sob uma única categoria, por exemplo.

Por isso é tão importante compreender a noção de *lugar de fala*, sendo que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas poder existir” (RIBEIRO, 2019, p. 60-61), e, neste sentido, existir é ter voz, é ser ouvido, Ribeiro (*idem*) é incisiva e assertiva em dizer que lugar de fala é questionar, é “refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”, e que isso nada tem a ver com o fato de ter uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo (*ibidem*, p. 64), ou seja, “falar a partir de lugares é também romper com [a] lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica nem sequer pensem” (*Op. Cit.*, p. 83). Por conseguinte, Ribeiro (*Op. Cit.*, p. 63) acrescenta que “não poder acessar certos espaços acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços”. Eis o não lugar, ao qual muitos são relegados.

Também é medular compreender que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar” (*Op. Cit.*, p. 69). No entanto, o lugar ocupado socialmente faz o indivíduo ter experiências distintas e outras perspectivas. Inclusive, a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala levantam questionamentos sobre uma possível visão universal de mulher e de negritude. Lugar de fala é “lutar para romper com o regime de autorização discursiva” (*Op. Cit.*). E isso Carolina fazia sempre.

Quando Spivak (2010) constrói seus escritos em torno do questionamento *Pode o subalterno falar?*, que intitula o seu livro, discutindo, também, várias questões de opressão de sujeitos em situação de subalternidade, em diferentes culturas, ela contribui com a presente discussão quando responde que

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher negra e pobre como um item respeitoso na lista de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio. (SPIVAK, 2010, p. 126)

Ribeiro (2019, p. 74) acrescenta que o discurso de Spivak ensina o quanto grupos subalternizados não têm direito à voz, principalmente, por estarem num lugar onde não se reconhece as suas humanidades. Isso significa que

Falar, muitas vezes, implica receber castigos e represálias, e justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? [...] Existe o mesmo espaço de legitimidade? (RIBEIRO, 2019, p. 77)

Além disso, outra questão que não se pode esquecer é sobre um dos equívocos mais recorrentes, segundo Ribeiro (idem, p. 82): a confusão que se faz entre *lugar de fala* e *representatividade*, pois, embora estejam interligados, possuem sentidos distintos. Bem como é importante, também, acrescentar que todos possuem lugar(es) de fala,

[...] pois estamos falando de localização social. E a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de lócus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente a constituição dos lugares de grupos subalternizados. (RIBEIRO, 2019, p.85)

Para que uma fala/voz seja legitimada, é necessário que se tenha uma escuta. Sabe-se que há muitas vozes ecoando socialmente, mas nem todos estão disponíveis e dispostos a escutar. Mas, ainda assim,

[...] diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas por lutarem contra a violência do silêncio imposto. O grupo que sempre teve o poder, numa inversão lógica e falsa simetria causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com os levantes de vozes. Entretanto, mesmo com essas rachaduras, torna-se essencial o prosseguimento do debate estrutural, uma vez que uma coisa não anula a outra, definitivamente. (RIBEIRO, 2019, p. 86)

Sendo assim, pensar *lugar de fala* é tentar romper com o silêncio instituído para sujeitos subalternizados, é um movimento com o intuito de romper com a hierarquia, classificada por Derrida como violenta (idem, p.89). É importante considerar que esse movimento/pensamento vem ganhando forças nos dias atuais, pois

O reforço do protagonismo dos movimentos sociais, especialmente do Feminismo Negro, que se deu por uma disputa maior de narrativas desses movimentos com a expansão da internet, fez com que outros discursos e demandas viessem para o centro da discussão. (BERTH, 2019, p. 59-60)

É neste sentido que “conceitos como lugar de fala e representatividade passaram a ganhar espaço e força, ao mesmo tempo em que o contradiscurso, que almeja desestruturar essa evolução,

passa a esvaziar e/ou tirar a legitimidade deles, pela distorção ou cooptação” (*idem*, p. 59-60). Por isso é tão importante considerar que

A população negra foi confinada, entre outras práticas, à desumanização de escravizados de ontem e de hoje – ainda que a escravização de hoje seja oculta e consequente de séculos de escravização de fato, já que a abolição completa da escravização de pessoas negras nem foi processada de maneira correta pela sociedade e avançou pouco mais do que algumas mudanças de legislação, muito devido à negação de saberes, produção e potencial intelectual negra que foi, é e tem sido mais um caminho eficiente para mantê-la no lugar da subalternidade. (BERTH, 2019, p. 60)

Compreender tudo isso é compreender a importância dos movimentos atuantes contra toda e qualquer forma de opressão de gênero, raça e classe. Mas,

no caso de mulheres negras e seu peculiar posicionamento na encruzilhada das opressões que construíram nossa sociedade, para lembrar da interseccionalidade cunhada por Kimberlé Crenshaw, há uma invisibilidade que é consequência da articulação dos grupos subalternizados dentro da pirâmide social: afinal, sofre racismo o homem negro e sofre machismo a mulher branca. E onde fica a mulher negra? Não fica em lugar algum, ou fica em um não lugar. Ou como brilhantemente define kilomba, ocupa o lugar de “o outro do outro”[...] (BERTH, 2019, p. 60)

A mulher negra é oprimida duas vezes: inicialmente, pela condição de gênero e de raça; e, posteriormente, mais ainda na condição de classe. Temos Carolina como exemplo pungente dessa opressão dicotômica. Portanto a importância de compreender a identidade dos sujeitos subalternizados a partir de suas interseccionalidades. Carolina de Jesus era uma mulher, negra, pobre e mãe, não era menos ou mais uma coisa ou outra – tudo isso fazia parte de sua identidade.

Carolina sentia a dor e os traumas das condições em que vivia com os seus filhos. Mas questionava e não aceitava aquela situação. Sonhava em sair daquele lugar. Há uma passagem dela sobre este seu anseio:

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas. (JESUS, 1963, p. 76)

Ao observar estes dois espaços tão distintos, compreende-se que a comparação denota sentimentos de indignação, tristeza, sofrimento, preconceito, miséria, injustiça, impunidade, segregação, dentre outros; estas características marcam o lugar e seus habitantes.

Diante de tantas mazelas, a fome era a que mais perturbava e incomodava Carolina, e é uma das palavras que mais se revelam na narrativa, direta ou indiretamente, inclusive para a escritora, a fome tinha cor, a fome era amarela. Nas palavras da autora,

Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou aos meus olhos.

A comida no estômago é como combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. Meu corpo deixou de pesar. [...] Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se eu estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida. (JESUS, 1963, p. 36)

É quatro horas. Eu já fiz almoço – hoje foi almoço. Tinha arroz, feijão e reponho e linguiça. Quando eu faço quatro pratos penso que sou alguém. Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está no alcance do favelado, fico sorrindo atôa. Como se eu estivesse assistindo um espetáculo deslumbrante. (JESUS, 1963, p.44)

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome! (JESUS, 1963, p. 27)

Como visto nestas passagens, a fome era uma das questões mais recorrentes. Carolina descreve inúmeras vezes a sensação de antes e depois de comer, de quem raramente conseguia realizar uma refeição mínima. Inclusive comparando a fome com a escravidão.

Ao longo da narrativa, Carolina também denunciava o racismo estrutural, citando a violência policial.

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 1963, p. 96)

Enfim, Carolina relata sobre situações de racismo, e (in)diretamente denuncia sobre a questão do racismo estrutural que se constituía e se instituíria na cidade de São Paulo na época e da condição de marginalização em que negros estavam condicionados socialmente, até os dias atuais, mas Carolina revela forte resistência contra o preconceito.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta [...] O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (JESUS, 1963, p. 58)

Carolina, sendo mulher, negra, mãe solo, solteira por opção, sofreu muitos preconceitos e julgamentos sociais em sua época. Sofria, mas, em grande parte do tempo, ela não se deixava abater,

resistia. Carolina era consciente de que ser mulher e ser negra se tornava cada vez mais desafiador numa sociedade patriarcal e racista.

Quanto “à origem da justificativa social dos papéis atribuídos ao homem e à mulher, e que esta se encontra na naturalização da diferença entre dois sexos” (BORILLO, 2010, p.30), a dita “ordem natural dos sexos” é o que determina uma *ordem social* em que o *feminino* deve ser complementar a do *masculino*, inclusive pela lógica da subordinação, tanto psicológica quanto cultural. Contrariando tal justificativa, Carolina não sentia a necessidade do casamento, de ter um marido, um companheiro, sendo uma mulher que já questionava o comportamento machista normatizado/normalizado da época.

A obra de Carolina (re)(des)vela muitas questões que propiciam as mais diferentes discussões e reflexões, como por exemplo, como se constrói o plurisentido do que é ser mulher, do que é ser mulher negra no Brasil de seu tempo e no Brasil de hoje. Mesmo diante de tantas injustiças e sob as condições de miséria em que viveu, Carolina encontrava na arte de escrever a força que precisava para continuar (sobre)vivendo e, ao mesmo tempo, intencionalmente ou não, transformar as agruras da vida em resistência contra uma sociedade predominantemente preconceituosa e injusta.

Para além desse sofrimento descrito e compreendido por meio de *Quarto de despejo*, está também o empoderamento de uma mulher que se fez e se faz tão maior quanto os seus escritos, bem como sobre o que se escreve(u) sobre ela. Em suas narrativas, o *eu ficcional* e o *eu real/ autoral* de Carolina confundem-se. Ao longo da escrivência de Carolina, se reconhece a história e a experiência de vida de muitas outras.

Carolina sempre acreditou que um dia publicaria um livro, inclusive encontrava na escrita uma forma de aliviar suas dores, traumas, sofrimento e a fome, como se, de alguma maneira, se apegasse a uma esperança de vencer, mudar de vida. Para Seligmann-Silva (2008, p. 66), narrar o trauma, portanto, tem, em primeiro lugar, este sentido primário de desejo de renascer. À vista disso, *Quarto de Despejo* simboliza, à sua maneira, o renascimento de Carolina, quiçá a sua imortalidade.

Carolina foi uma mulher consciente do que é ser uma mulher negra, não tinha problemas de auto-aceitação estética, tinha consciência da desigualdade social e questionava o *status quo* sem medo. Na verdade, o que mais a assustava era a fome.

De acordo com Berth (2019), mulheres negras escritoras não tiveram espaços semelhantes ao universal branco e falocêntrico. Com Carolina não foi diferente, pois tivera a autoria dos seus escritos, a sua capacidade intelectual e a sua literariedade questionadas. Carolina, de alguma maneira, se tornou símbolo de empoderamento e, de acordo com os pressupostos de Berth, ela representa uma mulher empoderada, porque questionava e não aceitava as condições nas quais (sobre)vivia.

Quando se revisita a história de Carolina, é possível enxergá-la nesses traços. *Quarto de Despejo* representa denúncia social e resistência; afinal, era necessário e urgente, pois, segundo a própria Carolina, o Estado está presente apenas para reprimir. E, por tudo o que Carolina representa, especialmente para a Literatura de autoria feminina negra e para o pensamento feminista negro, foi que ela recebeu, em fevereiro de 2021, o título de doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carolina de Jesus é atualmente um dos nomes mais citados e pesquisados, mas é importante enfatizar que nem sempre foi assim. Inclusive, após o sucesso de sua primeira obra, Carolina não

conseguiu obter o mesmo êxito em suas outras publicações; permanecendo, inclusive, esquecida após a sua morte durante muito tempo. Somente nos últimos anos, o interesse pela vida e a obra de Carolina passou a ganhar fôlego.

Quarto de Despejo é uma obra que continua atual, e possibilita (re)pensar sobre os (pré)conceitos e os estereótipos estruturais que se instituíram historicamente; é uma escrita de empoderamento. É o retrato da favela vista por dentro e por fora. De quem viveu de fato lá.

Em suma, a narrativa literária e pessoal de Carolina é a própria representação de muitas mulheres em situação de desigualdade de gênero, raça e classe; de mulheres que criam filhos sozinhas. É, finalmente e sobretudo, um livro de caráter testemunhal, que detalha com certa sutileza de esperança misturada à persistência e à insistente dor cotidiana, visível da desigualdade socioeconômica; sem dúvida, seus escritos passaram a representar uma arma crítica e de denúncia contra toda e qualquer forma de opressão.

REFERÊNCIAS

ARONOVICH, Lola. Prefácio. In: LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: A história da opressão das mulheres pelos homens*. Trad. Luiza Sellera. Ebook S2 Books. 1ª Edição digital. São Paulo: Cultrix, 2019.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção *Feminismos Plurais*)

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares [Orgs.]. *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FRAZÃO, Dilva. *Biografia de Carolina de Jesus*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/carolina-maria-de-jesus/>. Acesso em: 10 jul 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*. Edição Popular, 1963.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. In: RIBEIRO, Djamila. [Org.]. *O que é lugar de fala?*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção *Feminismos Plurais*)

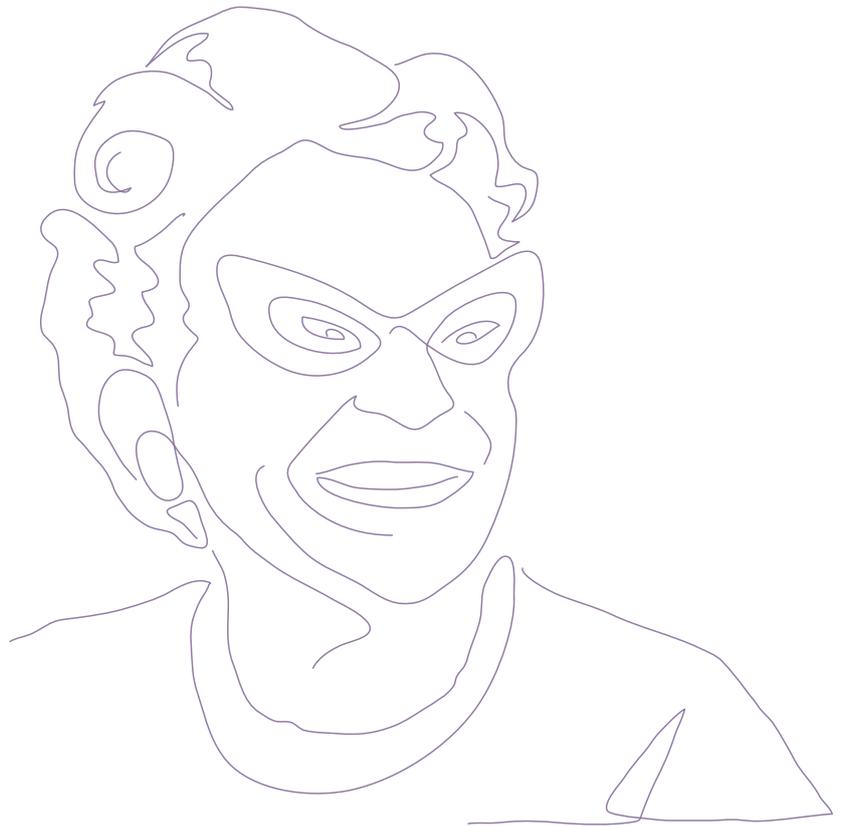


SALGUEIRO, Wilbert. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19, n.31, jul./dez. 2012. Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/22610>. Acesso: 01 jul 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clínica*, Rio de Janeiro. v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SOUZA, Florentina; LIMA, Maria de Nazaré [Orgs.]. *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



Mulheres Negras: diálogos sobre a trajetória de mulheres negras ligadas ao “Círculo de Leituras Negritadas” de Castanhal com o feminismo/mulherismo¹

Mujeres Negras: diálogos sobre la trayectoria de mujeres negras vinculada al "Círculo Negro de Lectura" de Castanhal con el feminismo/mujerismo

Black Women: dialogues about the trajectory of black women linked to Castanhal's "Black Reading Circle" with feminism/ womanism

Luciane de Sena Camões

Resumo: Este trabalho é fruto de minhas inquietações quanto à trajetória das mulheres negras atuantes no Círculo de Leituras Negritadas, na cidade de Castanhal-PA. Para isso, buscamos contribuições dos estudos feministas, mulherismo, ativismos e afrocentralidade. A pesquisa baseia-se em uma análise qualitativa de dados, obtida através de uma entrevista online com uma das lideranças e um questionário *online*, encaminhado via *WhatsApp* e respondido por cinco mulheres integrantes do grupo. A partir da análise de dados, foi possível perceber que o círculo de leituras tem realizado ações de protagonismo, dialogando sobre textos de autoria de intelectuais negras, de modo a visibilizar também os escritos de mulheres negras paraenses, possibilitando que vozes subalternizadas sejam evidenciadas e contribuindo para construir redes, seja pela memória, pela ancestralidade ou pelas suas trajetórias de luta e resistência.

Palavras Chave: História das mulheres. Feminismos. Mulherismo. Afrocentralidade. Círculo de leituras negritadas.

Resumen: Este trabajo es el resultado de mi preocupación por la trayectoria de las mujeres negras activas en el Círculo de Leituras Negritadas, en la ciudad de Castanhal-PA. Para ello, se buscaron aportaciones desde los estudios feministas, el mujerismo, el activismo y la afrocentralidad. La investigación se basa en un análisis cualitativo de los datos obtenidos a través de una entrevista en línea con una de las líderes y un cuestionario en línea enviado a través de WhatsApp y respondido por cinco mujeres que son miembros del grupo. A partir del análisis de los datos, fue posible constatar que el círculo de lectura ha realizado acciones protagónicas, dialogando sobre textos escritos por intelectuales negras, con el fin de visibilizar también las escrituras de las mujeres negras de Pará, permitiendo destacar las voces subalternas y contribuyendo a la construcción de redes, ya sea a través de la memoria, de la ancestralidad o de sus trayectorias de lucha y resistencia.

Palabras Claves: Historia de las mujeres. Feminismos. Womanismo. Afrocentrismo. Círculo de lectura negro.

Abstract: This work is the result of my concerns about the trajectory of black women active in the Círculo de Leituras Negritadas, in the city of Castanhal-PA. To this end, we sought contributions from feminist studies, womanism, activism and Afrocentrism. The research is based on a qualitative analysis of data obtained through an online interview with one of the leaders and an online questionnaire, sent via WhatsApp and answered by five women who are members of the group. From the data analysis, it was possible to see that the reading circle has carried out protagonist actions, dialoguing about texts written by black intellectuals, in order to also make the writings of black women from Pará visible, enabling subaltern voices to be highlighted and contributing to building networks, whether through memory, ancestry or their trajectories of struggle and resistance.

Keywords: Women's history. Feminisms. Womanism. Afrocentrality. Circle of black readings.

¹ Este trabalho realizado como requisito final para a conclusão da especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina, /GPEM/UFPA, orientado pela professora doutora Lucia Isabel Silva. Agradeço às/ aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Luciane de Sena Camões – Mestra pelo Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Estudos Antrópicos da Amazônia - PPGEEA/UFPA, Linha de Pesquisa: Linguagens, Tecnologias e Saberes culturais. E-mail: lucycamoes@hotmail.com

INTRODUÇÃO.

O trabalho em questão é fruto de minhas inquietações quanto às ações realizadas pelo Círculo de Leituras Negritadas na cidade de Castanhal-PA, onde busco evidenciar as trajetórias das mulheres ligadas ao grupo. O interesse pelo grupo, que neste trabalho é evidenciado também como coletivo, uma vez que está associado à construção de redes (MIGLIORIN 2002/2012), nasce a partir de uma postagem realizada no *Instagram*², no primeiro semestre de 2022, uma publicação-convite de um encontro promovido pelo círculo de leituras. Uma ação muito importante, uma vez que no município de Castanhal-PA existem poucos grupos de leituras que realizam diálogos sobre diferentes intelectuais, porém o Círculo de Leituras Negritadas é o único que dialoga exclusivamente sobre escritos de intelectuais negras.

Apesar da sociedade ter passado por mudanças estruturais ao longo dos séculos, a escrita de mulheres continua sendo ocultada. Independente da relevância dos seus escritos, eles demoram muito mais tempo para chegar a um público significativo, especialmente quando se trata de mulheres negras, pois a escrita continua sendo colonizada.

A coleção “Primeiros Passos” organizada por Djamila Ribeiro, tem alcançado espaços acadêmicos e não acadêmicos, contribuindo para visibilizar e dar protagonismo às obras de escritoras/es negras/os.

Nesse sentido, Grada Kilomba realiza uma reflexão sobre a obra de Spivak “Pode o subalterno falar?”, citando em um trecho que o sujeito oprimido citado por Spivak não pode falar “porque as estruturas de opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco proporciona um espaço para articulação das mesmas” (KILOMBA 2019: 47). Essa dificuldade de falar está ligada ao regime repressivo do colonialismo e do racismo, por isso, esse processo se torna mais dolorido para mulheres negras.

Diante dessas questões, vimos a necessidade de contribuirmos de forma simbólica para que mulheres tenham seu lugar de fala respeitados. Sendo assim, este trabalho se propõe a evidenciar uma dessas experiências, analisando quem são as mulheres que participam do Círculo de Leituras Negritadas e que ações estão sendo realizadas no grupo, enquanto coletivo. Os relatos serão evidenciados e norteados pelos diálogos ligados à história das mulheres, gênero, ativismo negro, feminismos, afrocentralidade, mulherismo africana e outros que venham contribuir com o trabalho.

A pesquisa foi norteadada pela abordagem qualitativa, na qual, segundo Chizzotti (2003), há um convívio denso com o objeto da pesquisa, facilitando a análise dos dados. A interpretação das fontes foi possível a partir da análise das informações obtidas através de um questionário.

As entrevistas foram realizadas via questionário (formulário) elaborado pelo *Google formulários*. O questionário foi dividido em duas partes, iniciando com perguntas pessoais sobre as interlocutoras como: nome, idade, escolaridade, atuação profissional e se tem filhos(as). Na segunda parte, há questões sobre a participação das mulheres no Círculo de Leituras.

Sendo assim, o trabalho está dividido em três seções: a primeira é intitulada “Reescrita da história das mulheres: do ocultamento à valorização de suas experiências”, onde é construído um diálogo sobre o silenciamento e invisibilidade das mulheres na escrita, evidenciando os perigos de uma história única e os debates sobre a reescrita da história, e que tem impulsionado ações para que as escritoras sejam evidenciadas.

² *Instagram* é uma rede social interativa direcionada a postagem de vídeos, fotos e outros recursos.

A segunda seção é intitulada “Diálogos sobre feminismos, a teoria mulherista e a construção de resistências”, onde é realizado um diálogo sobre o(s) feminino(s), a afrocentralidade, o mulherismo africano, os coletivos de mulheres e suas formas de resistência.

Já na terceira seção, intitulada “Construindo resistências: mulheres negras insurgentes e a construção do Círculo de Leituras Negritadas”, são evidenciadas as ações do Círculo de Leituras Negritadas, assim como o perfil das mulheres atuantes e os objetivos do grupo, finalizando este trabalho com nossas considerações sobre a experiência do coletivo e sobre o trabalho de análise realizado.

1. Reescrita da História das Mulheres: do ocultamento à valorização de suas experiências

Na atualidade, os escritos sobre história das mulheres vêm ganhando cada vez mais atenção no campo acadêmico, social e cultural. Durante séculos, as mulheres foram levadas a assumirem um lugar de subalternidade, o que contribuiu para ocultação de suas ações de lutas e resistências enquanto sujeitas históricas. Vale ressaltar que, ao longo dos séculos, inúmeros estigmas sobre o feminino foram construídos e fortalecidos, onde as mulheres não apareciam como protagonistas de nada, sendo representadas como mulheres sem história e sem passado, havendo um grande silêncio em torno delas. Esse silenciamento é bem mais excludente quando falamos de mulheres negras, devido as marcas das opressões sofridas desde o processo de colonização.

Nesse sentido, Perrot (2017) afirma que

A história das mulheres mudou. Em seus objetivos, em seus pontos de vistas, partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. (PERROT, 2017: 16)

Diante do exposto, compreendemos que a história das mulheres partiu de uma visão estigmatizada do feminino, do ser mulher, construída a partir de estereótipos de gênero e as lutas travadas contra opressão, para uma história que parte da produção das diferenças, através dos marcadores de gênero, raça e classe. Sendo, assim, uma história que vem sendo construída e pautada na resistência dos movimentos feministas, dos movimentos de mulheres e do movimento negro³, buscando evidenciar a diversidade de experiências de luta e resistência intensificadas ao longo dos séculos, na busca por autorreconhecimento, autoafirmação e autoidentificação. Nessa história de luta e também de desconstrução de estereótipos, os escritos que se propõem a discutir sobre as pedagogias decoloniais, gênero, feminismos, mulherismo e ativismos, ganham destaque pela relevância da problematização e discussão sobre a história das mulheres.

Dito isso, no Brasil, mais especificamente na segunda metade do século XX, historiadoras e historiadores iniciam um diálogo mais denso sobre a reescrita da história, dando visibilidade às histó-

³ “Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados nas lutas contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade” (GOMES 2017: 23).

rias construídas a partir de outros olhares e novas fontes históricas, como as histórias vistas de baixo. Assim, os diálogos travados sobre a reescrita da história contribuíram para que uma outra face da história “oficial” fosse evidenciada, oportunizando dar voz e visibilidade também ao feminino.

Dessa forma, Adichie (2019) cita os perigos de uma história única, a partir de uma palestra realizada sobre a temática no *TED Talk* em 2009⁴. “A história única cria estereótipos e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019: 26), deixando de analisar outras fontes e lançar novos olhares sobre os sujeitos da/na história. Esta possibilidade de escrever novas histórias partindo de diferentes ângulos atraiu a atenção de várias pessoas. Segundo Sharpe (1992),

[...] atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja a existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história. (SHARPE, 1992: 41)

Diante disso, compreendemos que reescrever a história, partindo de novas fontes, possibilitou, por exemplo, ao estado da Bahia uma nova visão em torno do seu processo de luta pela independência, pois mulheres como Maria Quitéria e Maria Felipa tornaram-se protagonistas dessa história. Vale ressaltar que Maria Felipa, uma mulher negra, marisqueira, foi invisibilizada tanto nos livros didáticos, quanto nas comemorações de 2 de julho⁵ (FARIAS, 2010). Foram 187 anos de silêncio e de muitas lutas para tentar recuperar a memória dessa mulher negra, que ganhou *status* de heroína.

Diante disso, no livro “Pode o subalterno falar?”, de Spivak (2010), a mulher é percebida como “Outro”, como um sujeito oprimido e sem voz, sendo tarefa do intelectual pós-colonial criar espaços para que ela possa falar e ser ouvida. No caso das mulheres negras, construir espaços de fala é um processo mais doloroso de luta e resistência, visto que, ao longo da história, muitas mulheres não tiveram a oportunidade de erguer suas vozes e sua intelectualidade ficou sujeita ao “Outro” (homem branco), no caso de mulheres negra, esse “Outro” está relacionado às mulheres brancas. “Fazer a transição do silêncio a fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento” (HOOKS, 2019: 38-39). É um ato empoderador.

Portanto, a possibilidade de pensar a história erudita a partir de novos olhares pode ser vista como um ato de resistência contra a colonialidade do saber, do poder e do ser, pois a escrita pode tornar-se um ato político de resistência. Baseado nisto, Kilomba (2019), pondera que “escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe as posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor ‘validada/o’ e ‘legitimada/o’ e, ao reinventar a si mesma/o nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada” (KILOMBA, 2019: 28).

Assim, a descolonização da escrita exige uma luta de resistência contra as diversas formas de opressão. Apesar de termos atravessado séculos de lutas por protagonismo, acesso aos espaços públicos e a igualdade de direitos, ainda vivemos sob o domínio do medo, do desconhecido. Sendo assim, aprender o(s) feminismo(s) torna-se algo muito necessário, um ato de subversão. Vale ressal-

⁴Mini conferência do TED GLOBAL 2009 (transcrição de Érica Barbosa). Vídeo disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br#t-12181>. Acesso: 02/10/2010.

⁵“Os baianos lutaram entre 1821 e 1823, no mar, no Rio Paraguaçu, em Salvador [...] a concretização da Independência do Brasil ocorreu com a expulsão da esquerda portuguesa [...] no dia 02 de julho de 1823” (FARIAS, 2010: 60).

tar que, nesse processo de luta, mulheres pretas buscam também nas teorias mulheristas uma busca de sua ancestralidade e fortalecimento dos seus vínculos com a cultura africana.

Contudo, é preciso ressaltar que os diversos diálogos voltados à construção de resistência, sejam eles ligados às teorias mulheristas, aos diferentes tipos de feminismos e ao ativismo, com certeza são primordiais para nos fortalecer enquanto mulheres, na luta contra a opressão e em prol de nossos direitos de mulheres.

2. Diálogos sobre Feminismos, a Teoria Mulherista e a Construção de Resistências

Os estudos feministas têm contribuído para a efetivação de diálogos e embates teóricos em torno das pautas ligadas ao feminino, sendo muito necessário na luta contra as diversas formas de opressão. Os diálogos feministas contribuíram para que as mulheres construíssem resistências e se fortalecessem, porém, não são os únicos movimentos teóricos que vêm contribuindo para isso.

Neste trabalho, resalto a importância de outros movimentos de resistências como as teorias mulheristas africanas, as quais são citadas por algumas das integrantes do Círculo de Leituras. Na seção anterior, foi possível perceber que a história das mulheres no Brasil foi marcada por um longo período de luta contra o patriarcado⁶ e suas diversas formas de opressão. É perceptível que os diálogos voltados ao fortalecimento e resistência das mulheres tiveram um peso importante para a mudança na estrutura social, tendo grande responsabilidade no processo de fortalecimento das mulheres nos diferentes setores da sociedade.

Nesse contexto, as mulheres dos séculos passados viveram na “clandestinidade”, prisioneiras “de uma visão eurocêntrica e universalizante” (CARNEIRO, 2003: 118) sobre o feminino, aprisionadas por um olhar estigmatizante sobre a representação do “ser mulher”. Assim, independente do gênero, as mulheres possuem suas subjetividades e por isso não deveriam ser visualizadas como iguais. “Temos um mundo cheio de mulheres que não conseguem respirar livremente porque estão condicionadas demais a assumir formas que agradem aos outros” (ADICHIE, 2017: 49).

Diante disso, fica o questionamento sobre as representações estereotipadas do feminino, onde mulheres estavam condicionadas a seguirem como coadjuvantes, a estarem fadadas ao “papel” de esposas e filhas, nunca de protagonistas ou sujeitas ativas e participativas. Mas essa passividade não fazia parte da trajetória de grande parte das mulheres negras, as quais, assim como os homens negros, foram perversamente escravizadas, violentadas e oprimidas.

Essas são as marcas do patriarcado, onde as relações de subordinação ao feminino são construídas a partir das relações de poder. “As teorias do patriarcado tem dirigido atenção à subordinação das mulheres e encontrado a explicação dessa subordinação na ‘necessidade’ masculina de dominar as mulheres” (SCOTT, 1995: 77). A subordinação feminina é uma questão estrutural que precisa ser desconstruída.

Diante disso, vê-se a relevância de construir grupos voltados para o fortalecimento dos diálogos sobre as mulheres, os diferentes tipos de feminismos e outras resistências, uma vez que ainda há um longo caminho de luta para a conquista da equidade, da liberdade, dentre outras questões necessárias para o protagonismo feminino.

⁶ O patriarcado pode ser entendido como uma estrutura de subordinação e dominação, onde os homens estão na condição de poder (SAFFIOTTI, 1987).

Com isso, compreendemos que os diálogos feministas se tornam cada vez mais necessários, de modo a desconstruirmos os estigmas sobre a categoria feminismo(s), uma vez que este termo costuma ser evidenciado por quem está de fora como um movimento anti-homem. Mas o movimento feminista não objetiva a junção de mulheres contra os homens, e sim a união das mulheres “para proteger nossos interesses de mulher” (HOOKS, 2018, p. 35), onde homens também podem ser parceiros de luta, se tiverem o interesse de se juntarem em prol das causas femininas e feministas.

Vale ressaltar que a teoria mulherista africana valoriza as mulheres que vieram antes, como fonte de potência para homens e mulheres, por isso é um retorno à ancestralidade africana. Além disso, nessa teoria, homens e mulheres possuem objetivos em comum na luta antirracista.

Como diz Djamilá Ribeiro (2017), é justa a luta por representação, porém, é importante que grupos privilegiados consigam enxergar as hierarquias da sociedade e tenham a possibilidade de construir posicionamentos antimachistas, antissexistas, antirracistas e anticlassistas. “Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade” (RIBEIRO, 2017: 88).

Diante do exposto, falar sobre feminismo(s) torna-se cada vez mais necessário, uma vez que essas discussões têm contribuído para construção de ações de enfrentamento, de modo que as mulheres possam falar e construir lugares de fala, sem que suas vozes sejam silenciadas ou interrompidas. Falamos feminismo(s), no plural, para evidenciar que o movimento feminista não pode ser visto como homogêneo, uma vez que existem diferentes vertentes do pensamento feminista, ou seja, diferentes categorias de feminismos.

Diante do exposto, neste trabalho, ressaltamos a relevância do feminismo negro interseccional, uma vez que estamos discutindo sobre as ações de um coletivo de mulheres negras, e que leem intelectuais negras. Visto que o feminismo negro consegue abarcar uma multiplicidade de sujeitos dentro de suas diferenças, e as formas de opressão vivenciadas.

[...] no feminismo negro brasileiro, a perspectiva de gênero é uma variável teórica que não pode ser dissociada de outros eixos de opressão, uma vez que, em sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, como o Brasil, o racismo determina a própria hierarquia do gênero. (FERNANDES, 2016: 705)

Dessa forma, o pensamento feminista negro tem contribuído para reflexão sobre gênero, a partir de um olhar interseccional. Porém, Oyèwùmí (2021) ressalta a importância de refletir e problematizar sobre as teorias feministas hegemônicas que preconizam a ideia de que a categoria gênero é universal, totalizante e atemporal. No caso dos povos iorubás, a categoria gênero não existia antes do contato com o Ocidente, por isso a categoria gênero ocidental pode se tornar alienígena para muitas culturas africanas. “[...] mesmo quando a pesquisa africana procura validar a especificidade da experiência africana, ela o faz dentro dos quadros das categorias de conhecimento derivadas da Europa” (OYÈWÙMÍ, 2021: 23).

Essas são questões que demonstram a influência do pensamento europeu nas diferentes culturas, inclusive na africana. Para lidar com as categorias de gênero, conhecê-las, analisá-las, é preciso, antes de tudo, torná-las visíveis, como coloca Oyèwùmí (2021). Ainda embasada nesta autora, é importante voltar nossos diálogos para as questões ligadas à raça. A categoria gênero ocidental

pode se tornar alienígena para muitas culturas africanas, caso não pense o gênero articulado à raça e classe (OYÉWÙMÍ, 2020).

Partindo desta reflexão, Felipe (1999), pondera que

Trabalhar na perspectiva das relações de gênero significa rejeitar quaisquer explicações essencialistas, que se pretende imutáveis e universais. No entanto, é preciso reconhecer a dificuldade de se romper com essa visão, especialmente quando se trata de discutir aspectos ligados a masculinidade e feminilidade. (FELIPE, 1999: 169)

É importante compreender que gênero não pode ser pensado de modo universalizante, uma vez que os sujeitos estão inseridos em contextos diversificados, por isso, ao dialogarmos sobre essa categoria, é importante pensar nos marcadores sociais de raça, classe, geração, religião, dentre outros.

Nesse sentido, nota-se a importância de discutirmos gênero a partir de um olhar interseccional. Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade tem sido muito importante nos estudos sobre feminismo negro, contribuindo para compreensão dos artifícios utilizados pelo racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios para criar desigualdades. “[...] O projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cis-heteronormatividades articuladas em nível global” (AKOTIRENE, 2019: 22). Dessa maneira, o movimento feminista negro compreende os sujeitos de forma plural, a partir de marcadores de diferenças e percebendo as relações de opressões realizadas nos diversos contextos.

Nesse contexto, a ativista negra bell hooks⁷, em seu livro *O feminismo é pra todo mundo*, fala do feminismo construído a partir das relações de solidariedade e irmandade, ressaltando essa categoria como uma luta contra a opressão sexista, a qual, segundo ela, “é a base de todas as opressões” (HOOKS, 2018). O feminismo negro abarca uma pluralidade de sujeitos e subjetividades, onde homens e mulheres são bem vindos, desde que possuam objetivos em comum na luta contra as opressões.

Embora bell hooks compreenda que os homens enfrentem o racismo, ela ressalta que eles “não enfrentam os preconceitos de gênero” (HOOKS, 1995: 475). Então, se eles e elas estiverem dispostos/as a contribuir, podem ser parceiros/as na luta, assim como as mulheres não-negras. “Não é preciso ser mulher negra para compreender como um ativismo intelectual capaz de produzir novos conhecimentos e transformar a consciência pode estimular uma política de empoderamento” (COLLINS, 2019: 13), é importante ter no mínimo consciência de classe.

Assim, o feminismo negro constrói suas teias de conexões, tecendo redes de solidariedade na luta contra as opressões. Os diálogos feministas, especialmente os ligados ao feminismo negro, têm contribuído para que mulheres se acolham dentro dos feminismos e lutem de forma coletiva contra o patriarcado. Hooks (2018) cita que, antes de tentar mudar o patriarcado, é necessário tomar consciência de como a dominação masculina e o sexismo são expressos cotidianamente. hooks, ao discutir sobre o pensamento feminista moderno nos Estados Unidos, destaca que o mesmo afirma que “todas as mulheres são oprimidas”, ou seja, esta categoria não consegue perceber a diversidade

⁷ O nome de bell hooks está escrito em letras minúscula porque era/é assim que a ativista Glória Jean Watkins se apresentava.

de de experiências de opressão que as mulheres sofrem com base em fatores como raça e classe. “O sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade” (HOOKS, 2015: 197), uma vez que essas experiências são diversificadas.

Sendo assim, torna-se necessário aprofundar os estudos voltados para o ativismo negro, uma vez que os coletivos de mulheres negras buscam se unir, ou melhor, se irmanar para lutar por seus interesses enquanto mulheres negras. Interesses que se distanciam do feminismo não negro. “A formação de uma teoria e uma práxis feministas libertadoras é de responsabilidade coletiva, uma responsabilidade que deve ser compartilhada” (HOOKS, 2015: 208).

Nesse sentido, é de fundamental importância falarmos também sobre a afrocentralidade. Apesar das teorias feministas terem contribuído para que mulheres lutem por independência e autonomia, “para as mulheres de cor, essa autonomia não pode ser alcançada em condições de opressão racial e genocídio cultural” (HUDSON-WEEMS, 2018: 2). Questões levantadas pelas teorias mulhelistas e que são muito importantes neste estudo, uma vez que estamos dialogando sobre mulheres que buscam, através de um coletivo de leituras, se aproximar de sua ancestralidade e fortalecer suas identidades negras. A afrocentralidade está “ligada intimamente ao pan-africanismo, ela se constitui na tessitura das ligações entre continente e diáspora ao protagonizar essa resistência” (FINCH III & NASCIMENTO, 2009: 38).

O pensamento afrocentrado diaspórico é crucial para compreensão dos estudos que enfatizam a resistência negra, uma vez que “a teoria afrocêntrica admite e exalta a possibilidade do debate entre os conhecimentos construídos com base em diversas perspectivas, em boa fé e com respeito mútuo, sem pretensão à hegemonia” (NASCIMENTO, 2009: 30). O mulherismo africano, também conhecido como teoria de “Womanist Africana”, de Clenora Hudson-Weems, é uma teoria afrocêntrica que define a experiência da mulher africana como única. As mulhelistas priorizam o fator raça como um pré-requisito para lidar com as questões de gênero.

Isso não quer dizer que questões de gênero não sejam importantes, pois as questões de gênero são preocupações reais para todas as mulheres, inclusive mulheres africanas, pois ainda estamos operando dentro de um sistema patriarcal e, portanto, devemos confrontar essa questão de frente. No entanto, atacar os preconceitos de gênero não se traduz em obrigar a identificação ou a dependência do feminismo como o único meio viável de abordagem. (HUDSON-WEEMS, 2018: 2)

Portanto, o Mulherismo Africano não tem como prioridade discutir especificamente questões de gênero, seus diálogos são voltados primeiramente para questão de raça e classe e, só depois, o gênero, pois, ainda que haja uma diferença de gênero, as mulheres pretas se aproximam muito mais de homens pretos do que da mulher branca. Essa teoria vem sendo dialogada pelas mulheres do Círculo de Leituras Negritadas.

Analisa criticamente as limitações da teoria feminista e ajuda a explicar, de forma abrangente, as ideias e ativismo de algumas mulheres africanas que contribuíram para a teoria womanist (mulhelistas) de diferentes perspectivas ideológicas (DOVE, 1998: 4).

Katiúscia Ribeiro dialoga sobre o Mulherismo Africana no portal *Geledés*⁸ ressaltando a principal diferença entre o feminismo negro e o mulherismo africana.

o feminismo negro tem uma luta de gênero. O mulherismo africana tem uma luta de raça. De restabelecer toda uma emancipação da população negra a partir da perspectiva racial, uma vez que a violência sobre os corpos das mulheres e homens negros é uma realidade. (RIBEIRO, 2021)

É importante citar que, tanto no feminismo negro como no mulherismo africana, as mulheres vêm se fortalecendo e construindo formas de resistência contra o racismo, o sexismo e as diversas formas de opressão. Não podemos negar como os feminismos têm sido importantes para as mulheres, porém devemos refletir que, mesmo no feminismo negro, mulheres pretas não conseguem ser ouvidas.

O termo "mulher" e, por extensão, "mulherismo", é muito mais apropriado do que o termo "feminino" (feminismo), já que somente uma mulher da raça humana pode ser uma mulher. "Feminino", por outro lado, pode se referir a um membro do reino animal ou vegetal, bem como a um membro da raça humana. (HUDSON-WEEMS, 2018: 5)

Porém, nos últimos anos, vários coletivos e grupos de discussão vêm sendo construídos e fortalecidos em meio às lutas feministas. Diante do crescimento desses coletivos, é necessário estarmos atentas às relações de poder e opressão sexistas existentes dentro dos mesmos, já que “não deve haver ‘feminismo como poder’, se a noção de poder suscitada for poder adquirido através da exploração e opressão de outras pessoas” (HOOKS, 2018: 23).

Na atualidade, esses grupos de resistência são identificados como coletivos, que é justamente o espaço de “ajuntamento”, onde as pautas de reivindicações são construídas e os embates são travados. O coletivo é a formação de “um bloco de interesses, afetos, diálogos, experiências aos quais certo número de pessoas adere, reafirmando e transformando esse mesmo bloco” (MIGLIORIN, 2002/2012: 2).

Nesse sentido, os coletivos são espaços de trocas de afeto e vivências, onde experiências comuns são dialogadas e problematizadas. São nesses espaços que as redes de conexões se fortalecem.

O coletivo é um ponto na rede e, também, ele próprio uma rede. Na construção de redes, acentradas, entre múltiplos atores em um espaço ilimitado, os coletivos aparecem como centros de concentração de ideias, pessoas, criação, forças de onde novas conexões podem sair para compor outras redes. (MIGLIORIN, 2002/2012: 8)

Os coletivos aparecem como um importante local de discussão sobre as diversas formas de opressão. O crescimento desses coletivos no Pará tem contribuído para que diferentes sujeitos se encontrem nesses diálogos e se aproximem dos feminismos ou outras teorias de resistência. É o que discutiremos na próxima seção, onde será realizado um diálogo sobre o “Círculo de Leituras Negrita-

⁸ Katiúscia Ribeiro explica o ‘mulherismo africana’: ‘Proposta emancipadora’. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/katiuscia-ribeiro-explica-o-mulherismo-africana-proposta-emancipadora/>

das”, que é um coletivo de mulheres negras que se juntam para se fortalecer e construir conhecimento de forma coletiva, dialogando sobre escritoras negras.

3. Construindo Resistências: mulheres negras insurgentes e a construção do círculo de leituras negritadas

Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. (DAVIS, Angela)

Iniciamos esta seção com uma frase da ativista negra Angela Davis, que traduz a ideia de resistência, construída no interior dos coletivos de mulheres negras. Quando uma mulher constrói estratégias de fortalecimento coletivo, ela, de certa forma, contribui para que outras mulheres construam resistências. A frase de Davis tem grande peso para o movimento ativista negro, e evidencia os objetivos de criação do Círculo de Leituras Negritadas, que é um projeto de fortalecimento de mulheres negras em Castanhal-PA.

Em uma postagem na página do *Instagram* do coletivo Círculo de Leituras Negritadas, no dia de 15 de julho de 2022, em comemoração ao primeiro ano de existência do grupo, é citado que o coletivo tem como objetivo “criar um espaço seguro onde mulheres pretas e não-brancas podem compartilhar experiências e debater sobre leituras, filmes, séries e artes produzidos por autoras(es) negras(os)”. É muito interessante pensar na ideia de autoidentificação e autoafirmação que o coletivo vem construindo. O coletivo busca dialogar sobre as diferentes formas de artes de autoria de mulheres e homens negros.

Mulheres negras foram e ainda são alvo de preconceito, discriminação, racismo, sendo subjogadas, vistas como mulher objeto, “um corpo sem mente” (HOOKS, 1995: 469), como não-intelectuais. “Nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido: ou então representadas por pessoas brancas que ironicamente, tornam-se ‘especialistas’ em nossa cultura, e mesmo em nós” (KILOMBA, 2019: 51).

Essa questão me lembra muito dos escritos de Lélia Gonzales em sua crítica à colonialidade e à superioridade cultural ocidental, a qual tinha o racismo como seu princípio organizador. “A obra de Lélia Gonzalez se inscreve no campo da filosofia e da história política com forte influência da abordagem afrocentrista que percebe os africanos e sua diáspora como sujeitos e agentes de sua própria história” (SANTOS, 2020: 60).

Lélia Gonzalez foi uma mulher diaspórica “fora do lugar destinado à mulher negra nas sociedades americanas (ou *amefricanas*) de passado escravista [...] Lélia não apenas rompeu com esse lugar, mas lutou para que as mulheres negras fizessem o mesmo” (GONZALES; RATTIS & RIOS, 2010: 145). Lélia foi semente dialogando sobre o movimento negro, resistências sociais, a crítica ao eurocentrismo e outras questões relevantes especialmente os ligados a mulher negra, “seu pensamento e ação política nos guiaram para algo que muitas ativistas e feministas negras tenham colocado no debate público contemporâneo: o lugar emancipatório da mulher” (GONZALES, 2020 [1979]: 20).

Lélia e outras lideranças do movimento negro foram responsáveis por incentivar a união das mulheres na luta para a construção de resistências. Entre as suas pautas de reivindicação, estava a urgência em descolonizar o conhecimento.

⁹ Trecho retirado do *Instagram* do Círculo de Leituras Negritadas. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CgC3T8tOYE1/>

O termo *resistência* está relacionado às relações de poder. Para Foucault (1988), não há poder sem resistência. Mesmo no interior dos grupos ou coletivos, há diversidade de sujeitos e subjetividades, e são construídas formas de resistência. Vale ressaltar que o termo *insurgente*, que também aparece como título deste trabalho, é um desdobramento de relações de poder e resistência em Foucault, visto que, para este teórico, o poder está nas diversas microrrelações entre os sujeitos (FOUCAULT, 2004).

Catherine Walsh (2013), ao falar sobre pedagogias decoloniais, ou “pedagogias decoloniales”, busca contribuições de uma série de escritoras e escritores que discutem e têm envolvimento com os diálogos sobre insurgências e resistências. Walsh (2013) encontra em Paulo Freire e Frantz Fanon a figura de teóricos que lutam pela libertação, descolonização e humanização¹⁰. Descolonizar torna-se necessário para construção de lugares de fala e escuta, uma vez que dar voz às escritoras negras é possibilitar a construção de espaços de resistência, fazer ecoar os clamores de insubordinação ao patriarcado e lutar contra a colonialidade do saber, do poder e do ser.

Atualmente, grupos como o Círculo de Leituras Negritadas têm a iniciativa de lutar também contra a colonialidade do saber. Iniciativas que contribuem para evidenciar intelectuais potentes, mas que seus escritos podem ter sido pouco evidenciados. Temos muitas intelectuais negras que precisam ser visibilizadas por sua relevância intelectual. É importante descolonizar nossa leitura. O coletivo Círculo de Leituras Negritadas tem impulsionado a efetivação de ações, diálogos e reflexões, evidenciando os vínculos de solidariedade, respeito e irmandade.

De acordo com uma das lideranças do coletivo, “ele foi criado em maio de 2021, começamos online e depois partimos para encontros presenciais” (Leda Maria, entrevista *online* realizada em 2022). A iniciativa de criação do coletivo partiu de Leda, em um processo no qual ela ia socializando com as amigas e adicionando novas pessoas ao grupo de *WhatsApp*. Atualmente, o círculo é formado por um quantitativo de 16 mulheres, sendo que há um número menor de mulheres atuantes.

O coletivo vem desde 2021 desenvolvendo algumas ações envolvendo não apenas intelectuais pretas, mas artistas e outras profissionais de diferentes áreas. Em abril de 2022, o grupo se encontrou na casa de uma integrante para discutir o livro de Chimamanda Adiche, os “Perigos de uma história única”; já em maio do mesmo ano, o grupo reuniu para discutir o livro “Usos do Erótico: O erótico como pode”, de Audre Lorde. Os encontros costumam acontecer uma vez por mês e as ações são pensadas de acordo com datas que celebram a cultura negra.

De acordo com uma publicação no *Instagram* de 15 de julho de 2022, “[...] o Círculo de Leituras Negritadas construiu encontros onde discutimos músicas, filmes e leituras ao longo dos últimos anos [...]”. A postagem marca um ano de ações realizadas pelas integrantes do coletivo. A data é celebrada em julho, mês que marca o dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha e, por isso, a programação foi denominada “Julho das Pretas”. De acordo com a postagem, “montamos uma programação especial como ‘Bazar Pretitudes’, Oficina de ‘Tranças e o encontro de leitura ‘Heroínas Negras Brasileiras’”¹¹. O círculo vem construindo espaços onde mulheres pretas possam se fortalecer e se irmanar.

¹⁰ A contribuição de Paulo Freire para a educação é inquestionável, mas, antes dele, havia uma constelação de intelectuais negras/os que já realizavam trabalhos de alfabetização com populações não-brancas e periféricas, tais como: Ironildes Rodrigues, Teatro Experimental do Negro, Solano Trindade, Antonieta de Barros. Ver: <https://www.blognegronicolau.com.br/2019/09/a-educacao-popular-nao-comeca-com-paulo.html>

¹¹ Trecho retirado do *Instagram* do Círculo de Leituras Negritadas. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CgC3T8tOYE1/>

As ações organizadas pelo Círculo de Leituras são geralmente realizadas no espaço do quintal da casa da Leda (uma das lideranças do grupo), um lugar amplo, contendo um palco, ideal para as ações do grupo. Porém, essas ações também ocorrem em outros espaços, na casa de outras integrantes. Uma vez que nos encontros, além de debates de obras literárias e suas intelectuais, há ações artísticas, já houve reuniões para assistir e dialogar sobre filmes, declamação de poesia, realização de bazar, exposição artísticas, participação em eventos culturais do município, atos políticos, participação em debates, minicursos, oficinas, dentre outros.

Leda Maria é arte-educadora da rede estadual e produtora cultural, ligada a outros movimentos de resistência dentro do município de Castanhal-PA. Leda atua como uma liderança dentro do grupo, contribuindo junto a outras mulheres para a construção de uma rede de afeto e resistência. Leda não se identifica como feminista, ela se reconhece dentro das teorias do mulherismo africana, uma vez que é uma teoria que consegue abarcar suas necessidades enquanto mulher preta.

Do quantitativo de 16 mulheres, citadas por Leda, que fazem parte do grupo de *WhatsApp*, além de Leda, mais 5 mulheres preencheram o questionário com perguntas relacionadas ao processo de entrada e participação no Círculo de Leituras Negritadas.

A partir desse preenchimento, foi possível construir o seguinte perfil: as mulheres que responderem o questionário possuem idades acima de 25 anos. Quanto à escolaridade: uma delas possui nível médio completo; a outra, nível superior incompleto; uma, nível superior completo; e duas, pós-graduação.

Quanto à área de atuação, o grupo conta com a participação das seguintes profissionais: arte-jornalistas, artesã (consultora, mãe e dona de casa), agente administrativo, técnica de enfermagem, e instrutora — das mulheres em questão, duas não têm filhos. Vale ressaltar que a maioria das mulheres possuem mais de um ano no grupo, ou estão desde a sua criação e não participavam de outros coletivos de leituras antes de sua entrada no círculo de leituras. Além disso, todas as mulheres do grupo se identificam como mulheres pretas.

É interessante perceber que são mulheres em formação e de formações diversificadas, mas que possuem objetivos comuns. Estas mulheres, estudantes, trabalhadoras, mães, intelectuais, artistas e “ativistas”, buscam construir vínculos de irmandade com outras mulheres e fortalecer seus objetivos enquanto mulheres pretas. Quando perguntamos sobre o principal objetivo ao adentrar o coletivo e se elas têm atingido suas expectativas, todas responderam que estão atingindo suas expectativas.

Quanto aos objetivos, recebemos as seguintes respostas: “Compartilhar experiências e aprender através da leitura” (Informante 1), “A convivência com mulheres pretas na literatura e na vida pessoal” (Informante 3), “Troca de ideias, conhecimentos, celebrar os momentos” (Informante 4) e “Conhecimento de autores negros” (Informante 5).

Nesse sentido, a partir das respostas das informantes, é notório que essas mulheres têm objetivos comuns, os quais estão ligados à construção de redes, troca de experiências, construção de resistência e o letramento racial a partir dos diálogos traçados em torno das obras selecionadas para leitura.

Em um trecho da entrevista, Leda dialoga sobre os objetivos do círculo de leituras negritadas.

[...] conseguir construir um grupo pra se encontrar, pra gente construir a ideia de coletividade, sabe, e tendo como vínculo a leitura, a leitura de mulheres pretas, pessoas negras, sabe. Que a gente começasse a construir um letramento

racial, sabe. Que a gente se perceba que essa nossa conscientização não pode só partir da parte estética, mas ela tem que ter, tem vários caminhos, e ela precisa ser fortalecida. [...] quando eu vejo a Alcilene, uma das minhas amigas, sabe que é da ASCONQ também, eu percebo o quanto o círculo de leituras tem potencializado os discursos dela, quanto tem deixado ela mais ativa, e mais imponente [...] percebido também essa conscientização maior em relação a outras integrantes também, sabe, mas eu acho que cada uma, eu acho que a gente consegue perceber uma reação, quando se trata do que é o círculo de leituras e os seus objetivos, sabe. Eu acho que quando a gente vai compartilhando, mesmo aquelas que não comparecem. Mas, tá lá a referência, tá lá os livros, tá lá os textos, que eu acho que isso é importante, tá. (Leda Maria, entrevista online realizada em 2022)

É possível perceber, a partir da fala da Leda, que o grupo tem sido preciso no fortalecimento das mulheres, ou seja, os textos indicados para socialização e os diálogos potencializados tem contribuído para fortalecimento das mulheres dentro e fora do grupo, e mesmo as mulheres que não são atuantes estão tendo a oportunidade de conhecer as escritoras negras e fortalecer seus vínculos com as outras integrantes do grupo. O letramento racial é um dos diálogos traçados pelos feminismos e outras teorias ligadas ao fortalecimento de mulheres pretas. O feminismo negro “possui uma diferença específica em face do ocidental: a solidariedade, fundada numa experiência histórica comum” (GONZALES, 2020 [1979]: 103). Os vínculos de solidariedade e irmandade têm feito a diferença nos grupos e coletivos de mulheres, contribuindo para que as mesmas se fortaleçam e construam resistências.

Falar sobre feminismo(s) é pensar em processos de libertação e refletir sobre estratégias de resistência construídas para lutar contra as opressões, porém as teorias feministas não dão suporte aos clamores e reivindicações específicas de mulheres pretas.

Dessa forma, é por não se encontrarem nessa teoria que as integrantes do Círculo de Leituras Negritadas estão se fortalecendo também dentro das teorias mulheristas africanas, especialmente pela afrocentralidade. “Encontrar nossa voz e usá-la, especialmente em atos de rebelião crítica e de resistência, afastando o medo, continua a ser uma das formas mais poderosas de mudar vidas por meio do pensamento e da prática feministas” (HOOKS, 2019: 20-21).

É importante citar que, dentre as mulheres que responderam ao questionário, quatro delas se identificam com ativismo negro, uma com o feminismo, e uma com os dois. Vale ressaltar que, quando perguntamos se elas se identificam com alguma categoria de feminismo, a maioria das mulheres que participaram da pesquisa responderam sim. Dentre as justificativas, “Tenho mais identificação com o Mulherismo Africano” (Informante 1), “Feminismo negro abordando a invisibilidade, marginalidade da mulher negra o esquecimento dessas mulheres na história e nossos corpos” (Informante 4). Nas justificativas, tivemos mulheres que citaram que se identificam com o feminismo negro e outras com o Mulherismo Africana.

O fato de que nós, mulheres negras, não nos organizamos coletivamente, em grande número, em torno das questões do “feminismo” (muitas de nós nem conhecem ou usam o termo), ou de que não tivemos acesso aos mecanismos de poder que nos permitiriam compartilhar nossas análises ou teorias sobre gênero com o público norte-americano, não negam sua presença na nossa vida e nem nos colocam em uma posição de dependência em relação às feministas brancas e não brancas que falam a um público maior. (HOOKS, 2015: 203)

Mulheres negras têm construído suas formas de resistência. O Círculo de Leituras Negritadas é a demonstração de que elas estão se juntando para se fortalecerem e, juntas, lutarem por seus objetivos comuns.

Nesse contexto, no dia 19/11/2022, o grupo realizou um novo encontro: a “Gira Novembro Negro”, depois de um pequeno tempo “paradas” devido ao período eleitoral do país, mantendo os diálogos pelo grupo de “zap” e em seus locais de atuação profissional. O convite para o encontro foi realizado via redes sociais e *WhatsApp* com o seguinte texto:

Oi meninas, tudo bem? Vivemos momentos intensos nesses últimos meses, aguardamos ansiosas o resultado das eleições, este que afeta diretamente a vivência de todas as mulheres pretas desse grupo.

Nossas reuniões deram uma pequena pausa por conta disso, mas nada mais emblemático que retornarmos no mês de novembro.

Neste mês faremos nossa “Gira Novembro Negro”. Gira significa reunião ou confraternização de espíritos, onde há troca de saberes e experiências.

Nesse encontro vamos conversar sobre o livro “Amazina - Poemas de Chuva” da autora paraense Marcilene Silva da Costa (@marciezili), o livro de poemas nos convida a refletir sobre o cotidiano e as injustiças que nos rodeiam. (Círculo de Leituras Negritadas, nov. 2022)¹²

Como podemos perceber, o Círculo de Leituras Negritadas tem proporcionado o acesso também a escritos de intelectuais locais e regionais pouco re-conhecidas, como Marcilene Silva Costa¹³, uma mulher que nasceu em Santa Isabel do Pará, mas que, atualmente, mora no Canadá. Nesse sentido, o grupo tem criado conexões que enriquecem os trabalhos de intelectuais “interioranas”, dando maior visibilidade e contribuindo para o protagonismo das mesmas. Portanto, o círculo de leituras negritadas, assim como outros coletivos negros que se propõem a criar estratégias de resistência na luta por protagonismo, estão conseguindo alcançar seus objetivos ao traçar ações voltadas ao protagonismo e construindo vínculos de solidariedade e irmandade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, nas seções anteriores, os diálogos feministas foram muito importantes para a construção e fortalecimento dos coletivos. A construção de coletivos têm sido muito relevante para trabalhar com a diversidade de sujeitos e subjetividades, pois eles têm possibilitado que suas/seus integrantes se reúnam para dialogar e trocar experiências. Os diálogos feministas e de outras teorias ligadas às lutas contra as opressões têm feito o diferencial para o processo de autoidentificação, autoafirmação e as lutas contra a colonialidade do saber e do poder. O mulherismo africana foi uma das categorias que tem contribuído para esse debate junto ao Círculo de Leituras Negritadas.

¹² Texto extraído do *Instagram* do círculo de leitura negritadas. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CkrcjWZtvCs/>

¹³ Marcilene Silva da Costa é doutora em Antropologia social e histórica pela Universidade de Toulouse Jean Jaurès, França. É Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará e Bacharel em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela mesma instituição. É pesquisadora associada ao Laboratório de Antropologia Social (Lisst-Cas) da Universidade de Toulouse Jean Jaurès e ao Núcleo de Estudos Xamanísticos na Amazônia (NEOXAMAM) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Texto retirado da plataforma *Lattes*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>

O grupo em questão tem trabalhado com ativismos e outras formas de expressão, maneiras de construir redes e fortalecer seus vínculos de solidariedade e irmandade. O coletivo ainda é novo, possui pouco mais de um ano de resistência, mas vem se fortalecendo devido o empenho de suas lideranças, que são as mulheres mais atuantes no grupo e que constroem em conjunto as estratégias de ações, reflexões e diálogos. Além disso, o grupo tem construído diálogos em torno de intelectuais e artistas negras/os, contribuindo, assim, para dar protagonismo e visibilidade às/aos mesmas/os.

Dialogar sobre este grupo foi muito importante porque contribuiu para que eu fosse além de minhas expectativas, proporcionou que eu pesquisasse sobre a teoria mulherista africana de Clenora Hudson-Weems, e, quando nos propomos a pesquisar, é isso que esperamos: conhecer o desconhecido. O estudo buscou aprofundar e dar continuidade aos estudos que venho desenvolvendo desde a graduação, sobre gênero e feminismos, visto que essas categorias têm contribuído de forma significativa para a efetivação de estudos ligados às histórias das mulheres, produção das diferenças, representação, discursos, dentre outros.

Contudo, o estudo busca evidenciar, a partir de falas individuais, reflexões coletivas sobre as ações realizadas pelo círculo de mulheres negritadas e as trajetórias das mulheres. Um espaço pequeno para escrever sobre algo grandioso.

Assim, neste estudo de “ação dialógica” (FREIRE, 2020), minha pretensão não foi produzir verdades absolutas, ou construir estigmas sobre as integrantes do coletivo em questão, mas refletir sobre as ações do grupo e suas integrantes.

Portanto, na posição de mulher negra, feminista, professora e pesquisadora das linhas de gênero feminismos e história das mulheres, intenciono, a partir desse trabalho, proporcionar a construção de novos diálogos sobre a temática e construir novas reflexões neste campo teórico.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. 2019. *O perigo de uma única história*. Tradução Júlia Romeu. 1 ed. São Paulo. Companhia das Letras.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. 2017. *Para educar crianças feministas*. Tradução Denese Bottmann. Companhia das Letras.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. 2015. *Sejamos todas feministas*. Tradução: Christina Baum. Companhia das Letras.

- AKOTIRENE, Carla. 2019. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén.
- CARNEIRO, Sueli. 2003. *Mulheres em movimento*. Estudos avançados. 17 (49).
- CHIZZOTTI, Antônio. 2003. *Pesquisa em Ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- COLLINS, Patrícia Hill. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 2019. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo.
- CRENSHAW, Kimberlé. 2002. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de estudos feministas*, v. 10, n. 1. 171-188.
- DOVE, Nah. Maio de 1998. Mulherisma africana: uma teoria afrocentrada. In: *JORNAL DE ESTUDOS NEGROS*, Vol. 28, Nº 5, 515-539, 1998. Sage Publications, Inc.
- FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. 2010. *Maria Felipa de Oliveira, heroína da independência da Bahia*. Salvador: Quarteto.
- FELIPE, Jane. Entre tias e tiazinhas: pedagogias culturais em circulação. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). *Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?* Pp 167-179. Petrópolis; Vozes, 1999.
- FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24 (3): 398, setembro/dezembro/2016.
- FINCH III, Charles S; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Abordagem afrocentrada: história e evolução. In: *Afrocentalidade: uma abordagem epistemológica inovadora*, pp 37-70. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- FOUCAULT, Michael. *História da Sexualidade I, A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. -72. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.
- GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, Rj: Vozes, 2017.
- GONZALES, Lélia. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. *Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. -Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1979].
- GONZALES, Lélia; RATTIS, Alex; RIOS, Flavia. *Relatos do Brasil negro*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Estudos feministas*. N. 2, Ano 3, 2º Semestre, 1995.
- HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro, 193-210, Abril de 2015.
- HOOKS, Bell. Tradução Ana Luiza Libânio. *O feminismo nosso é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.
- HOOKS, Bell. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.
- HUDSON-WEEMS, Cleonora. *Mulherismo Africana: Uma Visão Geral*. Versão digital, 2018. Disponível em: <<https://insurreicaocgpp.blogspot.com/2018/06/mulherismo-africana-uma-visao-geral.html>> Acesso em 25 de abril de 2023.
- KILOMBA, Grada. Tradução Jess Oliveira. 2019. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Cobogó.
- MIGLIORIN, Cezar. *O que é um coletivo*. Teia-2002/2012. Belo Horizonte: Teia, 2012.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Notas básicas para leitura deste volume. In: *Afrocentalidade: uma abordagem epistemológica inovadora*, pág. 37-70. São Paulo: Selo Negro, 2009.

OYĚWÙMÍ, Oyèronké. Conceituando gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*, pág. 84 – 95. -1. ed. -Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèronké. Tradução: Wanderson flor do Nascimento. *A invenção das mulheres: construindo um sentido para os discursos africanos ocidentais de gênero*. -1. Ed. – Rio de Janeiro. Bazar do tempo, 2021.

PERROT, Michelle. 2017. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução, Denise Bottmann 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala? (Feminismos Plurais)*. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Katiúscia. Mulherismo Africana: Proposta emancipadora. *Portal Geledes*. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/katiuscia-ribeiro-explica-o-mulherismo-africana-proposta-emancipadora/>

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, (Coleção polêmica), 1987.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos. Lélia Gonzalez: a amefricanidade como contributo para a construção de uma nova epistemologia. In: *Revista Espaço Acadêmico*. – n. 225. -nov./dez, 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez, p. 71-99, 1995.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, Catherine (Ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.



“Tentáculos/Raízes” de Jhulie Cabral: em uma análise interpretativa literária das reações teóricas Ecofeministas e Decoloniais ¹

"Tentáculos/Raíces" por Jhulie Cabral: un análisis interpretativo literario de las reacciones teóricas Ecofeministas y Decoloniales

"Tentacles/Roots" by Jhulie Cabral: a literary interpretative analysis of Ecofeminist and Decolonial theoretical responses

Lucideyse de Sousa Abreu

Resumo: Este artigo objetiva analisar literariamente a poética *Tentáculos/ Raízes*, de Jhulie Cabral (2021) em uma perspectiva teórica decolonial e ecofeminista. A poesia em questão põe em foco o “eu lírico” que fora atravessado pela colonização, o lugar de não pertença e, ao mesmo tempo, em um processo/resgate por meio da ancestralidade a identidade Amazônica. Neste sentido, o texto, primeiramente, abordará as Teorias Decoloniais e Ecofeministas, conforme Lugones (2014); Castro (2019); Soares (2009) e Lemgruber (2020); e, a partir das teorias, relacionará a identificação dessas perspectivas na poesia que seguirá com as interseções filosóficas e literárias. Logo, a metodologia tem procedimento de ordem qualitativa, por se tratar de uma análise literária ficcional que se utiliza de pesquisas bibliográficas como fontes investigativas.

Palavras Chave: Decolonial. Ecofeminismos. Identidade. Amazônica.

Resumen: Este artículo busca analizar literariamente la poética *Tentáculos/Raíces*, de Jhulie Cabral (2021) en una perspectiva teórica decolonial e ecofeminista. La poesía en discusión resalta el “Yo lírico” que fuera traspasado por los hechos de la colonización, el lugar de la no pertenencia y, a la vez, en un proceso/rescate por intermedio de la ancestralidad de la identidad Amazónica. Asimismo, el texto antes que todo abordará las Teorías Decoloniales y Ecofeministas, de acuerdo con: Lugones (2014); Castro (2019); Soares (2009) y Lemgruber (2020); entonces, a partir de las teorías, hacer conexión entre la identificación de dichas perspectivas en la poesía que seguirá con las intersecciones filosóficas y literarias. Por consiguiente, la metodología se sostiene a través un procedimiento de orden cualitativo al tratarse de un análisis literario ficcional que emplea la investigación bibliográfica como fuente de investigación.

Palabras Claves: Decolonial. Ecofeminismos. Identidad. Amazónica.

Abstract: This review will analyze, by examining the literature perspectives, the poetics *Tentacles/Roots*, by Jhulie Cabral (2021) from a Decolonial and Ecofeminist theoretical standpoint. The poetry in question draw together the “lyrical self” that had been traverse by the colonization, the non-belonging place and, simultaneously, in a process/resgate by way of Amazonian ancestry and identity. In this regard, in the first place, the text will approach Decolonial and Ecofeminist Arguments, in accordance with Lugones (2014); Castro (2019); Soares (2009) e Lemgruber (2020); also, based on the referred theories, relate the assimilation of these perspectives in poetry that will follow the philosophical and literary crossing. Thus, a qualitative procedure will be used as methodology, as it is a fictional literary analysis, which applies bibliographical research as investigative sources.

Keywords: Decoloniality. Ecofeminism. Identity. Amazon.

¹ Este artigo foi apresentado ao Programa de Pós-graduação em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América-Latina, em nível de Especialização, sob orientação da Profa. Dra. Adriane Rachel Santana Lima. Agradeço às/ aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Lucideyse de Sousa Abreu – Mestra em Linguagens e Saberes da Amazônia-PPLSA/UFGA. Escritora, pesquisadora e mediadora de clube de leitura Leia Mulheres Capanema e do Clube de Escritoras Paraenses. <https://mapacultural.pa.gov.br/agente/30803/#info>. E-mail: profa.lucideyse@gmail.com

INTRODUÇÃO

A noite não adormece
 nos olhos das mulheres
 a lua fêmea, semelhante nossa,
 em vigília atenta vigia
 a nossa memória.
 [...]

 Conceição Evaristo

A escritora contemporânea Jhulie Cabral, em sua poesia “Tentáculos/ Raízes” (2021), apresenta, por meio da poética, diversas imagens literárias, como a ancestralidade, memórias e feridas expostas, lidas como consequências do processo de colonização. Este apresenta, dentro da narrativa, aspectos da poética, como, por exemplo, a sonoridade ao ler, mostrando para o leitor uma possibilidade de temáticas sociais e identitárias que se mesclam com o ritmo e a subjetividade dos aspectos da poética.

Outrossim, a poesia nos possibilita uma leitura social da realidade, amparada pela liberdade poética. Desse modo, uma leitura possível são das teorias decoloniais e ecofeministas em análise à dualidade e da fragmentação identitária que perpassa a mulher colonizada.

Sequencialmente, abordaremos os aspectos metodológicos da Literatura Comparada, principalmente ao que tange à interdisciplinaridade, amparada em Carvalhal (2006) e Machado e Pageaux (1989); a partir disso, discutiremos a teoria dos estudos Decoloniais e Ecofeministas; posteriormente, a análise seguirá com as intersecções literárias em comparação às teorias Decoloniais e Ecofeministas. Logo, esta metodologia tem procedimento de ordem qualitativa por se tratar de uma análise literária ficcional, em que utilizaremos de pesquisas bibliográficas como fontes investigativas.

1. A Literatura Comparada

A primeira seção objetiva discutir sobre a Literatura Comparada e a metodologia que nos destinamos desenvolver por meio das definições e discussões propostas por teóricos da área literária. Como baseos apontamentos que os estudos comparativistas, ultrapassam o quadro estreito das relações binárias e alargam forçosamente o campo da investigação. Mais ainda: a própria natureza da questão estudada exige também uma reflexão pluridisciplinar que confronta a literatura com outros setores das chamadas ciências humanas (MACHADO e PAGEAUX, 1989, p. 141). Nesta abordagem, os estudos da literatura se articulam com as abordagens filosóficas e sociais.

Em um primeiro plano, buscamos os métodos investigativos dos estudos literários, promovendo assim a relação entre a literatura presente na poética de Jhulie Cabral relacionada neste trabalho, com a Filosofia Decolonial e Ecofeminista. Nesse contexto, a interdisciplinaridade é uma ampliação do campo metodológico da Literatura Comparada e permite repensar os estudos das literaturas a partir de novas bases.

Destarte, a Literatura Comparada amplia seus domínios em uma perspectiva interdiscursiva e interdisciplinar. Desse modo, o método comparado possibilita, nesta análise, uma sondagem além da poesia “Tentáculos/ Raízes”, este se torna o ponto de partida para possibilidades de diálogos com as teorias Decolonial e Ecofeminista, levando em conta os pontos de interconexões presentes no texto literário.

Em virtude dos conceitos abordados pelos autores, percebe-se, portanto, que o estudo da literatura ficcional dialoga interdisciplinarmente em abordagem temática presente no próprio Poema, em que, segundo Soares (2009), as críticas literárias feministas vêm associando ecologia e feminismo aos estudos literários, pois também é entendida a literatura como espaço de resistência a diferentes formas de dominação biológicas e /ou culturais. Logo, essa relação da análise do tema proposto por essa pesquisa só é possível com a abertura dos estudos da literatura e da sociedade, levando em consideração a produção da autora e o espaço — Local — onde é construída narrativa.

2. Raízes Históricas

Na sociedade contemporânea, ainda estamos imersos em uma visão hegemônica do mundo e do poder, esta que é — mesmo com os constantes embates e as aberturas temáticas — ainda detentora de tomadas de decisões e impulsionadora de diversas opressões sociais que não considera a diversidade. Desse modo, a decolonialidade surge a partir desse processo de confronto, do pensar a diferença de sujeitos que foram atravessados por um extermínio da cultura e de pessoas, de línguas, saberes e vidas que se apóiam em uma única e unilateral imposição da globalização e da modernidade.

Assim, entendemos que os paradigmas dominantes e estruturais tendem a perpetuar a estrutura racista, sexista e eurocêntrica da estrutura colonial. Esse mesmo processo que marginaliza o que foge da hegemonização, grupos que pensam e/ou vivem o processo de conhecimento, a construção social e cultura de forma diferente. Diante dessa possibilidade, de sujeitos em interação social, faz-se necessário a promoção e construção de decolonizar e reorganizar, por meio da diferença, as relações de poder.

Desse modo, Lugones (2014) introduz que a modernidade organiza o mundo em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. E, assim, pontua a existência de uma crítica contemporânea ao universalismo feminista que foi reivindicada por mulheres de cor e do terceiro mundo, centrando-se na intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero e que vai além das categorias da modernidade. Termos que, quando pensados na visão hegemônica, se referem à mulher branca de classe média, e, quando se pensa no negro, este se refere à construção social do homem negro, que, por definição de Lugones, mostra a ausência das mulheres negras — e não sua presença. Continuamente, a teórica pontua:

Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas — como animais, incontavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém

que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas. (LUGONES, 2014, p. 936)

Diante à exposição histórica do processo colonial apresentada por Lugones e a classificação hierárquica que apresenta a teórica, nos é permitido relacionar as violências expostas a que sujeitos multiculturais foram e são submetidos e atravessados pelo colonialismo. Pois as imposições, violências, discriminações e perspectiva eurocentrada ainda são entraves e estigmas que se perpetuam. Assim, pode-se relacionar tais problemáticas com outro pensamento teórico e prático, social e espiritual, como forma de diminuir e intervir: O Ecofeminismos.

Na Europa, em 1974, o termo cunhado por Françoise d'Eaubonne, feminista francesa, para descrever o movimento social de luta pelos direitos ecológicos e das mulheres foi o *ecological feminism*, que se difundiu como o Ecofeminismo: corrente filosófica, política, teórica e prática, que pensa socialmente e espiritualmente as questões das mulheres e das lutas feministas em suas intersecções ligadas à natureza e animais não-humanos.

Guebara (2017, p. 11) conceitua o Ecofeminismo, poeticamente, em uma vontade de ser, em suas palavras: “um alerta à poesia da vida” e também “a necessidade vital de sua manutenção.”. A teórica traduz o termo com a abrangência de ser um feminismo crítico que inclui questões para além do feminismo tradicional. Além disso, o Ecofeminismo também agrega os conhecimentos ancestrais, desconstruindo antigas certezas para poder “sonhar a terra” em uma experiência de sororidade, como um corpo fraterno único em suas diversas expressões. Assim, essas diversas expressões também representam os diferentes segmentos que atualmente existem nos movimentos ecofeministas — e suas filosofias —, apresentando conhecimentos e pautas plurais.

De acordo com as distintas significações ecofeministas em relação à conexão da Mulher e da Natureza, apresenta-se, como a mais difundida, a relação de opressão pelo patriarcado. Segundo Souza (2018), há uma ideia fundamental, que é a existência de uma interconexão entre a dominação da natureza, exploração e destruição, e a sujeição feminina aos homens. Assim também conceitua e contribui a pesquisadora ecofeminista Lengruber (2020), de que o movimento ecofeminista aborda a subjugação das mulheres sob o mesmo ponto de vista da destruição ambiental, no reconhecimento das injustiças e dos tratamentos marginalizantes.

Souza (2018) também pontua as análises que as correntes ecofeministas desenvolvem, como os impactos que as destruições ambientais provocam entre as mulheres, as limitações às liberdades das mulheres nos lugares quase excluídos, como o político, a interrelação da divisão sexual do trabalho, a distribuição desigual do poder e seus meios de produção. Problematizando assim uma cadeia de fatores que influencia na permanência da vida de muitas mulheres ligadas ao meio ambiente, e também já direcionando possíveis estratégias para desenvolver intervenções para esta relação.

Esse desenvolvimento social das correntes ecofeministas chega a ser difundidas no Brasil com a realização da conferência nacional sobre o meio ambiente, a ECO-92, ou a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro em 1992. Essa necessidade de olhar o Local nas correntes ecofeministas latino-americanas representa um repensar a natureza e a cultura relacionada principalmente em defesa de mulheres que estão em situações de marginalização e pobreza e dos direitos e permanência dos povos originários

Referente à América Latina, os estudos e pautas ecofeministas se difundiram a partir de uma lógica da teoria da libertação, em que Guebara (p. 31) aponta que só é possível realizar esse rompimento hierárquico e dualista das formas de conhecimento saindo das visões eurocêntricas e dominantes sustentadas pelo mundo ocidental, iniciando, assim, um pensamento ecofeminista que, ainda segundo a autora, trata de reconstruir, de forma urgente e necessária, as referências culturais, cósmicas e vitais, e modificar o olhar sobre esses conhecimentos próprios e o mundo em conjunto com todos os seres vivos.

De acordo com Castro (2019, p. 46), a "América Latina sempre teve sua economia marcada pela exploração intensiva de recursos naturais. Ao longo do tempo, as pautas do comércio exterior foram sustentadas pela extração de bens primários. Quanto mais ricos em recursos da floresta, de rios, do solo e subsolo, maior os interesses em jogo" (...). Sendo a partir da história contada por colonizadores e desde os primeiros anos de invasão de território, as florestas, os animais não humanos, os povos originários, as multiplicidades sociais de sujeitos, crenças e saberes, etc. respaldados por uma exploração e conquista que marginaliza e subalterniza as relações.

Dentro do contexto dos estudos sociais, a teórica Castro (2019) elenca três perspectivas de se fazer intervenções decoloniais, sendo eles:

1. Reconhecer a insuficiência das teorias que são manejadas para dar conta da diversidade da experiência social do mundo.
2. Impor uma reflexão crítica a partir de categorias contextualizadas, presentes na história das Américas, como a de colonialidade do poder, e como esta se expressa internamente nas sociedades latino-americanas, a de raça e de racialização, e a de violência como dimensões que permanecem e são chave de entendimento do presente.
3. Reconhecer as realidades latino-americanas como portadoras de sentido que escapam ao entendimento fora de um contexto da experiência social vivida, com suas regras próprias de linguagem, cultura e ação política.

Tais colocações são estratégias teóricas que visam a prática e ação das vivências e a resistência/ sobrevivência que estão imersas em uma engrenagem que se reivindica detentora de poder e único meio de segregação, sem levar em consideração as consequências já sofridas pelas/os que foram colonizadas/os e que ainda convivem com as consequências da colonização.

Assim, não dispensando a contribuição social e teórica de ecofeministas e pensadoras da Europa central, que pensaram as possibilidades de interseções ainda em uma visão inicial hegemônica, por não passar pelo processo colonial. Entretanto, retomar como o surgimento de outros meios de pensar essas mulheres, as diferentes formas de produzir conhecimento e experiências a partir de um "feminismo da diferença", relação feminista com o espiritual e o meio ambiente — ecofeminismos — ou o feminismo descolonial (LUGONES, 2014), sendo este último uma tarefa das feministas de se pensar a diferença colonial e resistir ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com "mulher", o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial.

2.1. Nortista, Amazônida, Ancestral: uma poesia de uma mulher interiorana

A poesia escolhida como ponto de partida para a análise — *Tentáculos/Raízes* —, poema que integra uma antologia de poemas, prosas e manifestações artísticas visuais, promovido por coletivo Fluxos de mulheres Castanhalenses e da região do nordeste do Pará, Fluxos: Manifestações artísticas de Mulheres Amazônidas (2021), organizada por Ana Mauê. Coletiva Fluxos "Busca a valorização do nosso papel na construção de territórios mais livres e justos para mulheres dentro da sociedade na qual vivemos. A 'coletiva' fluxos é sobre seguir resistindo e rompendo as represas patriarcais que ainda nos consomem, poluem e exploram. Acreditamos na arte como instrumento revolucionário para as mulheres que são potentes evoluções artísticas de ser e estar no mundo como parte do todo." O Projeto foi selecionado pelo edital de projetos artísticos-culturais Roberto Marques — lei Aldir blanc Castanhal.

Os títulos do poema são representados por duas imagens diferentes, assim, mostra a dualidade da temática: uma no âmbito mais de opressão, “Tentáculos”, que remete à colonização e ao deslocamento da identidade, aqui fragmentada e indefinida; e a outra, “Raízes”, que infere no processo de memorização, ancestralidade, de reivindicar o que fora tomado. Desse modo, lê-se os títulos como um processo de lidar com os tentáculos históricos e sociais, e, por meio da reivindicação das raízes, sobreviver e resistir.

Uma outra possibilidade interpretativa está no que incomodo, na violação marginalização, iniciamos as percepções do poema, que aqui é lido também como poética, de Jhulie Cabral. Dividido em dez estrofes de versos diversos, ora em rimas pobres, ora em rimas brancas. Assim como as narrativas orais e escritas, a poesia em questão também apresenta um tempo cronológico e se mescla e interage com as metáforas e sonoridade. Segundo Massaud Moisés (1984, p. 40), nada impede que uma forma coagule com a outra. Uma poesia do contar.

Na primeira estrofe da obra, é apresentada o “eu lírico”, na íntegra:

*Na minha solidão
Fazem 26°
É inverno amazônico
E mesmo quando aqui faz calor do grande
Não é o suficiente para me aquecer.*

No primeiro momento, há apresentação do “eu”, assim como a arte de contar a história, observa-se que é uma construção do “eu lírico” juntamente com o ambiente em que se insere. Assim, o meio “amazônico” é formador da identidade e da apresentação desse contar da vivência. Segundo Castro (2019), a revisão da literatura crítica, teóricas do pensamento decolonial, têm sido desenvolvida segundo algumas perspectivas que possam produzir espelhos teóricos, a partir do lugar, da realidade vivida, da história, da memória, das subjetividades. Assim, é possível dizer que esse “eu” trilhado por caminhos Amazônicos e o calor, que é uma característica da Amazônia Paraense, formam e formulam essa identidade social.

A Amazônia também é uma fronteira, física ou simbólica da natureza: chuvas, identidades, culturas, em defesa e ativa, mesmo sofrendo diversos ataques da falta de efetividade das ações públicas e pela exploração de terras e genocídio dos guardiões da floresta, queimadas, desmatamento e a agropecuária desenfreada, problemas socioambientais e de desrespeito à vida, como aponta Castro

(2009) em suas relações com o Ecofeminismo. Na Amazônia, grandes extensões de florestas verdes que protegem as culturas, os povos amazônidos, dentre eles, os povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais, assim como a própria fauna e flora e suas diversidades. Mesmo assim, em nome da globalização, dos avanços econômicos e de um determinado “progresso”, há ataques sistêmicos ao meio ambiente. Cabe aqui ressaltar que, de acordo com Soares (2009), é preciso ter em mente que humanos e não-humanos são Natureza, como parte integrante dela, onde o todo está integrado em tudo, e que, qualquer atitude destrutiva contra o meio ambiente, reverterá contra o próprio opressor. A seguir:

*Caminho por horas nas estradas
De minha mente
Perco tempo duvidando de quem sou
Ganho tempo tentando compreender
O que ainda não sei
Porque saber me foi negado*

A segunda estrofe traz a dúvida, a incerteza de quem está nesse processo de identificação de ser sujeito deslocado, híbrido e colonizado. Ainda no último verso, o ser negado é reflexo da história que foi contada, da forma como são ensinados os processos, as origens, as culturas, e também da não identificação dos saberes passados de gerações, não ser considerado importante de um ponto de vista eurocêntrico, informação de quem construiu uma fresta de dúvida, de quem desperta para as interrogações. A escritora e filósofa Chimamanda Adichie, em “O perigo de uma história única”, relata sobre como são contadas as histórias e a relação com o poder, “quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa” (p.3). Logo, pode-se dizer que essa dúvida e rejeição do que foi contado como única história, rompe o véu das civilizações. Voltemos ao poema:

*Não é preta
Branca também não é
É morena jambo, marrom claro
Cor de igarapé
É parda, dourada, queimada do sol
Qualquer coisa é quase
Mas branca?
Nem se quiser*

Na terceira estrofe, é construído por uma série de considerações identidade étnica racial, assim também relacionado ao chamado “colorismo”, que é fortemente presente na região amazônica devido ao fluxo migratório de espanhóis, portugueses, franceses, judeus, entre outros, em uma política do embranquecimento da colonização, pois indígenas e negras/os, assim como classifica Lugones, eram considerados não-humanos, a fim do contexto histórico do contar, de uma nação que marginaliza e exclui. E, a partir desse primeiro momento, já se reconhece que o “eu” é uma mulher atravessada pela sua cor e origens não definidas, e, se definidas, ainda complexas.

*Enquanto uns falam
Outros nem precisam dizer
Querem que eu sinta na pele
A dor de não pertencer
Com grandes tentáculos
A diáspora me enforca*

A quarta estrofe apresenta a violência no poema, formado pelo “enforçar” em grandes tentáculos, que agarra, e o sentir “na pele” reflete ainda a dor dos racismos que mulheres não-brancas e imersas nas violências da colonização passam.

*E depois que meus pés são tirados da terra
Vou ao chão
Me confundem
Me negam
Me apagam
Clareiam minha pele
Alisam meu cabelo
E alimentam meu auto ódio
Até que não me sobre ar
Até que minha história
eu não seja capaz de contar*

Nesse momento, percebe-se que novamente o lugar amazônico é fortemente atrelado à sobrevivência deste eu que entende o que vive, e, do mesmo modo, enfatizam o desmemorar como uma estratégia de domínio, da natureza, do corpo, das raízes. Desse modo, a segunda opção é trabalhada nessa pesquisa analítica, possibilitando a relação entre o eu lírico com uma natureza ativa que participa e intensifica as emoções e o lirismo poético. Soares (2009) aponta que uma leitura de textos literários, encaminhada por questões ecológicas e do meio ambiente, permite ações transformadoras pela consciência da literatura ser inesgotável e capaz de promover ações criativas, mobilizando correntes energéticas que despoluem a mente, a sociedade e o ambiente.

*vendam meus olhos
para que minha existência
eu não seja capaz de enxergar
e no meu canto escuro, não questiono
para os senhores não incomodar*

*os pés cansados
de circular por entre castanheiras, mangueiras e açaiçais
as folhas caem e todas eu vou buscar
na esperança de encontrar um vestígio de memória
que possa me acalantar
em uma delas li que o auto conhecimento
é processo constante*

*sagrado
que de deve respeitar*

A sexta estrofe propõe uma cegueira e silenciamento do que foi e é imposto para a pessoa colonizada, que é usada como estratégia de dominação. De acordo com Lugones (2014, p. 936), “a dicotomia hierárquica como uma marca do humano também tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as.”. Lemgruber (2020) pontua que o Ecofeminismo social é que todos os seres humanos são partes corpóreas da natureza, mas, em uma prática social, são as mulheres que sofrem mais influências e conexões com o meio ambiente.

Na sétima estrofe, há uma busca pelo ancestral como fonte de resistência e sobrevivência, a memória dos que aqui estavam antes da colonização e das migrações, uma memória que é resgatada por meio de andanças entre árvores típicas da região, assim como o Baobá, árvore símbolo contra a violência da ancestralidade africana, usada para oprimir, estas também são usadas para lembrar. Na relação do Ecofeminismo espiritual, principalmente nos resgates dos saberes ancestrais, o misticismo, a relação com o sagrado do corpo, das raízes históricas e saberes curativos. O que de acordo com Lengruber (2020) a relação do Ecofeminismo espiritual e reconhecimento da natureza cíclica da mulher e reconhecer esses e outros tabus relacionados ao corpo feminino impostos por sociedades e religiões patriarcais são formas de reivindicar o corpo, a sexualidade das mulheres e se reconhecer enquanto natureza.

*não vou esperar que me digam
ou provem o que sou
não me faço de doida
eu sei do meu corre
eu sei da minha dor
eu vim do norte
onde habitam guerreiras icamiabas
no pescoço levo meu muiraquitã*

*tenho sangue e cor de índio
de preto
de branco
tudo assim, misturado
do branco eu queria esquecer
mas não se apaga o que nos foi forçado*

*vou logo escurecendo
e é bom se acostumar
nortista se mostrando
escrevendo, cantando, pintando, criando,
dançando, sorrindo, tocando, no topo,
vingando
aqui há de se criar.*

A segunda parte do poema, nos últimos versos, o eu lírico passou pelo processo de violência, apagamento histórico e racial, dominação, memorialização, reconhecimento, etc. Este sujeito poético se percebe detentor de conhecimento e história, memoriza as Icamiabas — guerreiras amazônicas que viviam na divisa do Pará e do Amazonas, que mergulhavam no rio e traziam um amuleto de sorte verde, em formato de sapo ou outros animais —, assim também cada mulher amazônica carrega o sangue das icamiabas e da proteção, como na afirmação identitária “tenho sangue e cor de índio”, assim, segue “de preto” das mulheres negras que foram atravessadas pela escravidão, “de branco” que força, que estupra, que não se pode retornar ao esquecimento.

Por isso, na última estrofe, a estratégia de “escurecer” e não se poder cair na inocência de pensar feminismos na atualidade e não pensar no recorte de raça, e, como já propõe Vilma Piedade (2019), “é preciso escurecer os feminismos”, é preciso olhar de um ângulo não branco, de um ângulo do lugar, como indica Castro, “nortista”, “amazônica”.

Essa análise também pode ser vista referente aos discursos que envolve a exploração da natureza humana e não-humana. O que, segundo Guberman (2020), o sujeito amazônico quer atuar livremente conforme as concepções de sua cultura ancestral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por síntese, em *Tentáculos/ Raízes*, de Jhulie Cabral, foi percebido a ligação temática da escrita poética por meio da interdisciplinaridade que nos permitiu dialogar com a Literatura Comparada e com as teorias Decoloniais, propostas por Lugones (2014) e Castro (2019), e Ecofeministas, por Guebara (2017), Lemgruber (2020) e Soares (2009).

Assim, destaca-se que as duas teorias Decolonial e Ecofeminismo, social e espiritual, estão presentes na temática da poesia. Que vai de acordo com Souza (2018), em que o Ecofeminismo se propõe a analisar os impactos que a destruição ambiental pode provocar entre as mulheres, tidas como seres destituídos de meios materiais e simbólicos para interagir com a sociedade.

Precisamos que as lutas das mulheres — das águas, florestas, campos e urbanas — sejam respeitadas e protegidas, do mesmo modo como a proteção ao meio ambiente, para que haja vida. Logo, a literatura é uma fonte de conhecimento e pesquisa para pensarmos as agruras e prazeres de uma sociedade, para denunciar e libertar aprisionamentos. Assim, como pesquisadora e ativista ecofeminista, sigo na busca de fontes literárias e teorias decoloniais para construir conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Jhulie. *Tentáculos/ Raízes. Fluxos: Manifestações artísticas de Mulheres Amazônicas*. Org. Ana Mauê Et al- 1 edição Belém- Pará: TWEE, 2021
- CARVALHAL, Tania Franco. Literatura Comparada: A estratégia interdisciplinar. *Rev. Bras. de Lit. Comparada*, nº 1 - 03/91. P. 9-21. 2006
- CASTRO, Edna. *Pensamento Crítico Latino Americano: Pensamento crítico latino-americano* / Edna Castro, organizadora. – São Paulo: Annablume: 2019.
- GUBERMAN. Mariluci Sussurros E Vozes Da Amazônia Brasileira. *Nova Revista Amazônica - Volume VIII - Nº 02 - Setembro 2020*
- GUEBARA, Ivone. *Ecofeminismo: desafios para repensar a teologia*. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017
- LENGRUBER, Vanessa. As Brumas De Avalon : Uma Leitura Ecofeminista. *Revista Ártemis*, vol. XXIX nº 1; pp. 88-106, jan-jun, 2020.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Tradução de Juan Ricardo Aparicio e Mario Blaser. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3. setembro-dezembro/2014.
- MACHADO, Á. M.; PAGEAUX, Daniel-Henri. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MOISÉS, Massaud. *A análise literária*. 15º edição. São Paulo: Cultrix, 1984.
- PIEIDADE, Vilma. Dororidade. São Paulo: Editora Nós, 2019.
- SOARES, Angélica. Apontamentos para uma crítica literária ecofeminista. *Revista Garrafa*. Rio de Janeiro, v.7, n. 20, abr-jun, 2009
- SOUZA. Iriê Prado de. Os Sentidos e Representações do Ecofeminismo na Contemporaneidade. *VII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina*. Dezembro, 2018.



Negra é a Mão que Limpa o Brasil: trabalhadoras domésticas no romance *Solitária* de Eliana Alves Cruz¹

Negra es la Mano que Limpia el Brasil: trabajadoras domésticas en el romance Solitária de Eliana Alves Cruz
Black is the Hand that Cleans Brazil: domestic workers in the novel Solitária by Eliana Alves Cruz

Luzia Gomes Ferreira

“- Mãe... a senhora precisa se libertar dessas pessoas... A senhora não deve nada a elas, pelo contrário. Mãe... Sou eu, a Mabel, sua filha. Não tenha medo de encarar esse povo que nunca limpou a própria privada.”
 (Eliana Alves Cruz)²

Resumo: O trabalho doméstico no Brasil segue sendo um legado da escravidão colonial. A colonialidade materializada no racismo, sexismo e classismo da sociedade brasileira continua transformando os corpos das mulheres negras em coisa/mercadoria. O sistema colonialista não ficou no passado, ele ainda permanece submetendo mulheres negras a trabalhos precários e extenuantes. Neste artigo, pretendo refletir, a partir do romance *Solitária* (2022), de Eliana Alves Cruz, sobre o trabalho doméstico pelos olhares das personagens Eunice e Mabel (mãe e filha), mulheres negras que passam boa parte do seu tempo de vida servindo a uma abastada família branca brasileira. Para além da exploração dessa mão de obra, também busco apresentar no texto essas duas mulheres negras trabalhadoras enquanto sujeitas e agentes reflexivas.

Palavras Chave: Arte Literária. *Solitária*. Trabalho Doméstico.

Resumen: El trabajo doméstico en Brasil sigue siendo un legado de la esclavitud colonial. La colonialidad materializada en el racismo, sexismo y clasismo de la sociedad brasileña continúa transformando los cuerpos de las mujeres negras en cosa/mercancía. El sistema colonial no se ha quedado en el pasado, sigue sometiendo a las mujeres negras a trabajos precarios y extenuantes. En este artículo, pretendo reflexionar, a partir de la novela *Solitária* (2022) de Eliana Alves Cruz, acerca del trabajo doméstico por las miradas de los personajes Eunice y Mabel (madre e hija), mujeres negras que pasan gran parte de su tiempo de vida, sirviendo a una rica familia blanca brasileña. Además de la explotación de esta mano de obra, también busco presentar en el texto a estas dos mujeres negras trabajadoras como sujetos y agentes reflexivos.

Palabras Claves: Arte Literario. *Solitária*. Trabajo Doméstico.

Abstract: Domestic work in Brazil continues to be a legacy of colonial slavery. The coloniality materialized in the racism, sexism, and classism (in Brazilian society and others) continues to transform black women's bodies into things/ commodities. The colonialist system has not remained in the past, it still stays subjecting black women to precarious and strenuous work. In this paper, I reflect on domestic work through the eyes of the characters Eunice and Mabel (mother and daughter) in the novel *Solitária* (2022) by Eliana Alves Cruz. The characters are black women who spend much of their lives serving a wealthy white Brazilian family. Beyond the exploitation that the characters suffer, I also seek to present these two black working women as subjects and reflexive agents.

Keywords: Literary Art. Solitary. Domestic Work.

¹ Artigo apresentado como trabalho final da Especialização Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/ GEPEM/UFPA/IFCH/UFPA, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Adriane Lima. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

² Fala da personagem Mabel, no livro *Solitária* (2022), de Eliana Alves Cruz.

Luzia Gomes Ferreira – Professora do Instituto de Ciências da Arte (ICA), lotada na Faculdade de Artes Visuais (FAV), lecionando para o Curso de Bacharelado em Museologia/UFPA. Doutora em Museologia pelo Programa de Doutorado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT-Portugal/2018); Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPA/2012). E-mail: luziagomes@ufpa.br

INTRODUÇÃO

1. Iniciando os trabalhos

Desde quando morava em São Félix, no Recôncavo baiano, sempre me imaginei realizando trabalhos que me dessem *status* social, e, naquela época da minha adolescência de jovem negra interiorana, sonhava em ser caixa de supermercado ou de banco, ou professora. Na minha cabeça, esses eram trabalhos de prestígio. Minha inserção no mundo do trabalho foi como recepcionista na Pousada Paraguaçu (localizada na minha cidade) em 1997. Ao concluir o curso de Magistério no antigo Segundo Grau (hoje Ensino Médio), atuei como professora na escola estadual, na qual estudei no Centro Educacional Rômulo Galvão (CERG), durante uns quatro anos. Ao finalizar o contrato temporário de professora do Estado, novamente trabalhei como recepcionista, mas dessa vez no Café Literário Pouso da Palavra, do poeta baiano Damário Dacruz, no município de Cachoeira/Bahia, depois mudei para Salvador para cursar Museologia na Universidade Federal da Bahia/UFBA.

Dentro de mim tinha o pacto de jamais ser empregada doméstica, profissão que minha avó Helena de Jesus exerceu, a qual odiou pelas violências que sofreu e sempre dizia a mim e a minha irmã Ana Cláudia Gomes Ferreira: *não criei vocês para se acabar na cozinha de branco como eu me acabei! – homem não é futuro, seu futuro é seu estudo, é seu trabalho e o seu dinheiro!* O trabalho como uma possibilidade de emancipação e independência sempre esteve presente na minha vida; não fui criada para acreditar que haveria um homem que me sustentaria e me tiraria da casa da minha mãe para me tratar como princesa. Sempre soube que era negra e não era vista como bonita pelos rapazes da escola e do bairro, passei a minha adolescência sendo rejeitada por eles. Mas isso não significa que fui imunizada da idealização de um amor branco patriarcal divulgado nas novelas e nos filmes da sessão da tarde que assistia com minha mãe. Também queria viver aquele amor das imagens em movimento, mas sabia que tinha de ter meu dinheiro, como a minha avó nos alertava o tempo todo.

Ao trabalhar no *Café Literário Pouso da Palavra*, ampliei minha visão de mundo por manter contato com pessoas de outras cidades, estados e países, porque a cidade de Cachoeira é turística e muitas(os) turistas visitavam o espaço no qual eu trabalhava. Sempre fui bastante comunicativa e curiosa; conversava muito com as/os visitantes e percebia que o mundo era bem maior que o meu Recôncavo, que eu nem conhecia direito devido a falta de dinheiro para viajar. Cada vez mais fui aguçando o meu desejo de entrar na universidade, até que, após quatro vestibulares nos quais fui reprovada, no quinto ano tentando, em 2003, finalmente consegui passar no vestibular-peneira-elitista da UFBA. Apesar da minha situação socioeconômica desfavorável, durante a graduação, trabalhei apenas em projetos de pesquisa e extensão; morei em residência universitária (onde não pagava aluguel) e tinha gratuitamente as três refeições básicas (café da manhã, almoço e jantar). Sabia que tinha uma realidade diferente de muitas colegas, especialmente de outras mulheres negras que trabalhavam nos *telemarketings* e sempre estavam exaustas na sala de aula.

No primeiro dia de aula na UFBA, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH (conhecida popularmente como São Lázaro), ao olhar aquele casarão colonial onde funciona a parte administrativa e ter ao fundo o mar azul de Ondina, falei alto: - *serei professora universitária!* É óbvio que as/os colegas riram de mim. Mas não me importei, sentia que a profecia da minha avó iria se concretizar, não seria empregada doméstica, não me acabaria na cozinha de branco como ela se acabou. E hoje, aqui estou, professora doutora da UFPA (Universidade Federal do

Pará), porém, não deixo de ser “confundida” com uma empregada doméstica no prédio onde resido (bairro de Nazaré em Belém do Pará) pelas vizinhas brancas e pelos vizinhos brancos e até mesmo pelas empregadas domésticas negras que ali trabalham.

Meus títulos acadêmicos não me salvam do racismo, habito uma pele preta, no entanto, não faço parte do quadro de mulheres negras que a socióloga e feminista negra estadunidense Patricia Hill Collins (2022) apresenta em seu livro: “Mulheres negras usualmente têm que lidar com o desleixo dos outros, aguentando empregos mal remunerados, infinitas horas de cuidados com os filhos, noites solitárias sem amor e uma sensação de impotência que as coisas nunca mudarão.” (COLLINS, 2022, p. 16). Muitas vezes, quando paro e olho para trás, penso: - *como furei a bolha?* Porque a realidade da maioria das mulheres negras trabalhadoras que conheço é essa descrita por Collins.

Quando escolhi escrever meu artigo final da especialização tendo como tema o trabalho doméstico no livro *Solitária* (2022), da escritora negra e carioca Eliana Alves Cruz, no primeiro momento pensei que fosse apenas pelo fato da arte literária e suas personagens ofertarem humanidade, dignidade, nome, sobrenome e subjetividades para essas mulheres negras, que muitas vezes são retratadas pelos gélidos números estatísticos, tratadas como coisas/mercadorias, e não como gente, por suas empregadoras e seus empregadores. Contudo, no processo de maturação da escrita, percebi que esse meu sentimento tinha a ver também com a repulsa que o trabalho doméstico me causa, com o ódio que sinto toda vez que sou confundida com uma empregada doméstica por pessoas brancas e, acima de tudo, pela dor ao lembrar das histórias que a minha avó contava do tempo em que ela trabalhou na casa do Barão³. A historiadora estadunidense Saidiya Hartman estudou o trabalho doméstico no início do século XX em arquivos fotográficos com mulheres negras no bairro do Harlem em *New York*; a autora afirma:

Quem não odiava o trabalho doméstico? Nenhuma mulher de cor jamais esqueceria que esse tipo de trabalho carregava a mácula da escravidão. Não precisamos mentir sobre os seus perigos. Todo mundo conhece uma garota que foi demitida e mandada para longe antes de criar barriga. A cozinha era o campo e o bordel. Não precisamos adornar o fato: mulheres negras ainda se encontram no lar da servidão. (HARTMAN, 2022, p. 79)

Por mais que as leis trabalhistas⁴ existam para minimamente ofertar dignidade às trabalhadoras domésticas através de direitos trabalhistas, elas continuam “[...] no lar da servidão.” (HARTMAN, 2022, p. 79). Assim como Carolina Maria de Jesus escreveu que a favela é o quarto de despejo da sociedade brasileira (2020), Eliana Alvez Cruz, em seu romance *Solitária* (2022), informa-nos como, em pleno século XXI, muitas das casas da elite branca brasileira ainda é um cárcere

³ Minha avó Helena de Jesus, mulher negra, ágrafa, na sua adolescência no Recôncavo Baiano, na década de 40 do século passado, foi trabalhar como doméstica na casa de um homem o qual ela denominava de Barão. Nessa casa ela foi estuprada pelo filho do senhor, depois foi mandada embora com uma trouxa contendo os seus pertences, “sem um tostão”, como ela dizia. Minha avó relatava esse episódio sem se dar conta que ela sofreu um estupro, pois ela dizia que não queria, mas não tinha forças para evitar.

⁴ Em 03 de abril de 2013, foi promulgada a “Emenda Constitucional 72, que iguala os direitos trabalhistas dos trabalhadores domésticos com os dos outros trabalhadores (...)”, conhecida como PEC das Domésticas. E, em 01 de Junho de 2015, foi sancionada a LC nº 150, pela então Presidenta Dilma Rousseff, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2013/04/03/pec-das-domesticas-novas-regras-passam-a-valer-a-partir-desta-quarta.htm>>, <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/40639757/lc-n-150-de-01-de-junho-de-2015>>. Acessos realizados em 23/11/2022.

para muitas trabalhadoras domésticas, em sua maioria negras⁵. No entanto, a autora vai além e nos apresenta os conflitos e negociações que a protagonista Eunice, enquanto empregada doméstica, faz para se manter íntegra e digna sem abrir mão da sua existência. A ficção nos confronta com a realidade e, por não ser ciência e nem atender aos protocolos científicos, escancaram a beleza e a feiúra das sociedades e de nós, seres humanas e humanos.

Como professora numa Faculdade de Artes Visuais, poeta e leitora visceral de arte literária, afirmo que as lentes que uso para construir conhecimento, enxergar o mundo e me localizar nele, passam pelo campo das imagens e das palavras. E é assim que chego ao tema desse artigo final para ser apresentado na “Especialização Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina” (GPEM/IFHC/UFPA). Busco dialogar com os caminhos epistemológicos já percorridos pelas feministas negras e negras intelectuais que construíram a interseccionalidade como uma metodologia de trabalho e ferramenta analítica para entender os diversos atravessamentos na vida de mulheres negras, mas não só. Para Patricia Hill Collins e Sirma Bilge:

A interseccionalidade investiga como as relações internacionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS; BILGE, 2021, pág.15-16)

Ao tecer essa escrita, minhas memórias e vivências não estão ausentes e bordo uma colcha de retalhos como uma tecelã preta, costurando pedaços das artes, das epistemologias feministas negras e das narrativas de mim conversando com a ancestralidade da minha avó que habita o meu ser.

Ao ler o romance *Solitária* (2022) de Eliana Alves Cruz, chamou minha atenção como a protagonista Eunice, trabalhadora doméstica, apesar da invisibilidade e violências sofridas na trama, não deixou de ser sujeita reflexiva com agência. Foi a partir do trabalho que não lhe deu *status* social que ela construiu uma vida melhor para a personagem Mabel, sua filha. Nesse sentido, apesar da minha resistência em tratar do trabalho doméstico, a minha relação com a arte literária me mostrou caminhos possíveis para a humanização dessas trabalhadoras. E, através das personagens criadas pela autora, sinto que minha avó Helena de Jesus também foi humanizada. Porém, não perco de vista que, no mundo concreto do sistema capitalista, que é uma máquina de moer gente, as profissionais domésticas seguem sendo invisíveis e descartáveis. Segundo a cientista política francesa Françoise Vergès:

Bilhões de mulheres se ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo. Sem o trabalho delas, milhões de empregados, de agentes do capital, do Estado, do Exército, das instituições culturais, artísticas e científicas, não po-

⁵De acordo com Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021: “MULHERES representam mais de 92% das pessoas ocupadas em trabalho doméstico, das quais mais de 65% são NEGRAS.” (DIEESE, 2022). Ainda, segundo essa pesquisa, com relação aos salários: “[...] a média nacional caiu de R\$ 924 para R\$ 876. Houve queda em todas as regiões, exceto na Região Norte, que ficou estável. As informais ganham 40% menos do que as formais e as trabalhadoras negras recebem em média 15% menos.” (DIEESE, 2022). Os menores salários para as trabalhadoras domésticas se concentram nas Regiões Norte e Nordeste, variando de R\$707 a R\$589,00. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso realizado em 21/11/2022.

deriam ocupar seus escritórios, comer em refeitórios, realizar reuniões, tomar decisões em espaços asseados onde lixeiras, mesas, cadeiras, poltronas, pisos, banheiros, restaurantes foram limpos e postos à sua disposição. Esse trabalho indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade deve permanecer invisível. Não devemos nos dar conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas e superexploradas. Por um lado, esse trabalho é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer (sem reclamar) há séculos – o trabalho feminino de cuidar e limpar constitui um trabalho gratuito. Por outro lado, o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis de vidas descartáveis. (VERGÈS, 2020, p. 24-25).

Olhar para o trabalho doméstico a partir do romance *Solitária* (2022) de Eliana Alves Cruz em diálogo com as suas personagens Eunice e Mabel é ver a força e generosidade das prosas de autorias negras e entender como essas escritas podem nos tirar da lata do lixo do silenciamento. Apesar do esfacelamento da pele preta, as mulheres negras escritoras fazem as suturas dos nossos poros, reconstruindo as nossas existências, com possibilidade de outros imaginários em um fluxo contínuo do eu para o nós e do nós para o eu. É no cordel das palavras, como nos fala a prosadora e poeta paulista Geni Guimarães (2018), que as linhas de vários tempos são bordadas nas negras grafias que fazem emergir memórias que foram estilhaçadas pelas diversas violências impostas aos corpos negros nas Américas. As escritas de mulheres negras elevam o povo negro à condição de agentes reflexivas, agenciando-as de forma humanizada com toda complexidade e contradições inerentes às nossas humanidades.

2. *Solitária*: a libertação do cárcere da servidão

*“A patroa pensou que eu sabia coisas demais, ela precisava de negras vindas diretamente do mato, que nunca ouviram falar sobre direitos sociais. Ela me pagou e me deixou ir embora.”*⁶ (Françoise Ega).

2.1. A Autora...

A autora Eliana Alves Cruz e a capa do livro *Solitária* (2022)



Foto: Chico Cerchiaro⁷

⁶ Excerto extraído do livro *Cartas a uma negra* (2021), de Françoise Ega, escritora martinicana, radicada na França, que exerceu a profissão de doméstica na cidade francesa de Marselha. *Cartas a uma negra*, como o título sugere, ela escreve cartas destinadas à Carolina Maria de Jesus, após ela ter lido o livro *Quarto de Despejo* da autora brasileira. Mas Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus nunca se conheceram presencialmente em vida.

A premiada escritora Eliana Alves Cruz nasceu na cidade do Rio de Janeiro/RJ em 1966, é graduada em Comunicação Social e, por anos, atuou como jornalista esportiva, foi chefe do Departamento de Imprensa na Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, fez cobertura de Jogos Pan-Americanos e Jogos Olímpicos e ainda é colunista da UOL Esporte. Em 2016, a escritora carioca publicou sua primeira obra literária intitulada *Água de Barrela*. “A publicação do seu romance de estreia foi resultado do Prêmio Oliveira Silveira, da Fundação Cultural Palmares em parceria com o Ministério da Cultura (...) Com ele, Eliana também conquistou a Menção Honrosa do Prêmio Thomas Skidmore, do Arquivo Nacional, em 2018, e da americana Brown University.” (PALLAS, 2022, s/n).

Em 2018, a escritora carioca publicou o seu segundo romance *O Crime do Caís do Valongo*, já em 2020 foi lançado *Nada Digo De Ti, Que Em Ti Não Veja*. Os três primeiros livros de Eliana Alves Cruz são romances históricos nos quais a escravidão está no fundo das tramas e a autora nos apresenta personagens negras(os) escravizadas(os) com complexidades, incoerências, sonhos e humanidade. Ela aborda pessoas que construíram diferentes estratégias para sobreviverem às atrocidades da escravidão e, acima de tudo, pessoas que estiveram à frente na luta por liberdade. E acrescento: nessas três prosas a autora nos retrata o Brasil Colônia, Império e República a partir dos olhares de sujeitas negras e sujeitos negros. As famílias brancas das elites abastadas estão presentes nas obras orquestrando a barbárie autorizada na/da época, porém, apesar de também serem humanizadas, elas não são as protagonistas.

Em 2021, Eliana Alves Cruz publicou o seu livro de contos *A Vestida* e, em 2022, lança *Solitária*. Esses dois últimos livros tratam de questões contemporâneas em diálogos com várias demandas sociais que estão na pauta do dia no Brasil, mas, também, em outras partes do mundo, uma vez que o racismo, enquanto uma ferramenta de poder e destruição dos corpos racializados, está presente e é manejado em todo o Ocidente. A escritora também tem diversos contos publicados em antologias e coletâneas. No dia 24 de novembro de 2022, na 64ª edição do Prêmio Jabuti⁸, a autora ganhou a estatueta na categoria melhor livro de contos com a obra *A Vestida*.

Eliana Alves Cruz com a sua estatueta do Prêmio Jabuti em 24/11/2022



Foto: Imagem retirada da página da autora no *Instagram*⁹

⁷ Foto retirada da Matéria “O quarto da empregada, ainda é uma realidade, afirma Eliana Alves”, publicada no Jornal Correio da Bahia, em 22 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/o-quarto-da-empregada-ainda-e-uma-realidade-afirma-eliana-alves-cruz/>. Acesso realizado em 21/11/2022.

⁸ O Prêmio Jabuti foi criado em 1958 e é considerado o maior prêmio de literatura do país.

⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/elialvescruz/>

Meu primeiro encontro com a obra de Eliana Alves Cruz foi em 2018, ao participar do Vº Griots - Congresso Internacional de Literaturas e Culturas Africanas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Fiz o minicurso sobre “a maternidade nas obras de escritoras negras” com a poeta e Prof.^a Dr.^a Livia Natália da UFBA, em que a docente nos apresentou o livro *Água de Barrela*. Fiquei curiosa com o título do romance porque minha avó Helena de Jesus sempre falava da barrela, que é um tipo de alvejante. Minha avó sabia disso, pois, além de empregada doméstica, ela também foi lavadeira, lavava roupa de ganho, como ela dizia. Automaticamente o nome da obra me remeteu às minhas memórias com uma das pessoas que mais amei e amo no mundo: a minha avó Helena de Jesus! Comprei o livro assim que retornei à Belém e o li em uma semana. Considero *Água de Barrela* um cânone da literatura contemporânea brasileira juntamente com *Um Defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves. Desde 2018, acompanho a carreira da escritora carioca pelas suas redes sociais, assisto as suas palestras em eventos literários, participo de lançamentos dos seus livros quando tenho oportunidade e leio as suas entrevistas e obras literárias.

No lançamento do livro *Água de Barrela* em janeiro de 2019, na cidade de Salvador/BA (da esquerda para a direita: Joseania Miranda Freitas, Eliana Alves Cruz e eu (Luzia Gomes Ferreira)).

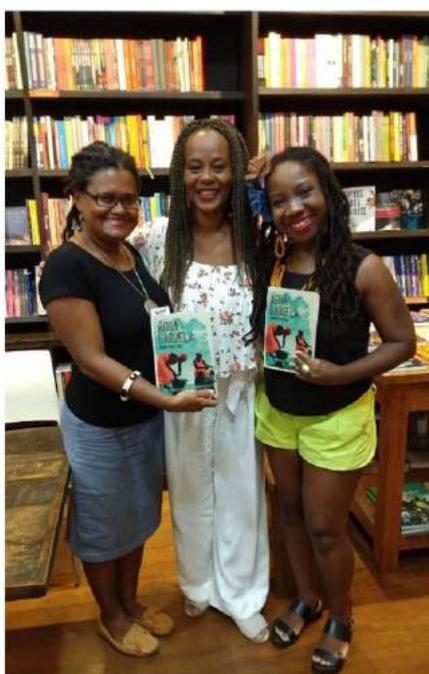


Foto: Jusciele Oliveira

2.2. A obra...

Quando ter uma empregada que dorme no trabalho passou a ser algo caro e não de muito bom-tom, os corretores de imóveis chamariam esse local da casa de “quarto reversível”, um nome para não chamar o quartinho de quartinho ou do que ele realmente era: um lugar para serviçais, babás, domésticas amas, empregada. Todos esses nomes que deram e dão até hoje a quem é “quase da família”. Um lugar onde estivessem ao alcance do comando de voz, do olhar, ao alcance das mãos... A tempo e hora, vinte quatro horas por dia. (CRUZ, 2022, p.19)

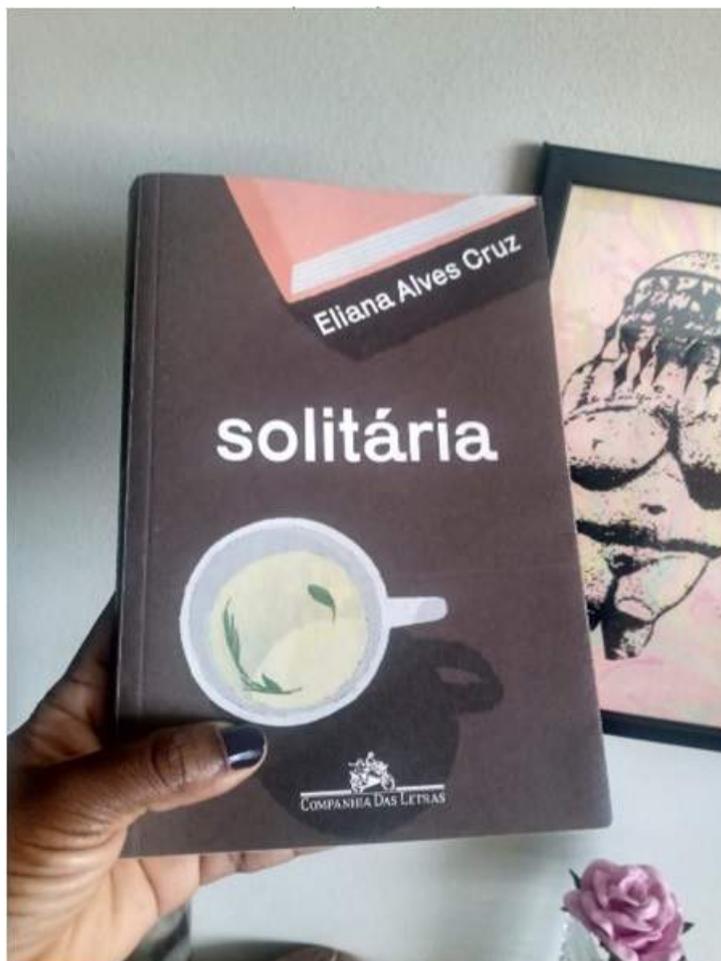
O livro *Solitária* (2022) de Eliana Alves Cruz

Foto: Luzia Gomes Ferreira

Conforme já mencionei anteriormente, o livro *Solitária* de Eliana Alves Cruz foi publicado no primeiro semestre de 2022. As protagonistas são Eunice e Mabel, mãe e filha, porém há as/os personagens coadjuvantes que são importantes para o desenrolar do enredo. Diante da minha pesquisa, levantei informações e construí uma tabela apresentando os nomes de cada pessoa e seus papéis na trama. Há algumas e alguns que ficaram de fora da tabela, pois eu não daria conta de falar de todas/todos.

Personagens do Livro <i>Solitária</i>	Papel
Eunice	Protagonista/ mulher negra trabalhadora doméstica.
Mabel	Filha única de Eunice, mulher negra.
Sérgio	Pai de Mabel, homem negro, ex-companheiro de Eunice.
Jurandir /Jura	Porteiro do deslumbrante prédio Golden Plate, homem negro, se torna companheiro de Eunice.
João Pedro	Filho mais velho de Jura, homem negro.
Cacau	Filho mais novo do Jura, homem negro.

Dona Lúcia	Patroa, mulher branca, de família rica, <i>socialite</i> .
Seu Tiago	Patrão, homem branco, advogado.
Camila/Camilinha	Filha única da patroa e do patrão de Eunice.
A Solitária	O quartinho de empregada que também narra a história na terceira parte da trama.

Dividido em três partes — a saber: 1ª) Mabel; 2ª) Eunice; e 3ª) Solitárias —, o romance *Solitária* (2022) nos conta a história de Eunice e Mabel, a primeira: uma empregada doméstica que passou mais de vinte anos, boa parte da sua vida juvenil, cuidando da família de Dona Lúcia e Seu Tiago, criando Camilinha, a filha do casal, muitas vezes sem poder cuidar da sua própria filha em prol da filha da empregadora e do empregador. Primeiramente, conhecemos a família branca nuclear pelos olhos de Mabel. Eunice, muitas vezes, não tinha com quem deixar a filha e a levava para o trabalho. Porém, era evidente que a filha da empregada não era tratada como criança, tinha de ser invisível aos brancos olhos de Dona Lúcia e Seu Tiago.

Ainda na trama literária, à medida que Mabel vai entrando na adolescência, ela passa a “ajudar” a mãe nas tarefas domésticas no apartamento luxuoso do patrão e da patroa de Eunice. Nas palavras de Mabel: “Ela sabia que as crianças como eu – como ela foi e, antes dela, a sua mãe, e a mãe de sua mãe até a minha décima avó – não entendiam muito bem o que era isso de ser criança. A gente sempre foi miniatura de adulto.” (CRUZ, 2022, p. 26).

Mabel cresceu entre a exploração da família branca empregadora da sua mãe e com a ausência de seu pai Sérgio. Nos primeiros anos de sua infância, ela lembrava de um pai atencioso e amoroso. No entanto, esse homem negro, sem conseguir trabalho, entrega-se à dependência do álcool. Com isso, ele começa a produzir violências domésticas contra Eunice: socos no rosto, toma seu dinheiro para comprar bebida, escândalos no seu ambiente de trabalho e ainda a acusava de traição com o personagem de Jurandir. Apesar da violência exercida por Sérgio, Mabel ainda sonhava que seu pai e sua mãe ficariam juntos como uma “família feliz”, como as famílias que ela via no edifício Golden Plate.

Papai sumiu na noite como um fantasma dele mesmo. E eu segui querendo ver os dois juntos para sempre, querendo uma família como as que via no edifício de D. Lúcia. Assim como achava que os ambientes e os objetos para quem não era patrão eram pequenos e frágeis, pensava que toda família de quem não era patrão era desmanchada e pela metade. Demorou para eu entender, mas foi ali naquela calçada, que percebi que estava crescendo, pois finalmente comecei a enxergar a profundidade do que acontecia entre eles. Eu ficava apavorada quando papai deixava de ser aquele homem tão doce, que me ensinava coisas bonitas sobre como lidar com as plantas e a terra, para se transformar em alguém assustador. Mas não era tão simples como pensavam algumas pessoas. (CRUZ, 2022, p. 42)

Jurandir/Jura, como era conhecido, nutria uma paixão por Eunice que fingia não perceber. Mas Mabel percebia e muitas vezes ficava com raiva da mãe e do porteiro ao pensar no seu pai. Jura era mais um migrante no Sudeste e, segundo Mabel: “Jura, nasceu no Pará, tem um jeitinho gostoso

de falar que eu adoro. Os paraenses são uma mistura de um monte de gente, têm no corpo o país todo.” (CRUZ, 2022, p. 29). O porteiro era pai solo e criou seus filhos João Pedro e Cacau no apartamentinho sufocante (com pouca circulação de ar) que lhe foi destinado no prédio Golden Plate.

Na adolescência, Mabel se apaixona por João Pedro e eles vivem uma tórrida paixão de adolescentes e ela engravida. Não desejando a maternidade e nem querendo se tornar trabalhadora doméstica como Eunice, a filha da empregada buscou interromper a gravidez através do aborto e com ajuda de Dona Lúcia. “[...] naquele momento eu não sentia vontade de ter um filho em idade nenhuma. Criança, para mim, era sinônimo de prisão.” (CRUZ, 2022, p. 59). Mas não nos enganemos, a patroa não agiu por benevolência, muito menos por princípios feministas, mas sim para não perder a outra empregada, a qual ela tinha gratuitamente, além disso, Dona Lúcia queria que Mabel contraísse uma dívida com ela. No desenrolar da trama, a patroa, ao se irritar com a insubmissão de Mabel, expõe esse segredo publicamente e causa uma quebra de confiança e respeito entre Mabel e Eunice, visto que Eunice era contra o aborto e Mabel o fez sem o conhecimento da mãe.

Dando um salto na narrativa sobre Mabel (juntamente com Cacau), ela estuda, entra na universidade pública através das ações afirmativas, torna-se médica e atua na linha de frente no combate à pandemia da COVID-19. Ao ser aprovada na seleção para o curso de medicina, Dona Lúcia e seu Tiago (não acreditavam na capacidade de Mabel cursar uma faculdade de elite) não ficaram felizes com os resultados da filha da empregada e do filho do porteiro que também foi aprovado no curso de Engenharia.

A escritora Eliana Alves Cruz, através da personagem Mabel, mostra-nos a sagacidade e insubmissão das jovens negras diante da exploração da família branca e rica. A família do Golden Plate explorava a sua força de trabalho sem lhe pagar e roubava os cuidados da sua mãe, cuidado materno quase todo ofertado à Camilinha, filha do casal. Temas como: direitos reprodutivos, pandemia da COVID19, trabalho infantil, trabalho análogo à escravidão, importância das ações afirmativas e mobilidade social através da educação são apresentados a partir dos olhares sonhadores da juventude negra que, com frequência, tem os seus sonhos cerceados e suas vidas aniquiladas pelo racismo. Mas, no romance de Eliana Alves Cruz, Mabel, Cacau e João Pedro (jovens negres) não morreram, não se tornaram estatística do genocídio, viveram para materializar os sonhos que Eunice, Sérgio e Jura não tiveram tempo e nem estrutura para sonhar. Assim, essas narrativas e esses personagens nos dão elementos descolonizadores no âmbito da discussão do mundo do trabalho tanto no Brasil quanto nas Américas.

Agora, seguindo a organização do livro, vou dialogar com as narrativas de Eunice.

D. Codinha disse que sabia que era um serviço honesto, digno, mas mesmo assim se entristecia, porque olhava para mim e lembrava das histórias que a avó dela contava sobre servir em casas-grandes. Eu achava tudo um exagero enorme. Para aquele trabalho eu tinha conseguido uma recomendação de uma amiga dela que lavou roupa por muito tempo para a mãe de d. Lúcia. Foram tantos anos que ela até foi convidada para o casamento. (...) O salário era maior do que costumavam pagar na época, e nós estávamos precisando muito. O Sérgio já tinha seus problemas com bebida, gastava demais, às vezes sumia... Mabel estava crescendo e mamãe andava com um problema no quadril, então não podia fazer esforço e trabalhar mais pesado porque sentia muitas dores. (CRUZ, 2022, pp.79-80)

Eunice, mulher negra, pobre, sem estudos formais, com um companheiro alcoolista, uma mãe doente, uma filha pequena e com contas para pagar, vê no trabalho doméstico uma das possibilidades de sobrevivência para sua família. Foi assim que Eunice passou a habitar o interior do apartamento luxuoso decorado com porcelana chinesa no Edifício Golden Plate e se inseriu como observadora silenciosa das vidas extravagantes de Dona Lúcia e Seu Tiago. Ela passou a ocupar, com sua filha, o quartinho de empregada, quarto que se configurou a sua solitária por anos. Eunice, como muitas outras empregadas domésticas negras nas Américas, são as *outsiders*, apresentadas por Collins (2016):

Por muito tempo mulheres afro-americanas participaram dos segredos mais íntimos da sociedade branca. Inúmeras mulheres negras iam de ônibus para a casa de suas “famílias” brancas, onde elas não apenas cozinhavam, limpavam e desempenhavam outras tarefas domésticas, mas também cuidavam de suas “outras crianças”, ofereciam importantes conselhos aos seus empregadores e, frequentemente, tornavam-se membros honorários de suas “famílias” brancas. Essas mulheres viram as elites brancas, tanto as de fato como as aspirantes, a partir de perspectivas que não eram evidentes a seus esposos negros ou aos grupos dominantes. (...) Por um lado, essa relação de insider tem sido satisfatória para todos os envolvidos. Nas biografias dos brancos ricos, é frequente o relato de seu amor por suas “mães” negras, enquanto os relatos das trabalhadoras domésticas negras ressaltam a percepção de autoafirmação vivenciada pelas trabalhadoras ao verem o poder branco sendo desmistificado – saberem que não era o intelecto, o talento ou a humanidade de seus empregadores que justificava o seu status superior, mas o racismo. (COLLINS, 2016, pp. 99-100)

É importante observar que a autora Eliane Alves Cruz tira Eunice desse lugar da matriarca negra “forte e poderosa”, algo que tem sido muito banalizado dentro e fora da academia. Na trama, o que leva a protagonista do romance a buscar o trabalho doméstico para sobreviver (e assumindo a chefia da casa): a precariedade, a pauperização, o alcoolismo do pai de sua filha. A filósofa Sueli Carneiro já nos chamou atenção para o matriarcado da miséria.

A expressão matriarcado da miséria, foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para designar a experiência histórica das mulheres negras brasileiras na sociedade brasileira marcada pela exclusão, discriminação e rejeição social e a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança de suas comunidades miseráveis. (CARNEIRO, 2000, s/n)

A maioria das mulheres negras no Brasil ainda vive sob o julgo do matriarcado da miséria, especialmente no setor de trabalho. Podemos ver corriqueiramente através das mídias: mulheres negras sendo libertadas de trabalhos análogos à escravidão em casas de senhoras brancas da média e alta sociedade brasileira. Esse é um tema que também aparece em *Solitária*. Eunice e Mabel não sofreram privação de liberdade como a personagem Dadá que, desde os dez anos de idade, vivia na casa de D. Imaculada, outra moradora do luxuoso edifício Golden Plate. Dadá não podia sair, não recebia salários e nem estudou. No entanto, na casa da patroa de Eunice, a sua filha tinha de ser invisível e ela exercia o papel de criada sem voz, sem sonhos, sem desejos, sem casa, sem vida, sem ar próprio para respirar.

Hoje fico com pena do sacrifício que era se tornar invisível. Além dos espaços apertados que ocupávamos, o silêncio era um companheiro. Era preciso estar presente sem estar. Uma boa serviçal é silenciosa, e a criança que é filha dessa mulher também dever ser. Ela não pode rir como uma criança, não pode pular ou fazer travessuras como uma criança. Ela não é uma criança. É um incômodo, alguém apenas tolerando... Era como diz num dos livros de uma escritora chamada Conceição Evaristo, que Mabel passou a devorar e de vez em quando lia pra mim: ‘Em boca fechada não entra mosquito, mas não cabem risos e sorrisos’. (CRUZ, 2022, p. 97)

Dona Lúcia dizia não saber viver sem Eunice pela confiança que depositava nela e por considerá-la “quase da família”, especialmente após o nascimento da sua filha Camilinha (muito desejada por Lúcia). Camila cresceu cercada de cuidados, mimos e sem limites, acreditando que era dona do mundo e de todes a sua volta. A empregada, além de cozinheira e faxineira, passou a exercer também a função de babá recebendo o mesmo salário. Eunice criou laços afetivos com a criança que passou a cuidar, como ela mesma fala: “Vi Camila crescer como a mãe dela não viu, e era tudo muito difícil para mim.” (CRUZ, 2022, p. 75).

A ficção não destoa da realidade. Em 2019, fui a uma festa de aniversário na casa de uma família branca e abastada em Belém do Pará, em um bairro nobre da capital, naqueles prédios que é um apartamento por andar, com uma bela vista de parte da cidade, muito semelhante ao edifício Golden Plate descrito no romance *Solitária* (2022). Ao chegar à festa, fui logo convidada a conhecer a “mãe preta” da aniversariante, referiam-se à trabalhadora doméstica dessa forma, saí de lá sem saber o seu nome. Essa mulher negra trabalhou para a mãe da aniversariante, criou a aniversariante e, agora, cuidava da mãe idosa e doente da aniversariante e dos sobrinhos adultos da aniversariante. Ou seja, ela era a cuidadora de todas as pessoas daquela casa.

É sempre bom lembrar que pessoas que exercem a função de “cuidar” são extremamente sobrecarregadas com afazeres dos cuidados de outra pessoa e sem muitos benefícios e cuidados. Pensemos nas nossas mães, avós e tias que passam a vida cuidando de filhas, casa e trabalho. A conta que não fechava é que a aniversariante, naquele ano, estava completando 62 anos, fiquei imaginando com quantos anos a “mãe preta” foi trabalhar na casa daquela família. Falavam que ela tinha salário, carteira assinada, plano de saúde, que ajudaram a “mãe preta” a construir sua casa própria, mas ela continuava morando no quatinho de empregada na casa da patroa, pois “era quase da família”. E, de acordo com as falas, havia uma espécie de confusão entre direitos trabalhistas e benevolência cristã, apesar de toda a família branca presente na festa se definir como progressista e de esquerda. Hoje, ao pensar nesse episódio, lembro de uma fala da *Solitária* que também é uma personagem com voz na trama:

Eunice e Mabel moravam dentro de mim, mas não eram as donas da casa, e quem era proprietário da casa nunca me habitava. Nem mesmo passava do limiar da porta. Por vezes, podia sentir bons cheiros vindos da cozinha, outras horas o mau hálito vindo dos sacos pretos dentro de caçambas de plástico, que eu achava muito parecidas com bocas e gargantas que tragavam o que ninguém queria. Descartáveis. (CRUZ, 2022, p.140)

Confesso que meu impulso foi ir embora daquela celebração, especialmente quando me dei conta que, em um universo de quase cinquenta convidadas, só havia três pessoas negras naquela

festa: eu, um outro convidado e a “mãe preta” que estava nos servindo. Outro detalhe, ao me apresentarem primeiramente à “mãe preta”, associaram-me a ela, de certa forma, fui lembrada da minha negritude. Ao rememorar esse evento, penso como o artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (2018) de Lélia Gonzalez é atual, assim como as “Imagens de Controle” trabalhadas por Collins (2019) seguem assombrando a nós, mulheres negras. Tanto eu quanto a “mãe preta” da aniversariante fomos enquadradas nas imagens de controle. Por mais que estivesse naquela festa como convidada, eu era preta e tinha de conhecer as minhas iguais e saber o meu lugar. Passei vários dias com a imagem daquela mulher na cabeça, perguntando quem era ela para além de ser a “mãe preta”, quais eram seus sonhos e desejos de vida, o que ela fez nessa existência além de cuidar e servir àquelas pessoas brancas.

Voltando a interagir com as narrativas de Eunice, é visível como o amor que ela constrói por Camilinha foi cada vez mais aprisionando-a de alguma forma àquela família. Por outro lado, apesar de Eunice não ser tão insubmissa e crítica como sua filha Mabel, não significa que, em muitos momentos, ela não tivesse consciência de que era explorada. Em algumas cenas do romance, ela enfrenta Dona Lúcia, especialmente quando Dona Codinha (mãe de Eunice) adoece gravemente e a patroa não quer liberá-la para ir cuidar de sua mãe. Em algumas passagens do romance, a própria Mabel trata a mãe como “alienada e subserviente” por conta da dedicação que ela tinha com a patroa e especialmente com Camilinha. Mas Eunice, mesmo não enfrentando a filha em algumas situações, pensava: “E eu sou sua mãe! É bom baixar esse queixo e essa voz. Você me deve respeito; eu vivi coisa que você nunca soube o que é, porque eu estava aqui pra não deixar você saber! Foi o que pensei, mas não disse.” (CRUZ, p. 75, 2022). Sobre as relações de trabalho apresentadas no livro, a acadêmica paraense Bruna Troitinho escreve o seguinte:

Numa primeira leitura poderíamos dizer que a filha ao ser iluminada pelo saber formal, dialogando com a mãe a teria feito enxergar como a família dos patrões a haviam explorado. Porém, na parte narrada por Eunice percebemos como era complexo a relação que ela mantinha com a família dos patrões. Quando essas relações são mediadas pelo afeto, torna muito difícil a nossa percepção dos limites da exploração laboral e do afeto. Camilinha queria comer a feijoada de Eunice porque só ela sabia fazer do jeito que ela queria. A presença de Eunice na casa era sempre uma demonstração de afeto mediada pela prestação de algum serviço a família. (TROITINHO, s/n, 2022)

De forma magistral, Eliana Alves Cruz emancipa a sua personagem Eunice. Após Mabel entrar na faculdade e sua mãe D. Codinha falecer, a empregada doméstica decide que está na hora de se libertar da família do Golden Plate, ela se demite do trabalho e vai reconstruir sua vida ao lado de Jurandir/Jura. Porém, ainda assim, é chamada em alguns momentos “especiais” para prestar serviços à Dona Lúcia. Após anos sem pisar na casa da sua ex-patroa, Eunice é solicitada para fazer uma feijoada para a festa de despedida da Camilinha que iria morar fora do Brasil para estudar. Eunice é chamada porque, segundo mãe e filha, a nova empregada Luzia não sabia fazer uma feijoada tão gostosa como a de Eunice.

Trazendo para o romance a história da empregada doméstica Mirtes de Souza, que, durante a pandemia da COVID-19, perdeu o seu filho Miguel Otávio¹⁰ pelo racismo e abandono de incapaz

exercido pela sua ex-patroa Sari Corte Real, a autora reconstrói esse episódio traumático da sociedade brasileira através da personagem Luzia e do seu filho Gilberto/Gi:

[...] Timidamente, Luzia pediu para que Camila olhasse Gilberto um pouco. Não podíamos parar o trabalho, e as panelas quentes eram sempre um perigo. Senti no tom de sua voz tão sumida o quanto ela achava aquilo errado. Ela deveria cuidar do menino, não podia pedir algo assim para a filha da patroa. Era o contrário: Luzia cuidava e recebia ordens, Camila era cuidada e ordenava. (...) Camila não se opôs. Luzia ia levar poucos minutos para ir ao mercado próximo. Tirando o avental, ela se apressou em sair. Gilberto seguiu com Camila para dentro do apartamento e eu fiquei na cozinha. Ouvi a campainha tocar umas três vezes. Eram as amigas chegando na maior algazarra. (CRUZ, 2022, p. 130)

Camila, assim como Sari Corte Real, não cuidou do filho da empregada que foi comprar os temperos para Eunice preparar a sua feijoada. Gilberto/Gi, ao ficar sozinho no quarto, alcança uma janela alta aberta e cai da mesma, o filho da empregada morre, assim como o ocorrido com Miguel, que foi deixado sozinho no elevador e caiu de um vão do luxuoso prédio Torres Gêmeas em Recife/PE. Dona Lúcia, ao chegar em casa e saber do ocorrido, tenta inocentar a filha e exige que Eunice diga a polícia que quem estava em casa era ela e não Camilinha. Assim como na vida real, o acontecido vira um escândalo público com uma alta cobertura midiática. Apesar do amor que Eunice sentia pela filha da sua ex-patroa, ao ser convocada para depor na delegacia, Eunice conta a verdade e responsabiliza Camila pela morte de Gilberto. Camilinha é processada e fica impedida de sair do país. Evidentemente que, até a ex-empregada doméstica chegar nessa decisão, ocorrem várias situações como: a libertação de Dadá do trabalho análogo à escravidão e a prisão da sua empregadora D. Imaculada. Outros personagens também passam a entrar na cena, como João Pedro, o filho mais velho de Jurandir/Jura. Mas, para saber os detalhes, vocês que me leem terão de ler o romance *Solitária* (2022).

Para mais colocações, pensar a vida de trabalhadoras domésticas é uma forma de pensar o mundo do trabalho e a sua relação com a mão-de-obra feminina negra. Para além de uma análise histórica, antropológica e sociológica, a arte literária nos traz mundos reais na relação de trabalho que vão além das relações puramente econômicas. A ficção literária não está longe de nós. A vida de personagens literários tão pouco. Precisamos entender que a arte literária tecida por mentes negras pode nos despertar das inúmeras relações impostas de subserviência que temos com pessoas negras e seus locais de trabalho impostos socialmente: faxineiros, porteiros, camareiras, trabalhadoras domésticas e do lar, guardas e outros serviços mais “braçais” e tidos como menor importância social. Vivemos em um mundo cheios de dicotomias modernas que nos impulsionam a vangloriar trabalhos “intelectuais” e formações acadêmicas e diminuir trabalhos manuais e de outras dinâmicas, parte desse pensamento é o que leva as pessoas a explorarem trabalhadoras domésticas sem darem a essas mulheres o mínimo de dignidade e humanidade.

Necessitamos entender a importância de todos os lugares do trabalho, de sermos respeitadas e respeitosas com todas, todos e todes que ofertam trabalho, seja ele qual for. Visto isso, como

¹⁰“Miguel morreu aos cinco anos de idade, no dia 2 de junho de 2020. Ao ser deixado sozinho pela patroa de sua mãe no elevador de serviço de um prédio de luxo na região central do Recife, o menino caiu do nono andar, de uma altura de 35 metros.” Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/caso-miguel-mae-lamenta-falta-do-filho-no-dia-das-criancas>. Acesso realizado em: 30/11/2022.

relatado acima, filhas e filhos das empregadas domésticas não são tratadas como crianças e esse fato não está longe do ocorrido em Recife, em 2020, com o pequeno Miguel Otávio, filho de Mirtes de Souza, o qual foi com a mãe para o trabalho porque estava sem aulas (devido à pandemia do Covid-19) e a empregadora, Sari Corte Real (nome bem sugestivo), abandonou Miguel no elevador de seu prédio sozinho para ir em busca de sua mãe. Mirtes havia levado os cachorros de Sari para passear e, quando retornou, se viu em meio à pior situação colonialista, que mata corpos negros todos os dias, seja adulto ou criança. Muito provavelmente, Sari não deixaria uma criança branca ou seus filhos saírem em um elevador de prédio sozinho sem a assistência de uma pessoa adulta. Mais uma vez, crianças negras não são vistas como crianças. São objetos obsoletos, são objetos de troca e trabalho, são objetos descartáveis.

O romance *Solitária* de Eliana Alves Cruz nos mostra que, apesar da invisibilidade, exploração e violências sofridas na trama no exercício do trabalho doméstico, Eunice vai se tornando sujeita-reflexiva com agência. Por mais que mulheres negras como Eunice, assim como eu (que não sou trabalhadora doméstica) e tantas outras famosas e anônimas, habitemos a dor do racismo na maior parte do tempo de nossas vidas, as escritas de autoras negras nos autorizam a sair “em busca dos jardins de nossas mães” (WALKER, 2021, s/n). A Literatura feita por mulheres negras nos impulsionam a plantar nossas flores de existência, aconchego, esperança e amor, para termos colheita de prosperidade, mesmo que seja no espaço da fabulação.

3. Em Aberto para Reflexões em Processo

“Nossos livros são sítios de memórias sensíveis.”

(Eliana Alves Cruz)

Desde 2019, a partir do projeto de pesquisa “Memórias que vêm das palavras: olhares museológicos para as literaturas de mulheres negras” coordenado por mim na UFPA, busco compreender como a arte literária de escritoras negras nacionais e internacionais nos permitem criar novas imagens e imaginários para o povo negro e destruir, assim, as imagens de controle. Ao meu ver, as artes literárias de mulheres negras são um patrimônio contemporâneo desestruturador da colonialidade presente nas Américas. É nesse sentido que penso as prosas e as poesias das autoras afrodiáspóricas (no geral) e afrobrasileiras (em específico) como lugares de conhecimentos que contribuem para evidenciar as vidas de mulheres negras a partir de um olhar humanizador, com subjetividades e complexidades. Para a mulherista e escritora estadunidense Alice Walker:

Talvez mulheres negras escritoras no século XXI apresentem quadros mais completos da multiplicidade de opressões – e de lutas. Racismo, machismo, classismo e colorismo farão parte considerável de sua consciência. Elas terão romances maravilhosos de mulheres negras africanas para ler – Buchi Emecheta, Ama Ata Aidoo, Bessie Head e outras – coisa que as mulheres negras do século XIX não tiveram. Terão os registros das lutas do nosso tempo. Não pensarão em outras mulheres com inveja, ódio ou adulação por elas serem “prêmios”. Não desejarão ser prêmios. (WALKER, 2021, p. 277)

Sou uma mulher negra escritora do século XXI, que lê romances de autoras negras de diferentes partes do mundo, incluindo a nigeriana Buchi Emecheta, citada por Walker. As leio porque preciso ter imagens de pessoas, como eu, humanizadas nos livros. Na vida real, mulheres negras e homens negros nessas Américas inventadas ainda reivindicam o *status* de humanos. De Cláudia Silva Ferreira a George Floyd, seguimos sendo expostas-(os), espancadas-(os) e assassinadas-(os) em praça pública. Como no tempo da escravidão, a diferença é que agora as armas não são o pelourinho e nem o chicote, os instrumentos de tortura foram sofisticados com os recursos das novas tecnologias.

As escritas de mulheres negras artistas e acadêmicas nos apresentam um lado muitas vezes apagado das nossas memórias, elas reanunciam o passado, projetam futuros e ampliam o presente com o diferencial de que somos nós falando com nós, por nós, para nós mesmas e para quem nos lê: “[...] para todas nós é necessário ensinar com a vida e com as palavras essas verdades que acreditamos e conhecemos mais além do entendimento. Porque só assim sobreviveremos, participando num processo de vida criativo, contínuo e em crescimento” (LORDE, 2019, p. 55). A doutora e escritora Conceição Evaristo lembra-nos:

Quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado. A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é alguma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. Escrever e ser reconhecido como um escritor ou como escritora, aí é um privilégio da elite. (EVARISTO, 2010, *apud* ARAÚJO, 2011)

As narrativas criadas por autoras negras em seus romances são teias de registros e reflexos das complexidades e dos conflitos vivenciados pela população negra diaspórica. Por outro lado, essas mesmas obras emancipam as nossas subjetividades e emoções. Nos últimos anos, após muita luta e reivindicação dos movimentos negros organizados, aos poucos estamos reconhecendo com respeito e dignidade as nossas escritoras negras, de Maria Firmina dos Reis a Eliana Alves Cruz, mas também, reverenciando as autorias negras de outras partes do mundo: de Toni Morrison a Paulina Chiziane. As escritas de poetisas e prosadoras negras é um lugar de fala e uma fala como lugar. Para a feminista, poeta e intelectual bell hooks:

[...] Falar se torna tanto uma forma de se engajar, em uma autotransformação ativa quanto um rito de passagem quando alguém deixa de ser objeto e se transformar em sujeito. Apenas como sujeitos é que nós podemos falar. Como objetos, permanecemos sem voz – e nossos seres, definidos e interpretados pelos outros. (hooks, 2019, p.45)

A arte literária e as demais obras artísticas de autorias negras, mas não só, desvelam as crueldades e as graciosidades das nossas sociedades, desfocando os nossos olhares cartesianos e colonizados. Eliana Alves Cruz, em seu livro *Solitária* (2022), apresenta as camadas abjetas e apodrecidas do trabalho doméstico no Brasil, fazendo-nos compreender o quanto a lógica escravista permanece no interior dos lares das abastadas famílias brancas brasileiras. No entanto, ao tornar Eunice e Mabel as protagonistas da história, a autora carioca as emancipa, faz-nos escutá-las, as tira da lata do lixo e nos diz: - Eunice e Mabel tem voz e escuta! “Para lembrar” Lélia Gonzalez:

[...] na medida em que nós, negros, estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação [...], o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido calados, infantilizados [...], que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa”. (GONZÁLEZ, 1980, *apud* BAIROS, 2009)

Pauso esse texto sem considerações finais, mas com reflexões em processo por acreditar que esse tema não se esgota nesse artigo. Almejo ter contribuído para mostrar a fixação branca brasileira pela servidão de corpos negros nos diversos setores da sociedade e como isso está impregnado em nosso tecido social, extrapolando o trabalho doméstico. No entanto, nesse tipo de prestação de serviços fica materializada a mácula da escravidão como um legado colonial. Por outro lado, espero que cada vez mais reconheçamos a arte literária de mulheres negras como trabalhos artísticos nas suas excelências poéticas e como criações de conhecimentos. Faço votos que as prosas e as poesias de mulheres negras sigam sendo faróis, apontando-nos caminhos iluminados e esperançosos para a transformação e liberdade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Barbara. Conceição Evaristo: literatura e consciência negra. In: *Blog Blogueiras Feministas*. 2011. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2011/11/22/conceicao-evaristo/>. Acesso em 08/04/2022.
- BAIROS, Luíza. Lembrando Lélia Gonzalez, por Luiza Bairos (texto publicado no portal *Geledés: Instituto da Mulher Negra*). 2009. Disponível em <https://www.geledes.org.br/lembrando-lelia-gonzalez-por-luiza-bairos/>. Acesso realizado em 30/11/2022.
- CARNEIRO, Sueli. O matriarcado da miséria, por Sueli Carneiro. In: *Portal Geledés*. 2000. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-matriarcado-da-miseria/>. Acesso realizado em 23/11/2022.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 01 Janeiro/Abril 2016*. pp. 99-127. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso realizado em 30/11/2022.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1º ed. São Paulo: Boitempo. 2019.

- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. *Política sexual negra: afro-americanos, gênero e o novo racismo*. Tradução de Ana Carolina Correia Santos das Chagas. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.
- CRUZ, Eliana Alves. *Solitária*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.
- EGA, Françoise. *Cartas a uma negra*. Tradução Vinícius Carneiro e Mathilde Motay. São Paulo: Todavia. 1ª ed. 2021.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea Organizada e editada pela UCPA/União dos Coletivos Pan-Africanistas. 2018. pp.190-214.
- GUIMARÃES, Geni. *A cor da ternura*. 2. Ed. São Paulo: FTD. 2018.
- HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueira e queers radicais*. Tradução Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.
- hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Catia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. ilustração de No Martins. 1.ed. São Paulo: Ática. 2020.
- LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução Stephanie Borges. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- PALLAS EDITORA. Autores, Eliana Alves Cruz. Disponível: https://www.pallaseditora.com.br/autor/Eliana_Alves_Cruz/195/. Acesso realizado em 26/11/2022.
- TROTTINHO, Bruna. Solitária, Eliana Alves Cruz. In: *Blog Negras Escrituras: Sobre Literatura de Autoria Negra*. 2022. Disponível em: <https://negrasescrituras.com/solitaria-eliana-alves-cruz/>. Acesso realizado em 30/11/2022.
- VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Traduzido por Jamile Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora. 2020.
- WALKER, Alice. *Em busca dos jardins de nossas mães: prosa mulherista*. Tradução Stephanie Borges. 1. Ed. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo. 2021.

Infância e Gênero no Currículo da Formação em Pedagogia: avanços e retrocessos¹*Infancia y Género en el Currículo de Formación en Pedagogía: avances y retrocesos**Childhood and Gender in the Pedagogy Training Curriculum: advances and setbacks***Maria Izabel Alves dos Reis**

Resumo: Este artigo versa sobre infância e gênero na formação de professores/as do curso de Pedagogia, objetivando compreender o lugar ocupado por eles nos currículos de formação. É uma investigação teórica do tipo bibliográfica e documental. As fontes documentais foram as Matrizes Curriculares dos Cursos de formação em Pedagogia, as Normativas, Resoluções sobre formação de professores. Os resultados apontam que as Matrizes Curriculares dos Cursos analisados da Universidade Federal do Pará e da Universidade Estadual do Pará trazem contribuições no campo da infância, mas invisibilizam nas disciplinas e ementas conhecimentos sobre gênero; não existem disciplinas obrigatórias com a temática de gênero, mas são ofertadas nas eletivas. Concluímos necessária a incorporação da temática gênero nas Matrizes Curriculares nos Cursos de Pedagogia.

Palavras Chave: Educação Infantil. Currículo. Formação de Professores. Gênero; Infância.

Resumen: Este artículo trata sobre la infancia y el género en la formación de profesores de la carrera de Pedagogía, con el objetivo de comprender el lugar que ocupan en los currículos de formación. Es una investigación teórica de tipo bibliográfico y documental. Las fuentes documentales fueron las Matrices Curriculares de los Cursos de Formación en Pedagogía, los Reglamentos, Resoluciones sobre formación docente. Los resultados indican que las Matrices Curriculares de los cursos analizados de la Universidad Federal de Pará y de la Universidad Estadual de Pará aportan contribuciones en el campo de la infancia, pero invisibilizan los conocimientos sobre género en las disciplinas y programas; No hay asignaturas obligatorias con temática de género, pero se ofrecen en las optativas. Concluimos que es necesario incorporar la temática de género en las Matrices Curriculares en los Cursos de Pedagogía.

Palabras Claves: Educación Infantil. Plan de estudios. Formación de profesores. Género. Infancia.

Abstract: This article deals with childhood and gender in the training of teachers of the Pedagogy course, aiming to understand the place occupied by them in the training curricula. It is a theoretical investigation of the bibliographical and documental type. The documentary sources were the Curricular Matrices of the Pedagogy Training Courses, the Regulations, Resolutions on teacher training. The results indicate that the Curriculum Matrices of the analyzed courses at the Federal University of Pará and the State University of Pará bring contributions in the field of childhood, but make knowledge about gender invisible in the disciplines and syllabi; There are no mandatory gender-themed subjects, but they are offered in the electives. We conclude that it is necessary to incorporate the gender theme in the Curriculum Matrices in Pedagogy Courses.

Keywords: Early Childhood Education. Curriculum. Teacher training. Gender. Infancy.

¹ Artigo elaborado para a obtenção do título de Especialista em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEM/IFCH/UFPA, sob orientação da Profa. Dra. Adriane Lima. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Maria Izabel Alves dos Reis – Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará - UFPA (2015). Diretora da Faculdade de Educação (2017-2019). Coordenadora do Parfor (2017-2018). Coordenadora do Curso de Especialização em Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (2020-2021) Doutora em Educação na Linha de Pesquisa em Políticas Públicas Educacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação - ICED da Universidade Federal do Pará - UFPA (2014). E-mail: mariaalvesreis37@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo trata de uma incursão teórica sobre o tema *infância e gênero na formação professoras/es no curso de Pedagogia com o foco na educação infantil*. O tema emergiu de uma angústia sobre o processo de formação das crianças nas instituições infantis onde o desenvolvimento das identidades, subjetividades ainda encontram vozes em visões sexistas da sociedade patriarcal, heteronormativa, sendo uma necessidade refletir sobre as práticas educativas, ao mesmo tempo, questionar o processo de formação de professoras/as que atuam com crianças pequenas.

Foi pensando na lacuna de estudos sobre gênero na minha formação inicial que emergiram os seguintes questionamentos: como as questões de gênero são debatidas nas disciplinas formativas da educação infantil? Quais concepções de gênero e infância estão presentes no currículo e/ou eixos formativos da educação infantil? quais as contribuições do curso de Pedagogia para o debate de gênero? Os objetivos são: identificar como as questões de gênero são debatidas nas disciplinas formativas da Educação infantil; analisar as concepções de gênero e infância estão presentes no currículo e/ou eixos formativos da educação infantil e compreender as contribuições do curso de Pedagogia para o debate de gênero nas Matrizes Curriculares do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Estadual do Pará (UEPA).

Ao abordar sobre o gênero na educação infantil, considero relevante registrar que a história do magistério se consolidou como uma carreira feminina, principalmente na educação infantil e nos iniciais do ensino fundamental. A feminização do magistério nesses níveis de ensino perpassa pela construção social e cultural da figura materna, onde o cuidado, o educar de meninos e meninas nessa faixa etária é considerado papel exclusivo das mulheres, corroborando com uma visão sexista, colonialista e estigmatizando por sua vez, o trabalho no magistério por homem na educação de crianças pequenas (SILVA, 2021). Dessa maneira, são relevantes os debates e discussões que problematizam as relações de gênero na formação de professores/as, a fim de garantir espaços que deem conta de práticas emancipadoras que se contrapõe aos paradigmas androcêntricos e autoritários que vigoram na sociedade brasileira.

Pensar a formação problematizando infância e gênero, significa romper com o pensamento cartesiano, dualista, sexista, machista, colonial, presentes nos paradigmas educacionais do pensamento tradicional que atravessam as concepções de currículo e formação, ao mesmo tempo, ir de encontro aos debates conservadores das Igrejas, Partidos e outros segmentos da sociedade brasileira, por meio da invenção do termo “ideologia de gênero”² um debate denso e polêmico entre os que condenam a formação de meninos e meninas visando a consciência e ao direito de seu corpo no mundo (BONFANTI, GOMES 2017).

Ao restringir a formação em um binarismo homem e mulher, reafirma-se uma visão reducionista, determinista e universal das relações estabelecidas entre eles e da própria construção identitária. É centralizado a figura do homem nas relações de poder em todos os âmbitos da sociedade e, assim, essa educação formal vai de certo modo persistindo a subalternidade da mulher em todos os campos de atuação socio-educacional. Todavia, a educação não serve somente para a manutenção

² Ressaltamos que esse termo não existe nos debates teóricos. Aparece pela primeira vez em um dos artigos da ala conservadora da igreja católica, na década de 1970, sendo apropriada pela onda política ultraconservadora, mas sem nenhum aprofundamento teórico e/ou metodológico. Resume-se a um jargão para desviar e se contrapor aos debates e estudos teóricos sobre sexualidade e gênero que vem sendo construído (BONFANTI; GOMES, 2017).

do *status quo*, mas assume a desafiadora tarefa de transformar alunos/as em indivíduos, críticos e emancipados (FREIRE, 1987).

Compreendo que a produção do conhecimento científico sobre o masculino e o feminino é fruto de um pensamento cartesiano estruturado na absolutização de verdades, centrado em um determinismo biológico, nascido sob o domínio colonial, do homem branco, burguês e europeu, determinando através de seus atravessamentos a estrutura social, econômica e política das relações estabelecidas na sociedade (NARVAZ; KOLLER 2006), daí a emergência em romper com essa maneira de conceber homens e mulheres pelo viés teórico-metodológica do feminismo.

O Feminismo como um Movimento de Luta, metodologia e categoria de análise, permite outras perspectivas de abordagens nas pesquisas, desvelando as dinâmicas sociais presentes no cerne da relação homem e mulher e os efeitos, que produzem os discursos misóginos, classistas, racistas, patriarcais, heterossexistas, latentes nas produções acadêmicas. As *metodologias feministas* ou *epistemologias feministas* consideram o conhecimento plural, pois abarcam diferentes concepções acerca das relações do feminino e do masculino nas sociedades com caráter multidisciplinar. De acordo com Narvaz e Koller (*idem*): “A ciência, na perspectiva das epistemologias feministas, tem gênero, havendo diferentes maneiras de produzir conhecimento. Homens e mulheres fazem ciência de formas diferenciadas”.

Corroboro com as autoras supracitadas de que a produção do conhecimento na perspectiva das epistemologias e metodologias feministas é sempre situacional, ou seja, ensejam fatores sociais, históricos, culturais, econômicos e políticos e por serem assim, questionam a neutralidade e objetividade do conhecimento indicando o envolvimento das pesquisadoras e pesquisadores nos discursos, por existir um engajamento e comprometimento social na produção do conhecimento sob a égide do feminismo (*ibidem*). No campo da produção do conhecimento, as teorias feministas são consideradas instrumentos de mudança social, pois o conhecimento não é especulativo, mas sobretudo propositivo, cujo princípio está não apenas em desvelar as relações de poder e opressão, mas na busca da igualdade entre homens e mulheres, abolindo todas as formas de discriminações existentes.

Este artigo perpassa por uma metodologia do campo dos estudos feministas, de acordo os pressupostos de uma concepção crítica de conhecimento orientado não de um olhar especulativo ou contemplativo, mas questionador e transformador sobre a realidade. Os procedimentos da coleta de informações para se entender o tema “Infância e Gênero” no primeiro momento foi a realização de um estudo bibliográfico para se conhecer melhor as categorias *infância* e *gênero* e as subcategorias currículo e formação. Em um segundo momento, foi realizada uma pesquisa documental sobre os quais foram selecionados: as *Resoluções para a Formação de Professores*; as *Diretrizes Nacionais para Educação Infantil*, a *Base Nacional Comum Curricular*, e então os *Projetos Pedagógicos Curriculares* dos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual do Pará (oferecido a nível de Licenciatura) e da Universidade Federal do Pará (oferecido a nível de Licenciatura e Bacharelado).

A escolha dessas instituições deu-se pela mesma serem consideradas referências no ensino superior público no Estado do Pará na formação de licenciados em Pedagogia, curso este que forma professores/as para atuação na Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). As Matrizes Curriculares analisadas foram as que estiveram em vigor até o ano de 2021 e que contribuíram com a formação de muitos egressos do Curso de Pedagogia.

Os procedimentos de análise dos documentos seguiram o método de *análise de conteúdo*. Para Bardin (1986) a análise de conteúdo é uma técnica para o campo de análise de textos como forma de expressão do sujeito, buscando categorizar as unidades constitutivas dos textos, palavras ou frases em um determinado contexto. Esse procedimento serviu para elucidar tanto as estruturas, como os elementos dos conteúdos subjacentes às informações, tendo como categorias principais: infância e gênero.

A organização do artigo encontra-se dividido nas seguintes seções: *Infância e Gênero: o entrelaçamento do Currículo na Educação Infantil* — aborda a discussão sobre as categorias infância e gênero e o entrelaçamento com o currículo na educação infantil. *Educação Infantil, Formação e Currículo: um debate de gênero necessário* — nesta seção o foco de são os documentos norteadores da formação dos professores e professores e o currículo para a educação infantil e a questão de gênero. Por fim, *É Urgente Falar de Gênero nos Currículos de Formação* — apresenta a análise das Matrizes Curriculares do Curso de Pedagogia das Universidades pesquisadas.

1. Infância e Gênero: o entrelaçamento do currículo na Educação Infantil

Historicizar a infância e gênero é primordial para a compreensão destas categorias de análises que ganharam visibilidade nas produções teóricas em décadas aproximadas (1960/70/80). Resgatar um pouco da história destas categorias é relevante para a compreensão de como e onde elas se entrelaçam no currículo da Educação Infantil.

A compreensão da infância como uma construção social determinada por múltiplos contextos e atravessadas por questões de raça, etnia, classe, gênero, pluraliza o termo, para “infâncias”, por se tratar não apenas de uma, mas diversas, corroborando com Beltrão e Assis, quando afirmam que:

A infância é construto social manejado por diferentes sociedades para produzir identidade geracional do período inicial de vida. Trata-se de categoria apreendida de forma relacional com a categoria adulto, ambas indicando representações socioculturais e vivências que emergem com características identitárias próprias em contextos históricos específicos (BELTRÃO; ASSIS 2011, p.153).

Esse pensamento rompe com a visão biologizante da criança, considerada do ponto de vista do desenvolvimento físico e universal, passando a considerá-la conforme as suas condições concretas de existência nas diversas sociedades, marcadas por processos culturais, sociais, econômicas, históricos, etnia, raça, sexualidades, etc. Desse modo, “É preciso considerar a infância como uma condição da criança (KUHLMANN, 2010, p.30).

A criança passou e passa por um processo de generificação e universalidade que acarreta a assunção de um corpo heteronormatizado em conformidade, com o sistema patriarcal, cujo resultado é a subalternização dos corpos femininos e masculinos. Esse processo de generificação e universalidade considera a criança um ser “passivo de práticas sociais, culturais, educacionais, políticas” (PRETTO; LAGO, 2013, p. 57), sendo assim, necessária a desconstrução e a mudança desse pensamento para o reconhecimento da criança de sujeitos/as de direitos nas suas singularidades e identidades.

Assim como a infância, “gênero” como categoria na produção do pensamento feminista é compreendido como uma construção social determinada por diversos contextos (SCOTT, 1995), e

tem em vista repensar e superar a visão reducionista de homens e mulheres na sociedade patriarcal, sexista. Implica rever conceitos e comportamentos nos papéis de homens e mulheres na sociedade, questionando as relações assimétricas, de opressões postas em determinados grupos sociais. Demarca uma nova forma de pensar o feminino e o masculino na sociedade “uma maneira de indicar as ‘construções sociais’: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e mulheres” (*idem*, p. 07).

O enfoque dado por Scott (*ibidem*) vem contribuir para maiores reflexões teóricas e práticas sociais sobre a questão do gênero, constituindo-se importante subsídio para a desnaturalização e problematização das relações homens e mulheres, enriquecendo os níveis de interpretação e análise deste campo de conhecimento sobre o masculino e o feminino.

Os debates em torno da infância e gênero na educação infantil, se coloca como necessária à medida que pode possibilitar a mudança para uma educação igualitária, que respeite a criança na construção de sua identidade, além da desconstrução de práticas sexistas, isso significa a incorporação de práticas educativas que levem a conscientização das desigualdades de gênero desde a primeira infância e para tal é necessário incorporar nesse debate, discussões sobre os currículos de formação de professores/as e os currículos escolares.

O currículo concebido como um conjunto de vivências e práticas sociais no processo de ensino e aprendizagem de alunos/as e professores/as, se constituindo como “núcleo do processo institucionalizado de educação” (SILVA, 1996, p. 179–180), o “nexo íntimo e estreito entre educação e identidade social, entre escolarização e subjetividade” (*idem*). Como prática social, o currículo implica necessariamente em escolhas em que determinados conteúdos, saberes, experiências são selecionados e outros excluídos; por isso, implica em uma relação de poder e disputa, emergindo a necessidade de problematizá-lo no campo das relações sociais de gênero, pois as diferenças entre homens e mulheres foram e ainda são produzidas em contextos históricos, culturais e sociais nas diferentes sociedades, portanto, não são naturais, e sim, construídas a partir das interações sociais (SCOTT, 1990).

É relevante refletir que o currículo vai além da mera transmissão de conteúdos, saberes, conhecimentos, é através dele que os significados sociais, culturais, morais são construídos e também desconstruídos, a favor ou contra a manutenção do status quo da sociedade. Mais que um instrumento, o currículo escolar passa a ser visto como uma ferramenta de controle social, na qual a seleção dos conteúdos é realizada por grupos de pessoas que possuem ideologias que passam a orientar as escolhas do conhecimento a ser transmitidos por professores/as.

Diante disso, é necessário que a formação de professores/as consagre a infância e a criança como sujeitos/as em processo de formação, inconclusos (FREIRE, 1987), onde as instituições infantis possam ser “[...] um espaço livre de coerção, um cotidiano em cuja dinâmica as crianças possam se manifestar em toda sua inteireza: sentimentos, pensamento, intuição, múltiplos sentidos” (OSTETTO, 2017, p. 56). Essa inteireza significa a possibilidade das crianças experienciarem suas infâncias com liberdade, no diálogo com as outras crianças, com as diferenças e se percebendo como ser em processo de construção e desenvolvimento.

Desde pequenos/as, meninos e meninas são expostos a um mundo cujo discurso heteronormativo aparece como um modelo inquestionável e as instituições infantis reproduzem esse discurso com maestria. A dualidade do mundo, entre o masculino e o feminino, comporta segmentações e modelos de educação desigual entre meninos e meninas, reforçando um conjunto de práticas

sexistas, patriarcal. No entanto, é necessário salientar que as crianças também criam modos de resistências e transgressões a esses modelos, mesmo que muitas das vezes elas sejam excluídas, estigmatizada dentro desses espaços (OSTETTO, 2017).

Nesse sentido, as questões sobre infância e gênero devem subsidiar os debates no currículo da educação infantil, uma vez que as instituições infantis são os primeiros locais de socialização de bebês e crianças pequenas³ em um espaço formal de educação. Esse espaço é regulado, controlado e normatizado, sobretudo com relação aos corpos de meninos e meninas. Tanto a regulação, quanto o controle e a norma, diz respeito a organização do tempo e espaço na educação infantil. De acordo com Finco (2010) existe uma disciplina heteronormativa que separa e segregava meninos e meninas através das organizações de filas, chamadas por cores (azul e rosa), organização das brincadeiras, brinquedos e outras situações que envolvem os artefatos simbólicos que visibilizam e reforçam os estereótipos de gênero nas instituições infantis, fomentando e naturalizando as desigualdades entre meninos e meninas.

Autoras como Louro (2014), apontam que as instituições escolares suprimem as questões de identidades, sexualidade do currículo e das práticas docentes, negando os saberes, conhecimentos e experiências de alunos/as. Na realidade, existe uma normatização dos comportamentos e quando se aborda a questão da sexualidade, a preocupação está mais na reprodução e disciplinarização dos corpos. No entanto, é preciso considerar, que as crianças também transgridem as normas quando em momentos de interações e brincadeiras: “o que é de menino e de menina” se diluem no contexto da brincadeira; assim, o espaço ocupado deixa de ser *deste* ou *daquele* gênero e se transforma em lugar de todas/os” (MORRETTI, SILVA, 2011, p. 51).

As brincadeiras e interações são os eixos estruturantes da educação infantil (DCNEI 2009; BNCC 2017), considerados elementos que potencializam o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças. São nos momentos de interações e brincadeiras que as crianças expressam suas vivências, desenvolvem a imaginação, a linguagem, afetividade, podendo produzir ou reproduzir com as outras/os modelos de comportamentos sociais pré-estabelecidos, daí a necessidade de formação de professores/as que lhes possibilite mediar essas relações nas instituições escolares (MORRETTI, SILVA, 2011).

2. Educação Infantil, Formação e Currículo: um debate de gênero necessário

Nos últimos anos no Brasil tem se enfrentado uma verdadeira cruzada com relação a temas como *gênero* e *sexualidade* nas escolas. Existe um embate antagônico no campo político, educacional, ideológico, religioso por grupos ligados a setores conservadores e progressistas. O primeiro buscando a retirada de todas as discussões sobre gênero nas escolas, e o segundo lutando pelos direitos humanos na garantia de que todos/as sejam respeitados/as nas suas identidades.

Considerando a escola como um dos principais espaços de socialização para crianças, jovens e adultos, é importante observar que, para alcançar os ideais democráticos e de direito, é necessário incluir a discussão sobre diversidade sexual, utilizando os termos *bebê*, *crianças bem pequenas* e *crianças pequenas* para designar a faixa etária de atendimento na educação infantil (BNCC, 2017).

Ainda que o tema *gênero* esteja presente no dia a dia escolar, a retirada destes temas do Projeto Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tira a legitimidade

³ Se utiliza os termos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas para designar a faixa etária de atendimento na educação infantil (BNCC, 2017).

do tema, entretanto isso não significa que professores/as não possam abordá-los, tendo em conta que fazem parte das demandas dos próprios estudantes (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Compreender a formação de professores/as, o currículo e o debate de gênero na educação infantil, é relevante para a desconstrução de uma educação sexista, patriarcal que necessita ser debatida grandemente no processo de formação inicial, uma vez que é nesse momento que se abre a possibilidade da construção de uma Pedagogia que considere a diversidade, a diferença e o combate à todas as formas de preconceitos, discriminações e opressões problematizando os valores adulto-cêntricos que subalternam as vozes infantis.

Santos (2020), ao pesquisar as produções de Teses e Dissertações (1996-2015) sobre a interface entre gênero, infância e educação infantil nas produções brasileiras, revela que, no processo de socialização das crianças desde a educação infantil, prevalece a existência de uma pedagogia de gênero que ocorre por meios de práticas e rituais no cotidiano das instituições infantis, com implicações na construção das identidades de meninos e meninas. As práticas se manifestam através de artefatos culturais, como livros, brinquedos, utensílios e simbólicos:

A pedagogia de gênero imposta nas instituições de Educação Infantil às crianças também é constituída por toda uma visualidade composta por murais nas salas de aulas, geralmente identificados pelas cores azul ou verde, para os meninos, e com as cores rosa ou vermelho, para as meninas. (SANTOS, 2020, p. 10)

Ao se pensar a tríade infância, gênero e currículo é necessário situar a educação emancipadora e colocar os/as sujeitos no centro do processo de ensino e aprendizagem, isso significa a desconstrução das relações patriarcais e sexistas existentes na formação de homens e mulheres desde a primeira infância, por ser neste período que a construção das identidades vai se operando através das vivências e dos processos formativos que se dão nas instituições escolares e na sociedade de maneira geral. Portanto, as instituições responsáveis pela formação inicial de professores/as atuantes na educação infantil têm responsabilidades e podem colaborar nas mudanças de uma nova mentalidade sobre essas questões.

A partir dessas considerações é necessário analisar os documentos oficiais sobre a formação inicial do Pedagogo e como é situada a questão de gênero. Antes é preciso resgatar o lugar da criança na Legislação brasileira e foi a partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA/1990) que ela passa a ser concebida como sujeito/a de direitos. Essa perspectiva provocou modificações não apenas na forma de ver e tratar a criança, mas também na forma como de concebê-la integralmente nos aspectos físico, cognitivo, afetivo, social, cultural, histórico. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996) insere a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica e elege o cuidar e o educar como processos indissociáveis da educação das crianças.

Com a LDEB/96 foram aprovadas as Resoluções que passaram a regulamentar os cursos de Formação dos professores/as, servindo como orientação para as Matrizes Curriculares dos Cursos de Pedagogia e outras Licenciaturas nas Universidades: a Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006 — Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, essa resolução vai subsidiar a Resolução n.º 5, de 17 de dezembro de 2009 — Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Em 2015, aprovação da Resolução n.º 2, de 1º de julho de

2015, foi substituída pela Resolução n.º 02, de 20 de dezembro de 2019, esta última em consonância com a Base Nacional Comum Curricular aprovada em 2017 — BNCC (Educação Infantil e Ensino Fundamental).

Sobre a Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006 — Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, no Art. 04 trata da formação inicial dos professores/as, não somente à docência para o ensino fundamental (1º ao 5º ano), mas incluindo a formação para a docência na educação infantil permitindo a abrangência de conteúdos acerca da infância e crianças, indicando articulação teórico-prática da docência na Educação Infantil e ensino fundamental, visibilizando a identidade de cada uma.

No inciso II do Art. 04 enfatiza que as atividades na educação infantil devem “compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social” (*idem*, p. 02), ou seja, a formação dos professores/as para atuarem na educação infantil deve abarcar todos os aspectos do desenvolvimento da criança. No inciso X a Resolução/2006 orienta que as atividades devem contribuir com a formação para a diversidade em uma concepção inclusiva, humanizadora, transformadora em uma perspectiva interseccional: “X - Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (BRASIL, 2006, p. 02).

A formação para a diversidade implica pensar uma educação interseccional, onde as questões de raça, etnia, gênero, sexualidade, classe, atravessam os saberes dos sujeitos envolvidos no cotidiano das Universidades e instituições escolares. A formação para a diversidade, deve ser um princípio interdisciplinar na organização das Matrizes Curriculares dos cursos de formação em Pedagogia e de todas as licenciaturas. O curso de Pedagogia precisa considerar o tema da diversidade na formação dos sujeitos no sentido, tanto de abarcar uma consciência crítica e crie possibilidades de mudanças nas práticas pedagógicas de professores/as. Para Castro (2015):

[...] a formação docente no Ensino Superior (e também aquelas que se realizam nas chamadas práticas de formação continuada) adquire um importante papel. Não como aquela que vai instrumentalizar ou preparar as/os futuras/os docentes, dando-lhes respostas seguras a serem aplicadas nas práticas pedagógicas, mas como possibilidade de que pensem a si próprias/os, percebam de que modos estão subjetivadas/os por discursos que conduzem suas condutas, em relações de saber-poder (CASTRO, 2015, p. 13).

Em 05 de 17 de dezembro de 2009 entra em vigor a Resolução que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIS), que serviu como orientadora das propostas pedagógicas das instituições infantis; tendo sido considerada um marco regulatório avançado em diversos aspectos, dentre eles, na concepção educação baseada nos princípios da teoria histórico-cultural concebendo a criança como um sujeito histórico-social e de direitos orientando que as propostas das instituições infantil cumpram as funções sociopolíticas e pedagógicas (Art. 07, 2009).

De acordo com o Inciso V (*idem*)

“[há] novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompi-

mento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa” (BRASIL, 2009, p.02).

Os avanços que a Resolução 05/2009 traz para a questão da formação para a diversidade, pautada em uma educação que possibilite a interseccionalidade, situa o gênero como categoria importante na formação da criança na educação infantil. Segundo os estudos de Louro (2014), a questão de gênero e docência se tornou um ponto relevante para se pensar a formação em um duplo movimento: dos professores/as que precisam de formação para lidar com as diferentes construções de identidades na formação de bebês e crianças pequenas, sendo um desafio, uma vez que a sociedade ainda se encontra arraigada em concepções biologizante, cultural e religiosa do papel de homens e mulheres.

Em 2015 foi aprovada a Resolução n° 2, de 1° de julho de 2015, que *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada)*. No correr de todo o texto, há a preocupação de tratar a formação de professores/as articulada com os debates da diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade, equidade, religião, faixa geracional, educação especial, mostrando a preocupação dos legisladores sobre uma formação baseada na concepção de emancipação (BRASIL, 2015). A exemplo de 2006, pode ser considerada um avanço no processo da inclusão de temas ligados a diversidade na formação de professores/as.

No entanto, em 2019 é aprovada a Resolução CNE/CP n.º 2, substituindo a de 2015, ou seja, a Resolução n.º02 de julho de 2015 nem teve o tempo para as modificações nos currículos de formação e já teve morte decretada, e com ela toda e qualquer manifestação das questões de gênero foi retirada da Resolução 02/2019. Essa retirada tem a ver com as disputas no seio da sociedade da “ideologia de gênero”, “escola sem partido” cujas premissas ensejam a formação de sujeitos alienados da sua realidade, da pluralidade e diversidade que representam.

A Resolução 02 de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) está *pari passu* da BNCC/2017, pois foi a partir das discussões na construção do documento orientador da Base Nacional Comum Curricular que se buscou retirar o tema gênero do currículo escolar e depois da formação de professores.

Esse debate ficou conhecido como **Ideologia de Gênero** nas escolas, termo criado sem nenhuma fundamentação teórica, mas como função ideológica conservadora. De acordo com Silva (2000), durante o processo de construção da BNCC na primeira e segunda versão do texto, o tema *gênero* perpassava de forma explícita e transversal. No entanto, promulgada, foi totalmente excluído na terceira versão do documento.

Os estudos de Miskolci e Campana (2017) sobre a ideologia de gênero salientam que este tema emergiu dentro da Igreja Católica a partir dos textos de Joseph Aloisius Ratzinger, então Cardeal do Vaticano no ano de 1997, que tratava da questão do feminismo e o direito sexuais e reprodutivos. Essa Carta foi uma reação à Conferência Mundial de Beijng, realizada no México em 1995, cujo evento

“caracterizou-se por substituir o termo “mulher” [...] pelo conceito de gênero [...] reconheceu que a desigualdade da mulher é um problema estrutu-

ral e só pode ser abordada de uma perspectiva integral de gênero” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 727).

A partir de então, passou-se a questionar a ideologia de gênero nos setores conservadores da sociedade, igrejas evangélicas e partidos de direita, tendo um grande impacto nas formulações das políticas educacionais, como foi o caso do Brasil em 2017 quando da formulação da BNCC e 2019 nas Diretrizes de formação. Assim, volta-se o currículo para a formação de professores/as o modelo técnico-prescritivo, cujo teor está ligado a uma educação neotecnicista, onde a característica fundamental é uma educação para a formação de habilidades e competências de conteúdos, deixando as questões da diversidade fora das formações.

3. É Urgente Falar de Gênero nos Currículos de Formação de Professores/as da Educação Infantil

As universidades como lócus de formação se configuram em espaços privilegiados para a construção do conhecimento, no qual o tripé ensino, pesquisa e extensão são basilares na formação de homens e mulheres para atuarem não apenas no mercado de trabalho, mas sobre o mundo do trabalho na qual as desigualdades de ordem social, econômica, cultural, classe, sexual atravessam as relações.

O Curso de Pedagogia das Universidades pesquisadas tem trajetórias muito diferenciadas. O Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Pará foi fundado em 1954, mais de 60 anos de história e de contribuição na formação dos/as professores/as do Estado do Pará. Durante esses, foi se adequando as legislações e normativas em suas matrizes curriculares e hoje o Curso orienta a formação segundo a Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006 — Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, aprovado o Projeto Pedagógico do Curso em 2010. Desde o ano de 2017 o Núcleo Docente Estruturante (NDE) vem discutindo a nova configuração do curso, tentando se adequar à Resolução de 2019.

O curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará foi criado em 1984 (Resolução n.º 02 de janeiro) e autorizado a funcionar no Conselho Federal em 1987, pela Fundação Educacional do Pará — FEP. Atualmente o Projeto Pedagógico do Curso, encontra-se todo reformulado em consonância com as Diretrizes de 2015, aprovado em 2022. A Organização Curricular do Curso é atualmente composta de *Núcleo de Estudos Básicos*; *Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos*; *Núcleo de estudos integradores*; *Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos* e *Núcleo integrador*. Na matriz curricular da UEPA, foi inserida a disciplina *Educação; Gênero, Sexualidade*, já representando um avanço com a inserção desta disciplina na formação do Pedagogo da instituição.

Os Projetos de Curso de ambas as instituições até 2021 estavam em consonância com a Resolução 02 de 2006, que trata da formação do Pedagogo para atuação na educação infantil, ensino fundamental, na gestão e coordenação das instituições escolas. Em cada projeto analisado, as disciplinas estão organizadas nas áreas de conhecimento contemplando uma formação geral, enfatizando a interdisciplinaridade como forma de trabalhar a formação de Pedagogia.

A estrutura da Matriz Curricular na Faculdade de Educação da UFPA está organizada em Eixos e Núcleos: Os Núcleos são o Básico e o de Aprofundamentos (PPC 2010). A estrutura curricular do Curso de Pedagogia do Estado do Pará está organizada em Núcleos conforme

a resolução n.º 001CNE/CP: Núcleo de Estudos Básicos, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo Integrador. Os Eixos são: Escola e Conhecimento, Mundo do Trabalho, Educação Inclusiva, Escola, Cultura e Democracia, Linguagens e Tecnologias, Infância e Adolescência, Políticas de Direito à Educação, Espaço, Paisagem e Território na Amazônia.

QUADRO 01- Disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará e respectivas cargas horárias

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	EMENTAS
Disciplinas e Eixo	
Educação Infantil: Concepções e Práticas - 68h Eixo 2 - Mundo do trabalho, trabalho docente e processos educativos na contemporaneidade	Infância e Educação Infantil: concepções e história. Especificidade da Educação Infantil: a indissociabilidade entre cuidar e educar. Identidade Profissional: formação, atuação e trabalho docente. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resoluções. A observação e a escuta das crianças de zero a cinco anos. As relações: criança X criança, criança X adulto, Instituição família. O currículo na Educação Infantil: as linguagens infantis. Organização do Trabalho pedagógico: planejamento na EI; Organização da rotina e do ambiente e a avaliação na Educação Infantil.
Infância, Cultura e Educação Infantil - 51h Eixo 6 - Condições culturais contemporâneas da produção da infância e da adolescência	Infância como objeto de estudo transdisciplinar. A construção social do conceito de infância. História da infância no Brasil. A criança e sua condição de sujeito histórico, político e cultural. A diversidade de infâncias na Amazônia. A infância na contemporaneidade: produtos culturais, mídia, trabalho e violência.
Estágio Supervisionado em Educação Infantil I - 68h Eixo 5 - linguagens e tecnologias: desafios da aprendizagem no século XXI	Inserção no cotidiano de instituições de Educação Infantil. Investigação colaborativa dos fazeres (práticas educativas/pedagógicas) no cotidiano das instituições de Educação Infantil; Elaboração de projeto de intervenção.
Estágio Supervisionado em Educação Infantil II - 68h Eixo 6 - Condições culturais contemporâneas da produção da infância e da adolescência	Execução de projeto de intervenção em instituições de Educação Infantil. Elaboração de trabalho acadêmico para fins de socialização da reflexão/problematização da experiência de estágio em instituições de Educação Infantil.

Fonte: a Autora (2023), a partir da Matriz Curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, segundo Projeto Pedagógico do mesmo curso (2010).

Quadro 02- Disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará e respectivas cargas horárias

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ	EMENTAS
Educação Infantil no Contexto Brasileiro – 100h Núcleo de Estudos Básicos	Aspectos sócio-históricos, político e legal na educação infantil. Tendência e concepção de infância e educação. As funções da educação infantil. Teoria, currículo e concepção teórico-metodológica e a formação de professor (a). Aspectos do desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos. O trabalho pedagógico: inclusão social, interdisciplinaridade, organização do tempo e espaço, planejamento e avaliação e a ludicidade.
Estágio Supervisionado na Educação Infantil – 200h Núcleo Integrador	Práticas reflexivas sobre a organização da educação infantil. Estabelecimento de relações teórico-prático em ambientes infantis através de projetos didáticos. Inserção em atividades de observação e regência de classe envolvendo as áreas de conhecimento referente ao currículo do ensino infantil.

Fonte: Reis (2022).

Como observado, o Curso de Pedagogia ofertado pela Faculdade de Educação no Instituto de Ciências da Educação (FAED-ICED) oferta, na Matriz curricular, 5 disciplinas: Educação Infantil: Concepções e Práticas - 68h (2º Eixo) Infância, Cultura e Educação Infantil - 51h (6º Eixo); Literatura Infantil – 68h (6º Eixo); Estágio Supervisionado em Educação Infantil I - 68h (5º Eixo) e Estágio Supervisionado em Educação Infantil II - 68h (6º Eixo). Já a Faculdade de Educação da UEPA, por sua vez, traz as disciplinas: Educação Infantil no Contexto Brasileiro – 100h (Núcleo de Estudos Básicos) e Estágio supervisionado na Educação Infantil – 200h (Núcleo Integrador).

Sobre as Matrizes Curriculares que compõe o Curso de Pedagogia da UFPA, são ofertadas 46 disciplinas em 4 anos do curso. A organização por eixos de trabalho cria a perspectiva da organização do trabalho coletivo entre professores ao mesmo tempo, possibilitando em que o programa das disciplinas possa ser organizado interdisciplinarmente. As disciplinas têm carga horária de 68 e 51 horas⁴. A carga horária das disciplinas está organizada para 90% de sala de aula e 10% extensão.

A composição curricular do PPC de Pedagogia da UFPA é atravessada pelos Eixos de conhecimentos de maneira interdisciplinar. Foi possível identificar nas áreas de conhecimentos específicos a questão do gênero, o 6º Eixo enfatiza que a “educação é problematizada no âmbito da aprendizagem, da diversidade e da inclusão, portanto da justiça social, cognitiva, biológica, cultural, étnica e de gênero” (UFPA, 2010, p. 76). Entretanto, na composição das disciplinas nesse Eixo, se percebeu a ausência do tema gênero na composição das ementas em todo o documento e, mesmo que tenha uma discussão da diversidade, ela se encontra de maneira generalista.

As disciplinas que dão conta da formação de habilidades e competências para atuação na Educação Infantil são: Educação Infantil: Concepções e Práticas; Estágio Supervisionado I e II;

⁴ As disciplinas; Estatística Aplicada a Educação; Currículo e Ensino, Iniciação ao Trabalho Acadêmico, Literatura Infantil e Infância, Cultura e Educação

e Infância, Cultura e Educação. Na análise das ementas das disciplinas, revelou a composição de conhecimento sobre a criança e infância. Esses conhecimentos são relevantes na ampliação de uma visão que possibilite a identificação dos sujeitos do cenário educativo das instituições infantis. As identidades infantis, a diversidade de infâncias existentes e o reconhecimento delas são necessários para a prática pedagógica docente orientada para uma práxis emancipadora (FREIRE, 1987). No entanto, foi possível verificar a ausência de uma abordagem gênero, o que distância mais uma vez este debate da formação. É possível que no decorrer das disciplinas, até pela autonomia do fazer docente, haja uma abordagem sobre esse tema, mas para isso seria necessário um trabalho de pesquisa específico, o que não foi possível para esta proposta de artigo.

Considero um importante avanço a incorporação da disciplina eletiva Educação popular Feminista na Amazônia, com carga horária de 68h na Matriz curricular da Pedagogia na UFPA. Sobre a ementa:

A dimensão teórico-metodológica da educação popular em ambientes educacionais outros; a leitura crítica da educação por meio da categoria gênero na perspectiva feminista; enfrentamento das violências historicamente construídas pelo sistema capitalista patriarcal no contexto brasileiro; características da Educação popular feminista; os debates das pedagogias decoloniais feministas, metodologias de educação feministas, pedagogia comunitária. Educação e os debates da igualdade de gênero. Educação para o enfrentamento das violências contra as mulheres. (UFPA 2021)

Essa disciplina eletiva contribui para o debate sobre o gênero na educação e isso é relevante na formação dos professores/as, sendo necessária que ela seja incorporada no rol das disciplinas obrigatórias, para que os debates sobre o gênero se façam permanente no curso e contribua com a formação de todos/as e não somente daqueles que sentem interesse no tema. A organização da ementa mostra a amplitude de conhecimentos sobre o Feminismo e educação e o mais interessante é a abordagem no âmbito da Amazônia, contribuindo com os saberes e as lutas das mulheres amazônicas no enfrentamento de todas as formas de violência e colonialismos.

Na Universidade Estadual do Pará/UEPA, no PPC do curso de Pedagogia, as disciplinas que trabalhavam a formação eram: Educação Infantil no Contexto Brasileiro — 100h; e Núcleo de Estudos Básicos e Estágio Supervisionado na Educação Infantil — 200h Núcleo Integrador. Nas disciplinas elencadas, as ementas orientam para as discussões sobre a concepção de infância e o trabalho pedagógico na Educação Infantil, nelas não existe indicação que orientam para a questão da diversidade e gênero.

No rol das disciplinas eletivas, que são ofertadas de acordo com as demandas e oferecidas pelos departamentos são previstas as disciplinas *Educação Sexual, Tópicos de Saúde e Sexualidade Humana*. As disciplinas eletivas não são obrigatórias, são ofertadas de acordo com as demandas de professores/as e alunos/as no decorrer do curso; mas, diferentemente do PPC de Pedagogia da UFPA, no PPC do curso homólogo da UEPA, há a preocupação em realizar a discussão sobre sexualidade, que pode surgir a abordagem sobre gênero, mas a ementa não se encontra disponível no Projeto do Curso. É necessária a compreensão dos objetivos e finalidade das práticas pedagógicas nos cursos de formação de professores/as; neste sentido, corroboramos com Pimenta (1997), quando afirma que:

Dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva, nos alunos, conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem, permanentemente, irem construindo seus saberes fazeres docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. (PIMENTA, 1997, p. 6)

Destaco, assim, a importância, na formação de professores/as da Educação Infantil, os conhecimentos sobre as questões de gênero, pois é nesta fase de desenvolvimento se apresenta para as crianças aquilo que social e culturalmente se designa de “homens” e “mulheres”. Desmistificar que as diferenças sexuais não são determinadas biologicamente, mas são construções sociais (SCOTT, 1995) feitas a partir de como a sociedade se encontra organizada, sexista, patriarcal, cuja premissa da subordinação das mulheres demarcam as desigualdades de gênero em todos os setores da sociedade. Então, é preciso questionar as relações de poder enviesadas na educação de meninos e meninas, quebrando o ciclo de desigualdade e de poder que permeiam as redes de relação na sociedade.

Os discursos de ódio propagado por grupos conservadores contra uma educação pautada no debate sobre gênero nas escolas indicam a crença de uma educação para a manutenção do status quo de uma educação tradicional e opressora que não reconhece o papel de homens e mulheres na construção de uma sociedade emancipada. Implica em difundir um discurso heteronormativo, no qual os papéis de homens e mulheres são biologicamente determinados e o contrário determinaria na própria extinção da humanidade, uma vez que a reprodução é dada como condição feminina.

Ao analisar as Matrizes Curriculares dos cursos de Pedagogia nas Universidades, construídas em um momento político histórico e social, quando a formação para professores/as estava sob a égide da Resolução 02/2006, com avanços nas discussões da diversidade e gênero, o tema não foi posto como disciplina obrigatória nos cursos de Pedagogia, o que representa um retrocesso.

Os estudos sobre a ideologia de Miskolci e Campana (2017) indicam que, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), tiveram início as discussões envolvendo o debate sobre as relações étnico-raciais e a igualdade de gênero e o combate à homofobia nos currículos de formação. A Resolução 05/09 das Diretrizes para a Formação de Professores nas Licenciaturas 02/2006 fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil foram exemplos dos avanços, mas que não foram incorporadas nas matrizes curriculares dos Cursos de Pedagogia aqui pesquisadas. Esse fato, de certa forma, vai de encontro com as críticas que se fazem a escolas e às Universidades, como instituições que corroboram com as ideologias de gênero. Se as academias propiciam os debates sobre as questões de gênero, se deve aos grupos de pesquisa, extensão ou nas disciplinas eletivas que compõe o quadro as disciplinas que são opcionais, longe de fixarem nos currículos de maneira a fazer parte da formação inicial do Pedagogo, essa situação diz muito de uma posição dos conhecimentos na arena discursiva e de poder. Sobre o currículo, é interessante a reflexão proposta por Louro (2014):

O currículo “fala” de alguns sujeitos e ignora outros; conta histórias e saberes que, embora parciais, se pretendem universais; as ciências, as artes e as teorias trazem a voz daqueles que se auto atribuíram a capacidade de eleger as perguntas e construir as respostas que, supostamente, são de interesse de toda a sociedade. (LOURO, 2014, p. 68)

Pensar sobre a formação dos professores/as atuantes na docência na educação infantil impele o repensar quais saberes são necessários, que possibilite a problematização da estrutura social na sociedade, que emancipe homens e mulheres, não os subordinando ao pensamento binário que o coloca em posição opostas nas relações. É necessário, desde a educação infantil, o rompimento com o pensamento colonial, hegemônico e cartesiano, em que as identidades, as subjetividades sejam reconhecidas fora do modelo padrão tradicional de pensar o feminino e o masculino.

É urgente desnaturalizar o sentido atribuído ao currículo na formação do Pedagogo. Ele não é neutro, e o posicionamento que escolhe tomar assume, em determinados contextos, a dominância a favor ou contra a emancipação dos sujeitos. Mais que modelos prescritos, os currículos hoje assumem posição de poder em todos os níveis de ensino. Vale destacar que, no movimento de aprovação da Base Nacional Comum Curricular, as forças conservadoras aprovaram a Base, retirando o gênero de todo o documento, e isso foi uma demonstração de que a estrutura social que se quer manter é opressora. O pensamento colonizador subalternizou corpos e mentes e o fez através de normas e disciplinas. Decolonizar a educação das crianças é um desafio que procura enfrentar a universalização e a normatização dos corpos e das infâncias de crianças através de uma educação que seja emancipadora (FREIRE, 1987).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo foi o de identificar como as questões de gênero são debatidas nas disciplinas formativas da educação infantil, tendo como objetivos secundários: 1) analisar as concepções de gênero e infância estão presentes no currículo e/ou eixos formativos da Educação infantil e 2) compreender as contribuições do curso de Pedagogia para o debate de gênero nas Matrizes Curriculares do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Estadual do Pará (UEPA), até o ano de 2021.

Então, chego à conclusão de que, mesmo tendo o avanço na legislação via Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Resolução n.º 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Resolução 02 de julho de 2015, os retrocessos vieram com a BNCC de 2017 e a Resolução de 2019.

Os Projetos dos Cursos analisados, que estão segundo a Resolução de 2006, não incorporam nas suas Matrizes Curriculares via disciplinas obrigatórias as questões sobre gênero na formação dos professores/as para atuarem na educação infantil, trazem um amplo debate sobre a Infância, a criança, mas não avançaram no sentido de explicitarem nos Projetos a questão de gênero. No entanto, o tema em questão aparece nas disciplinas eletivas, o que é um avanço, mas é necessária a inclusão dessas disciplinas no rol das obrigatórias.

A invisibilidade de temas como gênero nos currículos de formação de professores/as tende a dificultar as práticas educativas e mudanças nos currículos escolares, na medida que, nas escolas, de maneira geral, e nas instituições de educação infantil, de modo específico, persistirão práticas voltadas para o sexismo, patriarcalismo, dentre outras, determinando as relações entre homens e mulheres.

A educação infantil como primeira etapa da Educação Básica se constitui espaço privilegiado de uma educação que se quer transformadora; mas, para que isso ocorra, é necessário

que ela seja valorizada como tal, seja vista como de relevância para a educação de meninos e meninas, rompendo como os paradigmas de uma educação reprodutora, machista e sexista. É na primeira infância que ocorre a socialização, o reconhecimento do eu e do outro, dos espaços e das diferentes vivências e saberes. Neste sentido, a educação na primeira infância tem um papel relevante para o processo de desenvolvimento das potencialidades das crianças, cognitivas, afetivas e sociais, que podem mudar os horizontes firmados pelo sistema de opressão arraigados culturalmente na sociedade.

É nas escolas infantis que a criança tem seu primeiro contato com a diversidade de maneira mais ampla, onde os grupos de pertencimentos estão postos para além do espaço familiar, comunitário. Esse contato, mediado pelos professores e professoras e a forma como essa mediação é conduzida, irá marcar a trajetória de vidas das crianças.

É necessário que as instituições infantis estejam abertas a uma educação interseccional, uma vez que os demarcadores sociais, como raça, gênero, classe estão presentes no cotidiano e nos grupos que compõe o coletivo escolar. Já não cabe pensar em uma educação homogeneizadora, racista, sexista, patriarcal, pautada na exclusão de grupos socialmente excluídos, mas avançar no sentido de garantir a todos uma educação inclusiva e que seja representativa para todos/as.

Neste cenário, é necessário dar visibilidade ao estudo de gênero na educação infantil desde a formação inicial de professores/as no curso de Pedagogia. As Universidades têm papel preponderante na formação de profissionais que atuarão na educação de crianças e, desse modo, contribuir para que os futuros/as professores/as possam trabalhar pedagogicamente a questão de gênero, possibilitando o desenvolvimento das identidades, cujo sentimento de pertencimento, autoestima, possa propiciar às futuras gerações vivências coletivas e humanizadas com respeito à diversidade de gênero.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdos*. Lisboa. Edições 70. 1986.
- BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola? *Revista Periódicus*, 1(9), 105–121. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/peri.v1i9.25681>> Acesso em: 18 fev. 2023
- BELTRÃO, Jane Felipe; OLIVEIRA, Assis da Costa. Desafios e tensões da proteção plural de indígenas/crianças. *Tellus*, Campo Grande, ano 11, n. 20, 2011: 151-172. Disponível em: <<https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/225/265>> . Acesso em: 20 out. 2022.
- BRASIL. *Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996*. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em 10 de set. de 2022.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf>> Acesso em 10 de setm. de 2022.
- BRASIL. *Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>> Acessado em 10 de set. de 2022.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006* - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf> Acesso em: 29 out. 2022
- BRASIL. *Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009* - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil Disponível: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN52009.pdf> Acesso em: 29 out. 2022 20
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular 2017*. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acessado em: 29 out. 2022.
- CASTRO, Roney Polato de. Formação docente para as relações de gênero e sexualidades: problematizando a heteronormatividade no Ensino Superior. *Periódicus*, número 2, nov.2014 - abril 2015, Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12881> - Acesso em: 13 nov. 2018
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo. Paz e Terra. 1997.
- KUHLMANN Jr, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- LOURO. Guaciara Lopes. *Gênero. Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis. Rios de Janeiro. 16 ed. Ed. Vozes, 2014.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?format=pdf>>. Acesso 20 de Out. 2022.
- MORETTI, Nara Martins; SILVA, Nélia Aparecida da. Brincar na educação infantil: transgressões e rebeldias. In: VÁRIOS AUTORES/ GEPEDISC-CULTURAS INFANTIS (orgs). *Culturas Não sou tio, nem pai, sou Professor...* 291 *Infantis em creches e pré-escolas: estágio e pesquisa*. Campinas-SP: Autores Associados, 2011, p. 35-57.

NARVAZ, Martha Giudice. KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias Feministas E Estudos De Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica E Política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/NGxfm9MK4wBdpJ7twQzv-fYM/?format=pdf>> acesso em: 30 de agosto de 2022.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Sobre a organização curricular da Educação Infantil: conversas com professoras a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais. *Revista Zero-a-seis*, Florianópolis, v. 19, n. 35, p. 46-68, jan./jun 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1980-4512.2017v-19n35p46>> acesso em: 20 de fev. 2023.

PRETTO, Zuleica; LAGO, Mara C. de S. Reflexões Sobre a Infância e Gênero a Partir de Publicações de Revistas Feministas Brasileiras. *Revista Ártemis*. Vol XV nº 1, Jan-Jul, 2013. Pp. 56-71. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/16638/9495>> Acesso em: 09 out. 2021.

SANTOS, Sandro Vinicius dos Santos. Interfaces de gênero, infância e Educação Infantil na Pós-graduação em Educação brasileira (1996 a 2015). *Perspectiva*, v. 38, n. 1, p. 01-22, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e61812>> Acesso em: 20 dez. 2020.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, n.20, v.2, p. 71-100, jul/dez, 1995.

SILVA, Peterson Rigato da. *Não Sou Tio, Nem Pai, Sou Professor! A Docência Masculina Na Educação Infantil*. 1. ed. Contagem, MG/Brasil: Editora Escola Cidadã, 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1gPcw0eumbN51NFT9yipZLVJzPOXzl0Is/view>> acesso em 25 mar. 2023

SILVA, Diana Melo. Gênero e Orientação Sexual na Base Nacional Comum Curricular. In: Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". *Anais Educon 2020*, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 5, p. 1-17, set. 2020. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13781/4/3>>

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/KMSmJ-fk43rKWcRNHWHfWsfC/?format=pdf&lang=pt>> acesso em: 24 fev. 2023

Universidade Estadual do Pará Matríz Curricular do Curso de Pedagogia. Projeto Pedagógico do Curso.2007. Impresso

Universidade Federal do Pará. Matríz Curricular do Curso de Pedagogia. Projeto Pedagógico do Curso.2010. Impresso.

Entre a Emergência e as Interrupções da Voz em *Um Útero é do Tamanho de um Punho*, de Angélica Freitas ¹

Entre el Surgimiento y las Interrupciones de la Voz en Um Útero é do Tamanho de um Punho, de Angélica Freitas
Between the Emergence and Interruptions of the Voice in Um Útero é do Tamanho de um Punho, by Angélica Freitas

Mayara Haydée Lima Sena

Resumo: A poesia, compreendida, nesta pesquisa, como *ação* (BRAIDA, 2014), é potência ficcionalizadora que possibilita a inauguração de novas realidades no mundo. Em vista disso, o livro *Um útero é do tamanho de um punho* (2012), de Angélica Freitas, que se empenha, poeticamente, na problematização de questões de gênero, sofreu a tentativa gritante de censura em 2019 por uma moção que exigia a retirada do livro das leituras obrigatórias de vestibulares de universidades federais de Santa Catarina. Nesse sentido, objetiva-se identificar a emergência e as interrupções das vozes das mulheres como tema fundamental em *Um útero é do tamanho de um punho*. Os poemas encontram-se entre a fala e o silêncio, letra e luta, oscilação sentida, inclusive, na realidade sobrenatural do episódio lamentável de tentativa de silenciamento do livro.

Palavras Chave: Gênero. Angélica Freitas. *Um útero é do tamanho de um punho*.

Resumen: La poesía, comprendida en esta investigación como acción (BRAIDA, 2014), es potencia ficcionalizadora que posibilita la inauguración de nuevas realidades en el mundo. En este sentido, el libro *Um útero é do tamanho de um punho* (2012), de Angélica Freitas, que se empena poéticamente en la problematización de cuestiones de género, sufrió el intento escandaloso de censura en 2019 por una moción que exigía la retirada del libro de las lecturas obligatorias de vestibulares de universidades federales de Santa Catarina. De esta forma, se objetiva identificar la emergencia y las interrupciones de las voces de las mujeres como tema fundamental en *Um útero é do tamanho de um punho*. Los poemas se encuentran entre el habla y el silencio, letra y lucha, oscilación sentida, incluso, en la realidad sobrenatural del lamentable episodio del intento de silenciamiento del libro.

Palabras Claves: Género. Angélica Freitas. *Um útero é do tamanho de um punho*.

Abstract: Poetry, understood in this research as action (BRAIDA, 2014), is a fictionalizing power that makes it possible to inaugurate new realities in the world. In view of this, the book *Um útero é do tamanho de um punho* (2012), by Angélica Freitas, which poetically strives to problematize gender issues, suffered a blatant attempt at censorship in 2019 by a motion demanding that the book be removed from mandatory reading for entrance exams at federal universities in Santa Catarina. In this sense, the aim is to identify the emergence and interruptions of women's voices as a fundamental theme in *Um útero é do tamanho de um punho*. The poems are caught between speech and silence, words and struggle, an oscillation felt even in the supernatural reality of the unfortunate episode of an attempt to silence the book.

Keywords: Gender. Angélica Freitas. *Um útero é do tamanho de um punho*.

¹ Este trabalho realizado como requisito final para a conclusão da especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina, /GEPPEM/UFPA, orientado pela professora doutora Adriane Santana de Lima. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Mayara Haydée Lima Sena – Mestranda em Estudos Literários no PPGL, Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: mayarahaydeesena@gmail.com

INTRODUÇÃO

O livro *Um útero é do tamanho de um punho*, de Angélica Freitas, foi lançado em 2012 e sublinha, ironicamente, ideais encarceradores que perseguem as mulheres há séculos. O empenho poético da criação da poeta na problematização das questões de gênero foi — e ainda é — tão inflamável para a sociedade brasileira, assolada pelos discursos da extrema-direita bolsonarista, que, em 2019, foi pauta de um debate turbulento na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A tentativa gritante de censura surgiu com o repúdio de um parlamentar do PSL, o qual anunciou a moção de número 463/2019 que exigia a retirada do livro de poemas das leituras obrigatórias do vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e testilhava uma espécie de pregação agressiva contra o livro, acusando-o de divulgar “ideologia de gênero”.

Primeiramente, é preciso ressaltar que é curiosa a inquietação causada por um livro de poemas em um país que, naquela conjuntura política, desdenhava o setor artístico, em um Estado em que se aprovou uma lei que extinguiu a obrigatoriedade das artes no novo ensino médio. Por conseguinte, indaguemo-nos, como fez Arthur Danto (2015), “se o único papel político da poesia é esse ofício cerimonial, desviante e consolatório — para não dizer relicário —, por que é tão difundida essa atitude política de que a arte é perigosa?” (p. 38). Em outras palavras, em um contexto político de desvalorização do campo artístico, no qual o Estado não expressava credibilidade às artes e aos artistas, por que o livro de poemas de Angélica Freitas teria causado tanto mal-estar na direita brasileira que, na época, estava no poder?

No livro *O descredenciamento filosófico da arte* (2015), Danto percorre por essas questões, discutindo, entre outros pontos, sobre as relações das atuações da poesia diante da política e da política diante da poesia. O autor problematiza, assim, a incoerência entre a inutilidade atribuída à arte e a sua concepção de alta periculosidade, tendo em vista sua ameaça à estabilidade política. Atribuir o caráter de futilidade à arte é, nesse sentido, resultado de teorias descredenciadoras.

Representar a arte como algo que, em sua natureza, nada pode fazer acontecer não é tanto um ponto de vista oposto à visão de que a arte é perigosa: é um modo de responder ao perigo sentido na arte tratando-o metafisicamente como se não houvesse nada a que temer. (*ibid.*, p. 38)

Nessa perspectiva, a arte — neste estudo, compreendida mediante a poesia de *Um útero é do tamanho de um punho* — apresenta-se, como pontuou Celso Braidia (2014), como “um deslocamento do centro da esfera semântica da palavra ‘arte’, aproximando-o do conceito primário de ato (ação) e afastando-o em relação ao sentir (estética) e ao dizer (significação)” (p. 24). Dessa forma, a poesia se expressa como ação; a literatura, como potência ficcionalizadora, é a possibilidade de inauguração de novas realidades no mundo. Portanto, no caso de um livro que questiona a histórica subalternização das mulheres, era de se esperar que sentidos transgressores assombrassem parlamentares conservadores.

O marxismo reflete sobre os deslocamentos das artes no sistema capitalista, uma vez que, frequentemente, elas estão integradas à ideologia e, desse modo, incluídas na chamada superestrutura (EAGLETON, 2011). Na lógica capitalista, a arte trabalha para autenticar os domínios da classe dominante e está “imersa em ideologia, mas também consegue se distanciar dela, a ponto de

nos permitir ‘sentir’ e ‘observar’ a ideologia de onde surge (*ibid.*, p. 39). Emerge, assim, a arte anti-ideológica e, no que tange as manifestações literárias, compreende-se que algumas são insubmissas e “podem desagregar-se da ideologia para, assim, descortinar suas incontáveis contradições” (SENA; SENA, 2021, p. 177). Nesse sentido, entre a transgressão e a intolerância na recepção do livro, a poesia de Angélica Freitas é concebida, neste trabalho, como poética contra-hegemônica, uma vez que se esquivava dos domínios ideológicos.

Dessa forma, objetiva-se identificar a emergência e as interrupções das vozes das mulheres como tema fundamental em *Um útero é do tamanho de um punho*. O desejo de expressão como movimento antigo e contínuo e que, ainda na contemporaneidade, encontra incontáveis interdições, pois se sabe que “sempre haverá interrupções” (WOOLF, 2014, p. 112). As reflexões conduzidas por dois poemas apontam para uma oscilação entre a retenção e emancipação da voz, encenando a antiga tensão/coerção que acomete a fala das mulheres.

As contribuições basilares, neste estudo, são das teóricas de Anne Carson, a qual, em *O gênero do som* (2020), faz uma leitura sonora das opressões de gênero para denunciar as obstruções das vozes das mulheres; e de Gloria Anzaldúa (2000), que, em *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, propõe: “Desenterrem a voz que está soterrada em vocês” (2000, p. 235). Outrossim, outras teóricas, sobretudo feministas, serão acionadas para dialogar com os poemas, visto que, ao que se consta, estes projetam imagens que representam tópicos frequentes dos estudos de gênero e dos feminismos contemporâneos, isto é, tematizam a realidade das mulheres. A investigação priorizará a discussão sobre o movimento indomável de erupção das vozes das mulheres e suas interrupções: a fala e o silêncio, a letra e a luta, entre outros pontos.

Metodologicamente, o trabalho percorrerá dois momentos principais, nos quais as fundamentações teóricas serão mobilizadas pelos percursos interpretativos do quarto poema, sem título, do capítulo “uma mulher limpa” do livro *Um útero é do tamanho de um punho*, que aciona conceitos de *O gênero do som* (2020), entre outros; e do quinto poema do mesmo capítulo, “uma canção popular (séc. XIX-XX)”, o qual incorpora mecanismos patriarcais de silenciamento, como a loucura e o confinamento.

1. “Era uma Vez uma Mulher/ e Ela Queria Falar de Gênero”

Os estudos de gênero, introduzidos desde a década de 1980 pelas feministas, têm-se difundido nas ciências em geral e diversificado, inevitavelmente, os estudos literários. Desde um início pautado na diferença sexual por um determinismo biológico, as pesquisas sobre gênero são, em grande maioria, atravessadas pelo sentido da visão, predominantemente, guiadas pelo império da cosmovisão “que é usado no Ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, capta o privilégio ocidental do visual” (OYĒWŪMÍ, 2002, p. 3). Anne Carson (2020), entretanto, trilha outro caminho: *O gênero do som*, amplificando sua análise e coincidindo com o termo *world-sense* ou cosmo-percepção, de Oyèrónké Oyèwùmí (2002), que desmonta uma crítica hegemonicamente eurocêntrica e visual e “é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais” (p. 3)

Segundo Anne Carson (2020), a lógica patriarcal hierarquiza as vozes postulando que “mulheres são demoníacas e homens, justos a partir do que propagam” (p. 114). A voz funciona como traçamento de gênero desde a Antiguidade Ocidental e, conseqüentemente, tal ideal é reverberado

na intrusão colonial. A subalternização do som das mulheres decorre da idealização de que “um tom de voz agudo se associa de imediato à tagarelice para caracterizar uma pessoa que não se enquadra no ideal masculino de autocontrole” (p. 116).

Desse modo, constata-se uma antiga empreitada patriarcal para impedir a divulgação das vozes das mulheres e, assim, abafar também seus pensamentos, estratégia que repercute no que Carson (2020) chama de *patriarcado literário*.

Colocar uma porta na boca das mulheres tem sido um importante projeto da cultura patriarcal desde a Antiguidade até os dias presentes. Sua estratégia principal é criar uma associação ideológica do som produzido pelas mulheres com o monstruoso, a desordem e a morte (p. 117)

O projeto de silenciamento, ou o *mundo destro*, como conceituou Gloria Anzaldúa (2000), portanto, seria este onde os homens são proprietários do discurso e no qual “as mulheres sempre existiram, mas em terceira pessoa, narradas, conjugadas” (SENA; SENA, 2021, p. 180). Como advertiu Virginia Woolf, “ela permeia a poesia de capa a capa [...] na vida real, ela pouco conseguia ler, mal conseguia soletrar” (2014, p. 66–67). Em outras palavras, “ela escreveu ajoelhada no milho”, como nos disse Angélica Freitas (2020, p. 89) em um verso, sintetizando o ato de desobediência que, historicamente, tem sido a literatura para as mulheres.

A respeito do tema interdições, a pesquisadora brasileira Gisele Novaes Frighetto (2015) já havia notado, mas analisando apenas o poema-título da obra, que:

a representação do feminino em *um útero é do tamanho de um punho* passa necessariamente pela vivência e expressão de suas interdições, nesse caso, aquelas que dizem respeito ao corpo, à sexualidade e à reprodução. (p. 1314)

Contudo, neste estudo, o que se focalizará, a partir do quarto poema do livro, o qual não possui título e pertence ao capítulo “uma mulher limpa”, é a interdição que atinge, principalmente, o campo do saber. Nessa perspectiva, visualiza-se o movimento de tentativa de emancipação das mulheres que sempre esbarra na produção de conhecimento que, hegemonicamente, é atribuída aos homens.

era uma vez uma mulher
e ela queria falar de gênero

era uma vez outra mulher
e ela queria falar de coletivos

e outra mulher ainda
especialista em declinações

a união faz a força
então as três se juntaram

e fundaram o grupo de estudos
celso pedro luft (FREITAS, 2017, p. 14)

O poema anuncia-se com “era uma vez...”, referência à estrutura inicial de narrativas que pertencem ao gênero maravilhoso, os contos de fadas (TODOROV, 2017, p. 30), figurando uma realidade aparentemente sobrenatural das mulheres. Nesse tipo de conto, “os acontecimentos sobrenaturais não provocam nele surpresa alguma” (TODOROV, 2017, p. 30), assim como no poema que enreda a história de três mulheres anônimas que gostariam de “falar”, cada qual sobre um tema dos estudos da língua, mas que, embora haja um empenho coletivo, “a união faz a força”, as estudiosas colidem com a dominação masculina do saber, invocada na figura imponente do linguista, gramático, filólogo e professor Celso Pedro Luft (único nomeado no poema). Apesar da reunião de três mulheres (de nomes irrevelados), as quais desejam falar sobre seus temas de estudo, inclusive uma especialista, seu maior feito — ou única validação possível — é criar um grupo de estudos em homenagem a um famoso homem da ciência.

Os temas de interesse das três mulheres sugerem e se confundem com vocábulos comuns na *praxis* de transgressão da lógica patriarcal das lutas feministas: gênero, coletivos e declinações. Desse modo, no poema, a desventura no plano dos estudos da língua estabelece uma irônica relação metonímica com os impasses impostos à histórica luta das mulheres.

O poema ecoa neutralidade diante da impossibilidade de sucesso do grupo de estudiosas no campo do saber. Nesse sentido, o uso de uma linguagem impessoal, de ditos populares, da abertura clássica dos contos de fadas marca, ironicamente, a naturalização da hierarquia de gênero como condição enraizada nas sociedades patriarcais. Opta-se, como nos contos de fadas, pela via da lógica sobrenatural sem nenhum espanto aparente (TODOROV, 2017) para denunciar a normalização da posição subalterna imposta às mulheres na ciência.

2. “Uma Mulher Incomoda/é Interditada”

A Psiquiatria no Brasil, historicamente, foi concebida conforme a moral burguesa e o Estado, bem como o discurso normativo médico a respeito das mulheres foi indispensável para legitimação do controle sobre esses corpos (MACHADO; CALEIRO, 2008). Ao se indagarem sobre “Loucura feminina: doença ou transgressão social?” Machado e Caleiro (2008) concluem que comportamentos divergentes aos predeterminados socialmente, ou seja, as insubmissões, são, frequentemente, associados a mulheres diagnosticadas como “loucas”.

Existe um modelo do feminino que insiste em prevalecer no imaginário coletivo, e sua negação conduz a mulher à exclusão ou reclusão num hospital psiquiátrico. No hospício, a mulher perde toda a sua condição de sujeito, sua identidade, torna-se submissa, é institucionalizada, não mais oferece perigo à sociedade (MACHADO; CALEIRO, 2008, p. 5)

O confinamento, visto toda sua capacidade de anulação, é, portanto, a alternativa mais eficaz para a “interdição” de mulheres desviantes na sociedade patriarcal, bem como para sufocar suas vozes, como expressa o quinto poema do capítulo “uma mulher limpa”, o qual o título é “uma canção popular (séc. XIX-XX)”:

uma mulher incomoda
é interdita
levada para o depósito
das mulheres que incomodam

loucas louquinhas
tantãs da cabeça
ataduras banhos frios
descargas elétricas

são porcas permanentes
mas como descobrem os maridos
enriquecidos subitamente
as porcas loucas trancafiadas
são muito convenientes

interna, enterra (FREITAS, 2017, p. 15)

O título sugestivo insere o poema na realidade comum, tal qual uma “canção popular”, da loucura atribuída às mulheres insubmissas. Sabe-se — e o poema também sabe — que o século XIX, esticando-se ao XX, é acompanhado pela eclosão da vigilância e do controle da Medicina, maquinada pelo Estado, tanto na esfera pública como na esfera privada, principalmente, sobre mulheres que “incomodam” (MACHADO; CALEIRO, 2017).

As mulheres do poema causam medo na “segura” hierarquização de gênero, medo esse que Carson (2020) observa, por exemplo, na apresentação grotesca da escritora Gertrude Stein por “críticos, biógrafos e jornalistas que não souberam lidar com a prosa dela” (p. 118). Traça-se, frequentemente, a animalização na retratação das mulheres, como as “porcas” do poema, num movimento de desumanização radical.

A estrofe mais estabilizada — com versos medicalizados — sonoramente é a terceira (“permanentes”, “subitamente”, “convenientes”), após a emissão de imagens de torturas manicomial (“ataduras banhos frios/descargas elétricas”), na qual também surge o marido. A reclusão das “porcas trancafiadas” continua nesta estrofe, contudo, com a aparição do marido, “enriquecido subitamente”, é delineada pelo confinamento na família nuclear, a qual o homem é o provedor financeiro.

O chamado “patriarcado do salário”, pesquisado pela teórica feminista Silvia Federici (2018), configura-se como a desigualdade salarial na família nuclear majoritária que empobrece, controla, disciplina e subalterniza as mulheres. Desde o século XIX,

con la introducción del salario familiar, del salario obrero masculino (que se multiplica por dos entre 1860 y la primera década del siglo XX), es que las mujeres que trabajaban en las fábricas son rechazadas y enviadas a casa, de forma que el trabajo doméstico se convierte en su primer trabajo y ellas se convierten en dependientes. (FEDERICI, 2018, p.16-17)

Enjauladas no matrimônio, a experiência da desigualdade salarial entre homens e mulheres gerava/gera a crença de que eles têm o “poder de disciplinar” (FEDERICI, 2018), convertendo-as, como no poema, em “convenientes”.

Dois aprisionamentos surgem no poema e nele se confundem: o lar e o hospício, ambos especializados no encerramento das mulheres, “ese que las encierra/entre cuatro paredes, /con solo/ colocarles un anillo” (LÓPEZ, 2020, p. 52). A coerção praticada nesses espaços tem um objetivo comum: a modelação de uma mulher ideal. Como esclareceu Maria Rita Kehl (2008), e no que tange o encarceramento no lar representado pelo poema, busca-se uma feminilidade padrão, “cuja principal função é promover o casamento, não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar” (p. 44).

O destino trágico do verso derradeiro retrata a solução cabível às vozes/falas inconvenientes, uma vez que “a ordem patriarcal talvez assuma que sua responsabilidade terapêutica é dar uma forma politicamente apropriada a sons desagradáveis (CARSON, 2020, p. 134). O parentesco sonoro entre “interna” e “enterra” potencializa a relação fúnebre entre confinamento e o apagamento do sujeito que incomoda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a teórica feminista Gloria Anzaldúa (2000) se perguntou por que escrevia, ela constatou, em uma de suas muitas autodecifrações, que era “para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca” (p. 232). Escrever, portanto, para desmontar o ideário dominante e colonial de que “o som feminino brotava da loucura e produzia mais loucura (CARSON, 2020, p. 125). A literatura — mais precisamente a poesia — é, nesse sentido, um estratagema poético emancipatório que, mediante a liberdade das várias vias discursivas, pode ir além de uma realidade prescrita.

Se, de acordo com Leyla Perrone-Moisés (1990, p. 104), a literatura é uma tentativa de suplementação da falta no mundo e no eu, a poesia de *Um útero é do tamanho de um punho*, embora, ironicamente, “está sempre dizendo que o real não satisfaz” (*ibid.*, p. 104). Talvez, por isso, as eclosões e obliterações das vozes das mulheres sejam temas tão insistentes no livro, uma vez que, como se sabe, “o som da mulher é desagradável tanto porque o tipo de voz feminina é desagradável quanto porque a mulher usa a voz para dizer o que não deveria ser dito” (CARSON, 2020, p. 131). Em síntese, a tensão entre a emergência e as interrupções na emissão da voz, da fala, do pensamento, do saber produzido por mulheres é uma linha de força na obra. Os poemas encontram-se entre a fala e o silêncio, entre o desejo e o tabu, entre a letra e a luta. A oscilação foi sentida, inclusive, na realidade sobrenatural do episódio lamentável de tentativa de censura do livro.

Teme-se o *papel ativo da fala* — agilidade que Maria Rita Kehl (2008) analisou em *Deslocamentos do feminino*, acionando teorias saussureanas e pensando a prática psicanalítica — pois a fala provoca modificações na língua e, nesse sentido, a autora adverte: “cada um tem condições de inscrever, com sua fala, uma pequena modificação; o sujeito faz um furo no muro da linguagem” (p. 24). Perfurando os discursos hegemônicos, a poesia de Angélica Freitas arremessa questionamentos na nebulosa ideologia lacrimogênea e nos oferece, com seus vários cenários, outras realidades. Nas palavras de Anzaldúa: “Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo” (2000, p. 232).

O antigo projeto de desbotar os desejos das mulheres e obliterar suas vozes que incomodam é tão atual que, no Brasil, assistimos perplexos o episódio tenebroso de um verdadeiro abate, o da vereadora Marielle Franco, resultante de um pavor causado pela mobilização que sua voz aticava. Contrariando a História amordaçada, a insubmissão das vozes das mulheres do livro, como o trabalho da poesia, é um movimento para que “um mundo seja desenterrado pela linguagem” (PIZARNIK, 2021, p. 53).

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- BRAIDA, Celso. A forma e o sentido da frase “Isso é arte”. In.: BRAIDA, Celso; DRUCKER, Claudia; BARBOZA, Jair (organização). *Café filosófico: Estética e filosofia da arte*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. p. 23-56.
- CARSON, Anne. O gênero do som. *Revista Serrote*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 114-136, 2020.
- DANTO, Arthur. *O descredenciamento filosófico da arte*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FEDERICI, Silvia. *El patriarcado del Salario*. Críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.
- FRIGHETTO, Gisele Novaes. Um útero é do tamanho de um punho, ou sobre as interdições do feminino. *ESTUDOS LINGUÍSTICOS*, São Paulo, 44 (3): p. 1303-1317, set.-dez. 2015.
- FREITAS, Angélica. *Canções de atormentar*. São Paulo: Companhia das letras, 2020.
- _____. *Um útero é do tamanho de um punho*. São Paulo: Companhia das letras, 2017.
- KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- LÓPEZ, Guisela. Abriendo brecha. In: _____. *Y la culpa no era mía Antología de poesía feminista*. Barcelona: Biblioteca Omegalfa, 2020.
- MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; CALEIRO, Regina Célia Lima. Loucura feminina: doença ou transgressão social?. *Desenvolvimento social*. Montes Claros, v. 1, n. 1, p. 1-8, jan./jun. 2008.
- OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 391-415. Tradução para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. A criação do texto literário. In: *Flores da escrivainha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 100-110.
- PIZARNIK, Alejandra. *O inferno musical*. Tradução de Davis Diniz. Relicário: Belo Horizonte, 2021.
- SENAS, Haydée Lima Sena; SENAS, Marília Neide Lima. Literatura, Feminismo Decolonial e Educação Popular. In.: *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 20, jul./dez., 2021. p. 175-183).
- TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica* [1970]. 4. ed., 3ª reimp. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução: Bia Nunes de Sousa. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: memórias de Isa e Leila Jinkings e suas lutas contra a Ditadura Civil-Militar-Empresarial ¹

Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: memorias de Isa y Leila Jinkings y sus luchas contra la Dictadura Civil-Militar-Empresarial

Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: memories of Isa and Leila Jinkings and their struggles against the Civil-Military-Business Dictatorship

Priscila Herondina Reis de Souza

Resumo: “Onde estavam as mulheres em 1964?” é a pergunta que ilustra o capítulo 9 (ditadura e gênero) do relatório Paulo Fonteles Filho, da Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará (CEVM/PA). Com um capítulo dedicado a figura feminina, o documento retoma a vivência de mulheres distribuídas em vários setores da sociedade durante o regime militar. Assim, o presente artigo objetiva desvelar a participação feminina na oposição à ditadura civil-militar-empresarial, em específico no estado do Pará, a partir da anamnese de duas personagens entrevistadas pela CEVM/PA: Isa e Leila Jinkings. A luta em favor dos Direitos Humanos é ampla, concordante a isso são as memórias de mãe e filha da família Jinkings; as quais, na militância partidária ou no fotojornalismo, protagonizaram tal combate.

Palavras Chave: Mulheres. Ditadura Militar. Estado do Pará. Memória.

Resumen: “¿Dónde estaban las mujeres en 1964?” es la pregunta que ilustra el capítulo 9 (dictadura y género) del informe Paulo Fonteles Filho, de la Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará (CEVM/PA). Con un capítulo dedicado a la figura femenina, el documento retoma la vivencia de mujeres distribuidas en varios sectores de la sociedad durante el régimen militar. Así, el presente artículo tiene como objetivo desvelar la participación femenina en la oposición a la dictadura civil-militar-empresarial, en específico en el estado de Pará, a partir del análisis de dos personajes entrevistadas por la CEVM/PA: Isa y Leila Jinkings. La lucha en favor de los Derechos Humanos es amplia, y concordante con ello son las memorias de madre e hija de la familia Jinkings; las cuales, en la militancia partidaria o en el foto periodismo, protagonizaron tal combate.

Palabras Claves: Mujeres. dictadura militar. Estado de Pará. Memoria.

Abstract: "Where were the women in 1964?" is the question that illustrates chapter 9 (dictatorship and gender) of the Paulo Fonteles Filho report, from the Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará (CEVM/PA). With a chapter dedicated to the feminine figure, the document revisits the experiences of women distributed in various sectors of society during the military regime. Thus, this article aims to reveal the feminine participation in the opposition to the civil-military-business dictatorship, specifically in the state of Pará, based on the anamnesis of two characters interviewed by CEVM/PA: Isa and Leila Jinkings. The fight for Human Rights is broad, and this is concordant with the memories of mother and daughter from the Jinkings family; who, in party militancy or photojournalism, starred such a fight.

Keywords: Women. Military Dictatorship. Pará State. Memory.

¹ Este trabalho foi apresentado como requisito para conclusão da Especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEN/UFPA, sob a orientação da Professora Doutora Maria Luzia Miranda Álvares. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Priscila Herondina Reis de Souza – Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio do Pará, FAP. Advogada, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Especialista em Direito Agrário. E-mail: priscilasouza2730@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará (CEVM/PA), instaurada pela Lei n.º 7.802, de 31 de março de 2014, foi um mecanismo civil pelo qual personagens diversos lembraram e relataram as injúrias contra os direitos humanos cometidas no território paraense entre os anos de 1946 e 1988. A legislação de criação do CEVM/PA objetivou o resgate das opressões ocultadas por figuras que — no memoricídio — buscaram impunidade para seus atos contra a democracia; a qual, em sua vez, é guardada por este e outros aparatos que — através do processo recordatório — são bastiões da verdade visando a justiça aos autoritários.

O trabalho da Comissão está disposto no epônimo *Relatório Paulo Fonteles Filho*², cuja nomeação dá-se em homenagem a um dos históricos defensores dos Direitos Humanos no estado do Pará, tendo ele nascido na prisão durante o regime militar. Este compêndio é consubstanciado em três tomos que abordam diferentes dimensões sobre os Direitos Humanos e a Ditadura Civil-Militar-Empresarial.

O Tomo I é dedicado aos antecedentes históricos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a luta pela criação da CEVM-Pará; uma breve contextualização da política paraense; uma abordagem sobre a Amazônia Paraense no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

No Tomo II são contemplados capítulos dedicados: à imprensa paraense na ditadura a partir do relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Pará; à Universidade Federal do Pará; à violência no estado sob a ótica da Comissão Camponesa da Verdade; à Guerra dos Perdidos, do ocultamento histórico e a busca de reparação; ao sofrimento Aikewara — Relatório (CEVM/PA, 2022).

Com o Tomo III encontra-se o capítulo que inspirou o presente artigo ao focar Ditadura e Gênero, aliado ao debate sobre Justiça de Transição: situação atual, sugestões para efetivação nacional e repercussões no estado do Pará e as Recomendações. O capítulo 9 sobre Ditadura e Gênero traduz os esforços empreendidos pelo Grupo de Trabalho Memória e Ditadura — Linha Temática Ditadura e Gênero.

Nesse sentido, os pesquisadores registram que, dos 125 nomes dados como desaparecidos oficiais pelo livro *Brasil Nunca Mais* — de Dom Evaristo Arns —, menos de 20 são de mulheres, fator que poderia ensejar o entendimento de ser pequena a participação feminina contra o autoritarismo do regime militar. Velarde (2022), contudo, ressalta a intensidade da atuação das mulheres no período, destacando que não se poupou o corpo feminino de violações; é sabido, pois, que em tempos de conflito este corpo torna-se alvo — ainda maior — das violências patriarcais.

Nesse viés, entende-se que a palavra *corpo* não denota apenas a unidade físico-biológica, mas também o amago psicológico e moral das mulheres. A exemplo disto, recorda-se a Guerra dos Perdidos, evento em que polícias militares violentaram mulheres em Piçarra — interior do estado do Pará — na década de 1970 (CEVM/PA, 2022).

Jaime Cuéllar Velarde, autor do relatório da pesquisa sobre Ditadura e Gênero, consubstanciado no capítulo 9 do Relatório já mencionado, expõe sua inquietação com o tema que emerge a partir de uma questão na arguição de sua qualificação de mestrado, em que foi inquirido sobre “Onde estavam as mulheres em 1964?”. Defendida sua dissertação em 2012, intitulada *No Crepúscu-*

² Paulo Fonteles Filho compunha a CEVM/PA, na qual atuou intensamente, mas teve sua participação interrompida por seu falecimento em 26 de outubro de 2017, tendo ele nascido na prisão durante a Ditadura Militar.

lo: *memórias subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964–85)*, a atuação na CEVM/PA foi a oportunidade de pesquisar sobre esta temática da mais alta relevância. Velarde nota que essa dúvida o inquietou “para buscar uma interpretação histórica cuja participação feminina ganhasse visibilidade na historiografia” (*idem*, p. 29).

O objetivo do presente artigo, entretanto, consiste em analisar o debate sobre Ditadura e Gênero no escopo do Relatório da CEVM/PA, com foco no capítulo 9 do Tomo III. Ao longo de 242 páginas são abordados elementos contextuais sobre o tema, bem como densas notas taquígráficas com cinco mulheres que compartilham histórias de resistência, produzidas em sessões de entrevistas com vários membros da CEVM/PA³, aliada ainda a notas biográficas sobre mais duas mulheres que tiveram seus direitos violados no tempo de obscurantismo no país, em particular no estado do Pará.

Entre as primeiras cinco mulheres, optou-se centrar o estudo em duas, cujo critério de escolha foi ambas serem da mesma família — esposa/mãe e filha — possibilitando o diálogo com a experiência na confluência com a figura masculina de marido e pai.

Metodologicamente, o estudo foi desenvolvido assente na análise documental, que para Cellard (2008), o documento consiste em todo texto escrito, manuscrito ou impresso, podendo constituir-se em fonte primária ou secundária. O Relatório da CEVM/PA constitui-se num precioso testemunho histórico de um contexto particular de violência que assolou o país e o estado do Pará, tendo perdurado por duas décadas, mas cujos rastros de dores e sangue permanecem vivos na memória da sociedade brasileira e paraense. Sobretudo, de mulheres que tiveram seus direitos e corpos violados.

A estrutura do artigo contempla cinco seções, contando a *Introdução*. Na segunda, o foco é o contexto do debate sobre Ditadura e Gênero, com especial recorte no estudo da CEVM/PA. Nas terceira e quarta seções são resgatadas notas biográficas e uma breve análise da história de duas mulheres que contribuíram com seus testemunhos para a reconstituição da memória de tempos sombrios, necessários de serem compreendidos no presente e por futuras gerações. Há, nas *Considerações Finais*, uma síntese reflexiva constitui o escopo da quinta e última seção.

1. Ditadura e Gênero: a abordagem transversal na CEVM/PA

A anamnese da luta contra o regime militar, feita pela CEVM/PA, demonstra expressiva participação feminina, com a militante-mulher resistindo nos dois eixos de seu binômio: ora por oposição ao regime, ora pelo próprio gênero. Com isso, paira a necessidade de questionar quem foram essas figuras binomiais cujas vivências encontram a atualidade pelos trabalhos da CEVM/PA e, doravante, somam a percepção da historiografia sobre um período marcado por obscuridades e esquecimento. Concordante a essa demanda, o *Relatório Paulo Fonteles Filho* emerge as memórias de algumas mulheres, dentre as quais destacam-se duas no presente artigo: Isa Jinkings (mãe) e Leila Jinkings (filha), que serão enfocadas na seção seguinte.

³ Foram membros da CEVM/PA: Egídio Machado Sales Filho, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará; Leonardo da Silva Torii, do Arquivo Público Estadual; Carlos Alberto Barros Bordalo, Deputado Estadual e presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor (CDHDC) da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA); Marco Apolo Santana Leão, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos; Renato Theophilo Marques de Nazareth Netto, da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos; Jureuda Duarte Guerra, do Conselho Regional de Psicologia – PA/AP; Maria Franssinete de Souza Florenzano, do Sindicato dos Jornalistas do Pará/SINJOR-PA; Ana Michelli Gonçalves Siare Zagalo, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social/SEGUP; João Lúcio Mazinni da Costa, do Arquivo Público Estadual e Paulo Cesar Fonteles de Lima Filho, do Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça.

O argumento de Velarde (2022) para destacar a relevância da temática sobre ditadura e gênero tem como premissas a importância de regionalizar a compreensão de processos históricos, assim como presentificar novos sujeitos históricos nessa dinâmica a partir da perspectiva acadêmica, no caso, as mulheres. Para o autor, a proposta de estudo contemplada nesse capítulo do Relatório Paulo Fonteles Filho problematiza de forma “íngreme a análise do cotidiano das resistências à Ditadura Civil-Militar (1964–85) a partir da ótica de mulheres militantes.” (*idem*, p. 33).

Ao deparar-me com este argumento, refleti que a invisibilidade de mulheres e suas memórias nos tempos da ditadura civil-militar no Brasil na pesquisa acadêmica — ao nível de mestrado e doutorado — poderia ser uma realidade. Busquei, então, fazer um levantamento no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ao aplicar o filtro com as palavras-chave *Ditadura* e *Gênero*, encontrou-se um único registro: a dissertação de mestrado intitulada *Ditadura e Gênero: Mulheres no Movimento Estudantil Paranaense (1964–1985)*, de Luana Regina Borges Bernart (2020).

A inquietação ante a constatação de um único trabalho acadêmico na plataforma da CAPES conduziu a ampliar a escala aplicando o filtro “mulheres na ditadura”, constando três trabalhos: a dissertação de mestrado profissional de Elianara Corcini Lima, intitulada *A Vida em Memórias de Dor: Mulheres na Ditadura Civil-Militar de 1964–1985*, de 2014; Patrícia Branco Cornish, com a dissertação intitulada *Artistas mulheres na ditadura brasileira: os casos de Wanda Pimentel e Teresinha Soares*, de 2018; e a dissertação *Justiça de Transição em Perspectiva: Comissão de Anistia Política e as Reparações por Violações Perpetradas Contra as Mulheres na Ditadura Brasileira (1964–1985)*, de 2021, tendo Raquel Cristina Possolo Gonçalves como autora.

Há de se considerar que outros filtros poderiam ser aplicados, mas escaparia ao escopo do presente artigo. De todo modo, a importância dessa busca foi de reafirmar a premissa de Velarde (2022), acerca da produção acadêmica, ainda tímida, sobre a confluência temática de ditadura e gênero. Tal objeção valoriza ainda mais a iniciativa de criação de um Grupo de Trabalho sobre Memória, com a Linha Temática de Gênero e Ditadura⁴ com enfoque na “violência contra a mulher, suas consequências e impactos”, tendo sido inclusa ainda a temática sobre “violência sexual numa perspectiva para além da violação sexual propriamente dita, e a violência contra as crianças”, sendo reconhecido o desafio de incorporar transversalmente a questão de gênero no Relatório Final da CEVM/PA (CEVM, 2022).

A perspectiva metodológica da CEVM/PA consistia em visibilizar as narrativas das mulheres vítimas de violência no período em tela, podendo suas histórias de vida serem compartilhadas publicamente ou no anonimato, reconhecendo-as não apenas na dimensão de seus direitos violados, mas também como protagonistas de uma história silenciada pelo regime ditatorial. Para tanto, as Oitivas⁵ constituíram-se no caminho para o resgate destas histórias.

Historiadoras já apontavam desde a década de 1970 a ausência de mulheres na história tradicional, posto ter sido o espaço público, a política, a guerra, as esferas privilegiadas da história, sendo estes lugares sociais pouco acessados por mulheres outrora, assim como a ausência de fontes para a escrita da história das mulheres tenha contribuído para o “silêncio dos arquivos”, como analisa Perrot (1989) em seu clássico texto *Práticas da Memória Feminina*. Conveniente à situação, Pedro (2011)

⁴ Grupo de Trabalho coordenado por João Lucio Costa, conforme abordado no Relatório Paulo Fonteles Filho (CEVM/PA, 2022), no capítulo 9 do Tomo III.

⁵ Oitivas, no Direito Processual, consistem no ato de ouvir as testemunhas ou as partes de um processo judicial. No contexto do estudo, oitiva representa uma escuta histórico-social.

evoca que atualmente é possível abordar uma historiografia da “história das mulheres” de matriz interdisciplinar, a partir de uma pluralidade de categorias como “mulher”, “mulheres”, “gênero”, “feminismo”, tendo mais recentemente os ecos das perspectivas decoloniais.

A priori, é essencial a leitura de inequidade existente entre as mulheres; ainda, pois, que tenham no gênero um vértice em comum, este planeja-se como uma interseção socialmente construída. Classe, etnia, idade, religião, orientação sexual e outros aspectos são descritores que seccionam o sexo feminino em diferentes experiências, as quais são reunidas sob o manto deste conceito aqui usado como categoria de análise (Miguel; Biroli, p. 53, 2014).

Os descritores antes mencionados são determinantes para compreender as interações e experiências que diferentes mulheres teriam frente ao regime ditatorial. Mulheres não-brancas ou brancas, do campo ou da cidade, homoafetivas ou heterossexuais não serão percebidas — por si próprias, pela sociedade e pelo autoritarismo — da mesma forma, ainda que de maneira subconsciente. Por isso, a escolha do presente artigo em tratar de duas mulheres com uma relação familiar vem no sentido de melhor analisar as vivências de Isa e Leila Jinkings, considerando os signos e ambientes em comum e ainda suas diferenças.

A primeira, Isa Jinkings, é mãe de Leila Maria Tavares Jinkings e outros quatro filhos — Nise, Raimundo Filho, Álvaro e Ivana. Foi filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e é viúva do livreiro de mesma ideologia socialista, Raimundo Jinkings. O golpe de 1964 não faltou com percalços para a família Jinkings: Raimundo (pai e esposo) foi perseguido de amplas maneiras, sofrendo desde demissão — sem causa cabível — até aprisionamento.

Diante disso, teve Isa Jinkings que ocupar as posições binomiais do marido: homem-militante. A unidade *homem* é aqui utilizada no jogo de palavras do próprio pensamento patriarcal de organização familiar: Isa Jinkings seria agora a provedora do lar. Nesse sentido, os autores do capítulo 9 expõem um ponto curioso: as mulheres além de sofrerem diretamente com as ações do regime (perseguição e violência) também sofreram de maneira indireta; isto, pois, eram esposas, irmãs ou filhas que passaram a ter a responsabilidade de sustentar famílias em uma sociedade que não as queria em tal posição. (CEVM/PA, 2022).

Esse cenário é uma consequência da organização social da relação entre os sexos, o qual, a partir da ironia de descrever uma mulher assumindo o papel de um homem, é desmontado com uma metalinguagem do papel feminino na história, segundo Scott (1995):

Para os/as historiadores/as das mulheres, não tem sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história, ou que as mulheres participaram das principais revoltas políticas da civilização ocidental. A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou rejeição a um domínio separado (“as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em consequência deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito”; ou “a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica”). (SCOTT, 1995, p. 74)

A brasileira que ficou em casa — quando a figura masculina foi presa ou exilada — não é coadjuvante, mas sim protagonista de resistência que demonstra outra ótica do mesmo recorte, este que é história das mulheres, mas também a história propriamente dita (CEVM/PA, 2022).

Assim, nas duas seções subsequentes, o protagonismo de duas mulheres — esposa/mãe e filha — são representativas do debate sobre ditadura e gênero no contexto da repressão no estado do Pará.

2. Resistência Feminina na Ditadura Militar: memórias de Isa Jinkings

Nascida em 08 de janeiro de 1934, em Belém do Pará, filha de pai português e de mãe brasileira, da qual ficou órfã aos 13 anos, desde a adolescência lidou com a necessária coragem para apoiar na criação de seus 16 irmãos, vivência que lhe deu as forças indispensáveis para seu engajamento na luta pela democracia, ativismo esse que se funda com sua condição feminina de esposa e mãe de três filhos e duas filhas, entre as quais Leila Maria Tavares Jinkings.

A base de sua formação foi o catolicismo, do qual foi praticante assídua. O marido era ateu e se respeitavam mutuamente em suas respectivas opções filosófico-religiosas quanto a cristianismo e ateísmo.

Formou-se professora no Instituto Educacional do Pará (IEP), seguindo a escolha de sua família, além de ter cursado Pedagogia. Esta imposição tolheu Isa Jinkings de realizar de seu sonho em cursar Medicina, que acabou por ser licenciada em Letras.

O casamento com Raimundo Jinkings foi a base constitutiva de sua família e também de sua inserção política e ativismo partidário no Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A Ditadura Militar não tardou em alcançar seu marido, cuja primeira prisão foi ainda em 1964. Estes tempos de obscurantismo revelaram uma mulher firme, corajosa e solidária com o marido, não tendo se intimidado com os militares. Não recuou nem mesmo ante o ataque do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que em novembro de 1979, causou grandes danos a livraria da qual já eram proprietários, a famosa Livraria Jinkings.

A mãe da família Jinkings encontrava-se sob o desafio de sustentar o lar enquanto encontrava artifícios para manter contato com o marido preso: inventava problemas de saúde de Raimundo relacionados a alimentação, de modo a mandar-lhe comida de própria preparação, entre os alimentos escondia bilhetes — como na tampa da garrafa de café — informando a situação externa. Além da comida, enviava cartas que continham elogios a oficiais, pois sabia que seriam interceptadas e lidas, assim contava com o abrandamento de seus opositores (CEVM/PA, 2022).

Outrossim, no adjetivo de militante partidária, Isa Jinkings arrecadava finanças para o PCB e prestou diversos serviços a organização. Seus resultados levaram-lhe — já na redemocratização — a ser eleita para constituir o Comitê Estadual e Secretaria de Agitação e Propaganda do partido. Ulteriormente, foi encarregada da Secretaria de Finanças; posição na qual obteve a primeira sede do partido com seus próprios recursos financeiros. (CEVM/PA, 2022).

Já na soltura de Raimundo, o casal Jinkings foi campeão de venda de assinaturas do jornal *Voz da Unidade*, braço de comunicação do PCB, tendo sido assim premiados com viagem para a antiga União da República Soviética (URSS) em 1987. Outros países socialistas como Cuba e Nicarágua também foram visitados pelo casal.

A práxis política de Isa Jinkings teve seu reconhecimento não apenas no âmbito partidário, como também na sociedade paraense, tendo colaborado com a fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), no final da década de 1970, assim como também ocupou a vice-presidência da Federação Paraense de Mulheres.

Diante do exposto, Thomson (2007) aborda a importância da história oral na reconstrução da memória de eventos históricos, especificamente a memória da guerra, afirmando que entrevistas podem auxiliar as pessoas a superar o silêncio, além de darem a oportunidade para verbalizar e afirmar suas memórias dos tempos de guerra. O autor também menciona que as estratégias diferentes usadas pelas pessoas para lidar com as memórias da guerra e as diferentes formas de lembrar são expostas nas entrevistas e proporcionam uma importante oportunidade de discussão para os historiadores orais. Ele destaca que a natureza da aceitação que pode ocorrer durante uma entrevista de História Oral tem um efeito importante sobre o tipo das reminiscências revisitadas.

Ainda que as entrevistas com Isa e Leila Jinkings sejam muito extensas para serem abordadas no presente trabalho, a síntese de suas vivências pelas notas biográficas mostra o processo de anamnese pela qual as duas retomam os diversos sentimentos: desde os negativos — como medo e incerteza — até os positivos — como resiliência e esperança. Estudos que abordem mais especificamente a entrevista com as personagens biografadas podem dar ainda mais luz a sua posição naquele período, tanto como indivíduos quanto como representantes do gênero feminino.

3. Resistência e Ativismo Político como Herança: a mulher e militante Leila Jinkings

Filha de Raimundo Jinkings e Isa Tavares Jinkings, Leila Jinkings nasceu em Belém do Pará em 04 de maio de 1955. Sua trajetória de escolarização até o atual ensino médio foi na capital paraense, mas o ensino superior foi cursado na Universidade de Brasília (UnB) ainda nos tempos da Ditadura Militar, entre 1975 e 1981.

Os ideais socialistas foram a base da formação em família. A militância no movimento estudantil na UnB foi seu primeiro espaço de ativista, ainda muito jovem. Foi nesse tempo que era casada e teve duas filhas, resultando no atraso do curso, mas não a afastando do ativismo.

A ousadia militante a impulsionou na entrega de uma carta reivindicatória ao Ministro da Educação na época em que fora fundada a Associação de Pais e Alunos da UnB. O reconhecimento de sua coragem a constituiu como importante quadro político no movimento estudantil, num contexto de embates com o aparato repressivo nas universidades, inclusive com ocupação do Exército na UnB.

Nesse período em que era universitária e jovem mãe emergiu o interesse pela fotografia, tendo sido muito apoiada por seus pais. Foi agraciada com uma bolsa de estudos no curso de fotografia e teve a oportunidade de transitar livremente no laboratório de revelações de filmes e conquistou a confiança da “Ágil”, destacada agência de fotojornalismo naquele tempo. A paixão a moveu a dedicar-se ao fotojornalismo.

O reconhecimento de sua trajetória no fotojornalismo inscreveu o nome de Leila Jinkings no Dicionário Histórico-Biográfico da Fotografia, publicação do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF)⁶.

O regresso para Belém se dá num contexto de efervescência política, em dezembro de 1981. O enfrentamento em defesa do fim da Ditadura Militar e a reivindicação pela redemocratização do Brasil se alastravam no país. No Pará, era o tempo de organização da Frente Democrática de Oposição, em que havia uma forte presença do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido político que emerge em 1980 no Brasil.

⁶ Fonte: *Jinkings, Leila (Belém - Pará)*. Dicionário Histórico-Bibliográfico da Fotografia. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/verbetesfotografia/node/29>. Acesso em: 11 jan. 2023.

Neste contexto de efervescência política pela redemocratização do país, a atuação de Leila no fotojornalismo se destaca, a ponto de assumir a cobertura da campanha política do então candidato do MDB ao Governo do estado do Pará — o atual senador Jader Fontenelle Barbalho —, além de publicar o livro intitulado PMDB — *Eleições de 1982*, em meados de 1983. As lentes do fotojornalismo lhe possibilitaram não apenas a captação de imagens, mas a compreensão da dinâmica política da redemocratização do país e seus ecos no Pará.

A livraria Jinkings era um espaço catalisador de relações políticas, se colocando assim no cenário de Belém para muito além da comercialização de livros. Seus proprietários e pais da Leila eram reconhecidas lideranças de lutas e resistências no estado.

O trabalho no fotojornalismo de Leila Jinkings expressava um forte componente político, tendo sido protegida pelo anonimato da agência Ágil, pois seu trabalho de cobertura na redemocratização no país e no Pará, lhe rendeu perseguição no município de Marabá, em que um militar paraense de alta patente buscava identificar a origem do trabalho subversivo do fotojornalismo.

Para além da política eleitoral, outros trabalhos de ativismo do seu fotojornalismo são reconhecidos, a exemplo da cobertura do assassinato do advogado popular, defensor dos direitos humanos e da luta camponesa, Gabriel Sales Pimenta, em Marabá, em 1982 (CEJIL, 2022), crime ainda marcado pela impunidade. A cobertura jornalística foi tensa dada a hostilidade local sob a guarda de latifundiários.

A militância partidária também marcou sua trajetória. No PCB, legalizado em 1985, integrou o Comitê Estadual ao ser eleita para tal. Nos primeiros anos da década de 1990 assumiu o embate com os defensores de refundação do Partido, que resultaria na criação do Partido Popular Socialista (PPS), tendo Leila Jinkings se oposto à criação do novo Partido e defendido o PCB, posteriormente desarticulado ao nível nacional e também no Pará.

No contexto da disputa política interna, participou da criação do Movimento Nacional de Defesa do PCB, preservando suas matrizes marxista e leninista. Na direção estadual do PCB, foi responsável pela expulsão de diversos quadros do Partido na perspectiva da depuração, no combate a desvios dos propósitos de concepção e prática política, tecidos com lutas e resistências de socialistas que enfrentaram a Ditadura Militar sob repressão, prisão, tortura e morte, tendo sido esse exemplo vivido em família, com a prisão de seu pai e a labuta incansável de sua mãe em defesa dos ideais socialistas, de seu marido e família.

Décadas mais tarde de seu primeiro casamento, casa-se novamente, bem como os rumos do fotojornalismo a conduzem a um novo curso de graduação, o de jornalismo, interessando-se a partir de então por documentário/cinema, interesse e atuação profissional presentes até hoje em sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de Isa e Leila Jinkings pontuam excelentemente quão rica e profunda foi a participação feminina na oposição à ditadura civil-militar-empresarial. Em relação à mãe, há vários fatores que podem ser apontados como determinantes no entendimento de sua persona: a adolescência com responsabilidade familiar, o que pode ter dado prática ao papel de líder e provedora de lar; a formação religiosa, cuja crença espiritual talvez fosse consolo frente o cenário mórbido do regime militar; o envolvimento político-partidário, com aprendizados que previssem técnicas de resistência frente a opressão.

Além desses pontos, há de se pensar que Isa Jinkings contaria com uma rede de apoio; cuja estrutura, em sua vez, pode diferir do entendimento atual dada as diferenças entre as mulheres e a sociedade de 1964 e 2023.

No referente à filha, sua militância política deu-se ainda na juventude, o que pode ser atribuído a uma inspiração no ativismo de seus progenitores — bem como o incentivo destes. Dos oito para nove anos, Leila já tinha o pai preso pela ditadura, ausência que não deve ter passado não questionada, com prováveis explicações sobre tópicos políticos que alcançassem o desenvolvimento que tinha a essa idade. Nessa mesma linha, a figura materna foi — provável e certamente — fonte de inspiração para sua formação humana: seja pelas explicações diretas do mundo a sua volta, seja pela transferência indireta do reflexo materno.

As vivências captadas pela CEVM/PA advogam a favor de mais estudos sobre o gênero feminino nesta área. Pesquisar sobre mulheres esquecidas e apagadas pela historiografia é um passo a mais em direção a um maior entendimento dos grupos que constituíram parte tão determinante da história do Brasil.

REFERÊNCIAS

ARNS, Dom Evaristo. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BERNART, Luana Regina Borges. *Ditadura e Gênero: Mulheres no Movimento Estudantil Paranaense (1964-1985)*. Mestrado em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). 2020. Cascavel, PR. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4850/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Editora: Vozes. 1ªed. 2008.

CENTRO PELA JUSTIÇA E O DIREITO INTERNACIONAL (CEJIL). *Após 40 anos do assassinato de Gabriel Sales Pimenta, organizações representantes comemoram a vida do advogado popular com ato público*. 14 de julho de 2022. Disponível em: <https://cejil.org/pt-br/comunicado-de-prensa/apos-40-anos-do-assassinato-de-gabriel-sales-pimenta-organizacoes-representantes-comemoram-a-vida-do-advogado-popular-com-ato-publico/>. Acesso em:

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E MEMÓRIA DO PARÁ (CEVM/PA). *Relatório Paulo Fonteles Filho*. Tomo I / organização Angelina Anjos...[et al.]. – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: Imprensa Oficial do Estado do Pará - IOEPA, 2022. – (Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará; v. 1).

_____. *Relatório Paulo Fonteles Filho*. Tomo II / organização Angelina Anjos...[et al.]. – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: Imprensa Oficial do Estado do Pará - IOEPA, 2022. – (Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará; v. 1).

_____. *Relatório Paulo Fonteles Filho*. Tomo III, Cap. 9 / organização Angelina Anjos...[et al.]. – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: Imprensa Oficial do Estado do Pará - IOEPA, 2022. – (Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará; v. 1).

CORNISH, Patrícia Branco. *Artistas mulheres na ditadura brasileira: os casos de Wanda Pimentel e Teresinha Soares*. 26/06/2018 212 f. Mestrado (Dissertação em Estética e História da Arte). Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Jane Aparecida Marques. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-12122018-120942/publico/2018_PatriciaBrancoCornish_VCorr.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIBLIOGRÁFICO DA FOTOGRAFIA. *Jinkings, Leila (Belém - Pará)*. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/verbetesfotografia/node/29>. Acesso em: .

GONCALVES, Raquel Cristina Possolo. *Justiça de Transição em Perspectiva: Comissão de Anistia Política e as Reparações por Violações Perpetradas Contra as Mulheres na Ditadura Brasileira (1964-1985)*. Mestrado (Dissertação em História, Poder e Liberdade). Orientador: Prof. Dr. Emílio Peluso Neder Meyer. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/38632/4/Raquel%20Possolo%20-%20VIOLAÇÕES%20BASEADAS%20EM%20GÊNERO%20PERPETRADAS%20DURANTE%20A%20DITADURA%20NO%20BRASIL%20%281964-1985.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Diário Oficial do Estado. *Lei N° 7.802, de 31 de março de 2014*. Cria a Comissão Estadual da Verdade e Memória no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, e dá outras providências. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 15 de abril de 2014. Disponível em https://www.ioepa.com.br/pages/2014/04/15/2014.04.15.DOE_5.pdf. Acesso em: .

JINKINGS, Leila. *PMDB – Eleições 82*. Belém: Gráfica Sagrada Família. 1983.

LIMA, Elianara Corcini. *A vida em memórias de dor: mulheres na ditadura civil-militar de 1964-1985*. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais). Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Aline Accorssi; Co-Orientadora: Profa. Prof.^a. Dr.^a. Paula Pinhal de Carlos. Canoas: Dissertação apresentada para a banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, 2014. Disponível em: http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/mestrado/memoria_social_e_bens_culturais/2014/eclima.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flavia. *Feminismo e política: uma introdução*. 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan/jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/yy9vP5JS9Vsb9MCmrxCWZBG/?lang=pt#>. Acesso em: 11 jan. 2023.



PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, 9 (18), São Paulo, ANPUH, 1989. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjF_pvtptqAAxVYr5UCHdymBFgQFnoECA8QA-Q&url=https%3A%2F%2Fwww.anpuh.org%2Farquivo%2Fdownload%3FID_ARQUIVO%3D3846&usq=AOvVaw1liuhfd7YAyxxbm_K2OvZ0&opi=89978449. Acesso em: 11 jan. 2023.

SCOTT, Joan W. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. 20 (2): 71 – 99 jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 09 jan. 2023.

THOMPSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 15, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216>. Acesso em: 26 jan. 2023.

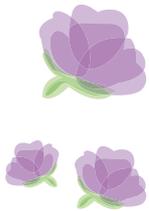
THOMSON, A. Four paradigm transformations in oral history. *The Oral History Review*. 34 (1): 49 – 70. 2007. Disponível em: https://search.lib.umanitoba.ca/discovery/openurl?institution=01UMB_INST&rft_id=info:sid%252Fprimo.exlibrisgroup.com-bX-Bx&rft_id=info:sid%2Fprimo.exlibrisgroup.com-751406-Bx&rft_val_fmt=info:ofi%2Ffmt:kev:mtx:&rft.epage=70&rft.volume=34&rft_id=info:doi%2F&resource_type=article&rft.isbn_list=&rft.jtitle=The%20Oral%20history%20review&rft.genre=article&rft.issue=1&rft.aunit1=A&rft.aulast=Thomson&rft.aunit=A&rft.date=2007&rft.eisbn_list=&rft.spage=49&rft.au=Thomson,%20Alistair&rft.atitle=FOUR%20PARADIGM%20TRANSFORMATIONS%20IN%20ORAL%20HISTORY.&rft.isbn=0094-0798&rft.eissn=1533-8592&svc_dat=CTO&vid=01UMB_INST:UMB. Acesso em: 09 jan. 2023.

VELARDE, Jaime Cuéllar. *No Crepúsculo: memórias subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura). Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Neusa G. de Santana Pressler; Co-Orientador: Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco. Belém: Universidade da Amazônia, 2012. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/17zdkjE-agSjIf3lRWaKqfoWe9J_p60oxc/view?pli=1. Acesso em: 09 jan. 2023.





Seção



B



**Violência de gênero em
diferentes dimensões**



Violência Sexual contra Crianças no Interior do Pará: estudo nos municípios de Capanema e São João de Pirabas¹

Violencia Sexual contra Niños en el Interior de Pará: un estudio en los municipios de Capanema y São João de Pirabas
Sexual Violence against Children in the Interior of Pará: a study in the municipalities of Capanema and São João de Pirabas

Adiele Nataly Alves Lopes

Resumo: O presente trabalho discute o fenômeno da violência sexual contra crianças nos municípios de Capanema e São João de Pirabas, dialogando com fatores associados à violência na percepção de profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Além de apresentar um panorama de indicadores do índice da violência sexual contra crianças no Brasil, e no estado do Pará. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa a partir de questionários aplicados com a equipe dos CREAS dos dois municípios, sobre o panorama geral dos atendimentos desse fenômeno. Como resultados da pesquisa fatores como vulnerabilidade social, falta de conhecimento; pacto de silêncio; impunidade; inexistência de educação sexual no ensino regular; e uma rede de proteção fragilizada estão relacionados à ocorrência desse crime contra as crianças.

Palavras Chave: Violência sexual. Crianças. Pará. São João de Pirabas. Capanema.

Resumen: Este artículo discute el fenómeno de violencia sexual contra niños en los municipios de Capanema y São João de Pirabas, dialogando con factores asociados a la violencia en la percepción de los profesionales del Centro de Referencia Especializado en Asistencia Social - CREAS. Además de presentar un panorama de indicadores de la tasa de violencia sexual contra los niños en Brasil y en el estado de Pará. La metodología utilizada fue una investigación cualitativa basada en cuestionarios aplicados al equipo CREAS de los dos municipios, sobre el panorama general de la atención a este fenómeno. Como resultados de la investigación, factores como vulnerabilidad social, desconocimiento; pacto de silencio; impunidade; falta de educación sexual en la educación regular; y una red de protección debilitada están relacionados con la ocurrencia de este delito contra los niños.

Palabras Claves: Violencia sexual. Niños. Pará. San Juan de Pirabas. Capanema.

Abstract: This paper discusses the phenomenon for sexual violence against children in the municipalities of Capanema and São João de Pirabas, dialoguing with factors associated with violence in the perception of professionals at the Specialized Reference Center for Social Assistance - CREAS. In addition to presenting an overview of indicators of the rate of sexual violence against children in Brazil, and in the state of Pará. The methodology used was qualitative research based on questionnaires applied to the CREAS team in the two municipalities, on the general panorama of the assistance to this demand. As research results, factors such as social vulnerability, lack of knowledge; pact of silence; impunity; lack of sex education in regular education; and a weakened protection network are related to the occurrence of this crime against children.

Keywords: Sexual violence. Children. Pará. São João de Pirabas. Capanema.

¹ Este trabalho foi realizado como requisito final para a obtenção de título de Especialista ao Curso de Especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEM/UFGA, orientado pela professora doutora Ruth Almeida. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Adiele Nataly Alves Lopes – Psicóloga graduada pela UFGA (2017). Especialista em Saúde da Mulher e da Criança (UFGA/HSAMZ, 2020). Especialista em Psicanálise pela Faculdade Inspirar (2020). E-mail: adielelopes.psi@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo discutir o fenômeno da violência sexual contra crianças nos municípios de Capanema e São João de Pirabas. A partir dos dados de violência sexual nos municípios, dialogar com fatores associados à ocorrência da violência na percepção de profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS acerca dessa temática.

Os municípios acima foram escolhidos por apresentarem a maior taxa de violência sexual contra as crianças da região de integração Rio Caeté, no estado do Pará. O estado do Pará é dividido em 12 regiões de integração: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu.

A Região de Integração (RI) Rio Caeté é composta por 15 municípios: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu. A formação de seu território é oriunda da aglutinação de municípios das microrregiões Bragantina e Salgado.

Localizado no Nordeste Paraense, o município de Capanema conta com 614,693 m² de extensão rica em calcário e cercado por igarapés, conhecido como a terra do cimento e cidade pólo da região do Nordeste do Pará. Tem uma população estimada de 63.639 habitantes (CAPANEMA, s/d).

São João de Pirabas se estende por 705,8 km² e contava com 23 045 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 32,7 habitantes por km² no território do município. Mesorregião do Nordeste Paraense e Microrregião de Salgado (CIDADE-BRASIL, 2021).

O assunto chama atenção pela complexidade e persistência até os dias de hoje. Mesmo com leis e discurso moralizante que envolve esse tipo de crime, o que vemos é um número assustador e com padrões que permanecem dentro das famílias, dentro da casa das crianças. São abusadores pais, avôs, tios, vizinhos. Há muito tempo nós temos mulheres marcadas por esse tipo de trauma, crianças passando por isso todos os dias. A cada hora, ao menos quatro meninas menores de 13 anos são vítimas de estupro no Brasil (REDE BRASIL ATUAL, 2022).

Em minha experiência de atendimentos psicológicos, seja no consultório particular, seja em hospital, ambulatório, unidade básica de saúde, seja na rede municipal de educação, recebi durante anos, e até hoje, esse tipo de caso de forma bastante expressiva. O que me sensibilizou e provoca inquietações e angústias até hoje, resolvi transformar essas sensações em pesquisa.

Ofereço esse trabalho, que se configura bem inicial, a todas as minhas pacientes, mulheres adultas e adolescentes, que um dia foram vítimas dessa brutal violação de direitos, e a outras crianças que estão hoje em potencial risco.

1. Indicadores

Estudos brasileiros evidenciam que a maioria de casos de abuso sexual ocorrem em meninas entre 5 e 10 anos; 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa. A violência contra crianças e adolescentes atingiu o número de 50.098 denúncias no primeiro semestre de 2021. Desse total, 40.822 (81%) ocorreram dentro da casa da vítima (BRASIL, 2012). O Brasil ocupa o segundo lugar, estando apenas atrás da Tailândia, num triste ranking da exploração sexual de crianças e adolescentes. Por ano, de acordo com um panorama organizado pelo Instituto Liberta, são 500 mil vítimas (GLOBO, 2019).

Foram notificados 184.524 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes entre 2011 e 2017 no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/MS) do Sistema Único de Saúde: Vítimas crianças de até 9 anos de idade, 74,2% são do sexo feminino, 51,2% têm entre 1 e 5 anos, 45,5% são negras, e 3,3% possuem alguma deficiência ou transtorno. Vítimas adolescentes de 10 a 19 anos, 94,2% são do sexo feminino, 67,8% têm entre 10 e 14 anos, 55,5% são negras, e 7,1% possuem alguma deficiência ou transtorno (SINAN/MS, 2018).

De acordo com dados retirados do site da UNICEF (2021a), entre 2017 e 2020 foram registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos – uma média de quase 45 mil casos por ano. Crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas nesses quatro anos, ou seja, um terço do total.

A grande maioria das vítimas de violência sexual são meninas, quase 80% do total. Para elas, um número muito alto dos casos envolve vítimas entre 10 e 14 anos de idade, sendo 13 anos a idade mais frequente, nesses 4 anos. Para os meninos, os casos de violência sexual concentraram-se especialmente entre 3 e 9 anos de idade. Nos casos em que as vítimas são adolescentes de 15 anos ou mais, as meninas representaram mais de 90% dos casos. Dos casos de violência sexual, em 86% os autores eram conhecidos das vítimas (UNICEF, 2021a).

Uma das fontes de dados que possuímos para verificar os índices de violência sexual em nosso estado é o Registro Mensal de Atendimento (RMA/CREAS) que coleta os dados a partir dos atendimentos realizados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) distribuídos pelos 144 municípios do estado.

De acordo com dados Ministério da Cidadania, 2020, e Dados Tratados pela CVIS (BRASIL, 2021) no Pará, vítimas de abuso e de exploração sexual de 0 a 17 anos de idade tanto do gênero masculino e quanto do gênero feminino somam 2.706 casos no período de janeiro de 2020 a abril de 2021.

Os registros desse tipo de crime aumentaram mais de 17% nos meses de janeiro a abril de 2021 em relação a 2020 (Ministério da Cidadania, 2020, Dados Tratados pela CVIS – Seaster, 2021). As ocorrências de violência são contra crianças de 0 a 12 anos, em números, isso equivale a 679 notificações. São praticamente 5 ocorrências registradas por dia e esse número pode ser ainda maior (G1 PA, 2021).

Crianças e adolescentes do gênero feminino são vítimas deste tipo de violência cinco a seis vezes mais que o gênero masculino. A maior incidência de abusos sexuais, independentemente do gênero, ocorre quando as vítimas possuem entre 7 a 12 anos de idade. Além disso, embora em menor número, temos uma quantidade significativa de abusos sexuais que são cometidos contra crianças de 0 a 6 anos de idade (MARTINS, 2021).

No Baixo-Amazonas, no ano de 2020, tiveram 187 casos de abuso sexual e 17 casos de exploração sexual, e em 2021 (janeiro e abril), 62 casos de abuso e 2 casos de exploração. Os municípios com maior número de violência sexual em 2020 são: Santarém, Prainha e Oriximiná; no ano de 2021 foram: Santarém, Prainha, Oriximiná e Mojuí dos Campos (TAPAJÓS DE FATO, 2022). As cidades no Baixo Amazonas, com maior número de exploração sexual são: Faro, Almeirim e Terra Santa. A faixa etária das vítimas são dos 5 aos 12 anos e 83% são do sexo feminino. Estes números são assustadores e comprovam que houve um crescimento de mais casos que destroem vidas, famílias e infâncias, destacando as cidades de Santarém, Prainha e Oriximiná (TAPAJÓS DE FATO, 2022).

De acordo com dados do Registro Mensal de Atendimento (RMA/CREAS), que coleta os dados a partir dos atendimentos realizados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), distribuídos pelos 144 municípios do estado, os municípios que tiveram os maiores números de violência sexual contra Criança e adolescente em 2020 permanecem com números elevados no 1º quadrimestre de 2021, com destaque negativo para os seguintes municípios: São João de Pirabas e Capanema na região do Rio Caeté. Maior incidência de abusos em 2020: Quatipuru, São João de Pirabas, Bragança e Capanema. Maior incidência de abusos em 2021: Tracuateua, Capanema, Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas.

O ParáPaz é referência em atendimentos às violências no estado do Pará e principalmente na capital paraense. O Pro Paz Integrado (PPI), um dos projetos que integram a Fundação Pro Paz, que passou a se chamar ParáPaz através da Lei 8.898 em 27 de setembro de 2019, atendeu, de 2004 a março de 2015, um total de 24.679 pessoas, entre crianças, adolescentes e mulheres vítimas de diversas formas de violência. Do total de atendimentos, 12.727 são crianças e adolescentes vítimas de diversas formas de violência, principalmente a sexual, e 11.952 são mulheres atendidas pelo projeto Pro Paz Mulher, com sede na Região Metropolitana de Belém (RMB) e nos núcleos descentralizados para o interior (PARÁ, s/d).

Somente de janeiro a março de 2015, o PPI atendeu 1.799 pessoas em situação de violência, das quais 380 foram crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual em todo o Estado por meio de núcleos localizados na Região Metropolitana de Belém e interiores (PARÁ, 2015).

O destaque negativo para os municípios de São João de Pirabas e Capanema no Pará justifica a escolha para a realização deste estudo, ainda que qualquer número de violência sexual seja angustiante, nos voltaremos para as referidas cidades pela alta nos índices em relação a outros municípios da região Caeté, nos anos 2020 e 2021. Crimes bárbaros como estes nos fazem pensar quais são as justificativas e que comportamentos adultos põem as crianças e adolescentes em risco, assim como também, mantém esse ciclo?

A angústia do não saber nos convoca a justificar situações como essas com argumentos machistas, de culpabilização das meninas, de suas roupas e seus corpos em evidência, ou até nos chega o discurso da doença mental desses agressores, uso de álcool e outras drogas. O fato é que a problemática da violência sexual é muito mais complexa e nos dá notícias da afirmação desesperada do poder, principalmente do poder masculino em sua forma mais brutal.

O objetivo deste estudo é discutir o fenômeno de violência sexual contra crianças nos municípios de Capanema e São João de Pirabas. Apresentando os dados de violência sexual nos municípios de Capanema e São João de Pirabas. Dialogando com fatores associados à ocorrência da violência na percepção de profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS acerca dessa temática.

2. Metodologia

o Tipo de estudo

Através da pesquisa de abordagem qualitativa, que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Os objetos de uma pesquisa qualitativa são fenômenos que ocorrem em determinado tempo, local e cultura, além de agregar dados quantitativos. “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumen-

to-chave; [...] 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa” (TRIVIÑOS, 1987, p. 128-130)

o Local do estudo

O estudo é centralizado na realidade dos municípios de Capanema e São João de Pirabas devido ao fato de que os municípios que tiveram os maiores números de violência sexual contra Criança/adolescente em 2020 na região do Rio Caeté foram: São João de Pirabas e Capanema com incidência visível de abusos sexuais e se repetindo nos anos de 2020 e 2021.

o Coleta de dados

1. Os dados foram coletados a partir do Registro Mensal de Atendimentos do CREAS – Centro de referência Especializado em Assistência Social, que fica disponível para consulta nos sites oficiais do governo do estado, utilizando filtros por região e cidade. São dados tratados pela SEASTER - Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda. Em dados públicos do Sistema Único de Assistência Social SUAS - RMA/CREAS (registro mensal de atendimentos do Centro de Referência Especializado em Assistência Social) disponíveis para consulta.
2. Assim como, aplicação de questionário semiaberto com os profissionais dos CREAS de cada município, através da ferramenta *online* gratuita do *Google Forms*, de forma remota. E pesquisa bibliográfica sobre violência sexual contra crianças.

o Análise de dados

A Análise de Conteúdo é uma técnica de análise de dados qualitativos, para fins desta pesquisa foi utilizado o método explicitado por Laurence Bardin (2011), que de forma resumida, consiste em algumas etapas e sub-etapas: Pré-análise: organização; Exploração do material: codificação, unidades de registro, de contexto, categorização; Tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A categorização, pode seguir os seguintes critérios: semântico, sintático, léxico ou expressivo. No caso desta pesquisa foi escolhido critério semântico para formas as categorias de análise. Após a etapa de categorização, os nomes das categorias que surgiram foram adicionadas a um *software* gratuito disponível *online*: *WordClouds.com*, que gerou uma nuvem de palavras, a fim de proporcionar melhor visualização. A partir das repetições foi possível constatar as categorias que mais se repetiram nos discursos das participantes.

3. Resultados e Discussão

A equipe técnica do CREAS de São João de Pirabas é composta por 1 psicóloga, 1 assistente social e 1 advogada, além da coordenadora, 1 administrativo e 1 pessoa responsável pelos serviços gerais. Enquanto a equipe do CREAS Capanema é construída por 1 coordenadora, 1 psicóloga, três assistentes sociais, 2 educadores sociais, 1 administrativo, 1 recepcionista, 1 auxiliar de serviços gerais e 2 vigias.

As profissionais que aceitaram participar da pesquisa foram: uma Assistente Social, duas psicólogas e uma advogada.

A idade das participantes ficou entre 23 a 41 anos de idade, e o tempo de experiência no CREAS variou de 1 a 3 anos. Foram duas participantes do município de São João de Pirabas e duas

de Capanema-PA. As duas instituições recebem casos de violência sexual contra crianças. O CREAS de Capanema recebe casos de outros municípios enquanto o de SJP raramente recebe, somente quando o usuário referenciado passa a residir no município.

Em relação ao número de casos ocorridos na zona urbana e rural, em SJP uma participante refere uma equiparação entre os casos ocorridos na zona urbana e zona rural, e a outra diz ter observado pouca diferença. Já em Capanema encontramos casos que sugerem subnotificação. A seguir temos trechos das respostas das participantes do município de Capanema. O código C1 se refere a uma mulher de 41 anos, atua no CREAS há 3 anos como psicóloga, efetiva da prefeitura. C2 é mulher, 36 anos de idade, assistente social no CREAS há 1 ano e 2 meses, também efetiva no município. Responderam ao questionário na data de 08 de novembro de 2022.

Sim, há um número expressivo de ‘notificação’ na zona urbana. Porém percebe-se que na zona Rural também ocorrem um número significativo de violência sexual, porém com a subnotificação os dados não correspondem a realidade. (C1)

Sim, grande parte dos casos ocorrem na zona urbana, mas ocorrem casos da zona rural em menor quantidade, mas requer um entendimento de fluxo ampliado e articulado pela rede que consiga avaliar quantitativos (C2)

Na zona rural, há maior suscetibilidade ao aliciamento de pedófilos, pois as crianças da zona rural estão mais suscetíveis a aliciamentos para fotos de pedofilia e exploração para prostituição, segundo a coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Neide Castanha (G1, 2008). Muitos quadros de vulnerabilidade social estão nas zonas rurais, essas crianças e adolescentes estão submetidos a trabalho na agricultura familiar. Exploração sexual sob a forma de prostituição e casamento infantil; violência doméstica e trabalho em cultivo ilícito. O perigo pode agravar especialmente nas situações em que o campo se aproxima das cidades.

Aquino *et al* (2021) encontraram estudos que evidenciaram dificuldade em identificar e notificar tais casos em profissionais da Atenção Básica, e entre os motivos que justificam a subnotificação estão a falta de capacitações ou abordagem do tema na graduação, desconhecimento da ficha de notificação, do fluxo e protocolos a serem seguindo, falta de confiança nos órgãos de proteção à infância e o medo dos profissionais de envolverem-se em questões de justiça. Essas dificuldades não se restringem ao espaço rural.

Em um primeiro momento é importante a capacitação regulares dos profissionais da saúde, educação e assistência para identificar, saber como proceder em casos em que haja suspeita de que a criança esteja sendo violentada, pois na grande maioria das vezes o crime ocorre dentro do seio familiar. (P1)

P1 é mulher, 26 anos de idade, atua no CREAS do município de São João de Pirabas há 1 ano e 8 meses como advogada sob o regime de contrato temporário. Respondeu ao questionário na data de 18 de outubro de 2022.

De acordo com estudos da UNICEF (2021b), existe uma resistência das vítimas em ao menos contar sobre os abusos sofridos e pedir ajuda, para denunciar formalmente mais ainda. Sendo

assim, o número desse índice sobre a violência infantil e a sua natureza apresenta como grande impasse a subnotificação dos casos.

De acordo com pesquisas realizadas e publicadas no site Maio Laranja, há dados que sugerem que somente 7,5% dos crimes contra a criança e ao adolescente cheguem a ser denunciados às autoridades, o que quer dizer que esses números são mais expressivos do que sabemos, divulga o Tribunal de Justiça do Pará (O LIBERAL, 2022).

3.1. O que Falta para Erradicar a Violência Sexual contra Crianças na Percepção da Equipe Técnica dos Referidos CREAS

Imagem 1: Fatores que faltam para erradicar a violência sexual contra crianças referidos pelas participantes



Fonte: gerada pelo software WordClouds.com

A partir da categorização das respostas das participantes, para cada pergunta, foram geradas nuvens de palavras através do software gratuito disponível online: *WordClouds.com*, é possível visualizar as palavras que mais se repetem nos trechos adicionados.

De acordo com a nuvem de palavras acima, é possível revelar os termos que mais se repetiram nos discursos das equipes, com 43% da amostra tivemos: *educação sexual, empoderamento socioeconômico e fortalecimento da rede de proteção*.

Sobre a temática da educação sexual, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) refere-se à educação sexual como algo a ser abordado nos anos finais do Ensino Fundamental, isso relacionado à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira.

A educação sexual nas escolas, com assuntos correspondentes para cada idade se mostra fundamental, pois através desde, a própria criança já começa a identificar atitudes de aliciadores, bem como já possui um ponto de referência para buscar apoio caso esteja sofrendo alguma violência. (P1)

Mendes, De Moura e Aragão (2020) relatam em seu trabalho que através de observações realizadas nas escolas, estudos e relatos de profissionais da saúde e da educação que trabalharam a prevenção ao abuso desde a Educação Infantil, foi possível identificar abusadores em potencial e mudanças comportamentais instigando um olhar mais direcionado para as crianças.

Em 1997, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publica os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). Neste contexto, o PCN compõe também os Temas Transversais que devem ser abordados pelos professores na sala de aula nas disciplinas curriculares que são ministradas por eles, independentemente da disciplina. Os Temas Transversais são: Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo e Orientação Sexual. (RODRIGUES, 2017)

Sendo assim, os Estados também precisam assumir seu papel de traçar as Diretrizes Curriculares no cenário escolar, com intuito de dar base e orientar a elaboração ou revisão curricular, de certa forma capacitando o corpo docente. Corpo e matriz da sexualidade; relações de gênero e prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (BRASIL, 2001) são os conteúdos para serem discutidos acerca da sexualidade nos PCN.

A educação sexual na infância é fundamental para diversas questões sobre o corpo e para a prevenção de violência sexual. Lima e Maio (2014, p. 259) apontam também que “um trabalho de formação docente adequado, em cursos de licenciatura, pode proporcionar discernimentos adequados em um caminho para a prevenção do abuso e da violência sexual.”

A educação sexual na infância é fundamental para desenvolver adolescentes e adultos saudáveis e menos ansiosos sobre as questões do corpo e também para prevenir situações de abuso sexual. Crianças bem informada tendem a perceber e se proteger mais da violência. Além disso, tendem a não reproduzir comportamentos de discriminação e violência, sofrer com a necessidade de corresponder aos padrões estéticos etc. Uma educação sexual sólida e respeitosa na infância ajuda os adolescentes a lidarem melhor com seus corpos e dúvidas, promove a emancipação de adultos e idosos que poderão vivenciar plenamente sua sexualidade e assumir o relevante papel como educadores sexuais. (MAIA, s/d)

Vale ressaltar ainda o paradoxo do imaginário da família, que apesar da concepção social de ser construída em torno do amor, do cuidado e da proteção, a tendência que vem sendo observada é uma maior incidência de casos de Abuso Sexual Infantil intrafamiliar. Lugar onde deveriam ser protegidas, e as escolas, por serem externas, isentas desse poder familiar, podem servir como poderosa ferramenta preventiva e combater essas violações, além de garantir os direitos das crianças (LESSA e MAYOR, 2019).

Mendes, De Moura e Aragão (2020) realizaram um estudo e em sua discussão explanam sobre o projeto de extensão “UNINTA FAZ BONITO: prevenção da violência sexual de crianças e adolescentes”, aplicado pelo Centro de Educação Infantil (CEI) no município de Sobral – CE, que realizou ações nas escolas e proporcionou para crianças atendidas uma melhor percepção dos seus corpos, o reconhecimento da autoestima e autonomia, assim como a compreensão da importância de manter seus sentimentos e corpos seguros.

As formas de prevenção podem minimizar os números desse cenário negativo. Conforme afirma Arcari (2015), há três tipos de prevenção: primária, secundária e terciária; a prevenção primária é considerada econômica e eficiente, pois objetiva eliminar o imaginário das violências com

fundo cultural e social. E é nesse sentido que há a necessidade de se investir na educação sexual nas escolas e em outros espaços extrafamiliares.

Elevando sua autoestima, sua autonomia e conhecimento do mundo, contribui para que as próprias crianças mantenham seus corpos protegidos, certamente não tirando a responsabilidade dos adultos ao redor, mas contribuindo com mais um agente de proteção, a própria ciência do crime que passa a ter a urgência de ser comunicado, de ser denunciado. Evitamos que os abusadores convençam as crianças a não contar, a confundi-las sobre o que elas estão sofrendo.

Outro ponto mais citado entre as técnicas foi o empoderamento socioeconômico. Entendemos como socioeconômico a complexidade, que envolve condições, elementos, circunstâncias, fatores sociais e econômicos. Perpassa pela relação de diferentes apontamentos, como escolaridade, ocupação da família, local de residência, renda, acesso e inserção em políticas públicas, serviços públicos de qualidade, segurança, saúde e etc.

A violência é um grave problema de saúde, de distribuição global, multi-causal, e que acomete crianças todos os dias. Observa-se que está de fato associada com fatores socioeconômicos, como renda familiar, raça e gênero, e que estas variáveis promovem diferentes prevalências. Suas consequências não estão limitadas apenas a questões de saúde, mas envolvem toda a esfera social, ao influenciar como as vítimas se comportarão no futuro em função da interferência em processos cognitivos e até mesmo na gênese de transtornos psiquiátricos. (AQUINO *et al*, 2021)

Lise e Motta (2012) constataram que a maioria das vítimas de violência intrafamiliar infantil possui baixa escolaridade, assim como também perceberam que a carência econômica era um fator comum nas famílias. Entretanto, Pinto Junior, Cassepp-Borges e Santos (2015) afirmam que, mesmo nas famílias de classe mais alta e/ou com maior escolaridade, a violência infantil ocorre, mas de forma mais velada e sigilosa do que em famílias pobres. Geralmente os países desenvolvidos apresentam taxas de violência sexual bem menores que os demais (WHO, 2014).

Os filhos de pessoas pobres podem ficar sozinhos em casa durante o dia enquanto seus pais estão trabalhando, podendo ser aliciados nestes momentos de pouca supervisão familiar e sofrer agressões sexuais por conhecidos, familiares e vizinhos. Além disso, a pobreza, por vezes, impulsiona as mulheres a buscarem trabalho que levam a um risco maior de sofrer violência sexual, como a prostituição. Também, quando estão trabalhando são mais susceptíveis a não denunciar os assédios sexuais sofridos no trabalho por medo de perder seu emprego. (SILVA, 2019)

O fortalecimento da rede de proteção também surge como importante fator que pode contribuir para a erradicação da violência sexual contra as crianças. A Rede de Proteção conta com a ação de várias instituições governamentais ou não, que atuam em questões sociais definindo estratégias para a prevenção, atendimento e fomento de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de risco.

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (1990) medidas de proteção para a criança e para o adolescente são aplicáveis nos casos em que os seus direitos forem ameaçados e/ou violados em decorrência de uma ação ou omissão da sociedade ou do Estado, de uma falta, omissão ou abuso por parte dos pais ou responsáveis.

A seguir, temos uma imagem da representação gráfica do Sistema de Garantias de Direitos, com suas engrenagens de mesmo tamanho articuladas entre si e cujo produto final é a “proteção integral”, foi idealizada pelo Dr. Murillo José Digiácomo - Procurador de Justiça do MPPR -, e redesenhada pelo Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica - CEAP para a edição do Guia para Educadores sobre Direitos de Crianças e Adolescentes, da Plan International (2020)

Imagem 2: Representação Gráfica do Sistema Garantia de Direitos da Criança e adolescente



Fonte: Guia para Educadores sobre Direitos de Crianças e Adolescentes.

Segundo a coleta de informações com as técnicas do CREAS, no município de Capanema, são componentes da rede de proteção, ou Sistema de Garantia de Direitos, o Ministério Público, a Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Vara da Infância e adolescência, Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar, Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e ao Adolescente - DEACA, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e indiretamente as secretarias de Saúde e Educação.

Já em São João de Pirabas, a partir do relato das técnicas, constatamos que existem o Ministério Público, a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção social, Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Polícias, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e também indiretamente as secretarias de Saúde e Educação.

3.2. Fatores Motivadores da Violência Sexual Contra Crianças na Percepção da Equipe Técnica dos Referidos CREAS.

Figura 3: Fatores motivadores da violência sexual contra crianças referidos pelas participantes



Fonte: gerada pelo *software* WordClouds.com

Foram encontrados 15 fatores diferentes com destaque para quatro, consecutivamente, que representam 50% das respostas: desinformação; pacto de silêncio; impunidade; vulnerabilidade social.

A desinformação, nesse caso, parte do princípio que não é um assunto a ser tratado, principalmente dentro do âmbito familiar, o que impede as vítimas de compreenderem a tempo o que estão sofrendo, o que as impede de denunciar, contar para alguém e as ameaças e a manipulação a que está sendo submetida.

O medo de retaliações, ou de ser desacreditada é muito maior que qualquer ímpeto de limite. O que na verdade, faz bastante sentido, haja vista que a mulher quase sempre tem suas palavras desacreditadas diante de uma denúncia de violência, principalmente quando o agressor é um homem, quando é um familiar, agora podemos imaginar quando é o próprio pai ou avô?! O que se observa é que são muitas crianças, adolescentes e até mulheres adultas sem nem uma disposição para contar para a própria família, ou pessoas conhecidas devido ao histórico de deslegitimação da queixa de uma mulher, e quando somos crianças é mais difícil.

As crianças ainda são tidas como objetos de poder para os adultos, seres que devem ser obedientes e educados para conviver e servi-los muitas vezes, esse comportamento é que faz com que ela seja elogiada, e a criança entende que seguindo esses comandos será amada pelos pais ou familiares.

As crianças aprendem ainda pela cultura da agressão e da violência, quando as famílias acreditam que essa ainda é uma forma de educar e disciplinar, o que está completamente equivocado e ultrapassado. Além de tudo se configura um crime atualmente. Nesses casos é muito compreensível que abusadores utilizem o próprio medo que a criança sente de apanhar dos pais e responsáveis, as convencendo de que a culpa daquilo é delas e iniciam um ciclo vicioso, que gera diversas marcas emocionais e psicológicas. É necessário criar um ambiente acolhedor na família, sem violência, sem necessidade de aprovação, sem chantagens e abuso psicológico para que as crianças se sintam à vontade para pedir ajuda, se informar, entre outras necessidades.

Acredito que o investimento na orientação acerca da educação sexual, esclarecimento sobre a importância da boa comunicação familiar promovendo um espaço acolhedor e de confiança com a criança, além de melhoria na condição socioeconômica da família. (P2)

P2 é uma mulher, 23 anos de idade, atua como psicóloga no CREAS de São João de há Pirabas, 2 anos sob o regime de contrato temporário. Respondeu ao questionário na data de 18 de outubro de 2022.

No Pará, na maioria dos casos, o abusador está dentro da casa das vítimas. "Muitas famílias não denunciam. E se uma mãe vai denunciar o abuso de algum parente, ela é discriminada na própria família. A pessoa é penalizada por denunciar, porque é acusada de estar prejudicando a vida daquele adulto da família. Então, com certeza, há uma subnotificação nesse sentido", afirma Mônica Maciel, juíza da 1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes (G1 PA, 2021).

Huelma Medeiros, presidente do Conselho Tutelar da Zona Sul de Macapá, explica o "pacto do silêncio": é quando a família sabe da ocorrência da violência sexual, muitas vezes após a vítima pedir ajuda, e os familiares pedem: 'vamos calar, não fale nada, tu vai esquecer, deixa passar' (G1, 2018). O fato do silenciamento dessa vítima, a impunidade e a banalização do ocorrido gera sentimentos traumáticos na vida da criança ou adolescente, o que pode refletir na sua personalidade e saúde mental.

O pacto de silêncio que mantém o abuso sexual intrafamiliar é uma realidade velada. Rondon (2017) explora o pacto de silêncio associado ao crime de abuso sexual infantil intrafamiliar. Afirma que:

A estrutura de poder construída socialmente sobre a figura paterna revela, mesmo em situação de abuso, o reverso, ou seja, a vítima se culpabiliza, demonstrando a dificuldade em dissociar o pai perverso do pai referência. Percebemos, com isso, que a gênese do pacto do silêncio se consubstancia na ideia da manutenção da família como núcleo estruturador dos indivíduos. Sendo assim, revelar seria apresentar uma quebra do imaginário social do conceito de família. Por outro lado, o pacto de silêncio se estabelece como um dispositivo de poder e será retroalimentado na família como estratégia de manter o ciclo abusivo familiar. (RONDON, 2017)

A prática do silenciamento familiar auxilia fortemente na impunidade dos crimes e gera diversos problemas. O pacto de silêncio dentro da família e na sociedade ainda se configura uma prática real, além disso é perceptível. Muito disso ainda é comentado pelas participantes da pesquisa:

Os casos de violência sexual contra crianças atendidos neste equipamento, em sua grande maioria é notório que o agressor é alguém próximo à família da vítima, sendo muitas vezes um próprio familiar. Nos casos em que o agressor é um familiar, como por exemplo padrasto ou genitor, observa-se um padrão em que as genitoras das crianças 'encobertam' o agressor tentando velar a violência sofrida pela criança. (P1)

O creas do município recebe e acompanha várias vítimas e seus familiares. Durante o acompanhamento é verificado que frequentemente o abusador é conhecido da criança, sendo próximo da família, tais como: tio, avô, amigo de familiares... (P2)

De acordo, ainda, com Elizabeth Rondon (2017) se faz importante mencionar que nas relações familiares os papéis são socialmente definidos. Há um imaginário de proteção e amor, no

campo ideal, que os pais, mães e familiares devem apresentar. Para uma criança é um movimento complexo separar o pai protetor do pai violador. Tal conflito entre essas figuras pode gerar na criança a criação do pacto de silêncio/segredo, haja vista o choque emocional que experiencia, e sem suporte de um adulto de confiança (RONDON, 2017).

Um dos fatores mencionado pelas participantes foi a dificuldade encontradas para a investigação e a impunidade:

São inúmeros fatores que levam a continuidade da existência desse tipo de violência contra crianças, um dos pontos é a impunidade, que inicialmente já começa no âmbito familiar, em que o agressor muitas vezes é ‘encoberto’ pela família, seja por parentes, seja pela genitora da criança, havendo uma descredibilização da fala da criança. (P1)

Outrossim a comprovação desse tipo de crime é extremamente dificultosa e quando possível, constrangedora para a criança, como por exemplo, em um caso atendido neste CREAS, a genitora relatou que foi levar sua filha para Castanhal para realização do exame, e ao chegar no local o técnico responsável pelo exame era um homem, a criança não permitiu a realização do corpo de delito se recusando com todas suas forças, pois se sentiu extremamente envergonhada. Pontos estes que dificultam ainda mais a responsabilização do agressor, não ocorrendo a devida punibilidade, não coibindo assim a continuidade dos atos. (P1)

A impunidade é um dos pontos importantes a serem abordados, pois leva as vítimas a descreditarem da justiça, do objetivo da denúncia, e da insegurança que venha a sentir após algum crime ocorrido. O agressor sente-se livre para continuar praticando seus crimes, principalmente com a mesma vítima ou outras crianças, se valendo de manipulação, ameaças e do medo que a vítima sente. O próprio protocolo de atendimento às pessoas vitimizadas é extremamente invasivo, o que também pode inibir o desejo de denunciar.

É válido salientar a humanização e cuidado para a realização do exame de corpo de delito, pois este se torna prova no processo de responsabilização do agressor. Por fim, a punibilidade existe para coibir atitudes que agridam a sociedade, sendo esta uma forma de controle social, dessa forma, a devida punibilidade aos agressores torna-se fundamental para coibir este tipo de violência. (P1)

A vulnerabilidade social como fator que predispõe a incidência da violência fica bem marcado nas falas coletadas, o que já foi amplamente discutido anteriormente, quando foi afirmado que o empoderamento socioeconômico é um fator que é faltoso no processo de erradicação da violência sexual contra crianças. As duas afirmativas se complementam e acabam reforçando essa ideia.

Além disso, dois pontos importantes foram identificados na pesquisa com as técnicas dos CREAS citados, como estupro de vulnerável e as meninas refletindo a maioria dos casos: **ESTUPRO DE VULNERÁVEL**

Outro ponto importante de salientar é quanto ao disposto no art 217-A do Código Penal, o qual define como estupro de vulnerável manter conjunção ou praticar atos libidinosos com menor de 14 anos, neste resta claro que para ser tipificado como crime basta que a vítima seja menor de 14 anos, independente de consentimento, sendo que em muitos casos atendidos por este CREAS observa-se o envolvimento entre pessoas maiores de idade com pessoas menores de 14 anos. (P1)

A Lei 12.015/2009 modifica a nomenclatura de “Dos crimes contra a Dignidade Sexual.”, instituindo um tipo penal autônomo “Estupro de Vulnerável”, previsto do artigo 217-A do Código Penal, tratando de enrijecer a legislação penal perante esse tipo de violação no âmbito da sexualidade. Ante da Lei 12.015/2009 não existia a tipificação do crime estupro de vulnerável, era considerado somente crime de estupro descrito no artigo 213 do Código Penal (ANDRADE, 2021).

No Estado do Pará um levantamento da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) indica que, de janeiro a abril de 2022, foram registradas 769 ocorrências de estupro de vulnerável. Esse total representa uma redução de 24% em relação ao mesmo período do ano de 2021, quando 1.006 registros foram realizados, de acordo com a Secretaria (O LIBERAL, 2022).

Na avaliação do advogado Irlan Menezes, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB PA), os números ainda são altos e denunciam a falha do Estado, da família e da sociedade em cumprirem seu dever constitucional de proteger as crianças em risco. Ele defende que os índices destacados não são a totalidade de casos, haja vista a existência da subnotificação de 90%, o que corresponderia a 1.235 crianças e adolescentes no mesmo período (O LIBERAL, 2022).

Sobre a redução em 24% dos casos de janeiro a abril de 2022, em comparação ao mesmo período em 2021, o advogado afirma ainda que o aumento de poder do abusador em face da vítima nesse período de pandemia, seja com ameaças, alienação ou mesmo persuasão são fatores externos que dificultam a notificação (O LIBERAL, 2022).

Ainda na matéria publicada no *O Liberal* (2022) a 1ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente que possui abrangência na capital do estado recebeu por ano, em 2020 e 2021, cerca de 900 processos dessa natureza. A juíza titular da unidade, Mônica Maciel Fonseca, declara que mais de 50% dos casos notificados incluem abusos praticados contra menores de 14 anos de idade, o que configura crime de estupro de vulnerável.

PREVALÊNCIA DO SEXO FEMININO

Durante o meu período no creas, a prevalência é do sexo feminino, chegando a não atender até o momento, nenhuma criança do sexo masculino. (P2)

Em pesquisa realizada online, com estudos de 2017 até o momento, pelo menos dez artigos publicados constatavam que a maioria das vítimas de violência sexual contra crianças são meninas (MARRA & COSTA, 2018; PLATT *et al*, 2018; SOBROSA & KOCOUREK, 2018; DIAS, COSTA & DE OLIVEIRA MUSSE, 2018; VIEIRA, 2018; DE ARAUJO *et al*, 2018; BARCELLOS *et al*, 2021; FERRAZ; XAVIER & CABRAL, 2021; GONDIM e GONÇALVES, 2021; KRAMPE *et al*, 2022). O que nos traz para o debate dos marcadores de gênero

Existe uma questão histórica relacionada à cultura patriarcal, questões de gênero e a necessidade de participação da família ao acesso de políticas públicas que garantam acesso à serviços e garantia de direitos a informações, ações preventivas, âmbito escolar, saúde e na comunidade. (C2)

Marcadores esses que fazem com que as meninas estejam mais vulneráveis a esse tipo de imposição de poder dos homens da forma mais brutal, entre outros fatores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados entendemos como a vulnerabilidade social afeta as famílias e está entrelaçado aos casos de violência sexual, assim como a falta de conhecimento e discussão sobre o assunto em todas as idades. Entre outros fatores que estão relacionados à ocorrência desse crime contra as crianças estão o pacto de silêncio; a impunidade; a inexistência de educação sexual no ensino regular; e uma rede de proteção fragilizada em muitos casos.

Concluimos que a compreensão da equipe de atendimento dos referidos municípios corrobora com literatura existente sobre a temática, e que os fatores evidenciados em suas discursividades incidem um impacto direto no fenômeno estudado.

Não me proponho neste trabalho esgotar a temática nos municípios citados, nem no interior do Pará. Os dados qualitativos servem para nos alertar sobre a urgência de falar sobre a temática neste território, sobre a urgência de pensar elementos motivadores que possam ser trabalhados em estratégias de prevenção.

A violência sexual deixa marcas psíquicas e emocionais significativas nas pessoas vitimizadas. Podem se refletir na vida adulta, em adoecimentos, predisposição a transtornos psicológicos sofrimentos intensos e na personalidade de uma pessoa. É evidente o quanto uma ocorrência como essa pode afetar e modificar o funcionamento de uma família, muitas vezes a vítima não é a única que sofre, mas também familiares próximos, em casos em que não há o acobertamento do agressor, claro.

A complexidade desse fenômeno nos leva a necessidade de pensar nos quadros multifatoriais para sua erradicação. A prevenção sempre será o melhor caminho, no entanto, uma solução a longo prazo. Precisamos ainda reforçar as leis, combater a impunidade, e fortalecer a rede de proteção como estratégia imediata. Precisamos de uma movimentação intensa a fim de proteger nossas meninas, nossas crianças. É responsabilidade não só da escola, ou da família, mas de toda a sociedade civil garantir a proteção à infância livre de violências.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Greyce Kelly Rosa. *Os Impactos Decorrentes do Estupro de Vulnerável*. LAVRAS- MG. Monografia apresentada ao Centro Universitário de Lavras como parte das exigências do curso de graduação em Direito. 2021.
- AQUINO, *et al.* Fatores socioeconômicos e saúde de crianças em contexto de violência. *Aletheia*, v.54, n.1, p.96-104 Jan./jun. 2021
- ARCARI, C. *Guia para pais e educadores: como trabalhar o livro em espaços educativos*. São Paulo: Cores, 2015.
- BARCELLOS, Thamires Myrena Torres; *et al.* Violência contra crianças: descrição dos casos em município da baixada litorânea do Rio de Janeiro. *Escola Anna Nery*, v. 25, 2021.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. *Lei 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990
- BRASIL. Ministério da Cidadania, 2020, *Dados Tratados pela CVIS – Seaster*. Fonte: Boletim Epidemiológico nº27 - Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes, 2011 a 2017 (SINAN/MS, 2018). Disponível em: <https://oimpacto.com.br/2021/11/04/dados-sobre-o-abuso-e-a-exploracao-sexual-no-estado-do-para/> Acesso em 24 de maio de 2022. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília. 2001.
- CAPANEMA. *O município: Dados do município*. Disponível em <http://www.capanema.pa.gov.br/> acesso em 28/11/2022. s/d.
- CIDADE-BRASIL, *Município de São João de Pirabas*. Disponível em <https://www.cidadebrasil.com.br/municipio-sao-joao-de-pirabas.html> acesso em 28/11/2022, 2021
- DE ARAUJO, Gabriela *et al.* *Determinantes da violência sexual infantil no estado do Paraná Brasil*. 2018.
- DIAS, G. C.; COSTA, M. C. O.; DE OLIVEIRA MUSSE, J. Violação sexual de crianças e adolescentes: perfil dos casos notificados nos Conselhos Tutelares em município de grande porte da Bahia. *Revista de Saúde Coletiva da UEFES*, v. 8, p. 23-29, 2018.
- FERRAZ, Maira de Maria Pires; XAVIER, Milene Maria; CABRAL, Veloso Isabel Rosa. Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das notificações a partir do debate sobre gênero. *DESIDADES: Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud*, n. 29, p. 134-150, 2021.
- G1 PA. *Cerca de cinco crianças são vítimas de violência sexual por dia no Pará*. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/05/18/registros-de-violencia-sexual-contra-criancas-aumentaram-17percent-no-para.ghtml> Acesso em 29 de maio de 2022.
- G1. *'Pacto do silêncio' entre familiares de crianças abusadas ajuda estupradores a ficarem impunes, afirma conselho*. Por Victor Vidigal, G1 AP — Macapá 18/11/2018 08h44. Disponível em <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/11/18/pacto-do-silencio-entre-familiares-de-criancas-abusadas-ajuda-estupradores-a-ficarem-impunes-afirma-conselho.html>. Acesso em 30 de maio de 2022.
- G1. *Crianças da zona rural são mais suscetíveis a aliciamento de pedófilos*. G1 SP- São Paulo 25/03/2008 07h39. Disponível em <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL362286-5598,00CRIANCAS+DA+ZONA+RURAL+SAO+MAIS+SUSCETIVEIS+A+ALICIAMENTO+DE+PEDOFILOS.html> Acesso em 30 de maio de 2022.

GLOBO, *Mais de 500 mil crianças e adolescentes são vítimas de exploração sexual no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/exploracao-sexual-afeta-500-mil-criancas-adolescentes-ao-ano-no-brasil-23934402> Acesso em 30 de maio de 2022.

GONDIM, Micaelle Costa; GONÇALVES, Amanda Cristina Ribeiro. *Perfil Clínico Epidemiológico Da Violência Sexual À Criança E Pré-Adolescente No Brasil: Revisão De Literatura*. 2021.

KRAMPE, Ana Maria et al. Violência Contra a Criança e o Adolescente: Estratégias de Enfrentamento e Prevenção das Diferentes Formas de Abuso. *Salão do Conhecimento*, v. 8, n. 8, 2022.

LESSA, Camila Bahia; MAYOR, Andréa Soutto. A Dificuldade na Promoção de Medidas Preventivas Contra o Abuso Sexual Infantil nas Escolas. *Humanas Sociais & Aplicadas*, v. 9, n. 25, 2019.

LIMA, E. S.; MAIO, E. R. *Educação para a sexualidade como estratégia de enfrentamento à violência sexual e sua importância na formação docente*. Maia ACB et al. Educação para a sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 249-62, 2014.

LISE, Fernanda; DA MOTTA, Maria da Graça Corso. Violência doméstica infantil: abordagem da enfermagem. *Acta Scientiarum. Health Sciences*, v. 34, n. 1, p. 53-58, 2012.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. *Sexualidade e educação sexual*. Doutora em Educação. Professora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Unesp – Bauru. s/d.

MARRA, Marlene Magnabosco; COSTA, Liana Fortunato. Entre a revelação e o atendimento: família e abuso sexual. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 36, n. 3, p. 459-475, 2018.

MARTINS, Diego. *Números da Violência Sexual Cometida Contra Crianças e Adolescentes no Estado Do Pará*. 6 de outubro de 2021. Disponível em: <https://oimpacto.com.br/2021/10/06/numeros-da-violencia-sexual-cometida-contra-criancas-e-adolescentes-no-estado-do-para>. 2021

MENDES, Márcia Cristiane Ferreira; DE MOURA, Anaisa Alves; ARAGÃO, Maria da Paz Arruda. A prática de professores da Educação Infantil como ação preventiva da violência sexual de crianças. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, p. 1900-1914, 2020.

O LIBERAL. *Estupros de vulnerável: Pará apresenta 24% de queda de janeiro a abril, indica Segup*. 2022. Disponível em <https://www.oliberal.com/belem/estupros-de-vulneravel-para-apresenta-24-de-queda-de-janeiro-a-abril-indica-segup-1.536015>.

PARÁ. *Fundação ParáPaz, proporcionando melhor qualidade de vida à população*. Disponível em: <http://www.parapaz.pa.gov.br/pt-br/content/funda%C3%A7%C3%A3o-par%C3%A1paz-proporcionando-melhor-qualidade-de-vida-%C3%A0-popula%C3%A7%C3%A3o> Acesso em 28 de maio de 2022. s/d.

PARÁ. *Pro Paz já atendeu quase 25 mil crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência no Pará*. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/10435/> Acesso em 29 de maio de 2022. 2015.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto; CASSEPP-BORGES, Vicente; SANTOS, Janielly Gonçalves dos. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 23, p. 124-131, 2015.

PLATT, Vanessa Borges et al. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 1019-1031, 2018.

REDE BRASIL ATUAL, *A cada hora, ao menos quatro meninas menores de 13 anos são vítimas de estupro no Brasil*, Redação RBA, 2022 disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/a-cada-hora-ao-menos-quatro-meninas-menores-de-13-anos-sao-vitimas-de-estupro-no-brasil/> acesso em 28/11/2022

RODRIGUES, Suellen Silva. *Concepções de profissionais da educação e saúde em sexualidade: proposta interventiva e assessoramento para projetos de educação sexual em Abaetetuba-PA*. 2017.

RONDON, Elizabeth Da Silva Alcoforado. Pacto do silêncio: medo e vergonha. Universidade de Pernambuco. XXXI CONGRESSO ALAS URUGUAY, 2017.

SILVA, Janmille Valdivino da. *Perspectivas socioeconômicas da violência sexual no Brasil: dinâmica e níveis de associações causais*. 2019.

SINAN. *Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes, 2011 a 2017* (SINAN/MS, 2018). Instituto Patricia Galvão disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/analise-epidemiologica-da-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-2011-a-2017-sinan-ms-2018/>. Acesso em 30 nov 2022.

SOBROSA, Lilian; KOCOUREK, Sheila. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise do perfil das vítimas e agressores. *Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, v. 10, n. 2, 2018.

TAPAJÓS DE FATO, *Análise do aumento e dos casos de abuso e exploração sexual infantil no Baixo Amazonas*. 2022. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/752/analise-do-aumento-e-dos-casos-de-abuso-e-exploracao-sexual-infantil-no-baixo-amazonas>. Acesso em 30 de maio de 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas. p. 128- 130. 1987.

UNICEF. *Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil*, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>, Acesso em 19, 2021a.

UNICEF, *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*, Unicef e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2021b.

VIEIRA, Monique Soares. Violência sexual contra meninas: do silêncio ao enfrentamento/ Sexual violence against girls: from silence to confrontation. *Libertas*, v. 18, n. 2, 2018.

WHO. *Global Status Report on Violence Prevention*. WHO, Geneva. 2014

Violência Doméstica Contra a Mulher, Dependência Econômica e Outros Entraves: iniciando uma breve análise¹

Violencia Doméstica Contra las Mujeres, Dependencia Económica y Otros Obstáculos: iniciando um breve análisis

Domestic Violence Against Women, Economic Dependence and Other Obstacles: starting a brief analysis

Fabiola Saraiva Barbosa Mota do Espírito Santo

Resumo: O presente artigo tem como propósito analisar o fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher e o quanto a questão da dependência econômica dessa mulher junto ao cônjuge, autor da agressão, ainda surge como um dos principais fatores para a permanência das mesmas em relações abusivas que geram violência e morte. Nesse sentido, busca-se identificar se a dependência econômica se apresenta como um impedimento para a realização da denúncia junto a DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher) no Estado do Pará. A metodologia utilizada para esse estudo foi a qualitativa interpretativa com base na pesquisa exploratória através de levantamento bibliográfico, documental e entrevistas com algumas delegadas; também foram utilizados para coleta e análise de dados, documentos oficiais, leis, relatórios, sites, bibliografias de autoras e autores que estudam o referido problema, bem como estatísticas oficiais que indiquem a situação atual do fenômeno para melhor compreensão do mesmo. Diante dos dados da pesquisa realizada, observa-se que garantir à mulher em situação de violência doméstica o direito ao acesso a bens e serviços de maneira que atendam a totalidade de suas necessidades de acordo com a perspectiva de atendimento integral à mesma, tem se apresentado, ainda, um grande desafio, que envolve questões políticas e econômicas que tornam essa articulação tímida e incipiente, refletindo na pouca divulgação dos serviços quando existem e logo suas formas de acesso.

Palavras Chave: Violência. Gênero. Mulher. Denúncia. Dependência Econômica.

Resumen: El propósito de este artículo es analizar el fenómeno de la violencia doméstica y familiar contra la mujer y en qué medida la cuestión de la dependencia económica de la mujer del cónyuge que cometió la agresión aún emerge como uno de los principales factores para su permanencia en relaciones abusivas que generan violencia y muerte. En este sentido, el objetivo es identificar si la dependencia económica es un impedimento para presentar una denuncia ante la DEAM (Comisaría Especializada en Atención a la Mujer) en el Estado de Pará. La metodología utilizada para este estudio fue la cualitativa interpretativa basada en una investigación exploratoria, a través de un levantamiento bibliográfico, documental y entrevistas a los delegados y autores que estudian el objeto mencionado, así como estadísticas oficiales que indican la situación actual del fenómeno para una mejor comprensión de la misma. A la vista de los datos de la encuesta realizada, se observa que garantizar a las mujeres en situación de violencia intrafamiliar el derecho a acceder a bienes y servicios de manera que satisfagan todas sus necesidades, de acuerdo con la perspectiva de atención integral a las mismas, se ha presentado aún, un gran desafío, que involucra cuestiones políticas y económicas que hacen tímida e incipiente esta articulación, reflejada en la poca publicidad de los servicios cuando existen y por ende de sus formas de acceso.

Palabras Claves: Violencia. Género. Mujer. Denuncia. Dependencia Económica.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the phenomenon of domestic and family violence against women and how much the question of the woman's economic dependence on the spouse who committed the aggression still emerges as one of the main factors for their permanence in abusive relationships that generate violence and death. In this sense, the aim is to identify whether economic dependence is an impediment to filing a complaint with the DEAM (Specialized Police Station for Assistance to Women) in the State of Pará. The methodology used for this study was the interpretative qualitative one based on exploratory research, through a bibliographical and documentary survey and interviews with the Delegates. and authors who study the aforementioned object, as well as official statistics that indicate the current situation of the phenomenon for a better understanding of it. In view of the data from the survey carried out, it is observed that guaranteeing women in situations of domestic violence the right to access goods and services in a way that meets all of their needs, in accordance with the perspective of comprehensive care for them, has been presented still, a great challenge, which involves political and economic issues that make this articulation timid and incipient, reflected in the little publicity of services when they exist and therefore their forms of access.

Keywords: Violence. Gender. Woman. Denunciation. Economic Dependence.

¹ Este artigo foi apresentado como requisito para a conclusão do Curso de Especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEM/UFPA, sob orientação da Professora Doutora Maria Luzia Miranda Alvares. Agradeço às/ aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher foi assim reconhecida após a conferência mundial sobre direitos humanos realizada em Viena, em 1993. Delimitou-se, neste artigo, a espécie de violência que será trabalhada: a violência doméstica cometida pelo agressor homem em relação a vítima mulher, no que refere a um relacionamento conjugal, embora a violência doméstica ocorra entre agressor e vítimas diversas.

Compreender o que leva uma mulher a permanecer em um relacionamento abusivo implica considerar fatores objetivos e subjetivos. Dentre os fatores objetivos, destaca-se a dependência econômica da mulher em relação ao cônjuge/companheiro agressor, como fator que impede a denúncia de violência. Neste sentido, possuir autonomia econômica trata-se, muitas vezes, de condição determinante para que uma mulher sobreviva. A IV Conferência sobre a mulher realizada em Pequim (1995), define como prioridade, “direcionar estratégias de desenvolvimento que devem observar as necessidades das mulheres”.

Logo, educação, trabalho e renda são fundamentais para o desenvolvimento da autonomia econômica destas mulheres.

O sistema capitalista cria aspectos econômicos, políticos e ideológicos que refletem diretamente na reprodução das relações sociais atingindo a particularidade das relações mais íntimas do cotidiano humano. Assim, nos países subdesenvolvidos como o Brasil, estas relações tendem a concretizar-se de forma bem mais excludente e dominadora, uma vez que o acesso aos bens e serviços e a efetivação dos mínimos sociais constitucionalmente garantidos são privilégios de uma minoria da população, e as mazelas sociais impostas pelo sistema produzem e reproduzem campo fértil para a manifestação da violência na sociedade de modo geral e, especificamente, no seio da família onde a mulher muitas vezes é o alvo.

Segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado em junho de 2021, (15ª edição - <https://forumseguranca.org.br/>), a maior parte das vítimas aponta a questão financeira como grande problema. De acordo com esse estudo, para 25,1% das entrevistadas, a falta de autonomia financeira, impulsionada pelo aumento do desemprego foi o que as deixou mais vulneráveis. Maior convivência com o autor da violência durante a pandemia da covid-19 foi citado por 21,8%, e dificuldade de procurar a polícia por 9,2%. A pesquisa destaca ainda que no geral, uma em cada quatro brasileiras sofreu algum tipo de violência no último ano, seja ela física, psicológica ou sexual. Entre as agressões físicas, houve oito casos a cada minuto.

Segundo Samira Bueno, diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

“a mulher que sofre violência doméstica e não consegue sair de casa porque não tem como se sustentar, torna-se mais vulnerável uma vez que sofrer violência passa a ser uma questão secundária para ela e o mais importante é comer. Então essa vítima vai se tornando mais tolerante”.(www.uol.com.br/universa/pesquisa-violencia-contramulher-na-pandemia de 07/06/2021).

De acordo com Camila de Bona (2019, p.14), “a noção de desenvolvimento proposta por Amartya Sen, mostra-se alinhada à uma perspectiva que prioriza o ser humano e não o crescimento econômico de um país”. Desta forma, entende-se que é primordial a valorização do ser humano e de suas necessidades e no que refere a mulher em situação de violência doméstica e dependência

econômica, cabe a intervenção do Estado através de políticas públicas que garantam educação, trabalho e renda às mesmas fomentando sua autonomia econômica e sua liberdade para agir. Nesse sentido, pergunta-se: como o estado do Pará tem estruturado políticas públicas nas referidas áreas, necessárias ao desenvolvimento da autonomia destas mulheres? A hipótese levantada é a de que o Estado ainda não possui efetivamente tais políticas específicas às mulheres em situação de violência e dependência econômica ou que há ainda pouca divulgação destes serviços.

Reconhece-se que a questão da violência de gênero, especificamente a violência doméstica e familiar contra a mulher, não se trata de um fenômeno social novo, mas que continua se ampliando e exigindo novos estudos, novas políticas públicas, novas ações do governo e sociedade civil para seu enfrentamento.

1. Eixo Histórico e Cultural Sobre a Violência Contra a Mulher

A normatização construída no Brasil que trata sobre a violência contra a mulher, destaca-se duas convenções que serviram como base ao governo brasileiro para o reconhecimento dos direitos da mulher como direitos humanos, bem como para a implantação de programas, projetos e serviços direcionados à esta questão: A Convenção da Organização das Nações Unidas contra a discriminação de mulheres (CEDAN - ONU, 1979) e A Convenção Inter Americana Para Prevenir, Punir E Erradicar A Violência Contra A Mulher (OEA – 1994). A conhecida Convenção de Belém do Pará, em seu artigo 7º refere que: “Os Estados partes condenam todas as formas de violência contra a mulher e concordam em adotar por todos os meios apropriados e sem demora, políticas orientadas a prevenir, punir e erradicar a dita violência”. Contudo, nota-se que ainda há muito a ser feito apesar do avanço legislativo.

De acordo com Bona (2019, p. 23), “A violência de gênero, que se insere nas relações sociais de gênero sob um enfoque de desigualdade, atua sob aspectos distintos: um deles no contexto cultural do patriarcado, que fixa as mulheres em uma posição de inferioridade em relação aos homens que se não bastasse, associa-se também a fatores econômicos”.

Alvares (2020, p. 29) destaca que a cultura em que a mulher foi inserida e educada estabelecia que ela deveria contrair matrimônio para que tivesse uma segurança econômico-financeira, restringindo-a ao ambiente doméstico, reforçando os valores do sistema patriarcal.

Segundo Rubin (1993, p. 08), a histórica desigualdade de direitos entre homens e mulheres encontra explicação na base material das sociedades que surgiram a partir do aparecimento da propriedade privada. Apoiada nas leituras de Engels sobre o surgimento da monogamia, a autora destaca a citação em que o autor identifica a opressão de sexo como a primeira forma de opressão de classe.

“A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos, o primeiro antagonismo de classes surge entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classes com a opressão do sexo feminino pelo masculino”. (ENGELS, *apud* RUBIN, 1993, p.08)

De acordo com essa perspectiva todos os modos de produção que são baseados na propriedade privada de bens materiais instituem a desigualdade também no âmbito das relações afetivas, em que os homens na condição de agentes principais do exercício do poder e da dominação dos

recursos materiais passam a ter sobre sua ingerência esposas e filhos, à exemplo do que fazem com os trabalhadores a eles subordinados.

A cultura da civilização ocidental não mudou a ideia de “natureza” das mulheres, fortalecendo na sociedade a ideia de inferioridade em relação ao homem e a manutenção da relação de subserviência e dependência da mulher junto ao mesmo. A visão naturalista que imperou até o final do século XVIII determinou uma inserção social desigual para ambos os sexos: aos homens de posses cabiam atividades nobres como a filosofia, a política e as artes; enquanto aos pobres: cabia o trabalho pesado e às mulheres, independentes da condição econômica deviam se dedicar ao cuidado da prole, bem como tudo aquilo que diretamente estivesse ligado à existência do homem (ALVES e PITANGUY, 1991).

Autoras como Cheron e Severo (2010, p. 3) destacam que a construção social do papel da mulher na visão do patriarcado determina como deve ser o seu comportamento, esposa dócil, submissa, ociosa, responsável pelos cuidados com os filhos e o lar, atribuições secundárias e atreladas à dependência econômica ao companheiro “provedor”. Porém, com o passar dos anos, a mulher começa a lutar e conquistar novos espaços na sociedade, através dos movimentos feministas, onde os valores do patriarcado passam a ser questionados, vislumbrando-se novas expectativas sociais e garantia de direitos para as mesmas.

Contudo, segundo as referidas autoras, por mais que a luta feminista tenha possibilitado conquistas importantes, a violência e o sistema patriarcal são fenômenos antigos que ainda deixam resquícios de uma herança cultural enraizada de cunho social e histórico que ainda hoje encontram-se estreitamente relacionados.

Ainda segundo as autoras é indispensável ressaltar que a violência doméstica não ocorre apenas nas classes menos favorecidas, ser pobre não lhe condiciona a ser vítima desta realidade, entretanto a mulher sem autonomia socioeconômica em uma relação agressiva e dependente economicamente do companheiro, agente da agressão, pode tornar-se mais vulnerável a fatores de risco que somados favorecem para que a mesma não denuncie a violência sofrida.

No Brasil, mulheres negras e pobres são as que mais sofrem violência doméstica, são as que mais denunciam agressões e são as maiores vítimas de feminicídio de acordo com dados estatísticos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o documento revela que 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2018 e 61% delas era negra.

De acordo com Suelaine Carneiro, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, “O recrudescimento do racismo, do conservadorismo e do machismo são elementos que impactam negativamente na vida das mulheres” (CARNEIRO, 2003. Pg. 11).

Informações da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), demonstram que em 2016 a situação das mulheres negras no campo da violência doméstica, se manteve crescente, cerca de 59,71% das mulheres que relataram casos de violência eram negras e a maioria das denúncias foram feitas pela própria vítima (67,9%). Segundo a autora, dados como esses, comparados com o quadro da evolução histórica da violência contra as mulheres indicam que o Estado, por meio das políticas públicas, não tem conseguido coibir a violência doméstica e familiar, especialmente, no que diz respeito às mulheres negras (CARNEIRO, 2003. Pg. 22).

De acordo com Carneiro, raça e sexo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, construídas historicamente e que produzem desigualdades, utilizadas como justifica-

tivas para as assimetrias sociais, que explicitam que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais. “Esses são os efeitos da hegemonia da “branquitude” no imaginário social e nas relações sociais concretas. É uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas” (CARNEIRO, 2003. Pg. 19). Nesse sentido, compreende-se que os estereótipos racistas criados perante a imagem da mulher negra interferem no modo como são tratadas e no quanto esse fato as compromete física e psicologicamente.

Dados levantados pelo Data Senado de 2019¹ revelam que mulheres pretas e pardas com baixo nível de escolaridade, com idade entre 16 a 29 anos, são as maiores vítimas da violência doméstica e familiar, cerca de 24% convivem com seu agressor e 35% dependem dele. O relatório de 2021 dessa instituição² aponta um aumento com relação a convivência com o agressor, cerca de 42% das vítimas convivem e dependem dos mesmos.

Conforme Carrijo e Martins (2020, pg. 02), os dados das Pesquisas sobre violência doméstica contra a mulher denunciam uma outra forma específica e velada de violência: o racismo. Segundo as autoras, no Brasil, as mulheres negras são 53,6% das vítimas de mortalidade materna, 65,9% das vítimas de violência obstétrica e 68,8% das mulheres mortas por agressão.

Ambas destacam ainda que a “dependência financeira do parceiro é um fator de risco para a violência doméstica e que muitas vezes é consequência explícita de racismo pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho por serem mulheres negras” (CARRIJO; MARTINS, 2020. Pg. 02).

Nesse sentido é fundamental a intervenção do Estado na promoção da autonomia financeira desta mulher empreendendo Políticas Públicas capazes de absorver de maneira específica tais questões que são articuladas.

Um estudo publicado em 2010 pela Universidade Estadual de Londrina pelas autoras Mizuno, Fraid e Cassab (2010, p 18), revela que muitos são os motivos que conduzem as mulheres a permanecerem na relação de violência, o medo de perder a guarda dos filhos, constrangimento, culpa, falta de capacitação profissional para sobreviver sozinha, dependência emocional/afetiva pelo companheiro e ameaças de morte. Porém, o mesmo estudo refere que o principal argumento durante as entrevistas realizadas foi a falta de condições econômicas principalmente para sustento dos filhos. Finalizando o estudo, as autoras ressaltam que o processo de separação para as mulheres é permeado por muitos questionamentos e dúvidas, o que pode levá-las a demorar meses ou até anos para romper com o ciclo da violência.

De acordo com o Instituto de Pesquisa do Data Senado de 2021, das 3.000 mulheres entrevistadas, cerca de 46% dependem economicamente do cônjuge ou companheiro autor da agressão e que além do medo, a relação de dependência financeira construída com ele é uma das principais razões que levam as mulheres a evitar a denúncia junto às autoridades.

Nesse sentido percebe-se que a questão se agrava muito quando a mulher se torna refém da situação de violência sem apoio da família e do poder público, o que pode intensificar o sentimento de desamparo e ausência de perspectivas para o futuro, para o trabalho, estudo, para a construção de sua autonomia econômica, para fazer a denúncia junto ao órgão competente e logo para o rompimento da relação abusiva. Revela Soihet (1989, p.12) “a independência econômica está ligada à capacidade de gerar rupturas na condição de opressão feminina”.

¹ <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacoesporano?ano=2019> Acesso em 11/2022.

² <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacoesporano?ano=2021> Acesso em 11/2022

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, a violência doméstica e familiar contra a mulher continua aumentando, com o Brasil registrando 230.861 casos de agressões por violência doméstica em 2021, um aumento de 6% em relação a 2020. O documento também revela um aumento de 4% no número de ameaças (597.623, em 2020) para (619.353 em 2021) e um total de 1.341 mulheres foram vítimas de feminicídio, 65,6% morreram dentro de casa e 81,7% dos casos foram cometidos pelo companheiro ou ex-companheiro da vítima.

A violência doméstica e familiar contra a mulher é identificada por algumas autoras como Saffioti (1978, p. 32) como violência de gênero. Para ela, o gênero é uma norma de relacionamento que tem como base três contradições que considera fundamentais: o patriarcado, o racismo e o capitalismo, que estão presentes na estrutura da sociedade a qual estamos inseridos e extrapolam a relação homem e mulher. Nesse sentido, compreende-se que estratégias devem ser adotadas pelo governo e sociedade em busca da construção de novas relações de gênero pautadas na educação e igualdade de acesso aos direitos e logo pela autonomia de mulheres em situação de violência doméstica.

De acordo com Scott (1995, p. 31) a dependência econômica e a inserção da mulher no mercado de trabalho de forma precária são alguns dos fatores que explicam o porquê da violência conjugal torna-se um problema não resolvido apesar das conquistas acumuladas pelas mulheres nos diversos fóruns de direitos humanos. Assim, neste artigo, será realizada uma breve análise sobre a relação da violência doméstica e familiar contra a mulher, com a dependência econômica da mesma junto ao cônjuge ou companheiro agressor e a desistência da denúncia junto as delegacias.

2. Entendendo um Pouco mais sobre Desigualdade de Gênero e Dependência Econômica de Mulheres em Situação de Violência Doméstica

Conforme Piscitelli (2002), entre as décadas de 1920 e 1930, as mulheres conseguiram romper com algumas das expressões mais agudas da desigualdade no que refere ao direito ao voto, à propriedade e a educação, porém a subordinação ainda se mantém em alguns aspectos. Ou seja, a subordinação permanece em um processo histórico de construção social da categoria mulher.

Tal subordinação é marcada por adequações nos diferentes períodos históricos e se expressa através de várias formas de violência especialmente aquelas em situação de conjugalidade.

Segundo Melo (2005) para as mulheres não proprietárias, essa realidade de carências e subordinação é mais aguda, uma vez que elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, pela dedicação as atividades do lar que as fazem majoritariamente dependentes da provisão masculina para seu sustento e de seus filhos.

Kergoat (2007) destaca que a violência de homens contra mulheres deve ser analisada considerando-se o conceito de divisão sexual do trabalho, pois esta se encontra de acordo com ela, “no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres”, ela destaca que mesmo com as inovações tecnológicas e os avanços, permanecem a divisão sexual do trabalho, mantém-se a divisão por gênero no mercado de trabalho, onde as mulheres se concentram nos chamados “guetos profissionais femininos”, nos postos de trabalho mais instáveis, precários e com pior remuneração, isso quando não estão no mercado informal ou desempregadas.

Para Saffioti (1987) a violência constitui um componente fundamental do adestramento de mulheres à ordem social patriarcal. A garantia de sobrevivência e de manutenção da família tem

na obediência dos filhos e na submissão e dependência das mulheres a metodologia operativa da dominação patriarcal, terreno fértil para a ocorrência de abusos.

Ainda segundo a autora, a condição de sexo e da raça/etnia soma-se a condição de classe. Essas determinações representam mecanismos que colocam em desvantagem o coletivo de mulheres atuando de forma conveniente para a conservação da estrutura desigual. Tal constatação permitiu a autora trabalhar com o tripé capitalismo - patriarcado - racismo, que significa dizer que a exploração econômica ou de classe se intensifica com a discriminação gerada pelo poder do homem, em geral, sobre a mulher e da discriminação dos não negros, principalmente os brancos, contra os não brancos, particularmente os negros. Assim, para essa autora, a análise da desigualdade entre homens e mulheres, no contexto do capitalismo, deve também considerar que a cultura que gera o patriarcado e o racismo restringe não só a autonomia de homens pobres não brancos, bem como e, principalmente, de mulheres pobres e negras.

De acordo com Telles e Melo (2003, p. 23), a violência em razão da discriminação por sexo constitui violação dos direitos humanos e liberdades essenciais, atingindo a cidadania das mulheres, impedindo-as de tomar decisões de maneira autônoma e livre, de ir e vir, de expressar opiniões e desejos, de viver em paz em suas comunidades; direitos inalienáveis do ser humano. As autoras, também reproduzem a afirmação de Engels, segundo a qual a violência de sexo tem sido o primeiro tipo de violência em que o ser humano é colocado de maneira direta, é transmitida de geração a geração e torna-se de tal forma arraigada no âmbito das relações humanas que ainda é vista por muitas pessoas como se fosse natural. De um modo geral, elas destacam que a priori, a violência de sexo é praticada pelo homem para dominar a mulher, e não a eliminar fisicamente, a intenção masculina é possuí-la, é tê-la como sua propriedade, determinar o que ela deve desejar, pensar, vestir e agir.

Bandeira (2007, p. 19), destaca que na decisão de sair de um relacionamento abusivo ou permanecer nele, muitas questões são consideradas pelas mulheres, entre elas, a sua dependência econômica em relação ao cônjuge agressor.

Informações relatadas pela Organização Mundial de Saúde em 2010 destacam que a grande maioria dos casos de violência praticada pelo parceiro íntimo seja ela física, sexual ou psicológica é suportada pelas mulheres, que são de alguma forma dependentes desses parceiros. (RELATÓRIO OMS 2010 – “Prevenção da Violência Sexual e da Violência por parceiro íntimo”; p 03).

Um estudo divulgado pela ONG Centro pelo Direito A Moradia Contra Despejos (COHRE), com sede em Genebra, na Suíça, mostra que na América Latina os índices de violência doméstica são elevados. A pesquisa informa que na região, cerca de 30 a 60% das mulheres sofreram agressões. O relatório de 50 páginas analisa a questão da violência contra a mulher no Brasil, na Argentina e na Columbia, segundo o documento, a dependência econômica aparece como a primeira causa mencionada pelas mulheres nos três países e como principal obstáculo para romper uma relação abusiva.

O referido relatório informa que no Brasil, 70% das vítimas foram agredidas dentro de casa e que as principais afetadas são mulheres pobres que vivem em comunidades carentes, cerca de 27% das entrevistadas disseram que se dedicam ao lar, da mesma forma na Argentina e Colômbia; 25% declararam-se donas de casa. Nesse sentido é fundamental a intervenção do Estado na promoção da autonomia financeira desta mulher empreendendo paralelamente o sentimento de segurança em si mesma, em sua capacidade de ser independente e livre de ameaças, uma vez que o sentimento

de desamparo e de incapacidade para romper com o relacionamento abusivo, tornam-se fatores impeditivos à efetivação da denúncia junto aos órgãos competentes.

Almeida (2007, p.53) observa que as mulheres em situação de violência doméstica e familiar passam por sentimentos de medo e isolamento acentuados e que o medo reduz a possibilidade de distanciamento do contexto que o produz, ofuscando a capacidade de reapropriação e releitura desse contexto sob uma perspectiva crítica. Assim, entende-se que questões subjetivas, como o medo aliado a questões objetivas, como a dependência econômica da mulher em situação de violência doméstica e familiar podem interferir no processo de rompimento dessa relação à medida que essa mulher não se perceba enquanto principal sujeito nesse processo de rompimento da experiência de violência e não se sinta capaz de concretizar a denúncia e buscar sua autonomia socioeconômica.

De acordo com o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina (<https://latinno.net/pt/project-information/>), em 2020, autonomia financeira feminina é a capacidade das mulheres de gerar rendimentos e recursos próprios a partir do acesso ao trabalho remunerado em igualdade de condições com os homens. Em contrapartida, para a ONU (2016), autonomia financeira não envolve, portanto, apenas independência financeira e geração de renda, mas pressupõe também autonomia para realizar escolhas. Assim, compreende-se que a mulher se fortalece material e emocionalmente encontrando condições para sair da situação de violência. O Relatório da Pesquisa Visível e Invisível, a vitimização de mulheres no Brasil, 2021, 3ª ed. (<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>) trata sobre a violência sofrida pelas mulheres durante a pandemia da covid-19, cerca de 4,3 milhões de mulheres foram agredidas fisicamente, isto significa que a cada minuto, 8 mulheres foram agredidas no Brasil e a violência mais frequente foi a verbal, cerca de 13 milhões de brasileiras experimentaram esse tipo de violência. O relatório ressalta ainda, que chamam atenção, dois fatores que não modificaram nas três edições da pesquisa (2017, 2019 e 2021): as mulheres sofreram mais violência dentro da própria casa e o autor da agressão foram seus cônjuges.

Conforme a Pesquisa Nacional de Domicílios – PNAD – “Características da Vitimização e Acesso à Justiça”, realizada em 2013 - 2,5 milhões de pessoas, entre 10 anos ou mais de idade, foram vítimas de agressão física, ou seja, 1,6% dessa população no país.

Nas regiões Norte e Nordeste foram observadas as maiores frequências, 1,9% e 1,8%, respectivamente, e as mulheres foram as mais agredidas nas duas regiões. Norte (1,5%) e Nordeste (1,4%). Esse fato é bem mais notório quando a mesma pesquisa revela o percentual de pessoas que sofreram agressão física na própria residência. O Estado do Pará apresenta 10% de homens nesta situação, porém o percentual de mulheres dispara para 43%, dado que vem equiparar-se ao percentual de mulheres que foram agredidas por cônjuge, ex-cônjuge ou companheiro no Estado, totalizando 40,61% dos casos.

De acordo com dados do Mapa da Violência em 2020, o Pará apresenta 66 casos de feminicídio durante a pandemia da covid-19, sem mencionar as situações que não foram registradas devido à dificuldade de acesso à efetivação da denúncia neste período confirmando a gravidade da questão. Em relato ao Jornal Diário do Pará, a delegada Sandra Cunha, da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher, já em 2012, mencionava que: “O perfil das denunciadas ainda permanece o mesmo, a maioria são de áreas de baixa renda e que ainda dependem do companheiro para se sustentar” (DIÁRIO DO PARÁ, caderno de polícia, 10. 06. 2012).

3. Principais Dificuldades para a Efetivação da Denúncia

No Brasil desde o surgimento da Primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em 1985, no Estado de São Paulo, são constantes os desafios enfrentados para garantir a qualidade do acolhimento às vítimas. Segundo a delegada Jozirlethe Magalhães Criveleto, da DEAM, de Mato Grosso, um dos desafios a serem superados, pelos estados do país, é a ampliação do número de delegacias especializadas e de toda uma rede estruturada para o atendimento à mulher em situação de violência na área da saúde, educação, assistência psicossocial, emprego e renda. “Há necessidade de ter uma rede estruturada para o acolhimento dessas vítimas, não adianta termos só delegacias e casas abrigo, vejo que o desafio é a implementação de políticas públicas dentro de cada um dos segmentos de atendimento à mulher”.

A delegada Larissa Mascotte, titular da Delegacia De Atendimento Especializado À Mulher (DEAM), em Belo Horizonte, defende a importância de programas que possibilitem a geração de renda própria para mulheres em situação de violência doméstica para que seja quebrado o ciclo de agressões. “São iniciativas importantes porque podem oferecer autonomia financeira para a mulher que está em vulnerabilidade. A garantia de uma renda é uma forma de auxílio para que ela consiga romper esse ciclo de violência” (JORNAL O TEMPO, 28 de junho de 2021).

O projeto de pesquisa **“Efetividade e superação dos entraves na articulação dos Serviços de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado do Pará (2007 - 2014)”** - MCTI/CNPq 409572/2016-0, realizado no período de 2017 a 2021, por pesquisadoras/es do GEPEM (Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes, Sobre Mulher E Relações De Gênero/ IFCH/UFPA), entre as abordagens evidenciadas aponta alguns dos entraves mais comuns relatados nas entrevistas com algumas delegadas das DEAMs/PA, e que geram demora na resolução dos casos e podem interferir na concretização da denúncia pelas vítimas³. Entre esses entraves, elas apontam, num primeiro momento de denúncia, que a mulher não vai acompanhada de uma testemunha e conseqüentemente deve comparecer mais vezes ao local e nem sempre os horários agendados na delegacia convergem com os horários de trabalho da vítima; ou quando elas querem desistir por terem se reconciliado com os parceiros. Um outro exemplo citado é a ausência e/ou carência de profissionais no atendimento à essa mulher, o que gera muito descontentamento com a espera pelo mesmo, e logo em alguns casos, a desistência da denúncia. Outro problema citado pela delegada Janice Aguiar (DEAM/ BELÉM) é o agendamento de perícia no IML. Segundo ela, quando a mulher, vítima de violência, sofre crime de lesão corporal e precisa passar pelo exame de perícia, se o exame não for feito no mesmo dia da denúncia essa pessoa pode vir a desistir, pois o agressor pode procurá-la, e tentar convencê-la a não denunciar. Apesar de não poder retirar a queixa a vítima acredita, muitas vezes, que a violência foi apenas um mal entendido e não quer mais que o agressor seja preso. Quando isso acontece, além de gerar muito estresse durante o processo para as/os funcionários da DEAM e para a vítima, esta, se coloca novamente em situação de risco. Outra questão citada pelas delegadas mostra que a ausência de recursos materiais e recursos humanos também interfere na qualidade do atendimento e logo podem gerar a desistência da denúncia. A delegada Ana Paula Chaves (DEAM/ CASTANHAL), na ocasião da entrevista, em 2018, relatou que a delegacia não possui sala de espera e algumas vítimas esperavam por atendimento no corredor, às vezes sentadas no chão. Segundo a delegada de Breves, Monique Brasil,

³ Houve solicitação deste material do Relatório Final do Projeto de Pesquisa/CNPq 2021, à coordenadora Luzia Álvares que cedeu parte desses depoimentos para subsidiar este artigo.

a falta de transporte fluvial e de combustível impede o atendimento às mulheres ribeirinhas, que nessas circunstâncias são impelidas a se deslocarem até o município de Breves, por longas horas de viagem, sem segurança ou conforto. Em decorrência deste fato, e o delimitado horário de funcionamento da DEAM de Breves (não é 24hs), algumas ocorrências eram registradas em delegacias comuns, o que desencoraja a denúncia. Outro fato importante citado pela delegada é referente ao contexto socioeconômico do município, que influencia diretamente na qualidade de vida das mulheres e nos casos de violência doméstica e familiar. “O desemprego e a situação de pobreza de muitas famílias demonstra que as mulheres se tornam ainda mais vulneráveis à violência e que tenham dificuldades de romper o ciclo da mesma por medo da falta de recursos para si e seus filhos”.

A Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Soure conforme a delegada Thiciane Maia não contém casa abrigo, quando a vítima chega na DEAM e precisa desse atendimento é necessário primeiro ser feita uma requisição chamada de ADOC para o hospital, aguardar a resposta do Conselho Tutelar para então fazer o encaminhamento da vítima para Belém. A solicitação ocorre por meio de ofício à Secretaria de Promoção Social (SEMPAS) e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que entram com a questão financeira para custeamento da passagem. Em casos de questão pericial é encaminhado a requisição da perícia, o boletim de ocorrência e o referido ofício para que só então a vítima seja direcionada ao Pará-Paz.

A DEAM, em Barcarena, de acordo com informações da delegada Priscila Costa também não dispunha de atendimento 24h para atender as demandas de um município grande, o que dificulta ainda mais a denúncia dessas mulheres vítimas de violência doméstica. Com essa dificuldade de plantão 24h, as denúncias são feitas pela delegacia comum. A delegada observa que enquanto trabalhava em delegacias comuns, as denúncias de violência doméstica nessas delegacias eram ignoradas muitas vezes. Conforme a delegada, a estrutura fornecida é muito precária, uma delas é o transporte para atender ocorrências ou levar as vítimas para órgãos que só existem na capital do estado, para que ocorra o prosseguimento da denúncia.

A delegada Ana Paula Castro, que esteve à frente da DEAM em Marabá, destaca que a falta de políticas públicas para mulheres para o enfrentamento da violência doméstica e familiar afeta o atendimento completo a esta mulher, principalmente no que tange ao aspecto social que a lei Maria da Penha prevê em seu artigo 9º, pois não há garantia de respaldo social, apoio ao emprego e programas de geração de renda à vítima ou algum tipo de estímulo à sua independência financeira para que a mesma possa romper com o ciclo da violência.

Nesses depoimentos observa-se que não há uma referência específica sobre a desistência das vítimas quanto à situação econômica em que podem estar sofrendo, contudo pelo olhar das delegadas observa-se que os itens evidenciados penetram em várias circunstâncias, algumas delas apontando para a ausência de um tratamento melhor da vítima, que vai à queixa da violência sofrida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À proporção que tal violência vem tendo cotidianamente notificada através dos meios de comunicação ou órgãos oficiais é espantoso e preocupante. Tais dados nos chamam atenção e nos remetem a refletir sobre a atual condição da mulher na sociedade patriarcal em que vivemos, e buscar compreender, de maneira mais ampla, o fenômeno dessa violência e o quanto a questão da dependência econômica dessa mulher junto ao agressor ainda surge como um dos principais fatores

para a permanência das mesmas em relações abusivas, que geram sofrimento e morte. Nesse sentido faz-se necessário dar continuidade em estudos e pesquisas para compreender como se apresenta atualmente essa questão, e quais os mecanismos que a rede de prevenção/ proteção dispõe para a efetivação da denúncia e o fortalecimento da autonomia socioeconômica dessas mulheres.

As informações expostas até aqui evidenciam que a situação social das mulheres continua sendo marcada por avanços e retrocessos como ressalta Telles, “ainda convivemos com os resquícios patriarcais que estimulam os preconceitos contra a população feminina, introjetados na mentalidade e nas práticas políticas do Estado e da sociedade” (TELLES, 1999. P 59).

Assim observa-se que garantir à mulher, em situação de violência doméstica, o direito ao acesso a bens e serviços, de maneira que atendam a totalidade de suas necessidades, de acordo com a perspectiva de atendimento integral à mesma tem se apresentado um grande desafio, que envolve questões políticas e econômicas que tornam essa articulação tímida e incipiente refletindo na pouca divulgação dos serviços, quando existem e logo suas formas de acesso.

Conforme ressalta Samira Bueno, Diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a violência doméstica sofrida por essas mulheres passa a ser secundária diante da necessidade de suprir o básico, como alimentação e moradia, contudo quando refletimos sobre a questão de sobrevivência dessas mulheres devemos pensar além do básico, visto que estão em situação de risco, e fomentar estratégias que garantam, com efetividade, sua autonomia socioeconômica é fundamental para que possam superar a condição de violência.

De acordo com o relato das delegadas durante a referida pesquisa realizada, em 2018, pelo GEPEM se faz necessário mudanças para que possa ser garantido um atendimento de qualidade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, bem como melhores condições de trabalho para os servidores. Com a fala das delegadas nota-se a preocupação e o descontentamento com o serviço oferecido a essas mulheres, que já chegam tão fragilizadas e ainda se deparam com esse ambiente nada acolhedor; a ausência ou carência de recursos humanos, materiais e estruturais de cada delegacia citada incluindo a capital, conforme a fala das profissionais, podem levar as vítimas a não concluírem a denúncia assim como o aspecto econômico – financeiro vivenciado por cada uma dessas mulheres, como bem salientou a delegada Monique Brasil “ O desemprego e a situação de pobreza de muitas famílias fazem com que mulheres se tornem ainda mais vulneráveis à violência e que tenham dificuldades de romper o ciclo da mesma por medo da falta de recursos para si e seus filhos”. Essa questão apontada pela referida Delegada, mostra que a dependência econômica de mulheres em situação de violência doméstica junto ao companheiro agente da agressão, se configura como um dos fatores de risco para a permanência da mesma em tal relação, apesar de não ter sido citado pelas demais profissionais, que trouxeram como entraves outras questões também relevantes. A dependência econômica é apenas um dos tantos fatores que impedem a mulher de romper com a situação de violência como bem ressalta Bandeira (2007 p 19), “ Na decisão de sair de um relacionamento abusivo ou permanecer nele, muitas questões são consideradas pelas mulheres entre elas a sua dependência econômica em relação ao cônjuge agressor”.

A realidade apresentada nos relatos acima aponta a necessidade, não apenas, de mais investimento para a melhoria dos serviços junto as DEAMS, mas também são necessárias políticas públicas efetivas e articuladas que atendam a totalidade das demandas das mulheres em situação de violência, como está previsto na Lei Maria da Penha, em seu artigo 9º: “A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os

princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, Segurança Pública, entre outras políticas públicas de proteção e emergencialmente quando for o caso”. Porém compreendendo a dependência econômica como um fator de manutenção de um relacionamento abusivo são necessárias também ações preventivas para além da inserção em programas assistenciais, por exemplo, pois estes não suprem a totalidade das necessidades que podem ser garantidas articulando-se educação, trabalho e renda. O contexto social de pobreza material implica no reconhecimento do déficit de escolaridade e capacitação profissional que dificultam ainda mais o acesso ao trabalho e a renda principalmente no que refere a mulher negra que sofre entre outras violências, a racial.

A Constituição Federal de 1988 garante direitos considerados inerentes a todo cidadão assegurando o acesso à educação e ao trabalho. Investir em políticas públicas nesse sentido seria interessante para fomentar condições às mulheres vítimas de violência doméstica para a construção de sua independência socioeconômica e logo o rompimento da relação abusiva e efetivação da denúncia. É importante ressaltar que a autonomia econômica da mulher, em situação de violência, não se limita apenas a independência financeira e geração de renda, à medida, que além de prover seu próprio sustento também possa dispor de condições favoráveis para profissionalizar-se, planejar seu futuro, qualificar-se e ser livre para fazer suas escolhas.

Portanto quando uma mulher em situação de violência doméstica e familiar desiste da denúncia compreende-se que é um retrocesso, que vai de encontro aos objetivos da política de prevenção e proteção, onde a mulher se coloca novamente em situação de risco. Possibilitar oportunidades a ela seria como construir ou ampliar sua segurança socioeconômica e psicológica para que possa optar em transformar sua própria história.

Em entrevista ao Jornal Nacional, no ano de 2019, a então Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Aline Cardoso, fez referência a um Programa do Ministério Público em parceria com a Prefeitura e com o Tribunal de Justiça que garante emprego e renda às mulheres em situação de violência e dependência econômica; ela referiu que “existe um efeito multiplicador, pois a coragem de uma mulher, desperta a coragem de outras. Mulheres que não entraram no mercado de trabalho pelo programa também tomaram coragem para pedirem ajuda diante de situações de violência que já vinham vivenciando”. Na fala de uma das beneficiárias do Programa corrobora-se a necessidade e a importância de mais políticas públicas efetivas para enfrentamento e superação desta questão social. “Esse emprego significa, para mim, cura. Esse emprego significa, para mim, esperança, oportunidade, vida. Alguém que acreditou em mim, alguém que ouviu a minha voz, porque não tive oportunidade de estudar, não tive oportunidade de ter experiência de trabalho, ter uma carreira profissional, e esse emprego disse, para mim, sim”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero e Políticas públicas*. Editora: UFRJ. Rio de Janeiro. 2007.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *Saias, laços e ligas: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses - 1910/1937)*. 1ª edição. Editora: Paka- Tatu. Belém/Pa. 2020.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BANDEIRA, Lourdes. M. *Feminismo, Relações de Gênero e Políticas públicas para as Mulheres* RJ, 2007.
- BONA, Camila de. *Dependência Econômica e Violência Doméstica: O duplo grau de vulnerabilidade das mulheres e as políticas públicas de trabalho e renda*. Criciúma. 2019. 133 p.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Pagina
- BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 07 de agosto de 2006. Brasília, DF.
- CARNEIRO, Suelaine. *Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números* – São Paulo: Gledés Instituto da Mulher Negra, 2003.
- CARRIJO, Christiane; MARTINS, Paloma Afonso. “A Violência Doméstica e Racismo contra as Mulheres Negras”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis. V. 28, n. 2, e60721. 2020.
- CHERON, Cibele; SEVERO, Elena Erling – *Apanhar ou passar fome? A difícil relação entre dependência financeira e violência em Porto Alegre* RS. 2010.
- DATA SENADO; Disponível em: (www.12.senado.leg.br/pesquisasrealizadas). Acesso em 25 de nov. de 2022.
- DIÁRIO DO PARÁ, Caderno de Polícia. Disponível em. Acesso em 10 de jun. de 2012.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em (www.forumseguranca.org.br). Acesso em 25 de nov. de 2022.
- GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS ENEIDA DE MORAIS (GPEM). *Relatório de Pesquisa realizada de 2018 a 2021, do Projeto “Efetividade e Superação dos entraves na articulação dos serviços de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar no Estado do Pará” (2007 – 2014)*. Processo CNPq 409572/2016-0.
- JORNAL O GLOBO. *Desafios do acolhimento: menos de 10% dos municípios brasileiros tem delegacia da mulher e qualidade da escuta em espaços de denúncia ainda deixa a desejar*. Disponível em (www.o.globo.com). Acesso em 02 de jan. de 2023.
- JORNAL NACIONAL. *Dependência Financeira: Obstáculo para mulheres denunciarem o agressor*. Disponível em (www.g1.globo.com). Acesso em 02 de jan. de 2023
- JORNAL O TEMPO: *Violência Doméstica. Relação de dependência financeira leva mulheres a não denunciarem agressores*. Disponível em (www.otempo.com.br). Acesso em 02 de jan. de 2023.
- KERGOAT, Daniele. *Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo* – Dicionário Crítico do Feminismo, p 67. Tradução: Vivian Aranha Saboia. 2007.
- MELO, Hildete Pereira de. *Gênero e Pobreza no Brasil – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – Relatório Final do Projeto: Governabilidade Democrática de Gênero na América Latina e Caribe*. Brasília. 2005.

- MIZUNO, Camila; FRAID, Jaqueline Aparecida; CASSAB, Latif Antonia. *Violência contra a mulher: Porque elas simplesmente não vão embora?* Universidade Estadual de Londrina. 2010.
- OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: “Disponível em (www.gov.br/publicações). Acesso em 20 de nov. de 2022
- ONG mostra que violência doméstica tem relação direta com dependência econômica na América Latina. Disponível em (www.sinpsi.org). Acesso em 22 de nov. de 2022.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – *Relatório: “Prevenção da Violência Sexual e da Violência por parceiro íntimo”*. 2010. P.03. Disponível em (www.Onumulheres.org.br). Acesso em 13 de dez. de 2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em (www.onumulheres.org.br). Acesso em 25 de out. de 2022.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD) – Características da Vitimização e acesso à Justiça – 2013.
- PEQUISA VISÍVEL E INVISÍVEL – *A vitimização de mulheres no Brasil*, 2021. 3ª edição.
- PESQUISA; VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A PANDEMIA. 07 de jun. de 2021. Disponível em (www.uol.com.br). Acesso em 22 de nov. de 2022.
- PISCITELLI, Adriana. *Re-criando a (categoria) Mulher?* SP. 2002.
- RELATÓRIO FINAL DO PROJETO DE PESQUISA. “Efetividade e superação dos entraves na articulação dos Serviços de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado do Pará (2007 - 2014)” - MCTI/CNPq 409572/2016-0, realizado no período de 2017 a 2021, por pesquisadoras/es do GEPEM (Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes, Sobre Mulher e Relações de Gênero/ IFCH/UFPA).
- RUBIN, Gayle. *O Tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo*. Editora: SOS Corpo. Recife. 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: mitos ou realidade?* 2ª ed. Editora Vozes, RJ. 1978.
- _____. *O Poder do macho*. 3ª edição. editora Moderna, São Paulo. 1987.
- _____. *Gênero patriarcado e violência*. 2.ª edição. editora Expressão Popular. São Paulo. 2015.
- SCOTT, Joan. "História das mulheres". In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Editora Unesp. São Paulo. 1992.
- SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre. 1995.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- TELLES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo, Brasiliense. 2003.
- TELLES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *História das mulheres no Brasil*. 9ª edição. São Paulo. Contexto. 2007.

Mulher, Envelhecimento e Relações de Poder: notas sobre a materialidade dos direitos humanos e as violências sofridas por mulheres idosas no Brasil¹

Mujeres, Envejecimiento y Relaciones de Poder: apuntes sobre la materialidad de los derechos humanos y la violencia sufrida por ancianas en Brasil

Women, Aging and Power Relations: notes on the materiality of human rights and violence suffered by elderly women in Brazil

Luani Lobo da Gloria

Resumo: Objetivamos discutir a categoria de gênero, com foco nas mulheres, em especial mulheres idosas, articulado aos diálogos de direitos humanos, violência e envelhecimento populacional no Brasil. Utilizamos o materialismo histórico dialético, com pesquisa descritiva, baseada em literatura e documentos com o propósito de analisar o contexto sócio-histórico que envolve a temática por meio de autores e políticas públicas voltadas para esse segmento, e o contraste com os múltiplos processos de violência que se manifestam nas sociedades capitalistas enquanto reflexo das relações de poder patriarcal. Infere-se que as mulheres, principalmente as idosas, são historicamente marcadas por antagonismos sociais que demarcam um cenário de exclusão e exploração, como expressão de um sistema “patriarcal capitalista” onde o fenômeno da violência é resultado estruturante das bases que reproduzem ciclos de desigualdade no cotidiano.

Palavras Chave: Feminização. Velhice. Direitos Humanos. Violência.

Resumen: Nuestro objetivo es discutir la categoría de género, con un enfoque en las mujeres, especialmente las adultas mayores, articulado a diálogos sobre derechos humanos, violencia y envejecimiento de la población en Brasil. Utilizamos el materialismo histórico dialético, con investigación descriptiva, a partir de literatura y documentos con el objetivo de analizar el contexto sociohistórico que envuelve el tema a través de autores y políticas públicas dirigidas a este segmento, y el contraste con los múltiples procesos de violencia que se manifiestan en las sociedades capitalistas como reflejo de las relaciones de poder patriarcales. Se infiere que las mujeres, especialmente las adultas mayores, están históricamente marcadas por antagonismos sociales que marcan un escenario de exclusión y explotación, como expresión de un sistema “patriarcal capitalista” donde el fenómeno de la violencia es un resultado estructurante de las bases que reproducen ciclos de desigualdad en la vida cotidiana.

Palabras Claves: Feminización. Vejez. Derechos humanos. Violencia.

Abstract: We aim to discuss the gender category, focusing on women, especially elderly women, articulated with human rights dialogues, violence and population aging in Brazil. We use dialectical historical materialism, with descriptive research, based on literature and documents with the purpose of analyzing the socio-historical context that involves the theme through authors and public policies aimed at this segment, and the contrast with the multiple processes of violence manifest themselves in capitalist societies as a reflection of patriarchal power relations. It is inferred that women, especially elderly women, are historically marked by social antagonisms that demarcate a scenario of exclusion and exploitation, as an expression of a “capitalist patriarchal” system where the phenomenon of violence is a structuring result of the bases that reproduce cycles of inequality in everyday life.

Keywords: Feminization. Old age. Human rights. Violence.

¹ Este artigo é resultado da Curso de Especialização em “Análise das teorias de gênero e feminismos na América Latina”, sob a orientação da Profa. Dra. Denise Machado Cardoso/PPGSA/UFGA. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Luani Lobo da Gloria – Assistente Social. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Atendimento Social e Escuta Qualificada de Crianças e Adolescentes na Educação (UniE-samaz). Especialista em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina (GEPEM/UFPA). E-mail: luani.jesus.ll@gmail.com

INTRODUÇÃO

A partir da resignificação dos papéis ditos “femininos” e “masculinos”, se assume uma lógica de apropriação diferenciada que implica não apenas à distribuição de tarefas coletivas, mas a imposições de sexo/gênero² nas esferas produtivas, conotando controle sobre as atividades e ao corpo das mulheres, tanto em âmbito público quanto em âmbito privado nas relações sociais de trabalho (CISNE e SANTOS, 2018).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no que tange ao eixo populacional de 2021, existem em média 212,7 milhões de habitantes distribuídos em todo território nacional. Destes, segundo dados da PNAD³, 51,1% (108,7 milhões) é composto por mulheres, mostrando-nos que o feminino tem se tornado um fator expressivo, reverberando, inclusive, ao eixo do envelhecimento (31,2 milhões), cuja feminização se destaca, ao evidenciar que, para cada 78,8 homens, existem 100 mulheres com idade igual ou superior a 60 anos, confirmando que as mulheres atingem dimensão material-histórica que advém das múltiplas relações que estruturam o sistema capitalista⁴.

Compreendemos que historicamente as mulheres, desde sua origem, encontram-se marcadas por uma série de antagonismos sociais, econômicos e culturais que demarcam um cenário de conquistas e exclusões de direitos. Isto significa dizer que múltiplas relações de poder se materializam não apenas à um modelo específico de dominação, mas a vários. Dentre eles, apontamos o fator cronológico como marcador de “utilidade⁵”, enquanto fenômeno multifacetado de um sistema patriarcal que se articula a questões de trabalho, poder, sociabilidade, sexualidade, família, forças produtivas, violência, entre outros (CISNE e SANTOS, 2018; CEPellos, 2021; GUIMARÃES *et al.* 2018; HIRSCH, 2010).

Nesse sentido, no presente texto, temos a finalidade de refletir acerca da feminização da violência situando questões de gênero em diálogo com os direitos humanos e envelhecimento, não como dado transversal de estudo populacional, mas enquanto fenômeno histórico de ampla articulação com o desenvolvimento e reprodução das sociedades capitalistas.

Compreendendo que a binaridade de gênero se encontra contida em duas categorias que separam os sujeitos pelos sexos feminino e masculino, inferimos que tal binaridade limita corpos a papéis sociais pré-determinados. De tal modo, esse processo resulta em estereótipos compor-

² Segundo os autores Scott (1990), Cisne e Santos (2018), os estudos referentes à categoria de gênero desenvolvem-se desde o século XVIII, mas sua maior expressão emerge de fato somente no século XX, a partir de influências dos grupos acadêmicos feministas que enfatizam a necessidade de desconstruir os muros existentes entre os direitos de homens e mulheres, pautando-se nas relações que são concebíveis a partir de determinações socialmente construídas que não se restringem apenas ao eixo teórico fisiológico biologizante, mas reverberam também ao eixo político, cultural, econômico e social no processo de construção do sujeito enquanto ser social.

³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

⁴ O sistema capitalista emerge, segundo Hirsch (2010), a partir do século XVI, na Europa. Expandindo-se, posteriormente, por todo globo terrestre, enquanto organização política que suplantava práticas medievais e conotava novo sentido aos modos de produção do trabalho em um complexo de relações sociais gerado e reproduzido por indivíduos em socialização antagonônica e contraditória, que se nutre das desigualdades e violência de classes em uma lógica estrutural contínua, cujo poder se condiciona a uma comissão burguesa com vista à acumulação de riquezas e expansão do capital.

⁵ A transformação da natureza de forma racional assume novos contornos na relações de uso e troca das sociedades capitalistas, cuja capacidade de produção se torna um elemento primordial e fundamental para circulação do capital, articulando-se a relação de tempo e espaço, onde os indivíduos, a partir do momento em que vendem a sua força de trabalho, também podem ser considerados uma mercadoria (MARX, 2014), e, quando esta deixa de ser produzida, dá-se lugar a múltiplos processo de violência enquanto reflexo das relações de poder que colocam o sujeito em um prisma de “mercadoria descartável” ao perder seu valor de produção nas esferas de trabalho.

tamentais de acordo com o sexo biológico de nascimento (homem ou mulher), mostrando que a categoria “mulher” também é formada socialmente e definida historicamente, estando sujeita a inúmeras imposições de existências nas relações de poder como costumes, condutas, discursos, e violências praticadas por homens nas relações que se estabelecem no cotidiano (ROSINI, 2018; BUTLER, 2010).

Dito isso, afirmamos que este estudo tem uma relevante contribuição nas pesquisas voltadas à área de gênero, em especial ao que se relaciona a mulheres idosas, trazendo luz aos debates acerca dos direitos a este segmento que não ocorreram de forma célere ou cronologicamente igual aos direitos conquistados pelos homens.

Dessa forma, em virtude das desigualdades sociais, “os direitos ofertados são sempre relativos e limitados, tendo em vista a natureza da lógica do lucro pela via da exploração da força de trabalho humano” (MAIOR et al, 2018, p. 129). Com esta reflexão, afirmamos que as contradições se legitimam a partir de um viés conservador, estereotipado, machista, sexista e intencional que naturaliza comportamentos e propicia a disseminação da intolerância que coloca mulheres, desde o seu nascimento até a fase de maior idade, em locais de invisibilidade e opressão nos mais diversos espaços de nossa sociedade.

Nesse contexto, do ponto de vista metodológico, este estudo se pauta no Materialismo Histórico Dialético (GIL, 1999), haja vista as inúmeras contradições da sociedade que este tema carregue em seus múltiplos eixos, o que, para Netto (2011) e Kosik (2002), deve-se expressar através das determinações e mediações onde estes fenômenos advêm, partindo da aparência para a essência, desvelando o mundo da pseudoconcreticidade reproduzido através do senso comum.

Apresentando caráter de pesquisa descritiva (GIL, 1999), onde empregamos o estudo teórico a partir do levantamento bibliográfico (GIL, 1999) que, por sua vez, permeou todo o processo investigativo, ao qual selecionamos autores e obras voltadas as reflexões de gênero, em especial, mulheres e suas categorias transversais como envelhecimento, direitos humanos, e violência.

Realizamos também o estudo documental (GIL, 1999), tendo como fontes leis, programas e projetos destinados a este seguimento, assim como dados quantitativos fornecidos pelo IBGE, ponderando os índices populacionais de feminização para além de informações obtidas no *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*, através do Disque Denúncia anônima (DDH 100), do qual extraímos informações sobre o processo de manifestar da violência cometido contra as pessoas idosas no Brasil, em especial as mulheres, no período vigente de 2019 à 2021.

1. Gênero e Direitos humanos: uma construção sócio-histórica acerca das conquistas e violações de direitos às mulheres

No campo da construção histórica, os primeiros direitos legitimados foram os relativos à vida, mas, atualmente, podemos destacar outros que foram se constituindo e legitimando ao longo dos séculos a partir das necessidades de cada período na humanidade, como direito à liberdade, direitos políticos, direitos à educação, habitação, assistência, trabalho, segurança, saúde, lazer, informação, tecnologia, meio ambiente, entre outros. Assim, para uma adequada leitura dos fatos históricos que os legitimaram, abordamos, a seguir, ainda que de forma sucinta, a cronologia de tais fatos.

Os primeiros direitos a serem conquistados, também conhecidos como direitos de primeira geração, datam seu início a partir do século XVIII e estendem-se até o século XIX, sendo denomi-

dados direitos civis e políticos, que se manifestavam de forma individual, apresentando princípios pautados no direito à vida, no direito de liberdade de pensamento, de movimento (o homem possuía direito de ir e vir) e de propriedade (dando direito aos frutos do seu próprio trabalho).

Todavia, estes direitos não se estendiam a todos os cidadãos, visto que, neste período, a humanidade ainda convivia com a escravidão enquanto prática aceitável, para além de conceitos pejorativos de incapacidade e inferioridade que se estendiam a diversos segmentos da sociedade como as mulheres — que deveriam ser submissas a seus cônjuges ou pais —, crianças, indígenas, negros escravizados⁶ e os homens camponeses que não possuíam posses, o que, por sua vez, direcionava o título de cidadão apenas à classe burguesa masculina da sociedade que, conseqüentemente, conduzia o destino dos demais segmentos populacionais a partir de suas vontades (COUTINHO, 2008; COUTO, 2004).

Diante disso, com a chegada do século XX, fundamenta-se a ideia de igualdade, pautada no reconhecimento das desigualdades originadas pela reprodução do capitalismo, fazendo emergir os direitos de segunda geração, regulados no sentido da coletividade e igualdade dos cidadãos, incluindo o direito de acesso à educação, saúde, habitação, moradia, lazer, dentre tantas outras necessidades sociais, estabelecendo, por parte do Estado, diretrizes, deveres, e tarefas cuja finalidade era possibilitar aos integrantes daquela determinada sociedade melhor qualidade de vida e, assim, agir como forma de alavanca social no desenvolvimento humano, capaz de fornecer condições básicas para dignidade e igualdade da tão necessária liberdade (BOBBIO, 2004).

No entanto, nem todos os sujeitos eram alcançados por tais direitos no cotidiano, uma vez que, para ser detentor de tais aquisições, necessitava-se atingir determinados critérios de pertencimento enquanto sujeitos de direitos, o que deslegitimava grande parcela da população, inclusive mulheres, que, por muito tempo, assumiram lugar de silenciamento perante a sociedade, visto que os espaços públicos eram pensados para serem desfrutados por homens que desenhavam as formulações jurídicas que lhes fossem “confortáveis”, remetendo, assim, a figura da mulher a espaços subjugados nas relações de poder patriarcal existente.

Como consequência, emergem neste cenário, diante das insatisfações por parte de mulheres e grupos marginalizados simpatizantes, múltiplas mobilizações em prol da igualdade de direitos⁷,

⁶ De acordo com Bello e Beleza (2020), as mulheres negras em situação de escravidão sofriam mais que os homens, pois eram vítimas de práticas que excediam o uso da força de trabalho, atingindo também a moral e individualidade de seus corpos, por vezes assediados e objetificados por seus senhores, que enxergavam na figura da mulher não um ser humano com dignidade, mas uma mercadoria altamente lucrativa e reprodutiva que poderia ser usada para o fim o qual o homem branco quisesse, inclusive, satisfazer suas lascívia sexuais e expansão comercial com o uso ou a venda de novas “mercadorias” que seriam os filhos destas mulheres, em muitos casos, fruto de violência sexual praticada contra elas por parte de seus senhores.

⁷ É válido destacar alguns marcos referentes às manifestações em diversos locais do mundo pela legitimação da luta dos direitos das mulheres que impulsionaram, ainda que de forma paulatina e por vezes fragmentadas, ao rompimento de diversas expressões agudas de desigualdades em termos legais e formais que se expressavam perante as estruturas de poder da sociedade, como restrições ao voto, à propriedade, à educação, à escolha matrimonial, ao exercício do trabalho, entre outros, que foram: a promulgação da Carta das Nações Unidas (1945); a criação da Comissão sobre o Status da Mulher (1946); a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Convenção dos direitos políticos das mulheres (1952); a Convenção da nacionalidade das mulheres casadas (1957); a declaração sobre a eliminação de todas as discriminações praticadas contra a mulher (1967); a I Conferência Mundial das mulheres no México (1975); a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminações (1979); a realização da conferência mundial das mulheres de Copenhague (1980); a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU (1984); a Conferência mundial das Mulheres de Nairóbi (1985); a Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena (1993); a Conferência Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher realizada no Brasil (1994); a IV Conferência Mundial sobre a Mulher ocorrida em Beijing (1995); entre outros (PISCITELLI, 2001; CALDAS et al., 2009; PINHEIRO, 2021).

estruturadas em contestações críticas das práticas vivenciadas no cotidiano com vistas a desconstruir o sistema patriarcal que se formara e subjugava à uma cultura doutrinária ocidental eurocêntrica cristã conservadora, buscando, assim, através dos processos organizativos, redefinir o papel das mulheres perante a sociedade (ÁLVARES, s. d; RAGO, 1995; BELLO e BELEZA, 2020).

Nisto, no que se refere ao Brasil, esta historiografia das lutas das mulheres passa a ser documentada a partir da década de 1970 - 1980, ao fomentar debates de suma importância para a categoria, que se articulavam principalmente a noções dos direitos humanos aos corpos e sexualidade, que, aos poucos, migravam das rodas de conversa informais para movimentos articulados e mobilizados internos e externos à academia, fortalecendo a construção de uma cultura de mulheres que se articulavam a um conjunto de saberes que penetravam aos movimentos sociais, aos sindicatos, aos partidos políticos e aos demais eixos que lhes permitissem falar, buscando, assim, reinvenções normativas que de fato pudessem atender às demandas impostas mediante buscas pela igualdade de direitos (RAGO, 1995).

Logo, se a consolidação dos Direitos Humanos, no contexto Europeu, se materializou enquanto marco histórico inicial há mais de dois séculos com a positivação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, no Brasil, este movimento de institucionalização dos Direitos Humanos é relativamente novo, sendo datado a partir da Constituição Federal de 1988⁸, com a consolidação do Estado Democrático de Direito, abrangendo homens e mulheres com a judicialização dos direitos sociais dentro da Constituição Federal que, por sua vez, repara os direitos outrora violados, em especial, às mulheres⁹.

Este movimento surgiu em decorrência da desigualdade ocasionada pelo desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo que introduziu, a partir deste novo cenário, soluções para os problemas outrora evidenciados, colocando o Estado enquanto principal agente da prestação de serviços e, conseqüentemente, provedor dos direitos conquistados (BITTAR, 2018; COUTO, 2004). No entanto,

É notório que no Brasil existe um abismo entre os princípios configurados na Constituição de 1988 e a efetiva concretização dos avanços garantidos legalmente, ou seja, a contradição no que se refere ao “Brasil real” e o “Brasil legal”, visto que, na medida em que se registram avanços em relação à defesa e garantia dos Direitos Humanos, muitos obstáculos ainda se fazem presentes e acompanham o processo tardio de conquistas legais para a defesa e efetivação desses direitos. (MAIOR et al, 2018 p. 130)

Esse processo tardio de conquistas legais de direitos, mencionado pelos autores, se refere principalmente às mulheres, demonstrando que o fenômeno da violência sempre existiu independente de período na humanidade e que, por sua vez, deve ser compreendido enquanto ápice que se manifesta pelo simples fato de se nascer mulher em uma sociedade machista, que dita o grau de violência/inferioridade a partir dos traços que se carrega (cor, raça, classe social, idade, etnia, entre outros) e que perpassa não apenas a integridade física, mas as estruturas emocionais e subjetivas, ao se determinar valor nas relações capitalistas onde as bases de poder massivas derivam do patriarcado.

Desse modo, os desafios enfrentados por mulheres em seu cotidiano são inúmeros. Todavia,

⁸ Art. 5º da Constituição Federal.

⁹ As mulheres são amparadas na Constituição Federal de 1988 nos seguintes artigos: art. 5º; art. 7º (proteção no mercado de trabalho); art. 17ª (participação mínima de 5% nos partidos políticos); art. 40º (aposentadoria por tempo de serviço em caráter previdenciária a mulheres a partir dos 62 anos de idade); art. 143 (isenção do serviço militar); art. 185 (direito de usufruto a imóvel por uso capião); art. 189 (distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso); art. 201 (direito à previdência social); art. 226 (direitos relacionado à família, casamento).

se percebe que a maioria dos estudos desenvolvidos, voltados à esta categoria, não evidenciam de fato estes entrecruzamentos.

Partindo desse pensamento, compreendemos que a devida teorização da Interseccionalidade¹⁰, cuja abordagem construtivista deriva das relações de poder constituídas desde os primórdios que tanto nos interessa para a real compreensão das categorias de feminização e envelhecimento, é substancialmente desconsiderada. Dessa forma, concerne às múltiplas opressões vivenciadas pelas mulheres no decorrer de sua vida e que se agudizam significativamente em grande parcela da população de mulheres que atingem idades avançadas (JOHNER e FIOREZE, 2021; ASSIS, 2019).

2. A Mulher Idosa e a Sociedade Patriarcal: reflexões e apontamentos sobre o processo de envelhecimento a partir do século XXI

Apesar do idoso ser definido nos parâmetros nacionais com faixa etária que se inicia aos 60 anos (BRASIL, 2017), cada indivíduo enfrenta esta etapa de sua vida de forma única e diferenciada, cujo processos se articulam a inúmeros fatores, sejam eles biológicos, psicológicos, econômicos, culturais ou sociais, e que podem gerar debates, soluções, esclarecimentos e/ou, em casos extremados, a violações de direitos no decorrer da vida e construção de identidade deste idoso¹¹ (GLORIA, 2019).

Segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, os idosos representavam a porcentagem de 8,6% (14,5 milhões de pessoas), os quais se distribuíam com representatividade feminina em um quantitativo de 62% da população. Enquanto que os homens representavam 38%.

Anos mais tarde, com o último censo de 2010, a população idosa no Brasil girava em torno de 10,8% (20,5 milhões), avançando, em 2017, de acordo com dados da PNAD, para um crescimento de 30,2 milhões de habitantes idosos. Por fim, de acordo com o último PNAD de 2021, saltou para a marca de 31,2 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (14,7% da população geral de brasileiros), demonstrando que o país não está apenas envelhecendo, mas também redirecionando sua pirâmide demográfica gradualmente para a feminização idosa populacional.

Todavia, esta realidade de conquistas e expansão populacional não obteve impacto imediato nas condições de vida e trabalho das mulheres. Isto porque o patriarcado nas estruturas de poder, advindas dos espaços familiares no início do século XXI, ainda detinha como práxis as práticas e valores conservadores no tecido social que coexistiam mesmo após a promulgação da carta constitucional¹².

Nesta perspectiva, as mulheres eram associadas a um patamar “inferior” em relação aos homens a partir de uma lógica heterossexista cultural que designava ao homem o *status* de chefe (cabeça) do lar, colocando os demais submissos a ele e suas vontades. Assim, ele se apropriava do

¹⁰ “A Interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a Interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p.177).

¹¹ Com a ressignificação da relação capital/trabalho, as pessoas idosas, principalmente a partir da era industrial, passaram a sofrer uma conotação pejorativa, diante da perda de sua capacidade laboral e, conseqüentemente, “valor” após sua retirada do mundo do trabalho, ficando, deste modo, em uma situação de abandono social, ao sair do *status* de detentor da força de trabalho e assumir um papel secundário dentro do lar, estando em muitas instâncias com sua autonomia limitada e apresentando a necessidade de cuidados pelo seu círculo de convívio diário, onde, conseqüentemente, poderia estar passível a sofrer conflitos e violações (DEBERT, 2004).

corpo, da sexualidade, do trabalho, da renda, das atividades domésticas, dos filhos, e do modo de ser da mulher (CISNE e SANTOS, 2018).

Nesta lógica, “para as mulheres o envelhecimento significa uma passagem de um mundo totalmente regrado para outro em que se sentem impelidas a criar as próprias regras” (DERBET, 1994. p.48), pois, em uma sociedade machista, a dinâmica de dominação de gênero se expressa por meio das relações de poder que coloca a mulher como vítima de um ciclo contínuo de violência, perpassando gerações e que, em muitos aspectos, a fará, enquanto mulher, vítima de seus pais, posteriormente, seus cônjuges e, conseqüentemente, seus filhos na fase de maior vulnerabilidade que é a fase do envelhecimento.

Partindo disto, o processo de envelhecimento, em especial, o envelhecimento das mulheres, precisa ser enxergado como uma questão social pública que retira este tema do domínio individual e o coloca em um âmbito muito mais abrangente, desconstruindo estereótipos e elevando a uma esfera das grandes políticas existentes que merece ter estes direitos garantidos e efetivados.

E, para além da garantia e efetivação destes direitos sem violações, defendemos a compreensão de que não só a magnitude populacional modifica a pirâmide demográfica paulatinamente no país, mas as inúmeras transformações, principalmente no mundo ocidental, a partir das transformações nas relações sociais de trabalho.

Esta reflexão evidencia a necessidade de desconstruir estereótipos e elevar os diálogos à esfera das grandes políticas públicas existentes para viabilizar os direitos já estabelecidos, visto que, mesmo com todos os aparatos legais positivados¹³,

As mulheres na velhice experimentam uma situação de dupla vulnerabilidade com o peso somado de dois tipos de discriminação: enquanto mulher e enquanto idosa. Sendo a mulher em quase todas as sociedades valorizada exclusivamente por seu papel reprodutivo e pelo cuidado das crianças, onde, o desprezo e desdém marcariam sua passagem prematura a velhice. Essa passagem, antes de ser contada pela referência cronológica seria marcada por uma série de eventos associados a perdas como o abandono dos filhos adultos, a viuvez, ou o conjunto de transformações físicas trazidas pelo avanço da idade nas sociedades ocidentais contemporâneas, e a esse conjunto de perdas deve-se somar o subemprego, os baixos salários, o isolamento e a dependência que caracterizariam a condição das mulheres de mais idade. (DEBERT, 1994. p. 33)

Esse apontamento sobre as mulheres na velhice nos permite refletir sobre dois aspectos: 1) a afirmativa sobre o entendimento do envelhecimento, compreendendo seu papel não definido somente como um momento de perdas, mas pautado em intervenções internas e externas que en-

¹² As mulheres são amparadas na Constituição Federal de 1988 nos seguintes artigos: art. 5º; art. 7º (proteção no mercado de trabalho); art. 17ª (participação mínima de 5% nos partidos políticos); art. 40º (aposentadoria por tempo de serviço em caráter previdenciária a mulheres a partir dos 62 anos de idade); art. 143 (isenção do serviço militar); art. 185 (direito de usufruto a imóvel por uso capião); art. 189 (distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso); art. 201 (direito a previdência social); art. 226 (direitos relacionado à família, casamento).

¹³ Política Nacional do Idoso estabelecido em 1994, o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2004); a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006); o II Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2007) e por fim, a elaboração e publicação do Estatuto do Idoso realizado no dia 1 de outubro de 2003 (Lei nº 10.741) que, por sua vez, regulamenta os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e prevê punições para seus agressores.

volvem a construção do *SER* social; 2) o ônus de se transformar em uma mercadoria que objetifica e as direciona a um nicho de mercado proposital, na produção do consumo das sociedades capitalistas que sexualiza corpos através de discursos que buscam parâmetros da “eterna juventude”, com investimentos na aparência, que colocam o envelhecimento em perspectiva negativa, e que, conseqüentemente, desvaloriza traços e apagam histórias de vida e identidade, em especial para as mulheres (GLORIA, 2019; NERI e CACHIONI, 2004; CEPellos, 2021).

Como consequência, percebe-se os abismos existentes entre os princípios constitucionais e a efetiva concretização dos direitos humanos, enquanto tentativa do Estado de ocultar sua essência de classe, sob uma política social que configura sua intervenção de forma sistemática e estratégica sobre as sequelas da “questão social” (NETTO, 1992), ao permitir que as políticas públicas voltadas a este segmento populacional continuem fragmentadas, ao passo que as violações de direitos continuem avançando.

3. Mulher, Relações de Poder e o Manifestar da Violência: reflexões sobre a Materialidade e a violação dos Direitos humanos no Brasil

Ao se falar sobre as violações de direitos humanos, com recorte no fenômeno da violência contra mulheres, em especial mulheres idosas, faz-se necessário esclarecer não apenas o campo material das ocorrências acometidas contra este segmento, mas também seus significados diante do campo jurídico e conceitual que perpassa as múltiplas relações de poder patriarcal e, conseqüentemente, atinge não apenas as bases individuais e coletivas da vida da mulher como também as bases subjetivas e impessoais, desencadeando as explorações em âmbito estrutural polissêmico que se utiliza de instrumentos viscerais de dominação manifestado pela dinâmica de controle e medo para mercantilização dos corpos femininos (SAFFIOTTI, 2004; CISNE e SANTOS, 2018).

Esta reflexão nos faz pensar nas múltiplas expressões da questão social na sociedade que permeiam as categorias macro de violação de direitos humanos que são: a violência intrafamiliar¹⁴, institucional¹⁵ e estrutural¹⁶, mediante insuficiências ou até mesmo fragilidades de Políticas Públicas¹⁷, e que, por sua vez, subdividem-se em múltiplas categorias decorrentes destas violações, representando um conjunto maior, que se legitima enquanto tipologias de manifestação das violências e que se prescrevem no Estatuto do Idoso, lei Maria da Penha e Código Penal como:

- **Violência Física:** também descrita, pelo código penal, de lesão corporal. Pode ser definida como qualquer ato violento que lesione ou eleve a óbito a vítima por meio de arremesso de objetos, beliscões, chutes, empurrões, puxões de cabelos, socos, tapas, ou outros métodos agressivos como uso de armas brancas ou arma de fogo;
- **Violência Psicológica:** identificada por agressões verbais, que causam sofrimento, diminuindo a autoestima e afetando o emocional, que podem ser sinalizados por meio do menos-

¹⁴ Fundamentada na quebra parcial ou total dos vínculos de afetividade, acometido em âmbito doméstico, motivados por sentimento de vingança ou indiferença, que levam a situações de opressão, agressão, falta de assistência, maus tratos, isolamento, negligência, e, em casos mais extremados, ao abandono e a morte (FALEIROS, 2016).

¹⁵ Violação de direitos praticada por agente público em instituição de qualquer natureza, reverberando na qualidade de vida e preservação do bem-estar do usuário que busca atendimento, por meio de atos comissivos ou omissivos que fragmentem a oferta do serviço e conseqüentemente prejudiquem o atendimento (FALEIROS, 2016).

¹⁶ Fundamentada nas estruturas organizativas de cada sociedade, que, trazendo para as sociedades capitalistas, manifesta-se no sentimento de inferioridade entre as categorias e classes sociais, ocasionando, entre os resultados finais, mortes ou sofrimento físico e psicológico (FALEIROS, 2016).

prezo, desprezo, preconceito e discriminação por parte do círculo de vivência da vítima e que se evidencia por meio de sinais de tristeza, isolamento, solidão ou depressão;

- **Violência sexual:** definida como qualquer ato sexual ou tentativa de se obter prazer sexual sem o consentimento da vítima, utilizando de violência, coerção, intimidações, ameaças, chantagens ou qualquer outra “satisfação” que venha causar constrangimento, medo ou mal-estar à vítima;
- **Violência obstétrica:** vinculada à concepção da mulher enquanto “coisa” e não ser social possuidor de direitos, enquanto processo resultante das relações de “sexagem” que as resume unicamente ao ato de ter praticado o sexo, e que, mediante isto, deve “assumir as consequências de seus atos da maneira que der”, transformando-as em objetos perante profissionais de saúde que deveriam prestar a devida assistência, mas que utilizam de práticas desumanizantes, conotando sofrimento, constrangimento e, em última instância, óbito às vítimas em seu processo natural de gestar e parir um novo ser humano;
- **Violência social:** manifestada enquanto desvalorização em âmbito público, a partir da positividade das desigualdades e reforço da inferioridade, seja no mercado de trabalho, a partir das múltiplas relações de uso e troca das forças de trabalho, seja nas relações sociais, a partir da objetificação e sexualização de corpos em meios midiáticos, letras musicais, discursos de ódio, entre outros;
- **Violência moral:** compreendida como qualquer ato verbalizado ou não que se traduza conduta que configure calúnia, difamação ou injúria;
- **Negligência:** recusa ou a omissão de cuidados necessários à vítima, colocando-a em situação de indignidade humana, que pode ser reproduzido tanto pelo eixo familiar quanto pelas instituições que prestam serviços a este usuário;
- **Autonegligência:** expressa pela recusa da vítima em receber cuidados, onde a própria vítima comete violência contra si mesma, ameaçando não somente sua integridade física como também sua saúde, mediante a negativa de se receber assistência;
- **Abuso Financeiro e Econômico ou Abuso Patrimonial:** ocorre no uso impróprio e ilegal manifestado pela retração, subtração ou destruição parcial ou total de objetos pessoais (como documentos, instrumentos de trabalho) ou propriedades da vítima para além de desvio dos proventos (dinheiro) e patrimônios em benefício próprio, colocando a vítima em situação de vulnerabilidade mediante a ausência destes recursos materiais ou não para satisfazer suas necessidades e assegurar seu bem estar;
- **Abandono:** expresso pelo sentimento de peso e solidão, podendo acarretar em múltiplos danos psíquicos, como distúrbios, depressão, entre outros; ou físicos, como prejuízos à saú-

¹⁷ Em decorrência da CF/1988 e em prol da proteção dos direitos das mulheres, emergiram em complemento e cumprimento a esta jurisdição novos dispositivos de proteção, tais como: lei nº 9318/96 (Altera a alínea h do inciso II do art. 61 do Código Penal, agravando a pena, quando o crime for contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida); lei nº 10224/01 (Altera o Decreto-Lei no 2.848/1940 do Código Penal, dispondo enquanto crime o assédio sexual); lei nº 10778/03 (Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados); lei nº 10741/03 (estatuto do idoso); Decreto nº 5017/2004 (Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças); lei nº 11108/05 (Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do SUS); lei nº 11340/06 (cria mecanismos para coibir violência doméstica contra mulheres); lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha), entre outros.

de, alimentação, entre outros fatores, podendo acarretar em situações de extrema barbárie ou óbito da vítima. Pode ter como causador tanto um ente familiar, quando houver, por lhe negar assistência e cuidados, quanto pelo Poder Público, pela insuficiência, fragmentação ou ausência de serviços e políticas públicas adequadas que assegurem a proteção deste ser social.

Estas manifestações podem se materializar tanto de forma isolada como articulada (várias violações de forma simultânea), em qualquer ambiente ou classe social e que, em todos os casos, causem sofrimentos, traumas e agressões à vítima, quando esta sobrevive.

Dessa forma, isto se configura em uma problemática séria das expressões da questão social, pois a grande maioria dos registros de denúncias que envolvem a mulher, em especial a mulher idosa, recai sobre suspeita de familiares e/ou pessoas de confiança da vítima. Em muitos aspectos, possuem relação afetiva direta e frequente ao domicílio desta, demonstrando a complexa dimensão contraditória que existe entre as jurisprudências consolidadas e os aspirais da violência manifestados pela ausência ou fragilidade do alcance do Estado enquanto regulador das políticas públicas efetivadas para proteção deste segmento (GUIMARÃES et al. 2018).

Assim, de acordo com o portal do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com base nos relatórios pertencentes ao módulo idoso dos anos de 2019, 2020 e 2021, evidenciou-se um aumento significativo nas curvas de registro, com salto de 68,43% entre os anos de 2019 e 2020 e uma alteração em decréscimo de 1,13% em comparativo ao ano seguinte, 2021. Assim como demonstramos a seguir.

A partir dos dados apresentados abaixo, no Quadro 1, inferimos que, mesmo com todos os recursos existentes de combate e enfrentamento às violações de direitos, os casos de violência contra pessoa idosa ainda se repetem em espiral crescente, seja pelo âmbito institucional, seja por meio do âmbito familiar e social, em especial, para as mulheres, cujo processo de feminização da violência se destaca em todos os relatórios de análise, evidenciando que muito ainda necessita ser feito para que haja de fato uma mudança significativa no quadro existente de violações em nosso território nacional.

Quadro 1- Panorama das denúncias contra o idoso no período de 2019 a 2021 no Brasil

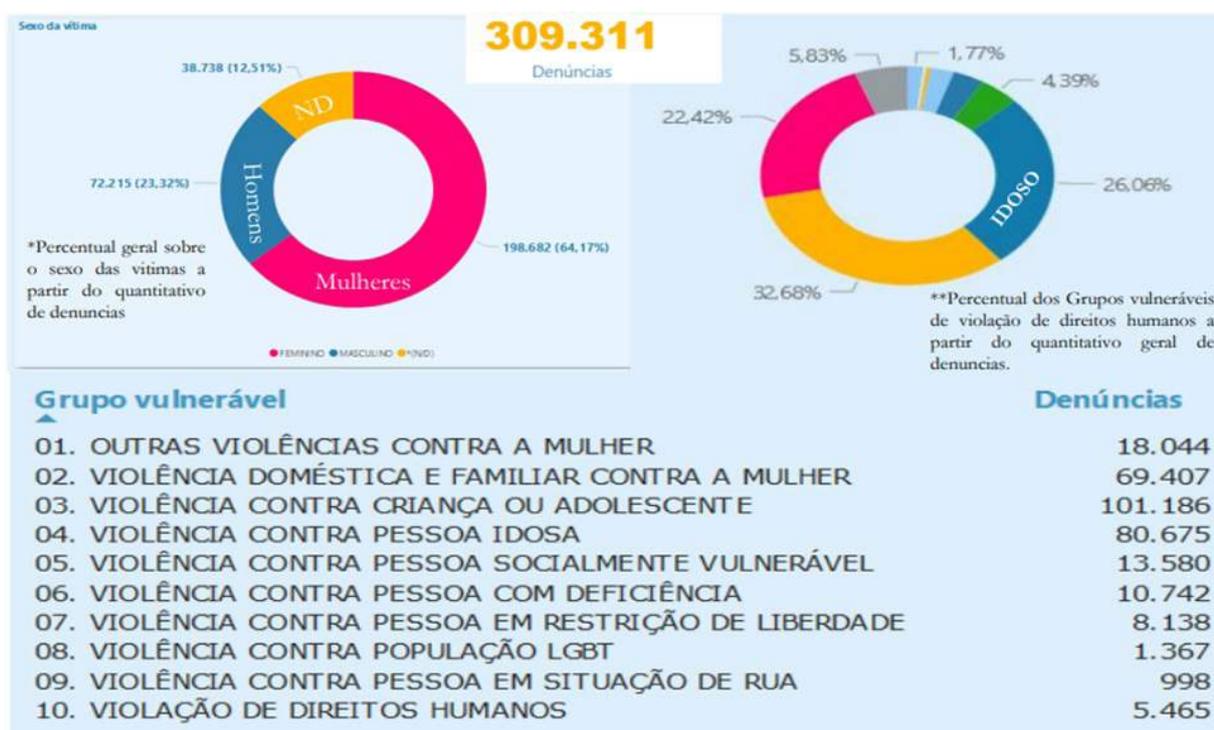
ANO	TOTAL ANUAL	PERCENTUAL (%) POR SEXO BIOLÓGICO		
		Masculino	Feminino	Não declarado
2019	48.446 denúncias	Masculino (16.470 registros) 34%	Feminino (31.970 registros) 66%	
2020	81.599 denúncias	Masculino (22.903 registros) 27,08%	Feminino (57.672 registros) 0,68%	Não declarado (981 registros) 1,52%
2021	80.675 denúncias	Masculino (20.974 registros) 27,97%	Feminino (53.792 registros) 71,72%	Não declarado (234 registros) 0,31%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Balanço Anual da Ouvidoria do Disque Direitos Humanos (DDH 100) nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Dessa maneira, dando sequência à nossa análise, ao nos direcionarmos para o ano de 2021, perceberemos, a partir dos dados obtidos no Relatório do Balanço Anual da Ouvidoria do Disque Direitos Humanos (DDH) 100, que, no referido ano, foram coletados 309.311 registros de violações de direitos humanos. Destes, 198.682 registros (64,17% do quantitativo geral) referiam-se ao sexo feminino, enquanto que 72.2015 registros (23,32%) referiam-se ao sexo masculino e 38.738 registros (12,51%) não declararam as informações concernentes ao sexo das vítimas.

Demonstramos abaixo, na Figura 1, percentuais estes que, conseqüentemente, subdividiam-se em múltiplas categorias de violações de direitos, onde: 32,68% (101.186 registros) referiam-se à violência contra crianças e adolescentes; 26,6% (80.675 registros) à violência contra o idoso; 22,42% (69.407) à violência doméstica e familiar; 5,83% (18.044 registros) a outras violências contra mulher; 4,39% (13.580 registros) à violência contra pessoa socialmente vulnerável; 3,47% (10.742 registros) à violência contra pessoa com deficiência; 2,63% (8.138 registros) à violência contra pessoa em restrição de liberdade; 1,77% (5.465 registros) à violação dos direitos humanos; 0,44% (1.367 registros) à violência contra pessoa LGBTQIA+; e 0,32% (998 registros) à violência contra pessoa em situação de rua.

Figura 1- Panorama das denúncias recebidas no DDH 100 de 2021



Fonte: Portal do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2021).

Partindo destes registros, se comprova que a feminização é uma constante social que caminha para além dos contingentes populacionais, se articulando também ao processo/aumento do fenômeno da violência enquanto ápice expressivo da violação sistemática de direitos humanos.

Dessa forma, se afere a múltiplos processos de violência estruturados nas relações patriarcais que culpabilizam e conseqüentemente violam direitos e que não se restringem, como outrora mencionado, ao eixo individualista familiar, mas cuja base resultante transcorre das múltiplas relações sociais existentes que se fundamentam a partir de um denominador comum que são as bases de

poder massivos do patriarcado que reproduz ciclos de violência e inferioridade de forma velada e naturalizada em seu cotidiano (MOREIRA, 1997).

Dito isso, continuamos as análises deste tópico nos referindo à segunda maior categoria de violência prescrita em relatório, a saber: violência contra pessoa idosa.

Percebemos, com base nos dados obtidos, que, além do sexo feminino se fazer predominante (71,72%), a faixa etária que mais sofre violações se encontra entre os 70 a 74 anos, com um registro de 13.849 denúncias (9.774 denúncias do sexo feminino, e 4.036 do sexo masculino), seguido da faixa de 60 à 64 anos, com 13.058 registros. Na sequência, a faixa etária de 65 a 69 anos, com 12.264 registros; em seguida, 80 a 84 anos, com 12.091 registros; adiante, 75 a 79 anos, com 10.958 registros; posteriormente, 85 a 89 anos, com 7.222 registros; e, por fim, a faixa etária de mais de 90 anos, com 5.557 registros. Não declarados, com 5697 registros.

Os registros acima nos levam a refletir sobre quanto maior o índice de fragilidade mediante os fatores biológicos inerentes à pessoa humana — que podem ou não estar articulado à vulnerabilidades mediante a situações de saúde, como demências, Alzheimer, fatores neurológicos que dificultem a mobilidade, acarretando em um maior nível de dependência mediante a autonomia limitada —, maior, por sua vez, serão os índices submetidos a situações de crime, por meio dos quadros de violência contra este ser social em estágio de fragilidade não somente física, como em muitos aspectos também emocional.

Em relação ao perfil do suspeito que comete a violação de direitos a vítima idosa, o Relatório do Balanço Anual da Ouvidoria do Disque Direitos Humanos de 2021 não evidenciou, por meio de seus dados, tal informação. No entanto, foi possível identificar o local da violação de direitos sofrido pela vítima, em que 52% se refere à casa do idoso em compartilhamento de domicílio com o agressor enquanto local da ação direta de violação de direitos; seguido da casa da vítima que reside sozinha, segundo registros da denúncia com 39%; a residência do suspeito enquanto local de violência com 2%; a violência Institucional por meio de Instituições de Longa Permanência (ILP), tais como abrigos e casas de repouso, com 2%; outros locais não explicitados no relatório com 1%; a rua enquanto local de violação, que pode ser caracterizado e incluído também enquanto violência urbana com 1%; e, por fim, o ambiente virtual com 1%.

Evidenciamos, por meio dos dados analisados neste tópico, que os maiores agressores denunciados, ainda que não identificados em registros no relatório, são entes de convívio diário da vítima.

Com isso, é possível constatar que, apesar da primeira extensão do cuidado e da proteção ser papel da família, o “aconchego do lar” nem sempre pode ser definido como o local de maior segurança. Principalmente para aqueles que apresentam vínculos fragilizados, mediante situações de conflitos que podem ser gerados por múltiplos fatores. Assim, a convivência familiar das pessoas se reflete a partir de eventos acumulados pela sociedade em que se está inserido e se internaliza nas múltiplas relações dos entes familiares de convívio afetivo e aproximado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento das taxas de feminização do envelhecimento populacional se tornou um fenômeno social Brasileiro. E, para tanto, se faz necessário entender que este processo de feminização, bem como o envelhecimento populacional, se encontram articulados a diversos fatores culturais, políticos e sociais, nos seus mais diferentes contextos.



Dessa forma, não se estabelece como um momento “dito” de perdas e/ou atrasos, mas se trata, em sua base, de múltiplas intervenções, sejam elas internas, do próprio corpo humano com o passar dos anos, quanto externas, em cada contexto histórico, que envolvem esta mulher idosa enquanto ser social que não pode ser silenciada.

Nisto, no campo historiográfico dos debates de gênero, se percebe que homens e mulheres, desde o início das sociedades capitalistas, se encontram em lugares distintos em nossa sociedade, sendo, por sua vez, o lugar de “pertencimento” das mulheres estipulado por uma sociedade machista, desde os primórdios, marcado por contradições, resistências e lutas por igualdade de direitos, cujo processo de violência emerge enquanto forte instrumento balizador das relações de poder e colocam o fenômeno da violência contra mulheres enquanto ápice expressivo da violação sistemática de direitos humanos.

Desse modo, múltiplos processos de violência estruturados são aferidos nas relações patriarcais que culpabilizam e conseqüentemente violam direitos, não se restringindo ao eixo individualista familiar, mas cuja base resultante transcorre das múltiplas relações sociais existentes que se fundamentam a partir de um denominador comum: as bases de poder massivas de um sistema social que se baseia por uma cultura estruturada em relações que favorecem aos homens, em especial o homem branco, cisgênero e heterossexual.

Nesse sentido, mostramos que as fragmentações e, conseqüentemente, as violações dos Direitos Humanos no Brasil contra as mulheres — em especial mulheres idosas — não podem ser justificadas pela ausência de legislações que as efetive em nossa sociedade. Mas se justifica por sua não aplicabilidade real, haja vista que, para a real efetividade dos Direitos Humanos, se faz necessário que as políticas públicas caminhem de forma articulada, viabilizando mudanças pragmáticas acerca dos pensamentos em relação à redefinição do papel das mulheres e à importância da legitimação dos Direitos Humanos.

Portanto, inferimos que apenas com a mudança de mentalidade sobre as questões relacionadas a gênero e longevidade é que poderemos vislumbrar novos desfechos, no que cerne à materialidade dos direitos as mulheres, em especial às mulheres idosas.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, M.L.M. *Versões do Feminismo na Amazônia brasileira: Orminda e Eneida nos contextos nacional e internacional*. Disponível em: <http://triplov.com/Venda_das_Raparigas/Luzia_Alvares/caminhos.htm>. acesso em 07 ago. 2022>

ASSIS, D. N. C. de. *Interseccionalidades*. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

BELLO, E; BELEZA, L. As mulheres no espaço urbano brasileiro: o direito à cidade como alternativa a um cenário de violações de direitos humanos. *Revista de Direito da Cidade*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 741-764, fev. 2020. ISSN 2317-7721. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/43724>>. Acesso em: 30 out. 2022.

BITTAR, E.C.B. Democracia e políticas públicas de Direitos Humanos a situação atual do Brasil. *Revista USP*. São Paulo. N 119 p 11-28, 2018. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/151573>>. Acesso em 25 out. 2020.

BOBBIO, N. [1909]. *A era dos direitos*. tradução Carlos Nelson Coutinho; — 7ª ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais no 1/1992 a 77/2014, pelo decreto legislativo 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão no 1 a 6/1994. – 41o Ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/>>. Acesso em: 25 out. de 2022.

_____. Estatuto do idoso (2003). *Estatuto do idoso*: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e legislação correlata. – 5. ed., rev. e ampl. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 22 nov. 2022.

_____. Lei Maria da Penha (2006). *Maria da Penha*: Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 22 nov. 2022.

_____. *Código penal, processo penal e Constituição Federal*. - 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. [MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL - MPAS]. *Planos de Benefícios da Previdência Social* [recurso eletrônico]: Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 (MPAS), e legislação correlata. – Disponível em <www.Planalto.gov.br/civil_03/leis/18213cons.htm> visualizado em: 30 set. 2022.

_____. [MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E COMBATE A FOME]. *POLITICA NACIONAL DO IDOSO* [recurso eletrônico]: Lei nº 8.842, de janeiro de 1994, e legislação correlata. – 1ª Edição– Brasília. 2010.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Relatório de Denúncias 2019*. [Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH)]. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 02 set. 2021.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos., *Painel de dados referente as denúncias do ano de 2020*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>> . Acesso em 02 set. 2021.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos., *Painel de dados referente as denúncias do ano de 2021*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2021>> . Acesso em 02 set. 2021.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CALDAS, L. S. *et al.* Violência contra a mulher idosa: vozes silenciadas. *Geriatrics & Gerontology*, v. 2, n. 4, p. 167-175, 2009. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/ggaging.com/pdf/v2n4a07.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2022.

CEPELLOS, V. Feminização do envelhecimento: um fenômeno multifacetado muito além dos números. *Revista de Administração de Empresas*, v. 61, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br>> Acesso em: 25 nov. 2022.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

COUTINHO, C. N. *Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo. Cortez, 2008.

COUTO, B. R. *O direito social e a Assistência na Sociedade Brasileira: uma equação possível*. São Paulo. Cortez, 2004.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPNjZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>.> Acesso em 05 jan. 2023.

DEBERT, G. G. A construção e a Reconstrução da Velhice: Família, Classe Social e Étnicidade. In: NERI, Anita Liberalesso.; DEBERT, GuitaGrin (Org.). *Velhice e Sociedade (Coleção Vivalidade)*. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

_____. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. – 1ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

_____. Gênero e envelhecimento: os programas para a terceira idade e o movimento dos aposentados. *Revista Estudos Feministas*, 2, 3: 1994. 33-51. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

FALEIROS, V. de P. A Política Nacional do Idoso em Questão: Passos e Impasses na Efetivação da Cidadania. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira *et al.* (Org.). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GLORIA, L. L. da. *OS REBATIMENTOS DO ABANDONO NA VIDA DOS IDOSOS: Um estudo sobre as denúncias recebida pelo Serviço Social da Delegacia de Proteção ao Idoso – DPID*. 2019. 149 p. Trabalho De Conclusão De Curso - Tcc (Graduação) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém 2019.

GUIMARÃES, A. P. dos S., *et al.* Notificação de violência intrafamiliar contra a mulher idosa na cidade de São Paulo. *Rev. bras. geriatr. gerontol.* vol.21, n.1, p.88-94, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

HIRSCH, J., *Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>> Acesso em: 01 out. 2022.

_____. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941> > Acesso em: 01 out.de 2022.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2017*. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=20915&t=resultados> > Acesso em: 01 out.de 2022.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2022*. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101957> >. Acesso em: 01 out 2022.

JOHNER, K.; FIOREZE, C. O FEMININO NA INTERSECCIONALIDADE E ENVELHECIMENTO HUMANO. In: *VIII Congresso Internacional de Envelhecimento Humano, 2021*. Anais dos Trabalhos apresentados no VIII Congresso Internacional de Envelhecimento Humano, 2021. <<https://www.even3.com.br/anais/xc22021/429446-o-feminino-na-interseccionalidade-e-envelhecimento-humano/>> Acesso em 21 nov. 2022.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MAIOR, N. M. S. S. et al. Direitos Humanos e Serviço Social: Demandas e Desafios Contemporâneos. *Temporalis*, v. 18, n. 36, p. 127-138, 2018. Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/21159>>. Acesso em 27 out. 2020.

MARX, K. [1818 – 1883]. *O Capital: Crítica da Economia Política – Livro I /* tradução de Reginaldo Sant’Anna. – 33ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOREIRA, M. M. *Envelhecimento da População Brasileira*.1997. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

NERI, A. L.; CACHIONI, M. Velhice Bem-Sucedida e Educação. In: NERI, Anita Liberalesso.; DEBERT, Guita Grin.; (Org.). *Velhice e Sociedade (Coleção Vivalidade)* – Campinas, SP: Papyrus, 2004.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Introdução o estudo do Método de Marx*. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular. 2011.

PINHEIRO, A. L. L. Direitos humanos das mulheres. In: *Instituto de pesquisa Economica Aplicada – IPEA*. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10321>> . Acesso em: 22 nov. 2022.

PISCITELLI, A. *Re-criando a (categoria) Mulher?* Campinas, 2001. Disponível em: <www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>: Acesso em: 25 nov. 2022

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

ROSSINI, T. *Binaridade, historicidade e feminismo*. 2018. 23p. Trabalho De Conclusão De Curso - Tcc (Graduação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2018.

SAFFIOTI, H. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. *Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

Violência Contra Mulheres Negras no Estado do Pará ¹

Violencia Contra Mujeres Negras En el Estado de Pará

Violence Against Black Women in the State of Pará

Maria Santana dos Santos Pinheiro Teixeira

Resumo: Este trabalho faz uma abordagem sobre a violência contra mulheres negras no estado do Pará. Tendo em vista a percepção do aumento do índice de violência contra as mulheres, por ausência de políticas públicas mais efetivas de proteção as mulheres, nestes últimos 04 anos. Tem por objetivo: analisar os dados encontrados em documentos que retratem os altos índices de violência contra as mulheres negras no estado do Pará. A metodologia utilizada na pesquisa foi a análise documental. Concluímos apontando que a violência que afere as mulheres e especificamente as negras, são provenientes de uma sociedade patriarcal e machista, reprodutora de um sistema opressor que violenta as mulheres. Contudo, continuamos na luta pela vida, contra o racismo, machismo, misoginia, pela nossa emancipação e libertação de tudo que cêrcea o nosso ser mulher.

Palavras Chave: Violência. Mulheres Negras. Estado do Pará.

Resumen: Este documento aborda la violencia contra las mujeres negras en el estado de Pará. En vista de la percepción del aumento en la tasa de violencia contra las mujeres, debido a la ausencia de políticas públicas más efectivas para proteger a las mujeres, en los últimos 04 años. Su objetivo es analizar los datos encontrados en documentos que retratan los altos índices de violencia contra las mujeres negras en el estado de Pará. La metodología utilizada en la investigación fue el análisis documental. Concluimos señalando que la violencia que afecta a las mujeres y específicamente a las mujeres negras, provienen de una sociedad patriarcal y machista, reproduciendo un sistema opresivo que viola a las mujeres. Sin embargo, seguimos en la lucha por la vida, contra el racismo, el sexismo, la misoginia, por nuestra emancipación y liberación de todo lo que nos hace ser mujer.

Palabras Claves: Violencia. Mujeres Negras. Estado de Pará.

Abstract: This paper addresses violence against black women in the state of Pará. In view of the perception of the increase in the rate of violence against women, due to the absence of more effective public policies to protect women, in the last 04 years. Its objective is to analyze the data found in documents that portray the high rates of violence against black women in the state of Pará. The methodology used in the research was the documental analysis. We conclude by pointing out that the violence that affects women and specifically black women, come from a patriarchal and sexist society, reproducing an oppressive system that violates women. However, we continue in the struggle for life, against racism, sexism, misogyny, for our emancipation and liberation from everything that makes our being a woman.

Keywords: Violence. Black Women. State of Pará.

¹ Este trabalho realizado como requisito final para a conclusão da especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina, /GPEM/UFGA, orientado pela professora doutora Adriane Santana de Lima. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

INTRODUÇÃO

“E quando falamos temos medo, de nossas palavras não serem ouvidas, nem bem-vindas, mas quando estamos em silêncio, ainda assim temos medo. É melhor falar então”. As sábias palavras de Audre Lorde (2021) dizem muito do que nos propomos expor neste ensaio sobre a violência que nós mulheres negras passamos. A violência nos causa medo, nos fere e nos obriga a ficar em silêncio diante das opressões. Esse silêncio, de certa forma, é que retroalimenta os inúmeros ciclos de violência.

Mas, por que falar sobre violência contra mulheres negras no estado do Pará? Desde que fui tomando consciência do meu lugar de mulher negra, comecei a observar as violências impostas a nós mulheres negras. Cresci em um bairro periférico, em que era comum, ou melhor dizendo, naturalizado todo tipo de violência contra mulheres, chegando ao extremo: o feminicídio. À medida que fui crescendo, minha percepção foi se aguçando. Por todos os estados e municípios que morei enfrentei a mesma realidade. Apesar da violência invadir minha subjetividade, ela ainda não havia atravessado meu corpo, tal como o fato de ser agredida fisicamente nas ruas, pelo única e exclusiva motivação de ser mulher negra. Alvo de cuspes e xingamentos.

Partilhando com minhas amigas sobre essas violências, escutei outras experiências também horríveis: estupros, incestos e pedofalias por seus maridos, companheiros e namorados. Todas elas são obrigadas a agirem como se nada tivesse acontecido, por medo de serem mortas ou de lhe perderem. Por isso quis estudar mais sobre a violência contra mulheres, escolhendo fazer o estágio obrigatório no Centro de Reabilitação Feminino — CRF. Nesse ambiente, observei a violência de perto, vi que as mulheres privadas de liberdade em sua maioria eram negras. E que o sistema mais uma vez as punia, pela condição sócio-histórica da população negra. Durante o meu ingresso na Universidade, me perguntei: cadê os negros? Via pouca presença de estudantes negros/as, em si tratando de uma Universidade pública, situada em um bairro periférico, e de um Estado, constituído por uma expressiva população negra. Esses são apenas alguns relatos que as estatísticas evidenciam, a ausência de corpos negros em espaços de tomada de decisões, de poder e a forte presença em lugares dito como inferiores, estigmatizados, subalternizados.

Desta feita, o interesse para pesquisar sobre a violência contra as mulheres negras deu-se a partir do reconhecimento da nossa identidade de mulher negra, periférica e pobre, que em todos os espaços em que transitamos, pertencemos ou ocupamos, somos afetadas pela violência que tende a ir aumentando com o passar do tempo. E na atual conjuntura, veio a se agravar, com o quadro da pandemia no qual as mulheres ficaram mais expostas em seus lares, assim também, pela reprodução do descaso do Estado, que se mostra extremamente machista, misógino e racista, pois, no que tange os seus compromissos social e político, desde que assumiu (gestão 2018 – 2022), tem tomado medidas que coíbe a expansão das políticas para as mulheres.

Ao expandirmos nosso olhar para a população negra (as mulheres negras), encontramos a mesma realidade de descaso. Sendo que a violência para nós ocorre desde o no nosso nascimento, pois se nascemos nos hospitais, a violência obstétrica nos recebe ao violentar os corpos das nossas mães pretas. Mas, refletido sobre essa questão, a violência já nos afeta no ventre de nossas mães, quando o atendimento de qualidade lhe é negado durante o período do pré-natal. E a violência estrutural que se dá antes e durante o nosso nascimento, é que será nossa companheira na vida, pois é o reflexo do racismo estrutural e institucional.

Dessa forma, a autora Heleieth Saffioti (2013, p. 167) reitera que a violência contra mulher atinge todas as idades, classe social, escolaridade, “atinge mulheres em qualquer etapa da vida e em qualquer situação-econômica, sendo nuclear na ordem social falocêntrica”. Seja ela física, emocional e sexual, mas, sempre “constitui uma forma de controle social, ela representa peça de suma importância na preservação do status quo falocracia”.

A metodologia utilizada na pesquisa é a documental, pela qual nos propomos fazer uma análise de documentos como: Relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN — 2014, Atlas da Violência — 2021 e Relatório da Promotoria de Justiça de Belém-MAPA — 2020. Esses documentos que comportam os registros das violências contra as mulheres negras. Por isso, temos como objetivo: analisar os dados encontrados em documentos que retratem os altos índices de violência contra as mulheres negras no estado do Pará. Dessa forma, o artigo encontra-se estruturado em 5 partes: resumo, introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências bibliográficas.

1. A Violência Histórica nos Corpos Negros Femininos

Versar sobre a violência que incide os corpos negros femininos é fazer uma retrospectiva histórica do período escravocrata, em que parte da população africana foram traficados para diversos países, com o intuito de servirem de mão de obra escrava. O Brasil foi um dos países que se beneficiou desse sistema escravista, com duração de quase quatrocentos anos. E segundo Clóvis Moura (2020, p. 16), “na América o Brasil foi o país que teve a maior percentagem de escravos desembarcados”. Para o autor, esse contingente foi maior do que os outros países. Importamos mais africanos e permanecemos por mais tempo explorando esses sujeitos, pelo fato do Brasil ser um dos países que adериu forçado e tardiamente a abolição.

De acordo com Lélia Gonzalez (2018), “o longo processo de marginalização do povo negro, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade marcada pelo autoritarismo, relegou-nos a condição de setor mais oprimido e explorado da população brasileira”.

Nesse contexto de exploração e opressão encontra-se a mulher africana, a mulher negra. As autoras Angela Davis e Lélia Gonzalez nos relatam como era a vida dessas mulheres nesse período. Angela Davis versa sobre a condição da mulher escravizada no contexto dos Estados Unidos, mas, na realidade brasileira, encontramos similitudes na condição da mulher negra:

Proporcionalmente as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, estas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras.

Segundo Angela Davis (2016), as mulheres negras têm suas vidas marcadas pelo trabalho, desde o tempo da escravidão se estendendo até hoje. Trabalhavam de forma compulsória até a morte, não tinham outra escolha. Por conseguinte, os relatos de Angela Davis (2016) coincidem com os de Lélia Gonzalez (2018, p. 38), quando menciona a condição da mulher negra no período da escla-

vidão e pós-escravidão: “o sistema não suavizou o trabalho dessa mulher”. Lélia cita as opressões enfrentadas por elas. Exerciam duas categorias: a de trabalhadores do eito e as mucamas. As trabalhadoras do eito, trabalhavam de sol a sol, eram mal alimentadas, acontecia também de se suicidarem para que seus filhos não tivessem o mesmo destino que suas mães. Já a segunda categoria, as mucamas, cuidavam dos trabalhos do cuidado da casa, mas, estavam sujeitas a violências sexuais dos seus patrões. Além dessa enorme jornada ainda tinham que tirar tempo para a família.

Abdias do Nascimento (2016, p. 73–74), versa que nós brasileiros/as herdamos de Portugal o modelo de família patriarcal, e a mulher negra foi quem pagou o preço dessa herança, no período da escravidão até a atualidade. Para ela só restou “a condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco”.

De forma explícita, Abdias Nascimento (2016) expressa a condição da mulher negra, de pobreza, desamparo e solidão. Essa herança que deixou a mulher negra no relento, sem teto, sem alimento, sem dinheiro, sem dignidade, é quem nos vitimiza, quem nos violenta. Esse racismo que nos diz que somos inferiores, que não temos direito às Políticas Públicas é quem faz que na luta pela sobrevivência sejamos levados/as “a renegar nossa cor, valores e origens, obrigados/as que somos a assumir os ideais de outro povo” (THEREZA SANTOS, 1995, p. 17).

Simone de Beauvoir (1970), nos afirma que ser mulher é uma construção social, quando expressa: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, assim, ela introduz a importância da categoria mulher na sociedade, ao reconhecer que somos fruto de uma construção social, que se dá no nosso nascimento, por meio do nosso sexo, somos ensinadas a assumir o papel pré-concebido do que é ser mulher. Assumir as características, valores, posturas, tarefas desse ser mulher na sociedade patriarcal que nos é imposto.

No período da escravidão, as mulheres negras não eram consideradas ser humano, como mulheres. Eram consideradas coisas, daí a objetificação e materialização de nossos corpos. Não é à toa que Sojourner Truth, uma abolicionista e sufragista negra estadunidense, reivindica a categoria mulher para as mulheres negras em seu famoso e potente discurso na Convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851, onde proferiu as seguintes palavras:

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem- quando eu conseguia comida- e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (ANGELA DAVIS, 2016, p.73)

A voz potente de Sojourner Truth, representa o início de um novo ciclo. Pela primeira vez uma mulher negra, ex-escravizada, utiliza o poder de fala. Há uma quebra do silenciamento da maioria oprimida. É lógico que sua fala é de denúncia, de reivindicação de direitos. A denúncia do sistema de opressão e reivindicação do direito de ser mulher. Em poucas palavras, Sojourner Truth denuncia o sistema que violenta a mulher negra e escravizada. Que lhe explora nos trabalhos exaustivos, que lhe nega o alimento, que lhe rouba os filhos, que lhe causa dores e sofrimentos e ainda lhe força a ficar em silêncio (omissão das sufragistas brancas que negavam o direito a voz das mulheres negras nas Convenções) e a buscar forças na oração e religião, também um sistema opressor do branco.

Por conseguinte, podemos afirmar que não há como desvencilhar a violência da historiografia da população negra. É uma violência histórica que sempre se renova no cotidiano, em todas as esferas socioeconômico e político. Nascemos humanos/as, nos tornamos negros/as, para sofrermos violências por sermos negros/as, é o que nos lembra Neusa Santos Souza (2021), em sua obra tornar-se negro, ao enfatizar a violência sofrida pelas pessoas negras com sua identidade negra destruída pelo racismo branco. E o quão maléfico é esse racismo, no seu poder destruidor que impacta na vida, a identidade e a saúde mental dos/as negras, deixando sequelas para toda a vida:

O racismo é essa parte, o olhar odioso que afeta o Outro, visada de ódio e intolerância àquilo que funda sua diferença. Ódio e intolerância ao Outro, o racismo é essa maneira funesta de pensar e agir, fruto de uma vontade totalitária em seu duplo afã de extirpar do Outro o seu modo de gozo e, ao mesmo tempo, de lhe impor o nosso. (NEUSA SOUZA, 2021, p. 129)

O racismo alimenta-se na ideia de superioridade de um povo branco, na inferiorização de determinados grupos que fogem desse padrão. Ele fere e mata o outro pelo ódio e intolerância a diferença. É exatamente esse racismo cotidiano, como nos relata Grada Kilomba (2019, p. 227), que “aprisiona o sujeito negro em uma ordem colonial que o força a existir apenas através da presença alienante do sujeito branco”. É por isso que Lélia (2018, p. 117) afirma que: a mulher negra sofre uma discriminação triplíce: social, racial e sexual.

Segundo Lélia (2018, p. 41) o racismo é visto como:

(...) uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam. (GONZALEZ, 2018, p. 41)

Historicamente encontramos inúmeros registros de violência contra as mulheres nos noticiários, jornais, livros e no mapa da violência. E, infelizmente, essas violências que acontecem cotidianamente de norte a sul do Brasil acaba sendo naturalizado pelas autoridades, ao ponto que a morte de mulheres é equivalente a uma guerra civil, segundo mapa da violência de 2019, na realidade brasileira é possível perceber o aumento do índice de violência contra as mulheres por ausência de políticas públicas de proteção as mulheres mais efetivas, nestes últimos 04 anos.

Embora a Lei Maria da Penha, Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, que visa efetivar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, assim como eliminar todas as formas de violências contra a mulher, tenha completado 15 anos, ainda é possível visualizar como se encontra enraizada essa cultura patriarcal de violência às mulheres. Ainda que seja indiscutível a importância da Lei Maria da Penha, porém é necessário frisar no que tange ao sistema de justiça criminal, há inúmeras falhas que atrapalham a efetivação da Lei, como: impunidade, morosidade, desigualdades, sensibilidade e conhecimento das autoridades e, a ausência de um conjunto de estruturas que possam atender às mulheres vítimas de violência doméstica, bem como os homens agressores.

Ainda recente, em 2015, temos um marco histórico no que diz respeito aos direitos das mulheres, a criação da Lei do Feminicídio, n.º 13.104/15, na data de 9 de março de 2015. Essa Lei considera como crime hediondo o assassinato de mulheres por condições de gênero, ou seja, por serem mu-

lheres. A Lei reconhece o feminicídio “quando assassinado envolve a violência doméstica e familiar, assim como menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima” (BRASIL, 2015).

Em uma sociedade machista, misógina e racista, se é difícil nascer mulher e imagina, nascer mulher preta, pobre, lésbica, é quase impossível viver sem ser violentada. Infelizmente, todas as opressões e violências que acometem as mulheres, acontecem de forma mais incisivas nas mulheres negras, indígenas, afro-indígenas e dentre outras, ou seja, todas aquelas, que historicamente, são consideradas inferiores, subalternizadas, que fazem parte da minoria e estão fora do padrão socialmente aceitável. Segundo dados do Boletim Político Institucional - IPEA (2021), a violência contra Mulher é estrutural:

As raízes da violência de gênero são estruturais. Em sociedades patriarcais, mulheres são mais vulneráveis a serem vítimas de certos tipos de crimes pelo simples fato de serem mulheres. As dinâmicas sociais que levam ao crime de violência doméstica, de estupro e de feminicídio no Brasil estão, em muitos casos, correlacionadas.

As mulheres são a imensa maioria das vítimas da violência doméstica. O fato de ser mulher triplica a probabilidade de sofrer violência por parente, conhecido ou cônjuge. (CERQUEIRA, MOURA e PASINATO, 2019 *apud* FERREIRA; SOARES, 2021, p. 131)

Para citar um dos episódios de violências contra as mulheres, dentre vários (porque a cada 2 minutos uma mulher é agredida) na data de 22 de junho de 2022, viralizou na internet um vídeo onde um procurador, espancou a sua colega de trabalho, a procuradora-geral de Registro, no interior de São Paulo. Essa violência levou o agressor para a delegacia da cidade, onde foi registrado o boletim de ocorrência e em seguida o agressor foi liberado, enquanto a vítima, teve seu rosto quebrado e ensanguentado. Esse caso, é mais um dado para os registros das violências que ficam impunes.

2. A Vida das Mulheres Negras na Cidade de Belém e seu Entorno: a violência cruel e real

A realidade da pandemia colocou na mesa o que estava há muito tempo escondido, negado: a desigualdade racial e social, em que acomete, ou melhor dizendo alveja, determinados grupos sociais, como a população negra e de forma enfática as mulheres negras.

Dessa feita, as sujeitas da nossa análise são as mulheres negras vítimas de violência na região metropolitana de Belém. Olhando para Belém, na região norte, podemos observar uma concentração de casos rotineiros de violências contra mulheres e mulheres negras. Diante dessa realidade instiga saber: Quais as violências mais frequentes? Qual a causa da violência contra as mulheres negras da região metropolitana?

No ano de 2020, ano em que se iniciou a Pandemia da Covid-19, em junho foi lançada a Campanha Sinal Vermelho, pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) e pelo Conselho Nacional de Justiça, em todo o país, fazendo parte de uma política pública de caráter nacional definida pela Lei n.º 14.188, de 28/07/2021, visando o combate dos inúmeros casos de violências domésticas e familiar, justamente no período da Pandemia, no período do isolamento social. No estado do Pará a Campanha contou com a colaboração de várias Instituições e Órgãos, dentre elas a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará- SEGUP, A polícia Militar e Civil, o Tribunal de Justiça Eleitoral — TRE e outras. Foram elaboradas várias estratégias, como um canal de denúncia, no 190, para as mulheres que não conseguem sair de casa, onde são violentadas. A Campanha, incentiva as mulheres vítimas das violências,

a pedir ajuda com um x vermelho na palma da mão. Como material para a Campanha foi criado uma cartilha de orientações, sobre os tipos de violências e como proceder. (AGÊNCIA PARÁ, 2020)

No ano de 2020, na cidade de Abaetetuba, Andressa Vilhena, 22 anos, estava caminhando quando foi alvejada por tiros, proferidos por seu ex-namorado Cleysson Benedito da Silva. Em 01 de setembro de 2021, tivemos mais um registro de um crime de feminicídio em Ananindeua — PA. A modelo negra Geordana Faria, 20 anos, foi morta a facadas, pelo seu ex-namorado, que segundo relato da família de Geordana, não aceitava o fim de seu relacionamento. Anterior ao crime, Geordana já havia feito o registro do boletim de ocorrência, devido à agressão e por isso havia uma medida protetiva contra o ex-namorado. São dois crimes de feminicídio contra mulheres jovens, ao término de relações que não são aceitas.

Segundo Cerqueira (2021), no ano de 2018, foram assassinadas em média quatro mulheres em suas residências. Sem contar os casos de violência no trabalho e violências sexuais. Nessa conta entra os dados do Atlas da Violência (2020), onde se encontra 50.056 assassinatos de mulheres entre 2009 e 2019. Sendo 67% das vítimas de homicídio mulheres negras. Isso deve-se às latentes expressões das desigualdades raciais, que reverbera na vida da população negra.

De acordo Cerqueira (2021, p.133), “Uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil é a forte concentração dos índices de violência letal na população negra”. Essa violência é letal porque, os corpos negros alvejados por ela, são vítimas desse sistema opressor, exterminador. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, faz a classificação de (soma de pretos e pardos), dessa população:

75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7” negros foram mortos. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras. (CERQUEIRA, 2021, p. 133)

As maiores taxas de violências contra as mulheres encontram-se na Região Norte e no Nordeste. Vejamos os dados da imagem no gráfico abaixo:

Imagem 01 de gráfico - Número de Homicídios de Mulheres Negras por UF

TABELA 5.3
Brasil: Número de Homicídios de Mulheres Negras por UF (2009 a 2019)

	Número de Homicídios de Mulheres Negras											Variação %		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2009 a 2019	2014 a 2019	2018 a 2019
Brasil	2.419	2.611	2.714	2.917	2.881	2.992	2.902	3.005	3.288	3.070	2.468	2,0%	-17,5%	-19,6%
Acre	6	13	11	14	29	16	14	19	24	28	25	316,7%	56,3%	-10,7%
Alagoas	96	104	114	116	117	118	90	91	104	55	89	-7,3%	-24,6%	61,8%
Amapá	10	14	16	15	15	19	13	15	23	12	17	70,0%	-10,5%	41,7%
Amazonas	60	60	66	89	71	64	96	93	98	110	93	55,0%	45,3%	-15,5%
Bahia	284	361	375	368	362	323	331	379	417	369	358	26,1%	10,8%	-3,0%
Ceará	80	111	106	110	125	145	154	149	325	426	199	148,8%	37,2%	-53,3%
Distrito Federal	61	50	61	63	66	46	45	53	34	35	36	-41,0%	-21,7%	2,9%

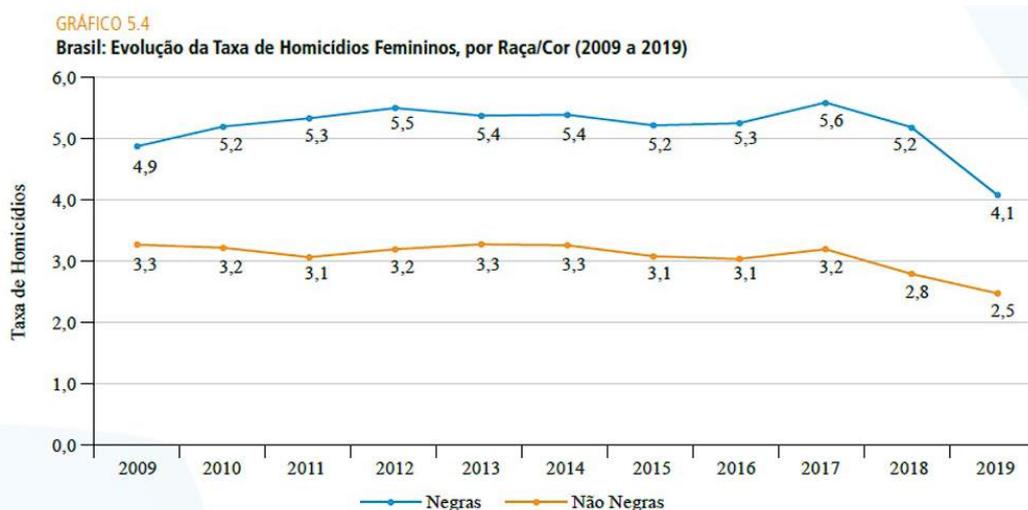
Espírito Santo	152	128	104	137	129	110	107	81	116	76	73	-52,0%	-33,6%	-3,9%
Goiás	117	128	182	171	191	212	176	180	190	154	115	-1,7%	-45,8%	-25,3%
Maranhão	67	99	109	96	107	129	115	133	113	109	93	38,8%	-27,9%	-14,7%
Mato Grosso	55	54	60	62	62	76	88	77	70	71	56	1,8%	-26,3%	-21,1%
Mato Grosso do Sul	25	38	40	45	40	44	38	46	33	38	26	4,0%	-40,9%	-31,6%
Minas Gerais	246	259	283	303	274	259	267	247	261	241	207	-15,9%	-20,1%	-14,1%
Pará	152	197	154	202	190	221	236	274	286	282	204	34,2%	-7,7%	-27,7%
Paraíba	84	98	117	119	104	98	84	88	76	71	53	-36,9%	-45,9%	-25,4%
Paraná	57	51	55	68	59	63	49	44	33	63	57	0,0%	-9,5%	-9,5%
Pernambuco	252	197	223	185	224	203	198	238	257	189	158	-37,3%	-22,2%	-16,4%
Piauí	22	28	28	40	36	51	56	43	39	43	35	59,1%	-31,4%	-18,6%
Rio de Janeiro	190	196	223	223	236	283	233	276	260	242	131	-31,1%	-53,7%	-45,9%
Rio Grande do Norte	38	51	56	42	59	71	76	74	129	85	84	121,1%	18,3%	-1,2%
Rio Grande do Sul	36	38	21	39	33	51	55	50	61	54	52	44,4%	2,0%	-3,7%
Rondônia	35	23	31	36	28	38	49	34	40	28	31	-11,4%	-18,4%	10,7%
Roraima	12	9	9	7	14	10	10	10	16	26	19	58,3%	90,0%	-26,9%
Santa Catarina	8	15	5	18	16	21	18	27	23	17	26	225,0%	23,8%	52,9%
São Paulo	230	223	179	257	215	227	201	200	166	176	149	-35,2%	-34,4%	-15,3%
Sergipe	21	36	50	52	48	65	64	54	64	34	50	138,1%	-23,1%	47,1%
Tocantins	23	30	36	40	31	29	39	30	30	36	32	39,1%	10,3%	-11,1%

Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. O cálculo efetuado levou em conta indivíduos mulheres da população. O número de negras foi obtido somando pardas e pretas, enquanto o de não negras se deu pela soma das brancas, amarelas e indígenas, todas as ignoradas não entraram nas contas. Elaboração: Diest/Ipea, FBSP e IJSN.

Fonte: Atlas da Violência - 2021

Segundo a imagem 01, explicita a evolução das violências por raça/cor no período de 2009 – 2019. É visível que a evolução do registro da violência contra as mulheres negras, manteve-se.

Imagem 02 - Evolução da Taxa de homicídios no Brasil por raça/cor (2009-2019)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Aqui, a partir da classificação de raça/cor do IBGE, considerou-se "negras" a soma das pretas e pardas, e "não negras" a soma das brancas, amarelas e indígenas. Elaboração: Diest/Ipea, FBSP e IJSN.

Fonte: Atlas da Violência - 2021

Conforme a imagem acima que apresenta os registros dos dados de violência contra as mulheres na UF, temos o estado da Bahia em primeiro com 358 casos, em segundo Minas Gerais com 207, terceiro vem o estado do Pará com 204. Esse resultado diz muita coisa, sobre a região norte. Como os resquícios do patriarcado, em uma região historicamente explorada e abandonada.

Imagem 03 - Tabela de Demonstrativo das vítimas de violência doméstica na região Integração Guajará e demais regiões nos anos de 2008-2015

TABELA 1

Demonstrativo das vítimas de violência doméstica na Região Integração Guajará e demais regiões nos anos de 2008 a 2015

Município	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total Geral
Belém	287	842	918	1086	1106	1241	1365	1570	8415
Ananindeua	132	217	248	367	541	522	574	660	3261
Marituba	74	95	166	193	201	231	254	292	1506
Benevides	19	44	43	63	63	84	92	106	514
Santa Bárbara	6	9	13	13	22	19	21	24	127
Total R.I. Guajará	518	1207	1388	1722	1933	2097	2306	2652	13823
Total demais R.I.	687	1328	1713	2339	2674	2788	3067	3374	17970
Total Estado	1205	2535	3101	4061	4607	4885	5373	6026	31793

Fonte: SISP – Sistema Integrado de Segurança Pública; Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SEGUP/PA.

Fonte: SEGUP - PA

Os dados apresentados na imagem da tabela 1, mostra que das 31.793 notificações realizadas das violências domésticas, a região metropolitana de Belém, composta pelos municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, foram os municípios que tiveram mais destaques, no número de denúncias registradas. Desse modo, percebe-se um aumento de casos de 2008 – 2015. Esse resultado elevado, demonstra que as ações desenvolvidas pelo Estado precisam ser mais contundentes, para diminuição desse quadro.

Imagem 04 - Tabela de Demonstrativo de perfil/cor da pele das vítimas de violência doméstica no Estado do Pará nos anos de 2008-2015

TABELA 4

Demonstrativo de perfil/cor da pele das vítimas de violência doméstica no Estado do Pará nos anos de 2008 a 2015

Cor da Pele	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total Geral
Sem Preenchimento	1200	2527	3087	4038	4591	4870	5348	5989	31650
Amarela	0	0	0	0	0	1	1	1	3
Branca	1	1	6	4	2	4	6	8	32
Preta	4	7	8	19	14	10	18	28	108
Total Geral	1205	2535	3101	4061	4607	4885	5373	6026	31793

Fonte: SISP – Sistema Integrado de Segurança Pública; Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SEGUP/PA.

Fonte: SEGUP - PA

Na imagem da tabela 4, aparecem dados importantes, que vem confirmar nossa discussão sobre essa violência que mais vítima as mulheres negras. De 2008 – 2015, o número de mulheres negras segue a ordem crescente. Os resultados, são bem mais elevados quando comparados com

as mulheres brancas e amarelas, sendo que as mulheres indígenas nem aparecem, nessa violência, mesmo estando na Amazônia.

Em 2020, a Promotoria de Justiça do Pará, fez um relatório anual, do período de 01/01/2020 a 31/12/2020, que contém o registro das violências domésticas ocorrido no estado do Pará. Abaixo segue um quadro com os dados das vítimas e dos agressores.

Quadro 1 - Dados sobre violência doméstica do relatório da Promotoria de Justiça do Pará

Nº	DADOS	VÍTIMA	AGRESSOR
01	Faixa etária	18- 24 anos (14%), 25-29 anos (16%), 30-34 anos (17%), 35-39 anos (17%), 40-55 anos (30%) e 56-64 anos (5%).	18- 24 anos (10%), 25-29 anos (14%), 30-34 anos (16%), 35-39 anos (19%), 40-55 anos (35%) e 56-64 anos (6%)
02	Gênero		97%-masculino e 3% feminino
03	Raça - cor	Parda 94% e Branca 6%	Parda 73%, Preta 9% e Branca 18%
04	Escolaridade	Fundamental incompleto (33%), fundamental completo (12%), médio incompleto (14%), médio completo (26%), médio incompleto (5%), superior incompleto (7%), superior completo (10%)	Não alfabetizado (3%), fundamental incompleto (34%), fundamental completo (4%), médio completo (33%), médio incompleto (5%), superior (10%)
05	Estado civil	Solteiro/a (44%), casado/a (15%), divorciado/a (4%), separado/a (26%), convivente (35%)	Solteiro/a (46%), casado/a (15%), divorciado/a (3%), separado/a (4%), convivente (31%), viúvo/a (1%)
06	Naturalidade	Belém (72%), interior do Pará (21%), outros Estados (6%), Ananindeua (1%)	Belém (83%), interior do Pará (10%), outros Estados (6%)
07	Renda	Não possui renda (40%), Até 1 salário mínimo (40%), mais de 1-2 salários mínimos (10%), mais de 2 até 10 salário mínimo (10%)	Mais de 01 até 02 salários mínimos (71%), mais de 02 até 05 salários mínimos (29%)

Fonte: Mapa - 2020 adaptado pelas autoras

O relatório é mais extenso, mas, no ataremos a esses dados apresentados no quadro acima. Iniciando pela faixa etária o item 1. Evidenciou-se que de 18 – 34 anos, as mulheres são as maiores vítimas de violência doméstica e que dos 35 – 64, os homens são os maiores agressores. E na faixa etária de 40 – 55, os homens atingem os 35% de agressão, o maior índice e nessa faixa etária as mulheres são as maiores vítimas com 30%. No item 2 - há mais agressores do gênero masculino com 97% do que feminino com 3%. No item 3 - quesito raça — cor — os agressores em sua maioria são negros: pardo com 73%, preto 9% e Branca 18%. Sendo as vítimas também a maioria Parda 94%. Supõe-se que os negros que não apareceu nesses dados estejam imersos no pardo e branco com 6%.

No item 4: a escolaridade temos: A maioria dos agressores tem o ensino fundamental incompleto com (34%) e médio completo (33%), o restante médio incompleto (11%), superior (10%), médio incompleto (5%), fundamental completo (4%) e não alfabetizado (3%). Nas vítimas temos um agravamento nos estudos, pois a maioria tem o ensino Fundamental incompleto (33%), médio completo (26%), médio incompleto (14%), fundamental completo (12%), superior incompleto (10%), superior incompleto (7%). Sabemos que o não acesso à educação piora o quadro da violência contra as vítimas por serem menores oportunidades de acesso a bens e serviços, a uma qualidade de vida e ao rompimento com o sistema de opressão.

O item 5 - estado civil: o convivente (35%) vem em primeiro, separado/a (26%), solteiro/a (44%), casado/a (15%) divorciado/a (4%). As vítimas Solteiro/a (46%), convivente (31%) casado/a (15%) divorciado/a (3%) separado/a (4%) viúvo/a (1%). Tanto as vítimas como os agressores mantêm uma relação estável de 35% o agressor e 31% a vítima. Sendo que nessa relação entre ambos a maioria não é formalizada pelo casamento. O há agressor que é viúvo, mas, não aparece vítima que é viúva.

Com relação à naturalidade, o item 6 — a maioria dos registros, tanto as vítimas (83%), como o agressor (72%), são de Belém. Ficando do interior 10% das vítimas e 21% do agressor, de outros estados é igual para ambos com 6% e o município de Ananindeua tem um destaque na vítima com 1%. Esse dado diz muito, porque a maioria dessas vítimas são mulheres negras.

No quesito renda a maioria dos agressores recebe mais de 01 até 02 salários-mínimos com (71%) e mais de 02 até 05 salários-mínimos (29%) e as vítimas a maioria não possui renda (40%), até 1 salário mínimo (40%), mais de 1-2 salários mínimos (10%) e mais de 2 até 10 salário mínimo (10%). Esse item fica explícito o quadro de desigualdade existente entre homens e mulheres. Os homens têm mais acesso à oportunidade de emprego, no que reverbera em melhores salários. Construto de uma sociedade machista, que valoriza mais o trabalho realizado pelos homens do que pelas mulheres. Dessa feita, reforça a dupla, tripla jornada de trabalho das mulheres, porque ainda se ignora a divisão sexual do trabalho. E se as mulheres são a maioria com trabalho forma e tem menos renda, as mulheres negras acabam sendo as mais atingidas por esse sistema desigual. Se tem menos renda, estão mais sujeitas as violências domésticas. Mesmo, tendo conhecimento que muitas das mulheres negras exercem a chefia familiar, são as mantenedoras da família.

Os dados dos dois relatórios: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN — 2014, Relatório da Promotoria de Justiça de Belém — MAPA — 2020 e do Atlas da Violência — 2021, apontam muitas similitudes quando apresentam as estatísticas da condição da mulher negra no contexto do Brasil e do estado do Pará. Fica evidenciado, pois, que são as maiores vítimas do sistema racista, de exclusão social e de acesso a direitos. São as que menos tem acesso à educação, ao trabalho formal; são as maiores vítimas de todas as formas de violências e principalmente a violência doméstica. E esse quadro só poderá ser revestido quanto mais tivermos investimento nas políticas públicas voltadas para elas. Além disso, a garantia a uma educação emancipadora, o engajamento social e político nos espaços de tomada de decisão e de poder, na reivindicação do comprometimento da sociedade e do estado na luta antirracista, antimachista, anticapitalista, anti-misógina, possibilitará uma sociedade mais justa, humana e fraterna para todos, para os grupos historicamente subalternizados.

É preciso enegrecer os espaços, como reitera Sueli Carneiro (2019, p. 198), enegrecer não somente o feminismo, mais as diversas áreas que historicamente nos foram negadas. Enegrecer o conhecimento colonizador, enegrecer as políticas que não são racializadas. “E politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos”. Sueli evoca o poder que essa atitude pode desencadear, ao respeitar a diversidade das mulheres e assumir junto compromisso social e econômico para mudar essa realidade de violência contra nós mulheres negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos que o estudo possibilitou refletir sobre o contexto histórico em que mulheres e mulheres negras são vítimas de violências. A exclusão ao mercado de trabalho, o recebimento dos

menores salários, a evasão na educação, a desqualificação profissional, a superlotação na população carcerária, a discriminação, o descaso, machismo e racismo, é um grande pacote para se carregar, para superar. Como relatou Neusa Santos (2021, 17 – 18), “Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida as exigências, compelida a expectativas alienadas”. Somos massacradas o tempo todo, mas, nós resistimos. Somos “o lixo que fala numa boa”, Lélia Gonzalez, somos “a carne mais barata do mercado negro”, Elza Soares, somos asfixiadas, pois “ser mulher negra é experimentar essa condição de asfixia social”, Sueli Carneiro, mas, “eu sou essa preta e nunca deixei de ser preta”, Zélia Amador de Deus.

Pontuamos que as legislações são importantes para o combate à violência contra as mulheres, e a garantia dos direitos considere utilizar outro pronome relativo, mas, é preciso a colaboração do Estado de forma mais incisiva, para superação desse quadro. Pois, ficou evidenciado tanto regionalmente, como nacionalmente, a violência que acompanha as mulheres negras, em todo o Brasil. Nesse sentido, é fundamental pensar a realidade da mulher negra, não somente a questão da raça ou do gênero, mas a interseccionalidade para garantia de políticas públicas e ações visando a transformação.

REFERÊNCIAS

AGENCIA PARÁ. *Governo reforça campanha “Sinal Vermelho” contra a violência doméstica*. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/20303/governo-reforca-campanha-sinal-vermelho-contr-a-violencia-domestica>. Acesso: 20 jun. 2022.

BEAUVOIR, Simone de. (1970) *O Segundo Sexo* – Livro 1: Fatos e Mitos. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

BITAR, Maria Amélia Fadul; LIMA, Vera Lúcia de Azevedo; FARIAS, Gesiany Miranda. retratos da violência doméstica contra as mulheres no estado do Pará. *Rev. bras. seguir. Pública*. São Paulo v. 15, n. 1, 174-191 fev/mar 2021. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1177>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. *Feminicídio*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1. Acesso em: 21 jun. 2022.

_____. *Lei Maria da Penha*. Disponível em: Lei nº 11.340 (planalto.gov.br). Acesso em: 21 jun. 2022.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – junho de 2014*. Brasília, DF, 2014.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe*: tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência 2021* / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Inclui Bibliografia. 1. Violência. 2. Segurança Pública. 3. Políticas Públicas. 4. Brasil. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FERREIRA, Helder; SOARES, Milena Karla. Violência e Segurança Pública: uma síntese da produção da Diest nos últimos dez anos. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília: IPEA, n.º 29, p. 129-144, Jun. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/214043_BAPI_29_Artigo_14.pdf>

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: *Primavera para Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). 2018a. p. 47.

KILOMBA, Grada. *Memórias de Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro. Cobogó, 2019.

LOPES, Walena. *Governo reforça campanha “Sinal Vermelho” contra a violência doméstica*. AGENCIA PARÁ, Belém – PA, 22 jun. 2020. Disponível em: Governo reforça campanha “Sinal Vermelho” contra a violência doméstica | Agência Pará (agenciapara.com.br). Acesso: 20 jun. 2022.

LORDE, Audre. Uma Ladainha pela sobrevivência. In: *Poetry Foundation - Fundação de Poesia: Estados Unidos*, 2003. Disponível em: <<https://www.poetryfoundation.org/foundation/about>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

MOURA, Clovis. *Quilombos: resistência ao escravismo* 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2020.

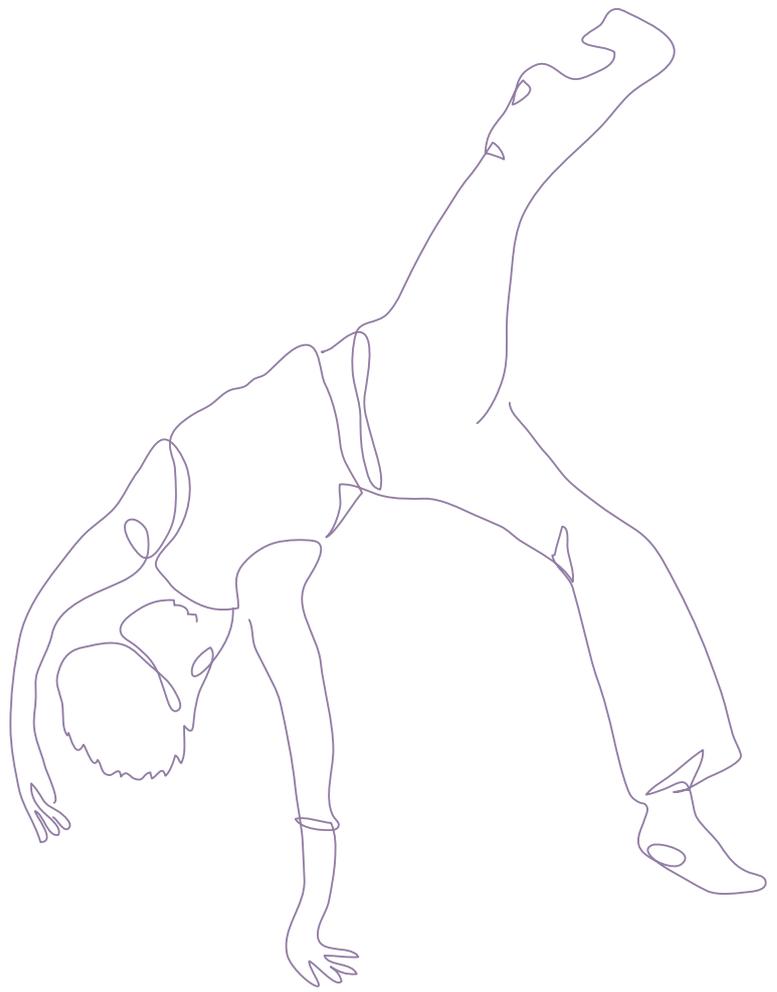
NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do povo brasileiro: processos de um racismo mascarado*. 3. Ed. -São Paulo: Perspectivas, 2016.

RELATÓRIO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BELÉM- MAPA- 2020. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/violencia-contra-mulher-mp-divulga-relatorio-sobre-agresoes-em-belem.htm>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. 3 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Thereza. Racismo e sexismo: conceito, imaginário e real. In: *IV Congresso Afro Brasileiro Mulher Negra: preconceito, sexualidade e imaginário*, 1 vol, 1995, Recife. Anais do IV Congresso Afro-brasileiro – Recife: FUNDAJ, Massangana, Abril, 1995.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021



Na Trama dos Socos e Ofensas Racistas: as nuances da violência racial-genderizada na violência doméstica¹

En la Trama de los Golpes y Delitos Racistas: los matices de la violencia racial-genderizada en la violencia doméstica

In the Plot of Punches and Racist Offenses: the nuances of racial-genderized violence in domestic violence

Samara Tirza Dias Siqueira

Resumo: O racismo e o sexismo são estruturais e estruturantes da sociedade e vulnerabilizam as mulheres negras a diversos tipos de violências. Com base nesse pressuposto, analiso quais as violências presentes no caso objeto do processo judicial n.º 0007716-87.2014.8.14.0401, tramitado no Tribunal de Justiça do Pará. A escolha se deu em razão da pesquisa jurisprudencial que realizei na minha dissertação de mestrado, por ser o único caso de injúria racial oriundo de uma vara de violência doméstica e familiar contra mulheres. Para a investigação, emprego o método indutivo, tendo como orientadores os métodos colorido e interseccional, e a técnica de pesquisa de análise de conteúdo. Ao final, percebi que a violência doméstica contra mulheres negras possui um caráter racial-genderizado, revelado pela violência racial e de gênero entrelaçadas no caso analisado.

Palavras Chave: Violência doméstica. Injúria racial. Racismo. Violência racial-genderizada.

Resumen: El racismo y el sexismo son estructurales y estructurantes de la sociedad y hacen que las mujeres negras sean vulnerables a diversos tipos de violencia. A partir de este supuesto, me propongo analizar qué violencia está presente en el caso objeto del proceso judicial n.º 0007716-87.2014.8.14.0401, tramitado en el Tribunal de Justicia de Pará. La elección se hizo debido a la investigación jurisprudencial que realicé en mi tesis de maestría, por tratarse del único caso de insulto racial surgido de un tribunal de violencia doméstica y familiar contra la mujer. Para la investigación pretendo utilizar el método inductivo, guiado por los métodos colorido e interseccional, y la técnica de investigación de análisis de contenido. Al final, me di cuenta de que la violencia doméstica contra las mujeres negras tiene un carácter racial de género, revelado por la violencia racial y de género presente en el caso analizado.

Palabras Claves: Violencia doméstica. Insulto racial. Racismo. Violencia racial de género.

Abstract: Racism and sexism are structural and structuring of society and make black women vulnerable to various types of violence. Based on this assumption, I intend to analyze what violence is present in the case that is the subject of judicial process n.º 0007716-87.2014.8.14.0401, processed at the Court of Justice of Pará. The choice was made due to the jurisprudential research I carried out in my master's thesis, because it was the only case of racial insult that came from a court of domestic and family violence against women. For the investigation, I intend to use the inductive method, guided by the colorful and intersectional methods, and the content analysis technique. In the end, I realized that domestic violence against black women has a racial-gendered character, revealed by the racial and gender violence present in the case analyzed.

Keywords: Domestic violence. Racial insult. Racism. Racial-gendered violence.

¹ Este trabalho realizado como requisito final para a conclusão do Curso de Especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina, /GPEM/UFPA, orientado pela professora doutora Maria Lucia Lima. Agradeço às/ aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo. .

Samara Tirza Dias Siqueira – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA, na área de Sistema Penal e Direitos Humanos. Coordenadora Estadual do IBCCrim/PA. Assessora parlamentar. E-mail: samaratirzads@gmail.com

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, os estudos críticos sobre os segmentos vulnerabilizados na sociedade foram ganhando cada vez mais espaço nos debates acadêmicos. Com isso, a ideologia que naturalizava homens negros e as mulheres em geral em um local de subserviência passou a ser questionada, dando lugar aos estudos críticos sobre gênero e raça.

A partir desse processo, diversos tipos de violências foram denunciados ao longo do tempo, as quais apontam para uma sociedade estruturada por desigualdades de gênero e de raça. A estrutural social gera condutas e relações que refletem a ordem imposta, como nos casos de violência contra as mulheres e violência racial.

Em que pese as estruturas sejam apreendidas com base em categorias analíticas individuais, não se deve perder de vista que elas estão imbricadas. No entanto, corriqueiramente, este fato é ignorado na discussão política e teórica de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

Os estudos de gênero, majoritariamente, tiveram foco em uma sujeita — mulher branca, cis-heterossexual, de classe social média a alta e sem deficiência — invisibilizando as experiências de outras mulheres, bem como os tipos de violência das quais eram vítimas. No mesmo sentido, foram os estudos sobre racismo, que ignoraram as experiências específicas vividas pelas mulheres negras.

Diante disso, com base na pesquisa jurisprudencial que realizei no mestrado (SIQUEIRA, 2022), selecionei um caso de violência doméstica contra uma mulher para analisar quais as violências presentes na situação por envolver diversos tipos de agressões com teor racial e de gênero. O caso é objeto do processo judicial n.º 0007716-87.2014.8.14.0401, tramitado no Tribunal de Justiça do Pará.

De início, o olhar interseccional é imprescindível, pois a interseccionalidade, como ferramenta analítica, permite compreender que uma pessoa pode ser vulnerabilizada a diversos tipos de discriminações por pertencer a um grupo, no entanto, o pertencimento simultâneo a diversos grupos impacta em como essas experiências serão vivenciadas (COLLINS; BILGE, 2020). Assim, para discutir sobre as experiências das mulheres negras, é necessário se ter em mente que o debate envolverá, no mínimo, duas categorias sociais entrecruzadas.

Para desenvolver a pesquisa, emprego o método de investigação indutivo, aliado à técnica de pesquisa de análise de conteúdo. Com o emprego desse método, viso analisar um caso particular para compreender quais as violências estão entrelaçadas aos casos de violência doméstica, pois no raciocínio indutivo: “[...] partimos de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral. [...] a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 28).

A técnica da análise de conteúdo engloba um conjunto de procedimentos para análise de comunicações. Nesse sentido, visa identificar as informações implícitas presentes na mensagem comunicada, possibilitando a compreensão mais profunda dos significados transmitidos no que foi escrito ou falado (BARDIN, 2016). Portanto, a técnica de análise de conteúdo para o presente trabalho facilita a compreensão do acórdão que será analisado, por possibilitar a apreensão dos significados para além do que a/o magistrada/o valora na sua decisão.

O acórdão escolhido é objeto do processo judicial n.º 0007716-87.2014.8.14.0401, oriundo da minha pesquisa de mestrado, na qual utilizei a técnica de pesquisa jurisprudencial para analisar a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará sobre crimes raciais¹. Do conjunto de decisões que coletei, a decisão selecionada para esta pesquisa é do processo supracitado, oriundo da

2ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da comarca de Belém, que se tratava de uma apelação penal na qual o autor pleiteava a absolvição do crime de injúria racial praticado em contexto de violência doméstica.

Além disso, empregarei o método procedimental de pesquisa colorido e interseccional, que privilegiam a ótica racial negra e seus entrelaçamentos com gênero e demais marcadores (SILVA; PIRES, 2015). Também utilizarei a técnica de pesquisa bibliográfica, para mapear os aportes teóricos dos feminismos negros e da criminologia feminista; e pesquisa documental da legislação pertinente à violência doméstica e familiar contra mulheres e ao racismo, bem como do acórdão escolhido para análise.

No que tange à relevância desta pesquisa, em âmbito pessoal, é mais um traço do meu compromisso político e ético com as mulheres negras, pois, nos espaços que consigo fissurar, me comprometo sempre em levar nossas demandas e denunciar as violências que nos atravessam. Em âmbito acadêmico, este artigo é um instrumento militante para evitar o apagamento teórico das mulheres negras nas discussões sobre violência de gênero, sobretudo da violência doméstica e familiar. Na esfera social, esta pesquisa é importante para evidenciar violências do cotidiano sofridas por mulheres negras.

Na primeira seção deste trabalho, abordarei o contexto de violência doméstica e familiar relatada no caso a partir de uma perspectiva dos estudos sobre gênero e interpretação das violências previstas na Lei n.º 11.340/2006. Na segunda parte, apresentarei a violência racial praticada na situação, à luz da lente do racismo genderizado. Por fim, apresentarei a importância em reconhecer o caráter racial-genderizado da violência doméstica.

1. “Maltratada, Agredida [...], Ameaçada e Ofendida”: a violência doméstica e familiar contra as mulheres

No acórdão que analisei, não consta a tipificação imputada ao agressor em relação à violência doméstica, mas somente do crime de injúria racial, cuja capitulação está no art. 140, §3º, do Código Penal. Entretanto, isso não inviabiliza a análise da violência doméstica e familiar no caso, com base nas narrativas trazidas pela queixa-crime, bem como dos testemunhos da vítima e da sua filha.

Segundo consta no acórdão, o agressor e a vítima eram casados e tinham dois filhos. Porém, o relacionamento sempre foi conturbado: a vítima era maltratada, ameaçada, ofendida moralmente e agredida com socos e chutes. Esta situação caracteriza um contexto de violência doméstica e familiar contra mulheres, previsto na Lei n.º 11.340/2006.

Esta lei foi criada com o intuito de amparar mulheres vítimas de situações como a citada acima. A legislação é considerada um avanço por “incorporar noções como direitos humanos, gênero e família numa perspectiva mais moderna e ampliar a compreensão das formas de violência” (TOMAZ, 2017, p. 27).

Todavia, Luanna Tomaz (2017) ressalta que a Lei n.º 11.340/2006 não foi pioneira na previsão legislativa da violência contra as mulheres. A Lei n.º 10.778/2003, cujo objetivo foi estabelecer a notificação compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidas na rede de saúde pública ou privada, em seu art. 1º, §1º, conceitua:

¹ Para o professor Ivair Santos (2015), os crimes raciais são a injúria racial, prevista no art. 140, §3º, do Código Penal, e o racismo, previsto no art. 20 da Lei n.º 7.716/89.

Para os efeitos desta Lei, entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado.

Isto mostra como os movimentos de mulheres estavam travando a luta no cenário político institucional antes da promulgação da Lei n.º 11.340/2006, tendo em vista que o processo para a criação de uma lei específica de enfrentamento à violência contra as mulheres foi longo e envolveu muitas manifestações e debates (CALAZANS; CORTES, 2011).

Outro dispositivo que Luanna Tomaz (2017) chama a atenção é a Lei n.º 10.886/2004, que acrescenta a qualificadora da violência doméstica ao crime de lesão corporal². No entanto, a violência contra as mulheres somente ganha mais repercussão no cenário legislativo nacional a partir da recomendação expedida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a posterior promulgação da Lei n.º 11.340/2006.

Esta lei também é conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), uma homenagem à Maria da Penha Fernandes, vítima de violência doméstica, cujo agressor era o seu marido, que a deixou paraplégica aos 38 anos, após duas tentativas de homicídio. Em 1998, as entidades CEJIL-Brasil (Centro para a Justiça e o Direito Internacional) e CLADEM-Brasil (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) apresentaram uma petição à Corte Interamericana de Direitos Humanos denunciando o caso de Maria da Penha e a negligência das instituições brasileiras no tratamento de condutas de violência doméstica contra mulheres. Em 2001, a Corte reconheceu a responsabilidade do Brasil no caso e recomendou que o país adotasse medidas de enfrentamento à violência contra as mulheres (PIOVESAN; PIMENTEL, 2011).

Em 2006, foi criada a Lei n.º 11.340/2006, cuja finalidade está prevista em seu art. 1º:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Diante disso, Luanna Tomaz (2017) ressalta que a Lei Maria da Penha se ocupou exclusivamente na previsão da violência doméstica e familiar e ignorou outros tipos de violências, como as ocorridas em ambiente de trabalho ou político. Entretanto, é uma lei diversa, pois não possui apenas caráter punitivo, mas também preventivo.

No caso em discussão, apesar de não constar no acórdão as capitulações referentes à violência doméstica contra as mulheres, percebo que se trata de um caso desta natureza em razão de ser um processo oriundo de uma vara de violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como há relatos da vítima e de sua filha que apontam para a configuração desse tipo de violência.

² Art. 129, §9º, do Código Penal: Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

Desse modo, ocorre a configuração do contexto tendo em vista que o agressor é ex-companheiro da vítima, caracterizando a previsão do art. 5º da Lei n.º 11.340/2006:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Nesse sentido, Fabiane Simioni e Rúbia Cruz (2011) apontam que o art. 5º da LMP considera o âmbito doméstico como um local privilegiado para a proteção de mulheres, isso porque:

Nos espaços familiares, onde as relações interpessoais entre os sujeitos foram historicamente interpretadas como restritas e privadas, a complacência e a impunidade para com a violência praticada nesse âmbito encontraram sua legitimação social. Criou-se um senso comum apoiado na ideia de que o espaço doméstico é ‘sagrado’, acreditando-se que aquilo que ocorre entre familiares não ameaça a ordem social, ou que a forma como aqueles sujeitos se relacionam é natural, operando-se com a ficção de que a liberdade é vivida na esfera pública e a privação na esfera privada (SIMIONI; CRUZ, 2011, p. 187).

Assim, o caso em tela configura a situação de violência doméstica e familiar contra mulheres, uma vez que as agressões ocorriam em um contexto de relacionamento afetivo, no qual a vítima e o agressor eram casados, tinham filhas/os e conviviam. Além disso, os fatos narrados na decisão também expõem os tipos de agressões perpetradas, como a agressão física materializada em socos e chutes. Esta conduta é objeto do art. 7º, inciso I, da LMP, que explica como a violência física deve ser entendida: “Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I — a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”.

De acordo com Virgínia Feix (2011, p. 204), a violência física é a forma mais evidente e identificável de violência doméstica e familiar contra mulheres, por produzir resultados visíveis e materialmente comprováveis, como ferimentos e hematomas, no entanto, não é caracterizada somente quando deixa marcas perceptíveis, mas também deve ser entendida “como toda a forma de utilização da força física que ofenda o corpo ou a saúde da mulher agredida”.

A violência física contra as mulheres nas relações afetivas e domésticas deve ser encarada como um mecanismo de demonstração que aponta para quem manda na relação e quem deve

obedecer. Mais ainda, é uma forma de perpetuar uma posição de poder entre a vítima e o sujeito dominador (FEIX, 2011).

Outras agressões narradas no acórdão dizem respeito às ameaças de morte sofridas pela vítima, cujo objetivo do agressor era obrigá-la a reatar o relacionamento. Este tipo de conduta caracteriza a violência psicológica prevista no art. 7º, inciso II, da LMP:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Segundo Virgínia Feix (2011), a violência psicológica é intrínseca a todas as modalidades de violência doméstica e familiar contra mulheres. Para a autora, a principal característica da violência psicológica é negar ou impedir a vítima de exercer a sua liberdade e autonomia, bem como viver a plenitude da sua subjetividade.

É importante ressaltar que a Lei Maria da Penha traz em seu bojo o combate à violência contra as mulheres baseada em uma perspectiva de gênero, apresentando uma mudança paradigmática nas políticas de proteção às mulheres, ao permitir a compreensão da origem da violência doméstica e familiar contra as mulheres e a dimensão do problema.

No processo de socialização da pessoa com base no seu gênero atribuído socialmente, determinados comportamentos são naturalizados e, portanto, imputados como normais vindos de um homem ou de uma mulher, é o que ocorre com o *pater familias*. Segundo Heleith Saffioti (2002), para uma mulher obter o *status* social de mãe, é necessário que ela gere uma criança ou adote, diferentemente do processo de obtenção do título de paternidade do homem, o qual é instituído por ele mesmo sobre todas as pessoas presentes no seu círculo doméstico. Para isso, ele tem a autorização e até mesmo o incentivo da sociedade.

Essa dinâmica representa o poder atribuído ao homem para tutelar as demais pessoas no seu âmbito doméstico e familiar, criando um ambiente propício para a prática de violência como expressão do seu poder e manutenção do *status quo* de dominador e do restante dominado (mulheres e crianças, por exemplo).

Para melhor compreensão dessa relação, Heleith Saffioti (2002) explica que a violência perpetrada contra as mulheres é traço de uma fase histórica da organização social do gênero: a ordem patriarcal. Ou seja, esse tipo de violência ocorre em razão de a sociedade ser estruturada pelo patriarcado.

Na estrutura patriarcal, os homens possuem o poder de determinar o comportamento de mulheres, crianças e adolescentes, bem como são autorizados ou tolerados pela sociedade a punir qualquer desvio em relação a sua determinação. O poder de mando dos homens, enquanto categoria social, está acompanhada da violência para fazer valer a sua ordem (SAFFIOTI, 2001).

Nesse sentido, Heleith Saffioti (2001) explica que a categoria social homens tem um projeto de exploração-dominação de mulheres, isto é, o processo de sujeição das mulheres deve ser entendido com base nessas duas dimensões, ainda que se trate de um processo único. É de dominação por manter os homens em lugar de privilégio sem haver necessidade de justificação para isso, parecendo ser legítima; e na outra ponta, estão as mulheres, exploradas de diversas formas para manter esta ordem.

No que tange à percepção individual, Heleith Saffioti (2001) aduz que a relação afetivo-amorosa entre homens e mulheres pode ser construída de forma igualitária, sem hierarquia, entretanto, é raro, visto que contraria todo o contexto social no qual a relação se desenvolve. Isso significa que a construção de um relacionamento democrático entre um casal está no sentido oposto do que o sistema patriarcal sustenta.

Dessa forma, as agressões relatadas representam a expressão normal da ordem patriarcal, na qual a violência faz parte da manutenção do poder dos homens. No entanto, ressalto que se trata de um patriarcado branco, no qual as normas de comportamento não são ditadas pelos homens negros, visto que o racismo não permite que tenham poder para isso, em que pese as suas condutas possam ser moldadas pelo que o patriarcado informa, resultando em violência contra as mulheres.

Assim, o gênero e a raça não são meras variáveis nos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres negras, pelo contrário, são categorias históricas e analíticas, conforme ensina Heleith Saffioti (2001), que permitem a melhor compreensão do contexto. Por isso, no próximo tópico analisarei a violência racial no caso em estudo.

2. “Nega Vagabunda, Não Vale Nada”: a injúria racial na violência doméstica

No caso em análise, não há somente a reprodução da violência de gênero contra mulheres materializada na violência doméstica, mas também a prática da violência racial reproduzida por meio de insultos.

A vítima relatou que o agressor a ofendeu, lhe chamando de “nega, vagabunda, prostituta, não vale nada”. Ela afirmou que durante os conflitos, o agressor sempre a humilhava e praticava injúria racial contra si. No mesmo sentido, a filha de ambos afirmou que as injúrias eram constantes, o agressor sempre ofendia sua mãe pelo fato de ser negra.

Ressalto que um dos tipos de violência previstos na LMP é a violência moral, no art. 7º, inciso V: “Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”. Diante dos fatos narrados, além das ofensas, configurarem uma forma de violência contra a mulher, também caracterizam uma conduta de violência racial.

Assim, o agressor foi condenado pela prática do crime previsto no art. 140, § 3º, do Código Penal³: “Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena - reclusão de um a três anos e multa”.

No tipo penal da injúria racial, o bem jurídico protegido é a honra subjetiva da vítima, isto é, a proteção da “pretensão de respeito à dignidade humana, representada pelo sentimento ou concep-

³ Previsão anterior à mudança estabelecida pela Lei nº 14.532/2023, que retirou a figura da injúria racial do Código Penal e a inseriu no art. 2º-A da Lei nº 7.716/89.

ção que temos a nosso respeito”, tanto que o texto legal descreve os aspectos da honra que podem ser violados: a dignidade ou o decoro. Portanto, o ato de injuriar significa ofender a dignidade ou o decoro de uma pessoa, emitindo uma opinião que traduz desprezo ou diminuição moral da vítima (BITENCOURT, 2020, local. 1135).

No que tange à injúria racial, o objetivo do legislador, assim como na criminalização do racismo, foi garantir o direito à igualdade previsto no caput do art. 5º da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”.

A criação da Lei n.º 7.716/89, também conhecida como Lei Caó⁴, teve o objetivo de regulamentar o art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal, que criminalizou a prática do racismo com a seguinte redação: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. A legislação é fruto de intensa luta dos movimentos negros, tendo sido promulgada para combater o racismo na sociedade brasileira.

Destaco que a injúria racial e o crime de racismo⁵ são tipos penais diferentes. Apesar de buscarem garantir o direito à igualdade, ambos tipificam condutas distintas. Enquanto na injúria racial o/a agressor/a ofende a honra e a dignidade de um indivíduo utilizando de elementos de raça, cor ou etnia, no crime de racismo a conduta ofensiva, reproduzida pela prática de preconceito ou discriminação racial, é direcionada a uma coletividade indeterminada (BITENCOURT, 2020).

A inserção da qualificadora racial no crime de injúria foi prevista pela Lei n.º 9.459/1997⁶, em uma tentativa de punição mais gravosa às condutas racistas, tendo em vista que constantemente não eram enquadradas nos crimes previstos na Lei Caó e eram caracterizadas como injúria simples. Portanto, a criação da injúria racial foi mais uma tentativa de não permitir condutas racistas ficarem impunes ou serem consideradas menos graves.

Todavia, o racismo está muito além das condutas tipificadas na legislação vigente. Nesse sentido, Silvio Almeida (2019) destaca que o direito reproduz o racismo enquanto não consegue extingui-lo, assim como a legalidade também produz sujeitas/os racializadas/os por meio da legislação criminal, por exemplo. Portanto, o direito pode ser um mecanismo de combate ao racismo através da responsabilização criminal e cível, mas também integra a mesma estrutura social que reproduz o racismo como prática política e ideológica (ALMEIDA, 2019).

O racismo é um sistema complexo que, de fato, o direito não consegue exterminar, por estruturar a sociedade em todos os seus níveis, inclusive as condutas não tipificadas pelo direito penal. Nessa perspectiva, o racismo decorre do funcionamento normal das estruturas sociais — economia, direito e política — e das relações interpessoais, portanto, não se trata de um ato individual ou desarranjo ins-

⁴ Em homenagem ao Deputado Federal Carlos Alberto de Oliveira, militante do movimento negro e autor do projeto de lei.

⁵ O crime de racismo, comumente, se refere à prática da conduta prevista no art. 20 da Lei n.º 7.716/89: “Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa”.

⁶ “Art. 2º O art. 140 do Código Penal fica acrescido do seguinte parágrafo:

‘Art. 140.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem: Pena: reclusão de um a três anos e multa.’”

titucional, ele é estrutural. Ademais, o racismo é uma forma de discriminação sistemática mobilizada pela raça e manifestada por meio de condutas conscientes ou inconscientes, que geram desvantagens para os grupos racializados e privilégios para o grupo dominante (ALMEIDA, 2019).

O processo de racialização de pessoas negras foi imposto pelo colonizador com o intuito de atribuir e naturalizar características negativas à/ao colonizada/o. Logo, o conceito de raça, conforme é conhecido hoje, não era assim antes da invasão das Américas (QUIJANO, 2005); por isso, é compreendido como histórico e relacional, uma vez que é formado por contingência, conflito, poder e decisão (ALMEIDA, 2019). Ressalto que raça não deve ser entendida em sentido biológico, mas social e político, decorrente do processo de dominação e violência imposto pelo colonizador, que se estabeleceu como norma e marginalizou os demais povos sob a justificativa de pertencerem a uma raça inferior.

No momento em que o processo de racialização é percebido a partir de uma perspectiva de gênero, é notável a diferença nas experiências sociais de homens e mulheres negras. Para nomear os efeitos da intersecção entre raça e gênero na vida das mulheres racializadas, Grada Kilomba (2019) utiliza o termo “racismo genderizado”. Segundo a autora, “o impacto simultâneo da opressão ‘racial’ e de gênero leva a formas de racismo únicas que constituem a experiência de mulheres negras e outras mulheres racializadas” (KILOMBA, 2019, p. 99). Assim, o racismo genderizado nomeia o tipo de opressão racial moldada por percepções racistas de papéis de gênero, cujos alvos são as mulheres negras (KILOMBA, 2019).

A visão proposta por Grada Kilomba (2019) é imprescindível para compreensão da realidade das mulheres negras, visualizando os efeitos da intersecção entre raça e gênero, sem menosprezar a relevância de cada uma dessas categorias nas nossas experiências. Nesse sentido, Grada Kilomba (2019, p. 94) ressalta:

Raça não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo. [...] Analiticamente, é difícil determinar em detalhes o impacto específico tanto da “raça” quanto do gênero, porque ambos estão sempre entrelaçados.

Além disso, adotar a lente do racismo genderizado para compreensão das experiências das mulheres negras, significa evitar o apagamento ou a diluição das nossas vivências no debate de raça, cujo foco são homens negros cis-heterossexuais, e no debate de gênero, baseado nas mulheres brancas cis-heterossexuais.

Assim, Grada Kilomba (2019) possui um olhar interseccional sobre as experiências de mulheres negras, afirmando que as opressões não podem ser consideradas cumulativas, mas interseccionais. A interação entre as formas de opressão não é uma mera sobreposição de camadas, é um entrecruzamento. As formas de opressão não atuam separadamente em singularidade, elas se entrecruzam e geram efeitos específicos, que reverberam, inclusive, nas violências que vitimizam as mulheres negras.

No caso em estudo, o agressor ofende a vítima com os termos “nega”, “vagabunda” e “prostituta”, expressões que decorrem de estereótipos sexistas moldados pelo racismo, oriundos do processo de hiper-sexualização de mulheres negras (SIQUEIRA, 2022).

A escravização legou às mulheres negras o estereótipo de disponibilidade e sexualidade anormal. Neste período tenebroso, elas eram tratadas como objetos pertencentes aos senhores brancos, assim como os homens negros, mas os castigos aplicados a elas diferiam, com requintes sexuais, pois, além do açoitamento, eram estupradas (DAVIS, 2016). Mais que o estupro como forma de punição, bell hooks (2019) relata que as mulheres negras também eram obrigadas pelos senhores brancos a se prostituírem.

Dessa maneira, a exploração sexual moldou o *status* social das mulheres negras, mesmo após a abolição da escravização. De acordo com Sueli Carneiro (2003), a violência sexual colonial pavimentou a construção das sociedades latino-americanas, sobretudo a brasileira, estando presente, portanto, na origem da formação da identidade nacional e na estruturação do mito da democracia racial, além de moldar todas as hierarquias de raça e gênero presentes na sociedade. Assim, no imaginário social das sociedades americanas de origem escravista, paira a imagem das mulheres negras como prostitutas e disponíveis, permissivas a violações sexuais (HOOKS, 2019).

Em perspectiva ideológica, os estereótipos mobilizados servem para justificar as opressões de raça, gênero e classe, além de negar a humanidade e exercer a manutenção do processo de desumanização perpetrado contra as pessoas negras, principalmente as mulheres (COLLINS, 2019).

Ademais, os estereótipos reproduzidos nas ofensas também simbolizam como a sexualidade de mulheres negras foi subvertida. O processo de hiper-sexualização atinge diretamente a imagem construída em torno da sexualidade de mulheres negras, caracterizando-a como desviante, ou seja, uma expressão anormal da heterossexualidade, que não se encaixa ao padrão das expressões sexuais imposto ao gênero feminino (COLLINS, 2019).

Geralmente, as ofensas racistas de cunho sexual tendem a ser direcionadas às mulheres negras, pois, em que pese a comunidade negra seja vítima de um racismo sexualizado — enquanto desvios sexuais são considerados naturais do corpo negro — (COLLINS, 2019), as mulheres negras são as principais vítimas quando se trata desse tipo de ofensas, visto que, quando direcionadas para os homens não alcançam o mesmo grau de ofensividade, além de serem decorrentes do processo de hiper-sexualização (SIQUEIRA, 2022).

Assim, a mobilização das ofensas racistas no caso em tela, demonstram como as mulheres negras podem sofrer outros tipos de violências nos contextos de violência doméstica e familiar. A interação entra a opressão racial e de gênero, além de deixarem as mulheres negras mais suscetíveis às violências, também impactam na forma como a violência de gênero, especialmente reproduzida na violência doméstica contra mulheres, será reproduzida.

A injúria racial na violência doméstica, conforme foi praticada no caso em estudo, simboliza como a violência racial-genderizada atinge as mulheres negras nos mais diversos tipos de situações e demonstra como se deve ter outra visão da violência doméstica praticada contra mulheres negras, conforme discutirei a seguir.

3. A Violência Racial-Genderizada na Violência Doméstica

Para melhor compreensão das violências presentes no caso em estudo, tomo emprestado o termo violência racial-genderizada, proposto por Daniela dos Santos (2020), para nomear a dinâmicas presentes nas situações de violência doméstica e familiar contra mulheres negras.

A priori, a expressão foi cunhada para apontar como a prática do genocídio antinegro, em especial na cidade do Rio de Janeiro, provoca resultados específicos para mulheres negras, desde o luto à esterilização forçada (SANTOS, 2020).

Com base na lente do racismo genderizado, proposta por Grada Kilomba (2019), a autora Daniela dos Santos (2020) apropria-se desta percepção para denunciar como a violência letal infligida contra os homens negros — reforçando a imagem do negro como perigoso e inimigo do Estado — reverbera o desejo de manter as mulheres negras no lugar da empregada doméstica, da mãe-preta e da mulata. Ou seja, o genocídio contra a juventude negra, não somente ceifa a vida dos homens, como encerra sonhos de mulheres, vínculos e provoca compulsoriamente o luto.

Nesse sentido, Daniela dos Santos (2020), a partir da noção de racismo genderizado, enfatiza que raça e gênero são indissociáveis, enquanto o racismo é constitutivo do cis-hétero-patriarcado, descortinando o porquê de os homens negros não estarem no centro de poder do sistema cis-hétero-patriarcal, bem como revelando os desdobramentos da violência estatal letal contra homens negros sobre as mulheres negras, tratando-se de uma violência racial-genderizada: os homens negros morrem e as mulheres negras perdem seus filhos.

Assim, a violência racial-genderizada que atinge as mulheres negras, além de ser moldada por estereótipos racistas de gênero, também é reproduzida por meio do processo histórico de exclusão patrimonial da população negra e pelos assassinatos dos homens negros empreendidos pelo Estado (SANTOS, 2020).

No caso em estudo, a violência racial-genderizada — enquanto aponta para o racismo como constitutivo do cis-hétero-patriarcado (SANTOS, 2020) — está materializada no efeito simultâneo da violência de gênero e da violência racial na violência doméstica, que resultou em agressões físicas e ofensas racistas. Além disso, existe um exercício de poder por parte do agressor, traduzido na violência praticada, que, ao se deparar com uma mulher negra, utiliza de elementos raciais para manter a hierarquia na relação entre os gêneros. Essa realidade é possível por ser fruto de uma sociedade cis-hétero-patriarcal branca, que vulnerabiliza mulheres negras a diversos tipos de violência, mesmo em um contexto doméstico e familiar.

A fim de visibilizar as nuances racistas da violência doméstica e familiar contra as mulheres, Bruna Pereira (2013) investiga alguns casos ocorridos no Distrito Federal. Neles, a autora identificou que o racismo está muito presente, moldando e produzindo hierarquias nas relações. Isto é, o racismo agrava as desigualdades nas relações hierárquicas de gênero, bem como privilegia mulheres brancas em detrimento de mulheres negras.

Assim, no contexto doméstico e familiar, há um processo de naturalização de mulheres negras no lugar de servidão da casa, ainda que haja a presença de outras mulheres, pois, uma vez que estas pertençam ao grupo racial dominante, também serão servidas pelas mulheres negras ou serão poupadas das atividades domésticas, mesmo que ambas sejam parentes. Isso se dá em razão do corpo das mulheres negras reunirem “determinados atributos que remetem às estruturas abstratas de gênero e raça, conjuntamente, que estabelecem a sua posição na rede de relações familiares” (PEREIRA, 2013, p. 74).

Nos relacionamentos amorosos inter-raciais, outra forma de violência é a preocupação relacionada à mulher negra “manchar” a descendência do casal. Isso porque ainda persiste, no imaginário social, a expectativa de branqueamento da população brasileira, gerando a repulsa em ter

descendentes de pele escura. Além disso, pode caracterizar uma ameaça ao *status* social do homem branco (PEREIRA, 2013).

Ao se tratar de um casal negro, Bruna Pereira (2013) mostra uma situação em que a mulher negra foi ameaçada pelo seu companheiro e agressor, de ser trocada por uma mulher branca. Para mais, ele a ofendeu afirmando que negras não são para casar, expressando um traço do desejo em participar da masculinidade branca hegemônica, cujo alcance é visto por meio do envolvimento amoroso com uma mulher pertencente ao grupo racial dominante.

Assim como no caso analisado nesta pesquisa, Bruna Pereira (2013) detectou o aparecimento de ofensas racistas nos casos de violência doméstica investigados. Por fim, a autora também percebeu uma inversão da lógica da feminilidade para as mulheres negras, pois, diversas vezes no contexto doméstico e familiar, são naturalizadas no lugar de provedoras da casa, situação em que o trabalho permanece como categoria central da sua experiência pessoal e social, tal qual no período da escravidão.

Estas dinâmicas apontam para o racismo presente no contexto doméstico e familiar, gerando um processo de vitimização diferente para as mulheres negras. Ressalto que em todas as situações, uma ou mais violências previstas na LMP foram praticadas pelo pai, ou companheiro da vítima. Portanto, as dinâmicas supracitadas revelam o caráter da violência racial-genderizada perpetrada nos âmbitos protegidos pela LMP.

Todavia, a LMP incorre em um erro comum das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres ao adotar uma visão generalista de mulher. Em que pese a Lei preveja a garantia de direitos fundamentais para todas as mulheres, independentemente de classe, raça, etnia, renda, orientação sexual, idade e religião (art. 2º); a proteção de mulheres lésbicas em situação de violência (art. 5º, § único); e a majoração da pena nos casos em que a vítima possui deficiência (art. 44, §11), ainda assim a única categoria que orienta a configuração da violência doméstica é o gênero (SANTOS, 2017).

Nesse sentido, Cecília Santos (2017) aponta que a LMP, baseada na Convenção de Belém do Pará⁷, define violência doméstica somente com base no gênero, visto que pressupõe a desigualdade de poder entre homens e mulheres, ensejando a criação de uma lei específica para proteger as sujeitas vulnerabilizadas. Prova disso é a previsão do *caput*, do art. 5º da LMP, que determina: “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no **gênero**” (grifo meu).

Por conta disso, situações de vitimização envolvendo mulheres diversas acabam por não serem abarcadas pela LMP, tais como: formas de violência homofóbica e transfóbica praticadas em ambiente intra-familiar contra mulheres e meninas trans; discriminação contra mulheres com deficiência; o temor das mulheres que vivem em regiões onde há violência policial, entre outros fatores (SANTOS, 2017).

Nessa perspectiva, Cecília Santos (2017, p. 51) afirma:

A homofobia, a transfobia, o racismo, a discriminação com base na deficiência, a xenofobia, entre outras, são formas de discriminação e de violência que se intersectam com o sexismo e produzem situações diferenciadas de violência

⁷“CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, ‘CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ’”. Disponível em: <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>>. Acesso em: 25 out. 2022.

doméstica, bem como recursos e acessos desiguais ao reconhecimento e ao exercício de direitos.

Diante disso, o reconhecimento do entrecruzamento do gênero com outras categorias sociais, a partir de uma abordagem interseccional, é imprescindível para o reconhecimento e compreensão das diferentes formas de violência doméstica e da conexão desta a outros tipos de violência (SANTOS, 2017), como no caso em estudo.

Portanto, perpetuar a abordagem universalista de gênero nos estudos e nas políticas de enfrentamento à violência doméstica, implica no não reconhecimento da influência das demais categorias nesse contexto, além de invisibilizar a vulnerabilização e vitimização específica de mulheres negras. Logo, violência racial-genderizada que informa a violência doméstica deve ser reconhecida, sob pena de perpetuar a complacência, cumplicidade e minimização das violências que atingem os corpos femininos negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, meu objetivo foi analisar quais as violências presentes no acórdão proferido no processo judicial n.º 0007716-87.2014.8.14.0401, tramitado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Compreendi que se trata de uma situação complexa, com a prática de agressões específicas moldadas pela violência racial e de gênero, ou seja, a reprodução da violência racial-genderizada em âmbito doméstico contra mulheres negras.

De imediato, por se tratar de um processo que tramitou em uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, logicamente, se tratava de uma demanda que envolvia violência de gênero contra mulheres. Em âmbito doméstico e familiar, este tipo de violência ocorre como forma de manutenção da hierarquia construída entre os gêneros.

No caso estudado, há um histórico de agressões contra a vítima por parte do seu ex-companheiro, que culminou na tentativa de forçá-la a se manter no relacionamento por meio de agressões físicas e ameaças. Estas condutas visavam relembrar à vítima de quem estava na posição de dominação no relacionamento.

Desse modo, a prática da violência doméstica e familiar contra as mulheres é uma expressão da dominação masculina, oriunda da organização do gênero nas sociedades patriarcais brancas. Isso significa que as relações são construídas com base no poder dos homens brancos, cuja manutenção perpassa pela prática da violência de gênero contra as mulheres.

Sob outro olhar, além das agressões físicas e ameaças para manter o relacionamento, o agressor também ofendeu a vítima com insultos racistas, tipificados como injúria racial. Assim, com o intuito de reforçar a relação hierárquica, o ofensor tentou humilhá-la, atingindo a sua dignidade por meio do seu pertencimento racial.

A violência perpetrada é fruto do racismo genderizado que assola a vida das mulheres negras. O teor dos insultos demonstra o entrelaçamento entre o racismo e o sexismo, que resultou em ofensas reprodutoras de estereótipos racistas de gênero. No caso analisado, foram insultos frutos do processo de hiper-sexualização de mulheres negras, um legado muito atual da escravidão.

Todas essas violências chamam atenção ao caráter racial-genderizado da violência doméstica praticada contra mulheres negras. O racismo é elemento essencial da sociedade patriarcal branca na

qual as relações de gênero são construídas, portanto, a manutenção das hierarquias de gênero não está isenta de ocorrer por meio da violência racial.

Diante de inúmeras formas que o racismo se manifesta na violência doméstica e familiar contra as mulheres — desde a reprodução de estereótipos veladamente às ofensas explicitamente racistas — é necessário que se reconheça a violência racial como mais uma forma de violência praticada nos âmbitos tutelados pela LMP.

Logo, para pensar a proteção das mulheres negras em âmbito doméstico e familiar, é imprescindível um olhar interseccional para a violência racial-genderizada ocorrida nestes locais. O racismo e o sexismo são constitutivos das nossas experiências, pois ambos são frutos da sociedade branca patriarcal em que vivemos, portanto, a sua interação deve ser considerada ao se pensar a proteção das mulheres, sob pena de recair em políticas generalistas, cujo foco de proteção são as aquelas pertencentes ao grupo racial dominante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BITENCOURT, Cezar. *Tratado de Direito Penal: Parte especial (Arts. 121 a 154-B) crimes contra a pessoa*. 20ª ed. Vol. 2. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, v. 193, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEIX, Virgínia. Das formas de violência contra a mulher – artigo 7º. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 201-213, 2011.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? mulheres negras e o feminismo*. Tradução de Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PEREIRA, Bruna. *Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras*. 131f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Silvia. A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 101-118, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos pagu*, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência contra a mulher e violência doméstica. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*, v. 34, 2002.

SANTOS, Cecília. Para uma abordagem interseccional da Lei Maria da Penha. In: MACHADO, Isadora (org.). *Uma década de lei Maria da Penha: percursos, práticas e desafios*. Curitiba: CRV, p. 39-61, 2017.

SANTOS, Daniela dos. Quantas vidas valem um fuzil? Política de morte e violência racial-genderizada. In: FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula (orgs.). *Rebelião*. Brasília: Brado Negro, Nirema, 2020.

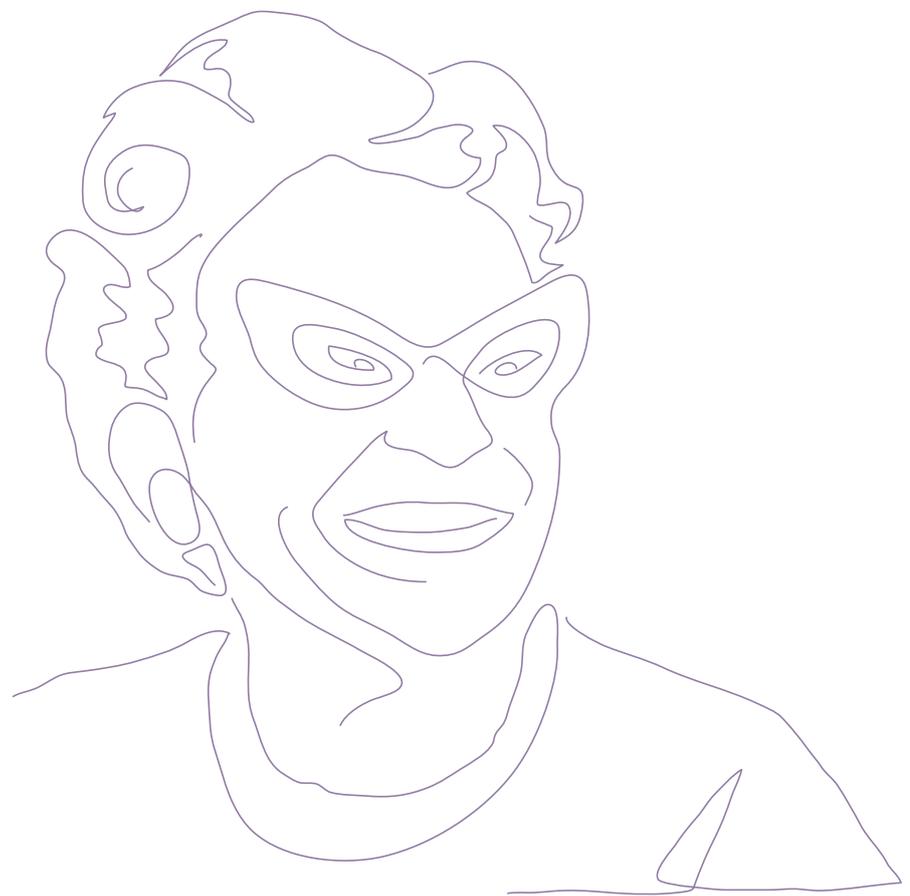
SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *Direitos Humanos e práticas de racismo*. 2ª reimpressão. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

SILVA, Caroline Lyrio; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Teoria crítica da raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil. *Objetivos e metas de desenvolvimento do milênio da ONU: direitos dos conhecimentos*. Florianópolis: Conpedi, 2015.

SIMIONI, Fabiane; CRUZ, Rúbia. Da violência doméstica e familiar – artigo 5º. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 185-193, 2011.

SIQUEIRA, Samara. *Mulheres negras no palco do debate sobre crimes raciais: uma análise das ofensas racistas no Tribunal de Justiça do Pará*. 108f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Pará. Belém, 2022.

TOMAZ, Luanna. Nas tramas de um conceito: a evolução legal da violência doméstica e familiar. In: FABENI, Lorena (org.). *Direitos Humanos da Mulher e Justiça Restaurativa*. Marabá: UNIFESSPA, 2017.



Mulheres Interrompidas pelo Poder do Patriarcado - a loucura¹*Mujeres Interrumpidas por el Poder del Patriarcado - la locura**Women Interrupted by the Power of Patriarchy - the madness***Silvana Maria Palheta Pires Coelho**

Resumo: Este artigo planeja demonstrar como um conjunto de ideias, normas, cultura, regras sociais e de moral definem “o feminino” e como desencadearam fortes ações de coerção, resultando em violentas interações no Manicômio Juliano Moreira em Belém do Pará, na década de 50. Justifico a escolha deste período em função de um caso pessoal na família que sempre quis entender melhor e que por muito tempo estava escondido. O objetivo foi pesquisar sobre como e quais as razões diagnósticas, mulheres eram internadas no manicômio. Nossa hipótese é de que muitas mulheres foram isoladas, com suas vidas interrompidas apenas por serem mulheres que fugiam aos padrões da época, que não se calavam frente às injustiças cometidas contra elas. A metodologia usada foi a pesquisa dos prontuários de pacientes internadas, história e sintomatologia descrita. A pesquisa tem enfoque em 6 casos de mulheres internadas como forma de correção de uma postura diante da vida não condizente com os parâmetros da sociedade vigente; as loucas trazem consigo a violação das liberdades, interrupção de uma vida social e da juventude de mulheres consideradas inadequadas para sociedade, permitindo assim uma discussão sobre Loucura com base nos escritos de Foucault, patriarcado e a apropriação dos corpos, mentes e vida das mulheres.

Palavras Chave: Loucura. Violência. Mulher. Manicômio. Patriarcado.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo demostrar cómo un conjunto de ideas, normas, cultura, reglas sociales y morales definen "lo femenino", desencadenando fuertes acciones coercitivas que resultaron en hospitalizaciones violentas en el Asilo Juliano Moreira de Belém do Pará, en la década de 50, justificó la elección de este período debido a un caso personal en la familia que siempre quise entender mejor. El objetivo fue investigar cómo y cuáles fueron las razones de diagnóstico, las mujeres fueron admitidas en el asilo. Nuestra hipótesis es que muchas mujeres quedaron aisladas, con sus vidas interrumpidas por el solo hecho de ser mujeres que se desviaron de los estándares de la época, que no se quedaron calladas ante las injusticias cometidas en su contra. La metodología utilizada fue la pesquisa de prontuarios, antecedentes y sintomatología descrita de los pacientes hospitalizados. La investigación se centra en 6 casos de mujeres hospitalizadas como forma de corregir una actitud ante la vida que no se ajusta a los parámetros de la sociedad actual; Las locas traen consigo la violación de las libertades, la interrupción de la vida social y la juventud de las mujeres consideradas no aptas para la sociedad, permitiendo así una discusión sobre la Locura a partir de los escritos de Foucault, el patriarcado y la apropiación del cuerpo, la mente y la vida de las mujeres.

Palabras Claves: Locura. Violencia. Mujer. Asilo. Patriarcado.

Abstract: This article aims to demonstrate how a set of ideas, norms, culture, social and moral rules define "the feminine", triggering strong coercive actions resulting in violent hospitalizations in the Juliano Moreira Asylum in Belém do Pará, in the 50's, I justify the choice of this period due to a personal case in the family that I always wanted to understand better. The objective was to research how and what were the diagnostic reasons women were admitted to the asylum. Our hypothesis is that many women were isolated, with their lives interrupted just because they were women who deviated from the standards of the time, who did not remain silent in the face of the injustices committed against them. The methodology used was the research of hospitalized patients' records, history and described symptomatology. The research focuses on 6 cases of women hospitalized as a way of correcting an attitude towards life that is not consistent with the parameters of the current society; Mad women bring with them the violation of freedoms, interruption of a social life and the youth of women considered unsuitable for society, thus allowing a discussion about Madness based on Foucault's writings, patriarchy and the appropriation of women's bodies, minds and lives.

Keywords: Madness. Violence. Woman. Asylum. Patriarchy.

¹ Este trabalho foi realizado como requisito final para a obtenção de título de Especialista ao Curso de Especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEN/UFPA, orientado pela professora doutora Edna Maria Ramos de Castro. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Silvana Maria Palheta Pires Coelho – Graduada em Fisioterapia pela Universidade do Estado do Pará (1989). Coordenadora Técnica da Fundação Pestalozzi do Pará; Professora Colaboradora 40 hs da UEPA - 1993/2003, Professora de Estágio Supervisionado nas disfunções da terceira idade; professora de estágio supervisionado em Neuropediatria, professora de Estágio Supervisionado em saúde coletiva (Materno- infantil). E-mail: silvanamariapalhetapirescoelho@gmail.com

INTRODUÇÃO

Que um homem não te define Sua casa não te define Sua carne não te define Você é seu próprio lar (Francisco, El Hombre – Triste, Louca ou Má).

Este artigo conta a história particular de algumas mulheres internadas de forma involuntária Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira no século XX, mais precisamente na década de 50 em Belém do Pará. As histórias dessas mulheres, que foram interrompidas pelo poder do patriarcado, foi uma tentativa de mudança, rebeldia, ao modelo vigente que categoriza a mulher e a moldura como um ser inferior cuja necessidade de ser tutelada era evidente por sua natureza feminina.

O presente artigo tem a pretensão de invadir o espaço e história de mulheres, olhando diretamente na vida dessas mulheres, por meio de prontuários do acervo do Hospital No Arquivo Público do Estado do Pará. São apenas fragmentos de uma vida, fragmentos estes que não deixam de dimensionar uma realidade por vezes maior.

Apesar de percebermos a prática da psiquiatria na época como instrumento de poder, ela não é em si o único instrumento, por fazer parte de um amplo tecido social de poder sobre os corpos femininos. Visualiza-se perfeitamente o papel das famílias na internação das mulheres descritas neste artigo, na afirmação de Cunha (1989):

Daí a verdadeira ferocidade com que as “boas famílias” tratavam suas mulheres desviantes, e a facilidade com que estas eram enviadas ao hospício, frequentemente como uma forma disfarçada de puni-las ou de escondê-las dos olhos curiosos da vizinhança: elas representavam uma espécie de fracasso do modelo idealizado de família, nódoas que perigosamente atentam contra a pureza da saúde moralizada. (CUNHA,1989,p. 133)

Pretende-se através da análise dos prontuários se aproximar deste universo feminino do momento em questão e perceber que ainda estamos muito próximas em costumes e pensamentos ultraconservadores que permeiam o nosso hoje em que pese terem se passado tantas décadas.

A pesquisa se concentrou na leitura de arquivos e prontuários do Hospital Juliano Moreira, acervo do Arquivo Público do Estado do Pará, o qual é um órgão público centenário atrelado à Diretoria do Patrimônio da Secretaria de Estado de Cultura.

Caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, tendo como fonte prontuários de seis pacientes internadas no Hospital Juliano Moreira na década de 50, essa década foi escolhida em função do anseio pessoal de conhecer mais sobre a história de Veneranda Melo Matos, minha bisavó, que foi encarcerada por anos no referido manicômio.

1. Um olhar sobre a Loucura e as Relações Humanas

Ao longo do tempo, o pensamento, as informações sobre a loucura vêm mudando, a forma de como lidar com ela muda a partir de conhecimentos teóricos e práticos. Na Grécia antiga associava-se a loucura, deficiências físicas, como sendo possessão ou castigo dos deuses; por esse motivo eram tratadas violentamente e a morte era a melhor solução.

O marco de surgimento na história de estudos sobre a loucura enquanto doença datam de 1745–1827 na França pelo médico francês Philippe Pinel nos hospitais de Bicêtre e Salpêtrière, culminando com a publicação dos seus livros *Nosografia Filosófica* (1798) e *Tratado Médico-Filosófico sobre a Alienação Mental, ou a Mania* (1801). É necessário ressaltar que o termo usado por Pinel para caracterizar os pacientes em questão, era o alienado. (TEIXEIRA, 2019).

Em *A História da Loucura* (2012), Michael Foucault sistematiza o pensamento através da história, faz uma narrativa sobre os considerados Loucos, desde a Idade Média até o século XIX e narra acerca do pensamento vigente na era medieval de que os loucos eram aqueles seres animais cuja causa nada mais era que uma possessão diabólica; esta ideia começa a mudar com as teorias do pensamento cartesiano que pensava os loucos como desprovidos de razão, mas tanto na Idade Média quanto após Descartes, estes seres humanos eram considerados execráveis.

Foucault, em *Os anormais* (FOUCAULT, 2001), discute sobre os modelos da lepra, o qual é um modelo de exclusão no sentido de purificação da sociedade, que era uma prática social que comportava uma divisão rigorosa, regra de não contato entre indivíduos. Afastavam-se os leprosos, os loucos, os lazarentos, numa prática de exclusão, marginalização e desqualificação política e jurídica do excluído. Esse era o modelo da Idade Média. Na idade clássica o modelo da lepra tende a fenecer como ação prática.

Com o crescimento populacional e a crise socioeconômica, a expansão das cidades, esse local de exclusão tende a desaparecer. As cidades se enchiam de doentes, mendigos, crianças, miseráveis e camponeses desempregados com a crise do feudalismo. Surge então o modelo da peste como grande instrumento de controle social, “a inclusão do pestífero”, a quarentena, a observação, e controle dos ditos anormais.

Eu diria em linhas gerais o seguinte. Que, no fundo, a substituição do modelo da lepra pelo modelo da peste corresponde a um processo histórico importantíssimo que chamarei, numa palavra, de invenção das tecnologias positivas de poder. A reação à lepra é uma reação negativa; é uma reação de rejeição, de exclusão, etc. A reação à peste é uma reação positiva; é uma reação de inclusão, de observação, de formação de saber, de multiplicação dos efeitos de poder a partir do acúmulo da observação e do saber. Passou-se de uma tecnologia do poder que expulsa, que exclui, que bane, que marginaliza, que reprime, a um poder que é enfim um poder positivo, um poder que fabrica, um poder que observa, um poder que sabe e um poder que se multiplica a partir de seus próprios efeitos. (FOUCAULT, 2001, p. 59/60).

Para explicar o modelo da peste, é preciso entender a Europa atingida pela peste bubônica ou peste-negra (deixava como um dos sintomas, fortes marcas da cor preta sobre a pele), então se instituíam quarentenas em uma cidade, território, subúrbio e este território era constituído como território fechado. É importante perceber, este não era um território de exclusão como se dava ao exílio do leproso, mas era um território de policiamento, observação, objeto de uma análise detalhada, havia uma série de regulamentos a serem cumpridos e controlados por inspetores e outros. Criava-se então neste modelo organizado e analisado, um poder contínuo que vigiava, registrava e controlava os doentes e não doentes. Percebe-se que não havia a exclusão como no modelo da lepra, mas uma quarentena, um cuidado para preservar a saúde e a vida. A peste

substituiu o modelo da lepra como controle político e esse modelo se tornou, de acordo com Foucault, uma das grandes invenções do século XVIII ou, em todo caso, da idade clássica e da monarquia administrativa (invenção das tecnologias positivas de poder) (FOUCAULT, 2001).

É interessante observar que Foucault faz uma comparação entre os modelos da lepra que exclui e o da peste que observa, estuda, sem deixar de o mesmo olho que observa, deter poder sobre o observado. Vale ressaltar que esse poder ocorre por processo extremamente degradante de domesticação do observado: “Alguns carcereiros tinham grande reputação pela habilidade com que faziam os loucos executarem passos de danças e acrobacias, ao preço de algumas chicotadas” (FOUCAULT, 2012, p.147). Segundo o estudo de Foucault, alguns loucos furiosos eram exibidos onde se pagavam grandes somas para vê-los.

O modelo de internação estava então determinado, os loucos, os doentes, deficientes físicos e mentais, os pobres, os mendigos, os que possuíam doenças venéreas, as prostitutas e órfãos eram levados para o Hospital Geral na França, nas celas e “casa de força”. Eram os meados do século XVII, e o poder absoluto fazia por meio de cartas régias e prisões arbitrárias as tais internações (FOUCAULT, 2012)

Vi-os nus, cobertos de trapos, tendo apenas um pouco de palha para abrigarem-se da fria umidade do chão sobre o qual se estendiam. Vi-os mal alimentados, sem ar para respirar, sem água para matar a sede e sem as coisas mais necessárias à vida. Vi-os entregues a verdadeiros carcereiros, abandonados à sua brutal vigilância. Vi-os em locais estreitos, sujos, infectos, sem ar, sem luz, fechados em antros onde se hesitaria em fechar os animais ferozes, e que o luxo dos governos mantém com grandes despesas nas capitais. (ESQUIROL, 1838 *apud* FOUCAULT, 2012, p 56)

O Hospital Geral era um hospital de Caridade, que usava métodos coercitivos terríveis. Com o passar do tempo, o número de internações explodiu e o fator de exclusão era dos mais variados; trata-se da experiência que Foucault (2012) chamou de “A grande internação”. Faz-se necessário contextualizar a história da criação dos manicômios, das terminologias, dos vocábulos e diagnósticos de lazarentos, loucos a alienados.

Eram chamados Alienistas os que tratavam e pensavam a loucura. Esse termo foi dado por Philippe Pinel, que pensava a alienação e sua causa como sendo as paixões a sua principal causa moral. Desta forma, o alienismo pineliano assumiu um caráter educativo, com objetivo de corrigir os desvios passionais, segundo o qual são responsáveis pela alienação e corrigidos com medidas de cunho moralizante (TEIXEIRA, 2019).

2. Breve história dos Manicômios no Brasil

Em 1830, uma Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo como relator, Dr. Jobim, reclamou urgentes modificações de como eram tratados os insanos nas masmorras da Santa Casa de Misericórdia, no modo de distribuí-los (mulheres, homens e crianças no mesmo espaço), no asseio e nos maus tratos que lhes afligiam (MOREIRA, 2011).

Em 1841, três dias após a ordenação de D Pedro II, por decreto de n.º 82, cria um estabelecimento público para tratar os alienados e envia para o provedor da Santa Casa de Misericórdia, ordem e proventos para a construção do mesmo.

O Hospício D. Pedro II foi inaugurado em 1852, foi o primeiro do Brasil e de toda América Latina, exclusivo para tratar Alienados Mentais, mas para entender o contexto dessa história se faz necessário conhecer um pouco do Rio de Janeiro com a chegada da corte portuguesa no Brasil em 1808.

Toda atividade portuária se intensificou de tal monta que a cidade inchou com a população que se instalava e aqueles que transitavam no exercício de uma função, indivíduos de várias procedências, de diversas culturas e línguas, portugueses, americanos, africanos escravizados. (Revista Brasileira de História da Ciência, 2013).

Nesse contexto a população clamava pela construção de um hospício, pois os alienados perambulavam pelas ruas da cidade e representavam perigo para a sociedade da época. Vale ressaltar que não se fazia diferença entre os doentes físicos e mentais, mendigos e pobres que esmolavam pelas ruas, órfãos, prostitutas, pedintes e bêbados incorrigíveis.

Em meio a essa conjuntura o Hospício D. Pedro II foi inaugurado recebendo 140 alienados e o espaço foi pensado para 150, entre homens e mulheres, que ao final da década de 1870 com ampliação do espaço estaria apto para receber até 240, e nesta data já contava com 390 alienados.

O hospício D. Pedro II era administrado por três irmãos da Santa Casa de Misericórdia e irmãs de caridade e quanto a admissão dos alienados, os mesmos eram divididos entre os indigentes (em maior número), pensionistas de primeira classe (pois se os indigentes perambulavam pelas ruas, os ricos escondiam cuidadosamente os seus); segunda e terceiras classes que teriam suas contas pagas com baixo valor. Esta forma de admissão e administração seguiu para todos os outros hospícios abertos por todo o Brasil.

É importante perceber que os Hospícios eventualmente poderiam até ter um apoio médico, mas na maioria das vezes se propunham a dar abrigo, alimento e cuidados religiosos. Somente no século XX, tais instituições passam para o controle de médicos, retirando a administração e cuidados das mãos das instituições religiosas (ODA; GALDINI; DALGALARRONDO, 2005).

3. Outros Espaços no Brasil Exclusivo para os Alienados

Seguindo a ideia do Hospício D. Pedro II foram criados outros nas províncias do Brasil, em São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará e Ceará.

4. Hospício Provisório de Alienados em Belém do Pará

Em artigo escrito por Juliano Moreira, onde este relata notícias sobre a assistência aos alienados no Brasil, este discorre sobre o Pará que desde 1834 começou-se a isolar os alienados, a princípio nos porões da Santa Casa de Misericórdia, cujo provedor era o Cônego Batista Campos, logo depois estes, foram sendo levados para a Olaria dos Mercenários (em Tucunduba) onde eram colocados os leprosos da época.

Segundo Moreira (1905), o espaço seguia as mesmas condições de todos os asilos, depósitos sem nenhuma higiene, sem médicos, sem alimento, sem qualquer atenção que pelo menos pudéssemos chamar de sofrível.

Após a Proclamação da República, o governo autorizado pelas leis n.º 1289, de 13 de dezembro de 1886 e n. 1214 de 1º de dezembro de 1889, resolve então construir um Asilo exclusivo

para os Alienados, escolhido então, o Marco da Légua como ambiente favorável, sendo o projeto elaborado pelo engenheiro Nina Ribeiro e este inaugurado em 18 de julho de 1892 e a administração entregue para a Santa Casa de Misericórdia.

A disputa pelo poder e controle dos hospitais psiquiátricos por religiosos e laicos se consolidou a partir da ampliação do conhecimento da psiquiatria positivista, no final do século XIX, que passa a reivindicar a cura a partir da medicalização efetivada pelo uso das drogas psicótropas (PEDROSO, 2008, p. 99).

Com a evolução do tratamento dos alienados procedida no governo de Rodrigues Alves pelos professores Juliano Moreira e Afrânio Peixoto, e no Pará o governo de Augusto Montenegro, por volta de 1905, a gerência do Asilo dos Alienados sai da administração da Santa Casa de Misericórdia, sendo nomeado pelo governador para dirigi-lo, o médico sanitarista Izidoro Azevedo Ribeiro, enviado para Europa para fazer estágios nos mais afamados hospícios de Paris. Foi o primeiro psiquiatra com formação especializada no Pará. Este aboliu os troncos, as camisas de forças e outros maus tratos, humanizando o tratamento dos enfermos. Além disso, reformou todo o prédio, dotou-o de sala de hidroterapia e eletroterapia, com maquinaria vinda da Europa.

Em 1930, o interventor Magalhães Barata demite o então diretor do Hospital dos Alienados, o Dr. Azevedo Ribeiro e o substitui por Antônio Porto de Oliveira, que administrou por quarenta anos essa instituição, dando início às terapêuticas biológicas, tais como malarioterapia, cardiazol endovenoso, além da eletroconvulsoterapia (História, loucura e memória).

Em 1937 o Asilo dos Alienados muda de nome para Hospital Juliano Moreira em homenagem ao médico, mestre, cientista com uma vasta produção teórica, a quem se deve a primeira legislação de assistência aos alienados, elaboração da primeira classificação das doenças mentais e a fundação da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal.

Vale ressaltar que a mudança de nome de Asilo dos Alienados para Hospital Juliano Moreira tem uma grande significação que se refere ao conceito de assistência e tratamento das doenças mentais no estado do Pará. O termo asilo tem caráter alienante, pejorativo e discriminatório, enquanto hospital tem a particularidade de assistência médica e terapêutica. Era o único hospital psiquiátrico no norte do país e recebia pacientes de todos os estados desta região.

Somente a partir dos anos 70 que se surge então um embrião no seio da sociedade paraense, de contestação dos métodos excludentes das instituições totalizantes, levando ao fechamento do Hospital Juliano Moreira (1984) e às mudanças nas práticas terapêuticas dispensadas aos portadores de transtornos mentais (PEDROSO, 2008, p. 23).

No começo dos anos 80 iniciou-se um lento processo de desospitalização do Juliano Moreira. O fogo dantesco consumiu parte da estrutura do prédio e mostrava o processo agonizante pelo qual passava o hospital e todas as histórias ali impregnadas nas paredes, todo sentimento de dor, física e mental que clamavam o término daquele espaço de injustiças. Alguns pacientes foram enviados para o CIASPA (Centro Integrado de Assistência Psiquiátrica do Pará), em Ananindeua, outros para o Asilo D. Macedo Costa.

5. Das Motivações e Objetivos da Pesquisa

Sempre houve na autora um sentimento de injustiça, de repulsa e raiva, quando desde menina, sua mãe contava a respeito de sua avó, Veneranda, que fora encarcerada e abandonada por

seus três irmãos por 7 longos anos no Hospital Juliano Moreira. Só sendo trazida ao convívio de sua família após o casamento de sua única filha, sendo este o presente de casamento que pediu a seu marido. É importante então contar os detalhes dessa história que por fim acabou bem.

Veneranda Cleofas de Melo, nascida no Estado do Ceará, (de origem judaica portuguesa), conheceu seu marido Euclides Augusto de Mattos, português chegado no Brasil que adquiriu terras e tiveram uma única filha, Antônia Augusta de Mattos. Mudaram-se para o atual Estado do Amapá para comprar outras terras.

Em uma de suas viagens de barco, Euclides, voltando para o Ceará, sofreu um acidente e morreu, deixando sua esposa e filha. Veneranda vivia uma vida muito tranquila, sem preocupações financeiras, tinha empregados e tudo o que precisava. Sua vida começa a mudar com a morte do marido e seus três irmãos passam a tomar conta dela, da filha e de todos os seus bens. Os irmãos vendem toda a sua herança e dividem os lucros entre si e se tornam grandes comerciantes no Pará.

Antônia, contava com 3 anos quando da morte de seu pai e passou a morar com um dos tios e contam para Veneranda que ela não tem mais nada de seus bens. Veneranda se revolta, passa por momentos de muita tristeza, preocupada com seu futuro e com o futuro de sua única filha. Eles tomaram tudo o que ela tinha e no momento só tinha Antônia. Com o passar do tempo, seus irmãos enriquecendo, gastam muito, compram títulos de nobreza, baronato, casas e Veneranda via tudo não sem explodir de raiva. Entre choros e gritos, não podia fazer nada de concreto e por fim, ameaçavam tirar-lhe a filha. Neste contexto, como forma de castigo, a internaram como louca.

Antônia cresce e aos 16 anos conheceu Tertuliano José Palheta, carpinteiro e músico, mestre da Banda 31 de Agosto do Município de Vigia (data da adesão da Vigia à independência do Brasil). Namoravam na janela, ela em casa e ele na calçada; resolveram casar, contra a opinião dos tios. Uma condição para aceitar o pedido de casamento de “Terto”, era de que ele viesse com ela buscar a mãe no Juliano Moreira e que Veneranda passasse a morar com eles. Pedido aceito, o casamento aconteceria. Após o casamento, três dias depois, vieram ambos a Belém buscar Veneranda Cleofas de Melo. Imagino a decepção de Antônia ao vê-la. Apesar de ter recursos, estava como indigente, suja, apenas com um trapo sobre o corpo, arrancava os cabelos de um lado da cabeça e fazia nós do outro lado, estava sem cabelos de um lado da cabeça, seus pés eram inchados, inflamados por infestação de pulgas que lhe penetravam a pele dos pés. Veneranda não reconheceu de pronto a filhinha, como ela a chamou até sua morte e a Terto, chamava de Doutor e quase não falava com ele. Veneranda viu nascer e ajudou a cuidar de 5 das 7 filhas de Antônia, não suportava vê-las chorando, era carinhosa, cuidadosa, adorava cantar para as netas e embalá-las na rede.

Em outro momento da vida, eu, como professora da UEPA, na disciplina de Geriatria, conheci J.F, uma senhora muito faladeira, alegre e bonitinha no então Asilo D. Macedo Costa. Gostava de contar uma história de um certo namorado pelo qual era apaixonada, J.F era egressa do Hospital Juliano Moreira. O prontuário de J.F tinha uma história de “rebeldia” e “comportamentos não condizentes a uma moça de família”: apaixonou-se por um homem negro, o tal namorado de quem ela sempre falava, ela de uma família rica de comerciantes em Belém, branca e de olhos extremamente azuis que a idade não reduziu a cor. Fugiu com esse homem, mas a família foi atrás, trouxe-a de volta e a encarcerou. Só saiu do Juliano após o incêndio que destruiu

o Hospital, uma vida perdida, uma história interrompida. Veremos mais adiante neste artigo que comportamento diferente do ditado ao decorrer da história para feminino fazem com que mulheres sejam taxadas de loucas.

6. As Relações de Poder, Normas Morais e o Monopólio sobre os Corpos Femininos

Para Simone de Beauvoir (1980. V. 1.), a mulher sempre foi tratada como “o outro”, um corpo à parte, “o segundo sexo” e essa diferença traz consigo uma alta carga social e cultural. Ao pensarmos as diferenças entre o masculino e o feminino e as relações de poder que permeiam essas diferenças, percebemos que a história feminina é caracterizada pela invisibilidade e silêncio: invisibilidade porque seu espaço é privado a casa, o lar; e o espaço masculino é público e poucas mulheres se aventuram nele e, ao mesmo tempo em que são descritas, imaginadas, representadas, são também silenciadas, pois o discurso de imaginação e representação ainda é ditado por homens; silenciadas por haver ainda falta de relatos autênticos sobre suas vidas cotidianas, vidas reais e sobre a assimetrias sexuais, escritos para mulheres e por mulheres (PERROT, 2007).

É importante ressaltar que o Brasil foi marcado por 354 anos de escravidão, sendo o último país no mundo a aboli-la, esse é um momento terrível da história, mas que não deve ser esquecido, lembrar das dores, torturas e violências sofridas por homens e mulheres escravizados é fazer com que no presente possamos construir políticas públicas de reparação. Para Davis (2016), falar sobre mulheres sem considerar o seu contexto racial e de classe é uma armadilha, e considera que os mitos formadores da feminilidade, tais como, delicadeza, timidez, instinto materno natural, fragilidade, e submissão, são construções sociais e políticas, frutos do capitalismo e de um sistema patriarcal que necessita da produção e reprodução no lar de pessoas para o trabalho, mediante a criação da mulher “do lar”, “dona de casa” e, ao mesmo tempo, dita esse trabalho como não remunerado, não produtivo e invisibilizado.

Davis (2016) também deixa claro que as mulheres negras, enquanto escravizadas e mesmo depois da abolição da escravatura, sempre trabalharam no âmbito privado e também no espaço público, sendo oprimidas e violentadas. Os discursos de feminilidade assumem caracteres específicos quando consideramos as diversidades, tais como, gênero, geração, raça, classe e sexualidade.

O corpo feminino, caracterizado como um lugar de contradições e ambiguidade, durante a história sempre causou temor, constituindo-se em alvo prioritário das intervenções normalizadoras da medicina e da psiquiatria e nos mais variados saberes. Entre os alienados considerados mais rebeldes, a qualquer tratamento, por razões mais morais do que médicas, Pinel incluía as mulheres que se tornavam irre recuperáveis por ‘um exercício não conforme da sexualidade, devassidão, onanismo ou homossexualidade. O temperamento nervoso, predisposto às neuroses, nevralgias, eram considerados comuns entre as mulheres “cujas funções especiais ao sexo, em muito contribuem para o seu desenvolvimento” (ENGEL, 2006, p. 333). Assim eram vistas as mulheres e ainda carregamos esse estigma.

No contexto das doenças mentais também se faz necessário um debate de gênero, classe e raça, que reproduzem um estigma e formas de opressões e violências que mulheres vivenciam ao serem caracterizadas como Loucas.

Engel (2006) diz que a loucura feminina diz respeito a uma alteração da essência feminina e sua sexualidade, enquanto a masculina se refere à capacidade dos homens de não realizar seus

papéis na sociedade. Assim, as mulheres são relativizadas, diminuídas, presas em seus corpos e sexualidade, enquanto os homens são lhes imputada à razão. Desde o início do século XIX as mulheres caem sob o controle psiquiátrico, levando a serem encarceradas em manicômios, e com o passar do tempo o número de mulheres confinadas a este espaço só cresceu, e as doenças mentais relacionadas ao feminino, passou a ser vista como uma característica feminina, levando à ideia de que todas as mulheres, estariam sempre à beira de um ataque de nervos.

A divisão sexual do trabalho era evidente nos manicômios que realizavam práticas laborativas como apoio ao tratamento. Estes eram mais um meio de trabalho não remunerado do que meio de tratamento; normalmente os homens eram levados ao trabalho agrícola, e as mulheres os trabalhos domésticos, como lavar, passar, limpar, cozinhar nos manicômios, reforçando então os estereótipos de gênero, onde o homem trabalha ao ar livre, que favorecia sua cura e as mulheres deveriam estar em espaços reservados, no lar, corroborando com a ideia de que a condição feminina se restringe aos espaços fechados, reforçando também a ideia de submissão feminina por meio da institucionalização, por meio de uma demanda social vigente de controle dos corpos e mentes das mulheres ditas loucas (CUNHA, 1986).

Segundo Caleiro e Machado (2008), a transgressão social e/ou moral transforma-se em doença mental, loucura, por meio daqueles que detêm o poder, seja ele político, econômico, religioso, médico, jurídico e principalmente familiar. Cabe pensar que o senso de moralidade foi sendo construído historicamente com bases burguesas e pela igreja romana, onde principalmente as mulheres são tornadas objeto de opressão, sendo constituído uma questão de gênero o olhar sobre as mulheres e a loucura. O corpo da mulher é visto como mercadoria, lugar de desvalorização, reduzido somente à sua sexualidade, atribuído a qualquer ação ou fala, ou qualquer situação que contrarie argumentos machistas, sexistas, misóginos, a doenças mentais, alienação, histeria.

Ao longo da história mulheres foram encarceradas em manicômios, violadas, mortas, tiveram suas trajetórias de vidas interrompidas por suas atitudes subversivas, contrárias às normas vigentes. Entende-se, portanto, que o poder psiquiátrico se une ao poder patriarcal para silenciar as ditas cujas e preservar o controle social. Assim, o poder patriarcal dita normas de comportamentos, padrões de normalidade adequados a uma mulher, que vê o homem como detentor da sabedoria, razão e sanidade, e a mulher que não se enquadra nas normas estabelecidas e padrões de submissão lhes resta por fim o estigma da loucura.

Em *Ao Sul do Corpo*, Del Priore (1995) relata sobre a condição feminina no Brasil colonial e como aconteceu um processo de domesticação da mulher, a maternidade e os papéis femininos ditados pela igreja romana e pela sociedade colonizadora. “Adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização” (DEL PRIORE, 1995, p. 27). Esse processo de adestramento se utiliza também de um discurso médico sobre o funcionamento do corpo feminino, seu pensar e suas ações; enquanto a medicina cuidava do corpo, a igreja cuidava da alma.

A sacralização do papel social das mães passava, portanto, pela construção do seu avesso: a mulher mundana, lasciva e luxuriosa, para quem a procriação não era dever, mas prazer. As mulheres que viviam em ambiguidade desses dois papéis foram sistematicamente perseguidas, pois o uso autônomo da sexualidade feminina era interpretado como revolucionário e contrariava o desejo da Igreja

e do Estado de colocar o corpo feminino a serviço da sociedade patriarcal e do projeto colonizador. (DEL PRIORE, 1995, p. 83)

Segundo Priore (1995) o processo de adestramento feminino teve como base dois principais instrumentos, um discurso sobre ideais de comportamento exportado da metrópole e disseminado pela igreja católica romana e seus pregadores, confessores em pregações impregnados na mentalidade portuguesa e europeia de um discurso normalizador de condutas, comportamentos e ações. O outro principal instrumento foi o discurso médico, físico que colocava a mulher como sem condições de raciocinar, sua condição natural de procriação e fora essa condição era também a condição natural a melancolia e luxúria, estando condenada à exclusão. Os dois discursos se associaram e após o Concílio de Trento, que reafirmou os dogmas da Igreja católica e instituiu o Tribunal da Santa Inquisição e da Companhia de Jesus, a doutrina do pecado original, a virgindade e pureza de Maria; levando à formulação de ideais de comportamentos femininos.

7. Os Prontuários

Os prontuários pesquisados não estão divididos por gênero ou classe, apenas por décadas, portanto estão em caixas, uma boa parte deles marcados pelo fogo que consumiu o hospital. Cada um apresenta número de identificação; alguns apresentam fotos e outros esta identificação foi perdida. Contém uma breve história sobre as razões da entrada no hospital, não chega a ser uma anamnese como conhecemos hoje, datas, endereços, alguns com atestado médico, o que não era obrigatório, pois bastava a história de como se apresentavam clinicamente contado por quem fosse levar o futuro interno ou interna. Algumas vezes os pacientes eram levados pela autoridade policial, sem sequer a presença de um familiar.

Os prontuários estão todos microfilmados, mas, com a leitora de microfilmes com defeito, então, precisei verificar caixa por caixa, pesquisar cada prontuário e escolher os casos que mais me chamaram atenção dentro da década pretendida.

Os prontuários também continham as medicações, pois os pacientes necessitavam serem contidos, medicados, onde os mesmos apresentavam quadro de reações adversas intensas, tais como sonolência, sialorreia intensa, paralisia motora, todos os sintomas descritos no prontuário. Havia nos registros, inclusive, o número das sessões de eletrochoques.

A avaliação da Paciente

A paciente ao dar entrada no Hospital Juliano Moreira, pelo que se constata, havia uma primeira entrevista, na maioria das vezes a história sendo relatada por uma terceira pessoa e normalmente alguém da família, marido, irmão, autoridade policial e nunca pela própria paciente.

8. Mulheres Interrompidas

8.1. V.L.A³ Número de identificação: 22.144

Paciente internada a primeira vez com 15 anos após tentativa de suicídio coma arma branca (faca de cozinha). Consta que V.L.A, foi criada por sua tia materna e seu marido. Aos 13 engravidou e segundo sua tia e marido, de um namorado desconhecido (eles têm dificuldade de apresentar in-

formações, misturando os fatos e prejudicando a triagem); paciente apresenta leucorreia abundante de odor fétido e de cor esverdeada.

Foi retirada do hospital pela mãe biológica e seu marido e uma semana depois e trouxeram-na de volta três dias depois, pois V.L.A tentou o suicídio novamente (não há relato da forma da tentativa de suicídio).

Paciente não fala, com olhar fixo, foi encaminhada para o interior do hospital.

Tratamento: Banho de assento com permanganato de potássio +10 ss de eletrochoques + uma ampola de neozine 6/6 horas.

Paciente após 30 dias internada veio a falecer. Não há relatos da causa mortis.

8.2. V.F.S nº de identificação: 22/492

Consta no prontuário que V.F.S possui 21 anos, é alfabetizada, faz uso de bebida alcoólica, nunca namorou, gosta de jogar futebol, só anda com homens e gosta de se vestir como os amigos. Chegou de forma involuntária. Desde que deu entrada no hospital chora, não se alimenta e não dorme, encontra-se agitada, em contenção provisória, não foi possível mantê-la no setor de triagem, pois a mesma queria ir embora. Segundo a família (irmãos) foi levada a um macumbeiro que dizia que ela tinha um espírito, tinha relações sexuais com mulheres e a família dizia que a mesma estava enfeitiçada.

Tratamento: Contenção, Benzetacil, dois frascos em cada região glútea, mebendazol, imipramina, Haldol+5ss de eletrochoques.

Paciente após 5 semanas, torna-se mais calma, não chora mais e já sorri. Paciente evadiu-se do hospital, apesar de a família ter sido informada, os mesmos relatam não saberem informações sobre a localização de V.F.S.

8.3. W.R.P N° de identificação 6/714

Paciente com 15 anos, veio com atestado médico que sustentava que apresentava distúrbios psíquicos que justificam a internação. Entrou na sala de triagem falando muito, satisfatória orientação quanto a si e aos seus, trazida pelo pai, excitação verbal, taquipneia, reivindicadora.

Frases ditas por W.R.P: “Quero pensar”; “quero ser enfermeira”; “quero viajar para o Rio de Janeiro”, “Não deixam fazer nada que eu quero”; “todos os dias me enjoam”; “tenho ótima caligrafia, amo escrever”; “Não quero ser entregue para este hospital”; “quero escrever eles não deixam”.

Tratamento: 10 ss de eletrochoque + Neozine (1 ampola de 6/6 horas) + 10 ss de eletrochoques + uma ampola de Neozine +5 ss de eletrochoques.

Após o tratamento, a paciente ficou internada por 3 anos; encontra-se calma, conversa com naturalidade, apresentando informações coerentes, desapareceu todos os sintomas e sua fala observa “a cura”, “Pretendo continuar os estudos e colaborar com os pais para que tudo ocorra bem em casa”, demos alta definitiva.

8.4. V.S.S

Paciente com 16 anos, criada pela avó materna, depois da morte da avó, parentes, tios, primos, vieram morar na casa de V.S.S. A paciente começa a mudar o comportamento, não come mais, não dorme, se torna agressiva, agredindo primos, a tia; passou a sair de casa, ficava muito tempo na rua, chegando ao ponto de passar 3 dias fora de casa sem dizer onde estava, nem com quem

estava. Foi levada ao médico para realizar exame de conjunção carnal e apresenta rompimento de hímen. Por todos esses motivos a família, o tio, a trouxe para o Hospital Juliano Moreira. Não quis responder às perguntas, estava de cabeça baixa encostada na mesa, sonolenta.

Tratamento: Neozine injetável 6 ampolas; fez ao todo 20 eletrochoques.

A paciente alternava dias de silêncio e sonolência em dias que conversava. Em um momento disse que não queria mais ficar ali, pois sabia o que havia acontecido com ela e porque agia com agressividade. Relatou que o marido da prima toda noite ia até sua cama e “mexia” com ela, quando conseguiu, fazia toda noite sem ninguém saber. A paciente saiu de alta dois anos depois, sendo levada pela tia.

9. Análise dos Casos

Os casos citados no presente artigo se referem a histórias de mulheres cujas vidas poderiam ter sido bem diferentes. Os resultados da pesquisa demonstram um caráter e presença de dispositivos de controle da sexualidade e condutas normalizadoras de comportamentos. Percebe a loucura como uma questão social, por apontar para as relações de gênero, culturais e morais, em espaço extremamente misógino, machista, que foi sucintamente, sendo meticulosamente elaborado pelo capital e patriarcado.

Para analisar cada caso foi necessário entender o perfil feminino na década de 50 e identificar os comportamentos desviantes; desta forma os prontuários nos fornecem vestígios e evidências de mulheres que não se enquadraram nos padrões existentes ou que de alguma forma se recusaram a ter seus corpos usados física e emocionalmente.

Veneranda Melo de Matos, no mundo em que viveu, não poderia ser viúva, cuidar de seus bens e criar uma filha sozinha. O seu corpo foi visto e definido como incapaz, criando uma inferioridade inerente e, portanto, precisava de que os irmãos homens, vistos e tidos como capazes a cuidar de seu corpo, de sua filha e de seus bens.

Ao tentar gritar, chorar e por vezes agredir, sendo esta a única forma de tentar ser ouvida, entendida, foi tida como louca e teve boa parte de sua vida interrompida no Hospital Juliano Moreira, sem poder reagir, caso contrário era contida no físico, na mente e na alma.

J.F., seu único pecado foi amar, pois se apaixonou pelo homem errado, negro, segundo o padrão racista. Não aceitou as imposições de seu tempo, fugiu para amar, para viver o que achou melhor e esse ato foi a última escolha de uma vida inteira, teve a vida interrompida, ficando encarcerada até a destruição do único espaço que merecia como castigo ao transgredir a normalidade imposta.

V.L.A., aos quinze anos, com uma história possivelmente de abuso. Na triagem verifica-se em prontuário que os tios contam uma história confusa de gravidez aos treze anos, apresentando como resposta ao abuso de seu corpo, as tentativas de suicídio, e a única forma de contenção a internação, que não impediu sua morte. Pensemos o que se passava em sua cabecinha, sem ser ouvida, pois a normalidade dizia que a mulher precisaria estar calada, e se falasse não acreditariam.

V.F.S., homossexual de acordo como a história clínica contada pelos irmãos, resolveu diferir de tudo o que se pensava para uma mulher: gostava de futebol e se vestia como homem. Chegou ao hospital involuntariamente, entendia o que significava, percebia o que estavam fazendo e porque estavam fazendo; foi extremamente castigada no corpo, nos sentimentos. Quero crer que V.F.S que conseguiu fugir, tenha tido um final feliz; costume imaginá-la sorrindo, se vestindo como gostava

e amando quem ela queria. Para ela viver naquele tempo deve ter sido um martírio, face toda a situação e tortura vivida dentro daquele manicômio, somente por ter tido a ousadia de ser e viver diferente dos padrões.

Lendo o que foi prescrito como tratamento, não consigo entender o uso da Benzetacil, dois frascos em cada lado da região glútea, a não ser pela tortura, a contenção naquela época; amarravam-se braços e pernas ao leito e **V.F.S** passou dias desta forma.

A paciente **W.R.P** foi a que mais me chocou, talvez tenha chocado também a pessoa que fazia a triagem, pois nos casos em que pesquisei foi a primeira vez que alguém relatou as frases ditas pela paciente. Uma menina de 15 anos que estava muito agitada e que sabia onde estava e qual o objetivo do lugar e sabia que não queria estar ali, estava agitada, nervosa e falava muito, fazia acusação aos pais, que não a deixavam escrever quando ela tinha uma boa caligrafia, queria estudar, e viajar. Das pacientes pesquisadas, foi a que mais teve sessões de eletrochoques (25 ao todo), após 3 anos de internação. Saindo então, não antes de expressar que não iria mais entrar em contenda com os pais e faria de tudo para que tudo estivesse bem em casa, então teve alta definitiva. Este caso a paciente deu entrada dia 18/06/60 e alta em 29/08/63. Seu caso foge à regra ditada pela autora sobre fechar pacientes da década de 50, mas por conta dos detalhes do fato, o caso foi descrito aqui.

V.S.S é mais um caso interessante para perceber que o comportamento da mulher ditado e ainda hoje reproduzido é o do silenciamento, o de engolir literalmente o choro; ninguém precisa ou quer ouvi-la; com **V.S.S** foi assim, não importava o que ela estava passando, mas o comportamento desviante é que era importante, motivo de desgraça, vergonha e precisava ser tratado, pois a mulher era sempre culpada, os homens eram seduzidos por seus corpos pecadores e se aos 16 anos perdeu a virgindade foi porque ela quis o fato.

Diversos médicos defendiam a tese de que a normalidade era ausência de desejo, o normal era as mulheres serem como que anestesiadas neste campo, para o exercício da sexualidade e isto era legitimado pelo discurso médico vigente.

É necessário compreender, tendo cautela para não concluir que nem todas as mulheres foram internadas por conta de um processo punitivo, havia, sim, aquelas que de fato passavam por um processo de doença mental e o tratamento na época era de internação e exclusão e necessitavam de intervenção. No entanto, é importante perceber que o corpo feminino era suscetível, por carregar estigmas, ao internato.

O corpo está no centro das relações de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica. Sua aparência, sua beleza, suas formas, seus gestos, sua maneira de andar, de olhar, de falar e de rir (provocante, o riso não cai bem às mulheres, prefere-se que elas fiquem com as lágrimas) são o objeto de uma perpétua suspeita. Suspeita que visa o sexo, vulcão da terra. Enclausurá-las seria a melhor solução: em um espaço fechado e controlado, ou no mínimo sob um véu que mascara sua chama incendiária. Toda mulher em liberdade é um perigo e, ao mesmo tempo, está em perigo, um legitimando o outro. Se algo de mau lhe acontece, ela está apenas recebendo aquilo que merece. (PERROT, 2005, p 447)

Cabe aqui deixar claro que todo o trabalho de catalogação, pesquisa dos documentos, prontuários do acervo do hospital Juliano Moreira foi trabalho ímpar. São 425 caixas que cobrem um

período de 1913 a 1993 que contém laudos, exames e fichas médicas dos pacientes que passaram pelo hospital.

Vale ressaltar que muitos dos documentos estão incompletos, apresentam-se com parte queimada, impedindo uma boa leitura e pesquisa. Visei pesquisar os mais completos. Esses documentos, em si, são papéis, microfilmes, letras e fotos que descrevem vidas de sofrimento de pacientes que, por muito tempo, foram tomados por seres “alienados” e em função disto foram isolados de seus parentes e do convívio social. Hoje o tratamento aos portadores de sofrimento psíquico e de doença mental mudou, avançou, na forma do olhar as doenças mentais, nas medicações usadas, contudo o saber da história é fundamental para o processo contínuo de mudanças nesta área.

10. Uma Luz em Meio às Trevas

Surge então em meio às trevas do desconhecimento um movimento que pensa de forma diferente as doenças mentais e como elas eram vistas e tratadas na Europa e Estados Unidos por volta de 1950. Esse movimento, que se chama “antipsiquiatria”, é cunhado por David Cooper (1989) em seu livro “Psiquiatria e Antipsiquiatria”, de escrito em 1967 e seus conceitos ainda são bem atuais. Cooper propõe uma revisão do conceito de “alienação mental” ditada pela psiquiatria tradicional, questiona os motivos da internação e nos convida a pensar o modo de percebermos o outro, (...) Os homens “bons”, “mentalmente sadios”, que se definem como tais ao definir certos outros de seu meio como “loucos” e “maus”, expulsando-os, a seguir, do grupo, mantêm uma homeostase segura e confortável com esta mentira sobre a mentira. (Fonte: <https://www.ex-isto.com/2021/02/psiquiatria-e-antipsiquiatria-david.html>)

Cito, portanto, outros nomes que levantaram a bandeira que culminou com a luta antimanicomial, tais como Franco Basaglia, cujo trabalho se assemelha muito com as comunidades antipsiquiátricas de Cooper. A psiquiatria italiana, através de Basaglia, defendia a negação dos manicômios, pois os mesmos seriam um meio de manter o paradigma no qual as origens das doenças mentais trazem em sua origem biológica, racista e machista a expressão de uma sociedade dita normal (PÉROLA, 2006).

Basaglia então, critica o modelo psiquiátrico e discute que a loucura é muito complexa para se limitar somente à psiquiatria e sugere um novo modelo interdisciplinar, não tutelar no tratamento das doenças mentais, condenando a condição de excluído e propondo a reinserção do paciente na sociedade.

Todos os conceitos em pauta culminaram com a luta antimanicomial no Brasil, luta esta que não está nem perto de acabar, muito tem se conseguido e muitos retrocessos também, o fato é que por meio de conceitos da antipsiquiatria e depois da luta antimanicomial conseguimos dar ao portador de transtorno mental o direito à cidadania, mas ainda não demos conta do sofrimento em que vivem essas pessoas, no que se refere a ampliar acessos a novos tratamentos farmacológicos e mais ainda interdisciplinar para que se consiga uma estrutura social que permita que o diferente possa habitar por seu direito e por sua condição de ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do discurso sobre o feminino enfatiza o comportamento natural esperado e a incapacidade de superá-lo e a necessidade de controle desses instintos; esta deveria ser tute-



lada, inicialmente, pelo pai, marido e filhos homens e caso ocorresse algum desvio, os médicos poderiam recuperar a normalidade. Nota-se, portanto, o controle da medicina sobre corpos e mentes das mulheres. Outro ponto enfatizado por médicos, se trata da ambivalência atribuída às mulheres, que carregam pensamentos e ações opostas caracterizadas pela natureza feminina “dois polos ambivalentes: um maternal e benéfico, outro mágico, vermelho como o sangue, negro como o diabo, maléfico” (PERROT, 1988, p.27).

Este artigo visou esclarecer as normas de comportamentos na década de 50 e suas origens no capital e patriarcado. O artigo não se preocupou em fazer um recorte de raça e classe em que pese fazer uma referência e necessidade do fato. A pesquisa se deteve na análise de apenas 4 prontuários e duas histórias que fizeram parte da vida da autora, mulheres essas que foram internadas como loucas por fugirem às normas vigentes impostas.

Para compreender todos os atos praticados pela sociedade interrompendo a vida de mulheres pelo simples fato de desejarem mudanças diferentes do padrão da época, foi necessário fazer um estudo sobre a loucura, na visão de Foucault, e na breve história dos manicômios no Brasil e na leitura de Michelle Perrot; analisou-se ainda um pouco da História da Psiquiatria.

Penso que o artigo desejaria ser maior, aprofundar mais no assunto, mas não se furta de ter um bom conteúdo mesmo se atendo a poucos casos.

Analisando a situação das mulheres em questão, permitiu compreender que ser mulher é uma construção que se modifica com o tempo e essas mudanças podem ser benéficas ou não; pois como diz Beauvoir (1980): basta uma crise econômica, política e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados; e que também não existe uma natureza feminina.

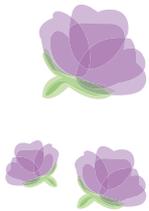
Novas possibilidades de estudos devem surgir de todo acervo do Hospital psiquiátrico Juliano Moreira, abrindo caminho para novas pesquisas, afinal ainda há muito o que se contar a respeito.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980. V. 1.
- CALEIRO, Regina Célia Lima; MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida. Loucura feminina: doença ou transgressão social? *Revista Desenvolvimento Social*. Montes Claros, v. 1, n. 1, p. 1-8, jan./jun. 2008.
- COOPER, David. *Psiquiatria e Antipsiquiatria*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- CUNHA, Maria C. Pereira. Loucura, Gênero Feminino: as mulheres no Juquery na São Paulo, início do séc. XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. Anpuh, v. 9, n. 18, 1989.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL-PRIORE. Mary Del Priore. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colonial*. 2.ed., Rio de Janeiro: J. Olympio, Brasília: UnB, 1995.
- ENGEL, Magali Gouveia. Sexualidades interditas: loucura e gênero masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, Supl., p.173-190, jun. 2008.
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 322-361.
- FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *História da Loucura: na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- MOREIRA, Juliano. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (1905). *Revista latino-americana de psicopatologia fundamental*. v. 14, p. 728-768, 2011.
- MOMBERG, Thaiga Danielle Saldanha. “Entre lírios e delírios”: a (des)institucionalização e as (re)invenções do feminino na saúde mental de Sorocaba / Thaiga Danielle Saldanha Momberg. -- 2018.
- ODA, Ana Maria; GALDINI, Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. v. 12, p. 983-1010, 2005.
- PEDROSO, Janari da Silva. *Loucura e Assistência psiquiátrica no Pará (1833 a 1984)*- Belém: NAEA, 2008.
- PÉROLA, ÍVENA et al. Da antipsiquiatria ao movimento antimanicomial: trajetória histórico-cultural. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, v. 12, n. 2, p. 119-132, 2006.
- PERROT, Michelle. Corpos subjugados. In: PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Jaqueline, KANTORSKI, Luciane Prado, VILLAR, Margarita Antônia. *Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental*.
- TEIXEIRA, M. O. L. Pinel e o nascimento do alienismo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 19, n. 2, 2019, p. 540-560. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 60-77, jan|jun. 2013).



Seção



C



Trabalho feminino, Cuidados e
Direitos



Maternar: instinto materno? Não, trabalho feminino¹*Maternidad: ¿instinto maternal? No, el trabajo de las mujeres**Mothering: maternal instinct? No, women's work***Alice do Socorro Louzada Moraes**

Resumo: A pesquisa tratou sobre o maternar como trabalho. Partindo deste pensamento, levantamos duas hipóteses para pensar esta reflexão, a saber: a) o maternar por ser atividade biológica exclusiva feminina é considerado instinto, e não, trabalho e, portanto, torna-se “natural” a iniquidade de gênero perpetuada historicamente na sociedade; b) a não legitimação do maternar como atividade laboral na divisão sexual do trabalho dificulta o acesso e permanência de mulheres nas diferentes esferas sociais. A partir destas duas hipóteses formulamos o objetivo deste artigo que consiste em analisar o maternar sob a perspectiva das regras patriarcais indo contra a lógica do instinto. Sob a ótica da metodologia feminista, trata-se de uma pesquisa qualitativa, partindo de um estudo de caso que analisou o modelo tradicional que mulheres têm do sentido de maternar. Para o levantamento de dados, entrevistamos dez mulheres, sendo cinco mães e cinco não mães, todas pertencentes à classe trabalhadora. Teoricamente, para levantar o debate de gênero utilizo a crítica feminista, por meio de autoras como Badinter (1985), Bruschini (2006), Piscitelli (2001), Davis (2016), Biroli (2016, 2018), Graf (2012) entre outras pesquisadoras feministas que se relacionam com a temática deste estudo. Concluiu-se que o maternar enquanto trabalho não é reconhecido pelas regras patriarcais, mas enraizado como instinto natural, visto que são as mães quem parem os bebês, isentando socialmente os pais da função do cuidado no maternar.

Palavras Chave: Maternar. Instinto. Trabalho.

Resumen: La investigación abordó la maternidad como trabajo. A partir de este pensamiento, planteamos dos hipótesis para pensar esta reflexión, a saber: a) la maternidad, como actividad biológica exclusiva femenina, es considerada instinto y no trabajo y, por lo tanto, se vuelve "natural" a la desigualdad de género perpetuada históricamente en la sociedad; b) la no legitimación de la maternidad como actividad laboral en la división sexual del trabajo dificulta el acceso y la permanencia de las mujeres en las diferentes esferas sociales. A partir de estas dos hipótesis formulamos el objetivo de este artículo, que consiste en analizar la maternidad desde la perspectiva de las reglas patriarcales que van en contra de la lógica del instinto. Desde el punto de vista de la metodología feminista, se trata de una investigación cualitativa, basada en un estudio de caso que analizó el modelo tradicional que las mujeres tienen del significado de la maternidad. Para el estudio de los datos, entrevistamos a diez mujeres, cinco madres y cinco no madres, todas pertenecientes a la clase trabajadora. Teóricamente, para plantear el debate de género recurro a la crítica feminista, a través de autoras como Badinter (1985), Bruschini (2006), Piscitelli (2001), Davis (2016), Biroli (2016, 2018), Graf (2012) entre otras investigadoras feministas que se relacionan con la temática de este estudio. Se llegó a la conclusión de que la maternidad como trabajo no está reconocida por las normas patriarcales, sino que está arraigada como un instinto natural, ya que son las madres las que traen al mundo a los bebés, lo que exime socialmente a los padres de la función de cuidado en la maternidad.

Palabras Claves: Maternidad. Instinto. Trabajo.

Abstract: The research dealt with mothering as work. Based on this thought, we raise two hypotheses to think about this reflection, namely: a) mothering, as an exclusive female biological activity, is considered instinct and not work and, therefore, it becomes "natural" to the gender inequality perpetuated historically in society; b) the non-legitimatization of mothering as a work activity in the sexual division of labor hinders the access and permanence of women in the different social spheres. From these two hypotheses we formulated the objective of this article, which consists in analyzing maternity from the perspective of patriarchal rules, going against the logic of instinct. From the point of view of feminist methodology, this is a qualitative research, based on a case study that analyzed the traditional model that women have of the meaning of maternity. For the data survey, we interviewed ten women, five mothers and five non-mothers, all belonging to the working class. Theoretically, to raise the gender debate I use feminist critique, through authors such as Badinter (1985), Bruschini (2006), Piscitelli (2001), Davis (2016), Biroli (2016, 2018), Graf (2012) among other feminist researchers who relate to the theme of this study. It was concluded that mothering as work is not recognized by patriarchal rules, but rooted as a natural instinct, since mothers are the ones who deliver babies, socially exempting fathers from the role of care in mothering.

Keywords: Mothering. Instinct. Labor.

¹ Este artigo é resultado do Curso de Especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEM/UFPA, sob orientação da Profa. Dra. Maria Luzia M. Álvares. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado do curso de especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina da Universidade Federal do Pará (UFPA). A partir da metodologia e crítica feministas, tratou-se nesta análise, do materno sob a perspectiva das regras patriarcais e indo contra a lógica do instinto materno. Partindo desta reflexão levantamos duas hipóteses, a saber: a) o materno por ser atividade biológica exclusiva feminina², sob a perspectiva das regras patriarcais, é considerado instinto, e não, trabalho, tornando -se “natural” a iniquidade de gênero perpetuada historicamente na sociedade; b) a não legitimação do materno como atividade laboral na divisão sexual do trabalho dificulta o acesso e permanência de mulheres nas diferentes esferas sociais.

Ao nos reportarmos à história, entendemos a condição da mulher na sociedade. Badinter (1985), aponta que o poder paterno historicamente sempre acompanhou a autoridade marital. O que nos faz acreditar nesta afirmação é o que os historiadores apontam desde sua origem, na Índia, onde a família era considerada um grupo religioso em que o pai é o chefe. Assim, esta influência também se estenderia por toda a Antiguidade ao longo da história, onde os poderes da figura paterna permaneceram inalterados, porém, “atenuados na sociedade grega e acentuados entre os romanos. Cidadã de Atenas ou de Roma, a mulher tinha durante toda a sua vida, uma condição jurídica de menor, pouco diferente da condição de seus filhos” (BADINTER, 1985, p. 29).

De acordo com a autora, foi o cristianismo que modificou, pelo menos em teoria, essa relação. Com o princípio do amor revolucionário, Jesus proclamou que a autoridade paterna não se constituía a veemência do pai, mas a do filho, e que a esposa – mãe seria sua companheira e não a sua escrava. Assim,

Ao pregar o amor ao próximo, o Cristo punha um freio à autoridade, de onde quer que viesse. Reforçava o companheirismo, e, portanto, a igualdade dos esposos, fazendo do casamento uma instituição divina. Assim, punha fim a um poder exorbitante do marido, o poder de repúdio, e à poligamia. A mensagem de Cristo era clara: marido e mulher eram iguais e partilhavam dos mesmos direitos e deveres em relação aos filhos. (BADINTER, 1985, p. 30)

No entanto, historicamente, a palavra de Cristo foi obscurecida pelas interpretações de alguns teólogos e apóstolos, chegando, como afirma Badinter, “a traí-la, a palavra de Cristo modificou, em boa parte, a condição da mulher” (BADINTER, 1985, p. 30). Então, foi reduzindo, a partir do século XIII, a igualdade aclamada pela Igreja na França, num certo número de direitos outorgados às mulheres. “Pelo menos, às das classes superiores” (BADINTER, 1985, p. 30). Portanto, vemos o poder paterno ora atenuado, ora acentuado. Mas sempre justificado pelas instituições que se inserem cada vez mais no governo da família.

Dessa forma, a filosofia política de Aristóteles, justifica a autoridade do marido e do pai, afirmando que “a autoridade do homem é legítima porque repousa sobre a desigualdade natural que existe entre os seres humanos” (BADINTER, 1985, p. 21). Assim, a noção do marido-pai-senhor que comanda, é refletida nas suas responsabilidades políticas, econômicas e jurídicas. Isto é reforçado mais tarde pela teologia cristã que compara o homem a imagem e semelhança de Deus e coloca

² Ressaltamos que não aprofundamos, neste estudo, leituras sobre o materno não exclusivo de mulheres, visto que, o faremos em estudos posteriores, dialogando com pesquisas locais sobre o tema, sobretudo na Antropologia.

a mulher num segundo plano, de forma negativa – na figura de Eva -, vide Gênesis³ na Bíblia. Dessa forma, vemos por meio da Filosofia, da Teologia Cristã e conseqüentemente do Absolutismo político, se instaurar a ordem social que impõe o poder paterno.

Em consequência disso, atualmente em nossa sociedade temos um conjunto de normas femininas que foram instauradas ao longo da história, por meio de três importantes instituições sociais – família, religião e escola –, que também se constroem sob regras patriarcais, fundamentadas nas relações sociais em detrimento da mulher e sua maternidade.

É neste contexto que o Estado interfere significativamente no governo doméstico fortalecendo os direitos do pai, do ponto de vista jurídico, quando considera conveniente aos seus próprios interesses. E à mulher é direcionado o papel de esposa e mãe, como quem cuida da família.

Portanto, para nossa análise entrevistamos 10 mulheres, proporcionando um estudo de caso, realizado por meio de entrevista. Estabelecemos, como nossas entrevistadas - que chamamos de *parceiras da pesquisa* – mulheres que exercem a maternidade com filhos biológicos e mulheres que nunca pariram, mas possuem alguma vivência do materno de outras mulheres. Todas as entrevistadas são da classe trabalhadora. Mulheres com e sem trabalho remunerado.

A faixa etária das parceiras da nossa pesquisa varia entre 22 e 50 anos de idade, sendo todas cametaenses (do Município de Cameté – PA) e possuem perfis de identidade múltiplos. Aprofundamos nossa metodologia de pesquisa, à diante.

Por fim, nomeamos ficticiamente cada uma das entrevistadas, respectivamente, por: Ana; Bea; Carol; Dai; Eli, Fabi; Gio; Hila; Ilda, Jane.

1. O Sentido do Maternar na Antiguidade

Estudos sobre maternidade, ao longo da história, nos mostram que ela foi rejeitada pelas mulheres, pois não eram objeto de nenhuma atenção e de nenhuma valorização da sociedade, além do que, após seu nascimento, os bebês tornavam-se um estorvo para o homem-marido e a mãe-esposa. Essa ideia era reforçada, inclusive, pela medicina. Ideias falsas eram difundidas por profissionais da medicina (todos homens) já que, com a maternidade “o pai se vê reduzido a um longo período de continência sem prazer. Como, por outro lado, ao desafiar o tabu descobria-se que a mulher era menos fértil durante o aleitamento, o pai via-se ante uma alternativa desagradável”(BADINTER, 1985, p. 96). Desta forma, as mulheres também se recusavam ao aleitamento materno, justificando que corriam riscos de saúde ou perderiam a beleza, pois o aleitamento era considerado “sujeira”. Um veneno que enfraqueceria o amor entre esposa e marido.

Assim, a sociedade declara a amamentação ridícula e repugnante, eximindo as mulheres de amamentar, principalmente para as mulheres nobres que não hesitavam em ter uma mãe de leite para atender as necessidades dos filhos, sem que elas mesmas o fizessem.

De tal modo, as convenções sociais que se formavam em torno da mulher – mãe, que ditavam como elas deviam maternar, não direcionavam para o amor, pelo contrário, filhos eram criados por longos anos pelas mães de leite e o que se via era o compromisso social que as mulheres (nobres) tinham em dar filhos aos seus maridos. Por isso, era natural que mulheres que parissem não amamentassem suas crias, pois nesse contexto, não ficava “bem” tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê ou, a atitude não era nobre pra uma dama.

³ Cap. 02 e 03.

A questão estética era muito valorizada, pois, uma mulher que tira o peito em público para alimentar o próprio filho que precisa ser alimentado a qualquer momento, projetava uma imagem animalizada desta mulher, além de considerar um atentado ao pudor. Esses sentimentos e atitudes calcados em conceitos culturais e religiosos ainda pesam sobre mães que amamentam em livre demanda e precisam fazê-lo em público. Se antigamente mulheres precisavam se esconder para não amamentar em público, hoje graças ao Projeto de Lei 1654/19, foi determinado que o aleitamento materno é direito das mães e das crianças, devendo ser exercido livremente em espaços públicos e privados de uso coletivo, não tolerando qualquer tipo de constrangimento, repressão ou restrição ao seu exercício. No entanto, ainda assim, não estamos isentas de olhares direcionados a nós quando exercemos este direito que deveria ser completamente natural.

Dessa maneira, na antiguidade, graças a essa questão estética difundida pelo patriarcado, bebês eram entregues à uma mãe de leite até o desmame e mães não eram obrigadas a amar os filhos como são na sociedade atual.

Nesse contexto, independentemente da idade, as crianças eram rejeitadas, pois atrapalhavam objetivamente a vida dessas mulheres. Era natural que isso acontecesse, já que a criança era um empecilho para a mãe, não apenas do ponto de vista conjugal, bem como, nos prazeres e na vida mundana. Com isso, inferimos que se ocupar de um bebê não era nem divertido, nem elegante. Levando isso em consideração, a mulher tinha a possibilidade de buscar por emancipação.

No entanto, compreendemos que para se definir como autônoma, a mulher deveria se desprender de obrigações que tornassem sua vida estagnada. E, com a vontade de buscar por emancipação, vinha também, a de busca por poder. A sociedade tratou de elaborar, de forma mais acentuada, regras patriarcais que não puderam, de certo modo, impedir a tentativa de emancipação, mas jamais poderiam permitir à mulher o poder.

Assim, era de interesse social que ela fosse reconduzida ao seu papel: o de mãe, lugar que ela jamais deveria ter abandonado. Além de ser essencial a recuperação também da esposa leal e subjugada. Então era necessário banir o comportamento de rejeição da maternidade pelas mulheres.

Levando em consideração que o maternar, mesmo sendo função feminina principal, não era objeto de nenhuma atenção ou valorização pela sociedade, as mulheres compreenderam que isto não era relevante para elas. Ao contrário das tarefas maternas, elas optaram por outro caminho, já que neste ninguém demonstrava gratidão nenhuma.

Sendo assim, afirmamos que ao ponto que era natural que mulheres não tivessem vínculo afetivo com os filhos, formar famílias era um dos únicos objetivos em procriar. Se antes esse sentido era de formar famílias para os pais terem primogênitos para cuidar deles na velhice ou dar continuidade aos negócios da família, agora não é diferente, exceto pela obrigação do amor materno. É com a intenção de manter o *status quo* de dominação que a maternagem passa ser “valorizada”.

1.1.O Sentido do Parir e o Instinto

De acordo com o contexto exposto até aqui, compreendemos que a atenção às tarefas maternas precisava ser fortalecida para que a sociedade permanecesse constituída baseada nos valores

do patriarcado: homens trabalhando fora de casa e mulheres procriando no âmbito privado, permanecendo cada um no seu respectivo papel social.

De acordo com nossa compreensão, o sentido do parir, neste contexto, é aquele que vai ser observado por regras do patriarcado em que há o deslocamento da visão de trabalho para uma visão de instinto atrelado ao amor. “O materno é instinto”. Toda mulher deve parir e toda mulher deve amar seus filhos.

Afirmamos que esta noção de instinto materno é uma percepção que vem das normas patriarcais que antecedem o parir e que o feminismo questiona, pois, materno pela mãe biológica ou outra pessoa que a substitua, nos cuidados da criança, não é um trabalho doméstico, mas passa a ser um trabalho doméstico. Consequentemente, ao parir, é desempenhada à mulher outras atividades, além do materno, que passam a fazer parte da identidade das mulheres – mães.

E o parir, nesta perspectiva, leva a um sentido de instinto, atrelado ao amor materno automático, absorvido pela mulher de tal maneira que é “inconcebível” pensar que a condição de mãe não está relacionada ao instinto ou ao trabalho doméstico. Logo, vemos o trabalho do cuidar (proteção feminina no materno) enraizado pelo patriarcado como exclusivo feminino⁴ e a mulher que se recusa a esta imposição é duramente criticada pelas instituições sociais. Pois, existem inúmeras representações da maternagem ditadas, não por mulheres, mas que levam uma infinidade delas experimentarem a culpabilização por não cumprirem requisitos sobre-humanos que são exigidos desde a concepção de uma gestação até o final de seus dias. O amor materno é uma dessas exigências.

Assim, o materno se torna “o ser mãe”, nas regras patriarcais, criadas para a socialização feminina, definidas antes mesmo de mulheres optarem por esta escolha, o que de escolha não tem nada, se tornando imposição camuflada de instinto.

1.1.1.O Sentido do Materno Absorvido pelas Regras Patriarcais

No que diz respeito a socialização, mulheres desde sempre foram ensinadas como ser boas esposas e mães amorosas. Compreendemos que o papel da mulher é construído desde a Antiguidade até a contemporaneidade, por meio de visões institucionais importantes que definem a maternidade.

Segundo Badinter (1985), “é no último terço do século XVIII que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar.” (BADINTER, 1985, p. 145). Assim, a partir de 1760 passa a ser recomendado às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes exigem que os amamentem.

Tais recomendações impõem, à mulher, a obrigação de cuidar dos filhos e “engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho.” (BADINTER, 1985, p. 145). Dessa forma, compreendemos que é a partir do século XVIII se estendendo para o século XIX que o amor materno aparece como um conceito novo, não que nunca houvesse existido, mas que agora, como afirma a autora, há uma exaltação do amor da mãe.

⁴ Analisamos o materno de forma crítica sempre a partir das regras patriarcais. Por isso ressaltamos que é o patriarcado que coloca o materno como exclusivo feminino. Entendemos que, na perspectiva antropológica, maternagem nem sempre está associado à maternidade, do mesmo modo, não é (ou pode não ser) na sociedade, uma atividade exclusiva nem da mãe e nem das mulheres. No entanto, esta é uma reflexão que aprofundaremos em estudos posteriores.

Uma consequência disso está na consagração da mulher perfeita que como afirma, Davis (2016), “a mulher perfeita era retratada na imprensa, na nova literatura popular e até nos tribunais como a mãe perfeita. Seu lugar era em casa – nunca, é claro, na esfera política.” (DAVIS, 2016, p. 44). No entanto, é importante ressaltar que se trata da mulher burguesa e branca.

É necessário observar que o lugar da mulher negra, neste contexto, era a de pessoa escravizada, que para o sistema escravista não era menos que homem negro, como mão de obra lucrativa. Como afirma Davis (2016), “a julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias.” (DAVIS, 2016, p. 17). No entanto, eram elas as mães de leite dos bebês de mulheres nobres/brancas, referidas no início desta discussão. Pois “embora as mulheres negras desfrutassem de alguns duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade” (DAVIS, 2016, p. 18) não raro conjecturava-se que eram trabalhadoras domésticas como cozinheiras, arrumadeiras ou cuidadoras de bebês, inclusive amamentando-os.

Isto significa dizer que mulheres negras raramente eram mães ou esposas, pois,

a realidade se opõe diametralmente ao mito. Tal qual a maioria dos escravos, a maior parte das escravas trabalhava na lavoura. [...] eram predominantemente trabalhadoras agrícolas. Por volta de meados do século XIX, sete em cada oito pessoas escravizadas, tanto mulheres como homens, trabalhavam na lavoura. (DAVIS, 2016, p. 18)

Dessa forma, a autora nos embasa para afirmar que, com relação à mulher negra o nível de opressão era igualado aos homens negros, exceto, “quando elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (DAVIS, 2016, p. 19). Ou seja, quando era lucrativo explorá-las como aos homens, eram vistas como desprovidas de gênero.

Essa reflexão, atrelada à questão racial, é necessária para entendermos que o parir, sob esta outra perspectiva, a da mãe negra, passou a ser “valorizado” também para promover a economia.

A capacidade reprodutiva das mulheres escravizadas era vista pelo sistema escravista como método para “ampliar e repor a população de escravas e escravos domésticos” (DAVIS, 2016, p. 19). Com isto, temos a compreensão de que “a exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas.” (DAVIS, 2016, p. 19). Nesta perspectiva, aos olhos das regras patriarcais e escravistas, elas não eram consideradas mães, mas, instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho. Por tanto, a exaltação do amor aqui era irrelevante.

Nesse sentido, as opressões eram distintas, mulheres brancas optavam por não maternas, as mulheres negras sequer tinham essa opção, pois, seus filhos – que nasciam na condição de pessoas escravizadas - não cresciam ao lado delas. No entanto, eram obrigadas a maternas para a casa grande.

As instituições que definiam como a mulher branca devia maternas eram as mesmas instituições que difundiam regras escravistas pautadas na mulher negra como mera reprodutora e mão de obra escrava. Mais tarde, o Estado vai utilizar essa relação de poder, perpetuando o histórico de escravidão para justificar a desigualdade racial entre as mulheres. Inclusive no que tange à maternidade.

De acordo com Davis (2016),

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. (DAVIS, 2016, p. 25)

Dessa maneira, com a industrialização, a divisão entre a economia doméstica e a economia pública, resultante do capitalismo industrial, instituiu fortemente a inferioridade das mulheres. A propagação era de um modelo de mulher que se tornou sinônimo de mãe, ligada aos cuidados; e esposa/dona de casa, relacionada ao amor à família “termos que carregavam a marca fatal da inferioridade” (DAVIS, 2016, p. 25). Embora este modelo não se fizesse presente entre as mulheres negras da época, pois, os condicionamentos econômicos da escravidão contestavam os papéis sexuais de poder absorvidos na nova ideologia, essa ideologia dominante foi instaurada principalmente, por meio da família, religião e escola, definindo o modelo de mulher-mãe até o século atual.

A partir disso, compreendemos atualmente a exaltação de amor como uma questão ideológica nas relações sociais que incluem gênero, raça e classe. Nesse caso, com o foco na mãe, deixando o pai isento. É nesse sentido que o amor materno passa a ter um valor que ao mesmo tempo que é natural, é social e favorável à sociedade. Afirmamos ainda de forma mais crítica que isso ocorre graças a um valor mercantil que se fortalece cada vez mais nas definições a respeito da maternagem.

Com base nessa discussão teórica, consideramos importante trazer para esta análise as imagens maternas que representam o modelo tradicional de mãe, de acordo com as regras absorvidas a partir do patriarcado.

Imagem 1: A mãe amorosa



Fonte: Carol Bedê⁵

⁵ Disponível em < <https://blogs.opovo.com.br>>. Acesso: 16/11/2022 às 16h12min..

Imagem 2: O dom divino



Fonte: Academia Marial.⁶

Imagem 3: O instinto materno



Fonte: Hypecess.com.br⁷

Observamos nestas imagens as representações do cuidado da mulher-mãe que abdica de seus outros marcadores/papéis sociais em prol de se doar para a família.

Nesse sentido, analisamos, na imagem 1, a mulher amorosa que é aquela que ama incondicionalmente seus filhos. Ao pesquisar no dicionário o significado da palavra *amorosa* obtivemos o seguinte resultado:

Amorosa

Significado de Amorosa

Adjetivo

Que sente e expressa amor; carinhosa, meiga: **mãe amorosa**.

⁶ Disponível em: <https://www.a12.com/academia/artigos/maria-mae-de-jesus>. Acesso: 16/11/2022 às 16h20min

⁷ Disponível em: <https://www.hypecess.com.br/>. Acesso: 16/11/2022 às 16h40min.

Relacionado com o amor por outra pessoa: vida amorosa.
Tendência natural para amar, para sentir amor ou ser carinhoso. (grifos da autora). (DICIO, 2022)

Este significado atrelado a mãe, no exemplo acima, está relacionado à representação da exaltação do amor que é associado a figura materna tradicional.

Na imagem 2 temos uma das maiores representações de mãe, difundidas pela igreja católica, que é a mulher imaculada, na figura de Maria. Este modelo de mãe é aquele em que a mulher após a maternidade abdica de sua liberdade e ambições. Obrigatoriamente para ser mãe precisa ser casada. Neste caso, Maria se abstém de seus próprios desejos, para dar prioridade ao Pai. Assim ela renuncia aos seus projetos de vida, em função de um plano maior, que vem de Deus. E é exclusivamente mãe e esposa.

A imagem 3 apresenta a mulher que naturalmente possui o instinto materno. Mulheres que amam seus bebês e se afeiçoam a eles de maneira automática após o nascimento. Compreendemos este modelo como o que estabelece que mulheres nascem com um “botão” que aciona ou que as induz a querer gerar crianças. Pois já nascem com este mecanismo materno, é o instinto.

Entendemos aqui que o maternar é ser mãe, nas regras sociais, (patriarcais) e que isto é ensinado a nós (mulheres e homens) na família, na igreja, e nas escolas, quando incorporam estes modelos maternos. Inferimos também, a partir da análise destas imagens, que estas representações estabelecidas institucionalmente pela sociedade, são responsáveis pela culpabilização de muitas mulheres por não serem mães. Ou, por serem mães e não atenderem estas regras.

2. Resultados e Discussões

Continuamos nossa discussão, nesta seção de análise, apresentando um estudo de caso, realizado por meio de entrevista com 10 mulheres⁸, que chamamos de parceiras da pesquisa.

O critério de escolha das entrevistadas, de maneira geral, se baseou em selecionar cinco mulheres mães e cinco mulheres não-mães da classe trabalhadora. Assim, analisamos a concepção de maternar a partir de mulheres que vivem a maternagem na prática diariamente (sendo mães biológicas) e, a compreensão de maternar a partir de mulheres que não vivem a atividade do maternar cotidianamente, mas possuem alguma vivência do maternar de outras mulheres e são socializadas para viver a maternagem (biológica ou não) um dia.

Nesse sentido, de maneira específica, o perfil das entrevistadas se constituiu de 04 mulheres mães casadas; 01 mãe solo; 05 mulheres não mães e solteiras; 06 mulheres negras e 04 brancas. A faixa etária dessas mulheres é de 22 à 50 anos de idade. Metade delas residem no espaço urbano e a outra metade no espaço rural do município de Cametá - PA. É importante ressaltar que o critério de escolha dessas mulheres teve, ainda, a intenção de possibilitar o máximo de abrangência à multiplicidade de perfis femininos, bem como, às respostas que obtivemos. Por fim, nomeamos ficticiamente cada uma delas, respectivamente, por: Ana; Bea; Carol; Dai; Eli; Fabi; Gio; Hila; Ilda, Jane.

A análise parte de dois questionamentos principais, a saber: 1) O que é maternar? 2) O que é ser mãe? Partindo das respostas, sob a ótica de mulheres diversas, trabalhadoras do campo e da cidade, obtivemos nossos resultados de pesquisa.

⁸ Por questões éticas utilizamos nomes fictícios para as parceiras da nossa pesquisa.

Consideramos, a partir da análise das falas de algumas parceiras da nossa pesquisa, como o Estado, por meio de aparelhamentos institucionais, transforma em regra, o modelo tradicional de mãe. A importância de conservar o *status quo* de dominação e manter mulheres fora dos espaços de trabalho e poder se faz na afirmação por elas mesmas de que maternar é tudo que se relaciona a ser mãe, não a trabalho.

O sentido do maternar para essas mulheres está ligado a ser mãe e tudo que se relaciona com a maternidade.

Maternar é um teste (*risos*), [...] aprender a se adaptar ao trabalho, a correria do dia a dia e maternar é se reinventar, entender que a nossa força e resistência são bens maiores que a gente pode ter. É ter o prazer de amamentar o nosso filho até ele cochilar até ele adormecer nos nossos braços. Mesmo cansada do dia a dia, mas a gente amamenta com tanto cuidado e zela pelos nossos filhos. (ANA, 2022)

Maternar para mim é tudo aquilo que completa o sentido de ser mãe, é o carinho, é o cuidado, é o zelo, é estar alerta a qualquer sombra de perigo ou risco que possa ameaçar a vida dos nossos filhos, é estar pronta pra combater qualquer tipo de mal que possa botar em risco a segurança e a vida deles. É dar a própria vida em troca da felicidade deles, é estar ali sempre pronta a servir, sempre disponível, ajudar a qualquer pedido, a qualquer pedido de socorro que eles precisarem. (BEA, 2022)

Maternar é viver intensamente com meus bebês depois de adultos. Eles já são pais, já são mãe, mas continuam sendo os meus bebês. (CAROL, 2022)

Maternar é tudo que está ligado a mãe e ao relacionamento com ela, desde o momento da concepção, é entender que ali há uma vida, mas ao mesmo tempo aparece medo, dúvidas, uma sensação de angústia, mas o que se sobressai é o amor. [...] Maternar é viver essa dúvida do amanhã, mas a certeza do amor intenso e entender que tudo passa, tudo se adapta. Maternar é amar intensamente. (DAI, 2022)

É ser mãe 24 horas. É ter uma responsabilidade imensa, é uma coisa que você nunca sonha em ter. Eu lembro de quando estava grávida, pessoas colocaram coisas na minha cabeça, mas a gente só sabe o que acontece no ato de ter o bebê e o convívio. Cuidar de uma pessoa que depende totalmente de mim. [...] A gente quer proteger, sente medo perder, de pegarem, quando a gente é mãe separada. (ELI, 2022)

O sentido do cuidado sendo reconhecido como exclusivo feminino, aqui, se pauta no próprio não reconhecimento, das parceiras da nossa pesquisa, do maternar como trabalho. Elas compreendem que é penoso ser mãe, mas não de maneira crítica para relacionar como essa situação contribui para desigualdade social de gênero. Por isso, há a justificativa que tudo vale a pena, pois ser mãe é se doar inteiramente ao cuidado dos filhos. “[...] é doação total de si sem pensar em perdas e ganhos. É se sentir feliz e completa com a felicidade ou sucesso de seus filhos” (BEA, 2022). Isto é resultado da maneira como nós somos socializadas, sendo impossível não absorver as representações patriarcais que são arremessadas sobre nós a todo tempo, de todas as formas, por todos os meios de comunicação, nas relações sociais.

E é este conjunto de normas femininas na maternidade que questionam as demais imagens de mulheres maternas. Ou seja, tudo o que fugir destas regras é fadado ao fracasso e a culpabilização. Afinal, se expressar sobre maternidade, expondo os sacrifícios como injusto, não está nos moldes do comportamento da mãe do modelo tradicional exigido.

A epistemologia feminista contribui, neste sentido, para entendermos como “o gênero influencia as concepções do conhecimento, na pessoa que conhece, e nas práticas de investigar, perguntar e justificar” (GRAF, 2012, p. 21). Dessa forma, foi possível identificar as concepções dominantes, de opressão, que põem sistematicamente em desvantagem as mulheres no âmbito do trabalho, porque as excluem das discussões e investigações. Assim, contribuimos para este campo do conhecimento analisando como o maternar é um trabalho não instintivo, mas de cuidado que leva a tripla jornada de trabalho. Na divisão sexual do trabalho os homens não estão incluídos nesta dimensão do cuidar, do maternar a partir das regras patriarcais.

Contra essa lógica, demonstramos que pelo fato de parir, não significa que a mulher é obrigada a maternar também. Mas que isto acaba sendo imposto, baseado num conjunto de normas patriarcais construídas ao longo da história.

2.1 Por que as Mulheres Não Reconhecem o Maternar como Trabalho?

De acordo com Bruschini (2006), a partir de levantamentos censitários feitos em 1980, contribuições relevantes das reflexões teóricas e metodológicas a respeito do trabalho feminino foram levantadas. Segundo a autora, “nesses levantamentos censitários, a categoria *inativa* abriga indivíduos que não trabalham, seja porque vivem de renda, seja porque são aposentados, pensionistas, doentes ou inválidos, estudantes e os/as que realizam afazeres domésticos.” (BRUSCHINI, 2006, p. 333). Ou seja, percebemos que apesar da sobrecarga de atividades que abrangem o que aqui se denomina “afazeres domésticos” (cozinhar, lavar, passar, cuidar de idosos, cuidar de crianças, entre outros) que inclui o maternar e que mantém ocupadas mulheres de todas as classes sociais, este trabalho não é contabilizado como atividade econômica nesse tipo de levantamento, logo podemos concluir que é “improdutivo”, de acordo com a teoria fundante de Marx, por exemplo.

Além disso, graças a maior propagação social da função reprodutiva das mulheres,

os incontáveis afazeres que, juntos, são conhecidos como ‘tarefas domésticas’ – cozinhar, lavar a louça, lavar a roupa, arrumar a cama, varrer o chão, ir às compras, etc. -, ao que tudo indica, consomem, em média, de 3 mil a 4 mil horas do ano de uma dona de casa”. (DAVIS, 2016, p. 225)

Concordamos com a autora, quando observamos que, por mais grave que seja esta estatística, ela não inclui a atividade do maternar, que a nível de quantificação, consideramos impossível calcular o tempo que as mães dedicam aos seus filhos. Do mesmo modo, é problemático ainda pensar a atividade do maternar como apenas mais uma ocupação feminina. Assim, “as obrigações maternas de uma mulher passam a ser aceitas como natural, [...] as tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis” (DAVIS, 2016, p. 225). A menos que cumpram outras atividades assalariadas (profissionais), pois consomem maior parte do seu tempo, as mulheres são consideradas trabalhadoras.

No entanto, segundo Biroli (2016), por mais que se dediquem a dupla ou tripla jornada de trabalho “as mulheres continuam a dedicar mais tempo às tarefas domésticas e a ter rendimentos

médios menores do que os homens pelo trabalho desempenhado fora de casa” (BIROLI, 2016, p. 720). A dupla ou tripla jornada ocasiona muitas vezes na sobrecarga física e mental que adocece indivíduos que, passam a cobrar de si mesmas, de forma violenta, o alcance do modelo tradicional da mãe -do comercial da tv – que sorri feliz, enquanto realiza inúmeras tarefas domésticas ao mesmo tempo.

Ora, ser mulher-mãe, dona de casa e trabalhadora assalariada pode ser considerado, aos moldes das regras patriarcais, a definição de mulher empoderada que o feminismo liberal propaga, pois, ao mesmo tempo em que esta mulher cuida dos filhos e do marido ela também produz mais valia para o mercado, o que a torna a mulher perfeita sob a ótica do sistema capitalista.

Assim, defendemos o maternar, na categoria trabalho, como atividade inventiva, criativa e experiencial, que é ação feminina e, portanto, trabalho real, e que precisa ser reconhecido por nós mesmas e por todos, nas relações sociais.

2.1.1 Maternar: trabalho produtivo ou trabalho improdutivo?

Contra a coerência do capitalismo afirmamos que, ao discutirmos sobre o que é e o que não é trabalho - sob a lógica de mercado, ao apontarmos que a atividade doméstica não remunerada é trabalho, ao problematizarmos que a atividade do cuidar é trabalho e que a maternidade é trabalho, denunciaremos a exploração feminina dentro do sistema capitalista-patriarcal.

No entanto, ao buscarmos por debates sobre o maternar como trabalho, percebemos que não existem tantas discussões a respeito, pois, o que obtivemos foram pesquisas sobre maternidade e trabalho e, não, maternidade como trabalho. Tratam-se de estudos sobre maternar (em casa) e trabalhar - trabalho remunerado (fora de casa).

Dessa forma, segundo Bruschini (2006), pesquisas sobre o trabalho da mulher se tornaram clássicas no final da década de 60 e início da de 70, com pesquisadoras como Saffioti (1969) que abordaram essa questão, rapidamente tornando-se leitura obrigatória nas universidades.

Posteriormente, a produção de conhecimento sobre o tema se expandiu com a emergência do feminismo como movimento social e a crítica feminista criando condições propícias para pensar a legitimação da condição feminina como objeto de estudo. Assim, “dentro dos estudos feministas e da ciência se abordam distintos aspectos sobre a história e a incorporação e participação das mulheres, de sua situação atual, assim como os efeitos que sua ausência ou presença tem tido na ciência e na tecnologia” (GRAF, 2012, p. 21).

Considerando essa reflexão, trazemos a noção de trabalho produtivo e improdutivo, fundamentados por Marx, e aferimos que, nas relações de produção, se perpetua historicamente mulheres como responsáveis prioritárias do lar e da família.

Portanto, “essa determinação do trabalho produtivo, tal como ela resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não é de modo nenhum suficiente para ser aplicada ao processo capitalista de produção” (MARX, 1867, p. 382). Sendo a base material da opressão das mulheres sob o capitalismo, uma vez que, o trabalho do cuidar não é interessante para gerar lucro, logo é improdutivo do ponto de vista da produção, assim como afirma Marx (1867),

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para

o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 1867, p. 382)

Dessa maneira, de acordo com o exposto por Marx (1867), o conceito de trabalhador produtivo se relaciona historicamente colocando o trabalhador como meio direto de valorização do capital. “A economia política clássica sempre fez da produção de mais-valor a característica decisiva do trabalhador produtivo. Alterando-se sua concepção da natureza do mais-valor, altera-se, por conseguinte, sua definição de trabalhador produtivo (MARX, 1867, p. 383). Esta teoria fundante de Marx aborda, tudo o que inclui o materno, como trabalho improdutivo. Ou seja, como reprodução e, não, produção.

Isso nos faz pensar como esta discussão é importante para fazermos a crítica a essa reflexão. Se o trabalho produtivo é o trabalho que produz a mais-valia e as mulheres são responsáveis pela reprodução social e, - isto inclui reproduzir o próprio produtor da mais valia -, podemos dizer que nosso trabalho não é improdutivo. No entanto, isto não é levado em consideração nas teorias de Marx.

Nesse caso, as críticas feministas à esta epistemologia tradicional das ciências sociais mostram que essas teorias do conhecimento são baseadas numa visão de mundo masculina, “então, que é ensinado observar apenas características dos seres sociais que interessam aos homens com uma perspectiva androcêntrica e distante.” (GRAF, 2012, 23). O julgamento aqui se faz necessário para pensarmos na necessidade de não deixarmos perder de vista as condições humanas dos indivíduos, neste caso, das indivíduos na sociedade patriarcal.

Inferimos com esta análise que, as mulheres, principalmente, vivem situações práticas no cotidiano que incorporam as regras patriarcais e que as levam a absorver que o cuidado leva ao trabalho e as relações de trabalho colocam as atividades domésticas como condição do materno.

Em outras palavras, o trabalho doméstico do cuidar, se incorpora no materno (que já é trabalho em si). É isto que precisa ser levado em consideração nesta análise, pois defendemos que o parir não nos leva a sermos também lavadeiras, cozinheiras, passadeiras, cuidadoras de idosos, entre outras funções domésticas. Deixemos então, de tratá-los como reprodução e passemos a tratá-los como produção.

3. Instinto Materno? Não. Trabalho Feminino

Iniciamos esta seção com uma indagação e em seguida uma afirmação, pois, como já vimos anteriormente, compreendemos que o materno se trata de uma injustiça social, colocada como instintivo na sociedade, em que a divisão sexual do trabalho contribui para a definição do que é função feminina e o que é função masculina. O que é trabalho (produtivo) e o que não é trabalho (improdutivo) se baseia na acumulação capitalista, no sistema binário eurocêntrico e nas epistemologias das ciências biológicas e sociais masculinas (GRAF, 2012) que permeia a sociedade historicamente em detrimento feminino.

As diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural dessa subordinação. Elas sustentam, ao contrário, que essa subordinação é decorrente das

maneiras como a mulher é construída socialmente. Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. (PISCITELI, 2001, p. 03)

Levando em consideração que tudo o que é construído socialmente pode ser modificado, a autora reforça a importância da legitimação do maternar como atividade laboral. Assim, quando o Estado o mascara como instintivo e natural feminino, dificulta o acesso e permanência de mulheres nas diferentes esferas sociais, pois as aprisionam na biologia do seu sexo.

O que queremos dizer é que, quando o maternar é desviado do sentido de trabalho e colocado com sentido de instinto e natural, a ideia do cuidado o leva às relações de trabalho doméstico, passando a fazer parte desse conjunto de tarefas diversas. E nessas concepções não se valoriza o cuidar do outro se não estiver ligado a esfera da produção. E o papel da mulher nesta perspectiva de dominação está no processo reprodutivo, uma vez que

são os únicos seres humanos capazes de engravidar e amamentar e dado que os bebês humanos têm um período extraordinariamente prolongado de dependência física -- as torna prisioneiras da biologia, forçando-as a depender dos homens. (PISCITELI, 2001, p. 03)

Essa configuração de papéis sexuais, citados pela autora, corresponde a uma dominação que estabelece ao homem o trabalho remunerado, enquanto à mulher destinou-se as tarefas referentes a reprodução da força de trabalho, porém sem remuneração. O sistema capitalista então apropriou-se dessa ríspida divisão sexual do trabalho transformando-a em uma divisão “natural”, favorável a biologia de cada sexo.

Biroli (2016), reforça essa ideia quando afirma que

Como parte desse processo, são ativados filtros que incidem sobre as mulheres no acesso a ocupações e no acesso ao âmbito da política institucional, constituindo padrões sistemáticos de exclusão e de marginalização. Elas constituem, assim, um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho não remunerado, direcionado a ocupações específicas, relativamente menos remunerado no trabalho e sub-representado na política. (BIROLI, 2016, p. 721)

Ressalto que, apesar da opressão que existe por trás da maternidade, e como as instituições sociais nos fizeram oprimidas, por meio das regras patriarcais que moldam a imagem de mãe tradicional, absorvidos por nós há séculos, ela não deixa de ser uma atividade de trabalho, histórica e culturalmente vivenciada por mulheres. E isto inclui sua amplitude e todas as complexidades que a envolve. No entanto, sejamos críticas e pensemos nisto como uma estratégia do Estado para nos manter fora dos espaços de poder.

Em suma, por existir em nossa sociedade “uma cultura enraizada no discurso androcêntrico que historicamente foi construído como científico e universal” (BARRAGÁN *et al.*, 2011, p. 90), a consequência disto é uma super sobrecarga de trabalho que se ancora na “superexploração das mulheres, que, embora em tempos recentes participem de forma crescente no trabalho assalariado, continuam sendo responsabilizadas pelo trabalho doméstico” (BARRAGÁN *et al.*, 2011, p. 108).

Incluído no discurso androcêntrico, há a existência de uma ideologia maternalista em que “as mulheres cuidariam mais das crianças porque possuiriam tendências naturais para tal cuidado e não porque os homens são socialmente liberados dessa função” (BIROLI, 2016, p. 738). Tal discurso tem sido usado para justificar a sobrecarga de trabalho feminino.

E neste combo de afazeres, atribuídos às mulheres, a deslegitimação do maternar pela sociedade patriarcal, o não reconhecimento – pelas mulheres – como mais um trabalho nas relações de trabalho, reforçam o que “está presente nas justificativas que romantizam os papéis, como no caso da ideologia maternalista” (BIROLI, 2016, p. 738) e contribuem para esta subordinação, deixando-as de fora dos espaços dominantes.

Com isso, o feminismo estabelece críticas a divisão sexual do trabalho, por meio de uma economia feminista que propõe a equidade para uma iniquidade existente, baseada na economia do cuidado. Dessa maneira, Barragán *et al.* (2011), afirmam que

A economia do cuidado identifica a necessidade do cuidado de meninos e meninas, pessoas doentes, com capacidades diferentes ou idosas, como uma das necessidades humanas mais importantes para viver uma vida em plenitude, relacionada com a dignidade, que, no entanto, foi completamente ignorada pelo discurso político e pelo reducionismo economicista do desenvolvimento. (BARRAGÁN *et al.*, 2011, p. 109 -110)

As autoras ressaltam que isto seria possível através de uma redistribuição do trabalho de cuidado (trabalho doméstico) que é direcionado exclusivamente a mulheres, esta ideia se constituiria de forma coletiva, pensando estratégias que fomentem as ações comunitárias.

Deste modo, as mulheres conseguiriam ter o tempo do ócio – que é privilégio masculino – para facilitar sua participação nas outras esferas de trabalho, como na política, por exemplo. Isso causaria um impacto nessa iniquidade de gênero com consequências no processo de produção e reprodução do processo de mercantilização, geradoras de desigualdade econômicas nacionais e globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do debate exposto, compreendemos que o maternar enquanto trabalho não é reconhecido pelas regras patriarcais, mas enraizado como instinto natural, visto que são as mães que parem os bebês, isentando socialmente os pais da função do cuidado no maternar.

Quando se trata da divisão sexual do trabalho, essa atividade tão importante, - assim como as demais atividades do âmbito privado como o serviço doméstico – evidencia a injusta distribuição do trabalho entre os sexos. Assim, baseada nas hipóteses levantadas nesta análise concluiu-se que essa definição social do que é maternar sob a ótica da mercadoria, expressa que este sistema se relaciona diretamente com a permanência da iniquidade de gênero, uma vez que a força de trabalho que não é vendida não gera lucros e por isso não é interessante para ser valorizado.

E, portanto, é necessário aprofundar debates sobre a legitimação maternar como atividade de trabalho, não exclusiva de mulheres, para que isto possa facilitar o ingresso e permanência delas em diferentes esferas sociais sem a sobrecarga física e mental que exige a realidade posta. Que isto não favoreça apenas aos homens viverem o ócio, mas que mulheres também possam usufruir deste tempo para sua participação ainda maior nos espaços públicos e políticos.

Porém a não valorização desta atividade de trabalho vital e a não redistribuição democrática na divisão sexual do trabalho – levando em consideração raça, classe e gênero - contribui para a desigualdade de gênero inserida na sociedade que colabora para a sobrecarga de trabalho feminino e exime mulheres de exercerem outras funções sociais fora do âmbito privado.

Concluimos com a intenção de lançar luz sobre a desmistificação do maternar como instinto, mas sim, como trabalho vital e, contribuir para a legitimação desse trabalho uma possível equidade de gênero para uma iniquidade existente.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARRAGÁN, Margarita Aguinaga., LANG, Miriam., CHÁVEZ., Dunia Makrani., SANTILLANA., Alejandra. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento, 2011. In: *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*/Gerhard Dilger, Mirian Lang, Jorge Pereira Filho [Orgs.]. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- DICIO, *Dicionário online de português*. 2022. Disponível em <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em 30/10/2022 às 23h45min.
- GRAF, Norma Blazquez. Epistemología feminista: temas centrales. In: *Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales* / Norma Blazquez Graf, Fátima Flores Palacios, Maribel Ríos Everardo, coordinadoras– México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología, 2012.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 1867 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap14/01.htm>. Acesso em 15 de 09 de 2022.
- MINAYO, Maria Cecília. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- PISCITELI, Adriana. *RE-CRIANDO A (CATEGORIA) MULHER?* Campinas, 2001.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

ANEXOS

Anexo A – Transcrição de áudio de entrevista sobre maternidade

PARCEIRA - 1/Ana

O que é maternar?

Pra mim maternar é um teste (*risos*), um teste de resistência por quanto tempo nosso corpo aguenta funcionando, sem se alimentar direito, sem dormir direito, se alimentar inadequadamente, sendo abastecido apenas por café. Aprender a se adaptar ao trabalho, a correria do dia a dia e maternar é se reinventar, entender que a nossa força e resistência são bens maiores que a gente pode ter. É dormir mal dormido, é ter o prazer de amamentar o nosso filho até ele cochilar até ele adormecer nos nossos braços. Mesmo cansada do dia a dia, mas a gente amamenta com tanto cuidado e zela pelos nossos filhos. Então maternar é um ato se se reinventar. É uma vivência de aprendizado também, sorrir mesmo cansada, mesmo muitas vezes doente, mas é sorrir para as nossas crianças, nossos filhos e ver o sorriso tão fofo deles.

O que é ser mãe?

Ser mãe é dar a luz a um filho, é criar um filho, criar uma pessoa com carinho, com amor. Proteger, dar educação. Mas acredito que ser mãe vai muito além do que isso, ser mãe é você amar e ser amada. É descobrir a cada dia a felicidade de viver. É um trajeto muito difícil ser mãe, mas é muito prazeroso, é gostoso de viver, traz muita felicidade, traz muita emoção pra vida da gente. Ser mãe é a cada dia uma nova descoberta, nos amadurece, nos dá alicerce para que a gente possa ter sustento. Às vezes a gente acredita que é incapaz de criar um filho, mas ele nos dá a possibilidade de conduzi-lo, porque cada dia a gente aprende cada vez mais a conduzi-lo. Então ser mãe é ser feliz.

PARCEIRA – 2 / Bea

O que é maternar?

Maternar para mim é tudo aquilo que completa o sentido de ser mãe, é o carinho, é o cuidado, é o zelo, é estar alerta a qualquer sombra de perigo ou risco que possa ameaçar a vida dos nossos filhos, é estar pronta pra combater qualquer tipo de mal que possa botar em risco a segurança e a vida deles. É dar a própria vida em troca da felicidade deles, é estar ali sempre pronta a servir, sempre disponível, ajudar a qualquer pedido, a qualquer pedido de socorro que eles precisarem.

O que é ser mãe?

Ser mãe é um dom divino de deus porque os filhos são a razão da vida gente, é muito mais além do que dar à luz e ter filhos, é ter por quem dar a vida sem pedir ou exigir nada em troca, é doação total de si sem pensar em perdas e ganhos. é se sentir feliz e completa com a felicidade ou sucesso de seus filhos.

PARCEIRA - 03 / Carol

O que é maternar?

Maternar para mim é aquela mãe que não vê seu filho grande, é aquele adulto que é criança. É aquela preocupação que a mãe tem, que eu tenho com meus filhos maternar é não sair do seio da mãe. É dizerem assim “ele já é adulto, sabe o que faz”. Mas pra mim, não, meus filhos sempre vão ser aquelas crianças adoradas. Eu sou aquela mãe que cobre o filho com o lençol quando ele tá

dormindo. Eu fico observando. É aquela preocupação de mãe em saber se o filho já jantou, fazer comida. Maternar é viver intensamente com meus bebês depois de adultos. Eles já são pais, já são mãe, mas continuam sendo os meus bebês.

O que é ser mãe?

Ser mãe é a melhor lição de vida que Deus me proporcionou, é amar intensamente, é viver com medo de perder, é viver para os filhos. Aquela coisa gostosa e viver também o sofrimento dos nossos próprios filhos. Esse é o meu amor de mãe pelos meus filhos, é me sacrificar por eles, é cuidar deles, hoje meus filhos estão todos grandes, mas eu espero sempre eles na nossa casa para aquele momento de todo mundo junto, de almoçar junto, eu preparar aquela comida gostosa como eles gostam da minha comida. É o melhor amor que uma mulher pode ter na vida. Deus é deus, tudo o que ele faz é perfeito. É a melhor lição de vida que ele me deu. Eu amo meus 4 filhos, amo meus netos. E é isso, é viver intensamente e amar intensamente, mãe é aquela que se doa, é aquela que vive para os seus filhos.

PARCEIRA- 4 /Dai

O que é maternar?

Maternar é tudo que está ligado a mãe e ao relacionamento com ela, desde o momento da concepção, é entender que ali há uma vida, mas ao mesmo tempo aparece medo, dúvidas, uma sensação de angústia, mas o que se sobressai é o amor. Estar gerando uma criança. Maternar também é viver numa rede de apoio familiar, recebendo afeto, carinho, conselho. Maternar também é abraçar intensamente, é ensinar, dar risadas e chamar atenção quando for preciso. Maternar é viver intensamente a maternidade, aproveitando o máximo. Esse amor caloroso, essa troca de olhar, essa benção que é ver crescer o nosso filho e poder abraçar e poder beijar e poder dizer é meu: “esse saiu daqui de dentro de mim” (*emotiva*). Maternar é viver essa dúvida do amanhã, mas a certeza do amor intenso e entender que tudo passa, tudo se adapta. Maternar é amar intensamente.

O que é ser mãe?

Ah, ser mãe... vem tanta coisa na cabeça da gente, né? Mas a começar pelo dom divino. Ser mãe é um dom divino, ser mãe é sentir um amor incondicional, um amor sem limites, sem barreiras, um amor que nos ensina a amar a cada dia de uma forma única, que nos ensina também a perdoar, a compreender os nossos filhos pelas suas limitações, ter tolerância, saber escutar que muitas vezes as mães só querem falar, mas também saber escutar seus filhos, é também ser guerreira também. Ser mãe é um desafio muito grande desde a concepção, é um desafio, são várias descobertas. E viver também pensando em melhorias no bem estar dos seus filhos. Ela amanhece e anoitece pensando numa melhor forma de educar, uma melhor forma de alimentar e viver esse momento e cada momento viver de uma forma única e especial, porque os filhos é o melhor que nos temos. Então ser é mãe é até deixar de viver um pouco de si e viver em função dos filhos, é até um pouco egoísta né? mas na verdade é isso que acontece. Ser mãe é também uma luz que ilumina o caminho dos filhos, fazendo de tudo que nada aconteça de mal, mas se acontecer é cercar de todas as formas. Mas também é fazê-los crescerem diante dos desafios que a vida propõe. É deixá-los caminharem com suas próprias pernas sendo que estamos no lado, protegendo, cuidando, guiando, mas chega um tempo que a gente precisa deixar que eles caminhem pelas próprias pernas. Isto é ser mãe.

PARCEIRA- 5 /Eli

O que é maternar?

É ser mãe 24 horas. É ter uma responsabilidade imensa, é uma coisa que você nunca sonha em ter. Eu lembro de quando estava grávida, pessoas colocaram coisas na minha cabeça, mas a gente só sabe o que acontece no ato de ter o bebê e o convívio. Cuidar de uma pessoa que depende totalmente de mim. É uma “coisinha” (*bebê*) que depende de você por um longo tempo e você se apega a essa “pessoinha”. Defende com unhas e dentes. E aquilo que eu pensei antes da gestação se torna um sentimento multiplicado. Antes eu poderia estar com medo, sem saber o que iria acontecer, mas depois que acontece e a gente o tem nos braços é uma coisa totalmente diferente. A gente quer proteger, sente medo perder, de pegarem, quando a gente é mãe separada.

O que é ser mãe?

Ser mãe é responsabilidade, com certeza. É estar ali a todo momento. Eu acredito que o maior medo da mãe é quando o filho adoce. É uma coisa muito ruim por que a gente quer tirar da criança aquilo que tá incomodando-a e colocar na gente. Porque a gente compra muitos remédios e não faz efeito, então a gente se desespera. É uma multiplicidade de sentimentos. [...] é um aperto, uma dor que só quem é mãe sabe. E ser mãe é estar ali 24 horas, querer o bem.

PARCEIRA - 6 / Fabi

O que é maternar?

Acho que é algo referente a maternidade. O trabalho que a mãe desempenha com o bebê, aquelas tarefas infundáveis (*com ênfase*) do dia a dia. Penso que seja por aí.

O que é ser mãe?

Ser mãe, no meu caso, seria a realização de um sonho, mas eu sei que nem pra todo mundo é isso. Doação, ter uma vida – ainda que quando bebê – dependente de você. Ser mãe acho que é a maior representação de amor que você pode sentir por alguém, eu acho. E também ser mãe é ter uma grande responsabilidade por alguém que é completamente dependente de você. Ser mãe é não ter mais tranquilidade (*risos*) pra fazer algo que você fazia antes do bebê. Eu acho que a partir do momento que você tem um bebê a liberdade se torna um tanto limitada. Então ser mãe, eu acho que é limitar a liberdade.

PARCEIRA - 7/ Gio

O que é maternar?

Na minha concepção, maternar é uma coisa divina. Mas tem seu lado não negativo, mas dificultoso. A maternidade há muito tempo ela vem sendo romantizada e só que é mãe ou já conviveu com mães, principalmente mãe solo, vê a dificuldade que ela tem. Não só quando o ser nasce, mas desde que ela descobre que está grávida. O Sistema dificulta, no período da gravidez, principalmente se for tudo pelo SUS. A gente vê a dificuldade, a carência. E quando nasce a criança dificulta ainda mais, pois além dela cuidar da saúde dela, ela vai ter que cuidar da saúde, vida, educação da criança. Então na minha visão a maternidade devia deixar de ser tão romantizada e começar a ser vista como realmente é, que não é só arrumar um bebê, tem haver não só com afeto, mas com a dificuldade e infra estrutura pra cuidar da criança.

O que é ser mãe?

Só o nome, mãe, já desperta em qualquer pessoa um sentimento de uma coisa autêntica, uma coisa de amor, uma coisa sensível, não sensível no sentido de “diminutivo”, mas no sentido de acolhimento. Mãe é um sentimento incomparável com qualquer outra relação ou outro sentimento, certo? Mas com isso, como eu sempre falo, é muito romantizado as dificuldades que as mães passam, principalmente mãe solo, mãe pobre, mãe negra. Elas nem sempre são acolhidas, mas estão sempre prontas pra acolher. Então mãe é um ser afetivo.

PARCEIRA - 08/ Hila**O que é maternar?**

Pra mim, maternar é mãe ligado aos filhos e os filhos ligados às mães. É tudo o que uma mãe se submete a fazer por um filho. Levar para passear, brincar, cuidar. Pra mim é isso.

O que é ser mãe?

Mãe, pelo o que eu entendo, é desde que o óvulo é fecundado que gera o feto. Que dá a luz. Trazer as crianças ao mundo, é mãe.

PARCEIRA - 09 /Ilda**O que é maternar?**

Maternar é como eu e o meu filho, a gente nunca se separou. Ele tem 7anos, a gente brinca. Quando tem que brigar eu brigo, ele chama minha atenção. Tem os momentos de brincadeira e os momentos sérios. A gente tem que estar sempre presente com nossos filhos.

O que é ser mãe?

Para mim, é amar o filho, sabendo que neste mundo ninguém vai amar ele mais que ela (mãe). Ser mãe é um amor que só a gente sabe. Porque cada mãe, pra nós que somos mães de verdade, a única coisa que é igual é o amor. Mas na forma de agir, cada uma age de uma maneira sabendo o que é melhor para o seu filho. Existe várias formas de ser mãe, mas se eu for falar, é muita coisa.

PARCEIRA - 10 / Jane**O que é maternar?**

Tem a ver com ser mãe? (*pausa*) Acho que é ser mãe, ter um filho. Criar uma criança... Não é isso? (*risos*)

O que é ser mãe?

Ser mãe é ser um amor maior para seus filhos, é sentir as dores deles. Quando minha filha fica doente nada presta pra mim, eu só quero cuidar dela, só quero que ela melhore logo. Então ser mãe é dar conta de criar um filho não deixando faltar nada pra ele. Acho que é isso.

Atividades Domésticas Exercidas por Mulheres Idosas: um estudo exploratório nas publicações da revista *Gênero na Amazônia* (Belém-PA)ⁱ

Actividades Domésticas Realizadas por Mujeres Mayores: un estudio exploratorio en las publicaciones de la revista Gênero na Amazônia (Belém-PA)

Domestic Activities Performed by Elderly Women: an exploratory study in the magazine' papers Gênero na Amazônia (Belém-PA)

Kellen Irene Rabelo Borges

Resumo: Este artigo é fruto de um estudo exploratório realizado na revista intitulada *Gênero na Amazônia* (Belém-PA). Nosso propósito era saber se, nessa revista, haviam trabalhos devotados para refletir ou discutir a relação de mulheres idosas com as atividades do espaço doméstico (envolvendo aqui o cuidado não só com o marido e os filhos, mas também com os netos). Para isso, utilizou-se a revisão de literatura, a partir do método *scanning* para coletar os dados. Em resumo, não encontramos pesquisas com tais ambições. Contudo, em alguns artigos, nos deparamos com pequenas reflexões sobre essa temática das mulheres idosas e o espaço doméstico a partir de outras temáticas (tais como, violência, pobreza, bordéis e garimpo, homoafetividade, literatura, benzendeiras, saúde, cuidado, ritos de passagem, penitenciária, entre outros). É importante destacar que esta pesquisa exploratória também é um estudo inicial da própria temática e um incentivador para que mais pesquisadoras e pesquisadores possam se preocupar com o tema.

Palavras Chave: Idosas. Atividades domésticas. Estudo exploratório.

Resumen: Este artículo es el resultado de un estudio exploratorio de la revista *Gênero na Amazônia* (Belém-PA). Nuestro objetivo era averiguar si en esa revista había artículos dedicados a reflexionar o discutir la relación entre las mujeres mayores y las actividades domésticas (en este caso, el cuidado no sólo de sus maridos e hijos, sino también de sus nietos). Para ello, recurrimos a una revisión bibliográfica, utilizando el método de escaneo para recopilar los datos. En resumen, no encontramos ninguna investigación con tales ambiciones. Sin embargo, en algunos artículos encontramos pequeñas reflexiones sobre el tema de las ancianas y el espacio doméstico, a partir de otros temas (como violencia, pobreza, bordeis y minería, homoafectividad, literatura, benzendeiras, salud, cuidados, ritos de paso, penitenciario, entre otros). Es importante destacar que esta investigación exploratoria es también un estudio inicial del tema en sí y un incentivo para que más investigadores se ocupen del tema.

Palabras Claves: Mujeres mayores. Actividades domésticas. Estudio exploratorio.

Abstract: This article is the result of an exploratory study was made in the magazine entitled *Gênero na Amazônia* (Belém-Pa). Our purpose was to find out if there were works devoted to reflecting on or discussing the relationship of elderly women with activities in the domestic space in this magazine (involving care not only for the husband and children, but also for the grandchildren). For this, a literature review it was used in conjunction with the scanning method to collect the data. In summary, we did not find research with such ambitions. However, in some articles we come across small reflections on this theme of elderly women and the domestic space from other themes (such as violence, poverty, brothels and mining, homosexuality, literature, faith healers, health, care, passage' rites, penitentiary, etc.). It is important highlight that this exploratory research is also an initial study of the theme itself and an incentive for more researchers to be concerned with the subject.

Keywords: Elderly women. Domestic activities. exploratory study.

ⁱ Este artigo é resultado da Curso de Especialização em “Análise das teorias de gênero e feminismos na América Latina”, sob a orientação da professora doutora Denise Cardoso Machado, professora do IFCH/UFPA, vinculada à Faculdade de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS/UFPA. Agradeço às/ aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Kellen Irene Rabelo Borges – Graduação e Mestrado em Ciências da Religião (Universidade do Estado do Pará). Especialista em Filosofia (Estácio de Sá). Especialista em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos (Universidade Federal do Pará). E-mail: kellen.borges@hotmail.com

INTRODUÇÃO.

Envelhecimento, velhice, idosos, anciãos, velhos, pessoas com idade mais avançada e terceira idade são algumas das palavras que evocam diversas ideias, tais como: pessoas que estão passando por um processo natural do *envelhecimento* da constituição física e biológica do corpo humano; ou, ainda, pessoas que estão mudando da fase jovem-adulto para adultos-senil em uma perspectiva mais social e/ou política do conceito (BEAVOUIR, 1980; DEBERT, 1994/2020).

No que diz respeito ao envelhecimento físico do corpo humano, a maioria das pessoas consegue elencar alguns traços desse processo natural: rugas na testa, perto dos olhos, da boca e no queixo; pigmentação mais esbranquiçada de alguns fios do couro cabeludo e na sobrancelha. Além desses sinais, as imagens que compõe a ideia do que seria uma pessoa idosa também considera “o avanço da idade com um processo contínuo de perdas (da vitalidade) e de dependência” (DEBERT, 2020, p. 14).

Em relação à perspectiva sociopolítica, podemos observar que aconteceram algumas modificações no que diz respeito à compreensão do que seria uma pessoa idosa hoje e a participação dela na sociedade e seus direitos políticos. De certo modo, essas mudanças acabaram proporcionando um atual cenário, em que podemos visualizar que os avanços na área da saúde permitiram que a expectativa de vida se estendesse e, assim, proporcionasse um aumento na população de idosos.

Com isso, passamos a nos deparar com mais reflexões sobre a participação do idoso no espaço público e no espaço privado (família, instituições, grupos entre outros) (DEBERT, 2020).

Diante do exposto, se comparado com outros períodos, os idosos, atualmente, parecem ter muito mais destaque nas pautas políticas que antes. Mas, em contrapartida, o seu papel como sendo, por exemplo, o detentor do conhecimento (tradicional) está se modificando. Alguns pesquisadores, como Guita Debert (2020), tecem reflexões a respeito dessa modificação, considerando algumas diferenças entre as sociedades¹ pré-modernas² e as modernas, e como o avanço tecnológico tem influenciado essas questões.

Nesse sentido, a questão do papel desenvolvido pelos idosos abre espaço para refletirmos muitas temáticas. Uma delas é a questão de gênero e geração. E é nessa perspectiva que a temática desta investigação se passou, embora, neste espaço, não contenha discussões sobre gênero e, nem de modo aprofundado, sobre geração. No entanto, a justificativa para isso é a seguinte: nossa preocupação era apenas verificar se haviam pesquisas voltadas na temática aqui investigada.

De modo geral, a ambição deste estudo foi realizar uma revisão das pesquisas que trabalharam com mulheres idosas, mas principiando da participação das mesmas em atividades do cotidiano doméstico (considerando, aqui, o cuidado com o marido, os filhos, e até com os netos).

Assim, como veremos a seguir, investigar essa temática foi um tanto quanto dificultoso, por causa do prazo de entrega deste estudo no curso de especialização em Análise e Teorias

¹ Nas sociedades pré-modernas a “tradição e a continuidade” estavam “vinculadas com as gerações”, nesse sentido, “o ciclo da vida” tinha “conotação de renovação, pois cada geração redescobria e revivia modos de vida das gerações predecessoras”; enquanto que nos “contextos modernos, o conceito de geração só faz sentido em oposição ao tempo padronizado”, e assim “as práticas de uma geração só são repetidas se forem justificadas” e o “curso da vida transforma-se em um espaço de experiências abertas, e não de passagens ritualizadas” (DEBERT, 2020, p. 53).

² Se tivéssemos espaços para realizar mais reflexões sobre as comunidades antigas, sem dúvida deveríamos trazer para nossas discussões as contribuições de Sally Moore, pois ela trata da questão de que os idosos não eram assim tão prestigiados em tais sociedades (embora alguns deles eram responsáveis por repassar as tradições da comunidade).

de Gênero e Feminismos na América Latina (UFPA). Por isso, foi necessário mudar o local de investigação para coletar os dados, mas a metodologia elegida permaneceu, basicamente, a mesma.

Sendo assim, este artigo é resultado da revisão feita na Revista Gênero na Amazônia, cujo interesse era saber se existiam pesquisas devotadas às discussões sobre as mulheres idosas e sua relação com as atividades do cotidiano doméstico.

Os objetivos desta pesquisa foram: investigar as produções científicas dessa revista a partir do nº 1 (janeiro/junho, 2012) até o nº 19 (janeiro/dezembro, 2021), e apresentar os dados coletados (considerando não apenas a ambição da própria investigação, mas, também, algumas informações relativas à própria revista). E, em relação à coleta de dados, utilizamos o método *scanning*.

Nesse sentido, os tópicos a seguir estão responsáveis por apresentar essa investigação, a saber: o primeiro contém reflexões a respeito das contribuições de Guita Debert e como ela foi uma das responsáveis pelo interesse na investigação que consta neste artigo; o segundo aborda o processo de exploração e delimitação da temática investigada; o terceiro apresenta os resultados que coletamos da Revista Gênero na Amazônia; e, por fim, as considerações finais deste trabalho.

Antes de finalizarmos essas considerações iniciais, é importante destacar que, nesta investigação, não consta um aprofundamento de referências teóricas intercalando com os dados coletados, embora conste uma parte neste trabalho em que abordamos algumas reflexões de Guita Debert. Para esta pesquisa, partimos da perspectiva de um estudo inicial exploratório e de revisão na revista Gênero na Amazônia, cujo o interesse era apenas saber se essa revista possuía produções científicas voltadas ao tema que investigávamos.

1. Conversas Despretensiosas e as Reflexões de Debert

Em meados do mês de março do ano de 2022, foi iniciado as aulas do módulo intitulado *Gênero, Geração e Diversidade*³. Entre as reflexões que foram propostas pelas professoras responsáveis, as temáticas sobre *Gênero e Geração* causaram em minha pessoa muitos questionamentos.

De forma geral, esses questionamentos estavam mediados da seguinte forma: de um lado, pelas contribuições das professoras — e, em especial, com texto intitulado *Gênero e Envelhecimento* (1994), de Guita Debert —; e, de outro, com as minhas memórias⁴ que envolvem as experiências que tive com a minha avó e com outras mulheres idosas.

Nesse sentido, nesta parte do artigo, tenho como pretensão escrever como, durante as aulas do módulo *Gênero, Geração e Diversidade*, eu relembrei tanto as minhas experiências com a minha avó quanto as conversas despretensiosas que tive, em 2019, com mulheres idosas que falavam muitos assuntos, entre eles, a relação de cuidado e responsabilidade com seus netos.

Sendo assim, irei escrever, a seguir, primeiro sobre algumas ponderações de Guita Debert, porque, embora eu tenha conhecido ela muito depois, foram as contribuições dela que me fez lembrar das conversas que tive no grupo de ginástica. E, em segundo, tecerei algumas reflexões, brevemente, sobre as experiências com esse grupo.

³Módulo cursado durante a especialização Análise das Teorias de Gênero e Feminismo na América Latina.

⁴A respeito dessas memórias, escrevi um ensaio falando sobre a minha Avó como quesito de atividade para o módulo *Gênero, Geração e Diversidade*. Mas ainda não publiquei esse texto.

1.1 Algumas Reflexões de Guita Debert

Compreende-se que foi nas discussões que a pesquisadora Guita Debert promove, sobre os grupos de convivência ou sobre os programas para a terceira idade, que as preocupações iniciais da investigação contida neste artigo começaram a tomar rumo.

Destaco isso porque Guita Debert menciona que o público feminino é soberano nas atividades desenvolvidas por esses grupos e programas, e muitas dessas mulheres detêm falas interessantes sobre a relação das mesmas com o espaço familiar, doméstico e do trabalho (DEBERT, 1994/2020).

Embora não seja nosso foco, falar sobre esses grupos e programas, acredito que é importante destacar essa reflexão. A relevância disso é porque Guita Debert apresenta em suas reflexões diversas complexidades que giram em torno da população idosa. Uma delas é a ideia de que os velhos seriam tratados na sociedade capitalista com desrespeito, “posto que seu trabalho não pode mais ser explorado na velhice” (DEBERT, 1994, p. 40).

No que tange ao trabalho formal, ou seja, remunerado, de fato a ideia que os velhos não podem ser mais explorados na velhice tem seus fundamentos, e tanto a Guita (1994; 2020) quanto Beauvoir (1980) tecem suas argumentações nessa perspectiva de forma esclarecedora quando tratam, por exemplo, da questão do estigma que as pessoas passam a sofrer durante o processo de envelhecimento.

Mas, por exemplo, se pararmos para pensar nas atividades domésticas enquanto trabalho, como esse tipo de trabalho (doméstico) se relacionaria com a mulher idosa?

Lançar essa pergunta é nos possibilitar refletir que, embora exista a possibilidade de a mulher deixar de ser explorada em jornadas de trabalho renumerada — quando alcança a idade da velhice, ou da aposentadoria — a relação que ela tem com espaço doméstico ainda pode explorá-la, enquanto a mesma possuir vitalidade. Ou seja, o cuidado com o marido, os filhos e, até mesmo, com os netos, podem fazer parte do cotidiano das mulher enquanto ela tiver vigor.

De certo modo, em se tratando da relação entre mulheres e trabalho doméstico, Simone de Beauvoir afirmou, especialmente, no capítulo cinco do livro “O segundo Sexo”, o seguinte: “a mulher só escapa da servidão no momento em que perde toda eficiência” (1980, p. 351).

Sobre a essa eficiência, não estou apenas referindo à função reprodutora. Mas também fazendo uso da compreensão que envolve toda a vitalidade da mulher enquanto ser dotada de faculdades mentais e físicas para executar tarefas que não envolve apenas a reprodução, mas a sua própria manutenção e a de outras pessoas.

No entanto, nos dias de hoje, afirmar sobre essa servidão e eficiência pode acarretar uma série de questionamentos. Com o avanço nas investigações, pesquisas como as de Guita Debert são capazes de nos fazer questionar se o trabalho doméstico pode ser compreendido apenas como opressão para as mulheres, em especial, para as idosas.

Destacamos isso porque, ao pesquisar mulheres “que poderiam ser consideradas de classe média” com idade de 70 anos ou mais que vivem num asilo, Guita Debert propõe como reflexão que, entre essas mulheres idosas, o “trabalho doméstico” pode não ser visto como “símbolo de opressão feminina”, mas de “autonomia e independência” (2020, p. 27).

Embora Debert proporcione essa reflexão, ela não aprofunda as discussões nessa temática. Em contrapartida, ela oferece diversas ponderações para pensar a relação entre mulheres idosas e

suas famílias (netos, filhos e maridos/companheiros), mas a partir da perspectiva de não convivência no mesmo espaço.

Nesse contexto, a partir dessas considerações de Guita Debert, é possível questionar ainda: como seria/é a relação das mulheres idosas que vivem com suas famílias (netos, filhos e maridos/companheiros)? Qual é a compreensão dessas mulheres em relação ao trabalho doméstico? Existem outros motivos que fazem com que elas desenvolvam atividades domésticas? Quais motivos seriam esses?

1.2 Relembrando Conversas Despretensiosas

As indagações, destacadas anteriormente, se juntaram com as inquietações que eu já possuía, mas que ainda não estavam formuladas (porque era mais um sentimento de incômodo do que outra coisa). Para entender isso, deixe-me narrar alguns fatos.

No segundo semestre do ano de 2019⁵, eu comecei a acompanhar minha mãe nas atividades de ginástica que ela fazia (e ainda faz), voltada para pessoas idosas⁶ (entre 55 a 70 anos). De modo geral, a aula tem como horário de início as 8 horas da manhã, mas geralmente começa às 8:30 por diversos motivos.⁷ Então, na maioria das vezes, as idosas iam chegando e, enquanto esperavam o professor, elas conversavam entre si ou em grupos (de até quatro mulheres).

Como eu sempre estava acompanhando a minha mãe, sem grande dificuldade, fui logo inserida em vários tipos de conversas: algumas iniciadas pela minha mãe, e, outras, pelas amigas dela. Dessa forma, eu mantinha a posição muito mais de ouvinte quando o grupo alcançava mais de 4 pessoas, isso se dava por uma série de motivos⁸. Mas quando só estava minha mãe e uma colega dela, eu ainda conseguia interagir bem mais.

Geralmente os assuntos eram diversos, tais como saúde, educação, aposentadoria, política, religião, conflitos familiares, responsabilidade com o lar (marido, filhos e netos), às vezes sobre sexo (mas velado por piadas), comparativo de gerações (no sentido de que os jovens pouco as ouviam), diversão, entre outros.

Nessas conversas, fui percebendo que a maior parte delas também estavam em maior ou menor grau como responsáveis pela subsistência alimentar e cuidado, conseqüentemente, dos netos e pessoas doentes. Observei isso porque, de vez em quando, a conversa tendia para frases do tipo: “fulana, o dia vai ser corrido. Preciso comprar as coisas pro almoço”; “já deixei meu netinho na creche, mas vou pedir pra alguém buscar ele”; “ah filha, os pais trabalham o dia todo, eu que tomo conta do menino”; “eu já disse pra ela não ter mais filho, sou eu que crio”.

Na época, eu não tinha preocupações investigativas sobre o conteúdo das conversas que tive com aquelas senhoras, apenas me causava incômodo interpretar que aquelas senhoras idosas pareciam bem sobrecarregadas de tarefas. Com o tempo, esses assuntos e conversas acabaram caindo

⁵ Parei de frequentar o grupo quase que no final de dezembro de 2019, por motivos de estudo e trabalho.

⁶ Na época, em torno de vinte mulheres participavam das atividades. Entretanto, esse número variava de acordo com as semanas, por diversos motivos apresentados por elas (o mais comum eram doenças ou consultas médicas). A maioria delas estavam com a idade entre 60 e quase 70 anos, mas havia umas mulheres em torno dos 50 anos.

⁷ E o principal dele é que o professor responsável mora um pouco distante, e, às vezes, o trânsito compromete que a aula comece pontualmente.

⁸ Esses motivos estão relacionados com o próprio fluxo da conversa, mas que também se relacionam com a amizade (ou seja, normalmente o grupo ia aumentando, porque surgiam as amigas já perguntando como a outra estava de saúde, ou se tinha conseguido uma consulta, ou notícias de uma terceira pessoa, entre outras, emendando um assunto no outro, no qual não sobrava espaço para que eu pudesse interagir).

no esquecimento. E apenas durante as aulas *Gênero, Geração e Diversidade* comecei a lembrar. Mas também só lembrei porque eu precisei escrever um ensaio no qual rememorei as experiências com a minha avó.

Nesse ensaio, percebi as diversas atividades domésticas que a minha avó realizava; sendo ela a responsável pela maior parte do tempo com os netos (já que os pais precisavam trabalhar o dia inteiro). Perceber essa situação causou uma inquietação, como se fosse um *déjà-vú*, porque eu também sentia esse incômodo quando as senhoras da ginástica falavam de suas responsabilidades domésticas.

Depois de ter escrito o ensaio, fiquei uns dias pensando na conclusão e comecei a ter, mais ou menos, os seguintes questionamentos: Qual a relação das mulheres idosas com espaço doméstico? Será que as atividades domésticas sempre serão uma preocupação para as mulheres, até no período de envelhecimento? Qual ou quais motivos fazem com que a mulher idosa passe a cuidar e criar os netos? Qual é o grau de responsabilidade que as idosas possuem no lar?

Com essas primeiras questões, fui atrás de algumas pesquisas para entender sobre população idosa, com o propósito de melhor definir o estudo presente neste artigo.

Inicialmente, como escrevi mais à frente, realizei uma pesquisa na internet, de modo avulso. Durante esse momento, a pretensão investigativa que eu almejava demandaria muito tempo e habilidades teóricas das quais eu ainda não possuía.⁹ Só pude entender os problemas dessa pretensão quando conversei com a professora doutora Denise Machado. Em nossa conversa, ela compreendeu meus anseios e orientou-me para uma perspectiva mais específica sem sair da temática.

2. Mar de Informações: explorações e delimitação da pesquisa

Na época em que eu tinha uma vaga ideia para construir o projeto de pesquisa, decidi realizar uma breve busca na internet com o propósito de encontrar outras informações relativas às mulheres idosas. Foi durante essa pesquisa que me deparei com o livro de Gita Debert, intitulado *A Reinvenção da Velhice* (2020).

Tanto essas primeiras pesquisas como as reflexões propostas por Debert me possibilitaram observar que há muitas pesquisas que discutem sobre o envelhecimento e a velhice na sociedade e na cultura, a relação dos idosos com a educação, com a saúde e com a sexualidade. Assim como também as violências que eles podem sofrer e as políticas públicas para os mesmos.¹⁰

De maneira geral, essas informações já haviam sido coletadas antes de conversar com a professora Denise, pois, na época em que eu estava tentando definir a temática que seria investigada, a ambição que eu tinha era realizar uma revisão de literatura através do BDTD¹¹, com o propósito de verificar se existiam trabalhos que destacavam mulheres em processo de envelhecimento e/ou idosas realizando tarefas domésticas.

No entanto, aos poucos, a investigação pelo BDTD¹² precisou ser desconsiderada pelos seguintes motivos: havia muita informação que precisava ser filtrada para encontrar os dados e já havia um pequeno material esperando para ser lido e analisado que demandaria muito tempo.¹³

⁹No começo, a ambição dessa pesquisa era concentrar a investigação nos discursos dessas mulheres (“donas de casa”) que têm relação de cuidado, provimento de alimentação e vestimentas com netos.

¹⁰Informações obtidas por uma busca abrangente advinda do *Google* e, como veremos, das informações mais redirecionadas da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

¹¹ Sigla para o nome do site “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações”.

Embora não tenha ocorrido um profundo avanço no BDTD, é importante registrar que, em relação à busca de informações com palavras-chaves, o site revelou que há, pelo menos, 2,581 resultados para trabalhos que envolvem a temática “mulheres idosas”. E, nessa perspectiva, são trabalhos tanto da área da saúde, da antropologia, da sociologia, da história e demais.

O site mostrou ainda que 1,532 é o número de resultados para as pesquisas que contenham as palavras “mulheres e envelhecimento” (que, também, tanto a área da saúde e de ciências sociais contribuíram em investigações).

E, em relação às palavras “mulheres idosas” e “atividades domésticas”, o resultado foi de 24 pesquisas (que, de alguma forma, destacavam essas palavras ao longo de pesquisas com abordagens da saúde ou das ciências sociais).

Contudo, vale ressaltar que, entre esses 24 trabalhos, apenas a Tese da pesquisadora Alessandra Almeida, defendida em 2019, intitulada “Representações Sociais sobre o ato de cuidar na perspectiva de mulheres idosas cuidadoras”¹⁴, parece se aproximar de nossas perspectivas investigativas.

Embora pequena, essas são informações advindas da investigação que fiz. O propósito dessa pesquisa era criar um quadro temático com os nomes das dissertações e teses que pareciam se aproximar do tema que era investigado.¹⁵

À medida em que eu investia tempo nas buscas pelo BDTD, também percebi que o prazo estava se exaurindo (principalmente porque, a cada nova busca com palavras chaves, era necessário se aventurar em novas leituras, e, delas, realizar resumos analíticos sobre as produções científicas).

Em meio às tantas informações que precisavam ser filtradas e muitos trabalhos acadêmicos que precisavam ser lidos para uma futura análise, foi preciso tomar algumas decisões, tais como: não seguir pelo BDTD, mas concentrar em outro campo de busca mais específico.

Assim, com o auxílio da orientadora desta pesquisa, conseguindo perceber o tamanho da empreitada que eu estava querendo realizar com o prazo curto e mediante nossas conversas, decidimos alguns pontos fundamentais para o redirecionamento da pesquisa. E, assim, concordamos o seguinte: já que o tema de pesquisa era uma preocupação que partia de minhas experiências empíricas, seria interessante realizar um estudo exploratório. Para isso, faríamos uma revisão de literatura

¹²Diferentemente de uma busca ampla, onde é possível encontrar textos leigos e acadêmicos coexistindo em texto real, o BDTD é um dos nichos virtuais comprometidos em divulgar dissertações e teses de diversas instituições científicas. Esse comprometimento do site acaba oferecendo para os pesquisadores iniciantes a possibilidade de realizar tanto investigação bibliográfica como também uma revisão de literatura mais atual.

¹³Embora o BDTD seja um espaço capaz de oferecer diversos trabalhos acadêmicos, é necessário que os pesquisadores possuam um prazo mais longo para suas investigações, principalmente se um dos objetivos for realizar uma revisão de literatura. Esse site exige atenção e a marcação de filtros de pesquisas capazes de melhorar a busca por dissertações e teses.

¹⁴“A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o espaço relacional das mulheres idosas cuidadoras, bem como as representações sociais sobre o ato de cuidar, no contexto da feminização da velhice. Especificamente, buscou-se descrever o perfil socioeconômico pessoal e familiar das idosas cuidadoras e da pessoa idosa dependente, identificando os fatores associados à relação de cuidado e as representações sociais acerca da razão de serem as principais cuidadoras. Ainda, pretendeu-se examinar o espaço relacional das idosas cuidadoras, investigando as consequências do ato de cuidar no seu cotidiano e suas redes de apoio formais e informais. Além disso, descrever as representações sociais sobre o ato de cuidar a partir da percepção de idosas cuidadoras e buscar compreender como essas pessoas esperam ser cuidadas e, por fim, o estudo teve em vista subsidiar políticas de amparo ao cuidador e ao idoso dependente. Metodologicamente, caracteriza-se a pesquisa como um estudo de caso, com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. A amostra foi composta por 24 mulheres idosas cuidadoras de idosos(as) debilitados(as) física e/ou mentalmente, com idade média de 68 anos de idade, tendo uma variação de 60 a 87 anos” (ALMEIDA, 2019, p. 10).

¹⁵Essa informação é válida porque foi realizado um quadro temático a partir dos balizadores que foram usados para investigação no BDTD. Para este estudo, considerou-se colocar apenas essas informações de forma abreviada.

(sem desconsiderar o estado do conhecimento como elementos fundamental na construção de investigações científicas).

A partir dessas considerações, foi decidido realizar uma revisão de literatura para auxiliar na “busca de informações junto a acervos e bancos de dados [...] de informações existentes”, assim seria possível “avaliar a disponibilidade de material” já publicado (MICHALISZYN; TOMASINI, 2005, p. 11). A partir dessa revisão, seria possível verificar a existência, ou não, de pesquisas voltadas para temáticas que elegemos.

Diante disso, o direcionamento proposto pela orientadora impulsionou a investigação de forma mais esclarecedora. E, assim, decidimos que a investigação continuaria a ser realizada de modo virtual, e que deveria ser em uma revista prestigiada, com diversas temáticas e com produção semestral (para que fosse possível delimitar o período de investigação).

A partir dos critérios que foram pensando, foi considerado então investigar a revista intitulada “Gênero na Amazônia” (produzida em Belém-PA), com o propósito de verificar a existência de trabalhos voltados para reflexões ou discussões de mulheres idosas exercendo atividades domésticas.

Como dito anteriormente, a verificação dessa temática parte de uma preocupação que surgiu em meio às observações de caráter empírico.

De modo geral, essa inquietação, embora aparente ter uma existência concreta, as indagações que ficam são as seguintes: Existem trabalhos científicos que já destacaram e trabalharam essa temática? Se sim, quais reflexões e discussões foram destacadas?

Mediante a tais ponderações, nos aventuramos pelas contribuições da Revista Gênero na Amazônia com o intuito de verificar se existem reflexões do tipo.

Já que o tempo de entrega desta pesquisa estava se esgotando, entre as modalidades propostas para revisão de literatura que existem, foi optada a “scanning”, que “trata-se de um tipo de leitura” em que se é buscado “um tópico específico no texto, fazendo para tanto o uso do índice, linhas, parágrafos, com o propósito de encontrar frases ou palavras-chave que digam respeito ao assunto com o qual está trabalhando” (MICHALISZYN; TOMASINI, 2007, p. 112).

Veremos, a seguir, de forma um pouco mais detalhada, como foi realizado a façanha desta pesquisa e os dados que foram obtidos.

3. Gênero na Amazônia

Antes de ser apresentado e discutido as informações que foram coletadas na revista Gênero na Amazônia (GA), é relevante tecer comentário sobre ela.

Sendo assim, nesse espaço, vamos falar de modo mais geral sobre a história e a relevância da revista, para, posteriormente, nos concentrarmos no processo investigativo da mesma e refletir a respeito das informações coletadas.

3.1. Considerações a Respeito da Revista GA

No que diz respeito à busca virtual pela revista Gênero na Amazônia, não é difícil de localizá-la. De forma geral, há duas formas de encontrá-la, a saber: 1º) As pessoas interessadas nas temáticas “gênero” na “Amazônia” podem colocar essas palavras em aspas na aba de busca virtual e logo irá se deparar com o título da revista associado ao link (de acesso); 2º) Se a pessoa possuir o

link da revista, basta que essa pessoa coloque esse link na aba de navegação que já é redirecionada para o site da revista.

Dessa forma, através das palavras chaves ou dos links de acesso, é possível que as pessoas se deparem com as seguintes interfaces:

Imagem 1: Interface do site da revista Gênero na Amazônia¹⁶



Fonte: site da revista GA

Imagem 2: Interface do site associado à UFPA¹⁷



Fonte: site da revista GA

Imagem 3: Interface dos Periódicos da GA associada à UFPA¹⁸



Fonte: site do GEPEM

¹⁶ Para cego ver: a imagem 1 se trata de uma página virtual da revista GA. A imagem contém as seguintes informações: a aba superior da cor azul escuro, ao lado esquerdo está o desenho de uma flor e ao lado as palavras *Gênero na Amazônia* (em cor azul claro); o centro da página é branco, e contém do lado esquerdo uma das capas da revista GA (na cor verde, com o desenho da rosa na cor roxo), e, ao lado direito, um texto introdutório; e, por fim, a aba inferior na cor azul escuro.

¹⁷ Para cego ver: a imagem 3 se trata de uma página virtual da revista GA. A imagem contém as seguintes informações: a aba superior da cor azul escuro, ao meio está o desenho de uma flor e ao lado as palavras *Gênero na Amazônia* (em cor azul claro); o centro da página é da cor branca e contém links da GA (de revistas, periódicos, rede sociais, entre outras); na parte direita da página há forma de acessá-la o periódico através de conta associada a essa revista.

¹⁸ Para cego ver: a imagem 2 se trata de uma página virtual da revista GA. A imagem contém as seguintes informações: a aba superior e inferior da página é da cor roxo; e o centro da página é branco, e contém uma fotografia com algumas mulheres e um texto inicial.

Essas três imagens nos auxiliam a ver algumas das páginas associadas às produções e publicações relacionadas à Revista Gênero na Amazônia. Existem outros links associados à revista, tais como os das redes sociais que abrangem a conexão com outras pessoas e suas contas virtuais.¹⁹

Nas primeiras vezes que fiz a busca pela revista GA, utilizando as palavras chaves, fui redirecionada para a interface da imagem 1. Nesses primeiros momentos, eu não tinha conhecimento que a GA detinha outros links para encontrar suas publicações. No entanto, encontrei as interfaces das imagens 2 e 3 através de uma das redes sociais que GA possui.

Foi através da interface da imagem 1 que obtive o conhecimento sobre o início e a necessidade da existência da revista. Vejamos a seguir:

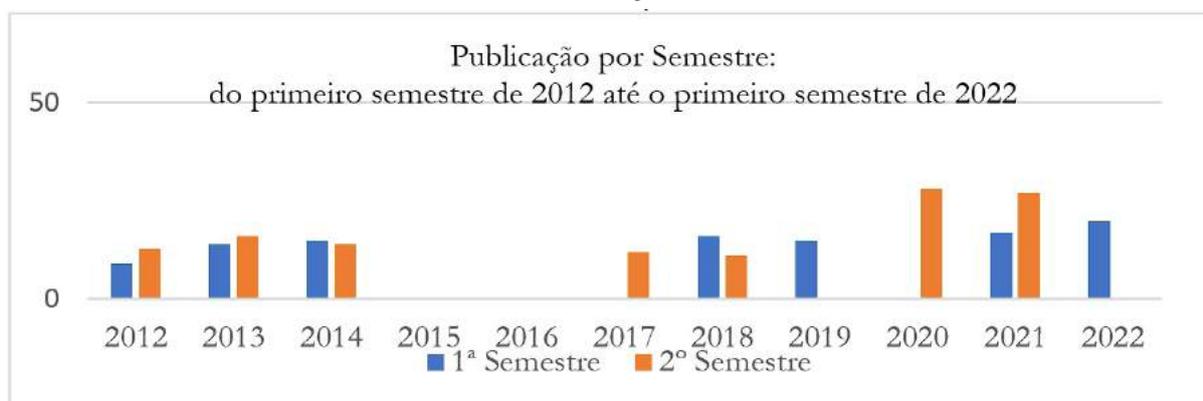
Foi organizada em julho de 2012 pela necessidade de registrar os estudos e pesquisas que são realizados na Região Norte, com destaque as pesquisas elaboradas na UFPA e no Pará, visibilizando as atividades científicas, literárias e autoras que militam no âmbito das ciências humanas, fomentando o debate sobre a situação das mulheres e relações de gênero em diferentes manifestações e enfoques teórico-metodológicos, numa perspectiva inter e multidisciplinar. Porém, transcendeu sua vocação tornando-se referência nacional dos estudos de gênero. (GÊNERO NA AMAZÔNIA, 2012-2022)

Essas informações sobre a revista GA são relevantes porque, de fato, a “perspectiva inter e multidisciplinar” está presente ao longo de suas edições, tornando-a, assim, uma das revistas de referência nacional com um comprometimento acadêmico ímpar.

Adiante, iremos dispor um quadro que contém o ano, o período e o número de publicações que já foram realizadas na revista GA, desde de 2012 até o primeiro semestre de 2022. Mas achamos relevante trazer, neste momento, um gráfico panorâmico dessa revista com o intuito de termos noção da atividade da mesma.

Nesse sentido, para que possamos visualizar, de modo mais didático, as publicações da revista GA, considerando 2012 até o primeiro semestre de 2022, vejamos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 1: Publicações da revista GA



Fonte: dados desta pesquisa/2022.

Nesse gráfico, podemos observar as produções da revista GA ao longo de dez anos de existência e ponderar os seguintes indicadores sobre a quantidade de publicações, considerando

¹⁹ Não colocamos imagens das redes sociais pelo fato de que nossa investigação não utilizou tais espaços para a coleta de dados.

anos e semestres. Com isso, ressaltamos que: 1) Se compararmos o primeiro semestre e o segundo semestre de 2012, houve um tímido aumento de publicações; 2) Em relação ao ano de 2013, houve um aumento considerável em ambos os semestres; 4) Em 2014, aconteceu um pequeno declínio no número de publicações.

Nessa perspectiva, dando sequência à nossa análise, o gráfico também mostra que: 5) Nos anos de 2015 e 2016, e o primeiro semestre de 2017, não houve publicações na revista. Apenas no segundo semestre de 2017 as publicações retornam, mas de forma gradativa; 6) No primeiro semestre de 2018, ocorreu um aumento considerável, enquanto que, no segundo semestre desse mesmo ano, o número é baixo; 7) No ano de 2019, ocorreu publicações apenas no primeiro semestre. Do segundo semestre de 2019 até o primeiro semestre de 2020, não houveram publicações.

Também é possível observar, através do gráfico, que: 8) O segundo semestre de 2020, é o período em que a revista obteve o maior número de publicações desde o seu início; 9) No primeiro semestre de 2021, o número de publicações, embora seja um pouco inferior ao segundo semestre de 2020, é superior ao primeiro semestre de 2021; 10) No primeiro semestre de 2022, a quantidade de publicações do dossiê pode nos levar à seguinte reflexão: embora, o número de trabalhos publicados seja baixo, se comparado aos dossiês²⁰ que tiveram maiores números de artigos, ainda assim, o primeiro dossiê de 2022 manteve um número superior se comparando ao geral.

Nesse sentido, apesar de não ter tido publicações no ano de 2015 e em 2016, assim como também em determinados semestres, no geral, a revista GA esteve na ativa, como mostra os indicadores acima, com seus compromissos com a divulgação inter e multidisciplinar (como veremos no próximo item de forma um pouco mais detalhada).

3.2. Reconhecimento do Conteúdo Publicado e Método de Investigação

Vejam, a seguir, um quadro em que colocamos as propostas/temáticas da revista GA desde 2012 até o presente momento de 2022²¹:

Número e Período da Revista	Dossiês	Número de textos publicados
N. 1 janeiro/junho, 2012	Sem título	9
N. 2 julho/dezembro, 2012	Violência Doméstica Contra as Mulheres	13
N. 3 janeiro/junho, 2013	Relações Amoras e Conjugalidades	14
N. 4 julho/dezembro, 2013	Mulheres na Política	16
N. 5 janeiro/junho, 2014	Violência Doméstica contra as Mulheres	15
N. 6 julho/dezembro, 2014	Jovens Antropólogos, (Homo Sexualidade e Expressões de Gênero)	14
N. 7-12 julho/dezembro, 2017	GEPEM/UFPA 20 Anos: Mulheres, Gênero, História e Saberes	12
N. 13 janeiro/junho, 2018	Mulheres e Literatura	16
N. 14 julho/dezembro, 2018	Mulheres, Saúde e Violência de Gênero	11
N. 15 janeiro/junho, 2019	Mulheres, Política e Poder	15

²⁰ Primeiro semestre de 2020 e segundo semestre de 2021.

²¹ Não investigamos esse dossiê, pois ele foi publicado depois da coleta de dados. Mas decidimos colocar nesse quadro como demonstrativo dos números e dos temas já publicados pela Revista GA.

N. 16-18, julho/dezembro, 2020	Mulheres Amazônidas: Democracia, Resistências, construções de saberes	28
N. 19 janeiro/dezembro, 2021	O Fenômeno da Pandemia em Perspectiva de Gênero e Feminismos	17
N. 20 julho/dezembro, 2021	Mulheres, Cultura e Identidade Negra	27
N. 21 janeiro/junho, 2022	Sem título	12
N. 22 julho/dezembro, 2022	Saúde é mais que evidência: é humanidade e pluralidade dos saberes ²²	13

Fonte: informações retiradas dos sites da revista GA.

A partir desse quadro, podemos observar que há quinze publicações da revista com dossiês diversos e, embora não esteja presente os títulos dos trabalhos acadêmicos, há aproximadamente 232 trabalhos que foram publicados pela revista *Gênero na Amazônia*²³.

Diante do exposto, foi partindo dessa inter e multidisciplinaridade de dossiês e, consequentemente, de trabalhos que foram publicados na revista GA, que decidimos aprofundar em suas contribuições e verificar se, nessa revista, constava investigações voltadas para discutir sobre as mulheres idosas executando atividades do espaço doméstico.

Para que pudéssemos progredir pelas publicações da revista, organizamos o trajeto da coleta de dados, a saber: 1) criamos um quadro temático para inserir as informações encontradas; 2) preenchemos esse quadro com informações adquiridas da técnica de leitura, a *scanning*²⁴.

Já que a revista *Gênero na Amazônia* é virtual e seus textos estão em formato de PDF, utilizamos a técnica de leitura, *scanning*, em parceria com aba de busca²⁵ para manter foco e procura ao longo de 180²⁶ trabalhos publicados.

Começamos a investigar cada artigo utilizando aba de busca com algumas palavras-chaves, tais como: envelhecimento, mulher, idosa e tarefas domésticas. O uso dessas palavras foi essencial, principalmente em artigos cujo o tema se afastava da temática que estava investigando (porque, assim, permitiu que fizéssemos uma vistoria rápida na discussão para ver se a pesquisa se voltava para nossa proposta).

Dessa forma, em se tratando de artigos cujo a temática se aproximava, o recurso das palavras-chave foi utilizado para voltar a leitura de alguns parágrafos que refletia o tema do espaço doméstico e mulheres, em especial, as idosas.

²² Não investigamos as publicações de nº 21 e 22. Mas decidimos colocar nesse quadro como demonstrativo dos números e dos temas já publicados pela Revista GA.

²³ Trabalhos contabilizados desde a primeira publicação (n. 1 janeiro/junho, 2012) até os mais recentes (N. 22 julho/dezembro, 2022). Ainda é importante dizer que a totalização desse número considera os artigos científicos, resenhas, relatos de experiências, entrevistas e crônicas.

²⁴ Embora a *scanning* seja uma ferramenta de leitura rápida, é necessário também ter muito cuidado com a utilização da mesma, principalmente em revisões de textos que contemplam a temática investigada. Até porque, nesse caso, é preciso muita atenção na busca pelas palavras-chave de todo o texto.

²⁵ Em se tratando do teclado virtual, para fazer surgir a aba de busca, uma das alternativas de atalho oferecida por computadores, por exemplo, é a seguinte: basta que a pessoa aperte primeiro a tecla “ctrl” e depois a “f” para surgir essa aba (geralmente esse recurso está mais presente em textos em formato de PDF ou em página de internet).

²⁶ Esse nº corresponde ao total de produções publicadas do nº 1 até o nº 19.

Vejamos, a seguir, como quadro estava organizado para receber os primeiros dados relacionado à existência ou não de trabalhos devotados à temática que investigávamos.

Quadro 2: Primeira sistematização de informações²⁷

Nº da Revista	Dossiês	Nº de textos publicados	Título dos artigos ²⁸	Existem: sim (S) e não (N)	Reflexões em paralelo com a temática	Nº de textos paralelos
N. 1	Sem título	9		N	S	3
N. 2	Violência Doméstica Contra as Mulheres	13		N	N	0
N. 3	Relações Amoras e Conjugualidades	14		N	N	0
N. 4	Mulheres na Política	16		N	N	0
N. 5	Violência Doméstica contra as Mulheres	15		N	N	0
N. 6	Jovens Antropólogos, (Homo Sexualidade e Expressões de Gênero)	14		N	N	0
N. 7-12	GEPEM/UFPA 20 Anos: Mulheres, Gênero, História e Saberes	12		N	N	0
N. 13	Mulheres e Literatura	16		N	N	0
N. 14	Mulheres, Saúde e Violência de Gênero	11		N	N	0
N. 15	Mulheres, Política e Poder	15		N	N	0

²⁷ Os nº 20 e 21 não passaram pelo método de *scanning*, por isso estão com um traço. O motivo é que não havia tempo para continuar a investigação.

²⁸ Na tabela que usamos durante a coleta de dados, está registrado os 232 títulos e a autoria dos mesmos.

N. 16-18	Mulheres Amazônidas: Democracia, Resistências, construções de saberes	28		N	S	2
N. 19	O Fenômeno da Pandemia em Perspectiva de Gênero e Feminismos	17		N	N	0
N. 20	Mulheres, Cultura e Identidade Negra	27		-	-	-
N. 21	Sem título	12		-	-	-

Fonte: informações retiradas dos sites da revista GA.

A seguir, o Quadro 2, neste momento, nos auxilia a visualizar como foi sendo montada a sistematização das informações que fomos obtendo. Gradualmente, o quadro foi sendo preenchido com informações desde o primeiro número de publicação até o nº 19 (como veremos por outra perspectiva mais à frente). Assim, as informações contidas no Quadro 2, podem ser representadas da seguinte forma:

Quadro 2: Sistematização das informações obtidas



Fonte: dados desta pesquisa/2022.

Nessa representação, consideramos as 180 publicações que investigamos e os 5 textos que fazem paralelo com a temática que estávamos investigando.

Dessa maneira, considerando os dados coletados e o seguinte questionamento: “Na revista Gênero na Amazônia, existem pesquisas que abordam as mulheres idosas e sua relação com atividades domésticas?”, obtivemos como resposta que, do nº 1 até o nº 19, não há pesquisas devotadas para essa temática.

Embora não tenhamos encontrado pesquisas específicas na revista GA, como destacamos anteriormente, encontramos reflexões relevantes ao longo de alguns artigos que fizeram com que alterássemos algumas informações do Quadro 2.

As alterações foram pensadas justamente para destacar as informações que encontramos em se tratando de mulheres idosas e sua relação com o espaço doméstico.

3.3 Desdobramento da Investigação

Como mencionamos anteriormente, embora não tenhamos encontrando artigos devotados à temática que ambicionávamos encontrar, há reflexões que gostaríamos de destacar que fazem paralelo entre mulheres idosas com atividades do espaço domésticos (tais como, cuidado, criação de netos e até provedora da renda familiar).

Nesse contexto, o quadro a seguir foi construído a partir do desdobramento da coleta de dados do Quadro 2. A necessidade de organizar um terceiro quadro diz respeito à ideia de destacar parágrafos ou frases que foram ditas, mediadas por análises, sobre a relação da pessoa idosa com o espaço doméstico e tudo que nele existe.

Sendo assim, vejamos como estava organizado o Quadro 3, para que, depois, possamos comentá-lo a partir das informações que surgiram durante a coleta de dados, pois, nesse momento, ele é apenas ilustrativo.

Quadro 3: Resumo do desdobramento da coleta de dados

Nº da Revista	Dossiês	Nº de artigos Publicados	Artigos em paralelo	Resumos
Nº. 1 janeiro/junho, 2012	Sem título	9	3	
* Do nº 2 julho/dezembro 2012 até o nº 15 janeiro/junho, 2019, não há discussões que aproximem mulheres idosas e atividades domésticas;				
Nº 16-18 julho/dezembro, 2020	“Mulheres Amazônidas: Democracia, Resistência, Construções de saberes”	28	2	
* Nº. 19 janeiro/dezembro, 2021, não há discussões que aproximem mulheres idosas e atividades domésticas				

Fonte: informações retiradas dos sites da revista GA.

Nesse sentido, à medida que encontrávamos pesquisas que, de alguma forma, sinalizavam para reflexões sobre a relação entre mulheres idosas e o espaço doméstico (considerando, assim, o cuidado, criação de netos e o prover da renda familiar), acrescentávamos no Quadro 3, a partir dos elementos criados que constam no próprio quadro.

Vale ressaltar que no item “Resumo”, do quadro 3, constavam os resumos que tiramos dos artigos. Vejamos, a seguir, no Quadro 4, o resumo nº 1 (janeiro/junho, 2012); dossiê sem título; nove trabalhos publicados; e três em paralelo com a temática investigada.

Quadro 4: Quadro de resumos janeiro/junho 2012

Resumos
<p>1- A pesquisa de Maria A. C. Nascimento, intitulada “Bolsa Família e Renda para Viver Melhor; em resumo, ela procurou “analisar como as identidades de gênero e raça/etnia se alteram a partir do auferimento do valor monetário propiciado pelas políticas de transferência de renda federal e estadual”. Nessa investigação, a pesquisadora utilizou entrevistas²⁹ com 60 mulheres, entre 19 e 50 anos (ou mais) e destacou que as mulheres são as mais beneficiárias nesses programas; entre as reflexões proposta por M. Nascimento, ela diz o seguinte: “as mulheres de 40 anos ou mais eram mães-avós que assumem oficialmente a identidade materna dos netos e que não reclamam do ritual que caracteriza o acesso aos benefícios, já que como são usuárias”; essa informação é relevante porque a pesquisadora tece argumentos para refletirmos, por exemplo, “ausência de trabalho qualificado e a resistência por parte das jovens mães ao trabalho doméstico remunerado fazem com que muitas avós assumam seus netos como filhos, para que a família receba o benefício quando a filha não se dispõe a enfrentar as condições impostas pelos Programas”.</p>
<p>2 - Pesquisa de Lana C. M. da Silva, intitulada “Trabalho e Família na Percepção de Mulheres Provedoras”; Em resumo: ela analisa “a relação entre as categorias trabalho e família na percepção de mulheres provedoras”; ela investigou “17 mulheres da Região Metropolitana de Belém, com idade entre 26 a 72 anos”; entre os resultados, a pesquisadora destaca que há um “caráter paradoxal das categorias estudadas” que conferiu “simultaneamente, duplicação de afazeres e autonomia a essas mulheres”; no item “4. Sobre a “Distribuição das Tarefas Domésticas” e o “Cuidado com as Crianças” há muitas informações relevantes que abordam a relação das mulheres nessas tarefas, mas pouco podemos identificar a presença de mulheres idosas nessa relação (talvez porque a perspectiva do trabalho não delimita para esse propósito).</p>
<p>3- Pesquisa de Eneida Correa de Assis intitulada “Descobrimo as Mulheres Indígenas no Uaçá – Oiapoque: uma Antropóloga e seu diário de campo”. Em resumo: “o artigo trata da descoberta das mulheres por uma antropologia ao iniciar seu trabalho de campo”. Essa pesquisa foi destacada, porquê contém algumas reflexões sobre as atividades das mulheres idosas, embora não tão aprofundada a perspectiva que buscávamos.</p>

Fonte: Revista GA.

Ainda a respeito de dados desta pesquisa, apresentamos os resumos do nº 16-18 julho/dezembro, 2020; dossiê “Mulheres Amazônidas: Democracia, Resistência, Construções de saberes”; 28 trabalhos publicados; e três em paralelo com a temática investigada. A saber, no Quadro 5:

Quadro 5: Resumos 16-18 julho/dezembro de 2020

²⁹ “120 entrevistas realizadas no Estado do Amapá e do Pará, com mulheres e homens titulares e não titulares dos benefícios, bem como com técnicos e gestores e executores dos programas [...] A identidade étnico-racial configurou-se pela existência de 35 mulheres autodenominadas negras no quilombo do Curiaú e 20 residentes de Belém e Macapá. As outras 20 e os 5 homens auto identificaram-se como morena(o), parda(o) e branca(o)

Resumos

1- Investigação de Rodolfo Barbosa, Ana Santos e Pamela Peleggrini intitulado “Colonialidade do Saber, Poder e Ser: um ensaio sobre a idosa marajoara, a cidadania, os silenciamentos e suas memórias”; em resumo, nesse trabalho é “Discutindo sobre o lugar socialmente ocupado por mulheres idosas após o advento da Modernidade”.

2 – Investigação de Ana Santos e Elizandra Lima, intitulada “Cidadania Negada pela Torneira ou pelo Poço: mulheres marajoaras e suas dificuldades para acessar a água em Breves-PA”; em resumo, é uma pesquisa que “mostraremos as experiências de quatro idosas residentes no núcleo urbano de Breves-PA”, nessa perspectiva as pesquisadoras refletem que parte do tempo das mulheres idosas “está destinada a dedicar-se aos afazeres domésticos e no cuidado com seus familiares, isso implica utilizar a água em diferentes tarefas”.

Fonte: Revista GA.

Diante do exposto, compreendemos que esses resumos, de forma geral, nos auxiliam a observar que há pesquisas que refletem a relação entre mulheres idosas e espaço doméstico a partir de diferentes abordagens, e trazem em suas discussões uma série de elementos que correspondem a essa relação, para ser pensada, por exemplo, a partir do contexto social. Mas essas pesquisas pouco focam em uma perspectiva de classe ou raça/cor/etnia em suas discussões.

Nesse sentido, para além desses trabalhos que destacamos (como sendo paralelos à temática que investigávamos), há outras pesquisas que destacam a mulher idosa em diversas perspectivas, tais como violência; pobreza; bordéis e garimpo; homoafetividade; literatura; benzendeiras; saúde; cuidado; ritos de passagem; penitenciária, entre outros.

Em um panorama geral, do nº 1 até o nº 19, não há um dossiê que provoque em pesquisadoras e pesquisadoras o interesse de investigar ou submeter pesquisas voltadas para a temática que investigávamos. A título de comparação, vejamos novamente os títulos dos dossiês:³⁰

Quadro 6: número e títulos dos Dossiês

Nº da Revista	Dossiês
N. 1	Sem título
N. 2	Violência Doméstica Contra as Mulheres
N. 3	Relações Amoras e Conjugualidades
N. 4	Mulheres na Política
N. 5	Violência Doméstica contra as Mulheres
N. 6	Jovens Antropólogos, (Homo Sexualidade e Expressões de Gênero)
N. 7-12	GPEM/UFPA 20 Anos: Mulheres, Gênero, História e Saberes
N. 13	Mulheres e Literatura
N. 14	Mulheres, Saúde e Violência de Gênero
N. 15	Mulheres, Política e Poder

³⁰ Embora na tabela consideramos colocar os títulos do nº 20 e 21, não pesquisamos os trabalhos publicados nesses números.

N. 16-18	Mulheres Amazônidas: Democracia, Resistências, construções de saberes
N. 19	O Fenômeno da Pandemia em Perspectiva de Gênero e Feminismos
N. 20	Mulheres, Cultura e Identidade Negra
N. 21	Sem título

Fonte: informações retiradas dos sites da revista GA.

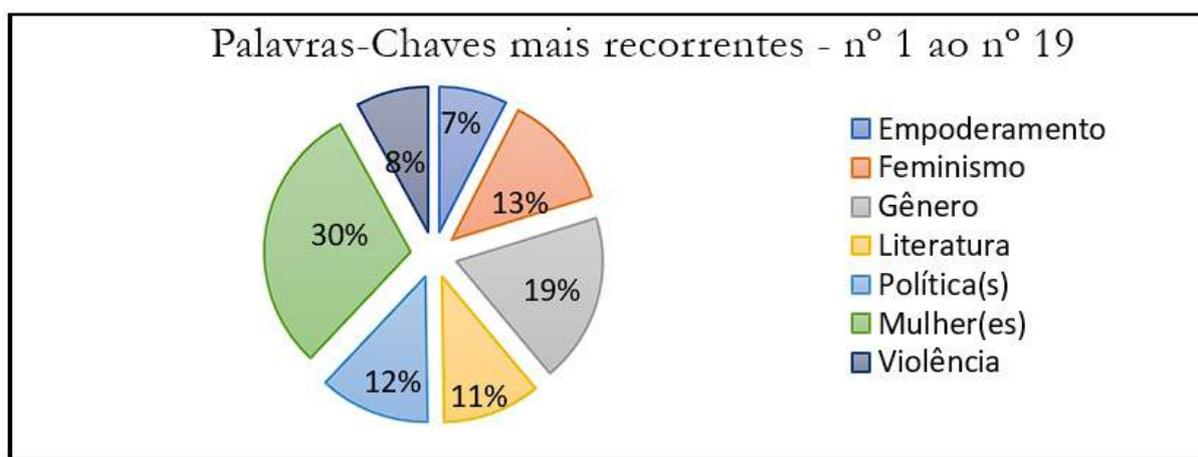
A partir dos títulos, podemos refletir o seguinte: que, embora exista dossiês que trazem ao menos a palavra “mulher”, nenhum deles contém palavras do tipo “geração”, “envelhecimento”, “idosas” ou qualquer outra palavra que caracterize a ideia de trazer mais pesquisas relacionadas à população idosa (e ao trabalho doméstico).

Destacar essa reflexão não quer dizer que a ausência de um dossiê específico seja o motivo que explique o porquê de não haver publicações que considere a relação entre idosas e o trabalho/ espaço doméstico, pois, como vimos, houveram trabalhos que refletiram essa temática por outras abordagens.

Nesse sentido, fica então a pergunta: por que não havia trabalhos sobre as mulheres idosas e sua relação com as atividades do cotidiano doméstico? Essa é uma questão que deve ser problematizada em futuras pesquisas.

Para finalizarmos essa parte da coleta de dados, acreditamos ser relevante dizer que, a partir de uma perspectiva geral, no qual consideramos as palavras chaves dos trabalhos que investigamos, conseguimos montar o seguinte gráfico:

Gráfico 2: Palavras-chave mais recorrentes do nº 1 ao 19

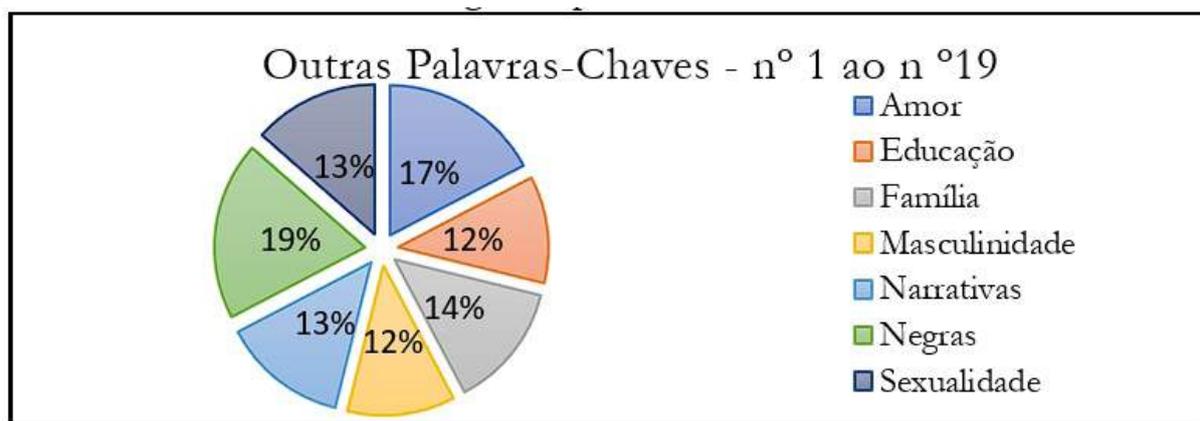


Fonte: dados desta pesquisa/2022.

A partir desse gráfico, podemos observar quais foram as palavras mais usadas em palavras-chave dos artigos publicados na revista GA. Para esse gráfico, consideramos o mínimo de 15 palavras que foram recorrentes.

A seguir, podemos observar outro grupo de palavras que são recorrentes nas produções com no mínimo cinco e, no máximo, dez repetições:

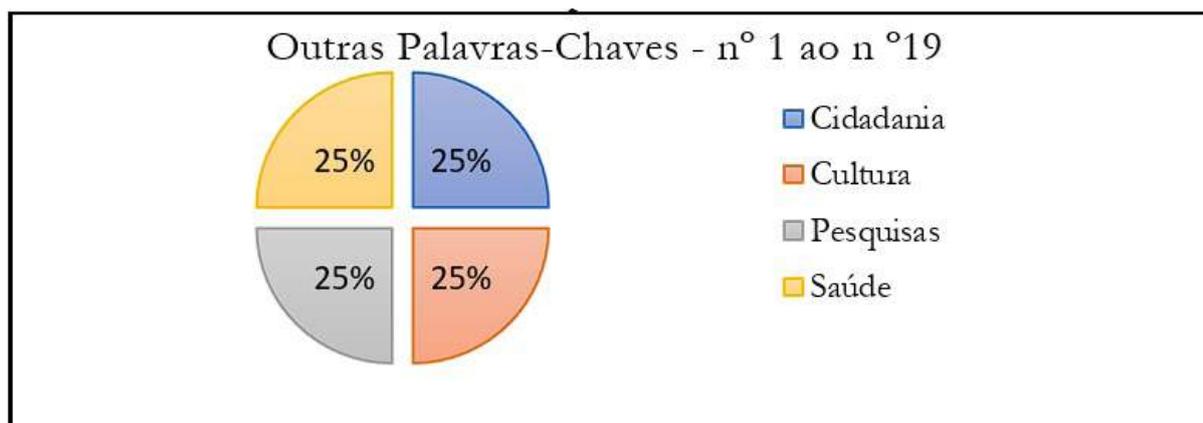
Gráfico 3: Algumas palavras-chave – nº 1 ao 19



Fonte: dados desta pesquisa/2022.

E, por fim, no gráfico a seguir, podemos observar um grupo de palavras com, no máximo, cinco repetições:

Gráfico 4: Outras palavras-chave – nº 1 ao 19



Fonte: dados desta pesquisa/2022.

Para além dessas palavras que destacamos, há outras das quais suas recorrências chegam, no máximo, duas vezes. Algumas dessas palavras são: benção/benedeiras, capoeira, controle, geração, legislação, patriarcado, trajetória e etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma perspectiva geral, muitas pesquisas com abordagens feministas discutem a divisão sexual do trabalho e até os papéis desempenhados pelos sexos. Através dessas pesquisas, sabemos que a maioria das mulheres vivenciam as experiências relativas às atividades do trabalho doméstico desde a infância (BEAUVOIR, 1980). E um número significativo delas chegam à fase adulta como uma das grandes responsáveis pela lógica desse espaço funcionar (e que pode ser intermediado entre o cuidado com o marido, filhos, às vezes o trabalho renumerado e, sem contar, com os netos).

Essa ideia de que há um “número significativo” de mulheres que “chegam a fase adulta como uma das grandes responsáveis pela lógica do espaço doméstico funcionar” pode ser considerada

como uma reflexão advinda das contribuições tanto de Simone de Beauvoir e Guita Debert, como também dos apontamentos de Silvia Federici³¹ (embora não tenhamos cedido espaço neste artigo para destacar algumas das ideias apresentadas por essa última pesquisadora).

Como dito anteriormente, a ambição desta pesquisa era verificar se existiam trabalhos na revista *Gênero na Amazônia* que abordassem a relação das mulheres idosas com o espaço doméstico. Para isso, investigamos do n° 1 até o n° 19 da revista *Gênero na Amazônia* com o intuito de encontrar pesquisas devotadas a essa temática, mas não encontramos nenhum trabalho que tinha como objetivo tal discussão. Embora não tenhamos encontrado, nos deparamos com reflexões paralelas que nos fizeram considerar que esse tema faz parte da reflexão de poucos trabalhos científicos.

Em relação aos dados obtidos, é importante dizer que uma análise apurada a partir de contribuições teóricas ficará para uma futura pesquisa, já que o objetivo principal desta investigação era saber se existiam trabalhos que privilegiassem a relação entre mulheres idosas com o espaço doméstico na revista GA.

Em pesquisas futuras, cabe traçar uma abordagem teórica que auxilie em uma investigação que tenha como objetivo, por exemplo: compreender a configuração familiar cuja a figura principal do cuidado (não apenas do espaço doméstico, como também da subsistência e educação dos netos) é a avó, e entender as implicações entorno da permanência das atividades atribuídas a elas.

Mas, para esse tipo de pesquisa que destacamos, acreditamos que pesquisadores precisam possuir um cronograma de coleta e análise de dados que seja suficiente para dar conta deste tema. Até porque, para essa pesquisa, é inevitável considerar a relevância de uma abordagem interdisciplinar (que renderia um cenário de discussões inovador para essa temática e para discussões de cunho feministas).

Antes deste artigo ser finalizado, ainda é relevante dizer que, além de investigar a relação entre mulheres idosas e atividades domésticas, seria igualmente interessante realizar uma pesquisa que considerasse o processo de envelhecimento e essas atividades. O motivo disso reside na ideia de tentar compreender esse processo mediado com a permanência de tais atividades. Mas, para isso, seria necessário realizar um estudo que considerasse tanto o recorte de classe como, também, de raça/cor/etnia.

³¹ Estamos nos referindo principalmente o livro intitulado “O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico e Luta Feminista”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alessandra. *Representações Sociais sobre o Ato de Cuidar na Perspectiva de Mulheres Idosas Cuidadoras*. 2019 Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais. Disponível em < <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/27122> >, acessado em setembro/2022

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Novas Fronteiras 1980.

DEBERT, Guita. *Reinventando a Velhice: Socialização e Processo de Reprivatização do Envelhecimento*. FAPESP, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2020.

_____. Gênero e Envelhecimento. *Revista Estudos Feministas*, UNICAMP, vol. 2 n. 3, p. 33-51, janeiro, 1994. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16288/14829> >, acessado em setembro/2022.

Gênero na Amazônia. Disponível em: < <http://www.generonaamazonia.com/index.php> >, acessado em setembro/2022.

MICHALISZYN, Mario; Ricardo TOMASINI. *Pesquisa: orientações e normas para elaborações de projetos, monografias e artigos científicos*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

Periódicos Gênero na Amazônia. Disponível em: < <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/issue/archive> >, acessado em setembro/2022.

Revista Gênero na Amazônia. Disponível em < <https://gepem-ufpa.com.br/> >, acessado em setembro/2022



O Conflito Existente na Legislação Atual entre o Recebimento da Aposentadoria por Mulheres que Cuidam de Pessoas com Deficiência e a Manutenção do Benefício de Prestação Continuada

El Conflicto Existente en la Legislación Vigente entre la Percepción de la Jubilación por Parte de las Mujeres que Cuidan a Personas con Discapacidad y el Mantenimiento de la Prestación Continuada en Efectivo

The Existing Conflict in the Current Legislation Between the Receipt of Retirement by Women Caregiver for People With Disabilities and the Continuous Cash Benefit maintenance

Laudiane Farias do Nascimento Miranda

Resumo: Este trabalho se trata de uma pesquisa quantitativa que envolve um grupo de mulheres que tem por objetivo contribuir com as informações de pesquisa quanto à condição específica de cada Mulher Trabalhadora Rural, que tem em sua família pessoas com deficiência e que pretendem a garantia da aposentadoria por idade rural. Estas mulheres têm aproximadamente 55 anos ou mais, e têm, em sua residência, pessoas com deficiência que recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada). Na condição de seguradas especiais da Previdência Social, podem pleitear a aposentadoria por idade. Todavia, quando solicitada a aposentadoria por idade rural, são sujeitas a procurar outros meios para que as pessoas cuidadas por elas possam continuar a receber o benefício, pois podem se incompatibilizar com as normas legais pertinentes. Às exigências burocráticas que enfrentam para obtenção do direito previdenciário, junta-se então o temor da perda do benefício assistencial. O *locus* da pesquisa é composto pelas comunidades da zona rural do município de Mocajuba-PA.

Palavras Chave: Mulheres. Aposentadoria rural. Benefício social.

Resumen: Este trabajo trata de una investigación cuantitativa que involucra el análisis de un grupo de mujeres cuyo objetivo es aportar a la investigación información sobre la condición específica de un grupo de Mujeres Trabajadoras Rurales, de 55 años y más, y que tienen en su residencia a personas con discapacidades que reciben el BPC (Beneficio de provisión continua). Como beneficiarios especiales de la Seguridad Social, pueden solicitar la jubilación por vejez. Sin embargo, cuando solicitan el retiro por edad rural, están sujetos a buscar otros medios para que las personas a su cuidado puedan continuar percibiendo el beneficio, ya que pueden ser incompatibles con las normas legales en la materia. Además de las exigencias burocráticas que enfrentan para obtener el derecho a la seguridad social, también existe el temor de perder el beneficio asistencial. El locus de la investigación están en comunidades de la zona rural del municipio de Mocajuba-PA.

Palabras Claves: Mujer. Jubilación rurale. Derecho social.

Abstract: This work deals with a quantitative research that involves an analysis of a group of women whose objective is to contribute with the research information regarding the specific condition of a group of Rural Women Workers, aged 55 and over, and who have in their residence people with disabilities who receive the BPC (Continued Provision Benefit). As special beneficiaries of Social Security, they can apply for old-age retirement. However, when requested to retire by rural age, they are subject to looking for other means so that the people cared for by them can continue to receive the benefit, as they may be incompatible with the relevant legal norms. In addition to the bureaucratic demands they face to obtain the right to social security, there is also the fear of losing the assistance benefit. The research locus are in communities in the of the municipality of Mocajuba-PA rural area.

Keywords: Women. Rural retirement. Social benefits.

ⁱ Este artigo é resultado da Curso de Especialização em “Análise das teorias de gênero e feminismos na América Latina”, sob a orientação da professora doutora Dra. Maria Cristina Maneschy. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Laudiane Farias do Nascimento Miranda – Graduada em Licenciatura Interdisciplinar no Campo das Ciências Agrárias e Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia e Química. Especialista em Transtorno do Espectro Autista. E-mail: laudiane.farias@gmail.com

INTRODUÇÃO.

Este trabalho observa uma pesquisa quantitativa das condições de vida de um grupo de mulheres que tem por objetivo contribuir com as informações de pesquisa quanto à condição específica de um grupo de Mulheres Trabalhadoras Rurais, residente do município paraense de Mocajuba, que tem em sua família pessoas com deficiências e que pretendem a garantia da aposentadoria por idade rural.

Por outro lado, ao se considerar que, para fins previdenciários, trabalhadoras rurais se inserem na categoria de seguradas especiais, conforme prevê a Constituição Federal Brasileira de 1988, a proponente deste texto visa perscrutar a situação das mulheres que têm em sua residência pessoas dependentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e que, a partir de 55 anos de idade, pleiteiam a aposentadoria por idade.

Assim sendo, cria-se uma pretensa incompatibilidade entre direitos diferentes. Um deles é o acesso ao benefício da aposentadoria, direito previdenciário referido à sua condição de trabalhadora rural; o outro, o benefício de assistência social – o BPC –, alocado em razão de uma necessidade específica de invalidez. Então, por serem consideradas receptoras de dois benefícios sociais, esses indivíduos podem mudar a condição definida para terem direito ao benefício assistencial. Essa situação é dissonante com a realidade dessas mulheres, que vivem com as várias demandas de seu ciclo de vida: os cuidados com incapacitados em sua família e os encargos da idade, quando não é mais possível participar dos trabalhos na lavoura.

1. Aposentadoria de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais no Brasil: lutas e conquistas

Não foi fácil garantir o direito da aposentadoria por idade. Desta forma, vejamos os processos que foram percorridos e as lutas travadas para que pudesse ser garantida a efetivação da aposentadoria para as pessoas trabalhadoras no Brasil, tanto no serviço público quanto na iniciativa.

Na década de 1920, surgem as primeiras legislações sobre aposentadoria, abrangendo funcionários das estradas de ferro e os servidores de determinadas repartições públicas. O benefício foi concedido pela lei que ficou conhecida como Lei Federal Eloy Chaves, no ano de 1923, que garantia o direito dos trabalhadores das estradas de ferro de terem uma aposentadoria na velhice. Foi sobre esse alicerce que hoje está instalado no Brasil o seu robusto sistema Previdenciário, que paga aposentadorias, pensões e outros benefícios (WESTIN, 2019). A partir do Decreto de N°4.682 de 24 de janeiro de 1924, fica institucionalizada a Lei Eloy Chaves.

Durante muito tempo, os trabalhadores rurais não faziam parte da Previdência oficial. Somente no ano de 1963, a Lei n° 4.214 de 2 de março, é aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, fruto também de lutas sociais, como explicou Welch (2006).

Organizadores da ULTAB [União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil] militaram na defesa dos camponeses e na organização de associações e sindicatos em muitos estados do Brasil. Lutaram para fazer efetiva a extensão das leis trabalhistas para os camponeses e fizeram pressão para a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em junho de 1963. (WELCH, 2006, p. 61)

O texto abaixo indica alguns dos direitos então obtidos:

Art. 164. O IAPI prestará aos segurados rurais ou dependente rurais, entre outros, os seguintes serviços: assistência à maternidade; b) auxílio doença; c) aposentadoria por invalidez ou velhice; d) pensão aos beneficiários em caso de morte; e) assistência médica; f) auxílio funeral. (BRASIL, 1963)

Sendo que esta lei foi Revogada pela Lei nº 5.889, de 1973. Os serviços prestados proporcionavam uma cobertura precária, dependente de muita burocracia. Posteriormente, o sistema de seguridade social brasileira foi unificado no ano de 1977, por meio da Lei 6.439/1977, sendo de responsabilidade do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas) promover a integração das áreas de previdência social, assistência social e assistência médica, bem como a gestão das entidades ligadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social (CRUZ, 2016).

A última mudança na Constituição Federal Brasileira foi no ano de 1988, que teve como princípio a universalização da seguridade social. Muitas mudanças expressivas foram feitas, visando a assistência social, a previdência social e a saúde, agora acessíveis a todas as categorias, sem distinção entre moradores do meio rural ou do urbano.

Contudo, a cobertura social da Previdência oficial ainda se encontrava insuficiente, sobretudo em situação de risco ou desgaste laboral importante, como é o caso dos trabalhadores rurais. Devido a isso, os movimentos pautaram em suas demandas e lutas combater os déficits da previdência. Como solução deste problema, foi promulgada a Lei Nº 8.212 de 24 de Julho de 1991, disposta “sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências”. Segundo o Artigo 48 do texto,

A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. § 1º Os limites fixados no caput são reduzidos para sessenta e cinquenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea a do inciso I, na alínea g do inciso V e nos incisos VI e VII do art. 11. (BRASIL, 1991)

Para que as mulheres trabalhadoras rurais possam se aposentar, precisam comprovar as atividades rurais. Isso independe da situação do marido ou companheiro, pois antes elas eram dependentes de seus parceiros para usufruir deste benefício.

Outro eixo importante de política social no Brasil ocorreu no campo da assistência social. Daí foi constituído o Benefício de Prestação Continuada², direcionado a pessoas em situação de especial vulnerabilidade, como indica a seguinte passagem.

...Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. ...O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem

² Direito garantido pela Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/93 e pelas Leis nº:12.435/2011 e nº 12.470/2011, que alteram dispositivos da LOAS; e pelos Decretos nº 6.214/2007, nº 6.564/2008 e nº 7.617/2011.

não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. ...Observados os demais critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, terão direito ao benefício financeiro de que trata o caput deste artigo a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. Lei Orgânica da Assistência Social. (BRASIL, 1993)

Esses benefícios, no decorrer dos anos, foram estabelecidos no Brasil como políticas públicas de transferência de renda. Tais assistencialismos podem contribuir decisivamente na renda para habitantes do meio rural, fomentando grande potencial de colaborar com a equidade de gênero, fortalecendo o engajamento das mulheres no mercado de trabalho para que possam conquistar seus objetivos como trabalhadoras, como mães, como mantenedoras de suas famílias. O trecho a seguir fala do PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural)³, como um instrumento de valorização da mulher trabalhadora.

A construção de novas relações entre os diferentes sujeitos no desenvolvimento rural proposta pela Pnater procurou dar maior visibilidade ao trabalho da mulher e sua participação em todos os espaços produtivos e sociais, na tentativa de reduzir as desigualdades de gênero enraizadas na sociedade, orientando, dessa forma, a ação extensionista em todo o território nacional. (SILVA *et al.*, 2020, p. 02)

No Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concede vários tipos de benefícios. As trabalhadoras rurais podem ter acesso aos seguintes tipos:

- aposentadoria por idade;
- aposentadoria por invalidez;
- auxílio-doença;
- auxílio-acidente;
- salário-maternidade;
- salário-família;
- pensão por morte;
- auxílio-reclusão.

O BPC, benefício de assistência social, visa proteger a vida e a integridade da pessoa idosa, ou portadora de deficiência, que se encontra em condição vulnerável. Não é uma aposentadoria. Assim, o beneficiário não precisa ter contribuído com o INSS para recebê-lo. O BPC não dá direito ao 13º salário-mínimo e a pensão por morte para os dependentes, sendo então diferente das aposentadorias. Este benefício é de plena responsabilidade do Governo Federal e não pode ser acumulado com outros benefícios da Previdência Social. Para a concessão deste benefício, a pessoa solicitante precisa possuir a idade de 65 anos; no caso de deficiência comprovada, comprovação de necessidade financeira. Não importa para o LOAS o recolhimento para o INSS.

³ Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

2. Lócus e Metodologia da Pesquisa

Mocajuba é um município do Estado do Pará pertencente à microrregião de Cametá. Sua população, em 2020, é de 31.530, sendo que 21.560 (68,38%) são moradores da zona urbana e 9.970 (31,62%) moradores da zona rural (Municípios e Saneamento, 2020, p. 1).

A agricultura familiar do município requer um olhar atento, sabendo-se que esta tipologia agrária permite que as famílias possam se manter das suas próprias produções em seus terrenos. Geralmente, uma parte é para o sustento da família e o excedente é vendido no mercado local. Assim, é gerada parte muito significativa da economia municipal.

Nesse contexto, as trabalhadoras rurais não apenas praticam o trabalho em suas lavouras, mas ensinam e transmitem a cultura e a educação na qual se inserem. Vejamos o que diz Tiriba (2008) sobre o conceito de trabalho, que pode se aplicar à realidade das trabalhadoras aqui em questão:

O trabalho é a forma pela qual, nos processos de criação e recriação da realidade humano-social se dá a mediação dos seres humanos com a natureza e consigo mesmo. Como parte integrante da natureza, no processo de trabalho, os seres humanos modificam sua própria natureza, construindo cultura, construindo maneiras de fazer e pensar o mundo natural e social. (TIRIBA, 2008)

Segundo esta autora, o modo de vida das mulheres são processos de construção que vêm de uma cultura, historicamente, objetivando o espaço de trabalho no qual visam prioritariamente os valores de uso. Ela destaca as diferenciações concretas em que as pessoas vivem, inclusive as de gênero e geração.

As diferentes formas de construir e interpretar a realidade não são autônomas, mas construídas historicamente pelos grupos e classes sociais, consideradas, entre outras, questões de gênero, raça, etnia e a diferença geracionais (TIRIBA, 2008, p. 04).

Além da agricultura familiar, Mocajuba também é conhecida pelo corte e queima de áreas florestais (NASCIMENTO; POMPEU, 2020), com a sustentabilidade baseada na produção da farinha de mandioca e outros produtos produzidos nas propriedades agrícolas. Tal metodologia (corte e queima de áreas) tem gerado muitas críticas a respeito das áreas desmatadas, apesar de ser a fonte de renda para as famílias que dependem deste meio de produção.

Estas áreas desmatadas são para o plantio de maniva, arroz, milho, maxixe, melancia e feijão. A agricultura de corte e queima tem sido praticada há milênios nas regiões tropicais do planeta, constituindo o principal componente dos sistemas de subsistência de populações pobres rurais (PEDROSO JÚNIOR *et al.*, 2008). As famílias vêm desenvolvendo estas práticas há milhares de anos, assim ocorre na Amazônia do Baixo Tocantins (REGO; KATO, 2018).

A comercialização de produtos agrícolas como o milho, pimenta-do-reino, coco-da-baía, cacau, banana, arroz, mandioca, açaí e laranja chega a ser realizada em outros municípios, a ponto de serem até mesmo exportados (NERY, 2019). Piroux e Cuenin (2019) assim descrevem suas características no município de Mocajuba.

Como cultura alimentar da população do Estado do Pará, o açaí sempre foi a base alimentar das comunidades ribeirinhas de Mocajuba, tradicionalmente

acompanhada de farinha de mandioca, peixe e camarão. O açaí, o peixe e o camarão, produtos que se encontram espontaneamente no ambiente dos rios amazônicos, eram tradicionalmente extraídos e autoconsumidos por essas famílias das “Ilhas” e uma pequena parte era voltada para a comercialização no “Centro Urbano” do município. A farinha de mandioca também era um produto alimentar tradicional em Mocajuba, produzida na “Terra Firme” e na área “Quilombola”, autoconsumida pelas famílias dessas zonas rurais. (PIRAUX; CUENIN, 2019)

A pesquisa em torno das dificuldades das mulheres trabalhadoras rurais alcançarem a aposentadoria rural e manter o benefício social é de cunho qualitativo, objetivando trazer a realidade da vida e do cotidiano das mulheres. Não somente, essa investigação pretende captar as dimensões das ações, descrever, compreender, e com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou organização (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A pesquisa a que se refere este artigo foi feita com mulheres nas localidades de Baratinha, Angu São Bento, Icatú, São Luis, Acapuquara e Pesqueiro. Se utilizou como instrumento a entrevista, com um roteiro semiestruturado, com gravação de áudio (a ponto de, quando necessário, ser realizada com um aplicação de telefone celular para este fim). Optou-se por omitir os nomes das mulheres, respeitando o anonimato que foi assegurado a elas no momento da realização das entrevistas. As entrevistas foram feitas no mês outubro de 2022, sendo algumas entrevistas realizadas na propriedade das trabalhadoras rurais e outras entrevistadas na sede do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares de Mocajuba.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa era identificar mulheres trabalhadoras que são também cuidadoras de pessoas com deficiência e que estão prestes a se aposentar; e, então, identificar se há problemas ao solicitar o benefício. Este artigo toma por base a situação de seis mulheres trabalhadoras rurais de Mocajuba que se encontram nessa situação, com pedidos que foram indeferidos pelo sistema do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e que, hoje, estão com processos na Justiça do Juizado Especial Federal.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Mocajuba tem o papel social de lutar pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, além das reivindicações por direitos negados para o povo. O sindicato tem o papel, através das secretárias que lá trabalham, de dar entrada nos pedidos de aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte. Estes são os processos mais atuantes do sindicato, tal como as consultas de andamento de processo, quando o requerimento ocorre, além das exigências feitas pelos diretores do sindicato, no qual os responsáveis pela pasta são os diretores de políticas sócias e a presidência. Quando ocorre no ato do pedido o indeferimento dos processos, é recorrido à justiça Federal.

Há famílias que, para receber os devidos benefícios, tiveram que abdicar dos BPCs de seus filhos, ou passarem para outras pessoas das famílias que não estivessem incluídos no CadÚnico. Sendo que os BPCs são para as despesas das pessoas com deficiência e idosos para sua manutenção de vida. Santos (2011), em sua pesquisa, relata sobre o benefício de prestação continuada e observa que

o BPC é um instrumento capaz de proteger os beneficiados e suas famílias da situação de vulnerabilidade social resultante da pobreza, desemprego e empre-

go informal, muito embora as mães das crianças deficientes saiam do mercado de trabalho para exercer o cuidado diário dos filhos e não recebam nenhum tipo de proteção social por parte do Estado. (SANTOS, 2011, p. 04)

Diante disso, apresento, no Quadro 1, os perfis das mulheres pesquisadas para que possamos chegar ao referido problema da pesquisa.

Quadro 1: Perfil das entrevistadas e características dos filhos e filhas que são beneficiários do BPC em sua residência

Nº	Idade	Estado civil	Nº de Filhos	Situação quanto à aposentadoria	Características dos filhos e filhas beneficiários de BPC em sua residência
M1	56	Viúva	11	Negado	Homem, 18 anos, epilepsia e transtorno mental
M2	56	União Estável	08	Aprovado	Mulheres, 22 e 23 anos de idade, transtorno mental.
M3	60	União Estável	09	Aposentada	Mulher, 35 anos, transtorno mental.
M4	54	Solteira	07	Em processo	Mulher, 15 anos, má formação, deficiência física e transtorno mental.
M5	63	Casada	10	Aposentada	Homens, 32 e 25 anos, transtorno mental.
M6	62	Casada	11	Aposentada	Mulher, 35 anos, Síndrome de Down e transtorno mental.

Fonte: Dados levantados por entrevista de campo realizada pela autora (2023).

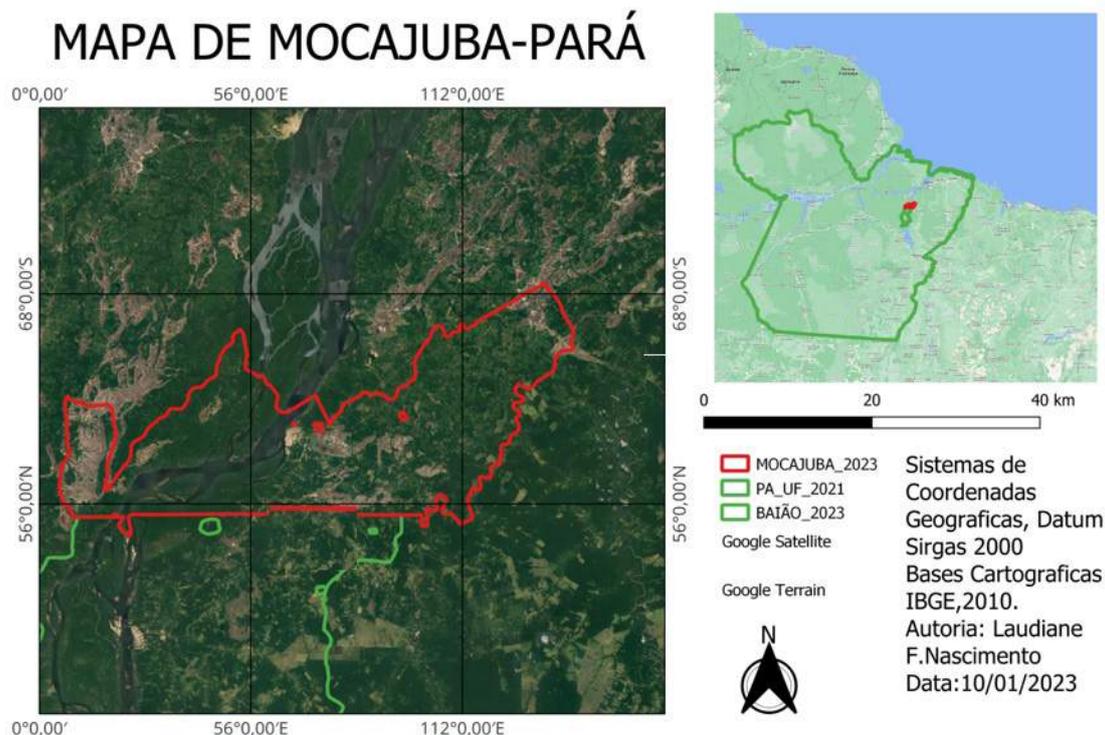
Cada uma das entrevistadas reside em localidades na zona rural do município de Mocajuba, onde vivem e ainda trabalham em suas propriedades. Para que seus filhos e filhas com deficiência pudessem continuar a receber os benefícios, tiveram que tirar de seus cadastros e passaram para outras pessoas da família.

O benefício de prestação continuada para as pessoas com deficiência possui critérios para que essas pessoas possam receber no qual a existência de conflito na legislação atual entre o recebimento da aposentadoria por mulheres que cuidam de pessoas com deficiência e a manutenção do Benefício de Prestação Continuada. O mesmo Santos (2011), sobre isso, assevera que

O BPC possui critérios de acesso bastante seletivos, o que faz com que o benefício seja direcionado a pessoas em extrema pobreza. O critério de renda per capita utilizado também faz com que não só a situação financeira do deficiente requerente do benefício seja avaliada para a concessão acontecer, mas também de toda a sua família. Essa exigência da pobreza familiar para a concessão do BPC ao deficiente torna os rendimentos do benefício como de uso prioritário para alimentação, tratamentos de saúde e gastos de moradia do deficiente e sua família. (SANTOS, 2011, p. 06)

Devido a análise em relação à transferência de renda, percebe-se que existe uma exigência para ser cumprida pelo beneficiário idoso ou pessoa com deficiência, e que esteja enquadrado para que possa receber o benefício.

Figura 1: Mapa de Localização do Município de Mocajuba



Fonte: Organizado pela autora (2023) a partir de dados da Base Cartográfica de IBGE (2010).

Esta imagem apresenta os limites do município de Mocajuba, no qual as localidades que são acompanhadas pelo mesmo estão fora dos limites das fronteiras que indicam a qual município pertence. Estes limites são usados para a divisão de cada localidade, designados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais para definir as estratégias de acesso e acompanhamento pela entidade. Hoje, essa nomenclatura é utilizada pela Paróquia e outras instituições governamentais.

3. A Realidade das Trabalhadoras Rurais e as Barreiras Institucionais para Acessar Benefícios Sociais e Previdenciários

Como dito, a pesquisa buscou informações com seis mulheres trabalhadoras rurais que estão no pleito de conquistar a aposentadoria. Sua renda deriva da sua propriedade, onde produzem farinha da mandioca, açaí, hortaliças, realizam pesca e criação de pequenas aves, além do trabalho doméstico.

O papel da mulher é tão importante quanto o do homem na economia rural. Os agricultores familiares podem fornecer produtos de boa qualidade e suas produções serem desenvolvidas com sustentabilidade ecológica. A agricultura é sem recurso à mão de obra renumerada, tendo apenas os familiares no dia a dia do trabalho, praticando por definição a diversidade agrícola. Di Sabbato *et al.* (2009) atentam para o quintal, elemento de suma importância na diversidade produtiva e na segurança alimentar, em que as mulheres se destacam, pois, segundo os autores,

há várias redefinições no campo da agricultura familiar e camponesa. Uma é a compreensão que o quintal cumpre um papel importante para uma produção diversificada, que é fundamental para a garantia de soberania alimentar. Recupera também o conhecimento histórico das mulheres e sua contribuição para a existência de uma grande biodiversidade. (DI SABBATO *et al.*, 2009)

Os trabalhos são desenvolvidos nas áreas rurais que produzem alimentos para sua subsistência e o excedente é vendido no mercado local (NERY, 2019), sabendo-se que a agricultura familiar é responsável por 70% da produção dos alimentos no Brasil. Há vários artigos de referência sobre essa porcentagem que a produção da agricultura familiar ocupa no abastecimento de alimentos nas mesas dos brasileiros.

No Brasil e no mundo, a agricultura familiar responde pela maior parcela da produção de alimentos, como verduras, frutas, ovos e leites, por isso ela se torna uma atividade de grande importância para os circuitos locais da economia (GUITARRARA, n.d.). Portanto, vale lembrar que o trabalho das mulheres não se fecha na agricultura, mas também no trabalho doméstico, com os cuidados com os filhos e as pessoas incapacitadas e outras atividades exercidas por elas.

Brumer (2004) é clara a respeito da divisão sexual do trabalho no campo. Em tal particionamento, ocorrem as desigualdades de poder relativas ao gênero. Muitas vezes, as esferas assumidas pelas mulheres dificultam seu reconhecimento como profissionais para fins de pleno usufruto de direitos e de voz nos espaços públicos.

Na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem, cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas gerais executadas pelas mulheres, estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim (BRUMER, 2004).

As mulheres continuam com seus trabalhos domésticos e na lavoura. Erazo *et al.* (2021) deixa clara a variedade de tarefas e papéis que as mulheres assumem cotidianamente que

É importante salientar que a cultura patriarcal, inserida tanto no modo de pensar dos homens como das mulheres, principalmente, no meio rural, contribui para a visão de que o lugar do trabalho da mulher é na esfera doméstica, voltado aos cuidados com a família e a casa. (ERAZO *et al.*, 2021)

Nessa construção social, as mulheres vêm trabalhando de forma cultural a importância de desenvolver as artes da produção diversificada em suas propriedades. Essa é a força do campo, com os trabalhos nas atividades agrícolas e abastecimento da mesa do brasileiro.

No entanto, as mulheres trabalham a vida toda e, quando buscam os seus direitos, muitas vezes são negados, no qual essa luta foi por décadas. E, ainda hoje, encontram barreiras. Uma das barreiras está em documentos para fins de comprovações que existem na lei. Muitas delas são cuidadoras de pessoas com deficiência e que, para que essas pessoas possam receber o benefício correspondente, precisam se enquadrar nas condições do programa.

Através do considerável avanço com a positivação dos direitos dos trabalhadores rurais, faz-se necessária a análise dos obstáculos enfrentados por esta classe no momento da efetivação de suas pretensões, dentre elas, a comprovação do exercício da atividade laboral rural e o preconceito vivenciado por estes trabalhadores. (SILVA JÚNIOR, 2019, p. 02)

Silva Júnior (2019) trata sobre as dificuldades que afligem as trabalhadoras e os trabalhadores rurais. São documentos que comprovam as atividades agrícolas ou tempo de serviço nas propriedades rurais exigidos para a implantação de aposentadoria por idade rural. Silva Júnior (2019) enumera o rol de documentos necessários para esse fim. Além dos documentos pessoais e de trabalho, há:

- Contrato de arrendamento, parceria, meação ou comodato rural, cujo período da atividade será considerado somente a partir da data do registro ou do reconhecimento de firma do documento em cartório;
- Declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo INSS;
- Comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) ou qualquer outro documento emitido por esse órgão que indique ser o beneficiário proprietário de imóvel rural;
- Bloco de notas do produtor rural;
- Notas fiscais de entrada de mercadorias, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor e o valor da contribuição previdenciária;
- Documentos fiscais relativos à entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante;
- Comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção;
- Cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural;
- Licença de ocupação ou permissão outorgada pelo INCRA.

Caso a documentação não esteja certa, o pedido de aposentadoria junto ao INSS será indeferido. Quando isso ocorre, a alternativa é recorrer à Justiça Federal, via o Juizado Especial.

Atuando na produção para o sustento da sua família, muitas mulheres no campo cresceram e continuaram nas atividades agrícolas após construírem a sua própria família. Brumer (2004) argumenta que os trabalhos das mulheres não eram visíveis na mesma medida que os dos homens. Elas tendiam a ser vistas como as que “ajudavam” o cônjuge, seus trabalhos domésticos e na lavoura não eram vistos como trabalho e sim como ajuda. Tratando sobre Gênero e Agricultura, Brumer (2004), em artigo que trata de abordar a posição da mulher em razão da tradicional divisão sexual do trabalho, observa que:

A divisão do trabalho por sexo na agricultura permite concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando

elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. (BRUMER, 2004, p. 06)

As desigualdades de gênero no acesso aos benefícios previdenciários foram alvo de um estudo sobre pescadores e a Previdência Social no Brasil. Lourenço *et al.* (2006) argumentam que:

sob esse aspecto, quando se analisa a questão de gênero, verifica-se que as desigualdades encontradas entre homens e mulheres no mercado brasileiro são reproduzidas quanto ao acesso aos direitos previdenciários. (LOURENÇO *et al.*, 2006)

Para Garcia (2009), na Lei que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e da Outras Providências (Prorural), existiam muitas problemáticas, incluindo o direito a se aposentar, que situava aos 65 anos de idade, sendo que a expectativa de vida era baixíssima, deixando uma boa parte da população de fora. Nesse contexto, observa-se que os direitos das mulheres trabalhadoras rurais eram limitados, como, por exemplo, o direito de se aposentar.

Por outro lado, as dificuldades de acesso para escoamento dos produtos é uma das dificuldades que as mulheres vêm vivenciando, como mostram os estudos (SANTANA; LIMA, 2018). Tomando o caso da entrevistada M2, ela relata sobre os valores dos transportes para o escoamento da produção. Disse ela que “cada pacote de farinha custa um valor”, sendo que “os valores da produção no mercado local são baixos, dificultando uma parte das compras de outros produtos que não temos na propriedade” (M2, 2022).

Outro fator na vida das mulheres na agricultura é o cuidado com os incapacitados que têm em sua família. São várias as demandas da vida dessas pessoas que elas assumem. Este artigo se volta precisamente a essa problemática.

Em estudo sobre gênero e divisão sexual do trabalho e suas repercussões na vida social de homens e mulheres, Sousa e Guedes (2016) argumentam que se

consubstanciou a divisão sexual do trabalho, homens provedores e mulheres cuidadoras. Assim, durante um período considerável de tempo, as atribuições sociais, ao mesmo tempo que limitavam as mulheres a permanecerem no espaço privado, delegavam aos homens, como “destino natural”, o espaço público. (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 123)

Usualmente, para receber o BPC, a pessoa com deficiência ou idosa deve estar enquadrada nos requisitos definidos legalmente, enquanto pessoas de baixa renda. O maior público que cuida dessas pessoas (idosos e deficientes) são as mulheres. Nas desigualdades entre os gêneros, o mais afetado é o feminino, sendo as mulheres que se doam para o cuidar.

4. Mães, Trabalhadoras Rurais e Cuidadoras

As mulheres trabalhadoras rurais são, em sua maioria, mães e cuidadoras que têm diversos trabalhos sob sua responsabilidade, sendo que conciliar suas demandas não é tarefa simples, pelo fato de atuarem nessas várias frentes.

A despeito de sempre terem sido mão de obra fundamental na agricultura no Brasil, além de agentes na manutenção de suas comunidades, elas, por muito tempo, não dispuseram do pleno

reconhecimento de seu status profissional, como se discutiu anteriormente. Assim, por décadas, desde a institucionalização da Previdência Rural, no ano de 1971, no governo militar, as mulheres trabalhadoras rurais não tinham os mesmos direitos à cobertura social (GARCIA, 2009).

Elas eram consideradas dependentes dos maridos/companheiros, que eram os únicos plenamente reconhecidos como profissionais para usufruírem dos poucos benefícios sociais atribuídos a essa categoria. Para que existissem direitos para as mulheres trabalhadoras rurais, elas começaram a reunir e pautar em reuniões e assembleias, reivindicando os seus direitos (CHOINASKI, 1998).

As mulheres do campo, entre os anos 1970 e 1980, reuniam-se sob o abrigo de entidades da Igreja católica para troca de experiências sobre sua condição de mulheres (CARVALHO; COSTA, 2017). As mulheres que trabalhavam na agricultura familiar começaram a se reunir, discutir seus interesses, organizar seus discursos a partir da troca de experiências entre elas e outros sujeitos, criando novas relações sociais que influenciaram na comunidade e no desenvolvimento local.

Assim, depois da Constituição Federal de 1988, ocorreu a equiparação dos trabalhadores rurais aos demais trabalhadores para fins de direitos e deveres, as mulheres trabalhadoras rurais tiveram direitos equivalentes aos dos homens. No entanto, apesar dos avanços em reconhecimento das mulheres, elas seguem enfrentando dificuldade para se aposentarem. Muitas delas pelas comprovações, por exemplo, documentos de compras de insumo, materiais agrícolas e até mesmo documentos pessoais. Uma entrevistada relata:

Eu não tinha muito conhecimento para que servissem os documentos pessoais e que era direito meu de ter. Somente agora que procuro me aposentar e que pude ter o conhecimento dos documentos que preciso para me aposentar. (M1, 2022)

M1 relata que, até aos 45 anos de idade, não possuía documentos pessoais, apenas a certidão de nascimento, e que, quando ia registrar os filhos, o cônjuge levava apenas a certidão de nascimento dela. Ela ficava limitada para usufruir dos serviços indicados por Cordeiro (2007)

São muitos os fatores que pressionam as mulheres para que elas providenciem a documentação pessoal e a dos/as filhos/as: acesso à Previdência; atendimento em postos de saúde e hospitais; educação dos/as filhos/as; inclusão em programas sociais de transferência renda, programa de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar; viagens; participação em rituais da Igreja Católica como, por exemplo, batismo e casamento. (CORDEIRO, 2007)

Como mencionado, as dificuldades ao se aposentar acontecem com muitas mulheres trabalhadoras rurais seguradas especiais, devido não somente às informações, documentos comprobatórios, mas também ao distanciamento por parte do sistema de previdência. M1 é viúva, e trabalha na lavoura em terras do governo há mais de 20 anos na localidade de Caxinguba; mãe de 11 filhos. Três filhos residem com M1, um dos quais com deficiência física e mental. A família faz parte do cadastro único governamental. O filho de M1 recebia o BPC, mas, por motivo que ela desconhece, ele parou de receber o benefício, sendo que a renda familiar da M1 estava de acordo com os critérios para o BPC. Assim, diz a mãe de um beneficiário:

Não sei por que meu filho parou de receber o benefício, não recebo nenhum outro tipo de aposentaria, pensão, e nem trabalho de carteira assinada, e agora que pretendia pleitear a minha aposentaria por idade, o INSS também negou. (M1, 2022)

As mulheres trabalhadoras rurais são mães e cuidadoras, com papel fundamental para buscar e trazer a alimentação para casa. E, quando se trata apenas de um chefe de família — que no caso da M1 é apenas ela que sustenta o lar —, as demandas são muito grandes.

O estudo de Keter (2005) sobre Previdência Social no campo brasileiro oferece detalhes para podermos melhor compreender o problema específico que as mulheres enfrentam. Indica como o acesso das mulheres foi tardio, comparativamente aos homens. E, de uma maneira geral, a categoria rural como um todo, que inclui também os pescadores e pescadoras e outros grupos, já com acesso tardio em comparação aos trabalhadores urbanos no Brasil.

Em outras palavras, a previdência social no campo concedia o benefício apenas ao chefe ou arrimo de família. A equiparação das condições de acesso a benefícios previdenciários para homens e mulheres trabalhadores rurais foi fruto de muita luta e, conseqüentemente, reconhecimento, por parte do governo, de questões como a dupla jornada de trabalho e a invisibilidade do trabalho feminino. (KETER, 2011, p. 5)

Keter (*idem*) enfatiza a luta que precedeu o acesso ao direito, como também o reconhecimento da condição social das mulheres, que envolve duplas jornadas e um trabalho muitas vezes invisível. As trabalhadoras pesquisadas sofrem uma invisibilidade específica, com o desconhecimento de sua situação de vida. Vejamos ainda outro relato de M1:

Eu recebo pensão do meu esposo que faleceu e eu fiquei com meus onze filhos pra cuidar, hoje já se encontra apenas três filhos comigo, que ainda estão solteiros, os outros já arrumaram suas vidas. E preciso me aposentar e foi negado. (M1, 2022)

Para muitas, a aposentadoria é a conquista de autonomia. E, nesse processo, emerge a questão das famílias que têm pessoas com deficiência, de quem geralmente são as mulheres que cuidam. Essa situação aumenta os encargos de trabalho, razão pela qual o BPC é de grande valia.

M2 tem 56 anos, mãe de 8 filhos. Em 2022, duas filhas ainda estão em seu poder, com idades de 22 anos e a outra com 19 anos. Ela reside em Baratinha, com seu cônjuge que também é agricultor, trabalha e reside há mais de 30 anos na localidade. A renda de M2 vem principalmente da agricultura. A outra parte da renda tem a ver com o BPC. As duas filhas que vivem em sua casa são pessoas com deficiência, razão pela qual ela recebe esse benefício. M2 é uma das agricultoras que vivencia a dificuldade que motivou este estudo, que é a associação entre os dois direitos. O direito previdenciário que conquistou pela idade e seu longo tempo na agricultura e o direito ao benefício social. Vejamos como ela relata sua situação:

Eu contribuí há muito tempo para poder aposentar. Mas quando chegou o tempo, eu tive que tirar as minhas filhas do meu cadastro e passar o benefício

delas para outro filho, para que elas continuassem recebendo o seu recurso e para que eu pudesse receber minha aposentadoria. (M2, 55 anos)

Ou seja, ela tem que fazer um movimento de busca de alternativa para poder manter os dois tipos de benefícios, fundamentais para a manutenção e o cuidado com as filhas. No caso, as deficiências são que uma é cadeirante e a outra tem distúrbio mental.

Podemos trazer as dificuldades que M3 teve para se aposentar, sendo mãe de nove filhos, moradora da localidade de Porto Grande, hoje aposentada. Vive com seu esposo e filha que tem deficiência mental comprovada. A sua renda ultrapassa o que diz a Lei. O casal sente a dificuldade financeira devido já não poder trabalhar como antes na lavoura e precisam manter a compra de remédios e outros produtos para eles e para a sua filha.

Eu e meu esposo já somos idosos, os outros filhos possui [sic] já as suas famílias então, têm que cuidar da nossa filha que precisa de nós, mas tem mês que o nosso recurso não supre as nossas necessidades. (M3, 2022)

A realidade de M3 continua sendo difícil, apesar de ter conseguido a aposentadoria por idade rural, a situação é agravada devido ter uma pessoa com deficiência para cuidar e que precisa de acesso a medicamentos.

Eu e meu esposo recebemos nossa aposentadoria por mês, ainda assim trabalhamos na nossa propriedade com a produção de mandioca e pequenas criações no terreiro, todo mês precisamos pegar medicamento no CAPS, mas têm mês que precisamos comprar e às vezes não temos o recurso pra isso. (M3, 2022)

Com o relato de M3, percebemos a importância dos direitos de cidadania. Os artigos 1 e 2 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* dizem que todo o ser humano tem direito a uma vida digna, de ser livre e ter seus direitos garantidos.

M4 é uma mulher trabalhadora rural, mãe de sete filhos, dos quais quatro moram com ela e uma de suas filhas possui deficiência física e transtorno mental. Residente em Angu São Bento, vive do trabalho na lavoura e recebe o BPC de sua filha. M4 vê a dificuldade dos tratamentos de sua filha, que precisa trocar o marca passo, e, diante disso, se interroga como será o tratamento quando solicitada a aposentadoria por idade rural, sendo que, para continuar recebendo o BPC de sua filha e ter aposentadoria, ela precisar ter a renda *per capita* no valor de R\$300,50. E seus filhos estão constituindo suas próprias famílias e saindo da composição familiar.

Também podemos trazer a história de vida de M5, na localidade de Prainha, que vive com marido e dois filhos com deficiência mental. Os filhos não recebem nenhum tipo de benefício, devido o casal já receber as suas aposentadorias por idade rural cada um.

Eu nunca procurei o direito dos meus filhos, devido eu não ter conhecimento destes programas de governo, eu e meu esposo sempre trabalhamos duro para dar o melhor a eles. (M5, 2022)

Para M5, as dificuldades são muitas, desde quando constituiu a sua família, eles moram e trabalham na propriedade rural. Antes de se aposentar, o sustento vinha totalmente da produção agrícola.

A trabalhadora rural M6, por sua vez, mãe de onze filhos (vivos apenas dez), sendo que em sua composição familiar entram apenas três pessoas: ela, o esposo e uma filha que tem deficiência mental. Para ambos, se aposentar não foi fácil, mas conseguiram. Sua filha precisa receber o benefício, devido os gastos da aposentadoria rural servirem para as compras de remédios dos aposentados. O esposo de M6 precisa de cuidados devido não enxergar e sua filha também precisa de toda atenção.

As dificuldades encontradas por essas famílias são muitas, conforme os levantamentos feitos com as mulheres que o estudo teve como base. Os dados obtidos pela pesquisa, que dentre essas mulheres que estão em busca dos seus devidos direitos a que compete, se deparam com essa realidade, no qual não é o benefício que consta como renda, mas, sim, a renda de uma aposentadoria e outros proventos que garantem a renda familiar que consta no cadastro único. Sendo assim, após análise e atualização do cadastro ultrapassando até 0,05 centavos, o benefício de prestação continuada é bloqueado ou suspenso para averiguação do mesmo, tirando o direito da pessoa com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na percepção das análises, observa-se que as trabalhadoras rurais que lutam para ter direitos ao benefício de aposentadoria também enfrentam riscos na manutenção do benefício que é direito da pessoa com deficiência, também conquistado a partir de muitas lutas. Ao somar as rendas – aposentadoria e BPC –, podem perder o acesso, devido a renda *per capita* ser maior do que o estabelecido no CadÚnico. Fica aparente, mais uma vez, a invisibilidade da mulher que trabalha no campo, e os obstáculos que perpassa quando tem, em sua família, pessoas com deficiência. Devido às regras para que um idoso e uma pessoa com deficiência recebam o benefício de prestação continuada, ele e sua família precisam estar enquadrados nas regras vigentes da lei orgânica da assistência social, conforme a seção I do benefício de prestação continuada art.20 do inciso 3º, no qual as regras são citadas.

Diante do exposto, foi relatada as dificuldades e a realidade das mulheres trabalhadoras rurais, além das dificuldades de se aposentarem devido às faltas de comprovação de atividades agrícolas — lembrando que essas mulheres cuidadoras têm papel fundamental no cuidado das pessoas que possuem deficiência em sua família. Portanto, resalto as problemáticas das trabalhadoras rurais ao solicitarem a aposentadoria por idade, sendo que os conflitos existentes entre os dois benefícios recebidos surgem através das exigências pela lei da já consta no grupo familiar poucas pessoas.

Portanto, podemos identificar os conflitos de recebimento de aposentadoria rural e o benefício de prestação continuada, sendo analisada a renda familiar, que não pode ultrapassar $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Como mostra este estudo, os direitos da família quando se tem um componente com deficiência, que precisa de grandes cuidados — elevando os gastos da cesta básica e saúde —, precisam ser mais bem compreendidos no arcabouço legal e institucional. Por outro lado, permanecem as restrições que muitas trabalhadoras rurais têm para conseguir até mesmo os documentos pessoais, tornando-se difícil adquirir as comprovações que precisam. Na região deste estudo, essa problemática é comum a muitas mulheres. No nosso mundo, onde se valoriza a produção e secundariza os cuidados, elas têm seus direitos de cidadania duplamente negados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei nº 4214 de 2 de Março de 1963 - Publicação Original*. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4214-2-marco-1963-353992-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20o%20Estatuto%20do%20Trabalhador%20Rural%22.&text=a-qui%20expressamente%20referidos-,Art.,natura%20e%20parte%20em%20dinheiro>.
- _____. *Lei Nº 8.212 de 24 de Julho de 1991*. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18212cons.htm.
- _____. *Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 205–227. 2004.
- CARVALHO, C. R.; COSTA, M. A. T. S. A trajetória do movimento das mulheres trabalhadoras rurais do Sertão Central de Pernambuco : 1984 – 2015. 37–54. *Extensão Rural*, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.2, abr./jun. 2017.
- CHOINASKI, Luci. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, Ângela et al. (orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p.225-239.
- CORDEIRO, Rosineide de L. Meira. Vida de Agricultoras e Histórias de Documentos no Sertão Central de Pernambuco. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.
- CRUZ, C. R. da. (2016). Origem e evolução da Seguridade Social no Brasil. *Jusbrasil*. Disponível em <https://professorceliocruz.jusbrasil.com.br/artigos/217784909/origem-e-evolucao-da-seguridade-social-no-brasil>.
- DI SABBATO, A.; MELO, H. P. de; LOMBARDI, M. R; FARIA, N.; BUTTO, O. de A. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.
- ERAZO, R. L.; COSTA, S. C. F. das C; SILVA, L. J. S. A importância da mulher na agricultura familiar: Comunidade Lago Janauacá, Careiro Castanho – AM. *Revista Terceira Margem Amazônia*, v. 6, n.15, p. 242-255, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i15p242-255>.
- ESTADOS E CIDADES. *Quais produtos agrícolas Mocajuba produz?* Mandioca, açaí, arroz e outros. Disponível em https://www.estadosecidades.com.br/pa/mocajuba-pa_producao-agricola.html.
- GARCIA, N. R. Prorural: a criação da previdência social rural no Governo Médici. *Dia-Logos: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em História*, 3, 2009.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GUITARRARA, Paloma. Agricultura familiar: o que é e como funciona. *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/agricultura-5.htm>. Acesso em 12 de agosto de 2023.
- KETER, Ana Cecília. A Previdência Rural e a Condição da Mulher. *Revista Gênero*, v. 5 n. 2, 2005.
- LOURENÇO, C. F.; HENKEL, J. de A. e S.; MANESCHY, M. A. *A Seguridade Social para os Pescadores Artesanais no Brasil: Estudo de Caso no Pará*. Samudra, 52. 2006.
- MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. *O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade rancharia, Campo Alegre de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Orientadora: Prof.^a Dr.^a Estevane de Paula Pontes Mendes. Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão, UFG/CAC, Brasil, 2013.

MUNICÍPIOS E SANEAMENTOS. Instituto Água e Saneamento. *Mocajuba (PA)*. 2020. Disponível em <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/pa/mocajuba>.

NASCIMENTO, L. F.; POMPEU, G. S. S. Sistemas Silviagrícolas: Identificar culturas diversificadas na agricultura familiar na região do Baixo Tocantins Mocajuba Pará. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2), 1–4. 2020.

NERY, Carmem. Em 11 anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho. *IBGE*. Censo Agro 2017. 25 out. 2019. Atualizado em 22 nov. 2019. Disponível em <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>.

PEDROSO JÚNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, 3(2), 153–174. 2008.

PIRAUX, M.; CUENIN, P. H. C. M. Evolução das conexões entre produção e consumo e seus impactos sobre as dinâmicas de um território: o caso de Mocajuba na Amazônia oriental – PA. *Redes*, 24(3), 101–117. 2019.

REGO, A. K. C.; KATO, O. R. Agricultura de corte e queima e alternativas agroecológicas na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, 20(3), 203–224. 2018.

SANTANA, L. S. L.; LIMA, F. A. X. Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)*, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2018.

SANTOS, W. R. Deficiência e BPC: O que muda na vida das pessoas atendidas? *Ciência e Saúde Coletiva*, 16(SUPPL. 1), 788–796. . 2011

SILVA, A. M.; PONCIANO, N. J.; SOUZA, P. M.; CESAR, L. S. Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(1), 1–18, 2020.

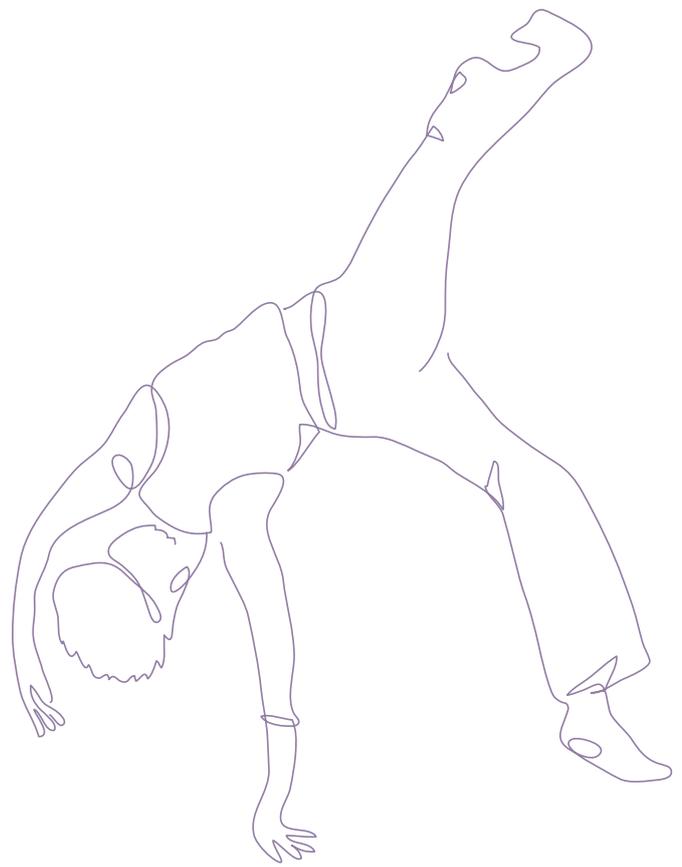
SILVA JÚNIOR, C. A. S. *Aposentadoria do trabalhador rural: os obstáculos para a obtenção do benefício*. Artigo científico (Direito). Orientadora: Prof.^a Ms. Camile Araújo de Figueiredo. Fortaleza: Centro Universitário Fametro, 2019.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*. 30(87), 2016.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados: questão de pesquisa. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 69-94, jan./jun. 2008.

WELCH, C. A. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. *Lutas & Resistências*, 1, 60–75. 2006.

WESTIN, R. (2019). *Primeira lei da Previdência, de 1923*, permitia aposentadoria aos 50 anos — Senado Notícias. Senado Federal. Fonte: Agência Senado





Seção

D

Política Públicas, Saúde, Direito
e Legislação



Projeto Casulo: um estudo sobre a implementação de um serviço de saúde para pessoas transexuais ¹

Projeto Casulo: un estudio sobre la implementación de un servicio de salud para personas transgénero

Project Casulo: a studying on the implementation of a health service for transgender people

Ana Carolyn do Nascimento Pinho

Resumo: O presente artigo busca analisar os desafios para implementar um serviço de saúde específico para pessoas transexuais no estado do Pará: o Projeto Casulo. Ao entrevistar gestores, técnicos, profissionais de saúde e usuários/as, analisou-se as peculiaridades na implementação do serviço quanto a reestruturação e novo fluxo do atendimento, funcionalidade, alcance e divulgação. Foram levados em consideração três temáticas como critérios de análise: o histórico do Projeto Casulo; os avanços em comparação ao serviço anterior; e as dificuldades ainda presentes para o pleno desenvolvimento do atual serviço. Segundo a análise o projeto ainda busca firmar-se de modo a atender melhor seu público-alvo e para isso necessita de ações integradas entre secretarias do governo estadual e mais apoio do governo federal.

Palavras Chave: Identidade de gênero. Projeto Casulo. Saúde Pública. SUS. Transexualidade.

Resumen: Este artículo busca analizar los desafíos para implementar un servicio de salud específico para personas transgénero en el estado de Pará: Proyecto Casulo. Al entrevistar a gestores, técnicos, profesionales de la salud y usuarios, se analizaron las peculiaridades en la implantación del servicio en cuanto a reestructuración y nuevo flujo de atención, funcionalidad, alcance y difusión. Los siguientes temas fueron elegidos como criterios de análisis: la historia del Proyecto Casulo; avances en comparación con el servicio anterior; y las dificultades aún presentes para el pleno desarrollo del servicio actual. Según el análisis, el proyecto aún busca consolidarse para servir mejor a su público objetivo y para eso necesita acciones integradas entre los departamentos del gobierno estatal y más apoyo del gobierno federal.

Palabras Claves: Identidade de género. Proyecto Capullo. Salud pública. SUS. Transexualidad.

Abstract: This article aims to analyze the challenges to implement a specific health service for transsexual people in the state of Pará: the Casulo Project. When interviewing managers, technicians, health professionals and users, we analyzed the peculiarities in the implementation of the service regarding restructuring and new flow of care, functionality, reach and dissemination. Three themes were taken into account as criteria for analysis: the history of the Casulo Project; advances compared to the previous service; and the difficulties still present for the full development of the current service. According to the analysis, the project still seeks to establish itself in order to better serve its target audience and for this it needs integrated actions between state government departments and more support from the federal government.

Keywords: Gender identity. Casulo Project. Public health. SUS. Transsexuality.

¹ Este trabalho foi apresentado como requisito para conclusão da Especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEM/UFPA, contando com a orientação da Professora Doutora Maria Lucia Chaves Lima. Agradeço a avaliação das /os pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Ana Carolyn do Nascimento Pinho – Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Assessoria de Comunicação (FAP) e em Jornalismo, Cidadania e Políticas Públicas (UNAMA). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade da Amazônia (UNAMA).
E-mail: anacarinypinho@gmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo o Artigo 196 da Constituição Federal Brasileira de 1988, a saúde pública no Brasil é um direito de todos, sendo responsabilidade do Estado executá-lo a partir do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS tem seus pilares a universalização, a integralidade, a equidade, a descentralização, a regionalização, a hierarquização e a participação social nos serviços gratuitamente prestados à população, seja aos/às usuários/as ativos ou aqueles que os/as usam indiretamente.

Um dos pilares norteadores dos princípios da saúde pública no Brasil é a busca pelo atendimento de todos de forma igualitária, respeitando-se as particularidades e necessidades de cada sujeito. No entanto, na prática, para alguns grupos, como é o caso das pessoas LGBTQIA+, o acesso aos serviços assim como a criação de políticas públicas que contemplem as suas necessidades básicas, são escassos, difíceis e incompletos devido à falta de investimentos, o conservadorismo pautado em questões religiosas e a falta de qualificação de profissionais e conseqüentemente menos agentes preparados para realizar os atendimentos de saúde. Tais dificuldades atingem não só a saúde física, mas também a saúde mental e outros aspectos da vida social, o que mostra o caráter de urgência nos estudos, debates e na implantação de ações e serviços voltados a saúde pública LGBTQIA+ em todas as esferas do atendimento público.

Calazans *et al.* (2021) ressaltam que as políticas públicas de saúde, especialmente voltadas à população LGBTQIA+, são fruto de muitas décadas de luta e pressão do movimento social sobre o poder público. Historicamente, a saúde de pessoas LGBTQIA+, especialmente de transexuais, não esteve no foco destas políticas. As primeiras ações no Brasil aconteceram a partir das décadas de 1980 e 1990 motivadas pela epidemia de HIV/Aids, conhecida na época pelo estigma de “doença gay”.

A luta pelo direito à cidadania e a saúde de qualidade teve um importante marco em 1996, quando foi colocada pela primeira vez em um documento do governo federal, o Programa Nacional de Direitos Humanos, a categoria “direitos dos homossexuais”, mas que só foi oficialmente lançado em 2002. Em 2004, com o lançamento do programa federal “Brasil sem Homofobia”, que contou com a participação da sociedade civil organizada, houve o início da criação de bases fundamentais para a busca por direitos e que até então se quer eram considerados e conseqüentemente não eram debatidos.

Anos mais tarde, em 2008, o país publicou as duas primeiras portarias que instituíram o Processo Transexualizador pelo SUS. Essa visibilidade ao tema mostrou que dados sobre a saúde LGBT precisavam ser colhidos e em 2010 o Censo Demográfico passou a considerar em seu levantamento questões acerca da população gay e lésbica. É claro que, apesar da melhora na perspectiva, muito ainda precisava ser feito e aprimorado. Exemplo disso foi a publicação oficial da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT's (PNSI-LGBT), em 2011, e que mais tarde, em 2013, possibilitou a ampliação e redefinição do processo transexualizador.

Partindo da necessidade de atualizar a política pública, ampliar e aprimorar os atendimentos para a população LGBTQIA+, com foco em transexuais e travestis, em maio de 2022 o Governo do Estado do Pará lançou o Projeto Casulo. A iniciativa objetivou a reestruturação do fluxo ambulatorial e hospitalar para o atendimento de pessoas travestis e transexuais que desejam passar pelo processo de readequação genital ou transgenitalização.

Os atendimentos a essa população, anteriormente, aconteciam na Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecciosas Parasitárias Especiais (UREDIFE), em Belém. Desta forma,

com a recente reformulação do atendimento, o serviço de saúde às pessoas trans ganhou visibilidade no cenário estadual e nacional sendo um projeto pioneiro na Região Norte e no *ball* dos poucos estados brasileiros que voltaram a atenção recente para essa população, apesar da urgência que o tema sempre exigiu no que diz respeito a ações e políticas públicas.

Por isso, este trabalho buscará analisar quais os desafios de um serviço de saúde específico para pessoas trans no Estado do Pará a partir da investigação da implementação do Projeto Casulo, considerando a reestruturação do atendimento e resistências ideológicas, religiosas e/ou de formação de profissionais, novo fluxo, funcionalidade, impacto, alcance e divulgação. A histórica negligência com temas relacionados a população travesti e transexual nas políticas públicas em geral, bem como na área da saúde, reforçam a importância do presente artigo na busca por maior visibilidade do tema.

É necessário observar, inclusive, que pela experiência pessoal da autora deste artigo no decorrer do referido Projeto Casulo, muitas informações ao correr deste texto ainda não possuem respaldo acadêmico a não ser além do presente registro, o que pode servir de norte teórico para demais produções acadêmicas vindouras.

1. Violência e Lacunas das Políticas Públicas para a População Travesti e Transexual

Segundo Calazans *et al.* (2021), a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT's (PNSI-LGBT) “reconhece que os processos de discriminação e estigmatização por orientação sexual e identidade de gênero são determinantes de condição de vida, saúde e doença e geram sofrimentos às populações LGBT” (p. 95). Essa política é composta por 24 objetivos específicos que visam a promoção da saúde integral destas populações, de modo que fatores como a segregação e o preconceito não prejudiquem as ações de saúde que precisam ser executadas. Nesse sentido, cabe destacar que a PNSI-LGBT atribui competências distintas aos governos federal, estaduais e municipais no que diz respeito a execução de ações e programas de saúde LGBTQIA+ no SUS.

O assunto transexualidade vem ganhando destaque nos últimos anos. A presença de mais personagens em *reality shows*, filmes e novelas, além de artistas da música e cinema que se autodeclararam pessoas trans (em processo de transição ou não) ajudam a dar luz ao assunto antes invisibilizado. No entanto, ter este tema em mais espaços não significa necessariamente que estamos discutindo ou recebendo informações de forma adequada. Um exemplo disso é a confusão que ainda se faz entre temas como sexo, orientação afetivo-sexual e identidade de gênero².

Transexuais são pessoas que não se identificam com o gênero que lhe fora atribuído no nascimento. Há um universo de palavras e conceitos que orbitam o universo da transexualidade, a exemplo da transvestigêner³, travestis ou a transfobia. Essas nomenclaturas podem até ser recentes, assim como os discursos científicos e as possibilidades de diagnóstico, no entanto, a inconformidade dessas pessoas com seus gêneros e a luta pelo reconhecimento de suas identidades acontecem há muito mais tempo.

²Segundo Ciasca *et al.* (2021), o sexo de um indivíduo é determinado de acordo com a anatomia, cromossomos e hormônios. Já a orientação afetivo-sexual é determinada pela atração ou desejo físico, afetivo/romântico ou emocional que se manifesta em relação a outras pessoas. Por fim, a identidade de gênero se refere a como cada sujeito se identifica em relação ao próprio gênero e manifesta essa identificação.

³ Segundo Ciasca *et al.* (*idem*) a palavra “transvestigêner” significa o neologismo que une as palavras ‘travesti’ e transgêner’, de modo a usá-la em formato neutro para contemplar pessoas não binárias.

Jorge (2018) analisa a transexualidade a partir da perspectiva da Psicanálise e explica que no Brasil, assim como em outras partes do mundo, a transexualidade ou é vista a partir da glamorização de corpos famosos que despertam a curiosidade ou acaba sendo banalizada. O ideal, obviamente, seria tratar o assunto com a naturalidade que merece, no entanto, sem esquecer que ele é sem dúvida complexo e cheio de nuances:

A transexualidade tem uma característica bastante peculiar que a leva ser considerada um fenômeno social: é marcada pelo autodiagnóstico e a auto-prescrição terapêutica, ou seja, o sujeito se auto identifica numa determinada descrição – que viu surgir na mídia ou ouviu alguém falar – e se dirige ao médico pedindo a “correção” que lhe informaram ser cabível. Chama a atenção nos diversos depoimentos que encontramos na clínica e na mídia a frequência com que as pessoas revelam que, ao ouvirem falar de transexualidade entenderam o que sentiam e se identificaram com essa condição. (JORGE, 2018, p. 57)

Carvalho e Menezes (2021) afirmam que “a violência é uma forma de comunicação e um exercício do poder. Um corpo agredido é um corpo marcado por uma mensagem” (p. 34) e historicamente se sabe que a população LGBTQIA+ é alvo de inúmeras violências sejam elas simbólicas ou físicas que afetam a autoestima, relações sociais e atingem diretamente os seus direitos. Para os autores, “esses tipos de violência partem de um não reconhecimento da vítima como um ser humano em pé de igualdade nas interações sociais, alguém menos humano, ou até não humano” (*idem*, p. 35).

Uma das possíveis explicações para as violências sofridas por essas populações é o conceito de heteronormatividade. Judith Butler (2008) traça uma lógica que pressupõe uma conduta ideal entre sexo, desejo e práticas sexuais além da performance de gênero: na prática, seria compreender que um indivíduo do sexo masculino, que performa como um homem, irá ter interesse e se relacionar sexualmente com uma mulher obedecendo rigorosamente os papéis pré-determinados. Desta forma, “quanto mais os sujeitos e corpos não se conformam à matriz heterossexual, mais eles são considerados abjetos, desumanizados e descartáveis” (CARVALHO; MENEZES, 2021, p. 21).

Além do padrão heteronormativo, cabe, aqui, ressaltar a cisgeneridade que é a determinação de que a identidade de gênero de um sujeito deve corresponder ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento, ideia que consequentemente marginaliza a população transsexual. Tanto a heteronormatividade quanto a cisgeneridade reforçam as condutas sociais que oprimem e impõem um “jeito certo” de ser e agir, de modo que as outras formas são tidas, minimamente, como inadequadas.

Esse preconceito estrutural formado pelo conjunto de práticas institucionais presentes na sociedade são as responsáveis pela vulnerabilidade a que estas populações seguem sendo expostas. Por isso, o papel do Estado é tão importante neste contexto para evitar que os sujeitos permaneçam à mercê social e cada vez mais distantes de suas próprias cidadanias. Às palavras de Caio Benevides Pedra (2020),

A população LGTB é muito diversa e segmentada e o público T é o que registra menor participação social e acumula os piores índices de exclusão. Essas pessoas permanecem afastadas da sociedade e costumam ser esquecidas até mesmo pelas medidas de inclusão de pessoas LGBT. Estão menos presentes na

mídia, quase não possuem representação política, não ocupam posições de destaque na sociedade. Mantêm-se como um grupo segregado, mais difícil de incluir e até mesmo alcançar pelas ações estatais e, apesar disso, menos visado e atendido pelas políticas públicas e medidas sociais. Até mesmo as iniciativas que historicamente buscaram corrigir essas desigualdades padecem de problemas conceituais, na formulação ou execução, decorrentes de uma dificuldade do Estado de lidar com a diversidade de identidades. (PEDRA, 2020, p. 19).

Questões políticas, religiosas e socioeconômicas, por exemplo, influenciam diretamente a maneira como o tema é discutido, aceito socialmente e quais as consequências para essa população. De acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), no Dossiê de Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiros em 2021, divulgados no início deste ano, foram registrados 140 homicídios em pessoas trans no país (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Entre as pessoas assassinadas, 78% eram profissionais do sexo, que, segundo o texto, estavam expostas aos mais variados tipos de vulnerabilidade social, como problemas financeiros, dificuldade de acesso a auxílios governamentais e a crise sanitária da pandemia de Covid-19 (*idem*). Ainda segundo o documento, houve dificuldade para obter dados mais precisos sobre a situação real destas pessoas, pois secretarias de segurança e saúde pública não possuem bancos de dados com informações precisas sobre estes grupos, o que mostra, mais uma vez, que dentro da população LGBTQIA+ o grupo formado por transexuais e travestis é o que sofre mais violações de direitos humanos e tem a sua cidadania negada.

São muitas as violências que esta população está diariamente exposta: a invisibilização de questões pessoais, necessidades e anseios ignorados que atingem a saúde mental; o conservadorismo da extrema direita pautado na religião que provoca a negação destes corpos; a marginalização social e a exclusão que impede o acesso a documentos oficiais, a negação de benefícios sociais e o reconhecimento do nome social; a agressão física e simbólica que geram outros agravos físicos; ou, ainda, a falta de integralidade em serviços de saúde.

Carvalho e Menezes (2021) falam que além das violências físicas e psicológicas, estas populações também estão expostas a diversas violências: à *sexual*, com casos de estupros, abortos forçados ou pelo impedimento do uso de métodos contraceptivos; à *cultural*, que se dá por valores, práticas e crenças impostos “de tal modo repetidos e reproduzidos que se tornam naturalizados (p. 50); à *patrimonial* que ocorre, por exemplo, com a destruição total ou parcial de seus bens, a destruição de documentos ou a extorsão; e até à *moral*, que pode ser vista através dos casos de calúnia, injúria e difamação.

A dificuldade de acesso a serviços judiciários e a própria burocracia do sistema fazem com que grande parte desses casos de violências caia no esquecimento e se torne estatística da impunidade, mostrando novamente que a homofobia cria raízes nos mais diferentes espaços sociais e coloca, especialmente, o transexual em situação de inferioridade e vulnerabilidade. Segundo os autores,

A homofobia pode ser compreendida não como aversão ou repulsa a homossexuais, mas como o terror de que a identidade homossexual possa ser reconhecida ou valorizada socialmente. A homofobia é uma angústia diante do desaparecimento das fronteiras e hierarquias que institucionalizam a heterossexualidade como norma. (CARVALHO; MENEZES, 2021, p. 24)

Infelizmente, todo esse cenário também afeta os serviços de saúde, públicos e privados, de todo o Brasil. No entanto, problema é mais complexo do que se apresenta:

Uma primeira mirada sobre o problema levantaria a hipótese de que a falta de acesso a (ou de compartilhamento nos) serviços de saúde especializados para a colocação de próteses cirúrgicas estaria na raiz da busca por serviços clandestinos sem segurança sanitária. Por um lado, tais serviços são, de fato, escassos na rede pública de saúde, estando presentes apenas nos hospitais credenciados para a realização do processo transexualizador. Por outro lado, o recurso a serviços privados é inacessível economicamente à grande parte da população. Aqui podemos perceber a interseccionalidade com classe social na produção de uma desigualdade social em saúde para travestis e mulheres trans. (CARVALHO; MENEZES, 2021, p. 44)

Logo, percebe-se que a dificuldade de acesso aos serviços de saúde vai ser, especialmente, direcionada aos mais pobres, tendo em vista que ele acontece na esfera privada de forma mais avançada, mas não igualitária a todos. Diante desse contexto, justifica-se a importância de se analisar a implementação de um serviço público, portanto gratuito, específico para a população travesti e transexual a partir de entrevistas com gestores/as, técnicos/as e usuários/as do Projeto Casulo.

2. Metodologia

Tendo como objetivo analisar o processo de implantação do Projeto Casulo, busquei, entre março e outubro de 2022, participar de momentos importantes no que diz respeito ao debate, construção e andamento do projeto, além de estar inserida nos grupos de mensagens de gestores e usuários do serviço. Atuo, desde julho de 2020, como Assessora de Comunicação na Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA) e, por isso, pude estar presente e ter acesso a pessoas, informações e ocasiões relacionadas a criação da política pública.

A participação nesses momentos, buscando informações de maneira formal e informal, foi fundamental para criar as estratégias de acesso às informações e na escolha dos/as entrevistados/as. Em 31 de março deste ano estive na reunião que teve a participação de todos os agentes responsáveis pelo atendimento do Casulo, quando foi discutido como deveria ser o fluxo, a identidade visual do projeto e quais os espaços físicos que seriam cedidos para a execução do serviço. Nesta data ficou definido também quando seria o lançamento e toda a agenda interna que precederia este momento.

Em 19 de abril de 2022 ocorreu a reunião de apresentação do Projeto Casulo. Estavam presentes a equipe gestora, integrantes de movimentos sociais e da Secretaria Municipal de Saúde de Belém. Em outros momentos, a equipe gestora já havia estado com integrantes de movimentos sociais, no entanto, essa ocasião foi escolhida para apresentá-los oficialmente o novo fluxo e ouvi-los sobre suas impressões acerca do que estava sendo preparado. Aqui destaco que não houve unanimidade nas discussões, tendo em vista que o movimento organizado não concordou com o fluxo de atendimento que propunha a entrada de pacientes pela Atenção Básica, pois segundo eles as equipes não estariam preparadas para recebê-los.

No intuito de capacitar as equipes da rede estadual e trazer conhecimento sobre assuntos ainda não familiares a muitos servidores, tanto do nível central quanto das demais unidades, cerca de 200 pessoas foram convidadas a participar, entre os dias 26 e 28 de abril de 2022, do Curso

de Introdução a Saúde LGBTQIA+. Recebemos, nesta capacitação, informações sobre contexto histórico, direitos da população e, ainda, novas práticas de sexualidade e abordagens de saúde. O corpo docente foi formado, quase integralmente, por profissionais vindos de outros Estados e o curso foi idealizado pelos professores ligados à Universidade do Estado do Pará (UEPA). Segundo o responsável pela ementa do curso, o médico infectologista, Bernardo Maia:

“Por ser um homem gay e me identificar dentro da comunidade LGBTQIA+, eu sempre identifiquei esse *gap* na formação do profissional de saúde seja médico ou qualquer outra área específica, nas peculiaridades na assistência dessa população. Acredito que falta muito disso desde a faculdade até as especializações e ao sair da faculdade eu acabei trilhando esse caminho pela pesquisa clínica e na assistência em consultórios e hospitais promovendo políticas de saúde para essas populações”. (MAIA, 2022)

O lançamento do projeto Casulo aconteceu, em Belém, em 17 de maio de 2022, dia internacional de combate a homofobia e transfobia, juntamente ao Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTQIA+fobia, idealizado pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP) em evento realizado no Teatro Margarida Schivasappa. As reuniões para alinhamento interno do projeto continuaram acontecendo após o lançamento, ocasiões nas quais foram contatadas os/as 12 participantes da presente pesquisa: entre gestores, técnicos/servidores, profissionais de saúde e usuários/as.

Para a produção de informações desse estudo foram realizadas análise documental e entrevistas semiestruturadas com roteiros pré-estabelecidos para gestores e técnicos. É importante frisar que todos tiveram conhecimento prévio do roteiro da entrevista, foi autorizada a gravação da entrevista e autorizaram também o uso de suas informações nesse trabalho de cunho acadêmico. As entrevistas foram realizadas de forma presencial nas visitas realizadas na Policlínica Metropolitana de Belém, e através do aplicativo *WhatsApp*, entre os dias 10 de agosto e 14 de setembro de 2022.

As entrevistas com os/as 12 participantes dessa pesquisa, entre usuários do Projeto Casulo, gestores, profissionais de saúde e servidores públicos, permitiram a análise dos atuais serviços de saúde e a comparação com o antigo atendimento, já que os usuários escolhidos para este estudo também foram pacientes da UREDIPE. A seguir, como critérios de análise, foram selecionadas três temáticas: o histórico do Projeto Casulo; os avanços em comparação ao serviço anterior; e as dificuldades ainda presentes para o pleno desenvolvimento do atual serviço.

3. Projeto Casulo: histórico e novo fluxograma

A atenção à saúde de pessoas transexuais deve ser minuciosa. O diagnóstico de uma pessoa trans deve necessariamente ser feito por uma equipe multidisciplinar, que a acompanhará por no mínimo 2 anos, pois é necessário analisar o caso em profundidade, levando em consideração aspectos da saúde física, mas também da saúde mental e os aspectos sociais que a envolvem, afinal há um longo caminho antes e depois da cirurgia de redesignação sexual que envolve, por exemplo, a terapia e a hormonioterapia⁴.

⁴ Dentro do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde o paciente deve receber acompanhamento psicológico e tratamento hormonal com medicação específica para regulação de hormônios femininos ou masculinos que deve ter acompanhamento médico.

O Sistema Único de Saúde oferece serviços para que pessoas com o perfil passem pelo processo transexualizador, desta forma sendo um direito garantido em lei que permite aos sujeitos a autonomia diante do próprio corpo e identidade assim como o acesso a saúde básica. Atualmente, via SUS, está garantido para a população trans a histerectomia (retirada do aparelho reprodutor), mastectomia (retirada das mamas), construção do pênis e implante de silicone nos seios.

Segundo Caetano e Martins (2021, p. 109), o primeiro registro de um procedimento de transição de gênero no Brasil aconteceu em 1971, o que em termos históricos o coloca como um evento recente. O caso ganhou repercussão nacional, pois quatro anos após a cirurgia a paciente entrou na justiça solicitando mudança de nome em seus documentos. Os autores contam que o médico responsável pela cirurgia teve seu registro profissional cassado pelo Conselho Federal de Medicina e em seguida foi preso acusado de lesão corporal de natureza grave. A atitude intimidou outros médicos a realizarem o procedimento em pessoas transexuais.

O caso é emblemático, pois pode ter sido o estopim para que o Brasil entrasse em um túnel de retrocesso no referente à pesquisa e investimentos nessa área da medicina; afinal, afastou profissionais de mais uma área de atuação que, a esta altura, poderia estar mais avançada. No entanto, especialmente na última década, o Brasil vem tentando recuperar tudo que foi deixado de ser feito e investido no campo das políticas públicas de saúde de pessoas trans e, mais uma vez, a luta dos movimentos sociais está sendo fundamental para essa conquista.

A prova da importância da atuação do poder público junto aos movimentos sociais, com base nas Portarias do Ministério da Saúde, é que alguns estados brasileiros, a exemplo do Pará, lançaram programas voltados exclusivamente para o atendimento de pessoas trans que desejam passar pelo processo transexualizador.

Com caráter provisório, em 2015, o então governo do Estado do Pará criou um serviço para o atendimento de pessoas transexuais na rede pública de saúde. Ele consistia no atendimento da população que desejava acompanhamento para realizar a cirurgia de redesignação sexual, outrora conhecida como processo transexualizador e popularmente chamada de cirurgia de “mudança de sexo”. Feito na Unidade Especializada em Doenças Infecciosas e Parasitárias Especiais (UREDIPPE), o espaço era reconhecido principalmente pelo atendimento de pacientes de HIV/Aids.

A UREDIPE ofertava consultas com psicólogo/a e clínico/a geral. F. V., atual vice-diretora da unidade, conta que outros atendimentos, como consultas e exames com a psiquiatria eram solicitados informalmente a instituições parceiras, como o Hospital Jean Bitar, o que implicava certa dificuldade para atender os pacientes e cumprir todo o protocolo necessário estipulado a população trans pelo SUS através das normas do Ministério da Saúde.

As dificuldades passavam também pela falta de espaço físico para as instalações do serviço, já que ele funcionava em apenas duas salas. Os prontuários de pacientes eram armazenados em gavetas e por isso estavam mais expostos a degradação do tempo. A falta de ambulatórios e dispensação dos medicamentos necessários ao processo transexualizador e, ainda, a ausência de um fluxo hospitalar e ambulatorial mais delimitado para entrada e saída de pacientes também eram reclamações constantes de quem era atendido no local.

Devido à grande procura, a UREDIPE chegou a atender simultaneamente cerca de 80 pacientes, número considerado alto tendo em vista a pouca estrutura de espaço e profissionais. Apesar do acolhimento precário e incompleto, já que muitas vezes os pacientes precisavam arcar financeiramente com os exames pendentes, eles eram encaminhados ao Hospital Jean Bitar que era

o responsável por realizar os atendimentos cirúrgicos, sendo que nesta época era realizado um procedimento por mês. Segundo a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA), entre os anos de 2017 e 2022 foram realizados 23 procedimentos cirúrgicos de mastectomia⁵.

A necessidade de expansão dos atendimentos assim como a reforma no espaço da UREDI-PE foram o ponto de partida para que houvesse a reestruturação do atendimento. Por isso, cerca de dois anos antes do lançamento do Projeto Casulo, ocorrido 17 de maio de 2022, a partir de conversas internas e com os movimentos sociais, houve o início da reestruturação do fluxo que seria a origem da nova forma de atendimento. O governo do Estado, por meio da SESPA, criou o Projeto Casulo com base nas seguintes portarias do Ministério da Saúde:

- Lei nº 8.080/90, de 19/09/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- Portaria de Consolidação GM/MS nº 02, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;
- Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), em especial a instituição da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) e da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME);
- Portaria nº 1.820/GM/MS, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários(as) da saúde e assegura o uso do nome social no SUS;
- Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que prioriza a organização e implementação das Redes de Atenção à Saúde (RAS) no país;
- Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, especificadamente no que se refere ao Capítulo I, Seção IV – Das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde, artigo 5º, inciso III, que institui a: “Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexual, Travestis e Transexuais, na forma do Anexo XXI”; e Anexo I do Anexo XXI, Capítulo I – Da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexual, Travestis e Transexuais, que: “redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)”;
- Relatório nº 54 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), de 7 de dezembro de 2012, no qual recomenda a incorporação de novos procedimentos relativos ao processo transsexualizador no âmbito do SUS;
- Resolução nº 2, de 6 de dezembro de 2011, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que estabelece estratégias e ações que orientam o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do SUS.

Apesar de o lançamento ter acontecido no mês anterior, foi em reunião extraordinária realizada no dia 9 de junho de 2022 que a Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará (CIB-SUS-PA) que estabeleceu formalmente a criação e o fluxo do projeto. As informações publicadas na portaria da CIB desta data têm como objetivo identificar, estruturar, ampliar

⁵ Dados coletados em 31 de março de 2022 pela autora.

e aprimorar a rede de atenção à saúde e a linha de cuidado de transexuais e travestis. Além disso, busca atualizar o processo de habilitação dos serviços e padronizar os procedimentos previstos no Processo Transexualizador dando acesso a todos, inclusive pacientes do sistema carcerário.

Segundo o documento, somente pessoas com mais de 18 anos de idade podem iniciá-lo e é a partir dos 21 anos que é permitida a realização de procedimentos cirúrgicos de resignação do sexo biológico, desde que haja indicação específica e acompanhamento prévio de dois anos pela equipe multiprofissional em nível ambulatorial. Também, segundo o texto, na nova fase os/as pacientes que desejam passar pelo processo transexualizador têm como porta de entrada a Atenção Primária em Saúde dos 144 municípios paraenses, através de Unidades Básicas de Saúde (UBS), Estratégia Saúde da Família (ESF) ou Consultórios na Rua, por exemplo.

As equipes municipais de saúde são as responsáveis pelos primeiros atendimentos e o encaminhamento, via regulação, à Policlínica Metropolitana, em Belém, ambulatório de média complexidade, no qual o paciente recebe acompanhamento multiprofissional no pré e pós-operatório. A Policlínica é a responsável também pelo processo de hormonioterapia e tem capacidade para realizar até 900 atendimentos mensais entre consultas, exames e retornos.

Para saber a realidade dos pacientes no período de pré-lançamento do projeto, a SESPA realizou busca ativa em 493 prontuários, entre cadastros ativos e inativos, de pacientes que eram da UREDIPE e então chegaram aos nomes dos noventa primeiros pacientes que foram encaminhados as consultas com clínico geral e psicólogo/a em uma etapa usada para fazer o acolhimento e a integralização do cuidado de assistência à saúde para que houvesse a adaptação do/a paciente ao novo momento do serviço.

Após o atendimento na Poli, os/as pacientes que desejam realizar os procedimentos cirúrgicos são encaminhados ao Hospital Jean Bitar. Para homens trans, a unidade está habilitada a realizar a mastectomia masculinizante, que é a retirada da glândula mamária e o reposicionamento da aréola, e a pan histerectomia, que é a retirada do útero e ovários. Já para mulheres trans, a cirurgia disponibilizada é a de implantes mamários de silicone.

O atendimento do projeto também conta com o Ambulatório de Dermatologia da Diversidade da Universidade do Estado do Pará, que realiza tratamentos dermatológicos ligados a hormonioterapia e harmonização facial. Tendo em vista que o uso do hormônio para transição provoca muitas consequências, as pessoas que estão no processo apresentam muita queda de cabelo e acne, por exemplo. Por isso, o ambulatório também atende outras doenças, não só as que têm a ver com o uso do hormônio na transição, como é o caso de doenças como psoríase, dermatite atópica entre outras.

4. Casulo em Desenvolvimento: avanços na saúde para o reconhecimento de identidades de gênero

De acordo com o dicionário a palavra “casulo” significa “envoltório ou capa protetora feita pelas larvas do bicho-da-seda ou por outros insetos, dentro da qual sofrem a metamorfose” (DICCIONÁRIO ONLINE, 2022). O termo é cheio de simbolismo, pois remete à transformação que o animal passa dentro de si até se tornar o que realmente é. De ovo, à larva, transformando-se em pupa para então renascer como imago e voar.

Imagine então nascer em um corpo no qual se procura conexão por toda a vida até perceber que o que precisa realmente é se recolher em si para mais tarde renascer de outra forma? A analogia

do casulo é interessante para pensar o corpo trans que parte da inconformidade, passa por inúmeros processos até chegar aonde se quer: encontrar a si mesmo. Por isso, após muitas discussões internas os ativistas da causa trans no Pará escolheram este nome para sintetizar o que é o processo transexualizador na vida de alguém.

Além da decisão do nome, eles também foram ativos na escolha da logomarca do projeto, executada pela equipe de comunicação da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA) sob orientação da Secretaria de Comunicação do Estado (Secom). Os tons de azul e rosa com uma pequena borboleta na última letra fazem referência aos homens e mulheres trans que além de usuários de serviços públicos de saúde são agentes decisivos na criação e execução de políticas públicas pelo envolvimento que demonstram com a causa.

Figura 1 – Logomarca do Projeto Casulo.



No entanto, outros avanços também podem ser vistos, especialmente, por quem participa do cotidiano das atividades. Por exemplo, em relação ao atendimento anterior, destaca-se a redefinição do fluxo de atendimento. Atualmente, para ingressar no Projeto Casulo, os/as pacientes precisam dar entrada pelas Unidades Básicas de Saúde, ou seja, por meio dos municípios. Ao chegar nestes locais, os/as pacientes passam pela consulta com o clínico geral, médico responsável pela primeira avaliação, identificação do caso e por colocar o CID⁶ adequado. Com esse encaminhamento, o município, via Sistema de Regulação (Sisreg), é o responsável por marcar a consulta na Policlínica Metropolitana, em Belém.

A passagem de pacientes da UREDIPE para a Policlínica Metropolitana automaticamente sanou um problema, antes invisibilizado, mas que afetava diretamente a vida e autoestima dos pacientes transexuais: o estigma de receber atendimento no mesmo local que pacientes com HIV/Aids, como explica a usuária B. de O.:

A UREDIPE era também um local de atendimento de pessoas soropositivas e vivendo com HIV e Sífilis, no caso IST aids. Isso soava com muito preconceito para as meninas e rapazes que usavam aquele local, pois a gente sabe

⁶ Acrônimo de *Classificação Internacional de Doenças*.

que infelizmente ainda há muito preconceito com pessoas vivendo com HIV e Aids, mas o atendimento era “empurrado com a barriga” para não “morrer” o ambulatório, pois por muitas vezes tentaram encerrar o projeto. (B. de O., 2022)

Outro problema resolvido com a transferência do serviço de saúde da UREDIPE para a Policlínica Metropolitana foi a digitalização de prontuários. No antigo espaço todas as informações dos pacientes eram registradas manualmente e armazenadas em pastas que ficavam em um pequeno arquivo físico, ou seja, exposto a degradação do tempo. A criação do Casulo necessitou a listagem dos pacientes que estavam em atendimento e gostariam de seguir no projeto. Por isso, a pedido da SESPA, todos os arquivos foram recolhidos, digitalizados, atualizados e serviram de ponto de partida para o início das atividades no novo formato.

Em reunião de alinhamento realizada no dia 6 de setembro de 2022, na SESPA, a Policlínica Metropolitana anunciou que, até o dia 31 de agosto, a unidade já havia atendido 127 pacientes, tendo um total de 457 atendimentos entre consultas médicas e não médicas. O número foi considerado positivo, segundo a avaliação interna, tendo em vista que nesse período o projeto estava prestes a completar quatro meses de lançamento.

O aumento considerável nesse número se deve, entre outros fatores, ao fato de que a Policlínica Metropolitana atua com mais especialidades do que a antiga unidade. São elas: Clínica Médica, Endocrinologia, Psiquiatria, Psicologia, Urologia, Proctologia, Ginecologia, Cirurgia Plástica, Assistência Social, Fonoaudiologia e Nutrição, além de exames laboratoriais e de imagem.

Na comparação ao espaço anterior, a Policlínica é um local mais amplo, de fácil acesso, com mais linhas de ônibus à disposição, mais estrutura e salas específicas aos atendimentos. Ainda sobre os encontros de alinhamento, a SESPA realiza mensalmente reuniões entre as equipes de trabalho, o que tem permitido supervisionar as atividades e aprimorar o atendimento que ainda está sendo aperfeiçoado – outra diferença em relação ao atendimento anterior, quando essas reuniões aconteciam com menos frequência.

Todavia, o canal de comunicação sobre o projeto com servidores e usuários/as permanece constantemente ativo a partir de grupos de aplicativo de mensagem que contam com a participação de gestores e representantes do movimento trans. Por esse meio são comunicadas falhas no processo, solicitadas reuniões para formalizar pedidos ou reclamações e, ainda, compartilhadas suas experiências pessoais em tempo real.

O novo fluxograma de atendimento, que inicia com os municípios, inclui a Policlínica Metropolitana, o Hospital Jean Bitar, a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres (ETSus), cada um com sua responsabilidade bem delimitada na Portaria da CIB, o que facilita a execução dos atendimentos. A Policlínica Metropolitana é responsável pelo Ambulatório de Atenção Especializada para o Processo Transexualizador no Estado. Já o Hospital Jean Bitar cuida da realização dos procedimentos cirúrgicos em nível hospitalar para procedimentos de resignação do sexo biológico.

O serviço de Dermatologia da UEPA ficou definido como a referência para o atendimento dermatológico clínico, de diagnóstico e cirúrgico com consultas e tratamentos relacionados a hormonioterapia, além de procedimentos minimamente invasivos para afirmação de gênero. Cabe aqui ressaltar que o ambulatório conta com a participação dos alunos do curso de Medicina da UEPA que atuam como monitores, o que em longo prazo irá ajudar na formação de mais profissionais

para atuar com a população LGBTQIA+ ainda que não seja para o processo transexualizador ou de hormonioterapia.

O caráter educativo e formativo do Casulo também pode ser visto no quarto e último braço do projeto que é o ETSus, responsável pela capacitação dos profissionais que atuam no fluxo e atendimento ao público, especialmente, pela rede estadual. O primeiro curso de formação, após o lançamento do projeto, aconteceu entre os dias 15 e 19 de agosto e foi voltado a profissionais em saúde. Chamado “Curso de formação no acolhimento a população LGBTQIA+ com foco nas pessoas travestis e transexuais em espaços de saúde do SUS”, assim como o primeiro curso de Introdução a Saúde LGBTQIA+ ocorrido em abril, buscou o acolhimento correto com atendimento humanizado e a inclusão dos pacientes:

Eu creio que o ponto a ser destacado é a inclusão. Trata-se de um público que historicamente é discriminado pela sociedade e acaba não buscando seu atendimento e tratamento dentro dessa necessidade que eles apresentam, então nós conseguimos dar um atendimento mais profissional e bem mais humanizado e o paciente pode realizar todo acompanhamento depois da sua entrada por as nossas unidades hospitalares que são referência para todo o Estado, então sim melhorou e é de suma importância que tenham esse ponto de atendimento e que saibam como funciona o fluxo do projeto. (R. R., 2022)

Segundo A. A. de S. (informação verbal), mulher trans que está iniciando sua participação no Casulo, o tratamento humanizado e a importância que é dada a isso é um dos principais diferenciais para quem busca acolhimento no projeto. Outro ponto destacado durante as entrevistas com os gestores é que o Projeto Casulo, assim como outros lançados dentro da atual gestão, a exemplo do “Bariátrica Zero”, não são considerados ações de governo, mas sim políticas públicas mais extensivas que estão conduzidas de modo que continuem mesmo após a saída do atual governo.

A intenção do governo do Estado, por meio da SESP, é que com a inauguração de novas Policlínicas em polos estratégicos nas regiões paraenses haja também a expansão do projeto Casulo para mais localidades, o que em longo prazo irá melhorar o atendimento da população e irá descentralizar o serviço na capital.

5. Sobre as Dificuldades para o Pleno Voo: dos problemas de acesso a falta de integralidade

Uma das principais reclamações registradas pelos entrevistados desta pesquisa é a falta de preparação das equipes de Atenção Primária quanto aos temas relacionados a sexualidade, identidade de gênero e transexualidade. A falta de preparo de profissionais de saúde, como médicos/as, enfermeiros/as e assistentes sociais, faz com que a população que procura o atendimento não se sinta acolhida, e, muitas vezes, ainda se sinta exposta a situações de descaso e discriminação ao responder questões constrangedoras, tais como “qual seu nome verdadeiro?”. Outro constrangimento recorrente é ter que responder perguntas ligadas à vida anterior, quando ainda não haviam iniciado o processo de transição.

A falta de capacitação dos profissionais na esfera municipal para usar pronomes adequados e dirigir-se às/aos pacientes demonstra não apenas a falta de conhecimento, mas também aponta

sobre a importância dada aos atendimentos de saúde para a população trans e como questões pessoais, assim como religiosas, podem interferir nos atendimentos de saúde.

Segundo as/os usuárias/os, os municípios também não estão devidamente informados sobre o que é o Projeto Casulo e seu atual fluxo. Para ajustar esses ruídos de comunicação, a SESPA tem iniciado conversas com os treze Centros Regionais de Saúde (CRS) para orientá-los e consequentemente atingir gradativamente a Atenção Primária. No entanto, cabe aqui ressaltar que a falta de informações sobre o serviço, inclusive na internet e veículos de comunicação, possa estar sendo dificultada devido ao período eleitoral, iniciado em julho e que terminou somente em outubro.

Neste período, as redes sociais das pastas, assim como o Agência Pará, principal veículo de informação do governo estadual, foram retiradas do ar na intenção de não serem usadas como plataformas de propaganda política. Desta forma, sem as páginas principais ativas ficou mais complicado deixar o assunto em evidência e emplacar divulgações. Logo, as informações não chegaram ao público-alvo como deveriam.

Apesar do lançamento ter acontecido há alguns meses, o Projeto ainda não conseguiu atender plenamente os pacientes, pois as medicações ainda não começaram a ser distribuídas. A proposta é que homens trans tenham duas opções de remédio: o Cipionato de testosterona (deposteron) de 200 mg, sendo uma ampola intramuscular a cada quinze dias; ou o Undecanoato de testosterona, 250 mg em 4 ml, sendo uma ampola intramuscular a cada 3 meses. As medicações custam em média, respectivamente, R\$250,00 e R\$100,00. Já para as mulheres transexuais são colocados como opção o Estradiol oral de 2 a 6 mg uma vez ao dia; ou o Estradiol transdérmico de 0,5 a 2mg uma vez ao dia; ou o Acetato de ciproterona de 50 mg com 1 comprimido ao dia. As medicações custam em média, respectivamente, R\$49,00 e R\$105,49.

Os valores tiveram reajustes recentes e são bastante altos, principalmente se pensarmos que são de uso contínuo. A falta de distribuição se deve, pois apesar do projeto ter sido lançado, a Sespa não conseguiu finalizar os processos licitatórios de compra de medicamentos pela falta de concorrentes, já que para o mercado os valores e quantidades de remédios que estão sendo solicitados estão abaixo do interesse financeiro. Com o fracasso das três últimas tentativas, a Secretaria tenta no momento fazer a dispensa da licitação para esse processo, ou seja, o Departamento Estadual de Assistência Farmacêutica buscará desburocratizar o processo licitatório de modo a realizar contratação de forma mais rápida e assim atender o público o quanto antes.

Segundo a Lei 8.666/93, que fala sobre normas para licitações e contratos da Administração Pública, casos como esse são permitidos em algumas circunstâncias, como em emergências e calamidades públicas, a exemplo da pandemia da Covid-19, em que obras, serviços e produtos não podem ter seu abastecimento parado, mas o tempo da burocracia não consegue ser obedecido. No caso em questão, como não existem empresas interessadas na licitação, ela não pode mais ser repetida sem que haja prejuízo para a administração pública, ou seja, realizar mais uma licitação significa insistir em um processo que não está dando resultados enquanto os pacientes aguardam. Cabe aqui ressaltar que mesmo a dispensa da licitação também só pode acontecer após períodos eleitorais, tendo em vista que não pode ser usada como instrumento para ganho de votos.

A falta de apoio do governo federal, por meio de orientações e ações do Ministério da Saúde, tem dificultado sanar questões como essa. L.M., homem trans usuário do Projeto Casulo, enfrenta dificuldade para arcar com todos os custos que o processo transexualizador envolve:

Eu acho crucial que houvesse um projeto para garantir o fornecimento do hormônio por meio do SUS. Eu comecei a terapia hormonal em julho, na época comprei a caixa do hormônio por \$46 reais, agora ele está custando \$200 reais e não tem nenhuma previsão de que vá diminuir o valor, se é que isso vai ocorrer. Eu consegui comprar o suficiente para 3 meses de tratamento, parcelando tudo no cartão, mas vai ser difícil manter isso. E tenho certeza de que para outras pessoas deve ter ficado inacessível, e isso faz com que se interrompa o tratamento, impacta física e psicologicamente nos pacientes. (L.M. 2022)

Além do prejuízo financeiro para os pacientes que, por enquanto estão arcando com suas próprias medicações, atualmente o Projeto Casulo ainda não realiza o processo cirúrgico de resiguação sexual, pois o Pará ainda não possui profissionais habilitados para executar o procedimento. A falta de equipes especializadas e a oferta do procedimento no Projeto Casulo tem feito com que alguns pacientes já tenham iniciado, formalmente, com o processo de retirada de seus prontuários médicos e históricos de exames para ir para outras cidades, como é o caso de Porto Alegre e São Paulo, para realizar o procedimento seja pelo próprio SUS ou por clínicas e hospitais particulares.

Outro problema citado pelos usuários durante as entrevistas é a dificuldade do acesso ao projeto, principalmente, dos pacientes vindos do interior do estado. Ainda que haja o auxílio do Transporte Fora de Domicílio (TFD) por parte dos municípios, muitos deles acabam usando recursos próprios para o deslocamento e relatam a dificuldade de acesso, burocracia extensa e muitas horas para chegar à capital, o que implica dedicar bastante tempo a essa atividade e perder um dia de trabalho ou de aula, por exemplo. Possivelmente a ida do projeto para outras Policlínicas ajude a resolver esta questão, no entanto, esse é um planejamento que só deve ser executado no segundo mandato do atual governo, que acaba de ser reeleito.

Também é quase unanimidade entre os pacientes que a entrada não seja pela Atenção Primária, mas sim diretamente na Policlínica Metropolitana, que nesse caso passaria a realizar o chamado atendimento de “portas abertas” no qual o paciente não precisaria de regulação como acontece em atendimentos de urgência e emergência. Tendo em vista que esta já é uma reclamação frequente, a SESPAA estuda que em breve o serviço de saúde seja ofertado nas demais Policlínicas que estão sendo lançadas pelo governo estadual, sendo que atualmente, já existem as Policlínicas nos municípios de Tucuruí e Capanema, mas o serviço não está ativo nesses locais.

Ao pensar a necessidade de interação entre as pastas de um governo e a importância de ter ações e serviços voltados a pessoas transexuais, o usuário R. R. afirma que:

Ainda há muito a avançar. O avanço ainda deve ser feito pensando não apenas na criação de políticas públicas, mas na construção de uma base de discussão em sociedade que possibilite enxergar a pessoa trans como cidadão livre da marginalização de seus corpos. É necessário se falar de pessoas trans como pessoas; ouvi-las. E principalmente, desprender do olhar cultural que nos coloca em uma condição patológica. Para além da criação (que já é discreta), necessitamos de aplicação e fiscalização. (R.R., 2022)

Atualmente o Projeto Casulo possui parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), já que ele é ofertado também a detentos. No entanto, essa integralidade

de ações ainda acontece de forma tímida e não atinge outras pastas. Portanto, se houvesse um trabalho a partir do princípio da integralidade poderia transformar essas ações em uma bandeira muito maior do atual governo como, por exemplo, a união das secretarias de emprego e renda e assistência social, levando mais possibilidades de cidadania, visibilidade e reparação da situação de vulnerabilidade de transexuais e travestis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à falta de investimentos financeiros e de capacitação profissional que deveriam ser feitos pelo governo federal, através do Ministério da Saúde, o Brasil encarou nos últimos anos um retrocesso no que diz respeito a criação e manutenção de políticas públicas de saúde. A retirada de recursos para tratamentos oncológicos e a compra de remédios de pacientes com HIV/Aids, assim como a ausência de amparo durante a pandemia de Covid-19, com a falta de verba para contratualização de mais leitos e a compra de insumos e vacinas, demonstram qual o lugar que a saúde pública ocupou na agenda de prioridades do governo federal.

Por isso, ter um projeto voltado a população LGBTQIA+, especialmente transexuais e travestis, grupo historicamente esquecido e discriminado, demonstra comprometimento com a saúde pública igualitária e de qualidade, na contramão de um comportamento nocivo e letal, principalmente se pensarmos que as primeiras tratativas para a reformulação do atendimento iniciaram no primeiro pico da pandemia no Pará, ainda em julho de 2020.

Após a análise desta pesquisa percebe-se que o Casulo ainda é um projeto recente e por isso possui ajustes importantes a serem feitos, como o aumento da divulgação e a capacitação da Atenção Primária para a condução de um atendimento mais consistente. No entanto, os maiores problemas identificados neste estudo são a não realização de todas as cirurgias previstas pelas portarias do MS para quem deseja realizar a redesignação de sexo e a falta de medicamentos para a hormonioterapia, afinal estas ausências provocam lacunas no atendimento que o deixam incompleto.

A expectativa é que estes problemas sejam resolvidos já no próximo ano, com a aquisição regular dos medicamentos para a hormonioterapia e a expansão no atendimento para as demais Policlínicas. No entanto, a realização das cirurgias no Estado, eliminando a necessidade de pacientes irem para outras regiões, deve demorar mais tempo, pois implica a formação local de profissionais especializados na área ou a seleção de profissionais de outras regiões para formar a equipe local.

Por fim, é importante destacar que o Projeto Casulo é um ato de resistência e simboliza a importância do Sistema Único de Saúde especialmente àqueles que não têm condições financeiras de arcar com planos de saúde privados, e não podem ser esquecidos dentro de suas questões de saúde física e mental. Por isso, ter a participação de pessoas trans e trazê-las para dentro de uma secretaria de saúde pública para pensar como deve ser um projeto de saúde voltado para essa população, talvez, tenha sido a maior e principal mudança proposta pelo Projeto Casulo, pois quebrou hierarquias e mostrou que o SUS pode e deve ser feito por todos/as e para todos/as.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BRASIL. *Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011*. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm. Acesso em 07 de jan de 2023.

_____. *Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em 07 de jan de 2023.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 1.820/GM/MS, de 13 de agosto de 2009*. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html. Acesso em 07 de jan de 2023.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010*. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html. Acesso em 07 de jan de 2023.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria de Consolidação GM/MS nº 02, de 28 de setembro de 2017*. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/10_portaria_de_consolidacao_n_2_2017_contratualizacao_cosems.pdf. Acesso em 09 de jan de 2023.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/10_portaria_de_consolidacao_n_2_2017_contratualizacao_cosems.pdf. Acesso em 09 de jan de 2023.

_____. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAETANO, Liliane de Oliveira; BARBOSA, Ricardo Barbosa. Processo Transexualizador do SUS. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, A.L. *Saúde LGBTQIA+: Práticas de cuidado transdisciplinar*. Santa de Parnaíba: Manole, 2021.

CALAZANS Gabriela; ANJOS, Allison; BENEDITO, Leandro Augusto Pinto; COSTA, Inês Eugênia Ribeiro da; CUNHA JUNIOR, Luiz Valério Soares da. Políticas de saúde LGBTQIA+ no Sistema Único de Saúde e na saúde suplementar. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, A.L. *Saúde LGBTQIA+: Práticas de cuidado transdisciplinar*. Santa de Parnaíba: Manole, 2021. p. 92-99.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. In: CARVALHO, Mário Felipe de Lima; MENEZES, Moisés Santos (orgs.). *Violência e saúde na vida de pessoas LGBT*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JÚNIOR, Ademir (Orgs.). *Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar*. 1ª edição. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021.

DICIO, Dicionário Online de Português. *Casulo*. Disponível em <https://www.dicio.com.br/casulo/>. Acesso em: 17 out. 2022.

JORGE, Marcos Antonio Coutinho. *Transsexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAIA, Bernardo Porto. Bernardo Maia: depoimento [26 de abril. 2022]. Entrevistador: Caroliny Pinho. Belém: UFPA, 2022. Mp3. Entrevista concedida a esta pesquisa.

PEDRA, Caio Benevides. *Cidadania trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*. 1ª edição. Curitiba: Appris, 2020.

“Estou Sendo Presa pela Terceira Vez Doutora, mas Prefiro Traficar do que Ver Meu Filho Fazendo”: feminização da pobreza, vulnerabilidades e encarceramento

"Me Detienen por Tercera Vez Doctor, pero Prefiero Traficar que Ver a Mi Hijo Hacerlo": feminización de la pobreza, vulnerabilidades y encarcelamiento

"I am Being Arrested for the Third Time Doctor, but I'd Rather Deal Than See My Son Doing it": feminization of poverty, vulnerabilities and incarceration"

Karen Gabriely Sousa Santos

Resumo: O presente trabalho foi desenvolvido de forma exploratória em um centro de reeducação feminina da Região Metropolitana de Belém, Pará. De setembro a outubro de 2022, foram entrevistadas 10 mulheres que estão em regime fechado, com um roteiro de 11 perguntas semiestruturadas e aplicadas de maneira individual. Questões como abandono afetivo, saudade dos filhos, escolarização precária, desamparo jurídico, tráfico de drogas, disciplinamento e empreendedorismo como meio de ressocialização, mostraram-se os principais pontos no desenrolar do trabalho. Dessa forma, a partir dos relatos e consulta a dados internacionais, este estudo converge com a literatura de referência, apontando a relação entre a feminização da pobreza, vulnerabilidades e aumento do encarceramento feminino no Brasil.

Palavras Chave: Vulnerabilidades. Feminização da Pobreza. Encarceramento.

Resumen: El presente trabajo se desarrolló de manera exploratoria en un centro de reeducación femenina de la Región Metropolitana de Belém, Pará. De septiembre a octubre de 2022, se entrevistaron 10 mujeres que se encuentran en régimen cerrado, con un guion de 11 semi-Preguntas estructuradas y aplicadas de forma individual. Cuestiones como el abandono emocional, los niños desaparecidos, la escolarización precaria, el desamparo legal, el narcotráfico, la disciplina y el emprendimiento como medio de resocialización, resultaron ser los principales puntos recurrentes en el transcurso del trabajo. Así, a partir de informes y consultas de datos internacionales, este estudio converge con la literatura de referencia, señalando la relación entre la feminización de la pobreza, las vulnerabilidades y el aumento del encarcelamiento femenino en Brasil.

Palabras Claves: Vulnerabilidades. Feminización de la pobreza. Encarcelamiento.

Abstract: The present work was carried out in an exploratory way in a female re-education center in the Metropolitan Region of Belém, Pará. From September to October 2022, 10 women who are in a closed regime were interviewed, with a script of 11 semi-structured questions and applied individually. Issues such as affective abandonment, homesickness for the children, poor schooling, legal helplessness, drug trafficking, discipline and entrepreneurship as resocialization proved to be the main points were recurrent issues in the course of the work. In this way, the work points out, based on reports and consultation with international data, the relationship between the feminization of poverty, vulnerabilities and the increase in female incarceration in Brazil.

Keywords: Vulnerabilities. Feminization of Poverty. Incarceration.

¹ Este artigo é resultado da especialização em “Análise das teorias de gênero e feminismos na América Latina”, sob a orientação da professora doutora Maria Cristina Alves Maneschy, professora do IFCH/UFPA, vinculada à Faculdade de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS/UFPA. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Karen Gabriely Sousa Santos – Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) e Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Professora Universitária, pesquisadora ativa nas áreas de campo de Antropologia e Ciência Política / Faculdade Estácio do Pará - FAP. E-mail: gneraks23@outlook.com

INTRODUÇÃO.

O contexto histórico da pesquisa de que trata este artigo se relaciona com a vivência profissional no projeto “Realize”, que é um acordo de cooperação institucional entre a Vara de Execução Penal de Belém (VEP), a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e a Faculdade Estácio do Pará. Atualmente, sou professora na instituição e estou na coordenação do Núcleo de Responsabilidade Social, o que me possibilitou o contato direto com as ações do “Realize”. Esse acordo institucional tem o foco no empreendedorismo no cárcere, como uma proposta de reinserção social, no qual a faculdade desenvolve palestras, oficinas de negócios e ações formativas e de remissão de pena para mulheres do Centro de Reeducação feminino (CRF), localizada no município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém. Em função desse contato, foi possível coletar os dados e realizar entrevistas com 10 mulheres reclusas do regime fechado.

Apesar de as mulheres representarem menos de 10% da população prisional brasileira, o olhar sobre as mulheres dentro do sistema prisional se faz absolutamente necessário na atualidade. De acordo com o Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN), o Brasil registrou, no ano de 2017, o total de 726.354 pessoas presas, sendo que o sistema conta apenas com 303.112 vagas (BRASIL, 2018). Ademais, houve um aumento de 600% da população carcerária feminina no país, isto é, nos últimos 20 anos, o total de mulheres privadas de liberdade saltou de 6.000, no início dos anos 2000, para 37.165 em 2020. (BRASIL, 2018). Um aspecto crucial a ser investigado, e alvo de políticas públicas de prevenção, é a associação constatada entre o tráfico de drogas e a *feminização* da pobreza (GERMANO, MONTEIRO e LIBERATO, 2018).

Com isso, o objetivo do estudo foi, de forma exploratória, coletar as narrativas contadas por mulheres privadas de liberdade a partir de questões específicas amarradas nos seguintes eixos: a) situação prisional; b) dignidade e sonhos; c) laços familiares e filhos; d) liberdade onde não há. Cada eixo contém perguntas específicas que fizeram parte do roteiro de entrevista. Como forma de preservar as identidades, os nomes e sobrenomes foram suprimidos no texto e a identificação para fins de comparação se dá pela idade de cada interlocutora. No decorrer das entrevistas, as questões como abandono afetivo, saudade dos filhos, escolarização precária, desamparo jurídico e tráfico de drogas mostraram-se os principais pontos de orientação. Assim sendo, a relação entre a feminização da pobreza, vulnerabilidades e aumento do encarceramento das mulheres, tendo como foco o contexto de reeducação inserida na lei de execução penal 7.964/1984, a partir de 2015 no Brasil, são os temas recorrentes deste trabalho.

A trajetória de pesquisa revelou algumas inquietações, dentre elas a necessidade de maiores estudos acerca da realidade prisional no Estado do Pará e na região Norte do Brasil. De acordo com o artigo de revisão da literatura de Santos *et al* (2020) sobre a realidade das mulheres encarceradas no Brasil, as regiões Sul e Sudeste apresentam um maior quantitativo de trabalhos realizados, enquanto as regiões Centro-Oeste e Norte apontam menores distribuições de trabalhos sobre o seu sistema prisional. (*idem*, p. 268). A partir dessa revisão da literatura, foi possível identificar um predomínio de metodologia qualitativa documental e, ao mesmo tempo, a invisibilidade da região norte nos trabalhos selecionados.

Os referenciais teóricos utilizados fazem uma leitura crítica acerca da seletividade penal e da criminalização em massa de populações periféricas. Dessa maneira, o artigo está dividido em cinco partes: 1- *Abordagem teórico-metodológica*, onde falarei sobre o percurso da pesquisa de campo e a utili-

zação das referências feministas, da criminologia crítica e decolonial; 2- *Feminização da pobreza*, seção que expõe a relação entre o empobrecimento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres e aumento do encarceramento em massa; 3- *Mulheres sentenciadas e vulnerabilidades* expõe as entrevistas realizadas no CRF de Ananindeua no ano de 2022, interpretando, entre outras coisas, o acesso à justiça e reincidência; 4- *Sistema Prisional e Desterritorialização*, finaliza a análise das entrevistas abordando a organização de um sistema permanentemente colonial que se distancia do objetivo de reeducação quando os laços afetivos e familiares se rompem pelo modelo físico de aprisionamento. E, por fim, as considerações finais e inquietações futuras no desenvolvimento do trabalho.

1. Abordagem Teórico-metodológica

A pesquisa se desenvolve em uma unidade prisional da Região Metropolitana de Belém. Trata-se do Centro de Reeducação Feminino (CRF), em Ananindeua, onde foram realizadas três visitas contínuas. Essas visitas tiveram autorização do setor responsável da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) do Estado do Pará e da Vara de Execução Penal de Belém. Nessas três visitas, uma em cada semana diferente durante os meses de setembro e outubro de 2022, foram entrevistadas individualmente 10 mulheres do regime fechado. O roteiro de entrevista continha 11 perguntas semiestruturadas. Em alguns momentos, rodas de conversa foram realizadas para que algumas questões fossem debatidas coletivamente.

Vale esclarecer que regime fechado é uma modalidade de cumprimento de pena, de acordo com a Lei de Execução Penal 7.210/1984, em que a pena é cumprida em instituições de segurança máxima ou média, que podem ser cadeias públicas, penitenciárias, ou centros de reeducação. Difere do regime aberto e semiaberto em que, no primeiro caso, a execução da pena ocorre em colônias agrícolas ou industriais, onde são realizadas atividades laborais. Enquanto que, no regime aberto, há maior flexibilidade do cumprimento da pena, pode ser efetuada em albergados, que é um estabelecimento prisional que abriga presos com baixa periculosidade ou que cumpram pena por crime de baixo potencial ofensivo ou, se deferida pelo Juiz, na própria casa do indivíduo (BRASIL, 1984).

O objetivo da entrevista foi de compreendê-las por elas mesmas, entender as narrativas dessas mulheres privadas de liberdade e de suas trajetórias. Partir da visão de si e de suas necessidades e saudades. Apesar das perguntas sobre idade, escolaridade e delito serem relativas ao perfil social, e estarem disponíveis em suas fichas e registros institucionais, optou-se por ouvi-las, contando sua história, sendo que a forma como se conta também é reveladora. Para além de dados numéricos, etários e criminais, há uma história e uma trajetória, vocalizá-las faz parte do processo de compreensão dos sujeitos e de suas escolhas. No sistema-mundo moderno-colonial², é necessário problematizar as condições de produção de conhecimentos sobre e para sujeitos que são ao mesmo tempo objetos (CURIEL, 2020).

Nas três visitas realizadas, seguiu-se o roteiro de entrevista inicial. Por isso, os encontros permaneceram com as mesmas 10 mulheres em todas as semanas em que as entrevistas aconteceram. Em algumas perguntas, havia um desconforto. Logo, nem todas foram respondidas. Ao mesmo tempo, captou-se de forma específica falas carregadas de sentimentos e memórias. Por exemplo, as que mencionavam os filhos, familiares, sonhos, as inquietações sobre se haveria um futuro diferente

² O conceito de sistema/mundo se refere a um modelo civilizatório composto por um emaranhado de dimensões que afeta todo o planeta (WALLERSTEIN, 2012), enquanto a noção de moderno/colonial denuncia o lado obscuro da modernidade e a invasão da América como gênese de tal sistema (DUSSEL, 2005; MIGNOLO, 2017).

fora daquele ambiente de reclusão e sobre ausência da defensoria pública em auxiliá-las no processo. Dessa maneira, alguns meandros de correlação puderam ser firmados. O principal está na fala de uma das mulheres, que chamou a atenção para as conexões entre maternidade, vulnerabilidade e recrutamento para o tráfico de drogas.

“Estou sendo presa pela terceira vez doutora, mas prefiro traficar do que ver meu filho fazendo”. Essa fala literal é significativa na estrutura deste trabalho. Ela instigou a busca de dados estatísticos sobre o perfil dos crimes cometidos por mulheres no Brasil e, a partir disso, procurar equilibrar de maneira multivariada as análises qualitativas do campo e a leitura quantitativa de relatórios institucionais e não institucionais. Essa fala cheia de significados comporta algumas contradições sobre a “agência” materna dentro da teoria feminista, bem como acerca das motivações que impulsionam os delitos praticados por mulheres.

Esclareço que a disposição das entrevistas neste texto não segue o padrão de descrição entre aspas, salvo em alguns casos específicos. Visualmente, optei por agrupar as informações em quadros, assim, o leitor que deseje comparar as informações entre as interlocutoras pode fazê-lo livremente. A análise das entrevistas utilizou as lentes, em parte, da teoria feminista, da criminologia crítica e do feminismo decolonial.

O primeiro eixo teórico desta pesquisa se assenta sobre a perspectiva de gênero na sociedade patriarcal. Os papéis socialmente atribuídos ao ser mulher e ao ser homem genericam e subalternizam corpos em uma complexa relação de dominação. A hierarquização social que parte das relações de gênero cristalizam na esfera privada o lugar de “cidadã de segunda classe” às mulheres (BEAUVOIR, 1980). É com Joan Scott (1991) que a palavra *gênero* se transforma em um atributo cultural, dotado de sentidos e demarcado pelas relações de poder. É através do descolamento do determinante biológico sexo que gênero se torna uma ferramenta para compreender os dilemas de poder.

Enquanto estrutura maior, as relações que golpeiam corpos genericados são relações políticas, isto é, parafraseando Carol Hanisch (1969), se o “pessoal é político” o político é coletivo. Dessa maneira, as opressões e violências que soam como feridas particulares e peculiares se repetem em “fôrmas” diferentes. A luta contra as práticas de discriminação, subcidadania e violência não deve ser descolada das violências praticadas de forma legítima pelo ator histórico de contenção das paixões humanas, o Estado (VERGÈS, 2021, p.10). A leitura crítica que, sobre o Estado, foca na representação de interesses de grupos historicamente privilegiados que se capilarizam nas esferas decisórias. Nesse sentido, a história das mulheres se confunde com a história da luta contra a opressão e a violência.

Os estudos de gênero dentro da teoria feminista revelam uma distribuição desigual do poder e da existência em uma configuração político-social. Mas de que forma isso se dá? Quando “mulher” e “gênero” são pensados como categorias de análise (FEDERICI, 2017; SCOTT, 1991). Quando se adiciona a perspectiva de gênero nos estudos sobre encarceramento, torna-se possível pensar para além de dados quantitativos. Mesmo sendo uma população menor, se comparada em termos numéricos à população carcerária masculina, o aumento de mulheres encarceradas no mundo tem crescido mais rápido do que a população carcerária masculina.

Segundo o INFOPEN (informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro), desde o começo deste milênio houve um aumento de 656% das mulheres nessa situação (BRASIL, 2018). De acordo com o relatório de outubro de 2022 do *World Female Imprisonment List*, 74% das mulheres presas no Brasil são mães e 56% têm dois ou mais filhos, dados do *World Female Imprisonment List*

foram fornecidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública de 2018. Isto é, o impacto do encarceramento feminino atinge a estrutura familiar e ressoa de maneira mais profunda nas gerações futuras dependentes da estrutura familiar presente. Esses dados apontam para a importância do contexto social em que essas mulheres vivem, o que permite “afirmar que a teoria feminista não é uma teoria sobre as mulheres; é uma teoria sobre a sociedade a partir das experiências de mulheres” (CARVALHO; MAYORGA, 2017, p. 110)

O segundo eixo vê na criminologia crítica, principalmente a feminista de característica interseccional, uma forma de elucidação do contexto de criminalização de populações específicas, revelando a seletividade penal histórica no modelo do Estado de direito (ANDRADE, 1995; BARATTA, 1999, 2002; ZAFFARONI, 1993). O conceito de *interseccionalidade*, trazido originalmente pelo conjunto de autoras do feminismo negro estadunidense, é utilizado como ferramenta analítica das diferentes práticas discriminatórias que se entrecruzam e se combinam, criando um cenário de profunda desigualdade social. Questões de gênero, raça, classe social, sexualidade, capacidade física e mental são combinadas de forma perversa na negação da contínua da dignidade para certos grupos sociais (PAIK, 2017).

Desta forma, a criminologia interseccional adota uma perspectiva teórica que busca uma reflexão crítica acerca das identidades interconectadas dos sujeitos. As experiências criminais e o controle das instituições impactam nas propostas de intervenção e políticas anticrime. A criminologia crítica de caráter feminista interseccional joga luz sobre o aumento exponencial do encarceramento da população feminina no Brasil e suas particularidades quanto às identidades dessa mulher. O já mencionado *World Female Imprisonment List* (2022) nota que, entre as mulheres presas no Brasil, 63,5% são negras, 47,3% são jovens e 51,9% têm apenas o ensino fundamental incompleto. Fora essa configuração, os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2018, a partir do registro no CadÚnico, situavam a renda mediana familiar mensal per capita de mulheres presas em R\$ 40,00, enquanto a de mulheres não presas era o equivalente a R\$ 100,00.

Nos estudos decoloniais, o enfoque na realidade dos países de terceiro mundo é associado ao cenário de exploração histórica das colônias sul-americanas. Conforme aponta Ochy Curiel (2020), o feminismo decolonial retoma boa parte do giro decolonial³ e dos feminismos críticos, oferecendo uma nova perspectiva de análise no entendimento sobre raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica. As feministas indígenas, afrodescendentes, populares, lésbicas entre outras, questionam a maneira que o feminismo branco, europeu, hegemônico e com privilégio de classe subordinam as experiências do ser mulher (CURIEL, 2020, p. 121).

Para Maria Lugones (2011, p. 32), justamente a propositora do conceito de “feminismo decolonial”, *gênero* é uma categoria moderna e colonial. O fim do colonialismo em territórios invadidos com as grandes navegações do século XVI não marca o fim da dominação colonial. O que há é uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global (CURIEL, 2020, p. 126), além da mentalidade compulsória da modernidade colonial ter produzido opressões “disformes” dentro desses contextos (LUGONES, 2011, p. 32). Isto é, as categorias de gênero, raça e classe produzidas dicotomicamente não representam o padrão do ser sujeito nos territórios da colonialidade. A colo-

³ *Giro decolonial* é um termo cunhado em 2005 pelo filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, é considerado um movimento de resistência, tanto teórico como prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade, aquela que compartilhou o progresso de poucos com altos graus de violência e miséria. É a tentativa de trazer luz às teorias nascidas a partir do “Terceiro Mundo” – não apenas *para* o “Terceiro Mundo”, como uma “contracultura bárbara” – de modo se se poder postular a “diversalidade como projeto universal” (MIGNOLO, 2003, p.420)

nialidade do gênero, em virtude desta questão, é uma categoria ampla e confluyente das intersecções que reside na oposição ao sujeito moderno/colonial, que não representa as experiências corporais e subjetivas do sul. Olhar a realidade e a ocupação de seus sujeitos é observar as frechas de rompimento eurocêntrico.

Como afirma Lima (2019:54), um feminismo decolonial implica repensar as ondas epistemológicas de nomeação dos sujeitos, tipicamente eurocentradas. O rompimento dessa dinâmica se dá no investimento de uma educação feminista organizada na subalternidade, nas diferenças, que seja pós-colonial ou decolonial (*idem*, p. 12). A dualidade classificatória é tipicamente ocidental. A própria categoria ficcional da mulher é construída pelo Estado colonial como um mecanismo indispensável à sustentação da estrutura de exploração social e econômica. A naturalização de um ser abnegado que se autosacrifica pelos filhos e pela família é narrativa amplamente conhecida e enraizada no imaginário das sociedades ocidentais (GONZGA; MAYORGA, 2019, p. 77).

Localizar de que feminismo está se falando é importante do ponto de vista da consciência feminista e da responsabilidade com que os saberes científicos são produzidos ao longo do tempo. O feminismo como uma continuidade da colonialidade moderna universalizou uma interpretação sobre a sociedade e as condições das mulheres. A genealogia crítica do feminismo na América Latina proposta por Miñoso (2020), ao contrário, é fundamental na construção de um saber local que tensione o que se apresenta como hegemônico e expanda as ideias e ideais feministas, pois em virtude “desses rompimentos, a imagem das condenadas do mundo vai se formando, essas cujas vidas e histórias foram ocultadas pela estrutura feminista eurocêntrica” (*idem*, p.115).

As visões teóricas se complementam na trajetória de pesquisa, na tessitura do artigo e no acolhimento das narrativas recontadas pelas interlocutoras. Pensar o encarceramento na perspectiva de gênero é questionar não somente o disciplinamento sexista presente nos cursos profissionalizantes oferecidos a esse público, mas, tanto quanto, o impacto da maternidade e da feminização da pobreza em corpos historicamente subalternizados. A criminologia crítica foi o norte revelador da seletividade penal e da interseccionalidade de classe, raça, orientação sexual e demais marcadores que estruturam um sistema hierárquico perverso. Por último, o feminismo decolonial aponta que as prisões, como parte de um sistema colonial permanente, são mecanismos de controle encapsulados no capitalismo global, parte indissociável da acumulação e concentração de riqueza no norte global. Ou seja, se gênero não pode ser uma característica estanque e única de pensar as mulheres encarceradas no Brasil e em particular no Pará, de quais mulheres estamos falando? Em quais contextos de mundo? Quais os atravessamentos?

2. Feminização da Pobreza

A perspectiva de gênero possibilita uma melhor compreensão do fenômeno da feminização da pobreza e sua relação com o aumento do encarceramento de mulheres nos últimos anos. O termo *feminização* foi introduzido por Diane Pearce, em 1978, e amplamente difundido no Brasil na década de 1990. A ideia chave é que homens e mulheres experimentam de forma diferente os níveis de pobreza ao longo do tempo. A pobreza se torna feminina quando há um aumento nos domicílios monoparentais chefiados por mulheres (MEDEIROS e COSTA, 2008).

A partir dessa ótica, compreende-se que as políticas neoliberais que desarticularam, nas últimas décadas, a malha de proteção das políticas sociais direcionada aos mais pobres e atinge de for-

ma mais aguda as mulheres. O entrelaçamento entre o sistema patriarcal capitalista e os marcadores da seletividade penal são algoritmos perversos associados ao perfil de mulheres encarceradas no mundo. Os determinantes da feminização da pobreza, de acordo com a literatura, são: a) aumento da chefia de família feminina; b) baixa escolaridade da mulher; c) inserção da mulher em trabalhos subalternizados; d) quantidade elevada de filhos (SOARES, 2013; MEDEIROS; COSTA, 2008).

A divisão sexual do trabalho seria um dos fatores da hierarquização de gênero que não apenas privilegia ou restringe as subjetividades dos sujeitos, mas que, no contexto contemporâneo, compreende a evasão da participação política na vida das mulheres. A subalternidade “feminina” não está alheia às configurações de classe, raça, orientação sexual, ou deficiência física. Pelo contrário, dependendo da conjuntura, as somas perversas fragilizam ainda mais o cenário de sobrevivência. Conferir à organização do ser mulher uma perspectiva não homogênea permite nos aproximar, em parte, daquilo que inviabiliza o exercício da cidadania para muitas mulheres.

O impacto da divisão sexual do trabalho nas democracias atuais, no Brasil e no mundo, deve-se ao descompasso entre trabalho remunerado (produtivo) e o não remunerado e/ou precarizado (reprodutivo). O reflexo disso está no aumento das tensões da vida familiar – historicamente tratados como dilemas privados –, que têm transbordado para o espaço público. Fraser e Jaeggi (2020) salientam que o endividamento familiar tem reorganizado as dinâmicas de criação dos filhos e tudo que envolve cuidado e reprodução social, da mesma forma que interfere e provoca o esvaziamento das democracias contemporâneas (FRASER; JAEGGI, 2020, p.16).

A tendência de colocar na agenda política a questão de gênero sofreu forte influência do feminismo internacional. O contexto de Mulheres no Desenvolvimento (WID), Mulheres e Desenvolvimento (WAD) e Gênero e Desenvolvimento (GAD) indicam a inserção da categoria mulher como sujeito – ou do gênero – nas discussões e projetos históricos acerca do desenvolvimento no decorrer do tempo. A palavra *gênero* é inserida em um documento jurídico importante na convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, posteriormente denominada Convenção da Mulher, em vigor desde 1981, que é o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos da mulher.

São duas as frentes propostas: promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados-parte. Políticas de microcrédito, renda e inserção no mercado de trabalho são as marcas políticas da corrente liberal do feminismo, que ofereceu pouca defesa contra as relações sociais básicas de gênero (RATHGEBER, 1990, p.492). As políticas com o enfoque na discriminação positiva tiveram impactos no Brasil, pois, em 2004, o governo brasileiro unificou os programas sociais Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Bolsa Escola no programa federal Bolsa Família, para atender famílias em situação de extrema pobreza (PORTAL BRASIL, 2015).

No decreto de regulamentação do Bolsa Família de 2004, foi recomendado que o titular responsável na família fosse preferencialmente a mulher. De forma semelhante, no Programa “Minha Casa, Minha Vida” institucionalizado em 2009, deu-se preferência aos domicílios chefiados por mulheres. “Conforme os dados divulgados pelo governo federal, as mulheres eram proprietárias de 89% das unidades habitacionais do Programa, demonstrando a valorização do ser mulher na aquisição da habitação” (SOUZA *et al*, 2020, p. 62).

O trabalho de Souza *et al* (*idem*) utiliza dados extraídos das Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADS) de 2001 a 2015. Na pesquisa de Souza *et al* (2020), buscou-se observar o

“aumento do diferencial de incidência ou de pobreza entre famílias chefiadas por mulheres e chefiadas por homens” (*ibidem*. p. 59). Os achados desses autores apontam que os domicílios chefiados por mulheres, entre 2001 e 2015, tiveram um aumento na condição de pobreza em relação aos domicílios chefiados por homens. E essa constatação é ainda mais profunda quando se adiciona as categorias raça ou etnia e região do país.

Isto é, mulheres negras, pardas e indígenas localizadas na região Norte ou Nordeste do país são mais propensas à vulnerabilidade e à feminização da pobreza. A escolaridade, segundo os autores, conjugada à ocupação digna no mercado de trabalho tendem a amortecer os impactos da pobreza em famílias monoparentais (*Op. Cit.*, p. 58). De acordo com Chernicharo (2014), a feminização da pobreza, a ausência de políticas de proteção com enfoque de gênero e a inserção subalternizada no mercado de trabalho se articulam e tornam o tráfico de drogas “um negócio que crescentemente vem recrutando e vitimizandando mulheres e meninas” (GERMANO *et al*, 2018, p. 29)

3. Mulheres Sentenciadas e Vulnerabilidades

As entrevistas realizadas estão conectadas no contexto do projeto “Realize”, fruto de um acordo de cooperação entre a Vara de Execução Penal de Belém (VEP), com a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e a Faculdade Estácio do Pará (FAP). As interpelações buscavam captar as narrativas e a expressão corporal presente nas respostas das mulheres em regime fechado do Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua (CRF). As entrevistadas têm entre 25 e 48 anos. Na faixa até 29 anos, encontram-se cinco mulheres, ou seja, metade do grupo. Uma outra tem 33 anos e as quatro restantes, mais de 40 anos. Ainda que não haja representatividade estatística que fale pela população nessa instituição, esse grupo testemunha a grande presença de jovens no sistema prisional. Converte com os dados do *World Female Imprisonment List* (2022), que aponta que 47,3% das mulheres encarceradas no Brasil são jovens. Vejamos agora mais de perto os dados expressos no Quadro 1, que detalha a situação da prisão, o conhecimento pela mulher do andamento de seu processo judicial e o motivo do encarceramento.

Quadro 1: Situação Prisional

IDADE	SITUAÇÃO DA PRISÃO	SABE ALGUMA COISA DO SEU PROCESSO?	MOTIVO DE ESTAR PRESA
29	Sentenciada. Saiu sob indulto de amamentação e fugiu. Voltou ao sistema via denúncia. Sentenciada a 19 anos. Cumpre há 1 ano e 8 meses	Apenas que está parado, recebe visita da Defensoria uma vez por ano. Nas palavras dela, o auxílio é precário.	Latrocínio
33	Sentenciada a 28 anos. Cumpre há 5 anos e 3 meses.	Apenas que a Defensoria não a visita há dois anos.	Assalto
48	Sentenciada 3 vezes: 1ª em 2011; 2ª em 2014; 3ª em 2019	Não sabe nada do seu processo e nunca viu o Defensor Público	Tráfico de drogas

43	Sentenciada a 7 anos de reclusão, cumprindo há 6 anos. Teve uma redução devido a unificação de dois processos, mas segundo ela, ainda não foi adicionado em seu processo. Já foi presa 4 vezes.	Teve no início do ano a visita de seu Defensor Público	Tráfico de drogas
25	Sentenciada a 26 anos de prisão, cumpre há 7 anos	A única coisa que sabe é que pelo tempo ela está indo para o semiaberto	Assalto
25	Sentenciada a 14 anos, cumpre há 6 anos	Sabe o nome do seu Defensor	Latrocínio
28	Presa 5x Possui uma sentença e uma provisória. Voltou ao regime fechado por quebra de prisão domiciliar. Sentença de 9 anos.	Conhece muito bem o seu processo	Tráfico de drogas
42	Segunda vez no sistema, primeira vez foi aos 27 anos Sentenciada a 14 anos de prisão, cumpre há 3 meses	Conhece seu processo e seu Defensor	Tráfico de drogas
26	Sentenciada a 14 anos, cumpre há 5 anos e 2 meses	Segunda ela nunca teve atendimento da defensoria	Latrocínio
44	Sentenciada a 11 anos, cumpre há 1 ano e sete meses	Não tem conhecimento do processo	Tráfico de drogas

Fonte: Entrevistas CRF, 2022.

Descritivamente, ao observarmos o motivo das prisões, metade das entrevistadas cumprem pena por tráfico de drogas, três por latrocínio e duas por assalto. Crimes que revelam um contexto de vulnerabilidade e seletividade do sistema penal em relação ao perfil das mulheres encarceradas recrutadas pela necessidade de complementariedade de renda trazida pelo trabalho informal e a feminização da pobreza (CHERNICHARO, 2014). Segundo os dados, 95% dos crimes cometidos por mulheres no Estado do Pará até 2010 foram relativos ao tráfico de drogas.

O trabalho de Freitas e Alves (2018), em uma casa penal na Bahia, retrata condições similares às das mulheres do CRF de Ananindeua. De acordo com as pesquisadoras, o tráfico de drogas se retroalimenta das dinâmicas sociais que estruturam a sociedade. Além disso, em condições patriarcais de sobrevivência, a subalternidade feminina e a hierarquização de gênero serão utilizadas como ferramentas importantes no tráfico de drogas. Isto é observado a partir dos postos que elas ocupam no mundo do crime, pois, segundo os autores::

A divisão sexual do trabalho no tráfico de drogas estabelece, para as mulheres, postos secundários, para os quais não se exige qualificação, apenas alguma habilidade para tratar com a organização e negociar com compradores. Com pouca importância na rede, essas trabalhadoras podem ser descartadas. Caso seja necessário exterminá-las, ou se forem detidas, são facilmente substituídas na organização (FREITAS; ALVES, 2018, p. 434).

Quando interpeladas acerca da posição ocupada no tráfico, algumas diziam que “apenas guardavam”, outras que o faziam para complementar a renda. Mas, no geral, o assunto não era confortável, por isso muitas permaneceram em silêncio quando questionadas sobre o assunto. No quesito acesso à justiça e acompanhamento jurídico, os relatos quase se repetem, muitas nunca fo-

ram auxiliadas pela Defensoria e, quando o foram, desconhecem a atual situação do processo. De ordinário, tendo o abandono afetivo e jurídico como bússolas, as entrevistadas apresentaram forte desenvoltura linguística jurídica sobre os caminhos dos processos.

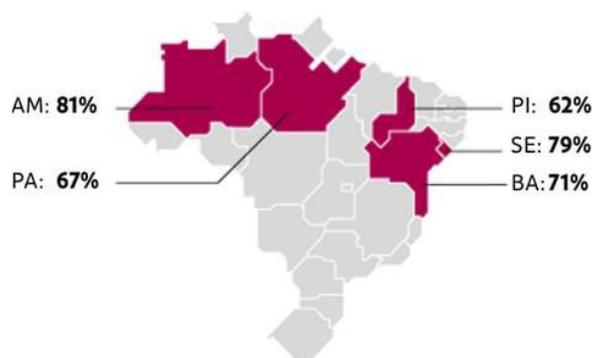
Termos como “3/5 de cumprimento”, “remissão de pena”, “progressão de pena” são alguns exemplos de que, entre elas, as discussões sobre os processos são constantes. De forma quase uníssona, referiram a lentidão da progressão de pena. Como estão no regime fechado, logo a progressão de pena é a esperança de flexibilização do sistema, como meio de acesso à liberdade.

Em relação à sua condição processual, todas já estão sentenciadas. Isto quer dizer que passaram por julgamento e cumprem suas penas. Por outro lado, seis são reincidentes e, das quatro fora dessa condição, relatou-se uma dosimetria desproporcional à natureza do crime. É o exemplo da jovem de 25 anos, presa por latrocínio e que está no sistema desde os 19 anos. Segundo ela, o processo estava em revisão uma vez que ela não participou diretamente do crime. O segundo relato é da moça de 28 anos presa por tráfico de drogas, que acha que não foi levado em consideração ter seu filho 1 ano de idade. Isto porque a lei 13.769, sancionada em 2018, estabelece a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante, ou que for mãe ou responsável por crianças de até 12 anos ou pessoas com deficiência, e determina o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação (BRASIL, 2018)

Embora as entrevistadas neste estudo estejam sentenciadas, como visto, é muito importante considerar o grave problema da prisão de mulheres ainda sem condenação, no Brasil e no Estado do Pará, o que requer ações e políticas dos órgãos competentes para tratar desse tema. De fato, as informações acerca da situação das sentenças são relevantes em função do lugar que o Pará ocupa quanto ao número de mulheres presas, mas não sentenciadas. De acordo com os dados da quinta edição do *World Female Imprisonment List*, lançado em 2022, o Brasil ocupa a terceira posição em número de mulheres encarceradas no mundo.

O documento britânico condensa as informações oficiais divulgadas em portais de transparência de cada país. Ainda de acordo com essa fonte, o Estado do Pará ocupa a quarta posição em relação aos Estados da Federação onde há um número elevado de mulheres presas sem condenação. No sentido mais amplo, as informações deste compêndio apontam um aumento no número de mulheres encarceradas no Brasil, fazendo com que ultrapasse a Rússia nesse número. A Figura 1 sintetiza os dados dos Estados com maiores taxas de presas sem sentença.

Figura 1: Estados com maiores taxas de mulheres presas sem condenação no Brasil



Fonte: *World Female Imprisonment List - World Prison Brief*, Institute for Crime and Justice Policy Research e Infopen Mulheres 2018.

O aspecto da reincidência sobressai. Das 10 mulheres entrevistadas, quatro são reincidentes, duas possuem unificação de dois processos simultâneos. Nota-se um elevado tempo de cumprimento em comparação aos crimes cometidos. O Quadro 2 sintetiza mais um conjunto de dados sobre as entrevistadas, que oferecem mais elementos para análise sobre seu meio de origem, condições de saúde e atividades no cárcere, assim como seus sonhos de futuro.

Quadro 2: Dignidade e Sonhos das Entrevistadas

Idade	Escolaridade	Sonho ao sair	Cursos na inst.	Saúde dentro do cárcere
29	Estuda e está na terceira série do fundamental	Ter um trabalho e não reincidir	Curso de panificação Design de sobancelhas	Problemas renais e ausência de material de higiene
33	Terceira etapa	Buscar outras formas de vida, gostaria de trabalhar na construção civil.	Curso de jardinagem	Tem atendimento regular de saúde.
48	Terceira etapa (fundamental)	Ter a própria padaria	Curso de panificação, serviços gerais	Atendimento precário, tem o psicológico abalado e pressão alta.
43	1º ano do ensino médio.	Estudar e não reincidir. Segundo ela, existem “muitos sonhos dentro dela”	Curso de panificação	Tem assistência médica
25	Só estuda no momento e está na 3 etapa	Buscar outros meios de vida	não	sim
25	Não informado, mas sonha em terminar os estudos	Ser modelo fotográfica	não	sim
28	Estuda (mas não informou em que período)	Sonha em sair dali	não	Não informou
42	Está no ensino médio	Não informou	Curso de panificação, design, couch Trabalho na padaria da instituição e no serviço geral	Assistência regular de saúde
26	Estuda, mas não informou em qual ano	Sonha em rever os filhos e ter uma vida melhor	Curso de Panificação, curso de fabricação de sabão e artesanato	Assistência regular de saúde
44	4ª etapa	Sonha em trabalhar e aprender	Curso de panificação	Assistência regular de saúde

Fonte: A autora, mediante dados obtidos de entrevistas de campo (2023).

O acesso à educação ao longo das trajetórias das interlocutoras é precário. Todas estão no processo de formação educacional básico, fora da idade escolar, dentro da casa penal. O próprio nome “reeducação” dado a essa instituição é reflexo de decretos e legislações incluídas na lei de execução penal nº 7.210/1984. A assistência educacional está prevista do art. 17 ao art. 21 da lei, que compreende da formação educacional à formação profissional. É a partir de 2015 que a assistência educacional prevista na lei de execução penal passa a ser integrada ao sistema estadual e municipal com apoio da União e com recursos do sistema estadual de justiça e administração penitenciária. O Artigo 19 dessa lei chama atenção em virtude do ensino profissional, por este ser “ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico” (Brasil, 1984) e cujo Parágrafo único observa que a “mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição” (*idem*).

Não fica explícito, no decorrer do texto, o que se entenderia por ensino “adequado”. Mas, ao que parece, a lei faz uma clara distinção entre o que seria o ensino profissional voltado às mulheres e o ensino profissional específico destinado aos homens, o que indica que o sistema penal traz em sua estrutura características da divisão sexual do trabalho vigente na sociedade. Conforme aponta Flávia Biroli (2016), a divisão sexual seria um dos fatores da hierarquização de gênero que não apenas privilegia ou restringe as subjetividades dos sujeitos, mas que, no contexto contemporâneo, compreende a evasão da participação política na vida das mulheres.

Além do futuro relacionado ao trabalho e aos estudos, o reencontro familiar e com os filhos também é mencionado como um “sonho ao sair” por algumas delas – questão que será aprofundada na seção *a ulteriori*. Ao relacionarmos escolaridade com sonhos futuros, fica claro que a mudança de vida ao sair do sistema prisional está presente nas condições de trabalho. Em uma das falas – “Ter um trabalho e não reincidir” –, é possível observarmos essa proximidade entre escolarização e oportunidades, além da expectativa de uma das internas. Quando perguntadas sobre os cursos de profissionalização oferecidos, as respostas foram as seguintes: a) panificação; b) jardinagem; c) design de sobancelhas; d) *couch*; d) serviços gerais; e) fabricação de sabão; e) artesanato.

As respostas confirmam a diferenciação descrita na lei de execução penal sobre uma proposta de adequação das atividades profissionalizantes às mulheres. Serviços gerais e artesanato remetem à lógica do cuidado doméstico e da feminilidade natural. No aspecto geral, denota-se um perfil de trabalho voltado a atividades manuais. O que se destaca dentre os cursos oferecidos são o de: design de sobancelhas e de *couch*. Quanto ao último, não ficou explícito nas falas qual seria a proposta dessa atividade, apesar de que, em um olhar geral sobre a instituição, o discurso do empreendedorismo é uma máxima que se repete nas intervenções e propostas de sobrevivência pós sistema penal.

Quando Byung-Chul Han (2020) diz que o capital no modelo neoliberal explora o sentimento de liberdade do indivíduo, modificando o trabalhador e transformando-o em empreendedor, é preciso questionar tanto “até que ponto isso se estende à ideia de ressocialização vendida no sistema de administração penitenciário?” quanto “como vender a exploração da liberdade a quem está privada dela?”. Nas palavras do autor coreano, a “crise da liberdade” dos dias atuais “consiste em estar diante de uma técnica de poder que não rejeita ou oprime a liberdade, mas a explora” (*idem*, p. 27).

Segundo Julião (2010), no processo de reinserção social de egressos do sistema penal, a educação e o trabalho são protagonistas em qualquer parte do mundo ocidental. Permanece a ideia de que o ato criminoso em si parte de uma lógica de ausência de ofício e não necessariamente ausência

de oportunidade. Daí o momento em que essas duas categorias se fundem em educação para o trabalho ou, no caso da educação empreendedora, um processo de instrumentalização para não reincidência.

A finalidade de ressocialização guarda direta correlação com as condições oferecidas nos estabelecimentos prisionais. Se os estabelecimentos não oferecem condições de garantir as disposições da Constituição e as leis regulatórias do sistema prisional brasileiro, não será possível chegar em soluções efetivas. Nas interpelações feitas acerca da “saúde dentro do cárcere”, uma das mulheres ressaltou a ausência de material higiênico e que tem problemas renais e não tem acompanhamento médico. Outra, pelo contrário, resalta que “se fosse lá fora, no SUS, morria em uma fila, aqui doutora é o paraíso”.

Essa pergunta também causou incômodo, uma vez que se tratava dos serviços prestados pela instituição, e algumas não responderam por medo de retaliação da administração. Outra falou bem baixinho “pede para eles mandarem pasta de dente, estamos a uma semana escovando com sabonete, mas não diz o meu nome”. É relevante destacar a maneira como ocorreu a seleção das entrevistadas: a pedagoga responsável pelas atividades educacionais avalia o bom “comportamento” de cada interna e, a partir disso, escolhe quem terá a “oportunidade” de fazer a atividade, seja ela qual for.

Cada atividade extracurricular impacta na remissão da pena, ou seja, para além do processo de formação, a educação promove a progressão de regime dependendo da quantidade de horas acumuladas por cada interna. Cabe indagar: o que é entendido como “bom comportamento” para a instituição? Confrontar as condições de saúde e higiene seria visto como mau comportamento? A periculosidade de uma interna é relacionada ao crime cometido ou a sua postura questionadora? Como o disciplinamento é realizado quando ninguém está olhando? São algumas das questões suscitadas.

4. Sistema Prisional e Desterritorialização

O Centro de Reeducação Feminino (CRF) de Ananindeua é o único estruturado do Estado do Pará com a proposta de formação educacional e para o trabalho (PARÁ, 2019). Lá, mulheres do interior e de Estados vizinhos estão custodiadas, a própria lógica de distanciamento geográfico impossibilita a manutenção dos laços sociais e afetivos que são importantes na reinserção social e na construção da liberdade. O território como conceito polissêmico ultrapassa as características físicas e se assenta nas múltiplas relações que deixam de existir pelo distanciamento afetivo. Então, trata-se de um território de muitas incertezas e pontos vazios. No estudo de Pimentel (2015), Queiroz (2018) e Hanisch (1969), é apontada a ligação entre territorialidade e mulheres no cárcere. De acordo com as autoras, nesse espaço de múltiplas privações, multiterritórios e multiterritorialidades são constituídas por vulnerabilidades e disciplinamentos. Como destacam Pimentel e Queiroz (2018):

No caso das mulheres nesse contexto os territórios de gênero, relações familiares, filhos, relações afetivas e sociais, ou seja, constituem-se multiterritórios e o movimento de desterritorialização se apresenta de forma constante, principalmente com a prospecção de um território pós-cárcere – outro território incerto. (PIMENTEL, 2015; QUEIROZ, 2018)

O espaço do cárcere atravessado pela perspectiva de gênero é carregado de elementos materiais, que implicam na desconexão dos laços responsáveis pela reinserção social, o que é um

contrassenso. Tratando-se de um centro feminino, as múltiplas vulnerabilidades se incorporam à precarização da vida, agudizada pelo contexto neoliberal. Da mesma forma que na sociedade “livre”, existe um contexto de hierarquização de gênero, essa reprodução se repete na detenção, agora vivido com maior dramaticidade e disciplinamento. Vejamos o Quadro 3, que condensa as perspectivas de laços afetivos e filhos e demonstra as relações e laços existentes.

Quadro 3: Laços afetivos e filhos

IDADE	CONTATO COM A FAMÍLIA	FILHOS
29	Sim, recebe visita regular da mãe e irmã	2 filhos, menino de 11 anos (autista) e uma menina de 9
33	Sim, apenas da companheira	4 filhos, 16 anos, 13 anos, 9 anos e 5 anos
48	Não tem contato com a família	3 filhos, não quis dizer a idade
43	Sim, contato com a irmã.	2 filhos, uma 23 e outra de 25 anos
25	Sim, sua mãe	Não
25	Sim, sua mãe e irmã (mas elas nunca mais foram)	Não
28	Sim, sua irmã e amiga	Tem um filho de 1 ano
42	Não tem visita	3 filhos
26	Visita da mãe	3 filhos, um menino de 9 anos e duas meninas de 8 e 6 anos
44	Não tem visita	Tem 1 filho

Fonte: entrevistas, 2022.

Quando questionadas sobre o contato familiar, as respostas se encaminhavam com pesar na voz, porque as visitas são escassas, ou inexistentes. Nota-se um padrão: as mulheres da família, como irmãs, mães e avós, se repetem como figuras de maior presença nas visitas. Fora do vínculo familiar, há a presença de amigas ou companheiras. Essa configuração da presença feminina no espaço prisional ser mais recorrente é, em certa medida, reafirmada pelas exceções. Das duas mulheres que afirmaram não ter visita, uma informou que tem apenas o filho mais velho como familiar e que ele a abandonou – nas palavras dela. Das 10 entrevistadas, 6 possuem mais de um filho e contam com apoio das avós ou irmãs no cuidado das crianças menores. Duas possuem apenas um filho, sendo que uma das crianças tem 1 ano de idade. Dentre as cinco que informaram a idade dos filhos, nota-se que eram bem jovens quando foram mães pela primeira vez. Duas aos 17 anos e outras duas aos 18 e 20 anos.

Essas informações corroboram o relatório acerca do perfil das mulheres encarceradas no Brasil. Recorrendo novamente ao *World Female Imprisonment List* (2022), 74% das mulheres presas no Brasil são mães e 56% têm dois ou mais filhos. Em dois relatos maternos, a preocupação com os cuidados ou maus tratos dos filhos foi assunto recorrente, isso porque ambas as mães contavam apenas com o apoio do companheiro do gênero masculino. O abandono afetivo como reflexo da opressão de gênero é um aspecto que demonstra que a punição para esses corpos supera as questões de infração em si, aprofundando as desigualdades parentais com o cuidado dos filhos. Nesse ponto de vista, acrescentando a variável gênero e todos os demais marcadores de interccionalidade, é possível constatar uma dosimetria desproporcional em relação às penas estabelecidas, como se viu anteriormente no Quadro 1.

A última pergunta, apresentada no Quadro 4, abriu espaço para que as entrevistadas pudessem expor livremente falas, opiniões, angústias, sentimentos ou qualquer coisa que gostariam de externar. As respostas condensadas foram interpretadas e não estão de forma literal, isto porque não foi permitida a gravação das repostas por nenhum gravador ou celular, apenas de forma escrita foi possível captar falas condensadas abaixo.

Quadro 4: Liberdade onde não há

IDADE	FALA LIVRE
29	A distância do seu filho que tem autismo a deixa profundamente abalada
33	Não gosta de conviver com as pessoas dali. Muita saudade dos filhos. Se sente como um bicho dentro da instituição
48	Todas as vezes que cometeu o delito foi para proteger o filho, nas palavras dela “é preferível ela traficar a deixar um de seus filhos ser preso”.
43	Ela acredita que o seu processo deve ser recalculado em relação à pena
25	Ela espera melhorar seu comportamento para ter o direito de fazer cursos
25	Remissão de pena e progressão de regime são os objetivos que almeja
28	Bem articulada, sabe sobre seu processo e demonstra preocupação com o filho
42	Demonstra muito conhecimento sobre cálculo da pena, utilizando-se recorrentemente de termos técnicos da advocacia
26	Demonstrou arrependimento e tristeza
44	Demonstrou apatia em relação à vida

Fonte: entrevistas, 2022.

A partir das repostas, seis palavras-chave foram criadas: 1- convivência; 2- injustiça; 3- disciplina; 4- tristeza; 5- apatia; 6-filhos. Quanto à *convivência*, estar confinada com uma multiplicidade de pessoas, com perfis e identidades diferentes, tem sido o principal desafio de uma delas naquele espaço. Lembro da sua inquietude, olhando para os lados e com olhar nada amigável para as outras mulheres que estavam ali. Considerando a complexidade que o referencial teórico aponta, um conjunto de desafios se levantaram sobre a realização desta pesquisa. Buscou-se a escuta ativa, o acolhimento e a tentativa de, em três semanas, captar com sensibilidade parte do que essas mulheres têm a dizer e interpretá-las.

A segunda palavra, *injustiça*, reúne um conjunto de quatro mulheres que acreditam que a pena é elevada demais em comparação ao envolvimento e a natureza dos crimes cometidos. A discussão processual e o cálculo do tempo entre os regimes são assuntos constantes. Quando expliquei o motivo de estar ali, algumas indagaram: “a senhora pode olhar meu processo?”, o que é inviável, já que, além da minha formação e atuação profissional não serem na área jurídica, os processos não são de acesso livre, mas restritos à Defensoria Pública.

O *disciplinamento* é o terceiro assunto relevante nessa fala livre. Entende-se como oportunidade aos serviços básicos educacionais, isto é, “melhorar o comportamento para ter o direito de fazer cursos”. Os cursos remetem à ideia de oportunidade e trabalho. Porém, pelos relatos, não são acessados livremente, mas em uma conjuntura de obediência à direção do CRF e aos servidores públicos. De acordo com Nunes e Macedo (2020) que, ao longo de 2019, realizaram uma pesquisa-intervenção na Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina, no Ceará, os estudos foucaultianos sobre poder e diálogo são relevantes na investigação acerca do “saber-poder” presente no cárcere.

Para além de uma posição metodológica no decorrer da investigação, é necessária uma atitude epistemológica que confronte as diversas camadas de sentido. Tanto do ponto de vista da instituição, objeto do estudo – sistema prisional –, quanto do ponto de vista da construção científica, há uma invisibilidade histórica que atinge os estudos de gênero (NUNES; MACEDO, 2020, p.183). Em relação a este último ponto, a posição de confronto é marcada pela postura de desnaturalização constante do objeto de pesquisa que foi a realidade de mulheres privadas de liberdade. O acolhimento das narrativas não tem por objetivo torná-las imputáveis dos delitos cometidos, mas compreender as estruturas e contextos sociais que contribuem nessa trajetória.

Em relação à *tristeza* e à *apatia*, é muito mais uma interpretação do que sentimentos, diretamente relacionados, vocalizados pelas interlocutoras. Quando duas delas foram perguntadas se gostariam de falar livremente alguma coisa, a negação com a cabeça e a expressão corporal responderam de alguma forma em tom de desencanto. Uma das mulheres que respondeu dessa forma não recebe a visita de nenhum familiar e o único parente vivo é o filho que, segundo ela, a abandonou. A outra mulher, que associou a tristeza de estar ali ao arrependimento, ressaltou que “por um erro a minha vida foi perdida”, acrescentando ainda a vergonha em relação aos filhos e à sua mãe.

A última palavra-chave, *filhos*, foi uma tônica ao longo das entrevistas. Culpa pela distância, saudade, arrependimento, medo e cuidados foram algumas das palavras associadas à maternidade e aos filhos. Uma das mulheres justificou sua prisão por tráfico de drogas como forma de proteger o filho e ressaltou “por ele não me arrependo e faria tudo de novo”. A correlação entre maternidade e subalternidade e, simultaneamente, como forma de resistência política das mulheres em situação de vulnerabilidade é destaque no trabalho de Santiago (2019). Em sua pesquisa sobre maternidade como resistência ao Estado violento, o cuidado com os filhos é resignificado e se transforma em estatuto de luta política e de aliança coletiva.

A maternidade, nessa visão, não pode ser apenas compreendida enquanto construção compulsória e ontológica do ser mulher cis. A crítica feminista, apontada por visões pós-estruturalistas, discorre sobre a naturalização no corpo feminino, um instinto materno que reduz a mulher a uma forma domesticada e reificada, cuja cultura compulsória propositalmente a afasta dos espaços de poder (BUTLER, 2019). Por outro lado, é o senso de comunidade presente na maternidade precária e vulnerável das periferias a responsável pelo engajamento político e aproximação dessas mulheres à esfera pública na tomada de decisão (SANTIAGO, 2019).

Não estou afirmando que a maternidade é a única opção de transformação política das estruturas de opressão definidas pela desigualdade de gênero. A própria categoria ficcional da mulher é construída pelo Estado colonial como um mecanismo indispensável à sustentação da estrutura de exploração social e econômica. A naturalização de um ser abnegado que se autosacrifica pelos filhos e pela família é narrativa amplamente conhecida e enraizada no imaginário das sociedades ocidentais (GONZAGA e MAYORGA, 2019).

Admitir a maternidade como a essência da “feminilidade” é concordar com o modelo patriarcal de sujeição. Desta forma, a visão social dessa instituição nos ajuda a compreender como a função do cuidado, atribuída em virtude da reprodução biológica, invisibiliza as múltiplas identidades e cria uma subjetividade alheia ao direito de escolha. A maternidade é uma instituição atribuível a corpos femininos potencialmente férteis. Mesmo que a trajetória da mulher caminhe longe desse objetivo, o peso da função reprodutiva sobre a sua cidadania impossibilita a escolha pela mater-

nidade livre. Tal questão, às palavras de Chandra Mohanty (2008, p. 427), ocorre pelo “fato de as mulheres serem mães em uma sociedade específica não [ser] tão relevante quanto o valor que é dado à maternidade naquela sociedade”.

O contexto do cárcere associado ao gênero e ao número de mulheres mães que estão sob custódia do Estado revela uma digressão da naturalização da maternidade e uma aproximação das vulnerabilidades e da feminização da pobreza que pode ser um caminho de compreensão do aumento de mulheres encarceradas no Brasil. O fato da maternidade e dos cuidados na reprodução social serem historicamente compulsórios às mulheres não deve impedir sua resignificação ao longo da história. Qual é o peso de se cometer um delito para proteger o filho, ou no lugar dele?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, a partir das narrativas de dez mulheres privadas de liberdade do Centro de Educação Feminina de Ananindeua, foi possível trazer algumas reflexões sobre o encarceramento demarcado por gênero e as múltiplas vulnerabilidades. Os dados internacionais utilizados de maneira lateral, tiveram como proposta comparar a magnitude e o perfil de mulheres custodiadas no Brasil e no Pará na atualidade. Dessa maneira, as entrevistas coletadas e os relatórios internacionais e nacionais se complementaram em uma leitura que buscou refletir a todo momento as questões de gênero e as especificidades no sistema prisional feminino.

Infelizmente, na construção da entrevista, não houve interpelação sobre identificação racial, mas, pela utilização do feminismo decolonial como aporte teórico, eu estaria definitivamente diante de uma população “não branca”. A miscigenação compulsória como marca histórica de construção do Estado-nacional no sul global impede uma identidade étnico-racial que ultrapasse a ideia de categoria. O cárcere, dessa forma, é “colorido” pela demarcação racial no sentido colonial e o “encarceramento seletivo” é a marca desse passado. A feminização da pobreza foi um ponto importante na pesquisa e se relaciona de maneira geral com os dados sobre aumento do encarceramento materno no Brasil.

Um dos trabalhos utilizados como referencial teórico permitiu inferir que: o aumento da pobreza de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, que cuidam de uma criança ou mais, negras/pardas e que residem no Norte ou Nordeste do país têm relação com o aumento do encarceramento de mulheres no Brasil. O aumento da população carcerária feminina no Brasil em 656%, notado em 2018, e que vem ocorrendo desde os anos 2000, coincide com o período em que houve um aumento de feminização da pobreza, segundo a pesquisa que analisou os dados do PNUD de 2001 a 2015. Isto é, famílias chefiadas por mulheres com baixa escolaridade, entrada no mercado de trabalho de forma subalternizada e com mais de um filho estariam mais próximas do crime organizado e mais distantes do mínimo existencial garantido pelo Estado.

O crime por tráfico de drogas aparece em cinco das dez entrevistas. Uma das motivações declaradas para o delito seria a de proteção, ou seja, foi preferível a ela “traficar” ao invés do filho. Nesse caso, a maternidade é uma insígnia de troca e de maior suscetibilidade à vida precária. De acordo com o *International Drug Policy Consortium* (IDPC), o crime mais cometido no mundo por mulheres é o de tráfico de drogas, que, no Brasil, corresponde a 60% dos crimes praticados. Um dos pontos encontrados na pesquisa é o não cumprimento de lei de execução penal de forma plena, uma vez que os materiais de higiene mínima não estão disponíveis plenamente de acordo com um dos relatos.

Outro ponto é o não cumprimento de prisão domiciliar para mulheres com filhos menores de 12 anos, sancionada durante a pandemia, já que uma das internas com filho menor de 2 anos se encontra em regime fechado na instituição, contudo, isto é uma questão atinente à vara de execução penal e do sistema de justiça. Em relação à formação para o trabalho e educação formal, vale destacar a presença do discurso empreendedor para mulheres privadas de liberdade e que é apresentado pela instituição como saída à criminalidade. A mentalidade das instituições jurídicas e de controle, somadas ao discurso de autogestão de si e pensamento empreendedor capilarizado pela educação formal, suscitaram questões instigantes acerca do empreendedorismo como uma solução “mágica” para diminuição da criminalidade e não incidência de delitos.

Os atendimentos às mulheres encarceradas, previstos inclusive na lei de execução penal, além de restritos, limitam-se aos parâmetros normativos da divisão sexual do trabalho, a exemplo dos cursos oferecidos: cuidado, beleza e limpeza, associados a um empreendedorismo subalterno de manutenção da hierarquia de gênero. Esse discurso neoliberal, que implementa um “empreendedorismo de sobrevivência” não reconhece a histórica precarização do trabalho, e, ao mesmo tempo, visa justificar o fim de políticas de minimização das desigualdades sociais e econômicas que influenciam na taxa de criminalidade e de violência. Isto é, aquilo que tenciona é, ao mesmo tempo, necessário na manutenção da democracia neoliberal, mas também o que causa a sua ruptura.

Por último, a pesquisa caminhou por uma escuta acolhedora e que buscou não moralizar cada história e cada protagonista. O abandono afetivo e o distanciamento entre a instituição e o lugar de origem de cada uma delas são exemplos de desterritorialização de si e dos laços que compõem cada identidade e trajetória. Levando em consideração a função de chefe que cada uma desempenhava no seio familiar, quanto custaria esse deslocamento para uma visita? Quem o faria e quais recursos para tal? São questões que devem ser exploradas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: Mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Sequência*, 16(30), 24-36, 1995.

BARATTA, Alessandro. O paradigma de gênero: Da questão criminal à questão humana. In: Carmen Hein de Campos (Org.), *Criminologia e feminismo* (pp. 19-81). Porto Alegre: Sulina. 1999

- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do direito penal* (3a ed). Rio de Janeiro: Reva. 2002.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Revista de Ciências Sociais*: Rio de Janeiro, v.59, n.3, p.681 a 719, 2016.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Departamento Penitenciário Nacional. INFOPEN Mulheres 2018*. Disponível em http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em Ou. 2022.
- BRASIL. *Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm.
- BRASIL, *Lei n. 13.769, de 19 de dezembro de 1984*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13769.htm. Brasília: Diário Oficial da União. 19 dez. 1984.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero, feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CHERNICHARO, Luciana Peluzio. *Sobre mulheres e prisões: Seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil* (dissertação de mestrado). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- CARVALHO, Daniela Tiffany Prado; MAYORGA, Claudia. Contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 1, p. 99-116, Jan.-Abr. 2017.
- CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FRASER, Nancy. JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FREITAS, Marta Bramuci. ALVES, Ana Elizabeth Santos. Tráfico de drogas, trabalho e mulheres encarcerada. *Caderno Espaço Feminino*: Uberlândia, v.3, n.2, seer.ufu.br/index.php/neguem jul./dez. 2018.
- GERMANO, Idilva Maria Pires, MONTEIRO, Rebeca Áurea Ferreira Gomes e LIBERATO, Mariana Tavares Cavalcanti. Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino. *Psicologia: Ciência e Profissão [online]*. 2018, v. 38, n. spe2 [Acessado 6 Outubro 2022] , pp. 27-43. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703000212310>>. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212310>.
- GONZAGA, Paula Rita Bacellar; MAYORGA, Claudia. Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 39, n. spe2, e225712, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000600307&lng=en&nrm=iso>. acesso em 11 de abril de 2021. Epub 14 de novembro de 2019.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Ayné, 2020.

HANISCH, Carol. *O pessoal é político*. 1969. Disponível em: <https://resistenciaradfem.wordpress.com/tag/carol-hanisch/>. Acesso em out. 2022.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Educação [online]*. 2010, v. 15, n. 45 [Acessado 6 Outubro 2022], pp. 529-543. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300010>

LIMA, Adriane Santana. Educação das Mulheres na América Latina: um olhar decolonial. *Educação & Realidade [online]*. 2019, v. 44, n. 3 [Acessado 29 Outubro 2021], e83134. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623683134>>. Epub 30 Set 2019. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623683134>

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. In. *La manzana de la discordia*. Universidad Andina Simón Bolívar del Ecuador, vol 6, nº2, 2011, p. 105-119.

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. *Centro Internacional da Pobreza. O que Entendemos por "Feminização da Pobreza"?* One pager. Português. Outubro, 2008

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]*. 2017, v. 32, n. 94 [Acessado 11 Nov 2022], e329402. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

MIGNOLO, Walter. *Historias locales/ disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

MIÑOSO, Yuderkys. Fazendo uma genealogia da experiência; o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: Hollanda, Heloisa Buarque (org.) *Pensamento Feminista Hoje: perspectiva decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar, 2020.

MOHANTY, Ch. De vuelta a 'Bajo los Ojos de Occidente. En: SUÁREZ NAVAZ, L. y HERNÁNDEZ CASTILLOS, R. A. (eds), BRAKWEILL, M. et. al. *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008 [2003], pp. 407 464.

NUNES, Caroline e MACEDO, João Paulo. *Desafios metodológicos e formativos em pesquisa com mulheres na prisão*. *Rev. Polis e Psique*, 2020; 10(3): 178 – 204.

PAIK, Leslie. Critical perspectives on intersectionality and criminology: Introduction. *Theoretical Criminology*, 21(1), 4-10. 2017. <https://doi.org/10.1177/1362480616677495> 2017.

PARÁ. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. *SEAP em números*. Novembro de 2019. Disponível em: http://susipe.pa.gov.br/sites/default/files/sn_novembro_001_pc.pdf Acesso em 11 Nov. 2022.

PIMENTEL, Elaine. *As mulheres e a vivência pós-cárcere*. Maceió: EDUFAL, 2015.

PORTAL BRASIL. *Mulheres respondem por maioria das escrituras do Minha Casa Minha Vida*. 2015. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/06/mulheres-respondem-por-maioria-das-escrituras-do-minha-casa-minha-vida> . Acesso em nov. 2022.

QUEIROZ, Nana. *Presos que Mestruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

RATHGEBER, Eva. WID, WAD, GAD: Trends in Research and Practice. *Source: The Journal of Developing Areas*, Vol. 24, No. 4 (Jul., 1990), pp. 489-502 Published by: College of Business, Tennessee State University



SANTIAGO, Vinicius. A maternidade como resistência à violência de Estado. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 55, p. e195511, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8656372>. Acesso em: 12 de abril. 2021.

SANTOS, Izani Gonçalves; SILVA, Isaias Pereira; MASSULLO, Yata Anderson. Mulheres no cárcere: Uma revisão de literatura sobre a realidade das mulheres encarceradas. *Geopauta*, Vitória da Conquista, ISSN: 2594-5033, V. 4, n.3, 2020, p.(255-273)

SCOTT, Joan. W. *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1991.

SOARES. Suamy Rafaely. “Feminização da Pobreza”: algumas reflexões sobre o empobrecimento das mulheres. *III CEURCA. Colóquio: Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento*. 2013. Disponível em: http://www.ceurca.eco.br/anais/05_justica_direitos_humanos_e_inclusao_social

SOUZA, V. de; PENTEADO, C.; NASCIMENTO, R. do; RAIHER, A. P. A feminização da pobreza no brasil e seus determinantes. *Informe GEPEC*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 53–72, 2020. DOI: 10.48075/igepec.v24i1.22710. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22710> Acesso em: 11 nov. 2022.

UNODC. World Drug Report. United Nations, august 2022. *World Female Imprisonment List - third edition*. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf. Acessado em 11 de Novembro de 2022.

VERGÈS, Françoise. *Uma teoria feminista da violência*. Traduzido por Raquel Camargo – São Paulo: Ubu Editora, 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. A crise estrutural no sistema-mundo: para onde vamos a partir daqui? *Via Atlântica*, [S. l.], v. 1, n. 21, p. 15-26, 2012. DOI: [10.11606/va.v0i21.51014](https://doi.org/10.11606/va.v0i21.51014). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/51014> . Acesso em: 16 Nov. 2022.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La mujer y el poder Punitivo. In: Alda Facio Motejo (Org.), *Sobre patricarcas, jeararcas, patrones y otros varones: Una mirada genero sensitiva del Derecho* (Proyecto Mujer e Justicia Penal, pp. 89-101). San José: Ilanud. 1993.



A Incorporação do Femicídio como Tipo Penal nos Países Latino-Americanos¹

La Incorporación del Femicidio como Tipo Penal en los Países Latinoamericanos

The Incorporation of Femicide as Criminal Type in Latin American Countries

Manoel Rufino David de Oliveira

Resumo: Neste Artigo, analisamos o feminicídio como categoria científica no contexto dos estudos de gênero latino-americanos. Em seguida, realizamos um diagnóstico da incorporação do feminicídio no ordenamento jurídico dos países da América Latina. Por fim, comparamos tipos penais a partir de sua forma de incorporação, natureza e taxatividade. A metodologia consistiu em revisão bibliográfica de obras de autoras latino-americanas acerca do feminicídio, além de revisão documental das leis penais dos países latino-americanos. Concluímos que a maioria dos países latino-americanos criminalizam o feminicídio, porém os tipos penais são previstos de forma diferente, acarretando consequências específicas no enfrentamento deste fenômeno.

Palavras Chave: Femicídio. Tipos penais. América Latina.

Resumen: En este artículo buscamos la incorporación del feminicidio en los ordenamientos jurídicos latinoamericanos. Para eso, analizamos el desarrollo del feminicidio como categoría científica en el contexto de los estudios de género latinoamericanos. Luego, realizamos un análisis comparativo de la incorporación del feminicidio en el ordenamiento jurídico de los países latinoamericanos. comparamos estos tipos penales en función de su forma de constitución, naturaleza y precisión. La metodología consistió en una revisión bibliográfica de obras de autores latinoamericanos sobre el feminicidio, además de una revisión documental de las leyes penales de los países latinoamericanos. Concluimos que la mayoría de los países latinoamericanos tipifican como delito el feminicidio, pero los tipos penales se predicen de manera diferente, lo que genera consecuencias específicas en el abordaje de este fenómeno.

Palabras Claves: Femicidio. Tipos penais. Latinoamérica.

Abstract: In this article we discuss the incorporation of femicide in Latin American legal systems. In order to do so, we analyze the development of femicide as a scientific category in the context of gender studies. Then, we carried out a comparative analysis of the incorporation of femicide in the legal system of Latin American countries, based on the incorporation, nature and exactness of the criminal type. Finally, we compare these criminal types based on their form of incorporation, nature and taxation. The methodology is a bibliographical review of works by Latin American authors about femicide, in addition to a documentary review of the criminal laws of Latin American countries. We conclude that most Latin American countries criminalize femicide, but the criminal types are predicted differently, resulting in specific consequences in dealing with this phenomenon.

Keywords: Femicide. Criminal types. Latin America.

¹ Este artigo foi apresentado como trabalho final ao Curso de Especialização Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina, sendo orientado pelo Professor Mestre Nilson Souza Filho. Agradeço às/ aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Manoel Rufino David de Oliveira – Doutorando em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor universitário na Escola Superior Madre Celeste (ESMAC).
E-mail: manoelrufinoadv@gmail.com

INTRODUÇÃO

O termo feminicídio foi usado originalmente pela socióloga Diana Russell em 1976, durante Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, para se referir ao assassinato misógino de mulheres por homens por conta do gênero e evidenciar as dinâmicas sexistas envolvidas nos inúmeros assassinatos de mulheres que ocorrem ao redor do mundo (LOUREIRO, 2020, p. 118). Na América Latina, a popularização da terminologia feminicídio se deu pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde, que fez uso dessa expressão para descrever os assassinatos sistemáticos de mulheres em Ciudad Juárez e Ciudad de Guatemala, marcados pela impunidade dos perpetradores e pela omissão estatal na coibição, investigação e repressão desses acontecimentos.

O movimento feminista latino-americano, reconhecido por ser um movimento plural, focado na busca pela igualdade e emancipação das mulheres latino-americanas, apropriou-se do termo feminicídio para pleitear uma mudança nas políticas de segurança pública de seus países. Considerando os alarmantes índices de feminicídios na América Latina, houve uma pressão desses movimentos feministas para que os países tomassem medidas legislativas mais rigorosas, visando a diminuição dos casos, tais como a incorporação no seu ordenamento jurídico de um tipo penal específico de feminicídio. Dito isso, a partir dos anos 2000, diversos países da América Latina, incluindo o Brasil, passaram a tipificar especificamente o crime de feminicídio em suas legislações.

Contudo, essa tipificação ocorreu de diversas maneiras: por exemplo, Venezuela e El Salvador produziram uma lei específica de violência de gênero, ao passo que Panamá e Peru apenas inseriram o feminicídio no seu Código Penal. No Equador e na Colômbia, o feminicídio é previsto como um tipo penal autônomo, enquanto no Brasil e na Argentina o crime é apenas uma mera qualificadora do crime de homicídio. Além disso, o México descreve o tipo penal de feminicídio de forma taxativa, prevendo 8 (oito) modalidades específicas do violência de gênero, ao passo que Honduras traz uma descrição geral e pouco taxativa do feminicídio. Essas diferenças acarretaram consequências específicas aos países latino-americanos onde o tipo penal de feminicídio foi incorporado em seu ordenamento jurídico.

Dito isso, a decisão pela pesquisa deste tema motivou-se pela perspectiva de trazer visibilidade para a problemática do feminicídio enquanto crime no cenário latino, uma violência de gênero que afeta de forma estrutural e sistemática mulheres de todos os países da América Latina.

Segundo o Observatório de Igualdade de Gênero da Organização das Nações Unidas (2021), 11 países da América Latina registraram uma taxa de femicídio ou feminicídio igual ou superior a uma vítima a cada 100.000 mulheres (Argentina, Bolívia, Brasil, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Uruguai). Desses países, as maiores taxas de femicídio ou feminicídio foram registrados em Honduras (4,6 casos por 100.000 mulheres), República Dominicana (2,7 casos por 100.000 mulheres) e El Salvador (2,4 casos por 100.000 mulheres).

Sendo assim, é indispensável analisar e, cada vez mais, aprofundar o estudo da tipificação do feminicídio na América Latina, para entender como isso contribuirá para a prevenção, coibição e repressão desse fenômeno e de outras formas de violência de gênero em cada país ou região. Mayra Gomes (2018, p. 191-192) defende a importância do estudo do feminicídio na América Latina sob três perspectivas: a perspectiva genérica, segundo a qual o feminicídio é toda e qualquer morte de uma mulher ocorrida em razão do gênero; a perspectiva específica, que considera feminicídio aqueles assassinatos de mulheres motivados pelo sexismo, mediante suas especificidades e contextos de

ocorrência; e, por fim, a perspectiva judicial, que avalia o feminicídio como o assassinato tipificado pelo ordenamento jurídico de determinado Estado. Cada uma dessas perspectivas contribui ao debate acerca do referido fenômeno, pois são formas diferentes de nomenclatura e análise.

Ao investigar como o feminicídio foi incorporado na legislação de cada um dos países da América Latina e realizar uma análise comparativa desses tipos penais, a partir de certas variáveis como incorporação, natureza e taxatividade do tipo penal, esta pesquisa será importante para pesquisadores e pesquisadoras de áreas como Direito, Segurança Pública, Ciência Política e Ciências Sociais que buscam compreender a criminalização desse tipo de violência de gênero. Além disso, a sistematização e análise dos tipos penais realizadas neste trabalho é relevante para agentes que lidam diretamente com políticas de segurança pública, pois o tema aqui discutido permite uma melhor formulação de políticas de enfrentamento ao feminicídio.

Em face dessa contextualização, adotamos o seguinte problema de pesquisa: **em que medida o feminicídio foi incorporado ao ordenamento jurídico dos países da América Latina?**

E, para responder a essa questão, foi definido como objetivo geral analisar comparativamente a incorporação do feminicídio no ordenamento jurídico dos países da América Latina. Além disso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: analisar o feminicídio como categoria científica desenvolvida no contexto dos estudos de gênero latino-americano; realizar um diagnóstico da incorporação do feminicídio no ordenamento jurídico dos países da América Latina; e comparar os crimes de feminicídio existentes na América Latina, em especial quanto à incorporação, natureza e taxatividade do tipo penal.

Tendo em vista este questionamento, buscamos confirmar ou refutar a hipótese de que os países da América Latina incorporaram o feminicídio de forma diferente nas suas legislações penais e isso gerou consequências específicas na prevenção, no enfrentamento e na coibição desse tipo de violência de gênero. A partir da análise comparativa dos tipos penais, será averiguado se a incorporação do feminicídio realizada por esses países se deu de forma igual, pouco diferente, ou ainda muito diferente.

Do ponto de vista metodológico, optamos pela realização de pesquisa a partir do método de abordagem indutivo, uma vez que partimos da constatação e do levantamento de informações particulares, concernente à incorporação do feminicídio como tipo penal nos países da América Latina. Esperamos, portanto, que, mediante os dados evidenciados, sejam alcançados conhecimentos mais generalizados acerca da própria incorporação do feminicídio nos ordenamentos jurídicos e de suas possíveis consequências, partindo das constatações mais particulares para as mais gerais.

Como ferramenta metodológica, adotamos a revisão bibliográfica de autoras latino-americanas na área das teorias de gênero e movimentos feministas, tais como Marcela Lagarde, Patsilí Vasquez e Rita Segato. Além disso, utilizamos a análise documental da legislação penal de 20 países da América Latina, para verificar a existência do tipo penal de feminicídio em seu ordenamento jurídico e, em caso positivo, de que maneira esses tipos penais foram incorporados e estruturados, mediante as variáveis de forma de incorporação, natureza do tipo penal e taxatividade do tipo penal.

Por fim, o trabalho está dividido em três seções: a primeira seção apresenta considerações sobre a criação da terminologia e da categoria científica de feminicídio no bojo dos estudos de gênero e dos movimentos feministas da América Latina; a segunda seção compreende um diagnóstico acerca da incorporação ou não do feminicídio como tipo penal nos países da América

Latina; a terceira e última seção concerne à análise comparativa da incorporação dos tipos penais de feminicídio nos países latino-americanos e as consequências produzidas por determinado tipo de incorporação.

1. O Desenvolvimento do Conceito de Feminicídio pelos Estudos de Gênero da América Latina

Para poder investigar a incorporação do feminicídio como tipo penal nos ordenamentos jurídicos dos países latino-americanos, é necessário fazer uma análise preliminar do desenvolvimento do conceito de feminicídio. Dessa forma, a presente seção busca compreender o feminicídio como um conceito que foi desenvolvido principalmente pelas autoras de estudos de gênero e ativistas de movimentos feministas da América Latina. Não há pretensão de esgotar a explanação das diversas autoras e ativistas que já se dedicaram a conceituar o fenômeno do feminicídio. Busca-se, tão somente, fazer um histórico do desenvolvimento do conceito de feminicídio e explicar as conceituações mais pertinentes ao tema em comento.

A pretensão nessa seção é analisar a relevância do feminicídio enquanto uma categoria científica, de forma semelhante a como Joan Scott (1990, p. 7) defende a relevância do gênero enquanto categoria útil para análise histórica. Assim como ocorreu com o conceito de gênero que surgiu para colocar a ênfase no sistema de relações impostas sobre um corpo sexuado, o conceito de feminicídio surgiu para “mapear um novo terreno”, ou seja, colocar ênfase sobre todo um sistema de relações de gênero que perpassa o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres (SCOTT, 1990, p. 7). E, assim como existem campos de disputa política em torno dos conceitos de gênero, existem também disputas em torno dos conceitos de feminicídio e femicídio, como será explicado posteriormente.

Primeiramente, do ponto de vista histórico, é importante apontar que o primeiro uso documentado do termo feminicídio foi na obra *A satirical view of London at the commencement of the nineteenth century* (1801), de autoria de John Cory. Algumas décadas depois, o mesmo termo foi utilizado na obra *The confessions of an unexecuted femicide* (1828), de autoria de Robert William Macnish. Finalmente, em 1848, o termo feminicídio foi dicionarizado no *Wharton's Law Lexicon*. Em ambos os escritos, o termo feminicídio (em inglês, *femicide*) foi utilizado para se referir ao assassinato violento de uma mulher perpetrado em razão de sua infâmia social. Como aponta Lucas Martinez-Villalba (2022, p. 12-13), essas menções literárias do termo femicídio exemplificam como o conceito da morte violenta de uma mulher relacionado à sua condição de ser mulher está presente há muito tempo no meio social.

No contexto acadêmico e político, a expressão feminicídio foi primeiro utilizado pela socióloga Diana Russell em 1976, quando testemunhou perante o Tribunal Internacional sobre Crimes contra Mulheres. A sessão do Tribunal reuniu cerca de duas mil mulheres de quarenta países que compartilharam testemunhos e experiências sobre a opressão feminina e violência contra as mulheres, denunciando os abusos cometidos contra as mulheres de forma geral. Depois dessa primeira menção, Diana Russell passou a utilizar a expressão em aulas e sessões públicas. Como explica Pat-sili Vásquez (2009, p. 13), o conceito de feminicídio foi utilizado por Diana Russell para apontar as dinâmicas sexistas envolvidas nos inúmeros assassinatos de mulheres ao redor do mundo.

Em 1990, Diana Russel publicou o ensaio *Femicide: Speaking the Unspeakable*, posteriormente reeditado em 1992 como um capítulo do livro *Femicide: The Politics of Woman Killing*, de organização de Diana Russell e Jill Radford. Nessa obra, Diana Russell e Jill Radford apontam que, para se

classificar a morte de uma mulher como feminicídio, ela deveria resultar de uma discriminação de gênero, enquanto a “morte violenta de mulheres pelo fato de serem mulheres” ou o “assassinato de mulheres por razões associadas ao seu gênero” (RUSSEL; RADFORD, 1992, p. 15). A expressão “morte violenta” enfatiza a violência como determinante da morte e, do ponto de vista criminal, incluiria aqueles resultantes de crimes como homicídio simples ou qualificado. Sob uma perspectiva conceitual, o feminicídio seria o ponto final de um processo contínuo de violência, abusos e privações a que a vítima mulher sofreria.

Algum tempo depois, ainda na década de 1990, a antropóloga mexicana Marcela Lagarde, a propósito das mortes violentas de mulheres na Ciudad Juárez, no México, defendeu o emprego da expressão feminicídio (em inglês, *feminicide*, e em espanhol, *feminicidio*), em substituição ao termo femicídio (em inglês, *femicide*, e em espanhol, *femicidio*). Marcela Lagarde (2008, p. 223) prefere o uso da expressão feminicídio ao invés do femicídio em razão do primeiro termo ter uma ligação mais profunda com o componente da impunidade para aqueles que o praticam, além de também remeter ao silêncio, à omissão, à negligência e ao conluio parcial ou total de autoridades encarregadas de prevenir e erradicar estes crimes. Embora existam algumas divergências doutrinárias quanto às diferenças conceituais existentes nessas duas possíveis traduções, neste trabalho, decidiu-se pelo uso do termo **feminicídio**, tradução dada por Marcela Lagarde e que foi popularizado na língua portuguesa e melhor aceita pelos países latino-americanos.

De qualquer forma, é importante levar em conta que a maioria das pesquisas e estudos realizados na América Latina nas últimas décadas, seja em torno do femicídio ou feminicídio, utilizam a perspectiva específica do fenômeno. As definições mais frequentes de feminicídio se referem às mortes violentas de mulheres pelo seu gênero, excluindo as mortes que ocorrem como resultado de leis ou práticas discriminatórias (como abortos clandestinos, falta de assistência médica às mulheres, entre outros), bem como as manifestações de violência que não levam à morte (VÁSQUEZ, 2009, p. 28-29). Curiosamente, foi o termo feminicídio, tradução dada por Marcela Lagarde, que foi melhor aceita pelos países latino-americanos, incluindo o Brasil.

Contudo, é importante frisar que tanto a abordagem mais restritiva de feminicídio (mortes violentas de mulheres na forma de homicídio) quanto a abordagem mais ampla (mortes de mulheres resultantes de discriminação de gênero marcadas pela impunidade) contribuem para a construção de uma perspectiva judicial sobre o tema no âmbito das relações internacionais da América Latina e do Brasil, aspectos que serão analisados nas seções seguintes. Para Patsilí Vásquez (2009), o feminicídio é uma violação frontal aos direitos humanos das mulheres e, por isso, a não adoção de providências por parte dos Estados, inclusive jurídicas, a fim de combatê-lo, é apta a gerar sua responsabilidade junto aos órgãos internacionais de proteção em face do descumprimento de obrigações em matéria de direitos humanos.

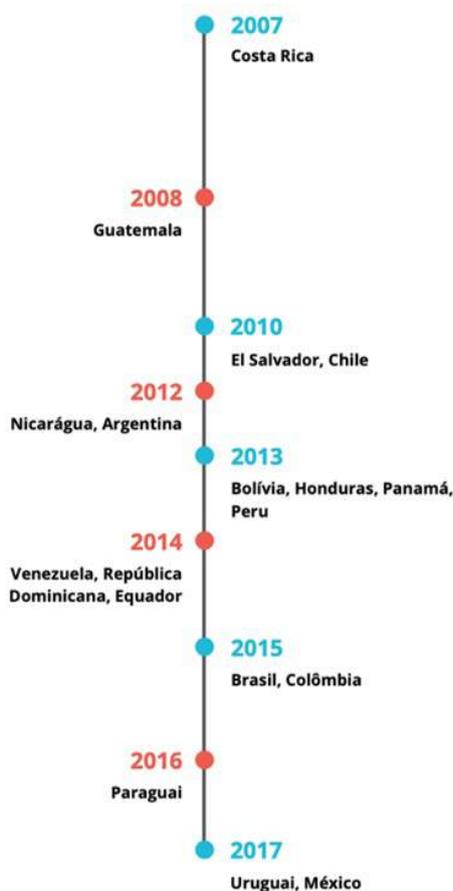
Rita Laura Segato (2010) assevera que a reunião de um amplo espectro de mortes cruéis sob um único termo representou um avanço significativo para a compreensão da violência de gênero e da natureza violenta das relações inerentes ao sistema patriarcal. Quando autoras feministas incorporaram e endossaram a terminologia, foi possível demonstrar a dimensão política existente por trás dos assassinatos de mulheres, muitos dos quais resultam exclusivamente do controle operado pelo patriarcado sobre os corpos e liberdade femininos. Referir-se aos homicídios de mulheres por um nome próprio que os designe, segundo a autora, possui inegável relevância estratégica, na medida em que ressalta o nível de misoginia que a sociedade patriarcal apresenta.

A partir dessa revisão sobre os diversos conceitos e perspectivas existentes acerca de feminicídio, foi possível constatar que a terminologia foi primeiro utilizada em obras literárias da língua inglesa do século 19. Contudo, foi apenas em 1970 que o termo feminicídio foi utilizado no contexto acadêmico e político, notadamente por Diana Russell no Tribunal Internacional sobre Crimes contra Mulheres. Nos anos 90, o termo feminicídio foi popularizado em diversas publicações acadêmicas, a partir da tradução dada por Marcela Lagarde, que foi melhor aceita pelos países latino-americanos, incluindo o Brasil. Notadamente, nos anos 2000, depois da popularização do conceito do feminicídio no contexto acadêmico e político, assim como pelo ativismo em torno da necessidade de criminalização desse tipo de violência de gênero, os tipos penais de feminicídio começaram a surgir nos países da América Latina.

2. Diagnóstico da Incorporação dos Tipos Penais de Feminicídio nos Países da América Latina

Segundo Carmen Hein de Campos (2017, p. 105), a demanda de criminalização específica do feminicídio foi originada da constatação de que a violência baseada no gênero era ignorada pelo direito penal, levando à conclusão de que os direitos humanos das mulheres não eram objeto de proteção adequada. Diante desse contexto, a partir dos anos 2000, surgiram os diversos tipos penais de feminicídio nos ordenamentos jurídicos dos países da América Latina, conforme se verifica na seguinte linha do tempo:

Figura 1 - Linha do tempo da incorporação do crime de feminicídio nos países latino-americanos



Fonte: elaborado pelo próprio autor (2023)

Considerando que houve uma incorporação sistemática de tipos penais de feminicídio nos ordenamentos jurídicos de vários Estados latino-americanos, a presente seção busca realizar um diagnóstico da criminalização do feminicídio nesses países. Para realizar essa análise, adotamos como conceito de América Latina a região do continente americano que engloba os países dominados pelos impérios coloniais europeus Espanhol e Português, onde hoje são faladas, primordialmente, línguas românicas, derivadas do latim, como espanhol, português e francês. Nesse caso, para fazer o devido recorte espacial da pesquisa, estão englobados no conceito de América Latina uma totalidade de 20 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Uma vez feito o recorte dos países a serem analisados na presente pesquisa, foi realizada a revisão documental legislativa em seus respectivos ordenamentos jurídicos, para verificar se estes possuem um tipo penal relativo ao feminicídio. Caso houvesse a referida previsão legal, foi analisado o tipo de documento legal que introduziu esse crime, a saber, um Código Penal, uma Lei Penal Especial, ou uma Lei de Identidade de Gênero. Além disso, foi anotada a forma pela qual o crime foi tipificado nesse documento legal, se crime autônomo, qualificadora ou causa de aumento de pena, por exemplo.

Portanto, a partir da coleta de dados, foi possível diagnosticar as seguintes incorporações do tipo penal de feminicídio:

- Na Argentina, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Código Penal de la Nación Argentina, alterado pela Ley 26.791 de 2012. Nele, o feminicídio é definido no artículo 80, 11, como homicídio qualificado em razão de ter sido praticado contra mulher em decorrência do seu gênero ou quando o agressor era seu cônjuge. O crime é punido com prisão perpétua;
- Na Bolívia, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pela Ley 348 de 2013 (Ley Integral Para Garantizar a las Mujeres una Vida Libre de Violencia). Nele, o feminicídio é definido no artículo 7, 2, como o crime específico praticado em nove hipóteses legais de violência de gênero, igualmente punidas com pena de prisão de 30 anos, sem direito a indulto. A lei específica que aos crimes de feminicídio não se aplica redução de pena por terem sido cometidos em estado de violenta emoção;
- No Brasil, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Código Penal Brasileiro, alterado pela Lei 13.104 de 2015 (Lei do Feminicídio). Nele, o feminicídio é definido no artigo 121, § 2º, inciso VI, como homicídio qualificado por ter sido praticado contra a mulher em razão da condição do sexo feminino, recebendo uma pena maior que a de homicídio simples;
- No Chile, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Código Penal de la República del Chile, alterado pela Ley 20.480 de 2010. Nele, o feminicídio é definido no artículo 390 como o homicídio qualificado no qual a vítima é cônjuge do agressor ou habitou/habita com ele. Contudo, a lei não se aplica, se não existir esse tipo de relação entre agressor e vítima;
- Na Colômbia, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Código Penal Colombiano (Ley 599 de 2000), alterado pela Ley 1.761 de 2015 (Ley Rosa Elvira Cely). Nele, o feminicídio é definido no artículo 104-A como crime específico, praticado contra uma mulher em razão do seu gênero, efeito jurídico que se aplica a todos os crimes ligados à violência de gênero, possui sete circunstâncias agravantes de pena e é punido com prisão de 250 a 500 meses;

- Na Costa Rica, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pela Ley 8.589 de 2007 (Ley de penalización de la violencia contra las mujeres). Nele, o feminicídio é definido no artículo 21 como o crime específico praticado por aqueles que matam uma mulher com quem mantêm um casamento, em união de fato ou não, punido com prisão de 20 a 35 anos;
- No Equador, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Código Orgánico Integral Penal de 2014. Nele, o feminicídio é definido no artículo 141 como o crime específico praticado contra pessoa que, como resultado de relações de poder manifestadas em qualquer tipo de violência, de morte para uma mulher pelo fato de ser assim ou por sua condição de gênero, punido com pena de prisão de 22 a 26 anos. O crime ainda possui quatro modalidades qualificadas;
- No El Salvador, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Decreto 520 de 2010 (Ley Especial Integral para una Vida Libre de Violencia para las Mujeres). Nele, o feminicídio é definido no artículo 45 como o crime específico no qual se causa a morte de uma mulher por meio de ódio ou desprezo por sua condição de mulher, em determinadas situações de violência de gênero, punida com prisão por 20 a 35 anos de prisão. O crime ainda possui cinco modalidades qualificadas;
- Na Guatemala, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Decreto 22 de 2008 (Ley contra el femicidio y otras formas de violencia contra la mujer). Nele, o feminicídio é definido no artículo 6 como o crime específico praticado por quem, no quadro de relações desiguais de poder entre homens e mulheres, mata uma mulher, devido ao seu status de mulher, dentro de determinadas circunstâncias de violência de gênero, punido com pena de prisão de 25 a 50 anos, sem possibilidade de redução de pena ou medida substitutiva de prisão;
- Na Honduras, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Código Penal de Honduras (Decreto 144 de 1983), alterado pelo Decreto 23 de 2013. Nele, o feminicídio é definido no artículo 118-A como o crime específico, no qual um homem cause a morte de uma mulher em razão de gênero, por ódio e desconsideração de sua condição de mulher, sendo o criminoso punido com uma pena de 30 a 40 anos de prisão;
- No México, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Código Penal Federal do México, alterado pela Ley general de acceso de las mujeres a una vida libre de violencia de 2017. Nele, o feminicídio é definido no artículo 325 como o crime específico praticado por quem priva uma mulher da vida em razão de gênero, dentro de oito circunstâncias de violência de gênero, cuja punição é de 40 a 60 anos de prisão e 500 mil dias de multa;
- Na Nicarágua, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pela Lei 779 de 2012 (Ley Integral Contra la Violencia Hacia las Mujeres). Nele, o feminicídio é definido no artículo 9 como o crime específico praticado pelo homem que, no quadro de relações desiguais de poder entre homens e mulheres, mata uma mulher na esfera pública ou privada, em determinadas circunstâncias de violência de gênero. Contudo, em julho de 2014, o presidente Daniel Ortega produziu um decreto presidencial que enfraqueceu as penalidades da lei e reduziu as hipóteses de feminicídio, aplicadas agora apenas quando ocorridas dentro do contexto de relações interpessoais;
- No Panamá, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Código Penal de la República de Panama, alterado pela Ley 82 de 2013. Nele, o feminicídio é definido no artículo 132-A

como o homicídio qualificado no qual se causa a morte de uma mulher por pertencer ao sexo feminino, por discriminação ou qualquer outra forma de violência;

- No Paraguai, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pela Ley 5777 de 2016 (Ley de protección integral a las mujeres contra toda forma de violencia). Nele, o feminicídio é definido no artículo 50 como “violência feminicida”, crime específico praticado por quem atenta contra o direito fundamental à vida e causa ou tenta causar a morte de mulheres e é motivado por seu status como tal, tanto na esfera pública quanto na privada;
- No Peru, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Código Penal del Perú, alterado pela Ley 30.068 de 2013. Nele, o feminicídio é definido no artículo 108-A como o crime específico praticado por quem mata uma mulher por sua condição de mulher, em sete contextos específicos de violência de gênero, sendo o culpado punido com prisão não inferior a 15 anos ou perpétua caso incidam duas ou mais agravantes;
- Na República Dominicana, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Código Penal de la República Dominicana (Ley 550 de 2014). Nele, o feminicídio é definido no artículo 100 como o crime específico praticado por quem, no âmbito de ter tido ou fingir ter um relacionamento, mata uma mulher intencionalmente comete feminicídio, e será punido com 30 a 40 anos de prisão;
- No Uruguai, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pelo Código Penal de Uruguay, alterado pela Ley 19.538 de 2017. Nele, o feminicídio é definido no artículo 312 como homicídio qualificado, praticando toda vez que cometido contra uma mulher por ódio ou desprezo, por causa de sua condição, de ser mulher;
- Na Venezuela, o tipo penal de feminicídio foi incorporado pela Ley 38.668 de 2007 (Ley Orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia), alterada pela Gaceta Oficial 40.548 de 25 de novembro de 2014. Nele, o feminicídio é definido no artículo 57 como crime específico, a partir de uma alteração legislativa em 2014 que incluiu na referida lei o crime “femicídio”, enquanto a forma extrema de violência de gênero, causada pelo ódio ou desprezo à condição de mulher, que degenera na sua morte, produzidas tanto em âmbito público como privado; e
- Na Cuba e no Haiti não existe lei que criminaliza de forma específica a conduta de feminicídio.

Como se percebe da coleta de dados, a maioria dos países da América Latina possuem tipos penais específicos sobre feminicídio, nominados de feminicídio, “femicídio” ou ainda “violência feminicida”. Contudo, Cuba e Haiti ainda não possuem previsão legal do fenômeno, aplicando a esses casos a legislação pertinente ao crime de homicídio de forma genérica.

3. Análise Comparativa da Incorporação dos Tipos Penais de Feminicídio na América Latina

Mediante os dados documentais e o diagnóstico da incorporação do crime de feminicídio nos países da América Latina, é possível realizar uma análise comparativa dos referidos tipos penais de acordo com as seguintes variáveis: forma de incorporação desses tipos penais no ordenamento jurídico (Código Penal, lei penal específica ou lei de identidade de gênero); natureza do tipo penal (crime autônomo, qualificadora ou causa de aumento de pena); e taxatividade (tipos penais mais específicos ou mais abertos). Essas variáveis podem ser visualizadas na seguinte tabela:

Figura 2 - Incorporação do crime de feminicídio nos países latino-americanos

País	Documento legal	Forma de incorporação do tipo penal	Natureza do tipo penal
Argentina	Código Penal de la Nación Argentina, alterado pela Ley 26.791 de 2012	Alteração legislativa no Código Penal	Qualificadora do crime de homicídio
Bolívia	Ley 348 de 2013 (Ley Integral Para Garantizar a las Mujeres una Vida Libre de Violencia)	Legislação específica de gênero	Crime autônomo
Brasil	Código Penal Brasileiro, alterado pela Lei 13.104 de 2015 (Lei do Feminicídio)	Alteração legislativa no Código Penal	Qualificadora do crime de homicídio
Chile	Código Penal de la República del Chile, alterado pela Ley 20.480 de 2010	Alteração legislativa no Código Penal	Qualificadora do crime de homicídio
Colômbia	Código Penal Colombiano (Ley 599 de 2000), alterado pela Ley 1.761 de 2015 (Ley Rosa Elvira Cely)	Alteração legislativa no Código Penal	Crime autônomo
Costa Rica	Ley 8.589 de 2007 (Ley de penalización de la violencia contra las mujeres)	Legislação específica de gênero	Crime autônomo
Cuba			
Equador	Código Orgánico Integral Penal de 2014	Alteração legislativa no Código Penal	Crime autônomo
El Salvador	Decreto 520 de 2010 (Ley Especial Integral para una Vida Libre de Violencia para las Mujeres)	Legislação específica de gênero	Crime autônomo
Guatemala	Decreto 22 de 2008 (Ley contra el femicidio y otras formas de violencia contra la mujer)	Legislação específica de gênero	Crime autônomo
Haiti			
Honduras	Código Penal de Honduras (Decreto 144 de 1983), alterado pelo Decreto 23 de 2013	Alteração legislativa no Código Penal	Crime autônomo
México	Código Penal Federal do México, alterado pela Ley general de acceso de las mujeres a una vida libre de violencia de 2017	Alteração legislativa no Código Penal	Crime autônomo

Nicarágua	Lei 779 de 2012 (Ley Integral Contra la Violencia Hacia las Mujeres)	Legislação específica de gênero	Crime autônomo
Panamá	Código Penal de la República de Panama, alterado pela Ley 82 de 2013	Alteração legislativa no Código Penal	Qualificadora do crime de homicídio
Paraguai	Ley 5777 de 2016 (Ley de protección integral a las mujeres contra toda forma de violencia)	Legislação específica de gênero	Crime autônomo
Peru	Código Penal del Perú, alterado pela Ley 30.068 de 2013	Alteração legislativa no Código Penal	Crime autônomo
República Dominicana	Código Penal de la República Dominicana (Ley 550 de 2014)	Alteração legislativa no Código Penal	Crime autônomo
Uruguai	Código Penal de Uruguay, alterado pela Ley 19.538 de 2017	Alteração legislativa no Código Penal	Qualificadora do crime de homicídio
Venezuela	Ley 38.668 de 2007 (Ley Orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia), alterada pela Gaceta Oficial 40.548 de 25 de novembro de 2014	Legislação específica de gênero	Crime autônomo

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2023)

Ao comparar os tipos penais de feminicídio existentes nos países latino-americanos, em primeiro lugar, notamos semelhanças e diferenças em razão da forma de incorporação desse crime no ordenamento jurídico do país. Alguns países incorporaram o tipo penal por meio de leis específicas que tratam da proteção da mulher em face da violência de gênero, enquanto em outros se deu por meio de alterações legais em seus respectivos códigos penais.

Dos 18 (dezoito) países da América Latina que criminalizam o feminicídio de forma expressa, 6 (seis) países adotam legislação específica sobre violência de gênero, na qual é previsto o tipo penal específico de feminicídio: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai e Venezuela. Contudo, a maioria, 12 (doze) países, preferiram a alteração dos seus respectivos Códigos Penais como estratégia legislativa de criminalização do feminicídio: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Honduras, México, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai.

A partir desses dados, verificamos uma preferência política pela incorporação legal do feminicídio como uma alteração legislativa do Código Penal, em detrimento à criação de uma legislação específica sobre gênero. Saber a forma de incorporação legal do feminicídio no ordenamento jurídico é importante, pois ela influencia na extensão do efeito simbólico dessa criminalização. Além disso, quando um país utiliza uma lei de identidade de gênero ou uma lei de violência contra a mulher, isso influencia a estrutura interpretativa desse ilícito.

Essa preferência em criminalizar o feminicídio por meio de alteração no Código Penal, mediante a inserção de um tipo penal ou de uma qualificadora de homicídio nesse compêndio legislativo, pode ocorrer tendo em vista uma estratégia política específica. Quando se fala sobre a aprovação parlamentar das propostas de alteração da legislação penal nacional, é mais fácil aprovar a alteração de um artigo no Código Penal do país do que uma lei específica que prevê um sistema jurídico autônomo de proteção em face da violência de gênero².

Uma segunda diferença é a natureza conferida ao tipo penal do feminicídio. Alguns países caracterizaram o feminicídio como um crime autônomo, ao passo que outros caracterizaram como qualificadora do crime de homicídio. Nesse caso, a grande maioria dos países da América Latina optou por reconhecer o feminicídio como um crime específico, uma vez que 13 países adotaram essa forma de tipificação: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela.

É importante mencionar que, embora a maioria dos países tenha decidido reconhecer o feminicídio como um crime específico, ainda existe uma resistência de advogados, magistrados, delegados, promotores e procuradores públicos latino-americanos em utilizar o tipo penal específico de feminicídio (VASQUEZ, 2017, p. 52). Muitos desses profissionais jurídicos continuam usando os crimes “neutros” já existentes, dando preferência à tipificação do homicídio “comum” em detrimento ao feminicídio, principalmente no caso dos países onde a pena desses crimes seja a mesma.

Nos países em que o feminicídio foi tipificado como qualificadora do homicídio, também existe semelhante resistência entre os profissionais jurídicos, pois nesses países é visível uma preferência por reconhecer outras qualificadoras de homicídio, com uma sanção semelhante, em vez da qualificadora do feminicídio. Isso se dá, principalmente, em razão de não existir incentivo ou interesse para investigar os elementos que possivelmente constituem o feminicídio, algo que demandaria uma verificação mais ampla por meio de protocolos de investigação policial e instrução processual específicos (VASQUEZ, 2017, p. 52). Esse foi o caso conferido em 5 (cinco) países da América Latina que optaram por reconhecer o feminicídio como qualificadora do homicídio: Argentina, Brasil, Chile, Panamá e Uruguai.

Nesse sentido, tratando especificamente do Brasil, as autoras Bianchini, Bazzo e Chakian (2021, p. 285-311) destacam que, mesmo após o advento da lei de feminicídio, ainda é comum os registros de falta de consideração da qualificadora a partir da fase policial com reflexos inclusive na jurisprudência pátria. O que ocorre, segundo as pesquisadoras, é que o conceito de violência de gênero, extraído de legislações também internacionais, nem sempre está em consonância com a interpretação adotada pelos julgadores, quando da exegese e aplicação das leis penais especializadas.

Por fim, uma terceira análise que pode ser realizada acerca da criminalização do feminicídio foi a escolha dos países pela adoção de termos mais genéricos ou mais específicos para definir o crime de feminicídio. Uma questão recorrente trazida nas críticas das ciências criminais e dos teóricos

² Em termos de processo legislativo, aprovar a alteração de um artigo no Código Penal ser mais fácil do que aprovar uma lei penal específica ocorre em termos lógicos da complexidade da alteração legislativa a ser aprovada pelo Congresso Nacional. Propor, analisar, propor correções, votar e aprovar a incorporação de um inciso, que ficará contido no texto de um artigo do Código Penal, é uma tarefa muito mais objetiva para as casas do Congresso Nacional. Contudo, essa mesma tarefa de proposição, análise, proposição de correções, votação e aprovação é muito mais difícil quando se trata de uma lei penal específica, que terá uma grande quantidade de artigos, e, por consequência, uma quantidade ainda maior de incisos e alíneas para serem apreciados pelas autoridades políticas. Essa maior quantidade de elementos a serem analisados exige mais tempo de análise e gera mais discordâncias acerca do texto legal, o que atrasa muito mais o processo legislativo dentro das Casas Legislativas.

em direitos humanos sobre a tipificação do feminicídio é o respeito ao princípio da taxatividade. Muito se alerta para a imprecisão normativa e utilização de termos extremamente abertos que dificultam a compreensão e interpretação dos tipos penais.

Essa indeterminação na descrição do crime de feminicídio ocorre especialmente no uso de termos vagos nos tipos penais, geralmente em razão da falta de técnica legislativa e da dificuldade de os legisladores efetivarem a transposição de conceitos desenvolvidos nas Ciências Sociais para a esfera criminal. Essa imprecisão na descrição da conduta do crime afeta principalmente os tipos penais de feminicídio com descrição mais geral e aberta, como no caso do tipo penal brasileiro, que, de maneira simplória, reconhece o feminicídio como o homicídio praticado contra a mulher por conta da condição do sexo feminino.

Essa imprecisão gera diversos questionamentos, que ficam a cargo de profissionais jurídicos, geralmente homens, produzirem respostas: esse crime se aplica apenas ao agressor homem? Esse crime inclui mortes de mulheres praticados apenas na esfera privada, apenas na esfera pública ou nos dois? Esse crime decorre de uma relação prévia entre agressor e vítima? Esse crime inclui quais tipologias de feminicídio (íntimo, familiar, sexual, por conexão)?

Para evitar essa imprecisão e tornar seus tipos penais mais adequados ao princípio da taxatividade, muitos países, como Peru, México, Guatemala, El Salvador e Bolívia, optaram por elencar de forma descritiva as circunstâncias nas quais o feminicídio poderia ocorrer. Para tornar os tipos penais de feminicídio mais específicos, países como Costa Rica e Chile mencionaram expressamente que a prática desses homicídios ocorre em um contexto privado, de relação familiar e/ou doméstica com o agressor.

Esses modelos que, ao contrário, restringem as hipóteses feminicídios a determinadas circunstâncias e hipóteses legais expressas ou àqueles assassinatos praticados na esfera íntima, embora atinjam níveis mais altos de precisão, tendem a constituir apenas uma visão reducionista do feminicídio e acabam por excluir outras formas de produção de mortes de mulheres em razão do gênero, como aquelas praticadas pelo agressor desconhecido no contexto sexual ou na esfera pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a indagação principal que motivou a realização desta pesquisa, concluímos que o feminicídio é amplamente tipificado enquanto crime nos países da América Latina, muito embora esses países não tenham incorporado esse tipo penal de forma homogênea. A criminalização específica do feminicídio realizada por esses países varia quanto à incorporação, natureza e taxatividade do tipo penal, cujas variáveis devem ser consideradas para compreender as consequências produzidas pela previsão desses ilícitos penais.

A partir do diagnóstico da criminalização do feminicídio nos países da América Latina, foi possível atestar que, dos 20 (vinte) países que compõem essa região, 18 (dezoito) criminalizam especificamente a referida prática, com exceção de Cuba e Haiti. A maioria dos países preferiu incorporar esse crime mediante a alteração dos seus respectivos Códigos Penais, tal como na experiência brasileira, ao passo que uma minoria criou lei penal específica sobre violência de gênero. Isso se dá provavelmente em razão da facilidade de aprovar uma mera alteração do Código Penal frente a uma lei específica, posto que esta última receberia mais oposições de congressistas avessos aos pleitos feministas.

Além disso, verificou-se que a maioria dos países da América Latina optou por reconhecer o feminicídio como um crime específico, influenciando no efeito penal simbólico dessa medida. Contudo, a minoria dos países, incluindo o Brasil, incorporou o crime enquanto qualificadora do homicídio. Também foi constatado que alguns países descreveram as condutas de feminicídio de maneira genérica e simplificada, tal como ocorre no Brasil, ao passo que outros previram a conduta de maneira específica, descritiva e taxativa, o que interfere na compreensão, interpretação e aplicação desses tipos penais.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. *Ley 11.179 de 1984*. Código Penal de la Nación Argentina. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16546/texact.htm>. Acesso em: 20 set 2022.

ARGENTINA. *Ley 26.791 de 2012*. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26791-206018>. Acesso em: 20 set 2022.

BOLIVIA. *Ley 348 de 2013*. Ley Integral Para Garantizar a las Mujeres una Vida Libre de Violencia. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2013_bol_ley348.pdf. Acesso em: 20 set 2022.

BIANCHINI, Alice; BAZZO, Mariana; CHAKIAN, Silvia. *Crimes contra mulheres*. 3 ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

BRASIL. *Decreto-lei 2.848 de 1940*. Código Penal Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 20 set 2022.

BRASIL. *Lei 13.104 de 2015*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 20 set 2022.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Criminologia Feminista: Teoria feminista e crítica às criminologias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CHILE. *Código Penal de la República del Chile*. Disponível em: <https://www.leychile.cl/Navegar?id-Norma=1984>. Acesso em: 20 set 2022.

CHILE. *Ley 20.480 de 2010*. Disponível em: <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1021343>. Acesso em: 20 set 2022.

COLOMBIA. *Ley 599 de 2000*. Código Penal Colombiano. Disponível em: http://www.secretaria-senado.gov.co/senado/basedoc/ley_0599_2000.html. Acesso em: 20 set 2022.

COLOMBIA. *Ley 1.761 de 2015*. Ley Rosa Elvira Cely. Disponível em: <http://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?id=30019921>. Acesso em: 20 set 2022..

COSTA RICA. *Ley 8.589 de 2007*. Ley de penalización de la violencia contra las mujeres. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2007/5206.pdf?view=1>. Acesso em: 20 set 2022.

EQUADOR. *Código Orgánico Integral Penal de 2014*. Disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDAW/Shared%20Documents/ECU/INT_CEDAW_ARL_ECU_18950_S.pdf. Acesso em: 20 set 2022.

EL SALVADOR. *Decreto 520 de 2010*. Ley Especial Integral para una Vida Libre de Violencia para las Mujeres. Disponível em: https://www.asamblea.gob.sv/sites/default/files/documents/decretos/171117_073006947_archivo_documento_legislativo.pdf. Acesso em: 20 set 2022.

GOMES, Mayra Rodrigues. As palavras na evocação das coisas: dos termos feminicídio e femicídio. In: SOARES, Rosana; SILVA, Gislene. *Emergências periféricas em práticas midiáticas*. São Paulo: ECA/USP, 2018.

GUATEMALA. *Decreto 22 de 2008*. Ley contra el femicidio y otras formas de violencia contra la mujer. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/Ley_contra_el_Femicidio_y_otras_Formas_de_Violencia_Contra_la_Mujer_Guatemala.pdf. Acesso em: 20 set 2022.

HONDURAS. *Decreto 144 de 1983*. Código Penal de Honduras. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/Codigo_Penal_Honduras.pdf. Acesso em: 20 set 2022.

HONDURAS. *Decreto 23 de 2013*. Disponível em: <https://observatoriointernacional.com/honduras-discriminacion-decreto-232013/>. Acesso em: 20 set 2022.

LAGARDE, Marcela. Antropología, feminismo y política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres. In: BULLEN, Margaret Louise; MINTEGUI, María Carmen Díez. *Retos teóricos y nuevas práctica*. España: Angulegi, 2008.

LOUREIRO, Ythalo Frota. Feminicídio/femicídio: origem e estatísticas oficiais. *Revista Acadêmica Superior do Ministério Público do Ceará*, Ano XII, 12, n. 1, 2020, p. 115-129.

MEXICO. *Código Penal Federal do México*. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/ref/cpf.htm>. Acesso em: 20 set 2022.

MEXICO. *Ley general de acceso de las mujeres a una vida libre de violencia, de 1 de fevereiro de 2017*. Disponível em: http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGAMVLV_130418.pdf. Acesso em: 20 set 2022.

NICARAGUA. Lei 779 de 2012. *Ley Integral Contra la Violencia Hacia las Mujeres*. Disponível em: <http://www.sipi.siteal.iipe.unesco.org/pt/node/683>. Acesso em: 20 set 2022.

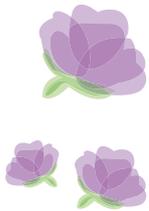
ONU. Organização das Nações Unidas. *Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe*. Indicadores de Feminicídio ou Femicídio – Base de dados CEPALSTAT. Nações Unidas: 2021. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/feminicidio-ou-femicidio>. Acesso em: 20 set 2022.

PANAMA. *Ley 14, de 18 de mayo de 2007*. Código Penal de la República de Panama. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic5_pan_res_ane_act_corr_2.pdf. Acesso em: 20 set 2022.

- PANAMA. *Ley 82 de 2013*. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2013_pan_ley82.pdf. Acesso em: 20 set 2022.
- PARAGUAI. *Ley 5777 de 2016*. Ley de protección integral a las mujeres contra toda forma de violencia. Disponível em: <http://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/8356/ley-n-5777-de-proteccion-integral-a-las-mujeres-contr-toda-forma-de-violencia>. Acesso em: 20 set 2022.
- PERU. *Decreto Legislativo 635 de 1992*. Código Penal del Perú. Disponível em: http://spij.minjus.gob.pe/content/publicaciones_oficiales/img/CODIGOPENAL.pdf. Acesso em: 20 set 2022.
- PERU. *Ley 30.068 de 2013*. Disponível em: <https://observatoriolegislativocele.com/ley-30068/>. Acesso em: 20 set 2022.
- REPUBLICA DOMINICANA. *Ley 550 de 2014*. Código Penal de la República Dominicana. Disponível em: <http://www.sipi.siteal.iipe.unesco.org/pt/node/207>. Acesso em: 20 set 2022.
- RUSSELL, Diana; RADFORD, Jill. *Femicide: The Politics of Woman Killing*. Nova York: Twayne Publishers, 1992.
- SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990
- SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: as escrituras nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Revista Estudos Feministas*, vol. 13, n.2 Florianópolis/SC, mai./agos. 2005, p. 267-268
- SEGATO, Rita Laura. Femi-geno-cídio como crime em fuero internacional de los Derechos Humanos: el derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho. In: BEJARANO, Cynthia; ROSA-LIND. *Una Cartografía del Femicidio en las Américas*. México: UNAM-CIIIECH/Red de Investigadoras por la Vida y la Libertad de las Mujeres, 2010.
- URUGUAI. *Ley 9.414, de 29 de junio de 1934*. Código Penal de Uruguay. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex4.detail?p_lang=en&p_isn=32472. Acesso em: 20 set 2022.
- URUGUAI. *Ley 19.538 de 2017*. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/docu7286975666053.htm>. Acesso em: 20 set 2022.
- VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. Criminalisation of femicide/feminicide in latin american countries. *Rivista di Criminologia, Vittimologia e Sicurezza*. Volume XI, número 2, março-agosto, 2017.
- VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. *Feminicidio*. Consultoría para la Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. México: Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, 2009.
- VENEZUELA. *Ley 38.668 de 2007*. Ley Orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2008/6604.pdf>. Acesso em: 20 set 2022.
- VENEZUELA. *Gaceta Oficial 40.548 de 25 de noviembre de 2014*. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2014_ven_feminicidio_ley_organica_sobre_derecho_de_mujeres_a_una_vida_libre_de_violencia_25_11_14-1.pdf. Acesso em: 20 set 2022.
- VILLALBA, Lucas Martinez. *Criminalization of femicide in Mexico and Colombia: a comparative analysis of legislative and symbolic approaches*. 2022. Tese (Doutorado) - Faculty of the Washington College of Law, American University, Washington, 2022.



Seção



E



**Participação e Representação
política de Mulheres**



O Movimento das Mulheres Originárias na Luta por seus Direitos

El Movimiento de Mujeres Indígenas en la Lucha por sus Derechos

The Indigenous Women's Movement in the Fight for their Rights

Cristiane Modesto do Nascimento

Resumo: O presente artigo tem por objetivo fazer uma breve reflexão acerca do movimento político protagonizado pelas mulheres originárias na defesa de seus direitos, visando destacar a atuação destas nos processos referentes às demandas gerais dos povos e movimento(s) indígena(s). O trabalho foi elaborado por meio de pesquisa e revisão bibliográfica acerca do protagonismo das mulheres originárias e sua atuação política nas últimas décadas, além da netnografia, forma especializada de etnografia mediada por Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Foi possível concluir que as mulheres originárias resistiram ao processo colonizador orquestrado pelo Estado, e hoje, encontram-se cada vez mais organizadas, protagonizando um movimento próprio em defesa de seus direitos, demarcando, aldeias, territórios, ruas, urnas, redes sociais, academias e a política.

Palavras Chave: Mulheres Originárias. Movimento Indígen. Política.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo hacer una breve reflexión sobre el movimiento político liderado por mujeres indígenas en la defensa de sus derechos, con el objetivo de resaltar su papel en los procesos relacionados con las demandas generales de los pueblos y movimientos indígenas. El trabajo fue elaborado a través de la investigación y revisión bibliográfica sobre el protagonismo de las mujeres indígenas y su actividad política en las últimas décadas, además de la netnografía, forma especializada de etnografía mediada por las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC). Se pudo concluir que las mujeres originarias resistieron el proceso colonizador orquestado por el Estado, y hoy, cada vez más se organizan, liderando su propio movimiento en defensa de sus derechos, demarcando pueblos, territorios, calles, urnas, redes sociales, academias, y la política.

Palabras Claves: Mujeres originales. Movimiento Indígena. Política.

Abstract: This article aims to make a brief reflection on the political movement led by indigenous women in the defense of their rights, seeking to highlight their role in processes related to the general demands of indigenous peoples and movement(s). The work was elaborated through research and bibliographic review on the protagonism of indigenous women and their political activity in recent decades, in addition to netnography, a specialized form of ethnography mediated by Information and Communication Technologies (ICT). It was possible to conclude that the original women resisted the colonizing process orchestrated by the State, and today, they are increasingly organized, leading their own movement in defense of their rights, demarcating villages, territories, streets, ballot boxes, social networks, academies and the policy.

Keywords: Original Women. Indigenous Movement. Policy.

¹ Este artigo é resultado da especialização em “Análise das teorias de gênero e feminismos na América Latina”, sob a orientação da professora doutora Denise Cardoso Machado, professora do IFCH/UFPA, vinculada à Faculdade de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS/UFPA. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

INTRODUÇÃO.

Este artigo objetiva propiciar algumas reflexões acerca do movimento político protagonizado por mulheres originárias, na defesa de seus direitos, além de sua atuação nos processos referentes às demandas gerais do(s) movimento(s) indígenas. Sem a pretensão de dar conta da plenitude em que está imersa essa atuação, já que no Brasil existem 896,9 mil indígenas, divididos em 305 etnias, onde 448 mil são mulheres.

É importante salientar que a categoria mulher usada neste escrito, longe de ser uma definição biológica, preza pelas várias possibilidades que esse termo, baseado nas discussões sobre gênero, pode oferecer (PISCITELLI, 2002).

O trabalho foi pautado em revisão bibliográfica acerca da atuação das mulheres na sociedade, baseando-se principalmente nas teorias interdisciplinares de gênero, na perspectiva feminista, trabalhadas na disciplina “Fundamentos das teorias de gênero e feminismo”, do Curso de Especialização Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina, ofertado pelo Grupo de Pesquisas Eneida de Moraes (GEPEM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Além de pesquisas bibliográficas referentes ao protagonismo das mulheres originárias e sua atuação política ligadas ao movimento indígena nas últimas décadas.

Tomando por base o modelo netnográfico, forma especializada de etnografia mediada por Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) com abordagem adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias, blogs, redes sociais, etc., a fim de se chegar à compreensão e à representação etnográfica dos fenômenos culturais (SILVA, 2015), foram investigadas diversas páginas online ligadas ao movimento de mulheres indígenas.

1. Relações de Gênero, Colonialismo e o Ascender de um Movimento Indígena

A história contada sobre os povos indígenas no Brasil, foi escrita a partir da chegada dos europeus nesse território. Por essa razão pouco se sabe sobre a vida no Pindorama antes de sua invasão, disfarçada de conquista. No entanto, é correto afirmar que aqui, assim como em outras sociedades tribais e afro-americanas em que colonialismo se instalou, as relações de gênero foram modificadas (SEGATO, 2012).

É possível afirmar ainda, baseado em vários estudos antropológicos, que antes da intrusão nas Américas havia a existência de “nomenclaturas” de gênero contendo “uma organização do patriarcado de baixa intensidade” (SEGATO, 2012, pg.116). No entanto, a partir do contato com o colonizador, várias mudanças foram observadas, principalmente no que se refere aos padrões de comportamento adotado por homens originários dentro de seus territórios (*idem*).

As opressões cometidas pelo patriarcado originário contra a mulher afro-americana se distanciavam daquelas cometidas pelo colonizador, dessa forma o machismo é considerado pelas mulheres originárias como “mais uma epidemia trazida pelos europeus” (Carta da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, agosto 2019).

É importante elucidar que os homens das Américas também foram vítimas desse sistema de opressão promovido pelos colonizadores. Apesar de serem seus porta-vozes e possuírem um nível de diálogo com eles, os homens das Américas foram emasculados pelo homem branco, perdendo sua autonomia e ficando sob os domínios dos recém-chegados.

Contudo, nos processos de invasões as mulheres foram, e são, as maiores vítimas desse estado colonizador e capitalista. Seus corpos conheceram a violência de gênero, estupros, mutilações, e várias outras agressões. Segato (2012) enfatiza que “crueldade e o desamparo das mulheres aumentam à medida que a modernidade e o mercado se expandem”, assim como aconteceu no Brasil, desde o início da colonização. Essas mesmas opressões seguiram cristalizadas pelos fios da história e continuam a ser reproduzidas pelos seus herdeiros diretos, homens, indígenas ou não, ainda hoje (*idem*) reduzindo o papel que a mulher originária possui na sociedade em geral.

Em meados da década de 1970, ocorria no Brasil os primeiros indícios da institucionalização de um Movimento integrado e dirigido por lideranças indígenas. Partindo de mobilizações conjuntas contra as ondas de repressões sociais que sofreram por mais de quatro séculos, os povos originários passaram a organizar suas lutas, visando efetivar, garantir e defender seus direitos.

Concomitante as mobilizações indígenas, ocorria, na década de 1970, a integração das ações feministas nos movimentos contra a Ditadura Militar em todo o território nacional, além da inserção das mulheres no mercado de trabalho, sua incorporação na academia e a inclusão dessas agentes sociais na historiografia brasileira (RAGO, 1995).

Com a retomada da democracia na segunda metade da década de 1980, a população brasileira alcançou grandes conquistas no campo legal. Nesse ínterim, os povos originários, que com a nova Constituição Federal, promulgada em 1988, “tiveram reconhecida sua capacidade jurídica de se fazer representar por si próprias, independente da agência indigenista” (OLIVEIRA, 2016, p. 279), o que contribuiu para que aumentassem nos anos seguintes a criação de organizações de autorrepresentação indígena, possibilitando a efetivação do movimento social dos povos originários, denominado posteriormente, de Movimento Indígena.

Atualmente, o Movimento Indígena concentra-se em defender os direitos dos povos originários, respeitando a pluralidade étnica presente no território nacional, que possui aproximadamente 305 etnias, diferentes culturalmente entre si, em línguas, ritos, costumes e ancestralidade. Assim, o movimento indígena, é plural e visa englobar as demandas particulares de cada povo, além das reivindicações em comuns, pautadas na demarcação de seus territórios, saúde e educação diferenciadas.

As mulheres originárias sempre estiveram inseridas e participando ativamente no contexto do movimento indígena, desde sua articulação até a consolidação como movimento social. Porém, muitas vezes, suas lutas foram invisibilizadas em meio às reivindicações do movimento dos povos originários, em geral. Além disso, sua própria posição na sociedade, durante muito tempo, foi relegada a um segundo plano.

2. Qual o Lugar Ocupado pelas Mulheres Originárias?

A presença das mulheres, na história do Brasil, ocupou, durante muito tempo, lugares pautados, no casamento, maternidade, criação dos filhos e em outros papéis definidos pela atuação na vida doméstica, ocultando sua participação como agentes ativas nos processos de transformação da sociedade (MATOS, 2013).

Esse fato só passou a mudar a partir da década de 1970, com as mobilizações sociais protagonizadas pelas mulheres contra a Ditadura Militar e conseqüentemente, a sua inclusão em diversos ambientes da esfera pública (PERROT, 2008), incluindo a academia, onde puderam experienciar

outras formas de reivindicar os seus direitos através da literatura acadêmica, escrevendo sobre si e se “colocando” na história.

Quanto às mulheres originárias, elas ocupavam, nas páginas da história do Brasil, um papel romantizado, representando o ser responsável por gerar o seu grupo social, além de outros papéis relacionados a questões matrimoniais e a vida doméstica, seu protagonismo se encerrava aí. Toda a história de resistência desencadeada por estas mulheres desde a invasão do território que hoje corresponde ao Brasil, foi apagada, e a elas restou uma imagem de submissão diante do colonizador, e posteriormente dos homens de seu próprio povo.

Até mesmo a literatura antropológica deixou as mulheres originárias em um lugar de esquecimento (LASMAR, 1998). Foi somente com os estudos etnográficos mais recentes que se observou maior atenção ao universo que compunha a vida das originárias, além, é claro, da sua também inclusão na academia, que representou uma descolonização epistêmica para estas, que outrora foram retratadas por meio de diversos estereótipos que contribuíram ao longo dos séculos para a perpetuação acerca da sua imagem na sociedade, refletindo a subjetividade de quem as escrevia, em sua maioria homens e não indígenas.

Ainda hoje, é possível observar a mulher originária ocupando espaços mistificados nos discursos dos não indígenas, ou nas próprias mídias, com seus adornos e grafismos, imagens aparentemente simples e cotidianas, mas que por vezes escancaram uma sexualização de seus corpos. É importante frisar que desde os tempos coloniais, a exotização e erotização da mulher originária é observada. Naquele momento, seus corpos representavam uma extensão da “conquista” do território, foi ali, que dentre diversas outras violências, a mulher originária conheceu a violência sexual, que se configura uma dolorosa característica do Brasil colonial.

Após a retomada da democracia e o surgimento de organizações de autorrepresentação indígena, comissões, diretorias e afins, as mulheres passam a ocupar cada vez mais os espaços públicos de articulações políticas, participando ativamente das pautas de lutas que permeiam as demandas étnicas dos povos originários, assim como as demandas específicas que englobam as suas reivindicações de gênero e a imagem construída sobre seus corpos passou a ser fortemente contestada por estas agentes.

Dessa forma, as mulheres originárias vêm nas últimas décadas institucionalizando um movimento com pautas exclusivas para a garantia de sua sobrevivência e reprodução social, como a defesa de seu território e a demarcação das terras indígenas, além de focar nas reivindicações de gênero e da sua condição dentro e fora da aldeia, como a violência doméstica, saúde, educação e a sua atuação política nos espaços públicos e privados. Tais pautas englobam as reivindicações do movimento indígena, além de aproximar com as pautas do movimento feminista.

É importante lembrar que a partir da consolidação do movimento feminista, foi adotada a universalização da mulher, tomando por base o gênero, não levando outras categorias como raça, classe, sexualidade, etc. (LUGONES, 2011), o que contribuiu para a minimização das discussões que elucidam não haver apenas um feminismo e sim feminismos, visto que as mulheres se enquadram em diversas outras categorias para além do gênero.

No caso das mulheres originárias, há três fatores que pautam sua posição na sociedade. O primeiro é por elas serem mulheres, o segundo por serem indígenas, e o terceiro por fazerem parte, em sua maioria, de uma classe social financeiramente baixa. Dessa forma, a opressão sofrida por essas mulheres é totalmente diferente das opressões sofrida por mulheres não indígenas e de classes

sociais mais abastardas, com reivindicações diferentes das pautadas pelas originárias. É por essa razão que as diversas vertentes do movimento feminista, por mais múltiplas que sejam, podem, por vezes, não conseguir abarcar as pautas das mulheres originárias.

Ainda hoje, a inserção das demandas das mulheres originárias nas teorias que envolvem o movimento feminista é difícil, pois os povos indígenas fazem parte de um segmento social que possui suas lógicas culturais próprias, orientadas conforme a ancestralidade e a tradição de cada povo.

Segundo a Carta da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas (2019):

O que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós. Isso não significa que fecharemos nossos olhos para as violências que reconhecemos que acontecem em nossas aldeias, mas sim que precisamos levar em consideração e o intuito é exatamente contrapor, problematizar e trazer reflexões críticas a respeito de práticas cotidianas e formas de organização política contemporâneas entre nós. (Carta da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, 2019)

Para além das epistemologias, é importante se falar no movimento das mulheres originárias, que vem crescendo nas últimas décadas, um movimento múltiplo e que engloba pautas do movimento indígena, do movimento feminista e dialoga com pautas de diversos outros movimentos sociais.

3. O Movimento e Mulheres Originárias

Em janeiro de 2019, logo após assumir a presidência do Brasil, Jair Bolsonaro estipulou diversas medidas que afetavam diretamente os povos originários, como a que transferia a competência de identificação, delimitação, reconhecimento e demarcação das Terras Indígenas (TI) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No entanto, muitas das medidas propostas pelo então presidente foram revogadas após diversas mobilizações encabeçadas pelo movimento indígena, algumas atingindo um apelo internacional, como a Campanha “Sangue Indígena: nenhuma gota a mais”, organizada em janeiro de 2019 pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A campanha ganhou o mundo, e mais de 10 países reproduziram manifestações como as ocorridas no Brasil, em prol dos povos originários.

Em abril do mesmo ano, durante a realização da XV edição do Acampamento Terra Livre (ATL) com o tema “Sangue Indígena. Nas veias, a luta pela terra”, os indígenas protestaram contra o governo vigente, que era declaradamente contra os direitos dos povos originários, alegando ainda em campanha que se ganhasse não teria nem um centímetro a mais para terras indígenas. O ATL reuniu mais de 4 mil lideranças indígenas que brigavam por demarcação, além de diversos outros direitos garantidos pela Constituição Federal.

Na ocasião, as mulheres originárias ali presentes, organizaram diversas reuniões a fim de debaterem sobre o Território e sua relação com o corpo e o espírito, deliberando que a “terra” era a prioridade das pautas, pois somente com o território assegurado é que a permanência dos povos indígenas pode ser assegurada. Ainda em 2019, a temática em questão se configuraria no tema da I Marcha das Mulheres originárias do Brasil, com o tema “Território, nosso corpo, nosso espírito”,

realizada em Brasília entre os dias 10 e 14 de agosto. É importante destacar que a marcha representou a primeira grande passeata de mulheres indígenas no Brasil e mundo.

Nós estamos fincadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito. (Carta da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, 2019)

Reunindo aproximadamente três mil mulheres de 130 etnias de todo o Brasil, durante os cinco dias de evento, a marcha visou revisitar discussões sobre as diversas violências que as mulheres originárias estavam enfrentando naquele momento, assim como todos os povos indígenas, além de reforçarem o descontentamento com o presidente, como pode ser visto no seguinte trecho: “Somos totalmente contrárias às narrativas, aos propósitos, e aos atos do atual governo, que vem deixando explícita sua intenção de extermínio dos povos indígenas, visando à invasão e exploração genocida dos nossos territórios pelo capital” (*ibidem*).

No último dia de mobilização, 14 de agosto, a Marcha das mulheres indígenas se uniu à Marcha das Margaridas, evento realizado desde os anos 2000 que reúne mulheres do campo e das florestas em ações para fortalecer as lutas das mulheres e trabalhadoras rurais. A Marcha das Margaridas é considerada a maior ação efetiva de mulheres no Brasil.

Ao final da Marcha das Mulheres indígenas, foi organizado um documento que pedia o respeito a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento continha também demandas gerais do movimento indígena, como a luta pela demarcação das terras indígenas, e a posse plena dos territórios, a busca pela garantia de saúde e educação diferenciadas, e gestores indígenas que fossem sensíveis às causas dos povos originários, para coordenar os órgãos que regem estes campos.

Pautas direcionadas exclusivamente as demandas das mulheres originárias também estavam presentes no documento final, tais como, a promoção ao aumento da representatividade destas agentes nos espaços públicos de decisão, dentro e fora de suas comunidades; o combate ao machismo, racismo e discriminação contra elas em ambientes políticos; a necessidade de uma legislação específica de combate à violência doméstica, respeitando a realidade cultural dos povos indígenas, e, por fim, pedia mais facilidade de acesso à educação nos três níveis legais, ensino fundamental, médio e superior, propondo ações de empoderamento, formação e informação as mulheres originárias acerca dos seus direitos.

Em agosto de 2020 as mulheres originárias organizaram a “Grande Assembleia das Mulheres Indígenas” com tema “Mulheres Indígenas; o sagrado da existência e a cura da terra”. A assembleia ocorreu de forma online por conta da pandemia causada pelo *SARS-CoV-2*, vulgo Covid-19, que abalou o mundo todo e que até aquele momento já tinha afetado mais de 20.000 indígenas e matado aproximadamente 700 no Brasil. Além de discutirem os cuidados, impactos, dificuldades e enfrentamentos exercido pelas mulheres originárias durante a pandemia, foram pautados também o papel dos povos indígenas e dos territórios tradicionais para o clima e o planeta durante o momento tão delicado que a pandemia representava.

É importante elucidar que a pandemia contribuiu para que a violência contra os povos e territórios originários aumentassem devido à falta de fiscalização e a presença de um governo federal

que fosse conivente com tais atos. Outra pauta discutida durante a assembleia foi a participação das mulheres originárias nas disputas eleitorais, já que em 2020 ocorreriam as eleições municipais em todo o Brasil e o lançamento de candidaturas indígenas, incluído das mulheres, de suma importância para o enfrentamento da onda de violência cada vez mais forte contra os povos originários.

Em março de 2021 foi criada a primeira articulação exclusiva de mulheres originárias do Brasil, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), para promover diálogos de fortalecimento com mulheres indígenas de todo o território nacional, que se encontram dentro e fora das aldeias. Como o nascimento da ANMIGA coincidiu com o contexto da pandemia, os primeiros encontros aconteceram de forma online, porém, conforme a agenda de vacinação avançava, e o vírus dava uma trégua, as reuniões passaram a ser presenciais, reunindo, inicialmente, lideranças a fim de fecharem uma agenda de ações em prol das mulheres indígenas.

Entre os dias 23 a 28 de agosto de 2021, foi realizado em Brasília uma das maiores mobilizações indígena da história, o acampamento “Luta Pela Vida”, organizado pela APIB que reuniu aproximadamente seis mil indígenas na Esplanada dos Ministérios para acompanhar o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365 e o Projeto de Lei (PL) 490 que discute a tese do Marco Temporal marcado para o dia 25 daquele mês. A tese do Marco Temporal restringe os direitos territoriais aos povos originários, por declarar que estes povos só poderiam ter a posse de determinado território se estivessem aldeados nele na data de 5 de outubro de 1988, dia em que a Constituição Federal foi promulgada.

A tese do Marco Temporal não considera duas coisas: a primeira é que até a data de 1988 os povos indígenas viviam ainda sob a tutela do Estado, não podendo reaver o direito a seus territórios de forma independente; outra questão ignorada pela tese é as ondas de violência sofrida pelos povos indígenas e que ocasionou durante séculos a expropriação e fuga de seus territórios, a fim de preservarem sua existência.

Foi somente com a CF/1988 que esses povos conseguiram, a partir de processos em conjuntos ou isolados, reivindicar a posse de seus territórios, e lutar por diversos outros direitos. Caso a tese do Marco Temporal seja aprovada, isso poderá ocasionar o fim das demarcações de TI no Brasil, além de deliberar a abertura das áreas indígenas para os projetos de mineração, agronegócio e diversas outras explorações.

A votação do Marco Temporal foi adiada por três vezes pelo Supremo Tribunal Federal durante o acampamento. A decisão foi interpretada pelos indígenas como uma tentativa de cansar os que estavam presentes na manifestação a fim de dispersá-los. A tese segue sem votação. No dia 28, após uma semana de concentração, muitas delegações optaram por retornarem as suas TI, no entanto, milhares de indígenas continuaram acampados na Esplanada dos Ministérios. As mobilizações de manifestantes pró-governo marcadas para o dia 7 de setembro daquele ano passaram a ameaçar os povos originários, dessa forma, foi necessário o deslocamento do acampamento da Esplanada para a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE).

No dia 7 de setembro, concomitante as manifestações pró-governo, iniciou-se a II Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, com o tema “Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da terra”. Apesar de todos os ataques e as ondas de violência praticadas pelos bolsonaristas contra as participantes da marcha e alguns indígenas que participaram do acampamento “Luta pela Vida” e que permaneceram em Brasília a fim de pressionar o Supremo Tribunal Federal a realizar a votação

do Marco Temporal, foi possível reunir aproximadamente 4.000 indígenas, durante os cinco dias de atividades, 07 a 11 de setembro relacionadas a grande mobilização das mulheres indígenas.

Esse número compreendeu muitos indígenas que participaram do acampamento “Luta pela Vida” e que permaneceram em Brasília a fim de pressionar o Supremo Tribunal Federal a realizar a votação do Marco Temporal. Outras pessoas que estiveram no acampamento e que retornaram para seus territórios no dia 28 de agosto, também voltaram para a marcha, além de diversas originárias que chegaram a Brasília para participarem exclusivamente dessas atividades.

As vozes das originárias ecoaram mais uma vez, juntando aos participantes do acampamento “luta pela vida” lutando pelos seus direitos. Os dias seguintes da mobilização, buscaram dar espaço a debates relacionados às eleições de 2022 e ao fortalecimento das redes de apoio às lutas dos povos indígenas.

“Estamos em busca da garantia de nossos territórios, pelas que nos antecederam, para as presentes e futuras gerações, defendendo o meio ambiente, este bem comum que garante nossos modos de vida enquanto humanidade. Para além de mero recurso físico, é igualmente morada dos espíritos das florestas, dos animais e das águas da vida como um todo, fonte de nossos conhecimentos ancestrais” (APIB, 2021)

A hostilidade verbal e as ameaças físicas que as originárias receberam dos grupos bolsonaristas que se encontravam em Brasília naquele momento, gerou toda uma reformulação do local de concentração das atividades da marcha que também estavam previstas para acontecerem na Esplanada dos Ministérios e tiveram que ser deslocadas para a FUNARTE, além da reformulação na agenda, já que a grande passeata das mulheres indígenas estava marcada para o dia 9 de setembro, foi realizada somente no dia 10 do mesmo mês.

É importante frisar que tanto no acampamento Luta Pela Vida, quanto nos cinco dias de atividades relacionadas à marcha, medidas de segurança e protocolos de saúde foram adotados contra a Covid-19, teste rápidos eram realizados em cada participante, além da distribuição de máscaras e a presença de álcool em gel em vários locais de concentração. Ao retornarem para suas TI, todos os indígenas passaram por um período de isolamento social para não arriscar, caso contaminados, transmitir covid-19 para seus parentes. Ainda em 2021, no mês de novembro, diversas representantes do movimento de mulheres originárias do Brasil estiveram presentes na Conferência do Clima das Nações Unidas (COP26) em Glasgow, Escócia. Participando ativamente, possuindo lugares de fala e sendo ouvidas por grandes lideranças mundiais sobre as mudanças climáticas e estratégias de conservação para o meio ambiente, já que os povos originários são considerados grandes especialistas nessa área.

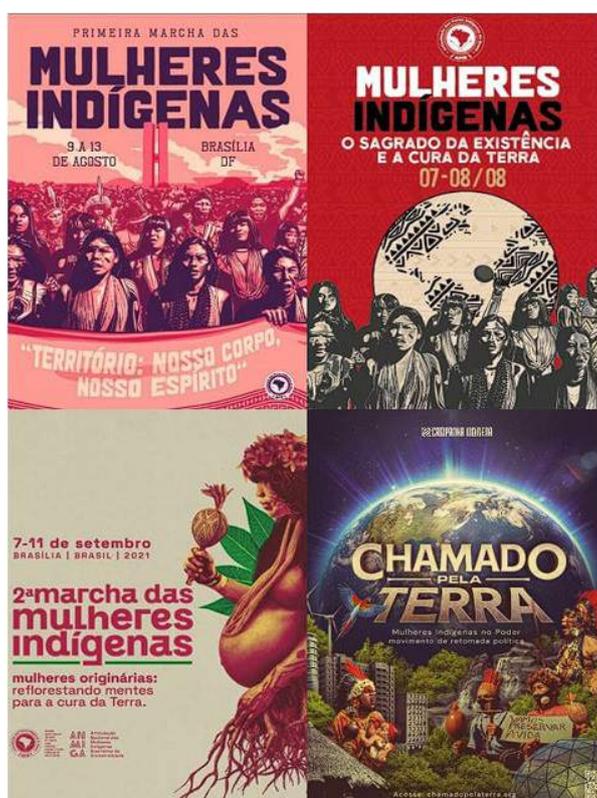
Em abril de 2022 ocorreu mais uma edição do Acampamento Terra Livre (ATL) com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar territórios e aldear a política”. Participaram do ato mais de 8 mil indígenas de 200 povos diferentes de todo o Brasil.

Houve vários espaços exclusivos de debates direcionados as demandas das mulheres originárias. Na ocasião, foi lançada a campanha “Chamados pela Terra”, cujo objetivo foi o de apresentar alguns candidatos e candidatas indígenas que representariam os povos indígenas nas eleições de outubro. Ao todo foram lançadas 30 candidaturas apoiadas pela APIB, das quais 17 eram de mulheres.

A APIB se preparou com estratégias políticas por todo o país com o intuito de eleger o máximo de representantes indígenas para as câmeras estaduais e federais. A ideia foi de levar às urnas não um número grande de candidatos, mas poucos nomes cujos seriam concentrados, diferente das campanhas dos anos anteriores.

O site da “Campanha Indígena” ativo desde o pleito de 2020 reuniu os nomes dos candidatos e candidatas apoiadas pela APIB para as eleições de 2022, tendo as mulheres originárias um maior destaque neste meio. As personagens que compunham a linha de frente dessa articulação política promovida pela APIB, transitavam nos mais diversos espaços, tomando por direito o seu lugar de fala em diversas esferas da vida social, incluindo o campo da política partidária, compondo partidos e concorrendo a cargos políticos, representando as demandas de seus povos e lutando pelas pautas de gênero, demarcando a política.

Imagem 1: Colagem Mulheres Indígenas em Movimento



Fonte: ANMIGA

Ainda em 2022, ocorreu a Caravana das Originárias da Terra, organizada pela ANMIGA para promover ações de fortalecimento e protagonismo das originárias. Segundo a ANMIGA (2022), “a conquista da autonomia da indígena mulher depende delas mesmo para ocupação de espaços institucionais e tomada de decisões”. A Caravana percorreu 27 territórios indígenas, por todo o Brasil, possibilitando debates, reflexões e trocas entre diversas mulheres originárias de diferentes faixas etárias e possuidoras de diferentes conhecimentos, falando sobre pertencimento, representatividade e, sobretudo, resistência.

Durante a caravana, foi possível também tecer diálogos sobre o pleito político de 2022, a incidência das candidaturas de mulheres indígenas e a importância da participação dessas agentes ocupando cargos políticos de decisões.

4. Aldeando a Política

A participação das mulheres indígenas na política partidária não é recente. Ainda em 1963, a professora e agente comunitária de saúde Carmelita Cruz, pertencente ao Povo Tuxá, foi eleita vereadora na primeira eleição que ocorreu no município de Rodelas, localizado na Bahia. Além de ser uma grande referência da educação em Rodelas, Carmelita possuía projetos voltados para o cuidado de pessoas enfermas no município, que hoje possui uma Unidade Básica de Saúde, além de uma escola que leva o nome da ex-vereadora e liderança indígena, já falecida.

Em 1992, Iracy Cassiano, ou mãe Nancy, da etnia Potiguara, foi eleita a primeira indígena mulher prefeita no Brasil pelo município de Bahia da Traição, localizado no Litoral Norte do estado da Paraíba. Nancy era parteira e mesmo ocupando um cargo político de grande destaque, que demandava bastante disposição para cumprir com os compromissos do cargo, não deixou nunca de exercer sua missão de trazer vidas ao mundo. Aliás, essas são as únicas informações encontradas a respeito da vida e atuação política tanto de Carmelita, quanto de Nancy.

Embora tenha se observado um aumento da participação de mulheres indígenas concorrendo a cargos políticos nos pleitos ocorridos na última década, a quantidade é um tanto irrisória comparada a presença de mulheres não originárias nesse meio. As candidaturas das originárias ainda esbarram em diversas questões cruciais dentro e fora de suas aldeias. Mas apesar das diversas dificuldades enfrentadas por essas agentes, elas veem lutando por seu lugar e para serem reconhecidas no meio político, nas esferas municipais, estaduais ou federais.

Nas eleições de 2014, segundo dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pela APIB, registrou-se 21.787 candidaturas em todo Brasil, das quais 74 eram indígenas, ou seja, 0,34% do total, divididos em 25 (33,8%), representantes do sexo feminino e 49 (66,2%) do sexo masculino. O total de candidaturas foi dividido em 49 (66,2%) candidatos concorrendo ao cargo de deputadas e deputados estaduais, 19 (25,7%) para deputadas e deputados federais, 2 candidaturas para o cargo de senadores, mais duas para deputado distrital (2,7%); para o vice-governo registrou-se apenas 2 candidaturas (1,4%). Do total de candidaturas indígenas, apenas 2 homens foram eleitos deputados estaduais.

Nas eleições de 2018 houve um crescimento de 56,47% de candidaturas indígenas, comparadas ao pleito de 2014. O total foi de 135 candidaturas, dos quais 84 homens e 49 mulheres, concorrendo aos cargos de deputadas e deputados estaduais, federais, distritais, senadoras e senadoras, governadoras e governadores, além de duas candidaturas para os cargos a Vice-presidência da República com Sônia Guajajara e Hamilton Mourão. Desse total, apenas uma candidata a deputada federal, Joênia Wapichana, e o candidato à vice-presidência, Hamilton Mourão, venceram as eleições.

É importante frisar que das duas candidaturas indígenas eleitas em 2018, somente Joênia Wapichana era ligada ao Movimento Indígena e defendia os direitos dos povos originários, enquanto Hamilton Mourão, eleito vice-presidente pelo Partido Liberal (PL) não compactuava com o Movimento Indígena e seus ideais. Mourão era candidato a vice na mesma chapa de Jair Bolsonaro, candidato a presidente, lembrando que Bolsonaro declarou que, se caso fosse eleito, não teria nenhum centímetro a mais de terra demarcada para indígena ou quilombola.

Quanto às eleições municipais de 2016, o número de candidatos indígenas era de 1.604 mil, para 496,9 mil candidatos não indígenas, ou seja, 0,35% do total de candidaturas. Desse per-

centual, 28 candidatas e candidatos disputaram o cargo de prefeitas e prefeitos, 57 concorrem as vice-prefeituras e 1.519 a vereadora e vereadores. O sexo masculino correspondeu a 72,38% de candidatos, enquanto o feminino representou apenas 27,62%, ao todo foram eleitas 28 vereadoras e uma prefeita nesse pleito.

Já nas eleições de 2020, as candidaturas cresceram em 88,51%, comparando com o pleito de 2016. Foram 2.216 candidatas e candidatos indígenas concorrendo às prefeituras e câmaras de vereadoras e vereadores, ou seja, 0,39% do total de candidaturas. O que diz respeito às candidaturas das mulheres indígenas, estas cresceram em 49% em relação às eleições de 2016, porém, ainda representaram apenas 32% do total de candidatos indígenas. Foram 683 candidatas a vereadoras e 6 ao cargo de prefeitas. Ou seja, para cada 250 mulheres candidatas à vereança, uma é indígena, e para cada 417 candidatas à prefeitura, uma é indígena.

Foram eleitos 234 representantes, de 71 etnias. Esse número foi dividido em 10 prefeitos, 11 vice-prefeitos e 213 vereadoras e vereadores. Das mulheres que concorreram ao pleito, apenas 13% do total foram eleitas, ou seja, 31 mulheres, todas para o cargo de vereadoras.

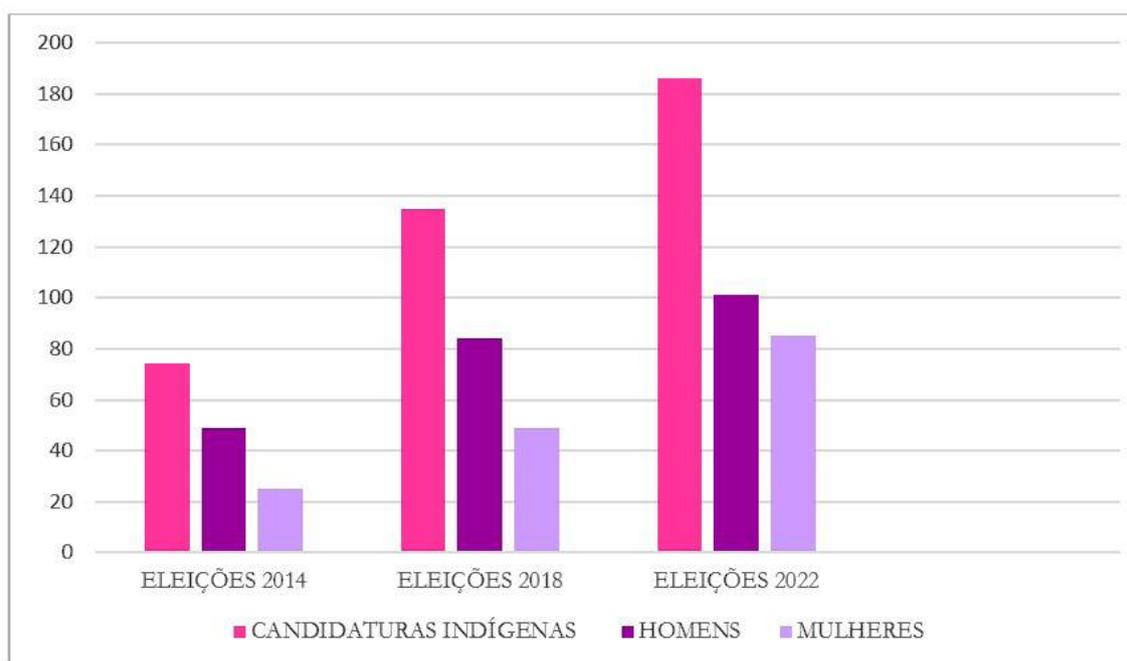
5. Mulheres Originárias e a Construção de uma “Bancada Do Cocar”

Muitos partidos ainda encaram as candidaturas de mulheres indígenas como algo superficial, apenas para cumprir a cota de gênero, além dos partidos privilegiarem os mesmos candidatos de sempre, as mulheres indígenas, enquanto candidatas, ganham menos espaço nas mídias, além de suas campanhas serem subfinanciadas.

No entanto, nas eleições de 2022, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelas originárias, houve um aumento considerável no número de candidaturas dessas agentes políticas. Tal fato se deve, pela intensa campanha encabeçada pela APIB para incentivar candidaturas indígenas, além do forte movimento de autorrepresentação indígena na política, a fim de defenderem seus direitos e de seus respectivos povos, principalmente diante de uma gestão totalmente negligente no que tange os povos indígenas, como foi a presidência de Jair Bolsonaro.

É importante salientar que há todo o movimento contrário que inibe as candidaturas e os direitos dos povos indígenas. Esse movimento é alavancado por diversas figuras que possuem capital social e financeiro para boicotarem a atuação do Movimento indígena, além de diversos outros agentes políticos, que estão ocupando as câmaras municipais, estaduais e federais por décadas e que nos últimos quatro anos, diante de um governo que negava declaradamente diversos direitos assegurados pela Constituição aos povos originários, se sentiram mais confortáveis para expor seu ódio contra estes, principalmente no meio político.

Nas eleições de 2022 foram registradas 186 candidaturas de pessoas declaradamente indígenas. Isso representa um aumento de 37,78%, baseado nos dados de 2018, sendo 101 candidatos homens que representam 54,30% das candidaturas, e 85 de mulheres representando um percentual de 45,69%, divididas em partidos de ideologias diversas, esquerda, centro e direita, dentre os quais se destacam o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com 13 candidaturas, o Rede Sustentabilidade (REDE) com 9 e o Partido Liberal (PL) com 7.]

Gráfico 1: Candidaturas Indígenas, eleições de 2014, 2018 e 2022

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Baseado nos dados das três últimas eleições presidenciais (2014, 2018, 2022) o número de candidatos declaradamente indígenas concorrendo a cargos políticos cresceu consideravelmente, e conseqüentemente o número de candidaturas de mulheres indígenas também. Porém, embora as estatísticas apontem um certo otimismo no que tange o aumento de candidatas indígenas mulheres, o percentual ainda é bem menor do que as candidaturas dos homens indígenas, pois, embora o cenário político tenha ficado mais propício para o recebimento dessas mulheres, há vários outros entraves que prejudicam de forma sistemática a sua candidatura, campanha e possível eleição das originárias.

Das 85 candidaturas de mulheres originárias que concorreram ao pleito de 2022, 6 fizeram parte de bancadas, estaduais e federais, contendo indígenas e não indígenas, 51 concorreram para o cargo de Deputada Estadual, 20 para Federal, 3 concorrerem como suplentes ao Senado, 2 candidaturas foram para vice-governadoras e uma concorreu a vice-Presidência pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), a originária Kunã Yporã, Raquel Tremembé, do povo Tremembé do Estado do Maranhão.

De todas as candidaturas de mulheres originárias espalhadas pelo Brasil, somente 5 foram eleitas, uma para deputada Estadual, a Índia Armelau do PL eleita pelo Estado do Rio de Janeiro. As outras 4 para deputadas federais, Célia Xakriabá do PSOL pelo Estado de Minas Gerais, Juliana Cardoso do Partido dos Trabalhadores (PT) e Sônia Guajajara pelo PSOL, ambas eleitas pelo Estado de São Paulo, e Silvia Waiãpi do PL eleita por Amapá.

É importante frisar que as duas deputadas eleitas pelo PL, a Índia Armelau, Deputada Estadual eleita pelo Rio de Janeiro e Silvia Waiãpi eleita Deputada Federal por Amapá, são pró-Bolsonaristas e suas demandas não estão alinhadas com as demandas do Movimento Indígena, assim como diversas outras candidatas que concorreram ao pleito.

Já Juliana Cardoso, exercia seu quarto mandato de vereadora atuando na prefeitura da capital paulista, quando foi eleita Deputada Federal por São Paulo (SP). Na câmara municipal,

seus projetos giram em torno dos direitos das mulheres, das crianças e adolescentes e do acesso à moradia básica. Juliana, cresceu na periferia de SP, e ao longo dos últimos anos vem buscando se reconectar com a sua ancestralidade indígena. Sua eleição é de grande importância para as populações vulneráveis, os povos originários e as mulheres indígenas na maior capital do país.

Enquanto Célia Xakriabá e Sônia Guajajara, ambas do PSOL, estão há anos lutando junto ao Movimento Indígena pelos direitos dos povos originários.

Célia, eleita Deputada Federal por Minas Gerais, é professora, ativista dos povos e mulheres indígenas e foi a primeira indígena a ter mestrado entre os Xakriabá, além de ser a primeira servidora indígena a atuar na Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino da Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

Já Sônia Guajajara, eleita para o mesmo cargo pelo Estado de São Paulo, coordenadora executiva da APIB, foi a primeira indígena mulher a disputar a vice-presidência do País (eleições de 2018). Sônia está há anos rodando o mundo, levando a mensagem dos povos originários do Brasil na luta pela demarcação de territórios indígenas.

Imagem 2: Sônia e Célia Xakriabá



Fonte: Campanha Indígena

Célia e Sônia, assim como diversas outras candidatas indígenas, tiveram suas candidaturas impulsionadas pela APIB além de outros setores que compõe o movimento, incluindo a ANMIGA. A eleição de Célia, Sônia e Juliana é histórica para o movimento indígena, é a primeira vez que três indígenas mulheres são eleitas, ao mesmo tempo, para a Câmara Nacional, aliás é a primeira vez que há uma grande quantidade de indígenas que ocuparão o Congresso.

O primeiro deputado federal indígena no Brasil foi Mário Juruna, eleito em 1982 com 30 mil votos. Mário foi autor da Comissão permanente do índio, base da atual Comissão de Direitos Humanos e minorias da câmara de Deputados, autor do projeto que alterou a composição da diretoria da Funai, que passou a ser integrada por indígenas ou indigenistas. Mario contribuiu também para o desmanche do Governo Militar, através de suas denúncias que evidenciavam a violência contra os povos indígenas, no entanto, ele exerceu somente um mandato (1983 – 1987) e morreu em 2002, mas escreveu sua história como primeiro e único representante dos povos originários a ocupar uma cadeira de deputado federal, isso até em 2018, quando Joênia Wapichana venceu as eleições conquistando uma cadeira no Congresso Nacional.

Joênia Wapichana, eleita deputada federal pelo Estado de Roraima, foi a primeira indígena mulher a ocupar uma cadeira no Congresso Nacional, além de ser também a primeira indígena a se formar em direito no Brasil e a defender uma causa no Supremo Tribunal Federal. Joênia atuou como defensora do seu próprio povo, Wapichana, no julgamento envolvendo a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, além dos povos Ingaricó, Macuxi, Patamona e Taurepang e ganhou a causa (ALMEIDA, 2010).

Durante o mandato, Joênia enfrentou quatro anos de puro bolsonarismo no Congresso, defendendo a causa dos povos originários, como a única representante indígena. Apesar de não ter conseguido a reeleição no pleito 2022, Joênia Wapichana fez história, assim como diversas mulheres originárias pelo Brasil que seguem na luta pelos seus direitos e de seus respectivos povos.

A presença de candidaturas de mulheres declaradamente indígenas em partidos que não estão alinhados com os direitos destes povos, assim como diversos outros candidatos originários que concorreram a pleitos passados, merece uma averiguação mais detalhada. A hipótese é de que a popularidade que esses partidos possuem dada a região geográfica que o candidato ou candidata se encontram, além do financiamento proposto por campanha, podem levar até mesmo indígenas que dialoguem com os interesses dos povos e movimento originário optarem pela filiação e disputa a um cargo por esses blocos partidários.

Há diversos outros fatores que inibem a candidatura de homens e, principalmente, de mulheres indígenas a cargos políticos. As ameaças constantes que tais populações sofrem por parte de pessoas que estão na vida política há décadas, comandando partidos ou ocupando cargos nas câmaras, e que possuem conflitos históricos com os povos indígenas, principalmente pela posse e usufruto da terra, pode ser considerado mais um desses motivos, mas os povos indígenas, em geral, estão cada vez mais em busca de ocupar os espaços e esferas de poder, e as mulheres indígenas estão a frente dessa luta.

CONCLUSÃO

As participações de mulheres indígenas em ambientes públicos de discussão têm sido cada vez mais constante. Isso se deve ao fato de que é necessário haver uma atuação visível fora do contexto das aldeias, com os seus corpos demarcando os mais diversos espaços, para que seus direitos e os de seus respectivos povos sejam garantidos.

No início de 2023, a convite do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (PT), eleito no pleito de 2022, Sônia Guajajara assumiu o Ministério dos Povos Indígenas. O Ministério foi um dos acordos firmados entre Lula e os povos originários como compromisso de campanha. Ele é

inédito, além de ser o primeiro instrumento exclusivo criado para tratar das pautas dos povos originários no Brasil. Sônia não foi o único nome citado para assumir o Ministério dos Povos Indígenas, Weiber Tapeba, vereador no Ceará, foi indicado pelas Organizações indígenas do Nordeste, além de Joênia Wapichana.

Boa parte do Movimento Indígena Nacional apoiou o nome de Sônia Guajajara para a gestão do Ministério. Seu ativismo, participação política, competência e reconhecimento mundial pela causa indígena também foram de grande destaque para que ela assumisse a pasta.

Joênia Wapichana assumiu a coordenação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), antiga Fundação Nacional do Índio. A mudança de nome também foi acordada com o novo presidente. A FUNAI é de grandíssima importância para os povos indígenas no Brasil, e teve seu desmonte orquestrado na gestão de Jair Bolsonaro. Joênia mais uma vez escreve a história sendo a primeira indígena a assumir o órgão.

Diversas outras originárias que concorreram a cargos nas eleições de 2022 fizeram parte da equipe de transição do Governo Federal, além de muitas outras que não participaram do pleito como candidatas, mas que participam ativamente do Movimento Indígena.

Dessa forma, fica evidente que a atuação das mulheres indígenas não se resume a vida doméstica, ou de reclusão em suas aldeias. Hoje, cada vez mais, elas ocupam os espaços públicos, estando à frente das demandas políticas e lutando contra as formas de opressão dentro e fora de seus territórios.

O movimento de mulheres originárias sempre existiu, elas que, no passado, lutavam pela sua sobrevivência, e permanência enquanto povos etnicamente diferenciados, hoje seguem reivindicando seus direitos, demarcando, aldeias, territórios, ruas, urnas, redes sociais, academias e a política.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. FGV, 2010.

CAMPANHA INDÍGENA: https://campanhaindigena.info/campanha_indigena_2022/
<Acesso em: 06/11/2022>

ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. *Caravana das Originárias 2022*. Agosto/2022. Disponível em: <<https://anmiga.org/caravana-das-originarias-2022/anmiga.org/>> Acesso em: 12/11/2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. *Acampamento Luta Pela Vida*. Agosto/2021. Disponível em: <<https://apiboficial.org/luta-pela-vida/>> Acesso em: 16/11/2022.

- CIMI. 2019. Conselho Indigenista Missionário. *Carta da 1ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas*. Disponível em: https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas_documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida <Acesso em: 10/09/2022>
- LASMAR, Cristiane. 1998. Mulheres Indígenas: representações. Dossiê Mulheres Indígenas, *Revista Estudos Feministas*. 7(1 e 2)
- LUGONES, María. *Hacia un feminismo descolonial*. Binghamton University (2011)
- MATOS, Maria Izilda S. História Das Mulheres E Das Relações De Gênero: campohistoriográfico, trajetórias e perspectivas. In: *Mandrágora*, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15.pdf
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2016.
- PERROT, M. *Minha História das Mulheres*. São Paulo, Brasil: Contexto. 2008
- PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
- RAGO, Margareth. As Mulheres Na Historiografia Brasileira In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. In: *e-cadernos CES 18 | 2012 Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical*. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1f33/fec944190f8ca2534edbd-3218c26784f6004.pdf>
- SILVA, Suelen de Aguiar. Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático. *Intercom (São Paulo. Online)*, v. 38, p. 339-342, 2015.

Trajetória de Vida de Livia Duarte: representação política por uma mulher afroamazônida¹*Trayectoria de Vida de Livia Duarte: representación política de una mujer afroamazónica**Life Trajectory of Livia Duarte: political representation by an Afro-Amazonian woman***Eveny da Rocha Teixeira**

Resumo: Com o objetivo de compreender fatores que favoreceram a entrada e a permanência de uma mulher afroamazônida e mãe na carreira política, tendo como pano de fundo a discussão da sub-representação política feminina, entrevistou-se a Deputada Estadual Livia Duarte (eleita para o mandato 2023-2026 pelo PSOL/PA), utilizando-se o método da história oral para conhecer sua trajetória de vida. A degravação revelou uma ênfase sobre os temas maternidade política, mobilidade social por meio dos estudos, racismo e desigualdade social. Em uma análise transversal do conteúdo das falas, obteve-se a descrição de um capital político que não foi engendrado por herança familiar, mas por militância comunitária e popular, e, posteriormente, política partidária. Conclui-se que as demandas oriundas do fazer político são física e mentalmente exigentes, que dependem de suporte dos movimentos de base que acreditam em - e se emocionam com - a liderança exercida e da aliança entre mulheres no poder.

Palavras Chave: Representação Política. História Oral. Maternidade Política.

Resumen: Con el objetivo de comprender los factores que favorecieron la entrada y permanencia de una mujer afroamazónica y madre en la carrera política, teniendo como telón de fondo la discusión sobre la subrepresentación política femenina, se entrevistó a la Diputada Estatal Livia Duarte (elegida para el mandato 2023-2026 por PSOL/PA), utilizando el método de la historia oral para conocer su trayectoria de vida. La transcripción reveló un énfasis en los temas de maternidad política, movilidad social a través de la educación, racismo e desigualdad social. En un análisis transversal del contenido de las declaraciones, se obtuvo la descripción de un capital político que no fue engendrado por herencia familiar, sino por militancia comunitaria y popular, y posteriormente por política partidaria. Se concluye que las demandas derivadas del quehacer político son física y mentalmente exigentes, que dependen del apoyo de los movimientos de base que creen y se emocionan con el liderazgo ejercido y de la alianza entre mujeres en el poder.

Palabras Claves: Representación Política. Historia Oral. Maternidad Política.

Abstract: In order to understand the factors that favored the entry and permanence of an Afro-Amazonian mother in political career, against the backdrop of the discussion of women's political under-representation, State Deputy Livia Duarte (elected for the 2023-2026 term by PSOL/PA) was interviewed using the method of oral history to learn about her life trajectory. The transcription revealed an emphasis on the themes of political motherhood, social mobility through education, racism, and social inequality. In a cross-sectional analysis of the speech content, the description of a political capital that was not engendered by family inheritance, but rather by community and popular activism, and subsequently by partisan politics, stood out. The study concluded that the demands arising from political work are physically and mentally tough, depending on support from grassroots movements that believe in - and are emotionally invested in - the leadership exercised, and the alliance between women in power.

Keywords: Political Representation. Oral History. Political Motherhood.

¹ Este trabalho foi apresentado como requisito para conclusão da Especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEM/UFGA, contando com a orientação da Professora Doutora Maria Luzia Miranda Álvares. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Eveny da Rocha Teixeira – Mestre em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento) pela Universidade Federal do Pará (2005), Especialista em Gestão com Pessoas pelo Cesupa (2014), Especialista em Controle, Prevenção e Intervenção na Violência pela Universidade Federal do Pará (2019). Analista Judiciária - Apoio Especializado: Psicologia Central de Equipe Multidisciplinar - Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (2000). E-mail: teixeiraeveny@gmail.com

INTRODUÇÃO

Tendo como pano de fundo a discussão sobre a sub-representação feminina nas instâncias político-partidárias nacionais, o presente trabalho apresenta a trajetória de vida de Livia Duarte Puty, 35 anos, mulher negra amazônida feminista, mãe, madrastra, socialista, a primeira presidenta municipal negra do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Brasil, a fundadora do Setorial de Mulheres do PSOL, eleita vereadora de Belém pelo PSOL nas eleições municipais de 2020, recordista legislativa da Câmara de Belém, com destaque para projetos na linha da maternidade, das mulheres, de assistência ao povo preto, autora do Estatuto da Igualdade Racial (Decreto 9.769/2022) e deputada estadual em 2022, de modo a compreender fatores que favoreceram a entrada e a permanência de uma mulher afroamazônida e mãe na política.

Para se compreender a política brasileira, é preciso lembrar que a soberania popular, exercida por meio do sufrágio, nem sempre foi universal. Até as primeiras décadas do século XX, o voto refletia ainda mais marcadamente a assimetria de gênero, raça, classe e escolaridade no país, possibilitando somente a homens brancos, ricos e letrados o exercício de poder sobre as decisões públicas. Na virada dos anos 1920 para 1930, o movimento sufragista comemorou não só a participação de mulheres como eleitoras – mesmo que ainda só as alfabetizadas e assalariadas - mas também como mandatárias de cargos políticos.

A partir daí, a história da democracia brasileira contou com a constante participação de mulheres, mesmo em períodos revoltos. Mesmo durante os anos de chumbo, que perduraram de 1968 a 1974, o período mais sombrio da Ditadura Militar, houve participação feminina nas organizações políticas clandestinas, fosse em clubes de mães, associações, comunidades eclesiais de base, em movimentos contra o custo de vida e por creches, movimento estudantil, partidos, sindicatos ou até mesmo na luta armada contra o regime antidemocrático².

Um novo grande contingente de mulheres passou a fazer parte do eleitorado brasileiro com a mudança que sobreveio com a eleição de 1985, a última ocorrida de forma indireta no Brasil, que além de marcar o fim do bipartidarismo, passou a incluir o voto de pessoas analfabetas a partir de uma Emenda à Constituição, depois de mais de 100 anos deixadas à margem do processo democrático³.

Foi só a partir da Constituição de 1988, contudo, que mulheres passaram a ser vistas como cidadãs, com direitos e deveres iguais aos dos homens. A despeito deste e de outros importantes marcos legais, a igualdade de gênero ainda está longe de ser atingida pelo Brasil ou por quaisquer um dos países signatários de tratados internacionais que versam sobre o tema, como a Declaração de Pequim ou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará. A história da democracia brasileira, evidentemente, seguiu, até os dias de hoje, marcada pela sobrerrepresentação de homens brancos cishetero e de classes abastadas no que tange à ocupação de espaços de poder, embora o Brasil seja um país onde, numericamente, as mulheres negras são maioria (IBGE, 2010).

Afunilando a análise para o nosso território, de interesse da presente pesquisa, no certame de 2018 para a Câmara dos Vereadores de Belém, 44% das pessoas eleitas eram homens brancos; 38% de homens negros; apenas 9% de mulheres eleitas; e um número bem menos expressivo, de apenas

² Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/mulheres>

³ Fonte: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Novembro/constituicao-de-1985-garantiu-o-direito-ao-voto-aos-eleitores-analfabetos>

6% do total de vereadores eleitos foram de mulheres negras, grupo do qual fez parte a nossa depoente Livia Duarte. Já no segundo pleito do qual nossa depoente participou, desta feita disputando uma das 41 cadeiras da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), em 2022, Livia Duarte foi a única – e a primeira – mulher negra eleita dentre as sete deputadas estaduais a tomarem posse neste ano.

Depois desse breve apanhado histórico, que sublinhou a importância de discutirmos a desigualdade racial e de gênero no contexto político, passaremos a aprofundar as estratégias para redução da disparidade de gênero e raça em candidaturas e, a seguir, pensaremos sobre alguns fatores que interferem na representatividade política de mulheres racializadas no Sul Global, aspectos envolvidos na construção de uma carreira política e outros elementos relacionados a gêneros, territórios e feminismos.

1. Estratégias para Redução da Disparidade de Gênero e Raça em Candidaturas

Se antes do pleito de 2020 a Cota de Gênero (prevista na Lei nº 9.504/97) ficava diluída entre os partidos coligados, permitindo com que alguns partidos nem chegassem a indicar mulheres para participarem das eleições, com o fim das coligações, cada partido passou a ter que, individualmente, indicar o mínimo de 30% de mulheres filiadas para concorrer no pleito. A Corte Constitucional determinou também a destinação de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário às campanhas de candidatas, além de dedicar às campanhas de mulheres maior tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão⁴.

Já no que tange à mensuração do acesso de indivíduos não brancos aos cargos eletivos no Brasil, observa-se que “a politização da desigualdade racial é bem mais recente que a politização da desigualdade de gênero, incorrendo na falta de dados sobre a raça/cor dos candidatos (...) somente nas... eleições de 2014 a variável raça/cor foi adicionada aos registros do TSE” (CAMPOS & MACHADO, 2015, p.122).

Também dentre os eleitores brasileiros, mulheres perfazem maioria: 52,5% dos votantes são mulheres, segundo informações extraídas do Cadastro Nacional de Eleitores. O TSE não informa raça/cor dos eleitores, mas a partir das Eleições Gerais de 2014, passou a exigir a declaração de cor/raça dos candidatos. Se naquele pleito de 2014, a maior parte dos candidatos eram homens brancos, sabe-se que homens pretos e pardos atingiram maioria das pessoas que se candidataram para as eleições de 2020. Esse aumento na representatividade de candidatos de acordo com a cor/raça da população brasileira não se estendeu ao quesito gênero, contudo: a quantidade de mulheres candidatas permaneceu bastante próxima ao mínimo exigido pelas cotas partidárias, cerca de 30% - muitas das quais receberam de zero a dois votos, indicando uma grande probabilidade de que 68% do total de candidaturas de mulheres tenham lançado “laranjas”, somente para que os partidos se enquadrassem na lei vigente⁵.

Os esforços para diminuir a disparidade de gênero e raça em candidaturas não coincide com o aumento de mulheres pretas eleitas. A ocupação dos cargos de decisão, permaneceu inversa ao contingente populacional brasileiro. Cioccarri e Mottinha (2021) apontam que:

⁴ Fonte: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>

⁵ Fonte: Redação Gênero e Número. Minoria entre vereadores eleitos, candidaturas negras são 60% das que receberam de zero a dois votos. Disponível em: <https://www.generonumero.media/candidaturas-negras-laranjas/>. Acesso em 18 de maio de 2022.

As mulheres no Brasil ainda têm uma difícil jornada para conquista de espaço na política em cargos eletivos. Nas eleições municipais de 2020 foram apenas 15,7% de mulheres eleitas. Nas eleições de 2018 no Brasil na Câmara dos Deputados foram eleitas 15% de deputadas e no Senado foram eleitas 14% de senadoras. Então nas duas últimas eleições no Brasil as cotas de 30% de candidaturas não representaram maior inserção das mulheres em cargos políticos eletivos. A consequência disso é que a desigualdade na representação dos nossos atores políticos deve permanecer ou conquistar avanços em passos lentos, visto que os valores políticos e culturais não têm o desenvolvimento desejável. (CIOCCARI & MOTTINHA, 2021, p.76)

Quando se acrescenta o quesito cor/raça à equação, tem-se que:

Ao analisar a competição eleitoral é possível perceber que os negros participam do processo. Nas eleições de 2016, 49% dos candidatos eram pretos e pardos. No entanto, isso não se mantém no resultado das eleições, já que homens brancos se elegem muito mais do que qualquer outra categoria social, chegando a ter cerca de 40% das cadeiras no país todo. Processos estruturais somados a uma história de discriminação racial vão moldando as possibilidades de acesso de um grupo. A maioria dos pretos e pardos têm uma experiência de vida que remonta a uma história de pobreza. Se os negros conseguiram um avanço de representatividade nas eleições deste ano, a proporção é ainda distante dos 56% que esse grupo representa na população brasileira e que evidencia que eles seguem sub-representados na política. (CIOCCARI & MOTTINHA, 2021, p.76)

Mesmo estando dentre aqueles pesquisadores que aqueles que observam os números com mais otimismo, o sociólogo Luiz Augusto Campos faz ainda ressalvas:

Os números relativos confirmam em parte os diagnósticos positivos. Nas eleições para vereador e vereadora, os homens brancos recuaram 11,8%, enquanto as mulheres brancas avançaram 9,7% e as mulheres negras, 23,1%. Os homens negros praticamente ficaram estagnados, avançando menos de 1%. No entanto, esses dados precisam ser colocados em perspectiva. O aumento na proporção de mulheres negras eleitas para a vereança esconde a baixíssima participação inicial desse grupo na representação municipal. Esses números também têm ignorado os resultados das eleições para as prefeituras.⁶

2. Fatores que Interferem na Representatividade Política de Mulheres Racializadas no Sul Global

Atenta-se para o fato de que a sub-representatividade não seja um fenômeno local. Uma publicação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que antecedeu em dois anos as eleições de 2020, malsinou a sub-representação política de mulheres negras como parte de um complexo sistema de discriminação estrutural legado pelo passado colonial escravista ao sul global:

enquanto não se visibilizar e fizer cessar o fenômeno cruel da violência política, não haverá possibilidade de garantir a plena participação das mulheres, principalmente das afro-descendentes, nas instâncias decisórias do Estado. Quando mulheres que historicamente foram relegadas a ocupar cargos subalternos se atrevem a sair desse “lugar natural” (González,

⁶<https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2021/Ra%C3%A7a-e-elei%C3%A7%C3%B5es-de-2020-onde-avan%C3%A7amos-e-onde-avan%C3%A7ar/>

1979) e disputar o poder político com outros grupos não subalternos, são comuns as represálias e as tentativas de deter o avanço social. (CEPAL, 2018, p.75)

Em se permanecendo as relações de gênero e raça ocultas à discussão sobre representatividade de no poder público, tanto a política, quanto a democracia e a justiça restam prejudicadas, porquanto se imponha o discurso de normatividade masculinista, androcêntrica e racista:

É de imensa importância ressaltar que se deve contar com a presença de mulheres afrodescendentes nas instituições e altas instâncias do Estado não só por um compromisso com os princípios de justiça, igualdade, inclusão e representação, mas porque sua presença nesses espaços é o fator que poderá garantir que as instituições sejam mais sensíveis às interseções de gênero e de raça/etnia na formulação e implementação de políticas públicas e que estas sejam adequadas às necessidades e propostas das mulheres afrodescendentes. Isto é, as políticas públicas pensadas sob uma perspectiva interseccional não só devem dirigir-se às mulheres afrodescendentes, mas devem tê-las como agentes centrais, a partir de posições de poder, em seu processo de formulação e implementação. (CEPAL, 2018, p.75)

As desigualdades étnico-raciais no processo de tomada de decisão sobre políticas públicas são causa e consequência dos abismos entre mulheres e homens, brancos e não-brancos. A transformação das estruturas sociais que reificam relações de subordinação, características da nossa sociedade profundamente injusta e violenta, só se dará quando tivermos mais mulheres pretas e indígenas em posição de poder, não só a começar da sua inclusão em níveis mais altos do sistema educacional ou na inserção no mercado formal de trabalho como formas de se obter autonomia econômico-financeira e outras oportunidades reais de desenvolvimento pessoal, mas mais especificamente, do empoderamento coletivo a partir da assunção de cargos de poder político. O incentivo à participação política de mulheres racializadas precisa levar em conta quais os fatores envolvidos nessa disparidade para que ela seja dirimida.

3. A Construção de uma Carreira Política

Para uma mulher não-branca assumir o papel de liderança política em sua comunidade, ela terá que ter atingido critérios formais e informais em para chegar a ser selecionada por um partido político para construção de uma carreira política. Existem etapas formais, previstas pelo direito eleitoral, que antecedem o pedido de registro a uma candidatura partidária, destacando-se a escolha em convenção do partido. Mas a inserção de uma mulher em uma carreira política – especialmente se alinhada a um pensamento dito de esquerda - envolve também etapas informais, que antecedem a validação de seus correligionários: a participação em movimentos políticos, como os movimentos estudantis, movimentos de mulheres, a militância social em torno da modificação da realidade de opressão de outras pessoas que vivem em seus corpos os efeitos da exploração e a dominação de um sistema capitalista.

E depois de cumpridas as etapas informais e formais de inserção em uma carreira política, com candidatura aceita pelo partido, apoio popular e financeiro para campanha, resultado expressivo em número de votos e mesmo um mandato cumprido de acordo com os anseios das eleitoras e dos eleitores, ainda há que se almejar a mobilidade entre cargos eletivos para se firmar em uma carreira política.

4. Gêneros, Territórios e Feminismos

Outros fatores, além dos critérios formais e informais envolvidos no lançamento de uma candidatura feminina, também podem interferir diretamente na entrada e na permanência de mulheres na política. A este respeito, Biroli (2017) denuncia: “é no âmbito doméstico e familiar que dinâmicas significativas de opressão têm incidido sobre a vida das mulheres, limitando suas possibilidades em outras esferas da vida” (p.191). A energia vital que uma mulher gasta pensando sobre o cardápio da semana, na lição dos filhos mais velhos, na necessidade de comprar meias novas para o caçula, dar conta dos pais adoecidos e em dar apoio emocional ao seu companheiro que tenta um posto melhor no trabalho, além de lutar ela própria por seu sustento, prende até mesmo as mulheres mais independentes a uma rotina estafante em âmbito privado, usurpando-lhes tempo que poderia ser empregado na arena pública para lutar contra as desigualdades sociais de gênero a que estamos submetidas.

A maternidade, nesse contexto, pode ser vista como mais um aspecto que prende mulheres ao “chão grudento”, uma “metáfora canônica usada pela economia feminista para explicar típicas situações de desigualdade a que estão submetidas as mulheres no âmbito laboral em todo o mundo” (FERNANDEZ, 2019), que evidencia também a maternidade e a economia de cuidado como fatores que dificultam o crescimento profissional de mulheres, mantendo-as em cargos mais mal-remunerados e menos valorizados socialmente. Um fenômeno recente constatou Renata Senlle (2020), pesquisadora no tema da maternidade política, ao identificar que muitas candidatas em 2018 fizeram uso das redes sociais para divulgar suas candidaturas políticas voltadas às pautas das maternidades e infâncias, destacando-se o trabalho das 11 mulheres que compunham a Bancada de Mães Ativistas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em um artigo de divulgação de seu trabalho científico, explicou que o trabalho de ser mãe já é em si um trabalho político e “Levar isso para o ambiente político partidário, para as instâncias institucionais, dá uma visibilidade para esse trabalho político, que as mães já realizam – o trabalho reprodutivo-, e pode catalizar para políticas públicas que beneficiem toda a sociedade”⁷.

O silenciamento e o alijamento de mulheres e mães pode ser sentido de maneira mais contundente quando esses marcadores se entrecruzam com outros, como a raça e o território. Em uma entrevista para o site jornalístico Nós mulheres da periferia, Flávia Ribeiro, mestrandia em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFPA), afirma: “mesmo dentro dos movimento de mulheres negras, as afroamazônidas não se sentem convidadas a falar. “Como a gente não consegue não racializar nenhuma pauta, eu também não consigo não desterritorializar nenhuma pauta” . E todos estes marcadores precisam ser levados em conta quando se pensa na formulação de políticas públicas que atendam gêneros, territórios e feminismos.

5. Objetivo

O presente trabalho se propõe a apontar as contradições e os amalgamentos entre os papéis assumidos quando da entrada e a permanência de uma mulher negra, amazônida e mãe na política. Ouvir sobre os impactos pessoais e sociais dessa escolha e, em última análise, entender o que pre-

⁷ Disponível em: <https://www.dicasdemulher.com.br/noticias/por-que-e-importante-termos-mais-maes-na-politica-brasileira/#:~:text=A%20participa%C3%A7%C3%A3o%20de%20m%C3%A3es%20na%20pol%C3%ADtica%20ainda%20%C3%A9%20baixa%2C%20e,dados%20do%20Mapa%20da%20Pol%C3%ADtica>.

⁸ Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/a-amazonia-como-centralidade-mulheres-afroamazonidas-na-politica/>.

cisa ser feito para favorecer a entrada de outras mulheres, já envolvidas na reprodução social, e/ou com marcadores tão específicos de raça e território, na política.

6. Método

Para a coleta de dados: foi utilizado o método da história oral (ALBERTI, FERNANDES & FERREIRA, 2000; FREITAS, 2002) para conhecer a trajetória de vida, dos ascendentes até o momento atual, de uma mulher negra amazônida e mãe na política, por meio de entrevista, transcrição e análise de seus relatos.

Questões abertas para as entrevistas aplicadas⁹: 1) História Família (antecedentes, descendentes, atual); 2) História Escolar (estudos, movimento estudantil etc.); 3) Cotidiano da cidade onde mora/morou (vivência, convivência, dia a dia); 4) Atividades de ação política = igreja, escola, bairro, movimentos comunitários, movimentos sociais etc.; 5) Simpatia por partido político (familiar, escola, movimentos) e filiação partidária (em que período?); 6) Atividades no partido político – agregação em algum grupo, tendência, função prevista no estatuto?; 7) Quanto tempo entre a filiação e a indicação de candidatura? Para qual cargo?; 8) Motivo da indicação da candidatura? Quem indicou? Ou apresentou seu nome ao partido?; 9) Atividades enquanto candidata (no partido, na comunidade, na vida doméstica); 10) Já foi indicada (ou se ofereceu) quantas vezes para ser candidata? Quantas exitosas? Quantas não exitosas?; 11) Atividades na representação política – prefeita- vereadora-deputada estadual- dep federal – outra?; 12) Como convivia entre os mandatos e a vida doméstica?; 13) Para você o que é uma liderança política? Considera-se uma liderança política?; e 14) A seu ver o que é uma mulher na política? Ela continua a ser mulher ou tem que mudar as suas atitudes quando assume um mandato político?

Para o registro e transcrição dos dados: a condução da entrevista foi realizada na casa da entrevistadora (por escolha da depoente), no qual se buscou criar um ambiente amoroso e acolhedor, após um longo dia de trabalho e estudos por parte de Lívia. A entrevista se iniciou às 20h e se encerrou às 21h do dia 15 de dezembro de 2022, a tempo da depoente retornar para casa para tomar lição de seu filho mais velho. A entrevista foi registrada com o recurso de gravação de mensagens de voz do aplicativo *WhatsApp*, para em seguida, ser transcrita com o auxílio do aplicativo *Transcriber*, uma ferramenta para transcrever conversas em formato digital. Posteriormente, a transcrição foi revisada manualmente e eventuais trechos faltantes foram preenchidos.

Para análise dos dados: foi utilizada a ferramenta *Wordcloud*¹⁰ para visualização de dados textuais. Na nuvem de palavras resultante, os vocábulos foram destacadas em tamanhos proporcionais à frequência com que foram ditos em entrevista. Posteriormente, depois de colocadas em relevo as informações quantitativas fornecidas pela ferramenta supracitada, dos dados textuais foram agregados em unidades temáticas, categorias de análise as quais permitiram, por fim, uma interpretação do conteúdo expresso na transcrição, como nos ensinou Bardin (2016)¹¹.

⁹ Replicação da entrevista elaborada no contexto do projeto de pesquisa “Mulheres na Política: Histórias de Percursos e de Práticas” – no 402518/2010-1- APQ- CNPq (2013), de autoria da Profª. Dra. Maria Luzia Miranda Álvares.

¹⁰ Ferramenta gratuita disponível em <https://classic.wordclouds.com/>

¹¹ Bardin, L. Análise de conteúdo. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

7. Resultados

Em uma tentativa de visualizar quantitativamente os termos que mais frequentemente foram mencionadas pela depoente ao longo da condução da entrevista, utilizou-se a estratégia de construção de uma nuvem de palavras.

Figura 1: Nuvem de palavras ditas pela depoente em tamanhos proporcionais à frequência



Fonte: Dados extraídos da entrevista. Elaboração própria.

Destacam-se os vocábulos: gente, política, partido, minha, casa, alguém, nossa, espaço, pessoa, outras, família, assim, sempre, mulher, Belém, vida, político, mim, ter, história, crianças, mães, pai, pensar, precisa, chegar, figura, queria, falar, entrei.

Em uma leitura transversal, quando se busca analisar o peso de cada tema para a construção do muitas vezes emocionante e emocionado diálogo que se deu, contudo, outras expressões marcam sua importância e serão apresentados a seguir, exemplificados com excertos da entrevista realizada com a depoente, para fomentar a discussão que fechará o presente artigo.

1) “Escalada social”:

Hum deixa eu ver onde eu começo a história da minha família eu sou neta de escravos análogos no Sul e Sudeste do Pará, minha família foi catadora de castanha, extrativista, mas depois de um tempo algumas famílias muito ricas compraram as terras que eles ocupavam com eles dentro. Então quase toda a cidade serviu a esse esquema de escravidão por dívida. Meu avô ganhava como se fosse trinta reais e vinte e três centavos e devia trinta reais e vinte e três centavos. E criou o meu pai nessa condição. Então meu pai começou a ao extrativismo de castanha/ escravidão por dívida com cinco anos. Eles iam todos para a floresta e catavam, entregavam e tal e, depois de um tempo, meu pai virou babá de onze famílias Ele saiu desse lugar sozinho quando ele tinha onze anos e aí virou babá de várias famílias em Marabá que é o município

do lado e passou, depois foi vindo se aproximando de Belém com as famílias e aí passou na Universidade Federal do Pará. Então toda a vida da nossa família e a escalada social que se fez e tudo isso dependeu, amiga, não chore senão eu vou chorar também, ela foi é muito baseada nessa coisa da ciência, e de como as pessoas, o único jeito de a nossa classe social tem de ascender socialmente que é a Universidade. É isso.

(...)

Eu morei quase toda a minha vida só no Norte do Brasil, então, morei em três cidades. Então daí foi você ter a vida adulta, morei em três cidades, morei em Belém onde eu nasci. Depois quando a minha irmã nasceu, depois um pouco mais depois que ela nasceu, pouco depois que ela nasceu, minha irmã mais nova, o meu pai passou num concurso público. Então nós fomos pra Tucuruí que o concurso era na Eletronorte (textuais).

2) “Racismo”:

A entrevistada ressaltou que com a mudança da periferia de Belém, por ocasião desta aprovação do pai de Lívia em concurso, passaram a viver em uma vila permanente com pessoas de outros estados e de outros estratos sociais:

Nós moramos em Tucuruí e depois fomos pra Macapá e voltamos pra Belém. E a convivência com os vizinhos era muito conflituosa, eu acho, em Belém menos, porque era o Guajará, a periferia mais hardcore que a gente morou, então era todo mundo parecido, a convivência com os vizinhos era menos conflituosa porque era todo mundo parecido. Quando a gente se mudou para Macapá, quando a gente se mudou para Tucuruí já foi difícil, porque era um concurso e a gente se mudou para a vila permanente. Então a casa não era nossa, era uma casa um pouco melhor, mas os nossos vizinhos eram brancos, eram pessoas brancas, pessoas concursadas de outros lugares do país. Então, por exemplo, foi a época, mesmo tendo um clube de perto, mesmo que tendo a casa melhor foi o período que a gente ficou mais isolados, foi o período em que a gente ficou mais dentro de casa, foi o período em que a gente ficou mais convivendo conosco, assim. E quando a gente volta pra Macapá a gente foi pra perifa também e aí normalizou digamos assim e aí reacendeu, fui pro movimento estudantil, enfim, entende? Acho que o período exemplo que eu sofri mais de racismo em disparado na minha vida foi o período que a gente morou na vila onde a casa era melhor, onde meu pai finalmente pôde comprar um carro, de sei lá, quarta mão, mas a gente tinha um Gol GTI daquele e tal, mas só que a gente tinha um Gol GTI onde as pessoas tinham um carro bom, a gente morava nessa casa, nossa casa não tinha nada assim na frente e as pessoas tinham uma vida muito estruturada financeiramente. E a gente estava ali passando uma chuva, sabe? Então foi o período mais difícil mas acho que foi o período que mais me formou também como pessoa foi aí que eu descobri eu acho, foi a primeira vez que eu pensei “pô, eu sou preta”. Foi aí. Foi a primeira vez que eu pensei, “não tem vários problemas aqui ah é que a gente é mais pobre, que a gente não sei o que”, mas foi ali que eu pensei “o problema né que eu sou preta”, ali então foi muito importante.

(...)

A minha história escolar é uma história de uma menina da periferia de Belém, eu nasci no Guajará onde minha mãe e meu pai me tiveram e me criaram, que é uma comunidade, um bairro que fica ali do lado do PAAR, bem onde agora tem uma usina da paz, então eu nasci e me criei ali. E é uma escola de menina da periferia de Belém e de escola pública a vida inteira,

então é uma história de... que não é uma história triste, é uma história muito complexa, de muita dificuldade, de muito racismo mas de muita esperança, sabe?, e de muito descobrimento eu acho (textuais).

3) As diferentes vivências de organização familiar:

A depoente contou suas experiências em uma “família estruturada” na infância, da “maternidade solo” aos 24 anos, à família recombinação de hoje:

E as nossas casas, assim, sempre foram muito legais, mas sempre foram muito simples. Então assim, mesmo na minha escola, que era uma escolinha, a nossa casa era a mais humildezinha de todas. Então era muito... hoje eu quando eu penso nela, eu penso que era muito legal. Mas, por exemplo, todas as vezes que eu voltei às casas onde a gente morou, depois de adulta eu falo meu Deus do céu como como eles criaram a gente aqui, sabe?, Então foi um cotidiano muito feliz assim quando eu me tinha, né?, nesse cotidiano mas hoje eu penso que deve ter sido muito difícil, sabe? E eu não sabia que era difícil, porque apesar de ser uma família periférica, humilde e tal e de origens muito pobres era uma família feliz, era uma família estruturada. Então a gente se sentia muito bem em casa, a gente, eu não tive dificuldades nenhuma na escola, eu não tive nenhuma dificuldade porque o meu pai estudava comigo todos os dias. A gente não tinha tipo roupas assim, mas a mamãe fazia nossa calcinha, mamãe fazia a nossa, sabe a figura da máquina de costura e tal, nossa infância foi muito feliz.

(...)

depois que eu engravidei do Joaquim, porque eu tinha vinte e quatro anos, menina, porque eu era mãe solo de um militante, de muito tempo. Que quando eu engravidei entende?, o amor acabou.

(...)

Minha situação atual: Eu já tinha uma família, que era formada de mim e do meu filho Joaquim que hoje tem onze anos e agora tenho uma família um pouco maior, que ela é uma família com um companheiro, a filha dele que também é minha filha e um bebê de quase três anos e dois cachorros. Então a nossa situação atual é uma família tradicional não-tradicional brasileira de trabalhadores, disso, de amor, de afeto

(...)

Foi um processo e foi um processo muito dolorido porque eu fiz metade da campanha grávida, de uma gravidez de risco, minha campanha pra vereadora e a metade dela com o bebê recém-nascido numa pandemia. Então foi o caos, foi o caos. Mas foi necessário E é isso (textuais).

4) Esperança:

Lívia, ao lembrar de sua entrada no movimento estudantil e outros movimentos sociais, a qualifica como uma “janela para estar com pessoas e pensar o futuro”:

Eu entrei no movimento estudantil [voz embargada] porque era... Amiga, será que eu, será que eu vou conseguir falar até o final esse negócio? Gente, eu não estava esperando isso. Eu entrei no movimento estudantil porque era essa janela de estar com pessoas e de pensar o

futuro, eu entrei no movimento estudantil com 13 anos. Então entrei no movimento secundarista depois eu fui do movimento universitário, que depois eu entrei em Direito. Minha família se mudou pra Macapá, eu iniciei a faculdade de direito em Macapá e depois a gente voltou, então foi metade de Macapá, eu iniciei a faculdade de Direito em Macapá e depois a gente voltou, então foi metade em Macapá, metade aqui. E se deu assim. Depois, no finalzinho disso, eu fui para partido. Mas eu demorei muito até aceitar que a minha militância tinha que passar por partidos políticos. Eu não acreditava que era o caminho. Então, eu fui de núcleos de assistência jurídica popular, eu fui de núcleos populares de assistência, eh núcleo de cultura popular versus de cultura de massa, de apoio de juventude, movimentos sociais como o [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] MST, como o MAAB que são movimentos que hoje integram o meu mandato. Então uma história que foi de muita dúvida, até que eu me convenci de que era por ali, a Institucionalidade só pode ser por ali, entendeu? (textuais).

5) A entrada na política partidária na adolescência:

Então, Pra mim foi um processo eu digo que eu fui ganha para uma organização partidária, ganha num processo ideológico pra uma organização partidária. Porque não era a ideia e eu tinha muita resistência, eu não achava que era por aí a transformação, achava que era tudo meio a mesma coisa. E também, eu acho que os partidos políticos, de maneira geral, bem, não acho, né? É a teoria política né? Os partidos são uma parte, por isso é um partido, e eu também não me enxergava nesse espaço. Então eu também achava que era muito elitizado, também achava que as pessoas que militavam em partido políticos eram filho de gente que militava em partido político, mesmo os de esquerda, tinha uma história ali, entende e que não tinha nada a ver comigo. Meu pai nunca se interessou por política, minha mãe muito menos, ninguém se interessava, então assim era um negócio meio distante do partido político e eu fui ganha pra organização também por outros jovens eh mas muito no discurso ideológico. Então ao assim, na contramão de muitas pessoas que, por exemplo, estavam no movimento estudantil comigo eu não entrei no movimento estudantil para me filiar a um partido ou para ser candidata ou para isso não era uma carreira pra mim, era uma janela, era estar com amigos, os meus melhores, meus amigos mais próximos até hoje são os meus amigos dessa época, era uma maneira de dividir minhas coisas e de enfim era ali, não era com essa proporção, entendeu? Então o pulo do gato foi muito, foi uma transição eh que durou uns dois anos Bem lenta, bem lenta, bem discutida, as pessoas ficavam, Quando eu me filiei ao partido, dezesseis. Então dos 13 aos 16 eu fiquei nos movimentos sociais apenas (textuais).

6) O “desafio número um”, gênero na política partidária:

A entrevistada denunciou a oposição entre o setorial de esposas de políticos de carreira e a presença – fora da estrutura partidária - dos movimentos de mulheres:

Então eu fui militante da área de influência do PT, não me filiei ao PT formalmente, eu era o que eles chamam de área de influência, que são os movimentos sociais que ficam em volta do partido, que não se filiam formalmente. Eu me filiei formalmente ao PSOL no processo de criação em 2005 e não tive... Era uma militante de bases assim. Era aquela figura que a pessoa fala, ah vamos disputar um congresso e alguma hora vai chegar a Livia com o pessoal do direito, não era uma figura que as pessoas pensavam no espaço pra mim. e isso foi uma coisa muito dolorosa, eu acho que os maiores desafios que eu tive no partido político,

Número um, é de gênero. Porque hoje você tem outra configuração dos partidos políticos e uma discussão a partir não sei se principalmente mas também das mulheres muito mais jovens que entraram nos partidos políticos se formou uma força tarefa no sentido de repensar a estrutura dos partidos políticos e de como as mulheres chegam aos partidos políticos. Então você tem uma grande maioria, esmagadora maioria dos partidos, as mulheres são: a mulher do presidente, a mulher do secretário, a mulher do não sei o que, que fica ali e tem um setorial de mulheres dela pra ela ter com as amigas porque precisa ter uma parte do dinheiro do fundo eleitoral que precisa ser destinado a mulheres. Então ela faz uma atividade uma vez por ano, gasta aquilo e pronto. Os partidos de esquerda, verdade seja dita, existe uma tradição de movimento social de mulheres. Então você tem outro respiro, você tem outra cultura. Mas ainda assim as mulheres que estão nesses partidos políticos ocupando esses espaços em dois mil e cinco, dois mil e seis, não era pensado, era muito ousado, que uma menina, jovem e tal, peitasse uma figura consagrada, uma deputada, alguém, a fim de ocupar um espaço na estrutura partidária. Então demorou um pouco para que eu estivesse em algum espaço formal do partido. Mas sempre participei de tendências políticas, sempre participei da discussão interna do partido. Sempre quis fazer onda dentro, assim, pra disputar o rumo do partido. Mesmo que eu não tivesse nada. E depois eu fui entrando na estrutura partidária. Depois as pessoas foram, ah! Mas precisa de alguém, precisa de uma feminista, né? Pra fazer a discussão. Então que tal aquela menina, sabe? (textuais).

7) A conciliação entre a política partidária e a maternidade solo:

A depoente recebeu, entre outras mensagens explícitas e implícitas, o “recado do tipo volte pra casa”, ao qual fez maus ouvidos para seguir ocupando espaços:

E a segunda coisa, um segundo momento que foi o que mais me marcou a vida eu acho que a minha vida política e o rumo que ela deu e o rumo que o PSOL no Pará deu e o rumo que a minha militância deu e o rumo que as minhas candidaturas se deram (...) Então eu tinha que criar aquela criança e continuar na minha vida partidária, que eu não queria sair do espaço de discutir o partido, que eu não queria, entende?, e como é que eu fiz isso? Carregando esta criança. Então eu percebi que não é só que o partido não estava preparado para receber as mães. Eu descobri que era um recado do tipo volte pra casa. É um recado. Quando você não tem um espaço criança numa atividade política cê tá sempre dizendo que as mães não são bem-vindas porque o patriarcado diz que é nosso dever de cuidar. Então você está mandando alguém de volta pra casa. E você está privilegiando que alguém esteja nesse espaço. Então a grande virada da minha vida política, no sentido de pensar a estrutura partidária foi quando eu dei a luz ao Joaquim e fiquei pensando, meu Deus, como eu vivi todo esse tempo sem enxergar, sem ver, sem sentir que não tinham crianças aqui, que não tinham mães aqui Entende? É uma higienização que você naturaliza. A diferente, a exceção, é a mulher que leva o moleque. Então eu passei um tempo em que essa discussão estava longe de estar na moda, estava longe de estar em voga, que eu acho até que o Joaquim é um cara concentrado por causa disso, porque ele não podia fazer barulho, ele ficava ali, todo mundo “psbbbbh”. E acho que isso também é o que ele é hoje, essa criança que senta lá e fica na dele. Mas foi muito importante, porque foi aí que a gente fundou o Setorial de Mulheres do PSOL, foi aí que a gente começou a discutir também Espaço Criança em todas as atividades. Foi aí que a gente começou a discutir eh um fundo que desse prioridade as mulheres mães pra concorrer nas chapas. [Você deu a luz a uma discussão]. Eu dei a luz a uma discussão. A um menino-discussão. Foi isso.

(...)

Essa é muito boa porque o espaço político de representatividade, e mesmo interno partidário, não é só que são espaços que não foram pensados pra nós. Então quando eu te falo quando não tem um espaço criança você manda um recado pras mães não é só um espaço que não foi pensado pra nós, são espaços que foram feitos pra barrar a nossa chegada. Então, são espaços que foram feitos com muitas maneiras de a gente não chegar. Não é que tem em cima da porta: partido escroto de macho escroto, você entra lá e tem, não é isso. São, é um cotidiano burocrático e público e de atitudes e de negação de atitudes e de várias coisas que é isso, é uma parte da sociedade mesmo. (textuais).

8) A “virada” - política de mulheres para o partido:

É tudo minhas atividades no partido hoje são muito limitadas porque eu virei parlamentar. Mas antes disso lindo. Eu fui a primeira mulher preta presidente de partido político no Estado do Pará, então eu fui a primeira, e foi uma cisão também, foi um negócio, é, sempre vamos ver no que dá. Se der errado a gente volta. Mas fui muito tempo da executiva, então as minhas atividades eram basicamente produzir o que outras pessoas iam apresentar. Textualmente, intelectualmente, muitas vezes, muitos textos que eu tenho vergonha de dizer porque as pessoas saberiam que outras pessoas não escreveram. Por exemplo, mas as minhas funções muito tempo como assessora, muito tempo, como assim, muito tempo como dirigente, muito tempo era pensar a política pra outras pessoas apresentarem. E depois eu fui presidenta do PSOL e já foi um momento meio de virada, a gente teve a primeira executiva cem por cento feminina quando a legislação não obriga e no PSOL a gente tem pelo menos cinquenta por cento em todas as instâncias nacionais, municipais mas a nossa tinha cem por cento, então foi a grande virada de política de mulheres para o partido em Belém. Foi aí que a gente criou o espaço criança no PSOL. Foi aí que a gente criou cotas maiores eleitorais do que o tribunal propunha, do que o tribunal obriga. Foi aí que nós tivemos a maior bancada de mulheres, de jovens, mulheres candidatas porque havia recurso então as mulheres podiam ser, enfim eu fiz tudo no partido (textuais).

9) A organização familiar para a permanência na política e os custos para a saúde:

Dupla jornada de trabalho. A conta é essa. Então muito exaustivo, mas o resumo é que a última semana de campanha, de de que também foi as últimas de mandato, eu fiquei internada, eu tive uma crise de anemia profunda, precisei de transfusão de sangue, 10 ampolas de ferro, eu sentei um dia de manhã e não consegui levantar pra tomar banho. Foi isso, não conseguia levantar, sabe?, eu devo estar com alguma verme, quando você está meio alguma coisa muito pesada. Eu peguei alguma coisa, achei que eu estava com covid. Eu não conseguia comer, porque você está ali naquele frenesi e mesmo preparando pras crianças, você tem filhos pequenos, não tem como você não cuidar da alimentação, não tem como você fazer coisa, você comer coxinha o dia inteiro, mas mesmo fazendo pras crianças, preparando pras crianças e tal não me dava tempo de comer, não me dava apetite. Eu perdi treze, quase quatorze quilos durante as eleições. Jesus. E o sono, vai pro interior de noite, vai pra casa com as crianças, enfim, foi muito pesado, foi no meu limite, a médica perguntou mas como tu te deixa chegar numa situação dessa? Como tu Tu não está vendo que é um limite físico assim e tal. E o pior quando ela me falou isso eu falei doutora deixa eu só lbe falar uma coisa. Eu fiz uma promessa pra Nossa Senhora de Nazaré. Eu tenbo que andar de Mosqueiro até à Basílica. “Se tu fizer isso eu chamo a polícia”. Eu tive que deixar para o ano que vem.

10) A culpa materna X a maternidade política:

E em casa, gente eu sou a primeira a pegar porrada, não, brincadeira, das crianças, principalmente, porque eu sou um pouco superprotetora, então tem uma dificuldade grande de aceitar que os outros também façam as coisas, sabe? E eu acho que essa coisa da maternidade solo do meu primeiro filho, eu ia dizer me lapidou, mas ela me dilapidou, ela me fez incapaz de compreender que outras pessoas podem estar no processo educacional, que outras pessoas não vão me abandonar com uma criança no colo, então foi muito, eu ainda sou a pessoa que revisa as tarefas, Joaquim está de recuperação, por exemplo, então eu vou chegar em casa, vou ver o que é, etc.

(...)

Eu queria te parabenizar amiga por esse teu trabalhão assim de continuar estudando e se assumir mãe de um menino lindo. Porque eu acho que a política precisa ser de dentro de casa para fora de casa, dos micropassos, para os grandes passos da grande política precisa ser isso, sabe?, e acho que tu segurou o touro, entende? Porque a gente tem um monte de teorias maravilhosas mas eu acho que quando bate na gente a gente sente, entende?, tipo cê não quer que tenha acontecido, você pensa que aconteceu alguma coisa errado, então você entender e fazer outras pessoas entenderem que o caminho é certo e que é legal e que é bacana, é muito bacana, então queria te agradecer politicamente assim pela experiência (textuais).

11) A falta de apoio intrapartidário versus o apoio da base, dos movimentos sociais:

Foi uma estrada inteira porque eu não queria ser, não pensava em ser e quando se abriu essa discussão, a primeira vez que aconteceu, ela aconteceu de maneira muito hostil. Havia um grupo de mulheres que entendia que essa candidatura precisava ser posta e um grupo de companheiros, exceções, é verdade, mas também havia um grupo que achava que era muito perigoso que era muito, que era um caminho sem volta, entende?, isso é uma coisa que é bastante comum e que eu vejo que é uma coisa com outras mulheres com o meu perfil político, digamos assim. A dificuldade de romper no sentido de que as pessoas não enxergam nela uma solução para a conjuntura. Elas enxergam nela um problema pra conjuntura. Porque se você tem essa pessoa, há outras pessoas, talvez outras pessoas não consigam furar eh como essa pessoa Então você tem um problema aí de estrutura branca, hétero, cis, que pensa estou perdendo espaço, entende?, eu não acho que é uma coisa mesmo de tradição, política, de esquerda no sentido eh de familiar. Então por exemplo, quando o Boulos tem um milhão de votos alguém não acha bacana, porque alguém tinha um milhão de votos. Quando a Érika Hilton se elege a primeira mulher trans do Congresso, alguém não acha bacana porque alguém se levantou pra ela sentar, entende?, então mesmo nos partidos políticos de esquerda, você tem esse tensionamento. No meu caso, quando a gente apontou esse tipo de discussão, eu não queria comprar esse tipo de coisa, eu não queria me indispor, então passou muito tempo, a nossa candidatura ela foi aceita por mim, depois que tinha uma decisão unânime no Pará de que ser, então todo mundo, vai ser, ah, então, não, beleza. E aí eu saí vereadora pela primeira, então ótimo, vamos lá.

(...)

Enquanto candidata é muito interessante porque eu fiz, na minha primeira candidatura eh como eu posso dizer isso, eu tive um apoio político um pouco maior eu acho que em

certa medida porque as pessoas não acreditavam que eu ia me eleger, então tudo bem, então ouve alguém que me desse um toque de alguma ou contato de alguma coisa, na minha segunda candidatura, essa estadual eu fiz quase tudo de pensar a agenda política, de pensar a linha da comunicação, de pensar o que que a gente tinha que botar pra fora, o que que era dentro. E, enfim, tudo isso, pautas políticas, persona, como a gente se apresenta, tudo isso. Porque aí já era já era um problema, eu já era a pessoa que podia me eleger. Tirar o lugar de alguém. Exatamente. Exatamente. Então eu já era a pessoa, não favorita que podia ocupar o lugar de alguém que, poxa, é mais meu companheiro, vai fazer mais da nossa linha política, né? Vai falar menos de racismo, nossa, ouvi isso demais. Eu ouvi com todas as letras de uma dirigente política não só uma mulher, olha, Livia, você tem que falar de outras coisas, porque mãe todo mundo é, tu tens que falar de outras coisas, senão tu vais te ferrar. Então a gente persistir nessa coisa, nesse vão que é o programa político dos partidos de esquerda também, para as mães, para as mulheres, essa, esse abismo, de inclusive de formulação, sei lá, cada organização tem a sua formulação e os seus teóricos mas a gente não tem um livro vermelho da maternidade. A gente não tem um livro de marxismo para mulheres e mães. Entende?, tem vários textos de mulheres maravilhosas que escreveram, mas nada que a gente sistematize como se fosse parte da formação de um militante de esquerda. É um tipo isso, entende? Então essa segunda foi muito difícil. Porque eu tive que fazer várias funções e na primeira eleição, o Edmilson não era prefeito, portanto, O Cláudio não era secretário, meu companheiro, então ele estava ali. Nessa, ele é secretário. Eu estou vereadora, então foi muito pesado.

(...)

100% [de êxito]. Duas candidaturas, duas vitórias eleitorais e políticas, que foram mais importantes que as eleitorais. A base me levou ao cargo, sem dúvidas. Eu acho que da segunda vez eu me impus mais, sem dúvida. Eu falei, não, não tenho porque desistir disso. Mas as duas vezes se não houvesse uma base que dissesse é a nossa candidata, talvez não tivesse rolado, mesmo sendo vereadora de Belém. Então havia uma base que é nessa aqui, Entende? E acho que foi isso (textuais).

12) A liderança política:

É bom, para os partidos políticos e para as organizações partidárias, para a Esquerda, há muitos tipos, você pode ter uma liderança política formuladora que é aquela pessoa que escreve, pensa nos textos, você pode ter uma grande liderança política, agitadora, então uma figura que faz grandes falas e que emociona quando tá falando, você pode ter uma figura política organizadora, que é a figura nos partidos políticos que é um tesoureiro. É alguém que sabe quanto entra, quanto sai, cuida da burocracia. E no senso comum dos partidos políticos, a gente também chama de liderança política as pessoas que tem incidência sobre outras pessoas. Então, é uma liderança política do Guamá, é uma pessoa que reúne X pessoas e tem incidência sobre elas. Algumas vezes, de maneira errônea, as pessoas acham que é quem tem voto numa área, então essa pessoa tem 200 votos, é uma grande liderança política. Enfim, e assim sucessivamente, mas as lideranças políticas são essas assim teoricamente, né? Nas teorias políticas tem a ver com o papel de desempenho dos partidos políticos. Eu acho hoje que as lideranças políticas elas estão muito ligadas à mobilização das pessoas, o que te mobiliza, o que te conecta, acho que isso aponta muito para o que são lideranças políticas de agora, do nosso tempo e tal (textuais).

13) Representatividade da mulher na política:

Estou vereadora de Belém até janeiro e estou deputada estadual eleita para o próximo para a próxima legislatura. A primeira preta Assembleia Legislativa.

(...)

Se eu fosse pensar na teoria dos partidos políticos, eu acho que alguém me encaixaria numa liderança agitadora. Assim, isso é coisa de falar pra muita gente de explicar essa coisa de da facilidade de me comunicar com as pessoas e tal. Mas eu acho que a política Graças a Deus, a política de Esquerda brasileira, ela passou de um capítulo de buscar falar sobre as pessoas para um capítulo de as pessoas falarem sobre elas próprias, que quando eu falo de mobilização é isso sim eu acho que a grande palavra de ordem é nada sobre nós sem nós, sabe? Eu acho que nesse nesse viés sim. Acho que as pessoas podem votar em mim porque a gente teve um excelente trabalho legislativo, recordistas de projeto de lei, eu acho que as pessoas podem votar em mim porque a gente tem uma posição séria, as pessoas sabem que eu não estou roubando dinheiro, eu acho que as pessoas podem votar em mim por várias coisas, pela história, mas eu acho que as pessoas votam em mim porque elas acreditam que se eu tô lá, elas podem estar.

(...)

Então, por exemplo, essa coisa da masculinização, bem entre aspas, do tratamento, essa coisa de você, em algum momento ter que bater na mesa, essa coisa de você em algum momento ter que parecer irracional, essa coisa de momento você tem que dizer olha me respeita senão eu enfio a mão na tua cara alguma coisa desse jeito ela é não é só que ela é possível ela é necessária porque é um ambiente que vai te cansando e vai cansando a tua saúde mental, vai cansando, vai eu acho que não tem jeito de chegar. Não tem jeito de chegar. Se você não tiver uma rede, se você não tiver mais umas duas ou três mulheres ali muito perto que consigam enxergar o que tu estás enxergando, não tem jeito de chegar, porque é muito bruto e é muito silencioso ao mesmo tempo. Então você precisa mostrar que você não tá ali pra arregar, que você não tá ali pra voltar pra casa, que você não tá ali, ah, o moleque tá com febre, mas eu vou e deixo com paracetamol, alguma coisa assim, sabe? Mas sinceramente, eu não gosto muito desse termo da masculinização, porque eu acho que ele também de um estereótipo de que nós somos sempre boas e sempre legais e sempre gentis e sempre maravilhosas e sempre puras e tal. Eu não gosto muito, então acho que uma mulher na política ela continua sendo uma mulher. Mas ela se descobre uma mulher na política depois de um tempo (textuais).

8. Discussão:

No que respeita à ambientação, avalia-se que os contatos pessoais anteriores entre pesquisadora e depoente, em contexto ameno de trocas afetivas e também na militância e em situações formais no trabalho, favoreceram o estabelecimento de uma interlocução de acolhimento, espontaneidade e empatia.

Quanto às palavras ditas pela depoente Lívia Duarte ao longo de sua entrevista, não surpreende que as três mais frequentes sejam “gente, política, partido”, dado os temas evocados pelas perguntas presentes no roteiro de entrevista. Ou também que apareçam logo em seguida “minha, casa, nossa, espaço, família”, já que os conceitos de família e território foram tergiversados em diversas perguntas apresentadas, bem como “mulher, Belém, vida, político, história”, posto que

estávamos tratando da história de vida política de uma mulher em sua cidade. Entretanto, é bastante significativa a frequência de “crianças, mães, pai, pensar, falar, chegar, entrei”, que denotam a importância da **maternidade política** no discurso da depoente (SENILLE, 2020).

Como a autora discute, a interação entre mulheres-mães possibilita novas produções de sentido e subjetividades. Ou como Lívia sinaliza, ao final da entrevista, “*a política precisa ser de dentro de casa para fora de casa, dos micropassos, para os grandes passos da grande política*” (textuais). Quando as demandas de mães são publicizadas, ganham corpo, voz, se tornam políticas e também partidárias.

Tomando como referencial os temas abordados pela depoente, que em muitos momentos suplantam as perguntas, revelando eventos da trajetória pessoal e política que realmente marcaram sua memória e emocionalidade, chegamos a 13 temas, explorados a seguir:

Quando a depoente descreve a história de sua família, se remete à territorialidade de sua origem, aos modos de sobrevivência no Sul e no Sudeste do Pará, relatando como seus ascendentes, extrativistas da castanha, foram cooptados para uma condição análoga à escravidão e, posteriormente, seus pais puderam experimentar uma vida mais digna e feliz, embora difícil, na periferia de Belém. Embora se considerem as perdas do processo de desterritorialização e sofrimento de seu grupo familiar ascendente, é patente a importância que Lívia dá aos estudos como forma de garantir uma trajetória de mobilidade social, porquanto o pai de Lívia tenha tido acesso ao estudo de nível superior e, posteriormente, a uma vaga como servidor público por meio de concurso.

O período em que seu núcleo familiar de origem vivenciou melhores condições financeiras foi também quando percebeu a existência de uma hierarquia social relacionada ao racismo, pois as famílias brancas gozavam de mais privilégios econômicos e sociais, enquanto a sua experienciou um processo de dolorido isolamento.

Teve bom relacionamento intrafamiliar com seu núcleo de origem, no qual se destacou em seu relato e figura de seu pai; exerceu cuidados unilaterais de seu filho Joaquim - enquanto o pai do menino seguiu sua já consolidada carreira política, Lívia permaneceu responsável pela criação e educação do filho, senão por todas as despesas, decerto com grande dedicação de seu tempo e energia; e atualmente, tem a experiência de uma família recombinação – e a onipresente culpa materna por dividir com terceiros a responsabilidade do cuidado de sua prole enquanto se dedica à carreira política.

Como constatado na entrevista, a depoente não contou com herança familiar para construir o seu capital político. Além da militância comunitária e popular, desde os tempos de estudante, Lívia Duarte também atuou por dentro da política, quando foi assessora parlamentar do atual prefeito da capital paraense, em seus mandatos como deputado estadual e federal. Como bem destacam Sousa Filho e Álvares (2013):

participar da política em setores informais como movimentos sociais, movimento estudantil ou de mulheres, entre outros, também pode ser visto como um recurso capaz de aglutinar pessoas fomentando grande capital social afetando sua motivação ou indicação para se filiar num partido e se dispor a concorrer uma eleição (p.172).

Lívia Duarte deixou-nos perceber os fatores que a desmotivaram a ingressar em um partido político, a princípio: se por um lado, se via mais ligada ao trabalho de base com os movimentos sociais, por outro, mostrou perceber uma “realidade oligárquica” na política (SOUZA FILHO &

ÁLVARES, 2013), porquanto, nos partidos, o poder (em termos de investimento na campanha de um candidato ou candidata) permaneça mais facilmente na mão dos que contam com herança política familiar ou com um histórico de pleitos vencidos anteriormente, mais frequentemente na mão de homens que de mulheres com filhos.

Cada vez que a discussão da política partidária deixa de pensar em espaços para mães para privilegiar a presença de outros corpos, uma barreira se cria para a entrada e a permanência de mulheres na política. Nossa depoente vivenciou o nascimento da discussão sobre o espaço das mulheres-mães na política, a partir da maternagem solo de seu menino Joaquim. Muito antes da *hashtag* “mães na política” ganhar as redes sociais, a existência de uma criança real na arena pública e política se impunha. Em vez de a maternidade a agrilhoar ao espaço privado, foi Joaquim quem cresceu em meio a reuniões e assembleias, tornando-se visível, mesmo que silente. Como denuncia Biroli (2017), é no reconhecimento da dualidade entre o público e o privado e a divisão sexual do trabalho, que são dimensões das experiências reiteradamente **apagadas, marginalizadas ou toleradas** por homens enquanto atores políticos e produtores do conhecimento. Porém, a justa organização feminina, a partir desta experiência de tensionamento com a estrutura cisheteropatriarcal em um partidos de esquerda resultou em um Setorial de Mulheres.

Quando finalmente Lívia chegou à Câmara Municipal de Belém, foi com Pedro nos braços que projetos de lei para emancipação das mães periféricas foram votados, como creches noturnas, por exemplo, em um entrelaçamento inevitável da maternidade, do feminismo negro e da política. Assumir uma postura feminista e reconhecer o direito de as mulheres exercerem atividades laborativas dividindo o trabalho reprodutivo com outras pessoas não a livrou, como a nenhuma de nós em nossas próprias experiências pessoais com a economia do cuidado, suponho, da culpa materna pelas horas ausentes do âmbito doméstico. No caso em tela, a existência de uma rede de apoio maior, a partir do seu casamento, criou uma relação de ambivalência e até de desconforto emocional com a terceirização do cuidado do filho caçula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre sua a entrada em uma carreira política, Lívia Duarte nos faz compreender que a educação política se constrói nas vivências no seu território, nas chaves que os movimentos sociais nos dão para pensar as relações comunitárias.

Quando se pensa na permanência de uma mulher afroamazônida na representação política, a fala de Lívia revela que demandas oriundas do fazer político são física e mentalmente exigentes, porquanto sua carreira política seja atravessada pelo racismo e pelo sexismo estruturais, que a interpelam sobre sua presença na arena pública a despeito da maternidade, ou ainda, trazendo consigo a maternidade política como bandeira de luta.

Para se manter na política, uma mulher racializada depende do suporte dos movimentos de base que defendem consigo a igualdade racial e a justiça social e que acreditam - e se emocionam com - suas lutas e liderança. Além disso, a construção da carreira política de uma mulher preta e mãe depende não só de uma rede de apoio familiar, como da aliança entre mulheres no poder para a garantia de sua saúde física, mental e relacional.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. GEPEM/UFPA: “*Mulheres na Política: Histórias de Percursos e de Práticas* – nº 402518/2010-1- APQ- CNPq. 2013.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016, 229 p.
- BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 102, p. 173-210, set./dez. 2017.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultados das Eleições 2020*. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/>. Acesso em 17/05/2022.
- CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos Augusto Mello. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 121-151, jan./abr. 2015.
- CEPAL.. *Mulheres afrodescendentes na América Latina e no Caribe: Dívidas de igualdade*. Nações Unidas, Santiago. Outubro de 2018.
- CIOCCARI, D.; MOTTINHA, R. Eleições 2020: qual é o perfil de cor/raça e gênero dos candidatos e dos eleitos?. *Revista Alterjor, [S. l.]*, v. 24, n. 2, p. 56-78, 2021. DOI: 10.11606/issn.2176-1507.v24i2p56-78. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/181548>. Acesso em: 9 set. 2022.
- DAVIS, Ângela. 3. Classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres. IN: - *Mulheres, Raça e Classe* – São Paulo, Boitempo, 2016 (Cap.3, pp. 57-78) [p. 62 – 82].
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n.26. Movimentos sociais econômicos na contemporaneidade: teorias e experiências. 2019.
- FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 115p.
- IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- SENLLE, Renata Garcia. *Conversas de Mães em Rede: um percurso netnográfico, dos blogs maternos até a Bancada de Mães Ativistas nas eleições de 2018 no Facebook*. Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado. 2020.
- SOUZA FILHO, Nilson Almeida & ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres no Poder: entre os espaços privados de convivência e a arena pública e política. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 4, jul./dez., 2013.





AGRADECIMENTOS

Às/aos pareceristas que participaram das bancas examinadoras dos artigos das/os alunas/o do curso de especialização “Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina”, um agradecimento especial pela solidariedade e competência.

Dra. Adelma Pimentel
Dra. Adriane Santana de Lima
Dra. Amanda Mesquita
Dra. Ana Cristina de Paula Maués Soares
Dra. Ana Lúcia Navar Pantoja
Dra. Ana Paula Palheta Santana
Dr. André Luiz de Souza Filgueira
Dr. Andreici Marcela Araújo de Oliveira
Dra. Avelina Oliveira de Castro
Ms. Carla Cilene Siqueira Moreira
Dr. Carlos Augusto da Silva Souza
Dra. Ceane Andrade Simões
Dra. Dalva Maria da Mota
Dra. Denise Machado Cardoso
Dra. Edivania Santos Alves
Dra. Edna Ramos de Castro
Dra. Ella Ferreira Bispo.
Ms. Felipe Bandeira Netto
Dra. Franciane Gama Lacerda
Dr. Gilberto A. Araújo
Dra. Gilce Tereza Gondim Távora de Albuquerque
Ms. Ingrid Daniele De Oliveira Corrêa
Ms. Isabell Theresa Tavares Neri.
Dra. Joselene Mota
Dra. Kércia Priscila Figueiredo Peixoto.
Dra. Leila Leite
Ms. Letícia Cardoso Gonçalves
Ms. Lorena Costa
Dra. Luanna Tomaz De Souza
Dra. Lúcia Isabel Silva-
Dra. Margaret Refkalefsky
Dra. Maria da Conceição dos Santos Costa
Dra. Maria do Socorro Amorás

Dra. Maria Lúcia Lima -
Dra. Maria Luiza Nobre Lamarão
Dra. Milene Maria Xavier Veloso
Ms. Milton Ribeiro Da Silva Filho
Dra. Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti
Dr. Pere Petit
Dra. Rosirene Martins Lima
Dra. Ruth Helena Cristo de Almeida
Dra. Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães
Dra. Violeta Refkalefsky Loureiro

